

**Universidade de Brasília  
Instituto de Ciências Humanas  
Departamento de História  
Programa de Pós-Graduação em História**

**IDEIAS DE NAÇÃO NA ARGENTINA, BRASIL E CHILE (1830–1860):  
JUAN BAUTISTA ALBERDI, JOSÉ INÁCIO DE ABREU E LIMA,  
ANDRÉS BELLO**

Luís Cláudio Rocha Henriques de Moura

Orientador: Prof. Dr. Jaime de Almeida

Brasília, abril de 2013

**Universidade de Brasília  
Instituto de Ciências Humanas  
Departamento de História  
Programa de Pós-Graduação em História**

**IDEIAS DE NAÇÃO NA ARGENTINA, BRASIL E CHILE (1830–1860):  
JUAN BAUTISTA ALBERDI, JOSÉ INÁCIO DE ABREU E LIMA,  
ANDRÉS BELLO**

Luís Cláudio Rocha Henriques de Moura

**Tese apresentada à Banca  
Examinadora do Programa de Pós-  
Graduação em História da  
Universidade de Brasília como  
exigência para a obtenção do título de  
Doutor em História.**

Orientador: Prof. Dr. Jaime de Almeida

Brasília, abril de 2013

Tese de Doutorado submetida ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade de Brasília – UnB, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Doutor em História.

**Banca:**

---

Presidente – Prof. Dr. Jaime de Almeida (HIS-UnB)

---

Prof. Dr. Antonio Carlos Amador Gil (HIS-UFES)

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup>. Mariza Veloso Motta Santos (SOL-UnB)

---

Prof. Dr. Estevão Chaves de Rezende Martins (HIS-UnB)

---

Prof. Dr. Francisco Fernando Monteoliva Doratioto (HIS-UnB)

---

Suplente - Prof. Dr. Carlos Eduardo Vidigal (HIS-UnB)

Dedico este trabalho às minhas avós Filó e Selmira.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço ao professor Jaime de Almeida pela camaradagem e companheirismo que me ofereceu durante a elaboração da tese, além das leituras e propostas que enriqueceram este estudo.

Aos professores Estevão Chaves de Rezende Martins, Francisco Fernando Monteoliva Doratioto e à professora Vanessa Brasil, que indicaram caminhos mais adequados a um estudo tão diversificado, contribuindo para o recorte assumido neste trabalho.

Agradeço aos professores e professoras que contribuíram à minha formação em mais de uma década na UnB, com destacado carinho à professora Geralda Dias Aparecida.

Obrigado aos colegas e amigos do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás – Campus Formosa que contribuíram para a efetivação deste estudo. Obrigado ao Oberdan, e em especial ao Dorian, que facilitaram meu trabalho, possibilitando que tivesse tempo para me dedicar à tese. Faço também um agradecimento especial aos companheiros de NEP-TECC, que fizeram sugestões a esta pesquisa: Stefan F. Klein, Elias Dutra, Gláucia Mendes, Robson dos Santos, Danilo Dálvio e em especial Kaithy C. Oliveira, por suas leituras e indicações.

Aos meus amigos queridos de Brasília, ao Jacques de Novion e Isabel Naranjo, pelo incentivo e apoio. Obrigado ao Mario Ayala na Argentina pelas recomendações de textos no início deste estudo; e à Ana e ao Pepe na Espanha, pelo apoio com o acesso a livros.

Ao programa da CAPES, que me concedeu uma bolsa de pesquisa por dois meses.

Um agradecimento para lá de especial vai para minha amada e solidária companheira Sandra Pérez López. Sem ela não teria sido possível finalizar esta etapa que, além de me tornar a vida diária mais fácil, discutiu comigo diversas leituras e partes deste texto.

A meus pais, um grande obrigado.

Enfim, agradeço a todos, professores, amigos, colegas, familiares que de alguma forma contribuíram para este trabalho pudesse ser realizado.

## RESUMO

Esta tese dedica-se à análise das ideias de nação produzidas, entre as décadas de 1830 e 1850, na Argentina, Brasil e Chile, ilustrando essas representações por meio de uma abordagem comparada de obras de três intelectuais sul-americanos: Juan Bautista Alberdi (1810-1884), José Inácio de Abreu e Lima (1794-1869) e Andrés Bello (1781-1865). Desta forma, temos como principal foco compreender as representações e propostas dos três pensadores no concernente às suas ideias de nação, visando a confrontá-las. Para isto procuramos, inicialmente, compreender o ambiente intelectual e político ao qual cada produção estava relacionada, pelo recurso à abordagem dos contextos encontrados na Argentina, no Brasil e no Chile ao longo do período demarcado. Na década de 1830 principiava um momento eclético de transição política e intelectual, no qual o Estado nacional dava início à sua formação, que se completaria apenas na segunda metade do século XIX, e o romantismo começava a se fazer presente. Visando ainda a uma maior compreensão do momento de produção dos textos estudados, acompanhamos os itinerários de vida dos personagens em questão.

Alberdi, Abreu e Lima e Bello, como de costume à época, em um misto entre homens políticos e intelectuais, foram atores envolvidos nas disputas de projetos nacionais referentes aos novos Estados que estavam se estabelecendo naquele momento. Os textos analisados foram produzidos em ambientes de disputas, estando, portanto, ligados a objetivos pragmáticos, ao elaborarem representações de passado, estabelecidas em uma conjuntura própria, com propostas de futuro. Intencionavam contribuir na constituição das novas comunidades políticas pela indicação de ideias de povo, estado cultural, governo, herança colonial e propostas de identidades. Nos discursos estudados e nos ambientes abordados, foram encontrados temas e leituras que passariam a constituir as produções historiográficas de meados do século XIX, preocupadas com a edificação de nacionalidades.

**Palavras-chave:** Abreu e Lima; Alberdi; Bello; nação; representação.

## ABSTRACT

This dissertation endeavors an analysis of the ideas of *nation* produced between the decades of 1830 and 1850 in Argentina, Brazil and Chile. We aim to study their representations under a comparative perspective of three South American intellectuals [Juan Bautista Alberdi (1810-1884), José Inácio de Abreu e Lima (1794-1869) and Andrés Bello (1781-1865)], by observing how these ideas arise in chosen works they authored. Thus, we primarily focus on representations and proposals of these three thinkers with regard to their ideas of nation, aiming to confront them. In a first moment we attempted to understand the intellectual and political environment to which each production relates by recurring to the approach of the surroundings during the mentioned period as found in Argentina, in Brazil and in Chile. In the 1830s, romanticism began to be seen while an eclectic time of political and intellectual transition was beginning. Then, the nation state started to be built, in a process which would be completed only in the second half of the nineteenth century. Similarly, intending a better grasp of the time during which the studied texts were conceived, we furthermore retraced the life itineraries of these characters.

Alberdi, Abreu e Lima and Bello, as usual during that epoch, mixing political and intellectual identities, were political actors involved in the disputes of national projects referred to the new states that were establishing themselves at the time. The texts were created in a conflictual environment and are, therefore, tied to pragmatic purposes that elaborated representations of the past, established in a particular conjuncture with propositions for the future. They intended to contribute to the constitution of new political communities foremost through the indication of certain ideas of people, cultural state, government, colonial heritage and identities plans. The discourses that were studied presented various themes and interpretations historiographic productions of the mid XIX<sup>th</sup> century concerned with the building of nationalities.

**Keywords:** Abreu e Lima; Alberdi; Bello; nation; representation.

## RESUMEN

Esta tesis se propone analizar las ideas de nación que se produjeron, entre las décadas de 1830 y 1850, en la Argentina, el Brasil y Chile, ilustrando dichas representaciones a través de un enfoque comparado de obras de tres intelectuales suramericanos: Juan Bautista Alberdi (1810-1884), José Inácio de Abreu e Lima (1794-1869) y Andrés Bello (1781-1865). De esta forma, nuestro foco principal consiste en comprender las representaciones y las propuestas de los tres pensadores en lo concerniente a sus ideas de nación, con vistas a contrastarlas. Para realizar este estudio, procuramos, en un primer momento, comprender el ambiente intelectual y político con el que estaba relacionada cada una de las producciones, centrándonos en los contextos encontrados en la Argentina, el Brasil y Chile en el periodo demarcado. En la década de 1830 veía la luz un momento ecléctico de transición política e intelectual, en el que el Estado nacional daba inicio a su formación, que se llegaría a completarse tan solo en la segunda mitad del siglo XIX, y en el que el romanticismo empezaba a hacerse presente. De la misma manera, para entender con más profundidad el periodo de producción de los textos estudiados, acompañamos los itinerarios de vida de los personajes en cuestión.

Alberdi, Abreu e Lima y Bello, como era costumbre en aquel entonces, en una mezcla entre hombres políticos e intelectuales, constituyeron actores políticos implicados en las disputas de proyectos nacionales referentes a los nuevos Estados que se estaban estableciendo en aquel momento. Los textos surgieron en ambientes de disputas, por lo que se relacionan con objetivos pragmáticos, al elaborar representaciones de pasado, establecidas en una coyuntura propia, con propuestas de futuro. Tenían la intención de contribuir a la constitución de las nuevas comunidades políticas mediante la alusión a ideas de pueblo, estado cultural, gobierno, herencia colonial y a propuestas de identidades. En los discursos estudiados, se encontraron temas y lecturas que pasarían a formar parte de las producciones historiográficas de mediados del siglo XIX, preocupadas por la edificación de nacionalidades.

**Palabras clave:** Abreu e Lima; Alberdi; Bello; nación; representación.



**SIGLAS**

IHGB – Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

RAE – Real Academia Espanhola

RIHGB – Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

## SUMÁRIO

Siglas	IX
<b>INTRODUÇÃO</b>	01
<b>CAPÍTULO I – DEBATES E PERCURSOS: NAÇÃO E HISTORIOGRAFIA EM UMA PERSPECTIVA COMPARADA DAS IDEIAS</b>	<b>11</b>
1.1 – Nação e historiografia: relações em transformação	12
1.2 – Nações e nacionalismo: leituras em construção	21
1.3 – Gestação de identidades na América Latina: o nós em definição	29
1.4 – Concepções de nação: fortuna nas Ciências Humanas e Sociais	37
1.5 – A questão nacional na América ibérica: histórias possíveis	41
1.6 – Caminhos da historiografia comparada	56
1.6.1 – Perspectivas da história comparada	56
1.6.2 – A história comparada da América Latina	69
1.6.3 – O que comparamos	76
1.7 – Discursos fundacionais e a construção da nação	83
<b>CAPÍTULO II – A NAÇÃO PELAS LETRAS: AMBIENTES INTELECTUAIS E PRIMEIROS ESFORÇOS</b>	<b>88</b>
2.1 – O avanço da <i>intelligentsia</i> americana no século XIX	89
2.1.1 – A Região do Prata	92
2.1.2 – O Chile	99
2.1.3 – A América portuguesa	103
2.1.4 – Comparando os ambientes	108
2.2 – Instituições de ensino: a organização pela via do Estado	111
2.2.1 – As primeiras letras e o ensino secundário	113
2.2.2 – As universidades	121
2.2.3 – O <i>IHGB</i>	127

2.3 – Antecedentes históricos: estudos regionais e os americanistas	129
2.4 – A produção da história nacional: marcas iniciais	135
2.5 – A historiografia do surgente Estado nacional: traços metodológicos	147
2.6 – Os manuais: a nação para a juventude	168

### **CAPÍTULO III – REFERENCIAIS DE VIDA: FORMAÇÃO INTELECTUAL E ATUAÇÃO POLÍTICA** **172**

3.1 – Alberdi: um patriota das letras	173
3.1.1 – <i>Mi vida en Argentina</i> : de menino em Tucumán a estudante militante	174
3.1.2 – Buenos Aires, Montevideu e Chile: as letras em favor da nação	180
3.1.3 – A grande polêmica com Sarmiento: das <i>Bases y puntos</i> às <i>Cartas Quillotanas</i>	191
3.1.4 – Cenas do ato final: os cargos públicos e <i>El Crimen de la Guerra</i>	196
3.2 – Abreu e Lima: a política e as letras em duas Américas	198
3.2.1 – Da formação no Brasil às fileiras patriotas em Angostura	199
3.2.2 – O exílio e a vida militar na América andina	202
3.2.3 – O jornalismo na corte: monarquia, igreja e literatura do Brasil	206
3.2.4 – Historiador no <i>IHGB</i> : <i>persona non grata</i> e a formação da mocidade brasileira	213
3.2.5 – A vida em Recife: Revolução Praieira, o socialismo e a luta contra a igreja	216
3.3 – Andrés Bello: uma obra monumental	221
3.3.1 – De estudante em Caracas a representante patriota na Grã Bretanha	223
3.3.2 – O exílio na Grã Bretanha: diplomacia, estudos e subsistência	227
3.3.3 – O Chile: educação, literatura, gramática e história	235

### **CAPÍTULO IV – COMPARANDO IDEIAS: ALBERDI, ABREU E LIMA E BELLO** **249**

4.1 – A intenção dos escritos: a formulação do Estado e a consciência nacional	251
4.1.1 – A consciência nacional: avaliação da realidade e primeiros projetos	259
4.2 – Ideias de nação: a visão de Alberdi, Bello e Abreu e Lima	266

4.2.1 – O povo como base para a nação	282
4.2.2 – Olhares cruzados: heranças e educação	305
4.3 – Os historiadores	319
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>332</b>
<b>FONTES E BIBLIOGRAFIA</b>	<b>347</b>

## INTRODUÇÃO

A pesquisa que se apresenta aqui tem por objetivo contribuir à abordagem das ideias de nação que foram produzidas nos atuais Estados nacionais da Argentina, Brasil e Chile entre 1830 a 1860. Utilizando referenciais da História das Ideias e nos guiando por orientações metodológicas provenientes da historiografia comparada, procuramos compreender quais os significados atribuídos às concepções de nação em três personagens eleitos para ilustrar a produção da época nos países indicados. A partir de ambientes intelectuais específicos, ligados aos três Estados no período em questão, conjuntamente ao itinerário biográfico de cada personagem, esboçamos o contexto da produção das obras discutidas neste estudo. Nesta perspectiva, escolhemos recorrer a textos produzidos por Juan Bautista Alberdi (1810-1884), José Inácio de Abreu e Lima (1794-1869) e Andrés Bello (1781-1865).

A opção por trabalhar com a representação de nação de forma comparativa, assim como a seleção dos intelectuais, foram construídas considerando meu percurso acadêmico dentro de minha formação como historiador. Em 2003, momento da conclusão do curso de graduação, desenvolvi uma pesquisa na área da História Política em que foi abordada a participação de José Inácio de Abreu e Lima nas lutas de emancipação da América andina e da construção dos novos Estados naquela região, onde esteve atuando entre 1819 e 1830.<sup>1</sup> Levado por Abreu e Lima, tomei maior contato com alguns dos problemas que envolveram as independências no noroeste da América do Sul: as guerras de emancipação, as guerras civis e os problemas produzidos na segunda metade da década de 1820 referentes à concretização da fragmentação da região, impulsionados por distintos projetos nacionais e formando novas entidades políticas.

Meu interesse sobre este pensador, porém, não se encerrou em dita monografia. Em 2006, como dissertação de mestrado, desde a perspectiva teórica da História das Ideias, desenvolvi uma análise das obras historiográficas do autor, produzidas entre 1826 e 1844.<sup>2</sup> A escolha desse período e desse tema me levou a trabalhar com a Grã Colômbia e com o Império do Brasil, como também me intensificou o contato com o tema das representações da

---

<sup>1</sup> MOURA, Luís Cláudio. *Abreu e Lima: um elo entre o Brasil e a América Andina*. Departamento de História. Instituto de Ciências Humanas. Universidade de Brasília. Brasília. Monografia de Curso de Graduação, 2003. Orientada por Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Geralda Dias Aparecida.

<sup>2</sup> MOURA, Luís Cláudio. *Abreu e Lima: uma leitura sobre o Brasil*. Departamento de História. Programa de Pós-graduação em História. Instituto de Ciências Humanas. Universidade de Brasília. Brasília. Dissertação de Mestrado, 2006. Orientada por Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Geralda Dias Aparecida.

nação a partir da produção historiográfica de Abreu e Lima e do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

O estudo anterior não foi desenvolvido dentro de uma perspectiva comparada. No entanto, as leituras sobre o processo nas duas Américas, hispânica e portuguesa, produziram já questionamentos que implicavam no contraste entre manutenção da unidade territorial, de um lado, e a fragmentação em novas nações, pelo outro. Ficava então a questão de: “o que aconteceu?”. Assim, nesta oportunidade, se fixou um interesse acerca do poder e o papel das ideias apresentadas por intelectuais em produções comprometidas com a representação da nação e com a construção do Estado nacional.

O anseio em dar continuidade ao personagem Abreu e Lima permaneceu vigente na ocasião do Doutorado, à maneira como se manteve o desejo de estudar a América portuguesa e também a América hispânica. A solução encontrada foi estabelecer um diálogo entre o Brasil e algum outro país de colonização ibero-americana, com abordagem de personagens cuja produção envolvesse os temas que circulam em torno do foco desta tese: as representações de nação.<sup>3</sup> Assim, iniciou-se a construção de um projeto que deveria abordar mais dois países e mais dois intelectuais. Em suma, o início desta pesquisa ocorreu devido à vontade de manter os estudos sobre Abreu e Lima e as ideias de nação, além de expandi-los à abordagem da América hispânica.

A manutenção de Abreu e Lima justifica-se, portanto, pela possibilidade de continuidade de um trabalho desenvolvido previamente, mas também pela existência de escassos estudos sobre sua produção. Este personagem foi pouco explorado, ao não ter alcançado na memória e na historiografia brasileira um espaço de destaque ou de maiores interesses até a última década. A atenção pela memória de Abreu e Lima mudou significativamente no início do século XXI, quando o falecido presidente venezuelano Hugo Chávez começou a promover e a incentivar a reflexão sobre o brasileiro, um *prócer* da

---

<sup>3</sup> Concebemos as representações como esquemas mentais constituídos socialmente que contribuem para a racionalização e interpretação da realidade que nos cerca. Baseamos-nos nas propostas de Serge Moscovici, uma de cujas definições pode ser acompanhada na seguinte passagem: “as representações que nós fabricamos – duma teoria científica, de uma nação, de um objeto, etc. – são sempre o resultado de um esforço constante de tornar comum e real algo que é incomum (não-familiar), ou que nos dá um sentimento de não-familiaridade. E através delas nós superamos o problema e o integramos em nosso mundo mental e físico, que é, com isso, enriquecido e transformado. Depois de uma série de ajustamentos, o que estava longe, parece ao alcance de nossa mão; o que era abstrato torna-se concreto e quase normal. Ao criá-los, porém, não estamos sempre mais ou menos conscientes de nossas intenções, pois as imagens e idéias com as quais nós compreendemos o não-usual (incomum) apenas trazem-nos de volta ao que nós já conhecíamos e com o qual nós já estávamos familiarizados há tempo e que, por isso, nos dá uma impressão segura de algo ‘já visto’ (*déjà vu*) e já conhecido (*déjà connu*)” MOSCOVICI, Serge. *Representações Sociais: Investigações em Psicologia Social*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007, p. 58.

independência daquele país, com o qual atraiu a atenção de pesquisadores em relação a esse personagem, principalmente no Brasil e na Venezuela.<sup>4</sup>

Abreu e Lima apresenta uma trajetória de vida e uma produção intelectual bastante singulares, que agregam valor à sua obra. Esse pernambucano foi um dos poucos brasileiros a lutar nas guerras de emancipação da América hispânica, inclusive com produção intelectual destacada sobre os eventos ocorridos na década de 1820.<sup>5</sup> No Brasil, atuou constantemente na vida política e intelectual, interessado por distintos temas, dos quais fez parte a história e a reflexão sobre a nação.

Portanto, ao considerar este percurso, que atesta a singularidade de seu perfil e sua reduzida presença na história nacional como um pensador de vanguarda que foi, encontramos um dos pontos de relevância deste projeto, que se propõe a aprofundar o conhecimento sobre esse intelectual com a análise de determinadas obras de sua autoria. Outro aspecto que reforça esta justificativa remete para a possibilidade de se pesquisarem as ideias de Abreu e Lima dentro de uma perspectiva mais abrangente, através da história comparada, na qual se selecionam, como parâmetros, pensadores influentes no continente sul-americano.

A escolha dos outros dois intelectuais também é devedora do interesse em abordar temas discutidos durante o mestrado: aspectos da formação das nações e os nacionalismos no início do século XIX. Durante a elaboração da dissertação requerida para a obtenção do título de Mestre, na qual abordei a produção historiográfica de Abreu e Lima, deparei-me com questões que me pareceram historiograficamente relevantes e merecedoras de estudos mais aprofundados para a compreensão da discussão acerca da formação dos Estados nacionais americanos. Os temas que envolviam estas questões faziam parte das constantes “polêmicas” encontradas na América em debates oitocentistas sobre as ideias de Estado, nação, raça,

---

<sup>4</sup> Esta não foi a primeira vez que representantes da Venezuela promoveram a memória de Abreu e Lima no Brasil. Já havia acontecido nas comemorações do centenário da independência em 1922 com o embaixador Diego Carbonell, em 1969 nas comemorações do centenário de nascimento de Abreu e Lima com o embaixador Elbano Provenzano Heredia e em 1981 com o presidente Luis Herrera Campíns. Consultar: CARBONELL, Diego, “Um herói brasileiro da guerra Gran-Colombiana de Emancipação”, in ABREU E LIMA, José Inácio de. *Resumen Histórico de la última dictadura del libertador Simon Bolívar*. Rio de Janeiro: empre. Ind. Editora “O Norte”, 1922. LIMA SOBRINHO, Barbosa, “Centenário da Morte do General José Inácio de Abreu e Lima”, in *Revista do Instituto Geográfico e Brasileiro*. Volume 283, abril-junho, Departamento de Imprensa Nacional – Rio – 1969, pp. 169-184. LIMA SOBRINHO, Barbosa, “Prefácio”, in ABREU E LIMA, José Inácio de. *O Socialismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. ABRAMSON, Pierre-Luc. *Las utopías sociales en América Latina en el siglo XIX*. México: Fondo de Cultura Económica, 1999, p. 161. MENDIBLE ZURITA, Alejandro, “El brasileño Abreu E Lima: su vigencia como General de Bolívar”, in *TF*, Caracas, vol. 24, n.º. 94, abr. 2006. Disponível em: <[http://www2.scielo.org/ve/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0798-29682006000200007&lng=es&nrm=iso](http://www2.scielo.org/ve/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0798-29682006000200007&lng=es&nrm=iso)> (acessado em 11/03/2013).

<sup>5</sup> CHACON, Vamireh. *Da Confederação do Equador à Grã-Colômbia (1796-1830): escritos políticos e manifestos de Mundrucu*. Brasília: Senado Federal, 1983. De acordo com este trabalho, na América andina é conhecida a presença de apenas cinco brasileiros durante o período das lutas pela independência.

civilização, cristandade, território, forma de governo, identidade própria, produção literária, entre outros assuntos integrantes da agenda política e intelectual das elites da época.

Em contato com estes temas foi possível constatar que a construção da nação foi um tema central nos debates políticos e culturais encontrados na América ibérica na primeira metade do século XIX. Foi também um assunto que apontava para a existência de uma relação próxima à historiografia e à construção de identidades através dos meios letrados. As representações, produzidas pelas elites intelectuais sobre as nações que se formavam no continente, mostravam-se como propostas para além do campo do pensamento, buscando concretizá-las em realizações coletivas encabeçadas por ações empreendidas com o apoio ou sob o comando dos Estados americanos que se organizavam.

Interessado pelos temas “desvelados” e pelo personagem Abreu e Lima, decidi aprofundar esses estudos e ampliá-los além das fronteiras brasileiras, buscando uma compreensão regional das ideias em torno da nação. Desse modo, construiu-se o desejo de trabalhar comparativamente o Brasil frente a duas outras nações na América ibérica. Diante dessa perspectiva, que visa a dar continuidade aos estudos dentro do campo da História das Ideias, fez-se necessário encontrar mais dois autores passíveis de comparação com Abreu e Lima, no tocante à produção intelectual referente às propostas de nação para os países estudados.

Entre os critérios utilizados, uma vez que nossa referência era o pernambucano e o Império do Brasil, estava a necessidade de se encontrar autores contemporâneos a ele e que possuíssem interesses semelhantes em suas reflexões e obras. Os três autores deveriam compartilhar um “traço geracional”,<sup>6</sup> conformado, mais do que pela idade, pela ambiência de sua vida, pela formação intelectual e atuação política e acadêmica entre 1830 e 1860, momento considerado de concretização das nações latino-americanas. Pensamos também em valorizar a experiência desses personagens em outros países, no que se referia à participação nas independências e na formação de novas nações.

Diversos pensadores hispano-americanos foram considerados, comparados e avaliados. No entanto, a maioria não preenchia algum dos requisitos pré-estabelecidos. Em termos gerais, houve dificuldade em encontrar dois personagens que houvessem participado política e intelectualmente no processo de construção do Estado nacional após as independências. Era requisito que tivessem escritos que envolvessem o tema da nação e da

---

<sup>6</sup> SILVA, Helenice R., “A História Intelectual em questão”, in LOPES, Marco Antônio. *Grandes nomes da história intelectual*. São Paulo: Contexto, 2003.



história e que houvessem sido produzidos entre 1830 e 1860, e, ainda, que tivessem estado em outros países americanos, além de terem sido relativamente contemporâneos.

Isso não parecia ser uma tarefa difícil; porém, apenas quando sistematizadas as possibilidades efetivas da construção do trabalho, é que nos demos conta de que, com tantas variáveis, se restringia bastante o número de possibilidades de obtermos um tipo ideal. Tivemos cuidado, ainda, em pensar na viabilização do acesso ao material historiográfico atual com presença dos temas a problematizar nos três países, ou diretamente voltado sobre a produção dos autores escolhidos; e, por fim, no acesso às obras dos personagens protagonistas. Foram analisados, como possíveis países e intelectuais alvo, embora tenham sido finalmente dispensados: Otero Mariano (1817-1850), do México, Manuel Maria Madiedo (1818-1888), da Colômbia, José Victorino Lastarria (1817-1888) e Benjamín Vicuña Mackenna (1831-1887), ambos do Chile e, da Argentina, Vicente Fidel López (1815-1903) e Bartolomé Mitre (1821-1906).

Após as correspondentes pesquisas e comparações, foram selecionados o tucumano Juan Bautista Alberdi e Andrés Bello, o qual, apesar de venezuelano, se mudou para o Chile em 1829, onde se naturalizou e atuou no campo político e acadêmico, ficando assim definidos a Argentina e o Chile como objetos de comparação. Fazia parte dos critérios de escolha a sua experiência de vida, que, nos dois, coincidia no fato de terem participado politicamente e produzido estudos sobre a questão nacional entre 1830 e 1860. Ambos os personagens foram tidos, então, como bons referentes comparativos.

Elegemos, também, esse interregno devido ao caráter da produção intelectual e ao estado em que se encontravam as nações ibero-americanas naquele momento. Em relação aos Estados, temos ainda, no período indicado, diversas questões quanto à consolidação e formação, pela unidade ou fragmentação, de novas entidades políticas e soberanas. Em suma, parece-nos um período rico para discutir a representação da nação, por causa da pouca definição do que era o termo, o que era a produção referente à história e ao passado, e as condições que se encontravam as novas entidades políticas.

Acompanhar os ambientes intelectuais na Região do Prata, no Império do Brasil e na República do Chile é essencial para a discussão das ideias de nação, uma vez que trabalhamos com obras produzidas em contextos específicos, marcados por projetos de futuro em litígio. As instituições de ensino, de memória e de produção cultural estavam reorganizando-se ou surgindo nos novos países que se constituíam, atuando em conjunto com o Estado, fomentadas por suas elites. As letras de caráter nacional estavam iniciando suas primeiras

produções, ainda sem muita definição dos campos dos saberes modernos no tocante à especialização de áreas e disciplinas, sendo esse um momento inicial de impulso à produção nacional. A influência das ideias do exterior, sua leitura americana e adaptação às nações que surgiam foram distintas, considerando as características encontradas ou eleitas em cada entidade política que se tornaria nacional.

Ao cotejar as experiências dessas três vidas, podemos compreender melhor os perfis individuais, ambientes políticos e culturais mais abrangentes até questões específicas de cada um dos países estudados. Põem-se em questão o sentido das obras e de sua produção, o combate político, as influências e alinhamentos, as possibilidades — aquelas que foram eleitas e as que foram esquecidas, ou ao menos deixadas para trás. Como afirmamos, a seleção dos personagens foi, então, realizada considerando fatores de contemporaneidade e de participação política e intelectual, e pelo fato de todos três terem escrito sobre as ideias de nação. Entretanto, dividem também outra característica: a de não serem lembrados, ou selecionados em nossos recortes acadêmicos, como historiadores. São apontados, de maneira justaposta, como jornalistas, políticos, militares, professores, mas muito pouco tomados atualmente por historiadores, independentemente de suas influências nas historiografias estudadas.

Este é o cenário constituído para alcançar um conhecimento de ideias de nível regional e para aprofundar o conhecimento do pensamento de um autor pouco analisado, como foi Abreu e Lima. Através da abordagem comparada, ao serem focalizados personagens referenciais atuantes, defensores de projetos nacionais de destaque, com influência em seus países, em distintos níveis, pretende-se observar o quanto esses discursos e projetos se aproximaram ou se distanciaram no tocante às ideias de nação. Dita formulação permite comparar estas perspectivas no mundo hispânico e luso-americano, pelo reconhecimento de influências externas, internas e mútuas, e estudar a circulação de pensamentos, em demandas regionais e locais, entre a Argentina, o Brasil e o Chile.

A escolha da figura do intelectual porta-voz das ideias de nação resultou essencial para o desenvolvimento desta pesquisa. O lugar de memória encontrado nos três personagens é bem diferente, com distintos *status* referentes à contribuição na construção da nação. E essa situação não se deu apenas em suas nações de origem, mas também naquelas em que estiveram e para as quais contribuíram em algum momento de suas vidas. Tanto Abreu e Lima quanto Bello são relacionados aos seus países de origem e aos de adoção. Ambos ligados à Venezuela, Bello por origem e Abreu e Lima por adoção. Por sua vez, Alberdi está

vinculado à Argentina, ao Uruguai e ao Chile, por haver vivido e contribuído também aos dois países anteriores em sua construção identitária. Em todos eles têm lugares de memória distintos, seguindo diferentes tradições, algumas mais próximas, como, por exemplo, o espaço dado ao militar em alguns países e o lugar dos homens de letras, em outros.

Reconhecemos as disparidades entre os três intelectuais, tanto no tocante ao volume e à importância atribuída à sua produção, quanto pelo lugar que cada um ocupa na memória nacional e internacional. A diferença entre a produção relativa à vida e às obras de Alberdi e Bello, em comparação com Abreu e Lima, é imensa. A publicação de seus escritos, seja em vida ou póstuma, tomou dimensões variadas na circulação das ideias produzidas por eles. Essa característica torna possível que o campo referente a Alberdi e Bello, em constante circulação, tenha mais possibilidades de inovação do que aquele relativo ao brasileiro, uma vez que seus textos são estudados continuamente.

Devido às diferenças no que toca ao interesse e à produção historiográfica que cada um desses três personagens suscita, em vida ou após a morte, o impacto da análise ecoa de forma distinta sobre cada um deles. As inovações na interpretação das obras do argentino e do chileno podem ter emergido de forma mais intensa pela constância no tempo, ao ter se efetuado em maior medida entre os historiadores atuais, reformulando-se pelos seus temas, métodos e interesses, do que pela leitura e divulgação de novos documentos. Abreu e Lima, ao contrário, devido a sua secundarização, possibilita estudos novos e fornece documentos pouco estudados, ou mesmo inéditos no meio especializado.

Espero haver justificado, depois da exposição dos perfis intelectuais de Abreu e Lima, Alberdi e Bello, sua eleição neste estudo como personagens porta-vozes de discursos americanos, em comparação relativa a determinados aspectos políticos e culturais. Acreditamos que a pesquisa comparada permite verificar influências intelectuais e propostas elaboradas nas distintas realidades acerca dos temas que pretendemos abordar, ao estabelecer os pontos comuns e as divergências produzidas em cada realidade material e intelectual, sempre considerando, em nossa narrativa, as variáveis tempo e espaço na produção das ideias desses três Estados americanos.

Além de Alberdi e Bello terem preenchido os requisitos apresentados anteriormente, seus países de atuação política e intelectual, Chile e Argentina, contribuíram de maneira relevante para reforçar a escolha por analisá-los. Um dos motivos diz respeito à história relativamente comum desses países do cone sul. O outro refere-se ao fato de representarem regiões administrativas distintas da América hispânica. Alberdi é o porta-voz da experiência

vivida no Vice-reino do Prata e Bello, o representante da trajetória de um país que era uma capitania geral ligada ao Vice-reino da Nova Granada, com o qual se abordam, conjuntamente ao Brasil, três regiões distintas das ex-colônias ibero-americanas.

Considerando o itinerário de vida e de produção intelectual dos personagens, o período escolhido e nossos objetivos, delimitamos os escritos analisados neste trabalho, que julgamos que nos permitem acessar a compreensão das representações de nação. Trabalhamos, prioritariamente, sem excluir outros escritos, com os textos a seguir indicados. Da produção de Alberdi, abordamos *Fragmento preliminar al estudio del Derecho*<sup>7</sup> de 1837 e *Bases y puntos de partida para la organización política de la República Argentina*,<sup>8</sup> publicado em 1852. Em busca da ideia de nação em Abreu e Lima, trabalhamos com o *Bosquejo histórico, político e literário do Brasil*,<sup>9</sup> lançado em 1835 e *Compendio da História do Brasil*,<sup>10</sup> de 1843. Para acessar as ideias de Belo, escolhemos *Principios de derecho de Gentes*<sup>11</sup> de 1832, o *Discurso pronunciado en la instalación de la Universidad de Chile*,<sup>12</sup> de 1843 e uma série de artigos publicados no jornal *El Araucano* em 1848, sendo eles: “Modo de escribir la Historia”,<sup>13</sup> “Modo de estudiar la Historia”,<sup>14</sup> “Constituciones”<sup>15</sup> e “Memoria sobre el servicio personal de los indígenas y su abolición”.<sup>16</sup>

Em busca das representações de nação, desenvolvemos um estudo organizado em quatro capítulos, dispostos segundo a seguinte estruturação: tema e métodos, ambientes intelectuais, biografias dos personagens e análises das ideias de nação constante nas obras indicadas. Em nosso primeiro capítulo, *Debates e percursos: nação e historiografia em uma*

<sup>7</sup> ALBERDI, Juan. B., “Fragmento preliminar al estudio del derecho”, in *Obras Completas de J. B. Alberdi*. Tomo I, Buenos Aires: La Tribuna Nacional, 1886, pp. 99-256.

<sup>8</sup> ALBERDI, Juan. B., “Bases y puntos de partida para la organización política de la República Argentina” *Obras Completas de J. B. Alberdi*. Tomo III, Buenos Aires: La Tribuna Nacional, 1886, pp. 371-580.

<sup>9</sup> ABREU E LIMA, J. I. *Bosquejo histórico, político e literário do Brasil*. Cidade de Nictheroy: Tipografia de Rego e Comp., 1835.

<sup>10</sup> ABREU E LIMA, J. I. *Compendio da História do Brasil*. Rio de Janeiro: Eduardo e Henrique Laemmert, 1843a. Em dois tomos. ABREU E LIMA, J. I. *Compendio da História do Brasil*. Rio de Janeiro: Eduardo e Henrique Laemmert, 1843b. Tomo único.

<sup>11</sup> BELLO, Andrés, “Principios de Derecho Internacional”, in *Obras Completas de Andrés Bello*. Tomo X [Derecho Internacional I]. Caracas: La casa de Bello, 1981, pp. 3-409. BELLO, Andrés. *Principios de derecho de gentes*. Madri: Imprenta de Fuentenebro. Librería de la viuda de Calleja e hijos, 1844. Utilizaremos esta segunda edição ampliada em relação à 1ª edição de 1832.

<sup>12</sup> BELLO, Andrés, “Discurso pronunciado en la instalación de la Universidad de Chile, el 17 de septiembre de 1843”, in *Obras Completas*, tomo XXI [Temas Educativos I], Caracas: Fundación Casa de Bello, 1982, pp. 3-21.

<sup>13</sup> BELLO, Andrés, “Modo de escribir la Historia”, in *Obras Completas de Andrés Bello*. Tomo XXIII [Historia y Geografía]. Caracas: La casa de Bello, 1981, pp. 229-242.

<sup>14</sup> BELLO, Andrés, “Modo de estudiar la Historia”, in op. cit., pp. 243-252.

<sup>15</sup> BELLO, Andrés, “Constituciones”, in op. cit., pp. 253-262.

<sup>16</sup> BELLO, Andrés, “Memoria sobre el servicio personal de los indígenas y su abolición”, in op. cit., pp. 307-322.

*perspectiva comparada das ideias*, optamos por trazer duas discussões principais: teoria e método, relativos ao campo da história comparada, e questões pertinentes às ideias de nação. Procuramos apontar a existência de uma longa relação entre a historiografia e a formação da nação, ambas vinculadas desde o início do século XIX, abordando problemas relativos ao seu estudo. Discutimos também questões pertinentes à historiografia comparada, em seu desenvolvimento e modelos de abordagem, visando à elaboração de referências para o presente estudo e chamando a atenção para a sua relação com o campo do nacional.

No capítulo dois *A nação pelas letras: ambientes intelectuais e primeiros esforços*, procuramos contextualizar o estudo no que tange a questões ligadas ao ambiente intelectual e político das três nações na primeira metade do século XIX, considerando sua importância sobre as obras produzidas em cada país. Foram apresentadas as influências das novas ideias que chegavam à América ibérica, a construção de um novo momento de edificação da nação em sua relação com o Estado, através, por exemplo, de instituições de ensino propostas ou renovadas após as independências. Abordamos movimentos importantes para a produção intelectual como a *Generación de 37* na região do Prata, a *Sociedad Lideraria* de 1842 no Chile e o *Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* no Brasil. Após tratarmos do estabelecimento de ambientes em cada nação, discutimos a produção historiográfica dos três países na primeira metade do século XIX.

Em *Referenciais de vida: formação intelectual e atuação política*, acompanhamos Alberdi, Abreu e Lima e Bello em momentos de suas vidas que norteiam nosso debate a respeito da formação intelectual, alinhamentos ideológicos e conjunturas políticas que nos ajudam a contextualizar o momento de produção de seus escritos. Ao seguir a biografia desses personagens, fornecemos também mais elementos sobre o ambiente político e intelectual das nações abordadas pela apresentação de novos aspectos que envolvem as publicações de suas produções.

Por último, em *Comparando ideias: Alberdi, Abreu e Lima e Bello*, analisamos as ideias de nação contidas nos textos anteriormente indicados. Como prelúdio da discussão, retomamos os debates que envolvem a questão nacional e procuramos compreender a natureza pragmática das publicações estudadas. Nesse sentido, os capítulos dois e três são apoios oportunos à compreensão da análise das obras. Buscamos, primeiramente, encontrar nos discursos definições conceituais sobre as ideias de nação. No entanto, como essas são restritas, apoiamo-nos nas representações do termo, analisando ideias constitutivas da delimitação do próprio conceito de nação, que envolve vocábulos como povo, sistema de

governo, formação intelectual, matrizes históricas, conjunturas políticas e projeções de futuros.

Mediante a apresentação desse percurso, pretendemos contribuir à análise sobre as ideias de nação que constam nas obras abordadas. Intencionamos, ainda, contribuir para a discussão sobre a questão nacional, procurando compreender melhor um assunto que vem se mantendo central no tocante à organização dos povos, como também aos processos constituintes de identidades. Para isso, transitamos por mostras da produção intelectual produzidas regionalmente, por vezes relacionadas à historiografia, uma vez que nos deslocamos entre Argentina, Brasil e Chile por meio de representantes cujas ideias são postas em paralelo, comparativamente, visando a retratar um imaginário coletivo, o da nação, e igualmente o campo do indivíduo, por meio das representações particulares de cada personagem.

## CAPÍTULO I

### DEBATES E PERCURSOS: NAÇÃO E HISTORIOGRAFIA EM UMA PERSPECTIVA COMPARADA DAS IDEIAS

L'histoire comparée, rendue plus aisée à connaître et à servir, animera de son esprit les études locales, sans lesquelles elle ne peut rien, mais qui, sans elle, n'aboutiraient à rien. En un mot, cessons, si vous le voulez bien, de causer éternellement, d'histoire nationale à histoire nationale, sans nous comprendre.  
Marc Bloch<sup>1</sup>

O trabalho aqui apresentado está articulado no campo da História Cultural, mais precisamente em uma perspectiva da História das Ideias, visando a uma análise comparada de discursos de meados do século XIX voltados a questões que envolvem as representações de nação. A partir desses referenciais maiores, a pesquisa tem o objetivo de produzir uma abordagem comparativa de ideias modernas de nação e de elementos que as envolvem, nos novos Estados-nação da Argentina, Brasil e Chile.

Para o desenvolvimento da análise proposta, partimos de discursos, produzidos por intelectuais em cada um desses países, em que tratamos das representações discursivas fundacionais, relacionadas à construção das novas identidades nacionais. Assim, trazemos ao debate, como fio condutor, textos selecionados de obras de José Inácio de Abreu e Lima, Juan Bautista Alberdi e Andrés Bello, elaboradas entre 1830 e 1860 e direcionadas aos temas do passado, da historiografia e das possibilidades de nação. No entanto, antes de abordarmos as realidades de cada país, os ambientes intelectuais, as biografias e obras dos personagens estudados, optamos por organizar um quadro que nos remeta às discussões referentes a abordagens teóricas e metodológicas da construção das ideias de nação e da análise comparada na historiografia, as quais debateremos neste capítulo.

O tema da nação esteve presente durante as produções historiográficas produzidas no século XIX e XX, constituindo-se em importante elemento para a análise do passado e da

---

<sup>1</sup> BLOCH, Marc, “Pour une histoire comparée des sociétés européennes”, in *Mélanges historiques*, vol. 1, Paris: S.E.V.P.E.N., 1963, p. 49. “A história comparada, mais fácil de conhecer e de utilizar, animará com seu espírito os estudos locais, sem os quais nada pode, mas que, sem ela, a nada chegariam. Em uma palavra, deixemos, por favor, de produzir eternamente de história nacional para história nacional, sem nos compreendermos”. A tradução é nossa.

atualidade. A historiografia e a nação possuem uma relação íntima que vem se desenvolvendo desde o início do século XIX e produzindo influências mútuas e marcantes, ainda hoje observáveis. As maneiras pelas quais esse tema foi abordado e desenvolvido foram diversas e apresentam uma historicidade e marcas específicas durante os dois séculos em questão. A nosso ver, os temas que circulam em torno das ideias de nação e historiografia permitem acessar o passado a partir de perspectivas teórico-metodológicas que são apresentadas neste capítulo.

### 1.1 – Nação e historiografia: relações em transformação

A permanente reformulação teórico-metodológica da historiografia, operante desde a década de 20 do século passado, vem renovando continuamente as discussões que perpassam o fazer historiográfico. O reforço dessa tendência se intensificou novamente com as mudanças políticas dos anos oitenta, pela implosão do socialismo real, a qual reforçou a perda de espaços ocupados pelas teorias marxistas também nas universidades.<sup>2</sup>

Com essas reformulações das Ciências Humanas e Sociais,<sup>3</sup> o campo de trabalho do historiador se ampliou, além de se tornar mais complexo quanto às possibilidades analíticas que se reforçaram. Seguindo essa tendência, as mudanças se aceleraram ainda mais nos últimos 30 anos, com a ideia de se viver em diversos níveis uma “época multicultural e de interesses pluriorientados”.<sup>4</sup> Na esteira da pós-modernidade, surgiram novas nomenclaturas que pretendem organizar subáreas da disciplina, definindo seus caracteres identitários por meio da delimitação de campos de estudo, teorias e técnicas historiográficas. No século passado, foram firmadas perspectivas taxonômicas como os *Annales*, história marxista, história econômica, história quantitativa, história social, micro-história, história intelectual, etno-história, nova história, para citar apenas alguns dos nomes que envolveram, em algum momento daquele século ou do atual, um grande número de estudiosos e de produções presentes em diversos países.<sup>5</sup>

---

<sup>2</sup> ANDERSON, Benedict. *Comunidades Imaginadas*. São Paulo: Cia da Letra. 2008. MUSSY, Luís G. de (Editor). *Balance historiográfico chileno. El orden del discurso y el giro crítico actual*. Santiago: Ediciones Universidad Finis Terrae, 2007.

<sup>3</sup> Sobre a relação que vem se mostrando frutífera entre história e outros campos do saber, ver: BURKE, Peter. *História e teoria social*. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

<sup>4</sup> DIEHL, Astor Antônio. *Cultura historiográfica: memória, identidade e representação*. São Paulo: Edusc, 2002, p. 13.

<sup>5</sup> Sobre algumas mudanças historiográficas ocorridas no século XX e ainda vigentes, ver: BURKE, Peter. *A escola dos Annales (1929 – 1989): a Revolução francesa da historiografia*. São Paulo: Fundação Editora da



Lynn Hunt<sup>6</sup> destaca essa diversificação da disciplina, mais precisamente da História Cultural, com suas várias possibilidades de investigação, diferentes percepções e inovações, em teorias como em metodologias de trabalho. A partir dessa ampliação de possibilidades, com variados leques de combinações teóricas e metodológicas, cada pesquisa, mesmo com os pesquisadores partindo de um *ethos* teórico comum, “cria-se” à medida que se avança sobre a análise de seu objeto, que, de certa forma, indica e delimita o caminho a ser percorrido e construído pelo historiador. Aparecem estudos com diversas combinações, por afinidades teóricas e por métodos de abordagem, que ao final produzem um resultado específico para cada trabalho.

Na América Latina, de forma geral, a expansão e multiplicação dos campos historiográficos que afetaram às mudanças na disciplina iniciaram-se na década de 1960, reforçando-se nos anos 80. Até essa época, a historiografia tradicional, macrossocial, de viés econômico, político e bibliográfico, era hegemônica como produção especializada na região. A historiografia era produzida por profissionais autodidatas e de diversas formações, por fora das academias, como Caio Prado Jr., Sérgio Buarque de Holanda e Raymundo Faoro (Brasil), Julio Cesar Jubet e Mario Góngora (Chile), Sergio Bagú (Argentina), Renato Rosaldo e Daniel Cosío Vilellas (México).<sup>7</sup>

Em parte, as mudanças foram provocadas por referenciais para além das instituições de ensino e pesquisa, mais relacionados com as transformações havidas no ambiente social, cultural e político mundial. Entre as modificações ocorridas, pode-se destacar uma, relacionada aos temas da nação e da historiografia. Com o processo de descolonização da África e Ásia, surgiram novos atores políticos e novos Estados-nação, fato esse que constituiu um reforço tanto para a produção de historiografias nacionais, quanto para a elaboração de novas questões. Com mapas redefinidos de uma representação do mundo, mais fragmentado e com leituras *foucaultianas* sobre o poder, a macro-história política, tradicional, perdia espaços perante novas propostas de trabalho.<sup>8</sup>

A nação, como objeto historiográfico, foi alvo constante de pesquisas e acompanhou o processo pelo qual essas mudanças se efetivaram em diversas abordagens e métodos aos quais

---

UNESP, 1997. AGUIRRE ROJAS, Carlos. Antonio. *Uma história dos Annales (1921 – 2001)*. Maringá: Eduem, 2004. JENKINS, Keith. *A História repensada*. São Paulo: Contexto, 2005.

<sup>6</sup> HUNT, Lynn. *A Nova História Cultural*. São Paulo, Martins Fontes, 1992.

<sup>7</sup> MALERBA, Jurandir. *A história na América Latina. Ensaio de crítica historiográfica*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

<sup>8</sup> Idem. Para Malerba, em meados do século XX dá-se início na região a criação e ampliação de cursos de graduação e de pós-graduação em História, o qual produziu um processo de profissionalização, ainda incompleta, da historiografia no continente. Esta profissionalização da disciplina, por vez, contribuiu para as mudanças teórico-metodológicas que vieram a surgir.

se recorre para sua análise. Desde a modernidade oitocentista, o interesse pela questão nacional passou a ser integrante aos estudos históricos. No início do século XIX, as circunstâncias relacionadas à criação de novos Estados, na Europa e na América, direcionaram a investigação sobre o tema. Além das transformações sociopolíticas, houve também mudanças teórico-metodológicas que afetaram a produção historiográfica daquele momento. O avanço do romantismo e a criação de instituições educacionais, escolas, academias, faculdades, universidades, centros de pesquisas e arquivos contribuíram positivamente para a promoção do estudo do passado, preferencialmente àquele voltado aos Estados-nação que recém se criavam. De maneira mais sistematizada, a partir da segunda metade do século XIX, foram concebidas ideias a respeito de uma produção simbólica de valores nacionais, essenciais para a construção das novas entidades. A historiografia participou com ativa contribuição, em um mundo de avanço do letramento, pela sua fixação privilegiada como produtora de saber nas academias e Estados que, então, se constituíam.

Neste percurso, diversos conceitos de nação foram propostos e discutidos, tangenciados por leituras proferidas desde distintos campos ideológicos e por vezes marcadas por questões referentes a conflitos imediatos que demandavam resoluções fronteiriças. Em 1882, em um ambiente de discussão sobre as nações e os nacionalismos alimentado pelas guerras franco-prussianas (1870-1871), em disputa pela Alsácia-Lorena, Ernest Renan (1823-1892) em sua célebre conferência pronunciada na Sorbonne “*Qu’est-ce qu’une nation?*”,<sup>9</sup> defendeu uma proposta que se baseava na vontade do povo na escolha de seu destino nacional. Renan rejeita as ideias correntes da época em estabelecer a nação em bases raciais, linguísticas, religiosas, geográficas, para efetivar uma abordagem “culturalista” e mais democrática. Defendia que a nação envolve operações intelectuais que acionam vivências e desejos, com dimensões de passado presente e futuro. Para Renan:

A nação, como o indivíduo, é o resultado de um longo passado de esforços, de sacrifícios e de devotamentos. O culto aos ancestrais é entre todos o mais legítimo. Os ancestrais fizeram de nós o que somos. Um passado heróico, grandes homens, a glória (me refiro à verdadeira), eis o capital social sobre o qual se assenta uma ideia nacional. Ter glórias comuns no passado, uma vontade comum no presente, ter feito grandes coisas juntos, querer fazer mais, eis as condições essenciais para tornar-se um povo. [...] Uma nação é,

<sup>9</sup> RENAN, Ernest, “O que é uma nação?”, tradução e introdução de Renato Mello, in *Caligrama*. Belo Horizonte, n.º. 4, dez. 1999, pp. 139-180. Disponível em: <<http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&source=web&cd=5&ved=0CFAQFjAE&url=http%3A%2F%2Fwww.periodicos.letras.ufmg.br%2Findex.php%2Fcaligrama%2Farticle%2Fdownload%2F381%2F334&ei=vFsxUYPxL4ie8gT8xYGQDO&usg=AFOjCNHFTgdkd2SAeuT-I9E14qsB-sDM8A&bvm=bv.43148975.d.eWU>> (acessado em 01/03/2013).

assim, uma grande solidariedade, constituída pelo sentimento de sacrifícios já feitos e daqueles que ainda estão por fazer. Ela supõe um passado. Ela se resume, entretanto, no presente por um fato tangível, o consentimento, o desejo claramente expresso de continuar a vida em comum. A existência de uma nação é (perdoem-me essa metáfora) um plebiscito diário, como a existência do indivíduo é uma afirmação perpetua da vida.<sup>10</sup>

A nação autodeterminada e de traços coletivos defendida por Renan não era a que ele encontrava formada na época de sua conferência e nem no passado, pois considerava que a violência fora um elemento presente já nas origens das nações. Essa imposição de ideias de nação também podia ser encontrada nas narrativas e na construção da memória nacional, com a seleção intencional de histórias e de silêncios que constituiriam seu passado. Segundo este autor:

O esquecimento, e até mesmo o erro histórico, são fatores essenciais na criação de uma nação. E é por isso que o progresso dos estudos históricos é, frequentemente, um perigo para a nacionalidade. A investigação histórica, de fato, esclarece os fatos de violência que aconteceram na origem de todas as formas políticas, até mesmo daquelas cujas as consequências foram as mais salutares. A unidade se faz sempre de forma brutal.<sup>11</sup>

No século XX, a historiografia contemporânea, ou ao menos parte dos produtores interessados no tema, considerava que as construção imaginária das nações, como “forja”,<sup>12</sup> “mito”<sup>13</sup> ou “ficções diretriz”,<sup>14</sup> vinha ocorrendo largamente durante os séculos XIX/XX, e ainda continuava em ação. A representação historiográfica oitocentista, construída como acontecimento progressivo, retilíneo e teleológico, passou posteriormente a ser compreendida sob contínua reelaboração social, política e cultural e de apreensões de sua realidade em diversos níveis simbólicos, agindo distintamente como influência sobre as formas de organização social, tanto no espaço quanto no tempo.

As ideias de nação como relevante forma de organização social e como um dos principais componentes da identidade seguem fortes no mundo atual. Esta representação de uma identidade forjada na diferenciação, de um “nós frente aos outros”, imbuída de

<sup>10</sup> RENAN, Ernest, op. cit., pp. 159-160. Consultar também: RENAN, Ernest, “Que é uma nação?”, tradução e introdução de Angela Alonso e Samuel Titan Jr., in *Plural*. Sociologia, São Paulo: Universidade de São Paulo, n.º. 4, 1º semestre, 1997, pp. 154-175. Disponível em: <[http://www.fflch.usp.br/ds/plural/edicoes/04/traducao\\_1\\_Plural\\_4.pdf](http://www.fflch.usp.br/ds/plural/edicoes/04/traducao_1_Plural_4.pdf)> (acessado em 01/03/2013).

<sup>11</sup> RENAN, Ernest, op. cit. p. 147.

<sup>12</sup> BARMAN, Roderick J. *Brazil: The Forging of a Nation, 1798-1852*. Stanford University Press, 1988.

<sup>13</sup> HOBSBAWM, Eric. *Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

<sup>14</sup> SHUMWAY, Nicolas. *A Invenção da Argentina: História de uma idéia*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Brasília: Editora UnB, 2008.

sentimentos de pertencimento, ocupou escalas distintas no último século. Podemos perceber essas formas de vivenciar as nacionalidades se compararmos a época atual com os nacionalismos das conflituosas décadas de 1910, 1920, 1930 e 1940, e se considerarmos como elas perderam espaço, sobretudo no campo das realizações políticas.<sup>15</sup> Já em contraste com essa perda de seu caráter de elemento motor no campo das ações políticas, iniciado após a Segunda Guerra Mundial, no meio acadêmico o interesse pelo tema da nação e do nacional gerou uma ampliação das pesquisas historiográficas na segunda metade do século XX.

A conjuntura de mudanças políticas e culturais da década de 1960 favoreceu o reforço do interesse pelo Estado nacional, pela nação, pelas identidades nacionais como relevantes objetos de estudos das ciências humanas e sociais, que se metamorfoseavam. As historiografias que então surgiam, apesar de focadas no Estado nacional, não eram reedições de antigos modelos de uma história nacional tradicional, oficial ou oficiosa, do governo, da administração ou de seus heróis pátrios, desenvolvidas amplamente no século XIX e parte do século XX. Apareciam novas propostas, distintas teórica e metodologicamente de suas antecessoras, que enfatizavam as possibilidades culturais e os pormenores constituintes de identidades fluídas e sobrepostas, em níveis, camadas e redes de significados, seguindo ferramentas de uma nova história para se abordar, teorizar e buscar compreender a ideias de nação em sua historicidade.

Com algumas concepções provenientes de estudos historiográficos realizados em torno das representações relativas às *nações* e aos *nacionalismos* — esse último, um importante termo que gira em torno da discussão do tema —, europeus e americanos ganharam força dentro dos campos referentes às construções das representações simbólicas, da produção intelectual e do imaginário social. Benedict Anderson, considerando o caráter relacional entre os dois termos e seguindo outros estudos em que o nacionalismo é construtor da nação, dá a seguinte definição para sua *Comunidade Imaginada*:

Ela é *imaginada* porque mesmo os membros das mais minúsculas das nações jamais conhecerão, encontrarão, ou sequer ouvirão falar da maioria de seus companheiros, embora todos tenham em mente a imagem viva da comunhão entre eles. [...] Na verdade, qualquer comunidade maior que a aldeia primordial do contato face a face (e talvez mesmo ela) é imaginada. As comunidades se distinguem não por sua falsidade/autenticidade, mas pelo estilo que são imaginadas. [...] Imagina-se a nação *limitada* porque mesmo a maior delas, que agregue, digamos, um bilhão de habitantes, possui fronteiras finitas, ainda que elásticas, para além das quais existem outras

---

<sup>15</sup> HOBBSAWM, Eric, op. cit. Consultar também: HOBBSAWM, Eric. *A era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

nações. Nenhuma delas imagina ter a mesma extensão da humanidade. Nem os nacionalistas mais messiânicos sonham com o dia em que todos os membros da espécie humana se unirão à sua nação, como por exemplo na época em que os cristãos podiam sonhar com um planeta totalmente cristão.<sup>16</sup>

Essa nação imaginada, criada no imaginário, tem na produção letrada um de seus suportes. Assim, em vista da relação entre a produção historiográfica e o Estado-nação no século XX, a proposta de abordagem da construção das nações por meio das representações produzidas na época remete à análise da produção intelectual que circulava, como ação discursiva em prol da pátria, de articulação de projetos nacionais, convertidos em elementos constitutivos de uma *Comunidade Imaginada*.

Entre os palanques e as arenas de combate desses projetos nacionais, por inúmeras vezes encontramos o conflito veiculado por meio de livros, periódicos, instituições de ensino, músicas e peças de teatro. As produções nacionais com características historiográficas, geográficas, literárias, lexicográficas, artísticas e políticas, desenvolvidas desde o início do século XIX, estiveram associadas às produções simbólicas como ações sociopolíticas. Por seu turno, essas opções foram geridas por anseios de grupos distintos em disputas no interior da pátria, marcada por diferenças ideológicas, de maior ou menor grau, no que tange a diferentes propostas de edificação dos Estados nacionais em fase inicial de desenvolvimento.

Entre os principais temas que se convencionou subsumir na concepção de nação como uma identidade própria, estavam as ideias de origens, limites territoriais, etnia(s), língua(s), povo, *intelligentsia*, a criação de um passado e de uma história própria, configurados em formas de nacionalismos.

A princípio, pode parecer correto considerar-se que haveria historiografia nacional apenas uma vez que existisse uma nação edificada para se refletir sobre ela e sobre o sentimento de pertencimento. No entanto, essa lógica não vem se sustentando e uma ordem inversa de acontecimentos foi colocada em questão, com maior relevância na década de 1980.

Segundo esta reorganização simbólica e teleológica dos elementos nação e nacionalismo, que atendem a interesses diversos e a filiações ideológicas em conflito, considera-se atualmente, não sem debates e discordâncias, que homens de letras do século XIX escreveram retroativamente acerca de nações e Estados nacionais que ainda não existiam efetivamente. Isto significa afirmar que as historiografias nacionais, sobretudo as americanas, integraram um passado nacional, ou ao menos uma representação sobre este, à sua História

---

<sup>16</sup> ANDERSON, Benedict, op. cit., pp. 32-34.

pátria embrionária e incipiente, mesmo antes da formação da nação, no seu rol de histórias nacionais.<sup>17</sup>

Nesse novo mundo letrado e com a valorização de um conhecimento advindo de instituições de ensino, as ciências passaram a ocupar um lugar relevante na constituição dos discursos formadores das novas nações. Dessa maneira, concomitantemente ao surgimento dos Estados nacionais no Novo e no Velho Continente, principalmente sob a influência do engajamento produzido pelo romantismo e posteriormente por pressupostos metodológicos e de cientificidade de meados dos oitocentos, a historiografia passou a ocupar um lugar mais relevante dentro das ferramentas utilizadas na construção dos Estados-nação no mundo ocidental. A relação existente entre Estado-nação e historiografia nacional vem se desenvolvendo a partir de determinado contexto social e intelectual do mundo ocidental e com o avanço do capitalismo, pelo menos desde meados do século XIX. Naquele mundo em franca modernização, o avanço das instituições de ensino e de pesquisa foi essencial para imbuir nos cidadãos de cada uma das diferentes pátrias um conjunto de signos, de preferência homogêneo, que os ligasse legal e sentimentalmente ao Estado e à nação à qual pertenciam.

Na América ibérica,<sup>18</sup> nas primeiras décadas do século XIX, inicialmente em um ambiente conflituoso pós-independência e, posteriormente, com a conquista de alguma

---

<sup>17</sup> HOBBSAWM, Eric. *Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade*, 1990. COLMENARES, Germán. *Las convenciones contra la cultura: ensayos sobre la historiografía latinoamericana del siglo XIX*. Medellín: La Carreta Editores, 2008. WEHLING, Arno. *Estado, História, Memória: Varnhagen e a construção da identidade nacional*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999. EUJANIAN, Alejandro C., “Crítica y poder en los orígenes de la historiografía argentina”, in CANCINO TRANCOSO, Hugo & SIERRA, Carmen de. *Ideas, cultura e historia en la creación intelectual latinoamericana, siglos XIX y XX*. Quito. Abya-Ayala, 1998. Disponível em:

<<http://repository.unm.edu/bitstream/handle/1928/11759/Ideas%20cultura%20e%20historia%20en%20la%20creaci%C3%B3n.pdf?sequence=1>> (acessado em 05/09/2011).

<sup>18</sup> Teremos cuidado, para não incorrerem em um anacronismo, na utilização do termo América Latina, uma vez que esse é bastante recente. No processo de construção e fixação deste conceito, há dois importantes marcos referenciais, um no século XIX e outro no XX. A ideia da origem do termo oitocentista foi construída em meados do século XX, quando se afirmava que a denominação *l'Amérique latine* tinha sido usada por primeira vez por Michel Chevalier em 1836, e reforçada pelas intenções imperialistas da França em 1860. No entanto, dita leitura, baseada no expansionismo francês, vem sendo contra-argumentada com referenciais novos que indicam que a origem do termo ocorreu no próprio continente. Nessa perspectiva, Chevalier, em 1836, não haveria cunhado o termo, apenas constatado características de uma porção da América que era “latina”, sem uma ideia sistematizada sobre o termo em questão. Desde o início da década de 1850, um uso mais próximo e sistematizado de um conceito de “América Latina” estava sendo cunhado por intelectuais hispano-americanos, como o dominicano Francisco Muñoz del Monte, os chilenos Santiago Arcos e Francisco Bilbao, e principalmente o colombiano José Maria Torres Caicedo. Recentemente, após a Segunda Guerra, em 1948, o termo ganhou aderência interna, com o surgimento da Comissão Econômica para a América Latina e Caribe - CEPAL. O outro momento relevante para o reforço da denominação ocorreu após o ano de 1959, com a Revolução Cubana. Ver: PHELAN, L John, “El origen de la Idea de Latinoamérica”, in *Ideas en torno de Latinoamérica*. México: Universidad Nacional Autónoma de México, 1986. BRUIT, Héctor, “A invenção da América Latina”, in ANPHLAC. *Anais Eletrônicos do V Encontro da ANPHLAC*. Belo Horizonte, 2000. <[http://anphlac.org/upload/anais/encontro5/hector\\_bruit.pdf](http://anphlac.org/upload/anais/encontro5/hector_bruit.pdf)> (acessado em 04/12/2012). ARDAO, Arturo. *América Latina y la latinidad*. México: Universidad Nacional Autónoma de México, 1993. QUIJADA, Mónica,

estabilidade política, políticos/militares/jornalistas/historiadores participaram da constituição dos novos Estados, por vezes de dentro deles, iniciando conjuntamente a escrita e a reflexão sobre as identidades, a simbologia e as trajetórias nacionais que se formavam.

O olhar dos intelectuais dirigido às questões da nação e do Estado na América ibérica adquiriu novos tons a partir da década de 1830, ao atribuir leituras à pátria que foram se diferenciando das recolhidas no início do século XIX. No entanto, independentemente das diferenças, a voz que deram ao passado e ao presente constitui um dos aspectos centrais dos textos dos intelectuais ibero-americanos. Carlos Altamiro, com talvez algum romantismo, acredita que:

Si se piensa en el siglo XIX, no podrían describirse adecuadamente ni el proceso de la independencia, ni el drama de nuestras guerras civiles, ni la construcción de los estados nacionales, sin referencia al punto de vista de los hombres de saber, a los letrados, idóneos en la cultura escrita y en el arte de discutir y argumentar.<sup>19</sup>

Esses discursos, produzidos sobre e para a nação, constituem documentos elaborados pelas elites locais, com suas leituras do passado, conveniências, crenças do presente e anseios do futuro. Alguns foram concretizados, elevados à categoria de histórias oficiais e ao estatuto de verdade. Outros resultaram vencidos, enfraquecidos, apagados da memória e esquecidos como componentes de uma identidade passada, mas também atual. Quais discursos são esses e o que propunham? Estavam isolados em suas pátrias ou se achavam disseminados regionalmente? De onde vinham e como chegavam aos intelectuais americanos? Apresentavam ideias opostas ou compartilhavam diretrizes básicas? Estas são algumas das perguntas que formam parte das discussões referentes às representações pertinentes à construção do imaginário social no tocante à adoção da ideia de nação, uma categoria central nas novas organizações políticas que se estabeleciam, edificando identidades nacionais, desde o século XIX.

Ao se considerar a permanência do interesse historiográfico pela problemática da nação e de seu papel protagonista entre as ciências na construção do Estado nacional, a

---

“Sobre el origen y difusión del nombre ‘América Latina’ (o una variación heterodoxa en torno al tema de la construcción social de la verdad)”, in *Revista de Indias*, vol. LVIII, n.º. 214, 1998. Disponível em: <[http://digital.csic.es/bitstream/10261/9354/1/Monica Quijada Sobre el nombre America Latina1998%5B1%5D.pdf](http://digital.csic.es/bitstream/10261/9354/1/Monica_Quijada_Sobre_el_nombre_America_Latina1998%5B1%5D.pdf)> (acessado em 27/12/2012).

<sup>19</sup> ALTAMIRANO, Carlos (Dir.). *Historia de los intelectuales en América Latina. La ciudad letrada, de la conquista al modernismo*. Buenos Aires: Katz Editores, 2008, p. 9.

escolha de uma abordagem cultural no campo da História das Ideias<sup>20</sup> tem uma explicação que advém da própria ligação entre a formação da nação e a produção intelectual do século XIX. Exemplos que ilustram o processo pelo qual essas ideias foram tomando concretude naquele contexto podem ser encontrados em obras como as dos franceses Jules Michelet e François Guizot, dos chilenos Diego Barros Arana e Benjamín Vicuña Mackenna, dos argentinos Vicente Fidel López e Bartolomé Mitre, ou dos brasileiros Francisco Adolpho de Varnhagen e Capistrano de Abreu, para não citarmos os nossos três autores.

Mais recentemente, sobretudo a partir das reflexões teóricas e metodológicas da década de 1980, a nação e o nacionalismo constituíram-se em tema central de renomadas obras da historiografia contemporânea. Entre esses trabalhos, vale mencionar escritos como os de Ernest Gellner, Eric Hobsbawm, Benedict Anderson, Hans-Joachim König, Germán Colmenares, como tantos outros que imprimiram importância à produção simbólica, à formação e produção intelectual, à circulação de ideias, à “consciência nacional” e aos “nacionalismos” como elementos relevantes na criação da nação e do Estado nacional.

Diante da conjunção desses indicadores teórico-metodológicos, diacrônicos e dialógicos, uma vez que historiadores atuais estudam historiadores do século XIX, decidimos elaborar um estudo comparado de questões ligadas à construção das representações da nação na Argentina, no Brasil e no Chile em meados do século XIX, utilizando a análise da produção intelectual dos pensadores selecionados. Pretendeu-se aqui analisar o “espaço de experiência” desses países sul-americanos, para examinar discursos fundacionais de identidades em disputa no interior de distintos projetos nacionais, carregadas com ideais imediatos e com “horizontes de expectativas” diferentes.<sup>21</sup>

É relevante salientar, ainda, que essas representações de nação são constituições históricas que estavam em fase de construção, não podendo ser tomadas como expressões acabadas de cada nacionalidade. Esses conjuntos de ideias, em decorrência do tempo e das mudanças estruturais e conjunturais de cada país, sofreram alterações de interesses e direcionamentos que afetaram as dinâmicas políticas, econômicas, sociais e intelectuais que então conquistavam, ou perdiam espaço, na Argentina, Brasil e Chile. Ditos percursos

---

<sup>20</sup> Em relação ao histórico do desenvolvimento da disciplina na América Latina e quanto às críticas à História das Ideias, em contraponto com uma História Intelectual, ver: EZCURRA, Mara Polgovsky, “La historia intelectual latinoamericana en la era del ‘giro lingüístico’”, in *Nuevo Mundo Mundos Nuevos*. Disponível em: <<http://nuevomundo.revues.org/60207>> (acessado em 02/11/2012). Ezcurra indica o início da História das Ideias na América Latina com os trabalhos produzidos no México pelo filósofo espanhol José Gaos e seu aluno Leopoldo Zea.

<sup>21</sup> KOSELLECK, Reinhart. *Future Past. On the semantics of historical time*. Cambridge: Cambridge University Press, 1985.



atingem um sentido mais amplo e delimitado quando seus contornos são inseridos nos debates junto às escolas de pensamento, aos demais intelectuais, aliados ou inimigos em disputa em cada projeto nacional.

## 1.2 - Nações e nacionalismo: leituras em construção

A atividade intelectual, interagindo com sentimentos de pertencimento e distinção na constituição de nacionalismos, exerce um papel essencial na criação simbólica dos Estados nacionais. Entendemos por nacionalismo um conjunto de símbolos, representações, discursos e sentimentos compartilhados, frutos de determinadas conjunturas e estruturas históricas, ligados a identidades pátrias vinculadas a um Estado e que, tomados por via de regra como auto-identificações, são constituintes de valores e tomados como referenciais de ação.<sup>22</sup>

Hobsbawm, ao refletir acerca da questão, guiando-se pelas ideias de Ernest Gellner sobre a existência de uma relação entre o nacionalismo e a nação, conjuntamente com a crença de uma criação “ficcional” dos nacionais. Hobsbawm problematizando o que seria uma nação afirma que:

com Gellner, eu enfatizaria o elemento do artefato, da invenção e da engenharia social que entra na formação das nações. ‘As nações, postas como modos naturais ou divinos de classificar os homens, como destino político ... inerente, são um mito; o nacionalismo, que às vezes toma culturas preexistentes e as transforma em nações nações, algumas vezes as inventa e frequentemente oblitera as culturas preexistentes: isto é uma realidade’. Em uma palavra, para os propósitos da análise, o nacionalismo vem antes das nações. As nações não formam os Estados e os nacionalismos, mas sim o oposto”.<sup>23</sup>

Essa “consciência nacional” *a priori* apareceu representada em diversos estudos que versam sobre o tema, em boa medida nos trabalhos referentes aos homens letrados das elites

---

<sup>22</sup> Assim como ocorre com o conceito de nação, o de nacionalismo também apresenta diversas definições, fixadas no tempo, no espaço e de contexto ideológico. O nacionalismo na América Latina, novamente seguindo a tendência da discussão de nação, foi pouco abordado como objeto acadêmico no tocante a compreensão do tema e de suas diferentes manifestações no continente, apesar da presença de estudos sobre o assunto desde 1980. Ver: PAMPLONA, Marco Antonio; DOYLE, Don H. (orgs). *Nacionalismo no Novo Mundo*. Rio de Janeiro: Record, 2008, pp. 18-28.

<sup>23</sup> HOBBSAWM, Eric, op. cit., p. 19. No mundo atual podemos verificar a força do nacionalismo como fator importante para a construção nacional se olharmos, por exemplo, o Estado nacional espanhol, ou plurinacional, constantemente contestado e em contínuo conflito em seu interior, com as reivindicações de algumas de suas regiões para se constituírem como novos Estados nacionais, como nos casos do País Basco (Euskal Herria) e da Catalunha. A região do Curdistão, formada por aproximadamente 26 milhões de curdos, que requerem à comunidade internacional a formação de um Estado nacional, está dividida em diversos países: Turquia, Iraque, Irã, Síria, Armênia e Azerbeijão.

americanas e a suas obras direcionadas à reflexão do nacional. Muitos desses personagens, localizados entre o político, o militar e o intelectual, por vezes matizados, como era comum à época, lutavam pelo poder e defendiam distintas concepções políticas daquelas pátrias em construção. Tais pugnas “políticas/intelectuais” eram assim travadas não apenas nas batalhas e nas tribunas, mas também em periódicos — efêmeros ou mais duradouros —, em produções jurídicas, trabalhos acadêmicos, produções historiográficas e escritos literários.<sup>24</sup>

Desde seu início, a relação existente entre a edificação da nação e a constituição das identidades sofreu modificações, ligadas à temporalidade e ao conceito de nação que se empunhava. A própria tentativa de se conceituar o que faz/é uma nação tem sido um complexo trabalho para os teóricos sociais dedicados ao assunto. No histórico apresentado por Hobsbawm em *Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade*, pode-se perceber como as variáveis acionadas para a definição são complexas e como indicaram possibilidades múltiplas, que mais parecem se complementar do que se excluir na definição de um conceito. Talvez por essa dificuldade prefira o autor iniciar sua tentativa de conceituação com outra ideia, procurando, como Ernest Gellner,<sup>25</sup> encontrar a essência fundante da nação no nacionalismo.<sup>26</sup>

Assim, tanto a ideia de nação muda constantemente, como a produção historiográfica modifica seu olhar lançado ao passado, sendo as próprias mudanças conceituais e de práticas históricas, pontos de inflexão sobre a relação entre as nações, os nacionalismos e os Estados nacionais. François-Xavier Guerra nos alerta para a transformação que a definição de nação sofreu na virada do século XVIII para o XIX, até atingir seu conceito moderno.<sup>27</sup> Guerra atentou não apenas para a transformação revolucionária do conceito na América hispânica, mas para a forma como foi compreendido e vivenciado na era colonial e no pós-independência, quando os “*pueblos comunidades*” se transmutavam em povo da nação moderna.

A transformação do conceito de nação pode ser percebida com o avanço da modernidade. Entre as ferramentas que foram empregadas na construção pátria estava a língua, em processo de modernização e de oficialização. Uma maneira estratégica, instituinte, de difundir as novas ideias teve lugar via letramento, pela ampliação do ensino e pela

<sup>24</sup> RICUPERO, Bernardo. *O romantismo e a idéia de nação no Brasil (1830 – 1870)*. São Paulo: Martins Fontes, 2004. COLMENARES, Germán, op. cit.

<sup>25</sup> GELLNER, Ernest. *Nations and Nationalism*. Nova York: Cornell University Press, 1983.

<sup>26</sup> HOBBSAWM, Eric, op. cit., pp. 14-23.

<sup>27</sup> GUERRA, François-Xavier. *Modernidad e independencias. Ensayos sobre las revoluciones hispánicas*. México: Fondo de Cultura Económica, Editorial Mapfre, 1993. Ver também: KOSELLECK, Reinhart, op. cit.

produção de livros, ganhando destaque um instrumento em expansão na época: o dicionário moderno.

É interessante notar que os dicionários costumam ser conservadores em consideração à língua falada e ao cuidado na inclusão de verbetes.<sup>28</sup> Tendem a optar por algumas formas em detrimento de outras, exigindo uma prévia concretização autorizada ou uma difusão constatada do uso do léxico, antes de lhe conceder sua legitimação sob a forma de unidades dicionarizadas. Apesar da lenta assimilação dos usos linguísticos vernaculares de *nação* e *nacionalismo* pelos dicionários, percebe-se uma modificação visível no tratamento lexicográfico dos termos durante o final do século XVIII e início do XIX.

Em castelhano, por exemplo, o conceito de *nação* foi se modificando com o passar do tempo, reforçando-se e ampliando-se paralelamente à constituição dos novos Estados americanos, em meados do século XIX. Essas mudanças estão registradas nos dicionários elaborados pela Real Academia Espanhola (RAE), importante veículo de divulgação e de homogeneização do castelhano na América e na península ibérica.

No verbete do primeiro dicionário da Real Academia Espanhola, conhecido como o Dicionário de Autoridades e publicado em diversos volumes entre 1726 e 1739, nota-se que o termo “*nação*” é pouco elaborado e concentrado em um volume reduzido de acepções. A distância conceitual com relação à situação atual remete para diferenças como a atribuição quase que exclusiva de uma nacionalidade, em relação a uma província, à ligação à *patria chica*. Na definição apresentada, os elementos utilizados para a constituição da ideia de *nação* são: nascimento, origem, estrangeiro e povo. Trata-se, portanto, de elementos que acionam tanto identidades pessoais como traços coletivos, podendo ser característicos seja do próprio, seja da alteridade.

Em 1734, a seguinte definição de *nação* proposta pela RAE foi apresentada no *Diccionario de lengua castellana, en que se explica el verdadero sentido de las voces, los proverbios o refranes, y otras cosas convenientes al uso de la lengua*,<sup>29</sup> com três acepções atribuídas ao verbete:

NACION. S. F. El acto de nacer. En este sentido se usa en el modo de hablar de nación, en lugar de nacimiento: y así dicen, ciego de nacion. Lat. *Nativitas*.

<sup>28</sup> GUERRA, François-Xavier, “A *nação* moderna: nova legitimidade e velhas identidades”, in JANCSÓ, István (org.). *Brasil: Formação do Estado e da Nação*. São Paulo: Hucitec; Ijuí: Editora Unijuí, 2003, pp. 35, nota de rodapé nº. 4.

<sup>29</sup> Todos os dicionários da RAE podem ser consultados em: <<http://ntlle.rae.es/ntlle/SrvltGUILoginNtlle>>.

Nacion. La coleccion de los habitantes en alguna Provincia, País o Reino. Lat. *Natio*. Gens. Fr. L. de Gran. Symb. Part. I cap. 3. Con ser tantas y tan varias las naciones del mundo. Ercill. Arauc. Cant. 12 O&. 45.

*Pero tan grande crédito alcanzaba,  
Que toda la Nacion le respetaba.*<sup>30</sup>

Nación. Se usa frecuentemente para significar qualquier Extrangero. Es del estilo baxo. Lat, *Extera gentis homo*.<sup>31</sup>

Tais acepções seguem as mesmas durante o século XVIII, sem apresentar mudanças profundas no conceito. Desde sua primeira publicação, o verbete não foi modificado até 1791, em que foi acrescentado um componente a mais em relação ao termo. Nesse ano, e em último lugar na microestrutura do verbete, veio o seguinte acréscimo, agora no *Diccionario de la lengua castellana compuesto por la Real Academia Española, reducido para un tomo para su más fácil uso*: “*De nacion. mod. adv. Con que se da a entender la naturaleza de alguno, o de donde es natural*”.<sup>32</sup> Até a edição de 1822 não houve novas modificações para o significado da palavra, existindo apenas mudanças na forma da apresentação, pois as três acepções iniciais foram concentradas em uma.

Em 1832, surgiu uma novidade que indica uma transformação rumo a um sentido mais político, coletivo e territorializado do termo. Nesse ano, vemos surgir a ideia de uma nova relação, com a inserção da seguinte frase junto às definições anteriores: “*Conjunto de los habitantes en alguna provincia, país ó reino*”.<sup>33</sup> Em 1852, dita frase foi modificada, com o qual se direcionou o significado do termo também ao lugar ou entidade política. Tem-se, assim, a seguinte redação: “*Conjunto de los habitantes en alguna provincia, país ó reino, y el mismo país ó reino*”.<sup>34</sup>

Contudo, foi somente em 1869 que alterações mais significativas foram processadas. Nessa edição, a definição usada pela Real Academia Espanhola passou a designar uma concepção ligada à política e à soberania como fundamentos da ideia de nação. No então

<sup>30</sup> Essa é uma referência ao poema épico quinhentista de Alonso Ercilla, *La Araucana*, em que são exaltadas as qualidades guerreiras e nobres do povo mapuche, que se tornaria um mito da formação da própria nacionalidade chilena. No decorrer do século XIX, as representações sobre os povos indígenas foram variando entre sua exaltação e negação, prevalecendo a última.

<sup>31</sup> Real Academia Española. *Diccionario de lengua castellana, en que se explica el verdadero sentido de las voces, los proverbios o refranes, y otras cosas convenientes al uso de la lengua*. Tomo IV. Madri: Imprenta de la Real Academia Española, 1734, p. 644. Esta primeira edição lançou um dicionário com base no que denominou “autoridades”, baseando o conhecimento exposto na citação de escritos de autores, especialmente do chamado Século de Ouro espanhol, o XVII.

<sup>32</sup> Real Academia Española. *Diccionario de la lengua castellana compuesto por la Real Academia Española, reducido para un tomo para su más fácil uso*. Madri: viuda de Joaquín Ibarra, 1791, p. 584.

<sup>33</sup> Real Academia Española. *Diccionario de la lengua castellana por la Real Academia Española*. Madri: Imprenta Real, 1832, p. 505.

<sup>34</sup> Real Academia Española. *Diccionario de la lengua castellana por la Real Academia Española*. Madri: Imprenta Nacional, 1852, p. 471.

*Diccionario de la lengua castellana por la Real Academia Española*, a nova ideia era apresentada da seguinte forma:

NACION. f. El acto de nacer. En este sentido lo usa el vulgo, en lugar de nacimiento; y así se suele decir: ciego de nación. // El Estado ó cuerpo político que reconoce un centro comun supremo de gobierno. // Se dice tambien hablando del territorio que comprende, y áun de sus individuos, tomando colectivamente. // Conjunto de los habitantes en alguna provincia, país ó reino, y el mismo país ó reino. // Se usa vulgarmente en singular y en masculino para significar cualquier extranjero. // De nacion, mod. adv. Con que se da á entender la naturaleza de alguno, ó de dónde es natural.<sup>35</sup>

As edições se sucedem até que, por fim, chega a publicação de 1925, que trouxe uma novidade significativa desde as modificações inseridas na edição de 1869. O conceito passou a abranger questões culturais e étnicas entre os elementos que o caracterizam e o definem. Pela primeira vez, apareceu no dicionário o idioma como questão constitutiva de uma nação. Para a entrada “nacion”, encontramos no *Diccionario de la lengua Española* a definição a seguir:

Nacion. (Del lat. *Natio*, -onis.) 1. Conjunto de los habitantes de un país regido por el mismo gobierno. // 2. Territorio de ese mismo país. // 3. fam. Nacimiento, 1.<sup>a</sup> acep. *Ciego de Nación*. // 4. Conjunto de personas de un mismo origen étnico y que generalmente hablan un mismo idioma y tienen una tradición común. // 5. m. ant. Extranjero, 2.<sup>a</sup> acep. Ú. en *Bol.* // De nación. loc, con que se da a entender la naturaleza de uno, o de dónde es natural.<sup>36</sup>

Outro importante elemento cuja transmutação conceitual precisa ser acompanhada ao longo do tempo é *nacionalismo*. Sua importância atual é devida à compreensão da historiografia recente acerca de sua contribuição como relevante componente da análise necessária à elaboração da ideia de nação, assim como sua possível relação com o Estado. No entanto, e por sua vez, o verbete *nacionalismo*, na contramão da tendência defendida pela literatura especializada, não se constituiu como unidade lexicográfica antes de o termo nação ter assumido esse caráter, nem sequer concomitantemente, como se poderia prever. Isso considerando as possibilidades teóricas sobre o tema, uma vez que observamos sua expressão

<sup>35</sup> Real Academia Española. *Diccionario de la lengua castellana por la Real Academia Española*. Madri: Imprenta de Don Manuel Rivadeneyra, 1869, p. 531.

<sup>36</sup> Real Academia Española. *Diccionario de la lengua española*. Madri: Calpe, 1925, p. 842. É interessante notar que neste ano há uma mudança no nome do dicionário, deixa de ser apresentado como “língua castelhana” e passa a sustentar o termo “língua espanhola”, substituindo a denominação de uma região do Estado (Castela) por uma denominação mais nacional.

por via da construção de símbolos, bandeiras, mapas, estereótipos, origens, canções, literatura, elementos esses constitutivos das identidades locais.

Sua trajetória no dicionário da RAE não demonstra que as inferências historiográficas são falhas. A compreensão e incorporação lexicográfica tardia, ou uma definição conceitual do fenômeno, parecem não o ter acompanhado como acontecimento social e político, como ação formadora de imaginário contemporâneo, produzindo e sendo influenciada por ações e ideologias em determinados espaços históricos.

No dicionário da RAE, o surgimento do verbete *nacionalismo*, em comparação com o conceito de *nação*, é separado por um longo intervalo de tempo. A primeira palavra apareceu apenas na edição de 1869 e com uma definição que podemos considerar, aos olhos de hoje, como pouco elaborada, relacionada ao campo dos sentimentos ligados à terra de origem. A reflexão da época teve como sua primeira acepção o conceito adjunto: “*El apego de los naturales de una nación á ella propia y á cuanto le pertenece*”.<sup>37</sup>

Após um longo percurso, em um momento de constantes transformações na cartografia e na política da Europa, a entrada mostra estar acompanhando as demandas sociais em voga no momento. No ano de 1925, o verbete em questão apresentou uma alteração que avançou na construção do que viria a significar a palavra, incluindo um sentido doutrinário e de uma provável influência freudiana. Nesse ano, apareceu a seguinte proposta para a definição de *nacionalismo*: “*Apego de los naturales de una nación a ella propia y a cuanto le pertenece. Doctrina que exalta en todos los órdenes la personalidad nacional completa, o lo que reputan como tal los partidarios de ella*”.<sup>38</sup>

Em terras vizinhas, em Portugal, os dicionários também apresentam, logicamente, modificações para a compreensão do que seria uma nação. Vejamos o verbete lusitano presente na que é considerada a primeira iniciativa para a construção de um dicionário moderno da língua portuguesa, organizado pelo padre Rafael Bluteau (1638-1734) entre os anos de 1712 a 1728 e constituído em sua totalidade por 10 volumes. No tomo publicado em 1728, deparamo-nos no *Vocabulario portuguez & latino: aulico, anatomico, architectonico*, com a seguinte proposta de conceitualização de *nação* em forma de verbete:

Nação. Nome colectivo, que se diz da Gente, que vive em alguma grande região, ou Reyno, debaixo do mesmo Senhorio. Nisto se differença nação de povo, porque nação compreende muitos povos, & assim Beirões, Minhotos,

<sup>37</sup> Real Academia Española. *Diccionario de la lengua castellana por la real Academia Española*. Madrid: Imprenta de Don Manuel Rivadeneyra, 1869, p. 531.

<sup>38</sup> Real Academia Española. *Diccionario de la lengua española*. Madrid: Calpe, 1925, p. 842.

Alentejoens, & c. compreendem a nação Portuguesa; Bávaros, Saxões, Suabos, Amburguezes, Brandeburguezes, & c. compoem a nação Alemã; Castellanos, Aragonos, Andaluzes, & c. compõem a nação Hespanhola.<sup>39</sup>

Outro trabalho em português que nos permite verificar as modificações sofridas pelo conceito de nação é aquele reconhecido de fato como o primeiro dicionário moderno da língua, o *Diccionario da Lingua portugueza — recopilado dos vocabularios impressos ate agora, e nesta segunda edição novamente emendado e muito acrescentado, por Antonio de Moraes Silva*, publicado em 1789. A obra, escrita pelo lexicógrafo natural do Rio de Janeiro — como consta no subtítulo —, foi lançada pela primeira vez na cidade de Lisboa e manteve reedições durante os séculos XIX e XX, circulando em Portugal e no Brasil.<sup>40</sup>

A segunda edição, considerada mais próxima de um formato “definitivo”, apareceu em 1813 com alterações. Esse trabalho, que viria a ocupar um lugar significativo na lexicografia dos dois lados do Atlântico, alcançou relevante importância para a língua portuguesa moderna. Quanto ao verbete “nação”, apresentado inicialmente pela obra no ano de 1789, esse vai se repetir em sua segunda edição, sem modificações. A definição de Moraes também não se diferencia muito da proposta oferecida por Bluteau. Diz Moraes: “NAÇÃO, s. f, A gente de hum paiz, ou região, que tem linguas, leis e governo a parte: v. g. a *Nação Franzeza, Hespanhola, Portugueza*. § *Gente de nação* i. e. descendentes de judeos, christãos novos. § *Raça, casta, espece, Prestes*”.<sup>41</sup>

O termo “nacionalismo” foi foco do interesse lexicográfico, assim como em castelhano, em um momento posterior às definições do conceito de nação. No entanto, a

<sup>39</sup> BLUTEAU, Raphael. *Vocabulario portuguez & latino: aulico, anatomico, architectonico*. Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1728, pp. 658-659. Disponível em: <<http://www.brasiliana.usp.br/pt-br/diccionario/1/na%C3%A7%C3%A3o>> (acessado em 30/09/2012).

<sup>40</sup> Sobre o assunto, consultar: VERDELHO, Telmo, “O dicionário de Moraes Silva e o início da lexicografia moderna”, in *História da língua e história da gramática – acta do encontro*. Braga, Universidade do Minho / ILCH, 2003, pp. 473-490. Disponível em: <[http://clp.dlc.ua.pt/Publicacoes/Diccionario\\_Morais\\_Silva.pdf](http://clp.dlc.ua.pt/Publicacoes/Diccionario_Morais_Silva.pdf)> (acessado em 30/09/2012). A proposta de Antônio Moraes implicou uma reforma significativa do trabalho do padre jesuíta Rafael Bluteau, ao conter transformações relevantes, e modificar sua estruturação e forma de apresentação. Houve, por um lado, uma redução significativa da obra de Bluteau por meio da retirada de milhares de entradas; isto é, da macroestrutura da obra. Moraes reduziu também a forma de apresentação dos verbetes, a microestrutura. Diversas entradas temáticas, filosóficas, de sinônimos e de explicações de diversas naturezas deram lugar a uma entrada com significados diretos e de caráter monolíngue. O autor optou ainda por realizar inserções de outros milhares de palavras que estavam ausentes na obra de Bluteau. A obra popularizou-se ainda mais em 1806, quando se lançou o *Novo Diccionario da Lingua Portuguesa*, monolíngue, de tamanho reduzido, de uso prático e portátil, voltado inicialmente aos estudantes.

<sup>41</sup> MORAIS, Antônio Silva. *Diccionario da lingua portugueza - recopilado dos vocabularios impressos ate agora, e nesta segunda edição novamente emendado e muito acrescentado, por Antonio de Moraes Silva*. Tomo 2. Lisboa: Oficinal de Simão Thaddeo Ferreira, 1789, p. 107. Disponível em: <<http://www.brasiliana.usp.br/pt-br/diccionario/edicao/2>> (acessado em 30/09/2012). *Diccionario da lingua portugueza recopilado dos vocabularios impressos até agora, e nesta segunda edição novamente emendado, e muito acrescentado, por Antonio de Moraes Silva*. Lisboa: Typographia Lacerdina, 1813. Na edição de 1835 do trabalho de Moraes, o termo “nação” não muda seu significado.

referência no dicionário da língua portuguesa foi registrada bem mais tarde do que no correspondente da língua espanhola. Nem no trabalho pioneiro do jesuíta de 1728, nem nas publicações de Moraes de 1789, pretensa reforma sobre o Bluteau, ou na segunda edição do dicionário vinda à luz em 1813 e na quarta publicação da obra no ano de 1835, há entrada ou referências ao termo. Tampouco encontramos referências ao conceito de nacionalismo na obra de outro autor americano, Luiz Maria Pinto, promotor do *Diccionario da lingua Brasileira* lançado em 1832.<sup>42</sup>

Nesse intervalo de tempo, podemos verificar as transformações ocorridas nos verbetes apresentados durante o século XIX. Observamos que a ideia construída em torno da representação da nação, posta em comparação entre as duas línguas, surgiu inicialmente de forma mais abrangente em português do que em espanhol, com apresentação de mais de um núcleo constituinte. Assim, nos dicionários brasileiro e português comentados, a entrada para “nação” se registra desde sua origem lexicográfica de modo mais amplo. A apresentação primeira já inclui referências relacionadas às bases formadoras dos elementos de identidade que serão parte integrante da representação moderna de nação. No entanto, se se acompanha o desenvolvimento oitocentista na língua castelhana, constata-se que o termo foi crescendo em complexidade ao longo das sucessivas edições e terminou concretizando-se, ainda no século XIX, em uma definição mais completa do que em português no tocante às matrizes identitárias nacionais, ao serem ampliadas as referências do conceito.

Quando abordamos os primeiros trinta anos do século XIX, processos de transformação como o avanço do capitalismo, o fim do Antigo Regime e as independências podem ter sido consideravelmente rápidos e profundos no que tange a suas mudanças. Em contraposição, as modificações encontradas nos verbetes dos dicionários analisados parecem tímidas se comparadas com os processos observados nos conturbados campos político, econômico e social. Nessas esferas das sociedades ibero-americanas, para o caso do nacionalismo, os eventos parecem ter se desenvolvido de forma mais célere que a concretização em propostas lexicográficas da capacidade de se produzir um conceito em forma de verbete dicionarizado a partir de um amplo elemento vivenciado na nova organização social.

---

<sup>42</sup> PINTO, Luiz Maria da Silva. *Diccionario da lingua Brasileira*. Ouro Preto: na Typographia de Silva, 1832. Disponível em: <<http://www.brasiliana.usp.br/bbd/handle/1918/02254100#page/1/mode/1up>> (acessado em 30/09/2012). O conceito de nação é igual ao disponibilizado por Moraes. A obra publicada em 1832 apresentava praticamente o mesmo texto de Moraes para o verbete “nação”.



### 1.3 - Geração de identidades na América Latina: o nós em definição

Se lenta foi a entrada nos dicionários das formas “nación” e “nacionalismo”, não o foi menos a de “americano”. Ausente da primeira edição do Dicionário de Autoridades, da RAE, o verbete correspondente apareceu apenas em 1770, no primeiro e único tomo (letras A-B) de uma frustrada edição atualizada da obra, projeto cuja continuidade foi abandonada em favor da edição lançada em 1780 em um só volume, da qual se retiraram os exemplos de uso provenientes das “autoridades”. É nesse solitário volume da edição de 1770 que foi inserida, por primeira vez pela RAE, uma entrada para a voz “americano”: “*El natural de América ó lo que pertenece á ella*”.<sup>43</sup>

Em relação a identidades de dimensões geograficamente mais reduzidas, “argentino” — que ingressara na produção lexicográfica da instituição em 1843<sup>44</sup> — passou a incluir acepções referidas a elementos identitários apenas em 1869: “*El natural de la República Argentina, ó sea Provincias Unidas del Rio de la Plata*”. No caso de “chileno” o “chileno”, a aceção que encontramos define como: “*El natural de Chile ó lo perteneciente á aquel país*”, isso aconteceu em 1852.<sup>45</sup> Já “brasileño” estava presente nos dicionários da RAE desde 1780, como: “*Lo perteneciente al Brasil, y el natural de allí*”.<sup>46</sup>

Esses verbetes, independentemente de suas datas de passagem a unidades lexicográficas, são indicativos da existência, entre os habitantes da América, de reconhecimentos identitários de pertencimento subdivididos em relação à colonização. De fato, além da condição de americano, era comum os cidadãos da época denominar-se como ingleses americanos, espanhóis americanos ou portugueses americanos. Luís Cláudio Villafañe Santos considera que esse reconhecimento foi matéria de uma identidade “pré-

<sup>43</sup> Real Academia Española. *Diccionario de la lengua castellana compuesto por la Real Academia Española. Segunda impresión corregida y aumentada*. Tomo primero. A-B. Madri: Joaquín Ibarra, 1770, p. 222. Os dicionários de Bluteau, de 1728, de Moraes em 1789 ou de Pinto, de 1832, não apresentam entradas para o vocábulo americano.

<sup>44</sup> Real Academia Española. *Diccionario de la lengua castellana por la Real Academia Española*. Madri: Imprenta de D. Francisco María Fernández, 1843, p. 63. Temos a seguinte definição: “*Lo que es de plata, ó lo parece. Argenteus*”.

<sup>45</sup> Real Academia Española. *Diccionario de la lengua castellana por la Real Academia Española*. Madri: Imprenta Nacional, 1852, p. 214.

<sup>46</sup> Real Academia Española. *Diccionario de la lengua castellana compuesto por la Real Academia Español, reducido para un tomo para su más fácil uso*. Madri: Joaquín Ibarra, 1780, p. 12. Em relação à definição identitária de argentino, brasileiro e chileno, não há entradas nos dicionários de Bluteau (1728), de Moraes (1789) ou de Pinto (1832).

nacional”, sobretudo quando alinhados os sentimentos às pátrias locais, porém sem considerar que já seriam referenciais das nações formadas posteriormente.<sup>47</sup>

De acordo com François-Xavier Guerra, em sua análise historiográfica sobre o desenvolvimento das ideias sobre os nacionalismos, a possibilidade da existência de um “nacionalismo americano”, em um determinado momento da história do continente, coaduna elementos que refletem a complexidade do fenômeno nacional na América hispânica durante o desenrolar dos conflitos de independência. Para o autor, “em uma primeira época, variável segundo os países, América inteira foi considerada como nação: uma ‘nação americana’ em luta contra a nação espanhola”. Guerra problematiza ainda a construção dessa ampla identidade nacional frente ao outro, considerando que a “identidade americana era certa e unitária apenas em relação com a Espanha peninsular e nesse sentido foi muito operativa durante a guerra de Independência”.<sup>48</sup> A unidade inicial era assim constituída com o auxílio de um inimigo comum, e de elementos e projetos coletivos americanos, na época superiores aos mecanismos locais que levariam à fragmentação da América hispânica em Estados nacionais.

Logo após as lutas de independência, o referido “sentimento nacional comum” foi suplantado, não sem conflitos e esforços, e se metamorfoseou ou foi substituído por identidades mais locais. Guerra considera ainda que os reinos e as cidades, as quais funcionavam como “cidades-estado” durante o período colonial, reassumiram sua soberania, passando então a adquirir uma nova dinâmica político-administrativa e de constituição de identidades. Na passagem de um modelo para o outro, ocorreu um processo de implosão das fórmulas identitárias mais amplas, como as representadas como súditos e partes integrantes da monarquia espanhola ou/e pela ideia de uma suposta americanidade.<sup>49</sup> Somando argumentos em favor da existência de ligações pré-nacionais vinculadas a tradições coloniais diversas, Alfredo Jocelyn-Holt Letelier entende que: “*El liberalismo y el nacionalismo todavía suscitan lealtades históricas fuertemente arraigadas y las transformaciones que tienen lugar entre 1810 y 1830 tienden en general a justificar dichas lealtades*”.<sup>50</sup>

Diante da possibilidade da existência de um nacionalismo antes da nação moderna, pelo menos dois referenciais metropolitanos significativos reforçam a ideia de um sentimento

<sup>47</sup> SANTOS, Luís Cláudio V. *O Brasil entre a América e a Europa: o Império e o interamericanismo (do Congresso do Panamá à Conferência de Washington)*. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

<sup>48</sup> GUERRA, François-Xavier. *Modernidad e independencias. Ensayos sobre las revoluciones hispánicas*. México: Fondo de Cultura Económica, Editorial Mapfre, 1993, pp. 347-349.

<sup>49</sup> Ibidem.

<sup>50</sup> JOCELYN-HOLT LETELIER, Alfredo. *La independencia de Chile. Tradición, modernización y mito*. Madrid: Editorial MAPFRE, 1992, p. 44.

de pertencimento para os territórios da região do Prata, do Chile e do Brasil, antes da criação dos respectivos Estados nacionais. Nessa perspectiva, e em relação aos países da América hispânica aqui investigados, as reformas borbônicas do final do século XVIII foram relevantes para afiar dito sentimento nas regiões em questão do território espanhol.

Em 1717, ocorreu a primeira subdivisão administrativa do Vice-reino do Peru com a criação do Vice-reino de Nova Granada e em 1776 houve nova divisão com a instituição do Vice-reino da Prata. Até aquele momento, Buenos Aires era uma cidade à beira dos centros políticos e comerciais do Império espanhol na América. Entre as medidas legais, houve a liberação do porto de Buenos Aires para se comunicar com navios estrangeiros, permissão que fez aumentar significativamente o volume de capital e pessoas na cidade, assim como sua importância na região. Esses fatos reforçaram características comuns, rivalidades e laços sociais desenvolvidos na maioria das comunidades daquela região. A tendência agudizou-se mais ainda com a formação do sistema político das Províncias Unidas do Rio da Prata, embora esses acontecimentos não tenham sido suficientes para fazer cessar as rivalidades existentes entre Buenos Aires e as demais províncias.

Outro fato que é constantemente relacionado como constitutivo de uma identidade inicial pré-nacional é o conflito entre a população de Buenos Aires e os exércitos britânicos em 1806 e 1807. Neste episódio, com a vitória sobre os ingleses, após seu vice-rei abandonar a região, deixando a população a sua sorte, por vezes é reconhecida um embrião de início da nação. Pouco menos de uma década após o sucesso sobre as tropas inimigas, a região declara independência em 1816, porém sem lograr o objetivo de constituir uma nova nação devido às disputas entre Buenos Aires e as demais províncias.<sup>51</sup>

De fato, no caso da região do Prata, duas concepções de nação parecem ter se confrontado pelo estabelecimento de um dos dois projetos daquilo que viria a ser unicamente uma nação. De acordo com Shumway, a historiografia argentina do século XIX, logo após as lutas de independência, produziu duas correntes de pensamento opostas, ligadas a disputas entre Buenos Aires e as províncias do interior: uma corrente centralista e a outra, federalista. As duas leituras do passado constituíram dois nacionalismos e duas Argentinhas em conflito.

---

<sup>51</sup> Sobre a história da Argentina, ver: GANDÍA, Enrique de. *Historia política de Argentina: Época de Rosas. Primera Parte*. Buenos Aires: Claridad, 1994. GOLDMAN, Noemí (coord.). *Nueva Historia argentina. Revolución, República, Confederación (1806-1852)*. Tomo III, Buenos Aires: Editora Sudamericana, 1998. HALPERÍN GONGHI, Tulio. *Proyecto y construcción de una Nación: 1846-1880*. Buenos Aires: Emecé Editores, 2007. QUESADA, María Sáenz. *La Argentina. Historia del país y de su gente*. Buenos Aires: Debolsillo, 2006. VÁZQUEZ-RIAL, Horacio. *La formación del país de los argentinos*. Buenos Aires: Javier Vergara Editor, 1999.

As diferenças, apesar de não terem desaparecido, foram atenuadas, dando espaço a um florescer pleno do nacionalismo argentino nas décadas de 1860 e 1870.<sup>52</sup>

Já no Chile, os ganhos iniciais em direção a uma identidade própria foram marcantes e apontaram para uma organização mais orgânica e menos artificial, uma vez que as reformas borbônicas não podiam alterar os limites do território chileno, se considerarmos sua geografia sugestiva à definição de um recorte territorial.<sup>53</sup> Em 1798, a coroa espanhola deu continuidade a essa tendência de uma entidade política pré-existente, ao elevar o Chile a Capitania Geral. Nessa região, também periférica entre os domínios coloniais espanhóis, houve a construção de uma tradição administrativa centralizada e hierarquizada desde o século XVIII. As reformas vieram reforçar as instituições chilenas, região que, no século das luzes, contou com a criação de uma casa da moeda em 1743, da Universidade de San Felipe em 1758, da Contadoria Mor em 1768, do Tribunal do Consulado em 1795, e ainda do Tribunal de Mineração, no ano de 1802. Economicamente falando, a região teve suas atividades comerciais impulsionadas pela regulamentação do porto de Valparaíso, que, assim como o de Buenos Aires, passou a possuir mais liberdade nas atividades realizadas.

Durante sua existência, desde o início de sua organização após o período de conquistas, além de o Chile estar secundarizado dentro do domínio espanhol, também manteve pouco contato administrativo com o Vice-reino do Peru. Simon Collier e Willian Saster consideram que as reformas acima citadas foram tomadas conscientemente para reforçar o sistema administrativo local. Ditos autores debatem também sobre a possibilidade de uma identidade nacional chilena, já no século XVIII. Embora não defendam que já existisse uma ideia nacional como a que se viria a construir no século XIX, entendem que “*consciente o inconscientemente, cierta nacionalidad chilena había empezado a surgir ya en tiempos de colonia y debemos tomarla en cuenta, aunque sea de manera moderada*”.<sup>54</sup>

No Império lusitano, por sua vez, a naturalização de uma identidade pré-nacional ocorreu pela manutenção da unidade territorial, reforçando a ideia de uma continuidade histórica. Diferentemente do Vice-reino da Prata e da Capitania do Chile, que rejeitaram a

---

<sup>52</sup> SHUMWAY, Nicolas, op. cit., pp. 280 e 370.

<sup>53</sup> Esse território era uma Governança, chamada também de Reino de Chile. Do ponto de vista administrativo, organizava-se em torno da Audiência, inicialmente em Concepción (1565-1575), mas que depois passaria a se desenvolver em Santiago, desde 1609.

<sup>54</sup> COLLIER, Simon; SASTER, William F. *Historia de Chile, 1808-1994*. Cambridge: Cambridge University Press, 1998, p. 33. Sobre a história chilena, ver também: GONGORA, Mario. *Ensayo histórico sobre la noción de Estado en Chile en los siglos XIX y XX*. Santiago: Editora Universitaria, 13ª ed., 2003. EYZAGUIRRE, Jaime. *Historia de las instituciones políticas y sociales de Chile*. Santiago de Chile: Universitaria, 2001. COUYOUMDIAN, Ricardo. *Chile. Crisis imperial e independencia*. Tomo I, Madri: Fundación MAPFRE, 2011. JOCELYN-HOLT LETELIER, Alfredo, op. cit.

unidade regional e se constituíram sobre a *pátria chica*, a América portuguesa forjou-se pela negação das localidades e pela afirmação de uma unidade anterior.<sup>55</sup>

Das raízes desses movimentos distintos, fazem parte ainda os dois caminhos percorridos pelas coroas espanhola e portuguesa nas guerras napoleônicas.

Após a invasão do território português pelas tropas de Napoleão, que resultou na transferência da corte de Lisboa para o Rio de Janeiro em 1808, o Vice-reino passou a ocupar novos espaços nas relações de poder com a metrópole. A mudança permitiu a criação de novas instituições deste lado do Atlântico que influenciaram a vida na colônia. Por exemplo, surgiram a partir de 1808 instituições modernizadoras como a Escola de Medicina, a Imprensa Régia, o Banco do Brasil e o Jardim botânico, a Biblioteca Real.<sup>56</sup> Politicamente, em 1815, houve uma mudança de *status* derivada da elevação do Vice-reino a Reino Unido a Portugal e Algarve.<sup>57</sup> Assim, a centralização do poder nas mãos da corte transmutada, ou reforçando os limites e os representantes designados pelas coroas, a força da comunidade, conjuntamente com a compreensão de uma experiência e história em comum, reforçaram as ideias da existência de nacionalismos americanos que estavam surgindo antes das nações.<sup>58</sup>

Em relação ao estabelecimento dos poderes locais, as antigas cidades que tinham sido sede da Capitania e do Vice-reino transformaram-se após as independências em capitais nacionais. Semelhante *status* não foi conquistado da mesma forma e nos mesmos períodos. Rio de Janeiro tornou-se capital do Império independente já em 1822, com contestações até a década de 1860,<sup>59</sup> e Santiago em 1810, com poucas querelas quanto ao assunto. No caso de Buenos Aires, o processo foi conflituoso e o reconhecimento definitivo como capital nacional ocorreu somente em 1862, apesar da maior parte do tempo a cidade ter exercido um papel central na região.

---

<sup>55</sup> Sobre as identidades construídas na América na transição para a modernidade, ver: PIMENTA, João Paulo Garrido, “Portugueses, americanos, brasileiros: identidades políticas na crise do Antigo Regime luso-americano”, in *almanack brasiliense*, São Paulo, n.º 03, maio 2006. Disponível em: <[http://www.almanack.usp.br/neste\\_numero/n01/index.asp?tipo=artigos&edicao=3&conteudo=126](http://www.almanack.usp.br/neste_numero/n01/index.asp?tipo=artigos&edicao=3&conteudo=126)> (acessado em 20/08/2006).

<sup>56</sup> SCHWARZ, Lília Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870 a 1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

<sup>57</sup> HOLANDA, Sérgio Buarque de. *História geral da civilização brasileira. O Brasil monárquico*. Tomo II, 2º volume, 1978. SKIDMORE, Thomas. *Uma história do Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, 1998. MOTA, Carlos Guilherme (org). *Viagem incompleta: a experiência brasileira (1500-2000)*. São Paulo: Editora SENAC, 2000.

<sup>58</sup> ENRIQUEZ, Lucrecia, “Da monarquia à república: o Chile na América (primeira metade do século XIX)”, in PAMPLONA, Marcos; STUVEN, Ana Maria (orgs). *Estado e nação no Brasil e no Chile ao longo do século XIX*. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

<sup>59</sup> Durante algum tempo houve contestação sobre a manutenção da capital no Rio de Janeiro, com propostas de interiorização ou mesmo mudança para outras províncias litorâneas. Em 1960, o projeto de mudança da administração central, defendido desde a época de Pombal, foi realizado construindo Brasília e transformando-a na nova capital do país.

A discussão a respeito das influências mútuas entre o Estado, a nação e os nacionalismos não parece direcionar-se para um desfecho conclusivo dentro do campo da historiografia. Conforme indicado, até entre os diversos historiadores que enveredam por essa linha de pesquisa existem debates no que diz respeito a qual foi o papel do nacionalismo.

Assim, de acordo com Santos, o conflito de lealdades entre a pátria local e a ideia de América esteve presente na América inglesa e na América hispânica, porém produzindo efeitos distintos. Diferentemente das treze colônias e da antiga colônia portuguesa, a América hispânica optou pela identidade local. Diz Santos:

No caso dos países que emergiram do império espanhol, a ambiguidade entre a identidade “americana” e as diversas identidades nacionais resolveu-se em favor dessas últimas. Para criar e reforçar essas novas identidades, era necessário dar ênfase às diferenças, reais ou inventadas, entre as novas entidades políticas. Com o apoio de seus respectivos Estados e de suas elites intelectuais, mitologias, culturas e tradições distintas foram resgatadas ou, mesmo, inventadas em cada uma dessas novas “nações”. A identidade comum, “americana”, era relegada a um papel secundário em prol de reais ou imaginárias diferenças históricas, geográficas, culturais e raciais. Assim, as tentativas de criar as distintas nacionalidades foram também um esforço de rejeição da identidade comum americana.<sup>60</sup>

A relevância que, nesse processo de construção identitária, correspondeu nos três países aqui estudados à produção intelectual e seus debates, e muito especialmente à historiografia moderna, é devedora em grande medida do fato de esta haver tendido, desde cedo, a se desenvolver sob a tutela do Estado, ou ao menos de uma forma marcada pela proximidade com ele. De início, o fenômeno teve lugar através dos espaços dados às pesquisas e do apoio e fomento às publicações históricas. Somando-se a essa tendência e aumentando em tamanho o público leitor de uma história própria, expandiram-se também os manuais utilizados nos colégios e instituições de ensino da segunda metade do século XIX.

Tendo em vista a relação entre o nacionalismo expresso através da cultura escrita e a formação de identidades, é pertinente destacar neste ponto o caso do Chile, em que o papel ideológico desses textos, em sua relação com a criação do Estado nacional, aparece muito cedo, já no primeiro manual dedicado aos colégios do país. Elvira Navaja de Arnoux afirma que a história escolar, no início de sua tradição discursiva sobre o passado, admite que “*la construcción del objeto Nación Chilena es central no solo porque de él habla cuando narra el*

---

<sup>60</sup> SANTOS, Luís Cláudio V., op. cit., p. 67. Santos, refletindo sobre o Brasil, afirma que o Império, por sua vez, negou sua condição de americano em benefício da elaboração de uma identidade relacionada às ideias de civilização, ordem e estabilidade que as elites compreendiam que estavam vinculadas à Europa, distinguindo o país dos anárquicos vizinhos americanos.

*pasado sino también por imposición del género para el cual la construcción de la identidad nacional es su función primera*”.<sup>61</sup>

Outro elemento que se soma a esses debates refere-se às identidades duplicadas e construídas, dado que os homens que neles participaram pertenciam, pelo menos ideologicamente, ao espaço local e aos dois continentes, o qual influía na substituição da antiga identidade imperial pela nova, nacional. Nessa elaboração, havia a ideia de uma identidade dupla dentro da qual se somavam uma identidade americana e uma identidade local, a das *patrias chicas* ou dos países particulares. Tratava-se de comunidades e identidades constituídas em sua percepção, sobretudo, por meio de combinações espaciais. Existia, então, a possibilidade de ser português americano e paulista ao mesmo tempo, assim como, paralelamente, espanhol americano e caraquenho.<sup>62</sup>

De acordo com João Paulo Garrido Pimenta, na América portuguesa as identidades coletivas do “Brasil” ou dos “Brasis” foram construídas de maneiras semelhantes, em uma rede entre diversos interlocutores. A identidade, no caso do Império português, dava-se de acordo com quem identificava quem ou conforme cada um se auto-identificava frente aos outros, luso-americanos ou “estrangeiros”.<sup>63</sup> Um português pernambucano só era concebido dessa forma frente a um português paulista, já que, por outra perspectiva, o mesmo era visto como sendo um português ou português da América, em contraste com um holandês ou outro europeu. Dita identidade luso-americana foi transformando-se gradativamente desde 1808, com a chegada da família real portuguesa à colônia. Após os eventos políticos da independência em 1822, os termos *braziliense* e, por fim, *brasileiro* passaram a denominar o natural das terras da ex-América portuguesa.<sup>64</sup>

Essa visão sobre o processo histórico que estava tendo lugar vinha sendo concebida intelectualmente desde antes do estabelecimento das historiografias que surgiram a partir dos Estados nacionais. De acordo com Karen Macknow Lisboa, o tema suscitou grande interesse nos escritores viajantes que estiveram na primeira metade do século XIX no continente. Diversos desses viajantes contribuíram para a elaboração de ideia de uma identidade nacional

<sup>61</sup> ARNOUX, Elvira Navaja de. *Los discursos sobre la nación y el lenguaje en la formación del estado (Chile, 1842 – 1862). Estudio glotopolítico*. Buenos Aires: Santiago Arcos Editor, 2008, p. 45.

<sup>62</sup> FAUSTO, Boris; DEVOTO, Fernando. *Brasil e Argentina. Um ensaio de história comparada (1852-2002)*. São Paulo: Editora 34, 2004, p. 30.

<sup>63</sup> Sobre a construção da identidade frente à alteridade, ver: GEERTZ, Clifford. *O saber local. Ensaio de antropologia interpretativa*. Rio de Janeiro: LTC, 1989. TODOROV, Tzvetan, *A Conquista da América: a questão do outro*. São Paulo: Martins Fontes, 2010. MORSE, Richard M. *O espelho de Próspero: culturas e idéias nas Américas*. São Paulo: companhia das Letras, 1988.

<sup>64</sup> PIMENTA, João Paulo Garrido, op. cit.

retroativa às novas nações. No caso do Brasil, por exemplo, relacionaram a monarquia à unidade territorial e à origem de uma identidade “pré-nacional”.<sup>65</sup>

Considerando um cenário semelhante, dadas as transformações temporais das *Comunidades Imaginadas* ibero-americanas que, caso as observarmos sob uma perspectiva teleológica, partiram das comunidades locais ou de vastos impérios em direção ao Estado nacional, podemos avaliar que sentimentos locais e heranças sociopolíticas alcançaram seus objetivos, mesmo que parcialmente. Em terras da coroa espanhola, uma parte do Vice-reino do Rio da Prata se tornaria a atual Argentina; já no lado do Pacífico, na parte setentrional, uma extensão (capitania) do Vice-reino do Peru se transformaria no Chile. No lado do Império lusitano se deu a passagem do Reino do Brasil unido a Portugal e Algarves, ao Império do Brasil.

Somando-se às reflexões anteriores, Hans-Joachim König pondera ainda a dificuldade que envolve a questão ao considerar a diversidade e a complexidade do fenômeno nacional no continente americano. De acordo com esse autor, “*no es posible emitir una opinión unificada sobre el nacionalismo del continente latinoamericano o de los estados latinoamericanos individuales en cuanto a su contenido y, menos aún, hacer juicio apreciativo unívoco sobre el nacionalismo*”.<sup>66</sup>

O quadro múltiplo que apontam König e os demais autores possibilita uma abordagem comparada que procura atingir dimensões específicas de cada nacionalismo, quando confrontadas e analisadas com as demais concepções ideológicas das outras nações. Procura-se desse modo passar de uma leitura generalizante para uma análise mais pontual.

João Paulo Garrido Pimenta alerta para os perigos de se produzirem anacronismos teleológicos nos estudos atuais, partindo de olhares absorvidos pelas idiosincrasias das historiografias nacionais de cada nação abordada. Esse autor problematiza a concepção historiográfica dos estudos contemporâneos, ao apontar a necessidade de o historiador não assumir a (auto)representação histórica de seu objeto de estudo e não naturalizar as mitologias constituídas. Assim, declara que:

cada “história nacional” surgida no mundo ibero-americano entre 1750 e 1850 representa manifestação de um movimento geral, cuja desconsideração, da parte dos historiadores, resulta em uma postura inaceitável: uma

<sup>65</sup> LISBOA, Karen Macknow, “Olhares estrangeiros sobre o Brasil do século XIX”, in MOTA, Carlos. Guilherme, (org.), op. cit.

<sup>66</sup> KÖNIG, Hans-Joachim, “Nacionalismo: un problema específico de la investigación histórica de procesos de desarrollo”, in URÁN, Víctor Manuel Uribe y MESA, Luís Javier Ortiz (orgs). *Naciones, gentes y territorios. Ensayos de historia e historiografía comparada de América Latina y el Caribe*. Medellín: Editorial Universidad de Antioquia; Universidad Nacional de Colombia, 2000, p. 325.



“nacionalização” das histórias nacionais, portanto a reificação de dimensões mítico-ideológicas a eles inerentes. No sentido oposto, uma desnacionalização das histórias nacionais respeitaria a complexidade do processo histórico geral que lhes confere significado.<sup>67</sup>

Desse modo, frente a um quadro nacional diversificado no tempo e no espaço americano, algumas perguntas se fazem relevantes quando pensamos na construção identitária daquelas nações. Desde quando existe cada uma das nações que se formaram após os períodos de independência? Qual a relevância dos sentimentos de comunidade existentes antes das respectivas independências? Quais as características culturais que foram destacadas e quais aquelas que foram esquecidas durante este processo? A historiografia, sob o novo Estado nacional, buscou desde as primeiras décadas pós-independência responder a tais questões. A cada nova resposta, as comunidades indefinidas ou com definições opacas tornaram-se mais reais e consolidadas. Em um percurso de aproximadamente quatro décadas após as independências, as fronteiras e as identidades nacionais se concretizaram como realidades históricas. Na construção das histórias nacionais, cada país se auto-construiu diferenciando-se dos outros. Cada fragmento do antigo Império espanhol passou a produzir “a trama de uma história única”.<sup>68</sup>

#### **1.4 – Concepções de nação: fortuna nas Ciências Humanas e Sociais**

Assim, como visto até agora, nação é historicamente uma palavra polissêmica e de difícil definição, cujo sentido moderno, que começou a constituir-se no século XVIII, vem se mantendo em constante mudança.<sup>69</sup> A análise do que envolve a ideia de nação requer considerar o peso da linguagem e de seus conceitos em espaços distintos, como ainda em sua contínua transformação no tempo. Além de ser necessário evitar possíveis anacronismos ao se abordar o tema, é preciso ter consciência da dificuldade de se definir a ideia e da relevância de compreendê-la em suas especificidades, tanto locais como regionais.

A própria dificuldade em se conceituar o que é uma nação torna-se um ponto de reflexão rico e desafiante para o trabalho do pesquisador. As diversas proposições quanto ao *quê* e ao *como* foi ou seria dita “entidade” podem induzir ou abrir perspectivas distintas de trabalho, levando em conta, além de ferramentas metodológicas, a compreensão e

<sup>67</sup> PIMENTA, João Paulo Garrido, “História dos conceitos e história comparada: elementos para um debate”, in *Almanack brasileiro*. São Paulo, n.º. 7, maio 2008, pp. 56-60. Disponível em: <[http://www.almanack.usp.br/PDFS/7/07\\_Forum-03.pdf](http://www.almanack.usp.br/PDFS/7/07_Forum-03.pdf)> (acessado em 21/11/2011).

<sup>68</sup> COLMENARES, Germán, op. cit., p. 26.

<sup>69</sup> HOBSBAWM, Eric, op. cit., pp. 13, 29, 30.

conceituação das nações, dos nacionalismos e da civilização americana, a formação dos novos Estados, os mecanismos de pertencimento/exclusão ou a aceitação de formas de governo, somente para citar algumas questões relativas ao tema.

Nesse amplo leque de possibilidades teórico-metodológicas referentes à nação e aos nacionalismos, foram desenvolvidos trabalhos em quantidade relevante dentro de distintos campos da historiografia que se filiaram a diferentes escolas de pensamento. O interesse em relação à nação esteve presente em diversas épocas e propostas, fazendo-se constar ao menos desde o iluminismo, passando pelo romantismo, positivismo, marxismo, *Annales*, estruturalistas e culturalistas, todas elas empreendendo esforços na abordagem histórica e conceitual do tema. Houve estudiosos que optaram por uma abordagem que possibilitasse postulações mais ligadas à língua (principalmente na Europa); outros preferiram guiar-se pela definição do território, pela identificação nacional através da história e da literatura, pela etnia, pelo papel da comunicação em massa, ou por combinações desses fatores. Há diversos temas que vêm servindo de fio condutor da pesquisa histórica sobre o conceito e o papel da nação e dos nacionalismos nas mentes de homens de outrora e de hoje.

Nas Ciências Humanas e Sociais, vêm-se desenvolvendo trabalhos que confirmam as possibilidades múltiplas de abordagem desses objetos. Para exemplificarmos algumas dessas opções teórico-metodológicas, podemos indicar como Norbert Elias associa o controle e modificações das pulsões, observados através dos costumes diários durante os séculos e internalizados no *processo civilizador*, às necessidades requeridas para a edificação do Estado.<sup>70</sup> Outro exemplo que remete para as multiplicidades de estudo sobre os temas discutidos refere-se ao trabalho de Clifford Geertz sobre a construção representacional de formação do Estado e seus aparatos políticos através da ação simbólica. Essa ação representacional, executada através de imensos funerais públicos de autoridades, em que são observados papéis precisos para seus atores e acontecimentos rituais coletivos, servia de base para a manutenção do *Estado teatro* balinês do século XIX, o *Negara*.<sup>71</sup>

Para finalizar nossos exemplos, trazemos uma das ideias guia creditadas neste estudo acerca da importância da cultura escrita e escolar, sobretudo em nosso caso no que diz respeito ao papel da intelectualidade, da historiografia e da memória nacional. Escolhemos esta abordagem pelo mundo das letras, inspirados nos trabalhos de Gellner, Hobsbawm e Anderson, que não concebem a formação das nações da mesma maneira, mas apontam para caminhos próximos. A crítica de Hobsbawm a Gellner demonstra o centro da discordância

<sup>70</sup> ELIAS, Norbert. *O Processo Civilizador*. Vol. 2, Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

<sup>71</sup> GEERTZ, Clifford. *Negara: o estado teatro no século XIX*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1991.

metodológica com seu colega em relação ao fato de conceber a construção da nação vista de cima:

Por essa razão as nações são, do meu ponto de vista, fenômenos duais, construídos essencialmente pelo alto, mas que, no entanto, não podem ser compreendidas sem ser analisadas de baixo, ou seja, em termos das suposições, esperanças, necessidades, aspirações, e interesses das pessoas comuns, as quais não são necessariamente nacionais e menos ainda nacionalistas. Se eu tenho uma crítica séria ao trabalho de Gellner é sobre sua preferência pela perspectiva da modernização pelo alto, o que torna difícil uma atenção adequada à visão dos de baixo.<sup>72</sup>

Nesse sentido, recordamos as contribuições de Benedict Anderson com sua teoria das comunidades imaginadas, impulsionadas por um nacionalismo, “alinhando-o não a ideologias políticas conscientemente adotadas, mas aos grandes sistemas culturais que o precederam, e a partir dos quais ele surgiu, inclusive para combatê-los”. Esse nacionalismo inicial, delimitado posteriormente, contribuiu com elementos formadores das novas nações, como as línguas e os textos, que passaram a atingir uma função e patamares novos no início do século XIX, com o avanço do que Anderson chamou de “capitalismo editorial”.<sup>73</sup>

Nas últimas décadas do século XX, a continuidade e o apreço por esses estudos vêm se reciclando e se expandindo dentro das academias.<sup>74</sup> Em uma breve avaliação sobre o que estava se elaborando sobre o tema, Eric Hobsbawm, tendo como referência principalmente trabalhos produzidos na Inglaterra, afirma que entre 1968 e 1988 houve um incremento da atenção do historiador pela questão da “forja” da nação. Dos estudos destacados por esse autor, mencionaremos alguns como: *Language Problems of Developing Countries* (Nova York, 1968); *The Formation of National in Western Europe* (Princeton, 1975), com Charles Tilly (org.); *Nations before Nationalism* (Chapel Hill, 1982), de John Armstrong; *Imagined Communities* (Londres, 1983), de Benedict Anderson; *Nations and Nationalism* (Oxford, 1983), de Ernest Gellner; *The Invention of Tradition* (Cambridge, 1983), de Eric Hobsbawm e Terence Ranger (orgs.).<sup>75</sup>

<sup>72</sup> HOBBSAWM. Eric, op. cit. pp. 19-20.

<sup>73</sup> ANDERSON, Benedict, op. cit., p. 39. Os grandes sistemas citados aqui por Anderson são a *comunidade religiosa* e o *reino dinástico*.

<sup>74</sup> GUERRA, François-Xavier, op. cit.

<sup>75</sup> HOBBSAWM. Eric, op. cit. Sobre as discussões em torno dos temas referentes à nação e sua ligação ao mundo simbólico do imaginário, ver: SANTOS, Afonso Carlos Marques dos, “Nação e história: Jules Michelet e o paradigma nacional na historiografia do século XIX”, in *Revista de história*. São Paulo, nº. 144, jul. 2001. Disponível em: <[http://www.revistasusp.sibi.usp.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0034-83092001000100005&lng=pt&nrm=iso](http://www.revistasusp.sibi.usp.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-83092001000100005&lng=pt&nrm=iso)> (acessado em 09/11/2012).

Entretanto, como aponta Alan Knight,<sup>76</sup> a América Latina não esteve no foco de muitos dos trabalhos realizados nesse período. Independentemente dos grandes esforços destinados a tentar compreender o fenômeno da nação e o papel dos nacionalismos, seus principais estudiosos, como Kenneth Minogue, Eric Hobsbawm, Antony Smith, John Breuilly, Ernest Gellner, por não focalizarem o continente como objeto principal de análise, abordaram a América Latina de maneira secundária em suas pesquisas. Um dos trabalhos em que Knight reconhece o interesse do autor pelo fenômeno na América Latina é *Imagined Communities*, de Anderson, que, no capítulo *Old Empires, New Nations*,<sup>77</sup> reserva espaço ao estudo do processo no continente.

A postura dos historiadores, sobretudo europeus, em relação à América Latina — que, de acordo com Antonio Annino, é de “exclusão ou de inclusão”<sup>78</sup> — tem raízes mais profundas no imaginário europeu, para além da historiografia moderna do século XIX ou do final do século passado. Para Annino e para Antonello Gerbi,<sup>79</sup> essa herança provém ao menos, ou com maior aceitação, da publicação das obras sobre a degeneração, inferioridade e atraso americano, da autoria de Buffon, *Histoire Naturelle* — 1761, e De Pauw, *Recherches philosophiques sur les Américains* — 1768. A visão negativa sobre o continente foi reforçada no início do século seguinte por Hegel e, finalmente, assimilada pela historiografia moderna, tanto europeia como americana.

No entanto, a questão não pode ser simplificada com formulações vindas exclusivamente do exterior, mais precisamente da Europa e, posteriormente, dos Estados Unidos. Embora essas influências possam ser constatadas nas obras produzidas na Argentina, no Brasil e no Chile, como de maneira geral em relação à produção do pensamento latino-americano, cujo modelo, tanto civilizacional como metodológico e temático, se espelhou no hemisfério norte, a produção local também foi relevante. As apropriações conjunturais e os usos políticos fazem parte do desenvolvimento e do acolhimento sociais da junção entre o mundo intelectual da Europa e as condições socioeconômicas encontradas na América.

Nicolas Shumway, em análise sobre o grupo intelectual formado em 1837 em Buenos Aires, chama a atenção para o ambiente complexo que estava mesclado entre o mundo material e o mundo das ideias na Confederação Argentina em meados do século XIX. O autor,

<sup>76</sup> KNIGHT, Alan, “Pueblo, política y nación, siglos XIX y XX”, in URÁN, Víctor Manuel Uribe; MESA, Luís Javier Ortiz (orgs), op. cit., p. 372.

<sup>77</sup> Na segunda tradução brasileira do livro, há a adição de um novo capítulo denominado “Pioneiros crioulos”.

<sup>78</sup> ANNINO, Antonio, “Las ocultas paradojas del V Centenario”, in PLASENCIA DE LA PARRA, Enrique (org.). *La invención del Quinto Centenario*. México: INAH, 1996.

<sup>79</sup> GERBI, Antonello. *O Novo Mundo. História de uma polêmica (1750-1900)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

em análise das propostas da reconhecida *Generación del 37*, aponta para o caráter, por vezes contraditório, de seu discurso. Shumway entende que Domingo Faustino Sarmiento, Esteban Echeverría e Juan Bautista Alberdi, embora criticassem o posicionamento dos *unitários* por sua “imitação da Europa”, apontavam em seus escritos para uma repetição dos mesmos modelos, porém mirando-se em exemplos como a Alemanha, a França e a Inglaterra, e negando a tradição espanhola.<sup>80</sup>

A importação de ideias do velho continente à América também foi alvo de investigações por parte de Germán Colmenares em *Las convenciones contra la cultura*,<sup>81</sup> que indica a seu ver uma aparente incompatibilidade entre as teorias importadas de uma Europa capitalista e industrial, e uma realidade local diferenciada em cada nação americana em formação.<sup>82</sup>

Independentemente de qual fosse o modelo ou o sentido usado para a palavra “nação” e de como ela foi vivenciada, o que podemos indicar é que, entre 1770 e 1830, dito termo era um dos conceitos essenciais nos discursos políticos revolucionários relacionados à liberdade e identidade americanas. Na América ibérica, a construção da nação imaginada constituiu caminhos próprios, traçados com os elementos valorizados/esquecidos em cada novo espaço político nacional.<sup>83</sup> Após o processo de emancipação política, superadas as lutas de independência e a necessidade de afirmar a autonomia frente a um Estado colonizador europeu, o discurso sobre a identidade nacional vai circular disseminadamente entre as elites intelectuais na porção ibérica do continente. Com o início da construção do que virar a ser o Estado nacional, irá surgir também a necessidade de se elaborar uma nação com identidade específica, como comunidade imaginada. E a historiografia, assim como a ampliação do sistema educacional e da alfabetização, serão então pilares da construção das “mitologias” nacionais.

### 1.5 – A questão nacional na América ibérica: histórias possíveis

<sup>80</sup> SHUMWAY, Nicolas, op. cit., pp. 209-211.

<sup>81</sup> COLMENARES, Germán, op. cit.

<sup>82</sup> Podemos também, em oposição à leitura de Colmenares, seguindo outra visão do problema, considerar que estas ideias estavam dentro das perspectivas dos interesses dos intelectuais americanos que visavam ampliar o capitalismo e suas relações no continente.

<sup>83</sup> ARNOUX, Elvira Navaja de. op. cit., p. 51. ARNOUX, Elvira Navaja de, “Discurso pedagógico y discurso político en la construcción del objeto Nación Chilena. *El Manual de Historia de Chile* de Vicente Fidel López, 1845”, in *Cuadernos Recienvenido*. São Paulo: Universidade de São Paulo, n.º. 25, 2010. Disponível em: <<http://dlm.fflch.usp.br/sites/dlm.fflch.usp.br/files/00%20Recienvenido%2022.pdf>> (acessado em 27/12/2012).

A discussão historiográfica que circula ao redor da nação, como abordamos anteriormente, está marcada por aspectos que envolvem conceituação, historicidade, funções sociais, mecanismos de constituição, entre outros. Como indicamos, o vocábulo na modernidade, de suma importância, modificou-se juntamente com um conjunto de termos que atribuíam relevância à sua própria definição. O léxico político que se estabeleceu no início do século XIX, ainda vigente, sofreu diversas modificações na primeira metade daquela centúria, ao formar e ser formado ao mesmo tempo em que os Estados nacionais se constituíam como novas entidades e com características próprias. Nação, juntamente com cidadão, pátria, direitos, república, constituição, povo, liberalismo, soberania, para citar alguns vocábulos, constituem componentes essenciais do novo linguajar no mundo ocidental.<sup>84</sup>

Na linha do que foi discutido anteriormente, devemos lembrar que um consenso que há sobre o termo nação remete para o fato de ele ter uma historicidade e uma polissemia. A palavra nação,<sup>85</sup> em português, é documentada pelo menos desde o século XIII, quando já possuía diversos significados e usos. Fazia referência ao lugar de nascimento, assim como servia para distinguir uma população por seus traços identitários, por obediência a alguma lei ou por poder político. No mundo hispânico, independentemente de seu tratamento lexicográfico, a palavra *nación*<sup>86</sup> aparecera na língua castelhana em meados do século XV, enquanto nacionalismo o fez apenas no século XVII.<sup>87</sup> Durante o surgimento das nações hispano-americanas, ocorreu uma transformação na linguagem política, em seu processo de constituição histórica. O vocábulo passou assim a ganhar dimensões políticas no final do século XVIII, como também um aprofundamento de sua importância cultural nas primeiras décadas do século XIX.<sup>88</sup> Nesse último século, com os esforços das elites política e

<sup>84</sup> GOLDMAN, Noemí (coord.). *Lenguaje y Revolución: conceptos políticos clave en el Río de la Plata, 1780-1850*. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2008, p. 13. Segundo a autora, até a formação da geração de 1837, a produção de tratados políticos, literários e filosóficos era bastante escassa para a análise semântica na Argentina.

<sup>85</sup> GUERRA, François-Xavier, “A nação moderna: nova legitimidade e velhas identidades”, in JANCSÓ, István (org.). *Brasil: Formação do Estado e da Nação*. São Paulo: Hucitec; Ijuí: Editora Unijuí, 2003, pp. 34-35.

<sup>86</sup> CHAMI, Pablo A., *Nación, identidad e independencia en Mitre, Levene y Chiaramonte*. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2008. CHIARAMONTE, José Carlos. *Nación y Estado en Iberoamérica. El lenguaje político en tiempos de las independencias*. Buenos Aires, Editorial Sudamericana, 2004.

<sup>87</sup> GUERRA, François-Xavier, op. cit. p. 34. Embora Guerra afirme ser o verbo *nascor* o étimo de nação, sua origem etimológica remete para a forma latina *natio*, *-onis*, documentada, por exemplo, em Marco Túlio Cícero, que afirma, nas *Filípicas: Omnes nationes servitutem ferre possunt: nostra civitas non potest* (“Todas las naciones pueden sobrellevar la servidumbre; nuestra ciudad, no”). CICERÓN, Marco Tulio. *Filípicas*. Barcelona, Planeta, 1994, pp. 158-159. Disponível em: <<http://historiantigua.cl/wp-content/uploads/2011/07/Ciceron-Marco-Tulio-Filipicas-bilingue.pdf>> (acessado em 08/03/2013).

<sup>88</sup> Para acompanhar o percurso de mutação da palavra nação, ver: CID, Gabriel; DUJISIN, Isabel Torres, “Conceptualizar la identidad: *patria* y *nación* en el vocabulario chileno del siglo XIX”, pp. 23-51, in CID, Gabriel; FRANCISCO, Alejandro San (edit.). *Nación y Nacionalismo en Chile: Siglo XIX*. Vol. 1, Santiago: Centro de Estudios Bicentenario, 2009. Para outras considerações acerca de conceitos no século XIX na América, consultar: SEBASTIÁN, Javier Fernández (Director). *Diccionario político y social del mundo*

econômica em estabelecer o novo Estado relacionado à nação, a necessidade de organizar o aparato estatal e uma identidade comum contribuiu para tal construção, considerando as possibilidades materiais e intelectuais encontradas em cada uma das futuras nações.

José Carlos Chiaramonte apresenta um quadro bastante didático a respeito da transformação histórica do termo. Segundo o autor, o desenvolvimento do vocábulo nação passou por três fases, por vezes justapostas, sofrendo modificações contínuas. A primeira seria de uso étnico, vigente por séculos, já visível em sua origem etimológica. A segunda, com um sentido político, foi registrada durante o século XVII, ainda coexistindo com o sentido étnico. Só no século XVIII veio a se generalizar o uso com um sentido político e com exclusão do sentido étnico. Já na terceira fase, paralela ao romantismo, ocorreu a conjunção do sentido político e do étnico. Nesse alvorecer da nacionalidade, no século XVIII e XIX, tornaram-se importantes o povo, a raça, a linguagem, as leis, os costumes, que passaram a prevalecer sobre o país, em um processo inspirado na definição alemã da nação. Na América ibérica, as ideias de nação que chegaram à época da independência foram as políticas, ao estilo da revolução política francesa, contratualista, com base no jusnaturalismo. Nesse momento, o foco não foram as identidades, sobre as quais não se podiam conformar as nações e os Estados nacionais. A adoção de sentimentos étnicos e locais fortificou posteriormente em uma nova consciência nacional, porém como um produto da unidade política moderna.<sup>89</sup>

Estado e nação, juntamente com ideias de nacionalismo, passaram, então, a ocupar, desde a segunda metade do século XX, um significativo espaço nos debates historiográficos. Estas discussões circularam em torno de temas que abordavam mecanismos envolvidos na constituição dos Estados nacionais, debatendo-se sobre quais daquelas categorias foram mais importantes no processo, sobre antiguidades e influências primordiais. Existem autores que acreditam que a nação criou o Estado; outros creem o contrário. A discussão é complexa e as formas de se ler o problema, variadas. Há os que concebem no nacionalismo o elemento criador da nação e do Estado, não limitados a essa ordem. Enfim, existem muitas abordagens e teorias que destilam distintas explicações sobre o tema.

Os estudos referentes às questões colocadas vêm se desenvolvendo a partir de 1980 na América ibérica, com o qual vem se aprimorando progressivamente a reflexão em torno do tema da nação. Eric Hobsbawm<sup>90</sup> e Benedict Anderson<sup>91</sup> já apontaram, há mais de trinta anos,

---

*iberoamericano. La era de las revoluciones, 1750-1850, [Iberconceptos-I].* Madri: Fundación Carolina, 2009. Disponível em: <<http://www.iberconceptos.net/wp-content/uploads/2012/10/DPSMI-I-bloque-NACION.pdf>> (acessado em 20/02/2013).

<sup>89</sup> CHIARAMONTE, José Carlos, op. cit., pp. 50-55.

<sup>90</sup> HOBBSAWM, Eric, op. cit.

que as análises mais gerais haviam marginalizado o continente latino-americano. Entretanto, o tema não é uma novidade no continente. Conforme salientou Alan Knight,<sup>92</sup> de fato, as grandes produções historiográficas europeias e norte-americanas não se voltaram à América Latina, centrando-se na Europa e na Ásia. Entretanto, o estudo sobre a nação no continente tem uma longa tradição, apesar de ter estado menos em evidência do que esteve na Europa do último quartel do século XX.

As leituras desenvolvidas sobre a nação e suas questões vêm produzindo opiniões que se chocam quanto às possibilidades de sua historicidade e formação. Uma das principais questões em discussão é a relação entre nação, Estado e nacionalismos. José Carlos Chiaramonte rebate a tese de Benedict Anderson sobre o processo de edificação das “comunidades imaginadas”, e contesta a ideia do “protonacionalismo” ativo de Eric Hobsbawm, por considerar que haveria nas formulações de ambos uma impossibilidade prática e uma antecipação teleológica do tema. De acordo com este autor:

Según lo que hemos comprobado en anteriores trabajos sobre el Río de la Plata, e indagado con respecto a otras regiones de Iberoamérica en las páginas que siguen a esta Introducción, en tiempo de las independencias no existían las actuales naciones iberoamericanas –ni las correspondientes nacionalidades–, las que no fueron fundamento sino fruto, muchas veces tardío, de esos movimientos. Si observamos lo que realmente existió, esto es, el carácter soberano de las entidades autónomas –ciudades, provincias...– que integraron los movimientos de autonomismo e independencia, entonces todo lo que se ha acostumbrado afirmar de ese movimiento, y de sus resultados durante largo período, puede quedar alterado en su misma sustancia.<sup>93</sup>

Alan Knight, por sua parte, concebeu o problema de maneira muito distinta da elaborada por Chiaramonte. Considera o nacionalismo como um forte elemento para a construção da nação. Também não compartilha a ideia do surgimento do Estado-nação após a Revolução Francesa, ao entender que este processo é mais longo e tem suas raízes na Idade Média. Knight vê o patriotismo como uma relação existente entre o indivíduo e sua pátria, que remete aos atos pelos quais esse defende a sua soberania. O “nacionalismo cultural” seria, por sua vez, o “braço direito do patriotismo e do nacionalismo”.<sup>94</sup> Este autor considera, ainda, ter ocorrido um surgimento concomitante entre a nacionalização das populações e a forja dos Estados nacionais.

---

<sup>91</sup> ANDERSON, Benedict, op. cit.

<sup>92</sup> KNIGHT, Alan, op. cit., pp. 376-377.

<sup>93</sup> CHIARAMONTE, José Carlos, pp. 19-20.

<sup>94</sup> KNIGHT, Alan, op. cit., pp. 376-377.



François-Xavier Guerra entende que uma das diferenças, da concepção antiga da nação para a nova, se nota pela constatação de um feito histórico, na antiga, quando o que há na moderna é um projeto para o futuro. Este autor vê o processo de transformação como uma ruptura profundamente marcada entre o Antigo Regime e as nações modernas, estando os dois períodos contrastados por sociedades distintas umas das outras. Um dos problemas que envolvem o estudo do Estado-nação na América hispânica remete para o fato de como uma só nacionalidade se transformou em Estados distintos e, posteriormente, em Estados-nação. Um dos primeiros desafios da nação moderna foi alterar o imaginário social de então. Para Guerra, a ideia mais exata não seria o Estado haver precedido a nação, mas que as antigas comunidades políticas (reinos e cidades) precederam tanto o Estado como a nação, ambos os quais foram posteriormente construídos, nessa ordem, após a independência.<sup>95</sup>

Nicolás Shumway concebe as *ficções-diretrizes*<sup>96</sup> de uma nacionalidade na Argentina como um elemento central para a formação da nação. O autor considera que, na América hispânica, as guerras civis levaram ao surgimento de nações, onde não havia ficções-diretrizes instituídas para uma nacionalidade autônoma. Assim, afirma Shumway, na América hispânica, ao contrário da Europa e Estados Unidos, as ficções-diretrizes, entre elas povo e nação, foram “improvisadas” após a independência.<sup>97</sup> Devido ao sentimento de prolongamento da Espanha, na colônia americana ideias de nacionalidade próprias surgiram apenas no final do século XVIII. O sistema administrativo e cultural da colonização espanhola, a ideia de uma natureza exótica, a música, trajes, danças, festas religiosas e civis, conjuntamente com a miscigenação, foram acionados e passaram a propiciar a formação de um sentimento pré-nacional. Contudo, apesar do uso destes símbolos, a região do Prata não era unida por uma visão de um destino nacional, valendo mais os localismos como ideias de pertencimento e adesão.<sup>98</sup>

Para Halperín Donghi, a questão dos estudos da nação na Argentina esteve vinculada, historiograficamente, com suas primeiras produções intelectuais na primeira metade do século XIX. Na década de 1830, iniciou-se um processo de leituras sobre o passado recente que

---

<sup>95</sup> GUERRA, François-Xavier. *Modernidad e independencias. Ensayos sobre las revoluciones hispánicas*. México: Fondo de Cultura Económica, Editorial Mapfre, 1993.

<sup>96</sup> Embora não ofereça uma definição explícita, senão uma exemplificação e descrição indireta, Shumway entende que, ainda que se trate de “produtos tão artificiais quanto as ficções literárias”, são “necessárias para dar aos indivíduos um sentido de nação, de povo, uma identidade coletiva e um objetivo nacional”. Essa necessidade, que leva, por exemplo, “a obedecer as leis com uma coerção mínima”, é concebida como positiva, pois “nada promove tanto as reformas como o esforço para que a realidade coincida com a ficção-diretriz”. SHUMWAY, Nicolás, op. cit., pp. 17-18.

<sup>97</sup> Idem, p. 25.

<sup>98</sup> Idem, pp. 26-29.

produziu simplificações dos acontecimentos, remetidas ao culto dos protagonistas, a uma sucessão de desentendimentos políticos e de querelas pessoais como explicação do período de conflitos de projetos nacionais. Esta perspectiva alterou-se com os historiadores revisionistas, iniciado já no final do século XIX, porém organizada mais concretamente na década de 1930, ao oferecerem, entre outras abordagens de personagens e fatos, uma visão de consenso sobre os acontecimentos no país, que, para Donghi, nunca houve.<sup>99</sup>

Segundo este autor, o Estado centralizado em Buenos Aires se desfez com a queda de Juan Manuel de Rosas em 1852, pelo qual se fez necessário construir um novo Estado, relacionado a uma proposta de nação. Porém, já se concebia a ideia de um Estado nacional preexistente. Estes projetos de nações, encaminhados pelos letrados argentinos, legitimaram-se por seu conjunto de ideias sobre a organização do novo país e tornaram-se hegemônicos. A adesão ao romantismo propiciou a aparição de uma geração de intelectuais, em meados do século, mais preparada para pensar o nacional com bases culturais do que aquela próxima do iluminismo, que promovera a independência. Com a derrocada do projeto unitário na década de 1840, estas ideias, articuladas desde a leitura do presente, tornaram-se programas nacionais para o futuro país, pelo monopólio do espaço público e nas instituições representativas do Estado, e forneceram as bases para a constituição de um Estado nacional.

Trabalhos do portenho Esteban Echeverría — como *Creencia*, de 1838, e *Ojeada retrospectiva*, de 1846 — apontavam para a existência de uma nação anterior. As primeiras narrativas historiográficas de cunho mais metódico sobre a nação estiveram vinculadas a uma ideia de origem, baseada na produção de Bartolomé Mitre entre 1857 e 1877.<sup>100</sup> A nação proposta por Mitre tinha suas bases na independência de maio de 1810, era pensada como republicana e portenha, e tinha ali o alicerce da organização do Estado nacional. No entanto, com os anos de guerras civis, resultava complicado explicar esse longo momento, o qual produziu leituras distintas, como as elaboradas sobre o retrocesso, causado pelo poder retrógrado do caudilho Rosas ou sobre a inferioridade provocada pela barbárie descrita por Domingo Faustino Sarmiento na década de 1840.<sup>101</sup>

---

<sup>99</sup> HALPERÍN DONGHI, Tulio. *Proyecto y construcción de una Nación: 1846-1880*. Buenos Aires: Emecé Editores, 2007.

<sup>100</sup> Estamos nos referindo à *Biografía de Belgrano*, publicada em *Galería de Celebridades Argentinas*, de Juan María Gutiérrez, reeditada como *Historia de Belgrano y de la independencia argentina (1876-1877)* e como *Historia de San Martín y de la emancipación sudamericana*, em 1890.

<sup>101</sup> QUIRÓS, Pilar González Bernardo de. *Civilidad y política en los orígenes de la Nación Argentina: las sociabilidades en Buenos Aires, 1829-1862*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2008. Nesse trabalho, Quirós aborda a importância dos espaços de sociabilidade, como cafés, pulperias e salões de leituras, mostrando como ali se construía e se debatiam projetos nacionais para um futuro país que se formava.

Segundo Pilar González Bernaldo de Quirós, a ideia de nação argentina esteve ligada ao momento de independência e encarnou um momento político, a forma do novo sujeito carregado de soberania. Essa construção, devido à identidade *criolla* de pertencimento à nação espanhola, constituiu-se em problema, não apenas no Rio da Prata, mas em toda a América. No entanto, no Rio da Prata fundou-se a comunidade política, mesmo esta não tendo conseguido tomar uma forma. Nas duas primeiras décadas após a Revolução de Maio, formaram-se quatro assembleias constituintes fracassadas: em 1813, de 1816 a 1819, de 1824 a 1826 e em 1828. Uma nova carta magna seria elaborada apenas após a queda de Rosas, com a Constituição da Confederação Argentina em 1853, porém desfeita com a separação de Buenos Aires, que elaborou uma Constituição própria em 1854. Depois de novos enfrentamentos entre a cidade portenha e a Confederação da Argentina, conseguiu-se instituir um projeto que estabelecia a unidade nacional em 1862. Neste sentido, a ideia de nação no Rio da Prata se deslocou do Estado para a sociedade e às representações construídas pelas elites intelectuais.<sup>102</sup>

O momento de construção política na Argentina pode ser analisado à luz dos cenários das diferentes épocas. A primeira década pós-independência foi marcada por sucessivas tentativas de estabelecer uma nova ordem institucional. Apesar da tomada de poder pelos patriotas de Buenos Aires em 1810 — sem nenhuma participação das várias províncias, governadas por Audiências e Intendências —, a independência política foi declarada somente em 9 de julho de 1816 no Congresso de Tucumán, com a criação das Províncias Unidas do Rio da Prata.<sup>103</sup> A Constituição — finalizada apenas em 1819, embora nunca tenha entrado em vigor — era de caráter nacionalista e fora pensada para “ser adaptável a um regime monárquico”, representando a opinião da maioria da elite revolucionária, até 1820, em favor de uma monarquia constitucional, com o estabelecimento de um monarca de origem inca ou europeu. No entanto, com o acirramento das desavenças, os federalistas não participaram da iniciativa e nenhum país estrangeiro reconheceu a entidade instituída. A instabilidade pode ser observada também na sucessão de governos que se estabeleceram em dez anos: três juntas (1810-1811), dois triunviratos (1811-1814) e seis diretores supremos (1814-1820). Em 1820,

---

<sup>102</sup> Idem, pp. 31-32.

<sup>103</sup> As demais províncias deixaram de enviar representantes para o congresso, por não aceitar a hegemonia da cidade portenha. O Paraguai, desde os primeiros movimentos de independência, como propunha José Gaspar Rodríguez Francia, não aceitava qualquer poder além do que considerava serem suas próprias fronteiras. A Banda Oriental, Corrientes, Misiones, Entre Ríos e Santa Fe, que formavam a Liga Federal, sob a liderança de Artigas, também rejeitaram as propostas bonaerenses. No entanto, outras províncias como Mojos, Charcas e Chiquitos, pertencentes ao Alto Peru, que possuía várias outras províncias, enviaram representantes. Iniciou-se assim, uma grande indefinição, que se prolongaria por várias décadas, das fronteiras geográficas subentendidas pelos nomes Argentina ou Províncias Unidas.

na batalha de Cepeda, as Províncias Unidas da América do Sul<sup>104</sup> foram vencidas pelas tropas do litoral, com o qual desapareceu, novamente, um governo central. Em 1821, as antigas províncias deram espaço a treze províncias independentes.<sup>105</sup>

Aparentemente, as primeiras discordâncias a essa tendência centralista da cidade portenha foram registradas no Alto Peru, na província de Charcas, onde prevaleceu a oposição às pretensões da revolução de maio, inclusive com movimentos de reincorporação ao vice-reino do Peru. Desde os primeiros momentos, todas as regiões recusaram a tutela de Buenos Aires, reagindo, inclusive pelas armas. Posteriormente, outras regiões — os atuais Paraguai, Uruguai e parte da Bolívia — também questionaram o poder político de Buenos Aires, com um olhar que dava já contornos gerais ao que seriam os Estados nacionais contemporâneos.

Estes movimentos distintos tornam a questão nacional na Argentina mais complexa quanto às suas origens, papéis e significados. Segundo Oscar Terán, o conceito de nação que surgiu imediatamente no vice-reinado da Prata é bem distinto do conceito moderno. Como nas outras Juntas que surgiram, em 1810 esteve presente em Buenos Aires a defesa da monarquia espanhola, em nome de uma nação, acorde com o artigo 1º da Constituição de Cádiz de 1812, segundo o qual “*la Nación española es la unión de todos los españoles de ambos hemisferios*”. Nesse sentido, já antes de 1810, Mariano Moreno utilizara “la categoría ‘nación’ agrupando al conjunto de los pueblos españoles, tanto europeos como americanos”.<sup>106</sup> A Junta, no plano territorial, entendia que a ela correspondia a defesa daquilo que estava, à época, dentro dos limites do vice-reinado da Prata, os atuais Argentina, Uruguai, Paraguai e Bolívia. O termo argentino — que fora utilizado em 1602, no poema *La Argentina* de Del Barco, para designar apenas aos habitantes de Buenos Aires, *criollos* ou espanhóis — foi-se modificando, de modo que esta designação regional passou a ser ampliada.<sup>107</sup> Assim, a nação, concebida nos escritos de Mariano Moreno produzidos nos primeiros momentos da Revolução de Maio, apresenta um sentido inicial que seria abandonado.

Em Buenos Aires, no congresso constituinte, o tema da nação voltou a ser discutido, tomando como uma de suas referências as reflexões vindas da universidade, onde era

<sup>104</sup> O nome *Provincias Unidas del Río de la Plata* foi usado de 1811 até 1816, quando foi suplantado por *Provincias Unidas en Sud-América*, usado na Declaração de Independência de 1816 e na Constituição de 1819. Essa troca foi efetuada para dar a possibilidade de a região ser integrada pelas províncias do Alto Peru, do Paraguai e da Banda Oriental. Ver: SOUTO, Nora; WASSERMAN, Fabio, “Nación”, in GOLDMAN, Noemí (coord.), op. cit., p. 87.

<sup>105</sup> MYERS, Jorge, “A revolução de independência no Rio da Prata e as origens da nacionalidade argentina (1806-1825)”, in MADER, Maria Elisa; PAMPLONA, Marco A. (orgs), *Revoluções de independência e nacionalismos nas Américas: Região do Prata e Chile*. São Paulo: Paz e Terra, 2007, p. 77.

<sup>106</sup> TERÁN, Oscar. *Historia de las ideas en la Argentina. Diez lecciones iniciales, 1810-1980*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2010, p. 51.

<sup>107</sup> Ibidem.

discutido por Antonio Sáenz, no curso de *Instituciones de Derecho Natural y de Gentes* (1822-1823), no qual se previa que: “*La sociedad llamada así por antonomasia se suele también denominar nación y Estado. Ella es una reunión de hombres que se han sometido voluntariamente a la dirección de alguna suprema autoridad, que se llama soberana*”.<sup>108</sup>

Esse sentido político sofreu mudanças nas décadas de 1830 e 1840, ampliando-se. A ideia de nação alcançou elementos “nacionais”, com referência a valores, instituições e modos de vida locais. Por vezes, esses elementos estavam em conflito, entravam em disputas de projetos que envolviam conteúdos sociais, culturais, políticos, institucionais e territoriais. Nesta perspectiva, com a subida de Rosas ao poder, a discussão da nação aproximou-se mais da vida política. Estabeleceu-se um discurso que contrastava a oposição ao governo e a oposição à nação, com o qual a discussão sobre esta passou a se encontrar carregada do pragmatismo político observado nessas décadas.<sup>109</sup>

A questão demográfica, devido a grande migração de europeus e discussão do tema entre os meios intelectuais, resultou essencial na constituição da nacionalidade argentina e na construção do Estado. Estabeleceu uma forma de entendimento conflituosa entre Buenos Aires e as demais províncias, além de respingar sobre discussões étnicas e sobre a questão da socialização nacional da população argentina, com altos números de imigrantes a partir da década de 1850. A problemática da demografia esteve presente nos temas da *civilização e barbárie*, assim como nas ideias de *deserto e povoamento*, um dos assuntos abordados nas *Bases y puntos de partida para la organización política de la República Argentina* de Alberdi.<sup>110</sup>

Na historiografia interessada no processo nacional brasileiro, a discussão também diverge sobre a dinâmica de construção da nação, do Estado e do papel do nacionalismo. No Brasil, segundo István Jancsó, a partir de meados da década de 1990 percebeu-se um interesse renovado pelo tema, como o põe de relevo a existência de uma significativa produção acadêmica sobre a “questão nacional”. Esta produção levou os especialistas a rever teorias sobre a criação do Estado nacional e sua relação com a nação, colocando em discussão a aceitação da teoria que aponta o Estado como o criador da nação brasileira. As novas pesquisas sobre o tema levaram a novas perguntas referentes às crises do Antigo Regime e a rever os projetos políticos que circulavam no amplo território colonial. István Jancsó considera que os problemas que envolvem a leitura do tema se apresentam, hoje, como um

<sup>108</sup> SOUTO, Nora; WASSERMAN, Fabio, op. cit., p. 88.

<sup>109</sup> Ibidem.

<sup>110</sup> VÁZQUEZ-RIAL, Horacio, op. cit.

dos “enigmas mais recorrentes de nossa história”, pois não acredita poder ser entendida mais como tão segura a ideia de que o Estado brasileiro teria constituído a nação.<sup>111</sup>

Richard Graham, ao analisar a questão da construção da nação no Brasil, aponta para o desenvolvimento da perspectiva teórica à qual Jancsó se referia a respeito da questão nacional. Graham traçou o caminho desenvolvido pela historiografia brasileira, pela abordagem de leituras que se fixaram sobre distintos elementos como construtores de um Estado nacional. Em relação às precedências que envolvem o nacional, indica que José Honório Rodrigues já apontava a existência de uma história nacional antes da independência, por estar o desejo da unidade nacional já presente naquela época. Honório Rodrigues seguia, assim, a historiografia criada no *Instituto Histórico e Geográfico de Brasil* (IHGB), que alimentara, desde seu início, a ideia de uma pré-existência da nação, anterior à formação do país, desde os tempos coloniais. Por sua vez, em relação à precedência ou não do Estado sobre a nação, Sérgio Buarque de Holanda afirma que a unidade nacional foi constituída por meio do Estado.<sup>112</sup>

De maneira geral, segundo Graham, depois da independência as elites, num primeiro momento, propuseram maior autonomia local, tendo-o feito alguns de seus membros com ímpetos republicanos. Entretanto, frente aos conflitos que surgiam e à desorganização imperante, passaram a defender uma unidade sob a monarquia e a instauração de um governo centralizado. A efervescência das camadas mais pobres e dos escravos parecia ameaçar mais as elites locais do que um governo centralizado na província do Rio de Janeiro. Com uma monarquia constitucional e a instituição de um governo nacional, as elites locais começaram a exercer seu papel dentro de uma perspectiva de país, a qual era, ao mesmo tempo, local e nacional. Esta situação levou o Estado a construir uma nação com a unidade brasileira.<sup>113</sup>

Para Chiaramonte, no Brasil a questão também se colocava, como na Argentina, em termos de um Estado que estava edificando a nação, relacionada naquele com a manutenção da monarquia. No caso do Brasil, acredita o autor, a solução monárquica foi uma estratégia das elites que aspiravam a formar um Estado centralizado, temendo que a instauração da república levasse à fragmentação da unidade, se é que ela existia, é claro. Assim, a

---

<sup>111</sup> JANCSÓ, István (*org.*), *op. cit.*

<sup>112</sup> GRAHAM, Richard, “Construindo uma nação no Brasil do século XIX: visões novas e antigas sobre classe, cultura e Estado”, in *Revista Diálogos*, vol. 1, nº. 5, 2001. Disponível em: <[http://www.dhi.uem.br/publicacoesdhi/dialogos/volume01/vol5\\_mesa1.html#\\_ednref38](http://www.dhi.uem.br/publicacoesdhi/dialogos/volume01/vol5_mesa1.html#_ednref38)> (acessado em 22/01/2013).

<sup>113</sup> Idem.

independência não foi um produto de uma nação, mas de desentendimentos entre Portugal e as elites, com o Estado nacional se formando nas décadas de 1840 e 1850.<sup>114</sup>

Diversos autores indicam que a historiografia brasileira que se iniciava após a independência foi a responsável por produzir essa leitura sobre um passado onde o sentimento nacional estava presente de maneira anacrônica. A história em nome da edificação da pátria surgiu apadrinhada pelo Estado, que atuou a seu favor. Carlos Guilherme Mota também identifica a construção da ideia de Brasil e de nação nas vagas liberais da década de 1820, que viria a ser norteadas, de 1824 a 1889, pelo pensamento conservador do IHGB. Iniciava-se, então, um forte imaginário centrado na ideia de um embrião nacional, já presente na colônia, responsável pelo estabelecimento da unidade nacional brasileira.<sup>115</sup>

Voltando-nos, agora, para o caso chileno, Gabriel Cid e Alejandro San Francisco afirmam que a historiografia interessada em estudar o fenômeno da nação no país surgiu atrasada em comparação à própria produção latino-americana. Entre os motivos que ocasionaram esse fato, teria estado a associação estabelecida entre o conservadorismo e militarismo, e o tema do nacionalismo, relação esta que alijou o início da produção ao ter limitado o estudo da questão a setores mais conservadores da sociedade chilena. Nesse país, a produção dos historiadores do século XIX afetou as análises sobre o fenômeno, produzindo uma leitura convergente com a efetuada no Brasil, ao conceberem uma ideia de continuidade teleológica da nação, pré-existente desde o período colonial, que se afirmaria como produto da independência.<sup>116</sup>

Para Mario Góngora, a nacionalidade chilena foi formada pelo Estado; a nação não existiria sem o Estado, nem antes dele, sendo configurada por este desde o século XIX. Góngora acredita que o mesmo aconteceu com a Argentina, porém de maneira distinta do que ocorreu no México e no Peru, onde as grandes civilizações pré-colombianas “prefiguraram” os Vice-reinados e as Repúblicas. No Chile, as guerras constantes durante o século XIX foram essenciais para a construção de um sentimento nacional. Primeiro ocorreram as guerras de independência, em 1813, contra as tropas realistas do Vice-reinado do Peru e posteriormente contra os realistas do sul; depois houve a guerra contra a Confederação Peru-boliviana, entre

---

<sup>114</sup> CHIARAMONTE, José Carlos, pp. 73-75.

<sup>115</sup> MOTA, Carlos Guilherme, “Ideias de Brasil: formação e problemas (1817-1850)”, in MOTA, Carlos Guilherme (org.), op. cit., pp. 197-237.

<sup>116</sup> CID, Gabriel; FRANCISCO, Alejandro San (edit.), op. cit., pp. XIV-XV. Estes autores consideram que o “ponto de partida” dos estudos contemporâneos sobre a nação no Chile teve seu início em 1981 com Mario Góngora, partindo da perspectiva que o Estado formou a nacionalidade. Esta nacionalidade estatal havia sido composta pela ação nas áreas de educação, na realização das festas nacionais e na produção de símbolos chilenos. GONGORA, Mario. *Ensayo histórico sobre la noción de Estado en Chile en los siglos XIX y XX*. Santiago: Editora Universitaria, 13ª ed., 2003.

1836 e 1839; à continuação, a guerra naval contra a Espanha, de 1864 a 1866; a seguir, a guerra do Pacífico, que durou de 1879 a 1883, vivida como guerra nacional; e, por fim, a guerra civil de 1891.<sup>117</sup>

Segundo Ricardo Krebs, na segunda metade do século XVIII, existia nas classes letradas chilenas um apego patriótico à natureza, sendo a beleza de sua terra um tema comum nos atores locais. Esta crença possuía um significado político, pois gerava um valor específico único. Segundo suas representações, os efeitos positivos de um clima ameno e equilibrado influenciariam a formação dos habitantes locais, como argumentaram Aristóteles e Montesquieu, produzindo homens de caráter moderado. O isolamento geográfico também contribuiu para a formação de uma identidade, com uma ideia territorial própria presente já no início da década de 1810, formando um futuro Estado-nação independente.<sup>118</sup>

Jorge Pinto Rodríguez crê, igualmente, que o sentimento nacional iniciado no Chile no final do século XVIII pelas elites locais fomentou a formação do Estado, que levaria, por sua vez, à constituição da nação. Para este autor, a “nação política” havia surgido da ação da “nação cultural”. Esse nacionalismo viu a luz da mão de jovens que viajavam para a Europa com o objetivo de estudar e que, desde o velho continente, em um clima de saudosismo e melancolia, produziam imagens míticas sobre seu território e sua população.<sup>119</sup>

Esses sentimentos possuíam uma função didática a respeito da pátria. A formação da consciência sobre ela através da leitura e das produções literárias tem, entre seus representantes, algumas obras de Andrés Bello, que contribuíram para a formação do cidadão das novas nações. Para José Ramos, a função didática se expressa desta forma:

La *Alocución ...* y *La agricultura ...*, como se ha dicho algunos párrafos arriba, “concretan” estéticamente un sistema metafórico para las nuevas naciones hispanoamericanas, son la expresión y sustancia didáctica de una sensibilidad puesta al servicio de un ideal de formación ciudadana: diseñan los *modos* de un ser social. Este ejercicio de la poesía y de la literatura es, para decirlo con palabras de Alejo Carpentier, el “recurso del método” del ideario educativo bellista.<sup>120</sup>

<sup>117</sup> GÓNGORA, Mario. *Ensayo histórico sobre la noción de Estado en Chile en los siglos XIX y XX*. Santiago de Chile: Editorial Universitaria, 2010, pp. 59, 66, 71.

<sup>118</sup> KREBS, Ricardo. “Orígenes de la conciencia nacional chilena”, pp. 3-22, in CID, Gabriel; FRANCISCO, Alejandro San (edit.), op. cit.

<sup>119</sup> RODRIGUEZ, Jorge Pinto, “El orden, el progreso y los mapuches. Algunos dilemas del Estado”, in CID, Gabriel; SAN FRANCISCO, Alejandro. *Nación y Nacionalismo en Chile. Siglo XIX*. Vol. 2, Santiago: Ediciones Centro de Estudios Bicentenario, 2009.

<sup>120</sup> RAMOS, José (org.), “Andrés Bello: anotaciones para una poética del paraíso perdido”, in BELLO, Andrés. *Antología Esencial*. Caracas: Biblioteca Ayacucho, 2011, p. XI.



De acordo com Gabriel Cid e Isabel Torres Dujisin, a nação no Chile já estava vinculada à ideia de Estado desde a década de 1820, firmando-se em 1830 com a Constituição de 1833, onde a ideia de nação adquiriria uma concepção política, iniciando também uma discussão cultural. Este processo pode ser percebido pela constatação da multiplicação da presença do adjetivo nacional aplicado às novas instituições do Estado.<sup>121</sup> Esta mudança de perspectiva teve como um dos pontos de inflexão a vitória na guerra contra a Confederação Peru-boliviana (1835-1839), com uma retomada do mito do guerreiro araucano pré-hispânico presente na cultura chilena.<sup>122</sup>

Nesse país, a auto-percepção de uma excepcionalidade honrosa na construção da nação chilena, em comparação com as demais regiões da América hispânica, nas palavras de Alberdi, constituiu-se em uma importante ideia para a articulação do discurso nacional, desde a segunda metade do século XIX. A Argentina, por sua parte, também produziu posteriormente uma autoimagem vitoriosa e de excepcionalidade, principalmente após a década de 1860, que se intensificou com os progressos materiais e institucionais alcançados a partir da década de 1880. Para Tulio Halperín Donghi, essa excepcionalidade da Argentina em direção à nação foi iniciada com os escritos da geração de 37.<sup>123</sup> O Brasil gerou, igualmente, discursos positivos sobre sua singularidade, exaltando a natureza, sua grandeza e a monarquia, discursos esses difundidos na literatura, na história e nas artes.<sup>124</sup>

No Chile, o ambiente de construção cultural da nação se expandiu na década de 1840, sendo o interesse pela discussão sobre a cultura nacional uma das características da geração que se formou em torno da *Sociedad Literaria* em 1842. Um dos seus principais líderes, José Victorino Lastarria, neste sentido, indagava sobre o estado da literatura e propunha uma análise da história do país em que se articulassem o seu discurso sobre a literatura e a nacionalidade, contribuindo à construção de uma comunidade cultural que se estabeleceria e difundiria na década de 1850. Um dos pontos defendidos pela geração chilena de 42 foi o ataque à herança espanhola. Constantemente buscou-se elaborar uma nova identidade nacional em contraponto com o passado colonial. A história da nação foi colocada no centro

---

<sup>121</sup> Para acompanhar o percurso de mutação da palavra nação, ver: CID, Gabriel; DUJISIN, Isabel Torres, “Conceptualizar la identidad: *patria y nación* en el vocabulario chileno del siglo XIX”, pp. 23-51, in CID, Gabriel; FRANCISCO, Alejandro San (edit.). *Nación y Nacionalismo en Chile: Siglo XIX*. Vol. 1, Santiago: Centro de Estudios Bicentenario, 2009.

<sup>122</sup> CID, Gabriel; DUJISIN, Isabel Torres, op. cit.

<sup>123</sup> HALPERÍN DONGHI, Tulio, op. cit.

<sup>124</sup> DIEHL, Astor Antônio. *A cultura historiográfica brasileira: do IHGB aos anos 1930*. Passo Fundo: Ediupf, 1998. RICUPERO, Bernardo. *O romantismo e a ideia de nação no Brasil (1830-1870)*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

do debate e também se estabeleceu como uma das bases constitutivas da identidade coletiva.<sup>125</sup>

Estas pinceladas sobre o percurso e estado da questão sobre a ideia de nação na Argentina, Brasil e Chile no século XIX, apresentadas até aqui, contextualizam alguns dos temas que procuraremos relacionar na leitura das obras dos personagens escolhidos para a nossa análise. Independente de suas relações com o poder, diferentes em diversos momentos, pode-se observar a existência de um esforço de construção de uma identidade nacional por parte de nossos três personagens. Estas identidades estiveram presentes para além de suas respectivas pátrias. Alberdi contribuiu para a formação da nacionalidade do Uruguai e do Chile. Bello fez o mesmo em relação à Venezuela e, principalmente, ao Chile. Já Abreu e Lima voltou seus esforços para formação de um país que não se constituiria como nação, a Grã Colômbia, e, por fim, do Brasil.

No que tange à discussão sobre o tema da nação, partimos do princípio de que a nova formação do Estado e da nação constituiu um processo de retroalimentação que foi se efetivando progressivamente, e que encontrou condições históricas propícias durante o século XIX. Concebemos a ideia de que as atuais nações argentina, brasileira e chilena percorreram um caminho semelhante, no qual a reforma, substituindo o antigo Estado colonial, e edificando o Estado moderno, coincide com a aplicação de ideias de nação como elemento de legitimação da organização política. Acreditamos que a relação de mútua influência gerou, paralelamente, um novo Estado e um projeto de nação, independentemente das diferenças registradas entre as histórias dos três países.

Em contraposição ao Estado, o projeto de constituição da nação, devido a seu caráter de ampla abrangência, de profundidade, permeado por questões subjetivas, crenças novas e antigas, sentimentos individuais e coletivos, e representações, por vezes em conflito, requereu um desenvolvimento mais lento e com interferências menos contundentes na primeira década do século XIX. Assim, de forma mais concreta e com maior alcance sobre o território no qual se fixava e sobre sua população, formada por cidadãos, a presença do Estado pôde ser sentida mais concretamente do que o avanço dos nacionalismos propostos pelas elites locais. De fato, o Estado apareceu antes porque ele não desapareceu na América ou, ao menos, em seus principais centros urbanos. Ele se transformou após as independências, foi (re)formado para substituir, gradualmente e mantendo diversas continuidades, o antigo Estado colonial. Estes Estados não se constituíram de imediato como entidades modernas estabelecidas, senão que

---

<sup>125</sup> CID, Gabriel; FRANCISCO, Alejandro San (edit.), op. cit., pp. XXII-XXIII.

passaram por um processo que se edificou de acordo com avanços e retrocessos derivados das condições locais.

No Chile, vê-se um aparato moderno constituído com maior organicidade na década de 1830. No Brasil, com a manutenção da monarquia, o Estado sofreu um desmonte menor e uma reorganização menos profunda, pelo qual manteve mais continuidades na sua reforma das que ocorreram nos países hispano-americanos. Na Argentina, os problemas na constituição de uma unidade nacional, que apresentou até a década de 1860 diversas formas pré-nacionais, em geral conflitantes, permitiram a geração, por vezes, de Estados efêmeros ou de mais de um Estado no atual território argentino. Independentemente de terem sido, na América emancipada, Estados fracos ou fortes, mais liberais ou mais conservadores, com maior amplitude de atuação ou mais localistas, acreditamos que estavam constituídos antes e após as independências e que já estavam relacionados, *ab initio*, às concepções de nação.

A ideia de um nacionalismo, ou, como diz Hobsbawm utilizando um termo controverso, de um “protonacionalismo” estava presente nos projetos das elites locais antes das independências. Não nos posicionamos a respeito de sua origem, nem do seu momento inicial do seu aparecimento. Esse nacionalismo em formação, de fato, tornar-se-á estabelecido apenas na segunda metade do século XIX, porém seu início ocorre décadas antes. No entanto, entendemos que, nas décadas de 1830, 1840 e 1850, houve intensos esforços voltados à nacionalização dos novos Estados e dos respectivos povos advindos da modernidade. Provas destes interesses por uma questão nacional, amplamente difundidos na América ibérica, foram a preocupação pelo incentivo de uma produção literária local e pela definição de ordenamentos jurídicos para os respectivos Estados, assim como o fato de o tema da nação ter surgido nos ambientes intelectuais como foco nas discussões sobre a organização dos países que se formavam.

Um problema presente neste mundo letrado consistiria no conteúdo das ideias de nacionalidade. Quais eram os conteúdos que davam forma à nação? Estavam definidos em quais bases? Dando ouvidos ao que nos apontam nossos interlocutores do século XIX, com o que nos deparamos na época é com propostas a ser realizadas, projetos, conteúdos programáticos para um futuro imediato. O que temos são constatações de ausência de traços definidos que indiquem as qualidades ou as características que conformavam cada nação naquela época. Encontramos, isso sim, uma crença na existência de uma nacionalidade que faltava ser definida, ao menos intelectualmente. Tratava-se de edificar as bases sobre as quais se poderia imaginar uma comunidade específica. Por isso, os conselhos de diversos

intelectuais para que os jovens escrevessem, se debruçassem sobre o país, para que esquecessem a Europa. Esse processo de reflexão sobre a nação nacionaliza o Estado com seu aval e incentivo, ao tempo que estabelece, ele próprio, uma ideia de nação.

A busca da ampliação do entendimento das especificidades e generalidades dos nacionalismos produz, através da comparação, uma visão no nível local e outra, no regional. Essa possibilidade metodológica promove o aprofundamento na história singular de cada país através do método comparativo, observando diferenças e afinidades entre os diversos projetos que se pretendia construir no Cone Sul.

## **1.6 – Caminhos da historiografia comparada**

A comparação como ferramenta metodológica da historiografia aparece desde as primeiras obras da disciplina que constituem uma tradição no mundo ocidental. Estamos nos referindo à conhecida obra de Heródoto, *História*, escrita no século V a. C, que se destinava à compreensão do passado grego. Com sua proposta, Heródoto acabou por constituir, em comparação com a Ásia, um dos primeiros conceitos de identidade acerca do significado de Europa.<sup>126</sup>

Para François Hartog, as ideias contidas naquele momento inicial são constituídas dentro de um mundo binário, no qual o outro é o fator constitutivo da identidade dos antigos gregos pela comparação e a exclusão de características tanto dos homens quanto da terra. Heródoto, utilizando sua história, insere a análise cultural como fonte para o estabelecimento de uma identidade própria para aquela sociedade heterogênea.<sup>127</sup>

No entanto, embora a comparação seja constitutiva do campo historiográfico, seu desenvolvimento especializado ocorreu, sobretudo, pelo diálogo com outras disciplinas. A relação da historiografia com as Ciências Sociais no alvorecer de século XX, e também com outras disciplinas como a economia, demografia e literatura, começou a influenciar de forma relevante os estudos historiográficos relativos ao campo comparativo, fenômeno que veio a ser reforçado após a Primeira Guerra.

### **1.6.1 – Perspectivas da história comparada**

---

<sup>126</sup> HERODOTO. *História*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1988.

<sup>127</sup> HARTOG, François. *Os antigos, o passado e o presente*. GUIMARÃES, José Otávio (org.). Brasília: Universidade de Brasília, 2003.

Para Charles Maier, os historiadores do século XIX, preocupados com a cientificidade, com a pesquisa em documentos e a criação de arquivos, evitaram a comparação e seguiram uma tendência de ressaltar a “*presunta unicidad de los períodos o de las culturas históricas, y jamás se propusieron objetivos de carácter comparativo*”.<sup>128</sup> Entretanto, por fora das instituições acadêmicas e dos métodos universalistas oitocentistas, ou melhor, para além delas, a comparação foi utilizada como instrumento historiográfico por diversos pensadores.

Para o desenvolvimento da historiografia comparada, Maier considera a delimitação de dois marcos teóricos, centrados na produção de Alexis de Tocqueville e Karl Marx. Entre essas referências, encontra-se o volume *A democracia na América*, cuja primeira parte fora escrita em 1835 e, em 1840, a segunda, pelo francês Alexis de Tocqueville, a partir de suas observações sobre os Estados Unidos entre 1831 e 1832.<sup>129</sup> Nessa obra, o sucesso da ex-colônia inglesa é apresentado em contraste com o fracasso da França pós-revolução, seguindo propostas de Stuart Mill, partidário da aplicação do “método da diferença” e do “da concordância”. Em Marx, para Maier, as explicações do fracasso da revolução sobressaíam frente às dos seus triunfos, pelo qual resultava necessário desenvolver um contraste histórico no estudo dos casos abordados. Assim, em 1852, temos *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*, que analisava os conflitos que levaram ao caminho da instauração da reação e não da revolução, comparando o processo com outros países e momentos.<sup>130</sup>

Marx e Tocqueville não foram os únicos a produzir trabalhos comparados naquele século, pois havia também diversos outros autores mais próximos à história como disciplina. Seguindo a análise de Neyde Theml e Regina Bustamante, a historiografia comparada vem se desenvolvendo de maneira mais sistematizada desde as primeiras décadas do século passado, quando historiadores europeus procuravam combater a história política tradicional (e também nacional) do século XIX. Essas autoras apontam trabalhos significativos para a área, salientando nomes como François Simiand, Oswald Spengler, Arnold Toynbee, Henri Pirenne, Marc Bloch, Louis Davillé e Lucien Febvre.<sup>131</sup>

<sup>128</sup> MAIER, Charles S., “La historia comparada”, in *Studia Historica – Historia Contemporánea*, vol. 10-11, 1992-93, p. 12.

<sup>129</sup> TOCQUEVILLE, Alexis. *A democracia na América: leis e costumes de certas leis e certos costumes políticos que foram naturalmente sugeridos aos americanos por seu estado social democrático*. São Paulo: Martins Fontes, 2005. Tocqueville e Gustave de Beaumont partiram da França para os Estados Unidos em abril de 1831, onde viajaram por nove meses, com o objetivo de analisar e produzir um trabalho sobre o sistema prisional daquele país.

<sup>130</sup> MAIER, Charles S., op. cit., p. 13. MARX, Karl. *O 18 Brumário e Cartas a Kugelmann*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

<sup>131</sup> BUSTAMANTE, Regina; THEML, Neyde, “História Comparada: olhares plurais”, in *Revista de História Comparada*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, vol. 1, nº. 1, jun/2007. Disponível em: <[http://www.hcomparada.ifcs.ufrj.br/revistahc/artigos/volume001\\_Num001\\_artigo003.pdf](http://www.hcomparada.ifcs.ufrj.br/revistahc/artigos/volume001_Num001_artigo003.pdf)> (acessado em

No entanto, esses não foram os primeiros intentos, dentro da historiografia moderna, de se guiar pelos caminhos comparativos. Boris Fausto e Fernando Devoto trazem à tona incursões de historiadores como Otto Hintze, que desde 1895 investiu esforços na produção de uma história comparada dos Estados modernos.<sup>132</sup> Segundo Peter Burke, Otto Hintze e também Marc Bloch, apesar de pioneiros na aplicação da comparação ao estudo do passado, foram influenciados significativamente pelas análises no campo das Ciências Sociais dirigidas por Émile Durkheim e Max Weber.<sup>133</sup>

Na Alemanha, Otto Hintze procurou estudar a formação do Estado moderno influenciado pela ideia weberiana de burocracia. Em sua trajetória, construiu algumas reflexões teóricas sobre as melhores formas de empreender um método comparativo, porém sem abandonar as formas tradicionais da história e o acontecimento único. Buscando desenvolver essa perspectiva, Hintze lançou em 1902 *The Formation of States and Constitutional Development*,<sup>134</sup> obra na qual procurava as origens do Estado ocidental na experiência feudal. Em geral, seus estudos se desenvolveram recorrendo à comparação como subsídio analítico, pela escolha de aspectos comuns para efetivar a abordagem em diferentes países europeus.<sup>135</sup>

Entre os historiadores apontados pelo campo tradicional, outro nome conhecido é o de Charles Langlois, que buscou desenvolver um estudo comparativo no ano de 1900, centrado no estudo da Inglaterra e da França de maneira comparada durante a Idade Média. No entanto, segundo Fausto e Devoto, apesar da precocidade dessas pesquisas, não passaram de esforços isolados, não chegaram a maiores produções, nem mereceram um amplo espaço nas academias.<sup>136</sup>

---

10/08/2010). O estudo comparativo entre as nações e a construção de suas identidades não vem chamando a atenção apenas de historiadores, mas também dos demais cientistas sociais, que analisam o tema através de elementos que julgam constitutivos das identidades nacionais. Um bom exemplo desta tendência é o trabalho da antropóloga Rita Laura Segatto, que estuda de forma comparada, principalmente a região do Prata e o Brasil, quanto a aspectos religiosos e políticos encontrados na construção da nação e da identidade de ambos os âmbitos. SEGATO, Rita. L. *La Nación y sus otros: raza, etnicidad y diversidad religiosa en tiempos de políticas de la identidad*. Buenos Aires: Prometeo Livros, 2007. Outro trabalho, também ligado à antropologia, é: LEITE, George de Cerqueira (org.). *Região e nação na América Latina*. Brasília: Editora Universidade de Brasília; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2000.

<sup>132</sup> FAUSTO, Boris; DEVOTO, Fernando, op. cit.

<sup>133</sup> BURKE, Peter. *História e teoria social*. São Paulo: Editora UNESP, 2002, p. 41. BURKE, Peter. *A Escola dos Annales (1929-1989), a Revolução francesa da historiografia*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997.

<sup>134</sup> HINTZE, Otto, "The Formation of States and Constitutional Development", in GILBER, Felix (ed.), *The Historical Essays of Otto Hintze*. New York: Oxford University Press Huntington, 1984.

<sup>135</sup> MAIER, Charles S., op. cit.

<sup>136</sup> FAUSTO, Boris; DEVOTO, Fernando, op. cit., p. 09.

Nessa virada de século, a história desenvolveu um diálogo bastante fértil com a Sociologia, que avançava e mantinha uma trajetória de ascensão em seu *status* como ciência dentro das principais universidades europeias. Dita aproximação, como apontamos, influenciou o estudo comparativo. Há que se considerar que o próprio objeto das Ciências Sociais, o homem no espaço e no tempo, contribuiu para que a comparação fosse um método essencial para o seu desenvolvimento. As ideias presentes nas Ciências Sociais do final do século XIX e início do século XX indicavam que as diferentes sociedades humanas seguiam estágios graduais de uma *linha evolutiva do tempo* em direção à civilização e ao progresso.<sup>137</sup> Essa ideia, comum à época, levou ao desenvolvimento de numerosos estudos que se utilizavam de comparações entre sociedades distintas, na busca de modelos ideais ou no intuito de traçar uma história comum evolutiva da humanidade, guiada por comparações.<sup>138</sup>

Apesar de a historiografia, assim como as Ciências Sociais, haver contado com a comparação desde seu início, ela não se constituiu como um elemento central em sua dinâmica epistemológica. Embora a comparação se houvesse convertido em ferramenta comum no campo de pesquisa da sociologia, da antropologia e da história, o recurso a ela não se articulou da mesma forma ou no período de tempo em cada disciplina. A maneira pela qual as ciências sociais e a historiografia tomaram os eventos de análise foi bem distinta, uma vez que a ciências sociais se guiaram por modelos comuns, enquanto a historiografia se pautou pela abordagem do evento único, pertencente ao passado.<sup>139</sup>

Discutindo a diferença e a influência da sociologia sobre a historiografia, e o diálogo entre ambas, Peter Burke aponta a importância central da comparação em Émile Durkheim, como também a recusa inicial da historiografia moderna em assumir o método comparado como ferramenta adequada ao estudo da história. Para Burke, “os historiadores, por outro lado, tenderam a rejeitar a comparação, alegando estarem interessados no específico, no único, no irrepetível”.<sup>140</sup> Essa especificidade do caráter único do fato histórico levou

---

<sup>137</sup> CASTRO, Celso (org.). *Evolucionismo Cultural – textos de Morgan, Tylor e Frazer*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005, pp. 67-99.

<sup>138</sup> No final do século XIX e início do XX, surgiram trabalhos que abordavam questões sobre a aplicação de um método comparativo. Entre eles, estão: DURKHEIM, Émile. *As regras do Método sociológico*. São Paulo: Martins Fontes, 2007. WEBER, Max. *Metodologia das ciências sociais*. São Paulo: Cortez; Campinas: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1992. BOAS, Franz, “As limitações do método comparativo da antropologia”, in *Antropologia Cultural*. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

<sup>139</sup> PRADO, Maria Lígia Coelho, “Repensando a história comparada da América Latina”, in *Revista de História*, nº. 153, 2º, 2005, pp. 11-33.

<sup>140</sup> BURKE, Peter. *História e teoria social*, p. 40.

sociólogos e historiadores a diversos debates e parcerias na virada do oitocentos em direção ao novo século.<sup>141</sup>

Em 1900, na França, Henri Berr publicava a *Revue de Synthèse*, que indicava para a forte influência do método comparativo durkheimiano. A revista de cunho interdisciplinar dirigida por Berr produziu uma quantidade relevante de estudos, tendo sido sua produção reforçada pela série de publicações de *L'Évolution de l'Humanité*. Esses escritos abordaram diversos temas sociais e suas páginas foram palco de produções reconhecidas no campo comparativo, entre elas *Pour une histoire comparée des sociétés européennes* de 1928 e aquela que Maier considerou como “*la colaboración más insigne de todas*”: *La société féodale* de 1939, ambas de Marc Bloch.<sup>142</sup>

A relação entre a historiografia e o Estado nacional também contribuiu para o desenvolvimento da análise comparada. Em 1923, no pós-Primeira Guerra, as fronteiras nacionais como objeto predominante das abordagens historiográficas foram criticadas pelos historiadores e a história comparada começou a ser apresentada como um horizonte mais amplo e de maiores possibilidades para a compreensão historiográfica. Ainda no período entre guerras, segundo Fausto e Devoto, após mais de uma década sem maiores avanços, a abordagem comparativa retomou seu fôlego. Dessa vez, foi impulsionada pela autocrítica que parte dos historiadores se impôs quanto à sua contribuição aos nacionalismos então vigentes, antes da eclosão do conflito. Para aqueles autores, um dos principais representantes desse momento foi Henri Pirenne, que incentivou o abandono dos estudos nacionais em detrimento de propostas mais gerais, com estudos mais amplos de uma história europeia e universal.<sup>143</sup>

Henri Pirenne apresentou em Bruxelas *De la Méthode comparative en histoire. Discours prononcé à la séance d'ouverture du V Congrès International des Sciences Historiques*, em que afirma que o limite nacional estava sendo colocado como uma fronteira ao conhecimento e como um elemento que fortificava os preconceitos tão em voga na época.<sup>144</sup> *Pour une histoire comparée des sociétés européennes*<sup>145</sup> foi apresentada inicialmente por Bloch como uma conferência no VI Congresso Internacional de Ciências Históricas, que ocorreu em Oslo em 1928. Essas obras são consideradas como os principais e pioneiros estudos da historiografia comparada do século XX, sendo recorrente o fato de

<sup>141</sup> FAUSTO, Boris; DEVOTO, Francisco, op. cit., p. 10.

<sup>142</sup> MAIER, Charles S., op. cit., p. 13. Entre os estudos comparativos mais conhecidos de Marc Bloch estão *Os reis taumaturgos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993 e *A Sociedade Feudal*. Lisboa: Edições 70, 1987.

<sup>143</sup> FAUSTO, Boris; DEVOTO, Francisco, op. cit., p. 12.

<sup>144</sup> PRADO, Maria Lígia Coelho, op. cit., pp. 13-14.

<sup>145</sup> BLOCH, Marc, “*Pour une histoire comparée des sociétés européennes*”, pp. 16-40.



historiadores remeterem a ditos textos como marcos teóricos e metodológicos do início da história comparada como campo disciplinar.

Com sua obra, Bloch fez a defesa do método comparado, distinguindo-o do que afirmava ser compreendido por seus pares como filosofia da história ou sociologia geral e reconhecendo as resistências por parte dos historiadores, mas apresentando suas possibilidades mais específicas para a análise histórica. Nessa perspectiva, Bloch advogava por um espaço maior da história comparada, com seu ensino nas universidades. Defendia o incremento do método ao interceder pela possibilidade de abordagens de novos problemas, seja pela influência temática da antropologia ou pela extrapolação das fronteiras nacionais. Em sua reflexão sobre as análises de sociedades pré-Estado nacional, o medievalista francês afirmava ainda a necessidade de se evitarem os anacronismos nacionais e de observar a construção do problema desde o interior de seu objeto de estudo. Bloch apresentava assim, em linhas gerais, o que propunha como metodologia:

[F]aire choix, dans un ou plusieurs milieux sociaux différents, de deux ou plusieurs qui paraissent, au premier coup d'oeil, présenter entre eux certaines analogies, décrire les courbes de leurs évolutions, constater les ressemblances et les différences et, dans la mesure du possible, expliquer les unes et les autres. Donc deux conditions sont nécessaires pour qu'il y ait, historiquement parlant, comparaison: une certaine similitude entre les faits observés — cela va de soi — et une certaine dissemblance entre les milieux où ils se sont produits.<sup>146</sup>

Seguindo as indicações de diversos autores, Marc Bloch constitui o mais renomado representante de uma produção historiográfica de cunho comparativo, com *Os reis taumaturgos* e *Les Caractères originaux de l'histoire rurale française*. Fausto e Devoto consideram também que a história comparada proposta por Bloch não era um método e sim um instrumento para alcançar o passado. Ainda entendem que a formação desse historiador, em Idade Média e História Social, não condicionou sua análise na produção de uma história comparada dos Estados nacionais, mas sim em comparar fatos e eventos, de uma forma análoga à prática antropológica de James Frazer.<sup>147</sup>

<sup>146</sup> Idem, pp. 16-17. “[F]azer escolhas, no seio de um ou de vários meios sociais diferentes, de dois ou mais que parecem, à primeira vista, apresentar certas semelhanças entre eles, descrever as curvas de suas evoluções, constatar as semelhanças e diferenças e, na medida do possível, explicar umas e as outras. Assim, duas condições são necessárias para que haja, historicamente falando, uma comparação: certa semelhança entre os fatos observados — é claro — e certa dessemelhança entre os ambientes em que são produzidos”. A tradução é nossa.

<sup>147</sup> FAUSTO, Boris; DEVOTO, Francisco, op. cit., p. 13.

Na verdade, Bloch questionava uma teleologia dos Estados nacionais como campos naturalizados, “pré-natos”, do fazer historiográfico. Para esse autor, era possível e comum produzir anacronismos, uma vez que os estudos são centrados nas bordas dos territórios nacionais modernos, mas usam instituições políticas, legais ou econômicas de um passado no qual elas ainda não existiam na forma nacional.

[L]’enseignement le plus clair peut-être et le plus impérieux que nous donne l’histoire comparée, c’est qu’il serait temps, en vérité, de songer à briser les compartiments topographiques désuets où prétendons enfermer les réalités sociales: ils ne sont pas à la mesure du contenu que nous nous efforçons d’y presser.<sup>148</sup>

Mais adiante, Bloch aprofunda sua análise sobre os anacronismos históricos produzidas por estudos que antecipam a formação do Estado. De acordo com esse autor:

Anachronisme d’abord et des plus évidents: par quelle aveugle foi dans une sorte de vague prédestination historique a-t-on pu être conduit à attribuer à ces tracès une signification quelconque, une existence prenata, si j’ose dire, avant le moment exact où le jeu complexe des guerres et des traités les fixa? Erreur de fond aussi, et qui subsiste, alors même que, par une méthode en apparence plus rigoureuse, on fait choix de divisions politiques, administratives ou nationales contemporaines des faits qui forment l’objet de la recherche: car où a-t-on vu que les phénomènes sociaux, à quelque époque que ce soit, aient unanimement arrêté leur développement aux mêmes limites, qui seraint, avec précision, celles des dominations politiques ou des nationalités?<sup>149</sup>

De acordo com Charles Maier, a história comparada apresentou blocos temáticos ou espaciais em seu desenvolvimento. Utilizando da obra de Maurice Mandelbaum, que efetuou uma análise da historiografia comparada produzida até meados do século XX, pode-se apresentar a seguinte classificação:

<sup>148</sup> BLOCH, Marc, op. cit., p. 44. “[O] ensino mais claro e talvez o mais imperativo que nós dá a história comparada é que está na hora, de fato, de considerar a quebra daqueles compartimentos topográficos desatualizados em que pretendemos enclausurar as realidades sociais: eles não medem o conteúdo que nos esforçamos em inserir neles”. A tradução é nossa.

<sup>149</sup> Idem, p. 46. “Em primeiro lugar, um anacronismo dos mais evidentes: por qual cega fé em certa vaga predestinação histórica alguém poderia ser levado a atribuir a esses vestígios uma significação qualquer, uma existência pré-nata, ousou dizer, anterior ao momento exato em que o jogo complexo das guerras e dos tratados os fixou? É também um erro fundamental, e que continua subsistindo, apesar de que, por um método aparentemente mais rigoroso, sejam feitas escolhas de divisões políticas, administrativas ou nacionais contemporâneas dos fatos que compõem o objeto de pesquisa: porque onde se viu que os fenômenos sociais, a qualquer tempo, tenham parado unanimemente seu desenvolvimento nos mesmos limites, que seriam, com precisão, os das dominações políticas, ou das nacionalidades?”. A tradução é nossa.

a) evolucionista (es decir, que comporta una investigación sociológica en vista de una teoría universal de los «estadios», ejemplificada por Comte y Spencer); b) genética o centrada en el desarrollo (comprendida, como subtipo la historia de las variantes nacionales de una institución de origen común, como el feudalismo, o de las diferentes respuestas a una crisis general, como la exposición de las revoluciones de fines del siglo XVIII hecha por R. R. Palmer); o bien, c) analógica (que estudia instituciones similares en sociedades que no han tenido relaciones entre ellas, como el feudalismo en Europa y en Japón). Cada uno de estos intentos de comparación debe obtener de la historia los elementos capaces de proyectar luz sobre las diferentes sociedades e instituciones. Pero la investigación histórica, en el sentido riguroso del término, no puede renunciar al interés genético por una situación plenamente desarrollada. Así, el historiador que trabaja con lo que Mandelbaum llama el punto de vista analógico, debe siempre hacer referencia a la exposición comparada de los diversos desarrollos en el interior de sociedades diferentes. O, como sugiere el ejemplo de Hintze, debe postular un sistema institucional general, capaz de convertirse en la verdadera materia de su investigación histórica. La historiografía comparada no puede dejar de lado los aspectos particulares.<sup>150</sup>

No pós-Segunda Guerra, apesar das mudanças epistemológicas na historiografia e da numerosa produção no campo comparativo, Fausto e Devoto afirmam não ter havido grandes avanços teórico-metodológicos nos estudos históricos comparados, com algumas exceções, como a história econômica e demográfica, em diálogo com as Ciências Sociais. Na América Latina, dita vertente foi desenvolvida principalmente pelos intelectuais da CEPAL, com Celso Furtado como um dos principais representantes no Brasil, Aldo Ferrer, na Argentina, e Julio César Jubet, no Chile. Essas pesquisas produziram uma perspectiva centrada no binômio centro-periferia, com uma leitura de um desenvolvimento pautado por etapas que ocorriam de forma semelhante nos países latino-americanos.<sup>151</sup>

Retornando a um ambiente mais amplo e internacional, observamos que uma nova onda impulsionadora dos estudos comparativos surgiu na segunda metade do século XX, em especial após as independências dos países africanos e asiáticos. Diferentemente do período de críticas ao Estado-nação, a historiografia comparada foi reforçada agora pelo fortalecimento da unidade nacional. Segundo Ciro Flamarion Cardoso e Héctor Pérez Brignoli,<sup>152</sup> a historiografia passou nesse momento a refletir com maior intensidade sobre os continentes africano, asiático e latino-americano, com o qual foi construído um campo mais

<sup>150</sup> MAIER, Charles S., op. cit., p. 20.

<sup>151</sup> FAUSTO, Boris; DEVOTO, Francisco, op. cit., pp. 14-15.

<sup>152</sup> CARDOSO, C. F. S. & PÉREZ BRIGNOLI, H., “O método comparativo na História”, in *Os métodos da História; uma introdução aos problemas, métodos e técnicas da história demográfica, econômica e social*. Rio de Janeiro: Graal, 1983, pp. 409-419. PINTO, Simone Rodrigues, “O pensamento social e político Latino-Americano: etapas de seu desenvolvimento”, in *Sociedade e Estado*. Brasília, vol. 27, nº. 2, 2012. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-69922012000200007&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922012000200007&lng=en&nrm=iso)>. (acessado em 03/12/2012).

amplo de análises que possibilitaram a realização de comparações entre diferentes sociedades e Estados nacionais.

Segundo as historiadoras Regina Bustamante e Neyde Theml, os estudos comparados se viram reforçados em meados dos anos 60 com a criação do *Centre de Recherches Comparées sur les Sociétés Anciennes* (CRCSA) ou *Centre Louis Gernet*, por pesquisadores como Jean Pierre Vernant e Marcel Detienne. A ampliação do número de objetos, com o surgimento de novos países, contribuiu para o que Heinz-Gerhard Haupt chamou de “internacionalização da pesquisa”.<sup>153</sup> Grande parte dos estudos sobre/de história comparada na época vieram a público no formato de artigos em periódicos especializados, como a revista francesa *Revue de Synthèse Historique*, a inglesa *Comparative Studies in Society and History* fundada em 1958 ou ainda a norte-americana *American Historical Review*, com contribuições significativas em 1980 e 1982.<sup>154</sup>

No texto de Charles Maier, a partir de uma perspectiva norte-americana e eurocêntrica em relação aos estudos historiográficos comparados, podemos acompanhar a descrição de um desenvolvimento relacionado com a história social, econômica e política. Para dito autor, vislumbravam-se no início da década de 1990 quatro campos teórico-metodológicos, os quais constituíam uma classificação das linhas mais abrangentes dos campos da historiografia comparada baseada na influência de quatro autores, respectivamente, sendo essas, portanto, de caráter: weberiano, marxista, toquevilliano e antropológico.

A tendência weberiana é composta por historiadores e sociólogos preocupados desde a década de 1950 com questões como a racionalização, modernização, legitimação e burocracia. Um grande expoente dessa vertente é Reinhard Bendix, que escreveu obras em que analisava casos nacionais desde a ótica reflexiva do funcionamento do sistema econômico e político. Fazem parte de sua produção títulos como *Work and Authority in Industry* (1956), *Nation Building and Citizenship*, (1964), e *Kings or People: Power and the Mandate to Rule* (1978).

Entre os anos de 1960 e 1980, a vertente weberiana, preocupada com a modernização das economias em expansão, desenvolveu um movimento na Europa contra o marxismo, adicionando uma ideia de “modernização” pró-capitalismo. Segundo Maier, os historiadores em questão “*han encontrado frecuentemente aplicación en los intentos de proponer una*

---

<sup>153</sup> Bustamante e Theml indicam as seguintes referências: HAUPT, H. G., “O lento surgimento de uma História Comparada”, in BOURTIER, J; JULIA, D. (orgs.), *Passados recompostos; campos e canteiros da História*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/ Editora FGV, 1998, pp. 205-216.

<sup>154</sup> BUSTAMANTE, Regina; THEML, Neyde, “História Comparada: olhares plurais”, in *Revista de História Comparada*, jun/2007. Louis Davillé e Lucien Febvre publicam seus artigos na *Revue de Synthèse Historique*, respectivamente, em 1913 e 1924.

*teleología del desarrollo económico que habría debido haber superado el conflicto de clase y haber condenado los conceptos del marxismo*". Entre os representantes de dita vertente reconheceu-se Walt W. Rostow, com sua obra *The Stages of Economic Growth*, lançada em 1960. Esse estudo foi considerado como um "Manifesto anticomunista" e etapista, que previa passar primeiro por regimes autoritários compreendidos como de direita, antes de chegar à construção de uma sociedade desenvolvida materialmente. Na mesma década, em 1966, surgiu *The Dynamics of Modernization, A Study in Comparative History*, de autoria de Cyril Black, com sua proposta de encontrar um processo de desenvolvimento para diversas sociedades.<sup>155</sup>

Os esforços no campo de um trabalho comparado passaram a ocorrer de forma coletiva e organizada, principalmente interessados no desenvolvimento de uma historiografia ligada à economia e à política, articulada em um projeto em vários volumes intitulado *Studies in Political Development*, que foi patrocinado a partir de 1954 pelo *Comité para la Política Comparada del Consejo para las Investigaciones de Ciencias Sociales*. Outro estudo, balizado pelas mesmas ideias e guiado por diversas comparações no âmbito do nacional, apareceu em 1975, dirigido também por Black, sob o título *The Modernization of Japan and Russia*.<sup>156</sup>

De acordo com Charles Maier, a partir dos anos 1960 a teoria da modernização acabou cedendo espaço para uma historia comparada cujo interesse começou a se centrar no Estado, impulsionada pela atenção dada às questões políticas. Um trabalho influente e propagador dessa nova perspectiva foi *The European Administrative Elite*, publicado por John Armstrong em 1973, em que eram comparadas Inglaterra, França, Prússia e Rússia desde um marco econômico e estatal. Logo se percebia a importância e a frequência da presença dos Estados nacionais nos estudos comparados, como em *The Formation of States in Western Europe*, de Charles Tilly (1975), e *Dimensions of States-Formations and Nation Building*, do cientista social norueguês Stein Rokkan.

O interesse renovado pelo Estado também influenciou a historiografia comparada de orientação marxista. Um dos principais títulos a aparecer foi o conhecido trabalho de Perry Anderson, *Lineages of the Absolutist State* (1974), que analisa a sociedade absolutista desde um ponto de vista de uma evolução etapista. Esse interesse sobre o Estado não demorou em tomar uma nova perspectiva, com a adesão de um novo tema para a análise comparada: a revolução. Para Maier, a contribuição mais importante aos estudos comparativos sobre a

<sup>155</sup> MAIER, Charles S., op. cit. p. 20.

<sup>156</sup> Idem, p. 22.

revolução foi a obra de Barrington Moore, *Social Origins of Dictatorship and Democracy: Lords and Peasant in the Making of the Modern World* (1966). Barrington analisou a construção dos Estados modernos considerando “como única via” a revolução camponesa<sup>157</sup> e reconhecendo três possibilidades de se chegar à democracia ou à ditadura no mundo contemporâneo: a revolução burguesa, com a democracia liberal, a revolução autoritária conduzindo ao fascismo, ou a revolução camponesa em direção ao comunismo.<sup>158</sup>

Houve ainda trabalhos em que a relação de poder se desloca do Estado e da economia para o indivíduo, considerando os sujeitos sociais como o elemento central a ser estudado comparativamente dentro da revolução. Pode-se citar como exemplo o livro de Eric Hobsbawm *Primitive Rebels* (1956), uma análise interessada na compreensão de possíveis formas arcaicas de luta sociais. Em 1969, apoiado nos atores sociais como sujeitos das análises, Eugene Genovese produziu um importante estudo, *World the Slaveholders Made*, centrado na reflexão sobre a escravidão. Mais precisamente focou-se na relação entre escravo e escravocrata, considerando-os dentro do quadro do avanço do capitalismo. Em *States and Social Revolutions*, publicado em 1979, Theda Skocpol abordou, desde uma perspectiva internacional, as revoluções na França, Rússia e China, centrando o foco no papel das estruturas sociais nos processos revolucionários.

A terceira tendência apontada por Maier, a qual considerava dominante nos Estados Unidos, foi a toquevilliana, interessada na comparação nacional utilizada para compreender o próprio país. Louis Hartz produziu duas obras nas quais os valores liberais e as características do desenvolvimento estado-unidenses eram comparados com outros países. Uma delas apareceu em 1954 sob o título *The Liberal Tradition in America*, vinculada à História das Ideias, e a outra, *The Founding of New Societies*, dez anos mais tarde, comprometida com uma análise utilitarista.

Na mesma linha, porém em uma perspectiva mais crítica ao país, surgiram estudos que refletiam sobre a escravidão, principalmente em comparação com a América Latina. Em 1949, Frank Tannenbaum lançava *Slave and Citizen: The Negro in the Americas*, e Herbert Klein, comparando a escravidão na Virginia e em Cuba, publicou *Slavery in the Americas* em 1967. Esses estudos compreendiam que a instituição da escravidão havia sido mais branda nos países de colonização ibérica, pelo qual advogavam pela existência de certa justiça em terras latinas. Em discordância com essa visão, a de uma escravidão mais branda na América Latina, há estudos, como os de Carl Degler, *Neither Black nor White*, de 1971, em que se abordaram

---

<sup>157</sup> Idem, p. 24.

<sup>158</sup> PRADO, Maria Ligia Coelho, op. cit., p. 21.

criticamente as questões do regime escravo no Brasil, com discussões sobre a raça e o racismo.

Por fim, temos a última tendência descrita por Maier, a antropológica, baseada na leitura da cultura e dos ritos e inspirados nos estudos de Marc Bloch e Lucien Febvre. Aqui, os estudos comparados aproximam-se de abordagens como as promovidas por Clifford Geertz em *Islam Observed*, de 1971, preocupado com a evolução religiosa da Indonésia e de Marrocos. Posteriormente, em 1981, no estudo *Negara*, Geertz faria uma análise sobre a construção simbólica do poder real em Bali.<sup>159</sup> Pode-se acrescentar ainda o *Orientalism*, de Edward Said, publicado em 1978, em que o autor desenvolve uma visão segundo a qual a construção da representação do Oriente foi elaborada através das lentes etnocêntricas do mundo ocidental.<sup>160</sup> Com menor grau de elaboração comparativa, mas com interessantes analogias sobre a legitimidade e sustentação simbólica dos poderes de distintos governos e Estados na Inglaterra, em Java e em Marrocos, podemos incluir nessa sequência outro trabalho de Geertz: *O saber local*, de 1983.<sup>161</sup>

Em uma análise das produções acadêmicas de historiadores e cientistas sociais realizada na década de 1980 — *The Uses of Comparative History in Macrosocial Inquiry* —, Theda Skocpol e Margaret Somers procuraram estabelecer uma taxonomia teórico-metodológica em que vêm se aglutinando as propostas de estudos comparados. As autoras, que levam em conta as contribuições de John Stuart Mill e Max Weber, propõem três caminhos pertinentes à produção de trabalhos na área da história comparada. São estes: a demonstração paralela de teoria, o contraste de contextos e a análise macro-causal. Assim como Bloch, Skocpol e Somers sustentam que a comparação contribui para uma visualização mais clara dos problemas ou questões que se abordam.<sup>162</sup>

Esse longo caminho traçado até agora, embora não pretenda abarcar toda a produção na área da historiografia comparada, entendemos que consegue nos remeter a estudos que foram marcantes e influentes no campo especializado. No entanto, não assegurou a existência de um espaço considerável em número de produções, nem sua aceitação como campo disciplinar estabelecido, nem seu caráter de portador de um método próprio aplicável a análises do passado.

<sup>159</sup> GEERTZ, Clifford, op. cit.

<sup>160</sup> SAID, Edward W. *Orientalism*. New York: Pantheon, 1978. Para a leitura em português: SAID, Edward W. *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

<sup>161</sup> GEERTZ, Clifford. [1983], “Centros, reis e carisma: reflexões sobre o simbolismo do poder”, in *O saber local*. Petrópolis: Vozes, 1998.

<sup>162</sup> SKOCPOL, Theda; SOMERS, Margaret, “The Uses of Comparative History in Macrosocial Inquiry”, in *Comparative Studies in Society and History*, vol. 22, nº. 2, 1980.

Assim, apesar de todo esse percurso na tentativa de se construir uma historiografia comparada, ou de se definir um método para ela, ainda há muitas divergências entre pesquisadores sobre a possibilidade de se utilizar um método comparativo, ou mesmo se existe, para a abordagem histórica. No final da década de 1970 e início da seguinte, Cardoso e Brignoli consideraram ter havido poucos avanços na área desde os primeiros esforços pioneiros do início do século XX, apresentando como problema a pouca reflexão teórica. Para esses autores, era preciso reconhecer “que o método comparativo tem no contexto dos estudos históricos uma insuficiente elaboração teórica como método racional”.<sup>163</sup>

Tal falta de reflexão sobre a teoria e os métodos utilizados é ainda perceptível nos trabalhos atuais, com limitadas produções em que se pense a aplicação de uma análise comparativa. Em geral, os estudos comparativos são executados, em boa parte das vezes, sem explicitar ao leitor maiores detalhes metodológicos nem justificativas detalhadas da abordagem adotada.

Fora da América, a leitura sobre o estado da historiografia comparada assemelhava-se com a apresentada por Cardoso e Brignoli. Em 1989, sessenta anos após a primeira publicação dos *Annales*, a revista registrava que o comparativismo não havia avançado, e considerava que haviam alcançado maiores progressos as áreas da história econômica (destacando os cepalinos na América Latina) e demográfica.<sup>164</sup>

Atualmente, a historiografia comparada vem permanecendo restrita em número de linhas de pesquisa e produção de trabalhos. Em consulta a bibliotecas, livrarias ou páginas de internet, na procura por textos ou centros de pesquisas, encontra-se limitada produção acerca de reflexões teórico-metodológicas sobre o assunto. Em geral, podem ser localizados estudos de comparação binacional, com análises mais demoradas de cada nação, ou bem trabalhos multifocais, mais pautados por algum tema em diferentes experiências.

As críticas sobre a inviabilidade como método continuam sendo produzidas atualmente e vêm reelaborando-se ao mesmo tempo em que novos campos e propostas teórico-metodológicas vão ganhando espaço. A falta de um método em si é ainda apontada como um problema para a produção de tal tipo de estudo, assim como os resultados são questionados devido a generalizações ou problemas nas especificidades. Isso não impediu que na historiografia mais recente se apresentassem novas ideias para se pensar a questão do estudo comparativo como instrumento de trabalho do historiador. Entre os novos modelos que surgiram ultimamente estão as ideias de *transnacionalidade* e de *historias conectadas*.

---

<sup>163</sup> CARDOSO, C. F. S. & PÉREZ BRIGNOLI, H., op. cit., pp. 409-419.

<sup>164</sup> FAUSTO, Boris; DEVOTO, Fernando, op. cit.



Da mesma forma como as grandes guerras e a descolonização do século XX influenciaram Bloch e seus pares, a renovação atual está sendo em parte alimentada pelo ambiente social promovido pelas ideias de globalização, as teorias pós-modernas e o pós-colonialismo. Essas influências levaram os estudiosos a refazer a crítica aos Estados nacionais como objetos privilegiados de estudo, combatendo abordagens etnocêntricas e propondo rever interpretações colonialistas, sobretudo europeias.<sup>165</sup>

Segundo Sean Purdy, os estudos transnacionais e globais, com interesses em regiões de fronteiras (*borders*), vêm ganhando espaço e se fortificando nas academias norte-americanas e europeias, com cursos de graduação e pós-graduação. A ocorrência de produção de obras que abordam temas como culturas híbridas, histórias atlânticas e a diáspora negra estão crescendo e são questões pertinentes à nação, mas que estão para além dela. Trabalhos como os de Michel Foucault sobre as possíveis escalas de poder e de seu exercício, como também a subjetividade de Roland Barthes, enfraqueceram a escala nacional como objeto analítico.<sup>166</sup>

Na América Latina, como veremos nos próximos capítulos, o interesse pela formação dos Estados pós-coloniais não deixou de estar presente desde as primeiras obras históricas de pensadores no século XIX. Contudo, a abordagem do tema vem mudando junto com os novos paradigmas historiográficos, seguindo as tendências europeias, e também norte-americanas, de estudos recentes sobre a formação da nação.

### 1.6.2 – A história comparada da América Latina

A reflexão sobre a América Latina, dentro do quadro da história comparada, de acordo com Fausto e Devoto, tem sido estimulada por diversos historiadores estrangeiros, norte-americanos e europeus, conseguindo assim realizar abordagens que não privilegiassem em maior profundidade algum dos países analisados. Foi dada preferência, em geral, a estudos entre dois países, embora haja também outra forma de abordagem sobre o continente latino-

---

<sup>165</sup> PRADO, Maria Ligia Coelho, op. cit., pp. 26-27. A autora indica alguns trabalhos relevantes sobre a crítica/renovação da história comparada: GRUZINSKI, Serge, “Les mondes mêlés de la Monarchie catholique et autres ‘connected histories’”, in *Annales HSS*, n.º. 1, janvier-février 2001; SUBRAHMANYAM, Sanjay, “Connected histories: notes towards a reconfiguration of early modern Eurasia”, in LIEBERMAN, Victor (Ed.). *Beyond Binary Histories. Reimagining Eurasia to c. 1830*. Ann Arbor: The University of Michigan Press, 1999; CHAKRABARTY, Dipesh. *Provincializing Europe. Postcolonial thought and historical difference*. Princeton: Princeton University Press, 2000.

<sup>166</sup> PURDY, Sean, “A História Comparada e o desafio da transnacionalidade”, in *Revista de História Comparada*. Rio de Janeiro: Programa de Pós-graduação em História Comparada/UFRJ, ano 6, vol. 6, n.º. 1. 2012.

americano que privilegia análises mais amplas, com tendência às generalizações, por vezes se sentando em questões-problema.<sup>167</sup>

Na ótica de Lígia Maria Coelho Prado, a historiografia latino-americana, assim como a europeia, tem promovido constantes estudos comparativos, apesar de manter também uma baixa frequência, se considerado o número de pesquisas e de publicações que surgem. A perspectiva comparada também não é uma novidade metodológica no continente, pois está há muito presente. De acordo com a autora, há trabalhos que remontam à primeira metade do século XX, como *Las conquistas de Canarias y América*, publicado por Silvio Zavala em 1935, que teceu uma reflexão de forma comparada sobre a conquista nas ilhas Canárias e na América.<sup>168</sup> Temos também outros trabalhos, como o ensaio *Siete ensayos de interpretación de la realidad peruana*,<sup>169</sup> publicado em 1928 pelo peruano José Carlos Mariátegui, que investigou os problemas do Peru na América Latina em uma perspectiva marxista.

Nas décadas de 1960 e 1970, os estudos comparados no continente estiveram sob o domínio das generalizações e das ciências sociais, com a hegemonia da “teoria da dependência”, em sua preocupação com o atraso e o subdesenvolvimento latino-americanos.<sup>170</sup> A transposição de modelos teóricos também foi constante nas historiografias dessas décadas, com a busca por situações-problema na região em comparação com o modelo europeu.<sup>171</sup>

As generalizações costumavam ser promovidas em bases geográficas, territoriais, considerados grandes blocos comparativos, para produzir estudos que cotejavam América Latina e Estados Unidos, ou América Latina e Espanha, em grande parte em relação a temas políticos, diplomáticos, militares e demográficos. Segundo Stanley J. Stein, nos anos de 1960, esses temas, e também as questões teórico-metodológicas, foram mudando em direção aos campos da história social, econômica e intelectual. Encontramos, entre as obras da primeira

---

<sup>167</sup> FAUSTO, Boris; DEVOTO, Francisco, op. cit., p. 19.

<sup>168</sup> PRADO, Maria Ligia Coelho, op. cit., p. 22. Consultar: ZAVALA, Silvio. *Las conquistas de Canarias y América*. Las Palmas: Cabildo Insular de Gran Canaria, 1990.

<sup>169</sup> MARIÁTEGUI, José Carlos. *Siete Ensayos de interpretación de la realidad*. Venezuela: Biblioteca Ayachucho, 2007.

<sup>170</sup> Na Argentina, o Instituto de Desarrollo Económico y Social, com sua revista *Desarrollo Económico, Revista de Ciencias Sociales*, foi um dos principais produtores destes trabalhos. Cf. FRAPICCINI, Alina Marcela Marta, “Revista *Desarrollo Económico: Economía, Sociedad e Historia, tres ejes para tres décadas de historiografía argentina*”, in ALMEIDA, Jaime de. *Caminhos da História da América no Brasil. Tendências e contornos de um campo historiográfico*. Brasília: ANPHLAC, 1998, pp. 33-49.

<sup>171</sup> PRADO. Maria Ligia Coelho, op. cit., p. 24.

etapa, trabalhos como o artigo *Simpson's The Encomienda in New Spain and Recent Encomienda Studies*, lançado em 1954 por Robert Chamberlain.<sup>172</sup>

Segundo a argumentação de Stein, na segunda metade do século XX, além de um interesse dos Estados Unidos pela América Latina, deu-se uma mudança também na predileção de historiadores acerca das épocas históricas, passando da colônia ao período pós-independência, da constituição e concretização de novos Estados modernos americanos. Essa “fragmentação” do objeto de estudo requereu outra forma de organizar as pesquisas e outras perguntas a serem feitas.<sup>173</sup>

Em artigo de 1982, “*Comparative approaches to Latin America History*”, John French, Julia Viñuela e Magnus Mörner traçam campos preferenciais construídos pelos estudos históricos e encontram temas comuns, como escravidão, relações raciais, imigração, fronteiras e urbanização. Apesar do aparecimento de novos temas, as generalizações seguem na pauta dos estudos comparativos sobre o continente.<sup>174</sup>

Carl Solberg, na esteira de Boris Fausto e Fernando Devoto, vem praticando investigações na área da imigração e nacionalismo na Argentina e no Chile desde o lançamento, em 1970, de *Immigration and Nationalism. Argentina and Chile, 1890-1914*. Dezesete anos mais tarde publicou *The Prairies and the Pampas: Agrarian Policy in Canada and Argentina*, sobre a questão agrária na Argentina em comparação com o Canadá.<sup>175</sup>

Na Argentina, o desenvolvimento da história comparada também ocorreu com a crítica à limitação dos estudos à territorialidade do Estado nacional. A intenção de investigar novos temas, a procura de enxergar por outro ângulo acontecimentos históricos, levou os historiadores argentinos a lançar questões sobre as regiões do país, em uma variedade de temas, constituindo análises sobre história regional e local.<sup>176</sup> Essa modificação no objeto da história ocorreu simultaneamente a outros estudos europeus e norte-americanos na década de

---

<sup>172</sup> STEIN, Stanley J., “Historiografía Latinoamericana: balance y perspectivas”, in *Historia Mexicana*, vol. 14, nº. 1 (Jul.-Sep.), 1964, pp. 1-41. O autor indica as obras: CHAMBERLAIN, Robert. “Simpson's The Encomienda in New Spain and Recent Encomienda Studies”. *HAHR*, XXXIV, may, 1954, pp. 238-250. MAURO, Frédéric. “México y Brasil: dos economías coloniales comparadas”, in *Historia Mexicana*, X, nº. 40, 1954, pp. 571-585.

<sup>173</sup> STEIN, Stanley J., op. cit.

<sup>174</sup> FRENCH, John; MORNER, Magnus; VIÑUELA, Julia Fawaz de, “*Comparative Approaches to Latin American History*”, in *Latin American Research Review*, vol. 17, nº. 2, 1982, pp. 55-89.

<sup>175</sup> FAUSTO, Boris; DEVOTO, Fernando, op. cit., p. 19. SOLBERG, Carl. *Immigration and Nationalism. Argentina and Chile, 1890-1914*. Austin: University of Texas Press, 1970. SOLBERG, Carl. *The Prairies and the Pampas: Agrarian Policy in Canada and Argentina*. Stanford: Stanford University Press, 1987.

<sup>176</sup> Segundo Susana Bandieri, a historiografia regional está bem consolidada na Argentina, embora menos desenvolvida do que no México, Venezuela, Cuba e Brasil. MARTINS, Maria C. Bohm, “A história regional e a historiografia argentina: entrevista com Susana Bandieri”, in *Historia Unisinos*, 12(1), Janeiro/Abril, 2009.

1970, decênio após o qual se abriu mais um período equivalente considerado relevante no campo historiográfico no país.

Para a historiadora Sandra Fernández, dois autores merecem destaque na historiografia regional e comparada da Argentina daquele momento: Jorge Balán, em 1978, com *Una cuestión regional en la Argentina: burguesías provinciales y el mercado nacional en el desarrollo agroexportador*, e Mario Cerutti, um ano depois, com *Contribuciones recientes y relevancia de la investigación regional sobre la segunda parte del siglo XIX en México*.<sup>177</sup>

Na perspectiva dos estudos comparados sobre a Argentina e o Brasil, foram publicados, sobretudo, trabalhos que abordam questões acerca de temas como o populismo e as ditaduras militares.<sup>178</sup> Entre os mais conhecidos sobre a época do populismo, para citar alguns exemplos, temos Francisco Weffort, com *Orígenes do sindicalismo populista no Brasil: a conjuntura do pós-guerra*, publicado em 1973; *Vargas e Perón: as dimensões econômicas do populismo no Brasil e na Argentina*, de 1994, de autoria de Thomas Skidmore, e *Multidões em cena: propaganda política no varguismo e no peronismo*, de Maria Helena Capelato, do ano de 1998. Em relação aos regimes autoritários, podemos apontar *Las derechas: The Extreme Right in Argentina, Brazil and Chile, 1890-1939*, produzido por Sandra McGee, e *Sob o signo da nova ordem*, de José Luis Bendicho Beired, ambos de 1999.<sup>179</sup>

Mais recentemente observamos na Argentina a criação de um grupo interessado em estudar a história de forma comparativa, sob a denominação de *Red Internacional Marc Bloch*

---

<sup>177</sup> BALÁN, Jorge, “Una cuestión regional en la Argentina: burguesías provinciales y el mercado nacional en el desarrollo agroexportador”, in *Desarrollo Económico* 69, 1978. BALÁN, Jorge. “Urbanización regional y producción agraria en Argentina: Un análisis comparativo”, in *Estudios del CEDES*, vol. 2 n.º. 2, 1979. CERUTTI, Mario, “Contribuciones recientes y relevancia de la investigación regional sobre la segunda parte del siglo XIX en México”, in *Boletín Americanista* n.º. 37, 1985, pp. 29-48. CERUTTI, Mario, “El gran norte oriental y la formación del mercado nacional en México a finales del siglo XIX”, in *Revista de Historia*, n.º. 4, 1987. Sobre o assunto, ver: FERNANDEZ, Sandra, “El revés de la trama. Contexto y problemas en torno a la historia regional y local”, in BANDIERI; Susana, BLANCO, Graciela y BLANCO Mónica (Coord.). *Las Escalas de la Historia Comparada. Tomo 2: Empresas y empresarios. La cuestión regional*. Buenos Aires: Miño y Dávila, 2008. Ver também: CARBONARI, Rosa María, “De como explicar la región sin perderse en el intento. Repasando y repensando la Historia Regional”. *História UNISINOS*, vol. 13, n.º. 1, jan-abr. 2009, pp. 19-34. Disponível em: [http://www.unisinos.br/publicacoes\\_cientificas/images/stories/Publicacoes/historiav13n1/19a34\\_art02\\_carbonari.pdf](http://www.unisinos.br/publicacoes_cientificas/images/stories/Publicacoes/historiav13n1/19a34_art02_carbonari.pdf) (acessado em 03/09/2012).

<sup>178</sup> A produção historiográfica comparada entre Brasil e Argentina constitui-se como relevante área dos estudos comparativos desses países. Nas academias argentinas e brasileiras encontram-se artigos, dissertações e teses, que, independentemente dos temas postos em comparação, analisam algum problema teórico entre as duas nações.

<sup>179</sup> FAUSTO, Boris; DEVOTO, Fernando, op. cit., p. 19. WEFFORT, Francisco, “Orígenes do sindicalismo populista no Brasil: a conjuntura do pós-guerra”, in *Estudios Cebrap*, n.º. 4, 1973, pp. 65-105. CAPELATO, Maria Helena. *Multidões em cena: propaganda política no varguismo e no peronismo*. Campinas: Papirus, 1998; MCGEE, Sandra. *Las derechas: The Extreme Right in Argentina, Brazil and Chile, 1890-1939*. Stanford: Stanford University Press, 1999; BEIRED, José Luis Bendicho. *Sob o signo da nova ordem*. São Paulo: Edições Loyola, 1999; SKIDMORE, Thomas, “Vargas e Perón: as dimensões econômicas do populismo no Brasil e na Argentina”, in *O Brasil visto de fora*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994, pp. 203-252.

de *Estudios Comparados en Historia de Europa y América Latina*, que vem se organizando desde 2006. Os trabalhos apresentados no encontro celebrado por seus membros foram organizados em dois tomos, sob o título *Las escalas de la historia comparada*.<sup>180</sup>

No Brasil, uma produção ligada, embora não com uma metodologia estreita e aprofundada, à comparação entre a história da América hispânica e da América portuguesa, está presente desde o início do desenvolvimento historiográfico do último século, sobretudo se considerarmos o avanço da profissionalização da disciplina.<sup>181</sup> Em relação à tradição brasileira, verificam-se inicialmente produções que colocam as duas tradições, hispânica e portuguesa, em confronto, ou que tentam tratar o Brasil como parte integrante do que se constituiu conceitualmente como América Latina.<sup>182</sup>

Na perspectiva da comparação das duas Américas ibéricas, foi lançado em 1929 o trabalho pioneiro de Manuel Bonfim, *O Brasil na América. Caracterização da Formação Brasileira*.<sup>183</sup> Sérgio Buarque de Hollanda, com sua famosa comparação em que utiliza as metáforas do “ladrihador”, para o mundo hispano-americano, e do “semeador”, para a matriz luso-americana, ao discorrer a respeito do caráter sobre o qual cada povo se assentava em *Raízes do Brasil* abordou comparativamente a construção do país e de seus vizinhos.<sup>184</sup> Mais tarde, em 1959, publicou outro estudo que promoveu uma abordagem em paralelo entre a construção das duas matrizes ibero-americanas, em *Visão do Paraíso*.<sup>185</sup>

Em relação ao Chile, encontra-se uma menor produção no campo da historiografia comparada, estando a produção contemporânea vinculada a pesquisas binacionais empreendidas por meio de parcerias. Assim como na Argentina, a produção comparativa se deu principalmente pelo desenvolvimento da história regional.

Nos dias atuais, observamos que há uma institucionalização e profissionalização da perspectiva comparada para o estudo de história, com o avanço da presença desse tipo de

---

<sup>180</sup> BONAUDO, Marta; REGUERA, Andrea; ZEBERIO, Blanca (Coords.). *Las Escalas de la Historia comparada. T. I. Dinámicas sociales, poderes políticos y sistemas jurídicos*. Buenos Aires: Miño y Dávila Editora, 2008. HEINZ, Flávio (org.). *Experiências nacionais, temas transversais: subsídios para uma história comparada da América Latina*. São Leopoldo: Oikos, 2009. Estão envolvidas nesse projeto a Universidad Nacional del Centro de la Provincia de Buenos Aires, Universidad Nacional del Comahue, Universidad Nacional de Rosario, Universidad Nacional de Quilmes, Universidad Nacional de Jujuy, a UNISINOS do Brasil e a Universidade de Toulouse, na França.

<sup>181</sup> PRADO, Maria Ligia Coelho, op. cit., pp. 11-33.

<sup>182</sup> Na concepção de América Latina do colombiano Torres Caicedo, na década de 1860, o Brasil, por ser uma monarquia e por manter a escravidão, estava excluído.

<sup>183</sup> BONFIM, Manuel. *O Brasil na América. Caracterização da Formação Brasileira*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997.

<sup>184</sup> BUARQUE DE HOLLANDA, Sérgio. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

<sup>185</sup> BUARQUE DE HOLLANDA, Sérgio. *Visão do Paraíso. Os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

historiografia em universidades dos três países. Em geral, trata-se de esforços recentes voltados para o estabelecimento de uma subárea da história, o desenvolvimento teórico-metodológico e o estímulo à produção comparada. O meio utilizado para alcançar esses objetivos está se concentrando na criação de centros e grupos de estudos, e no estabelecimento de programas de pós-graduação.

As ações estão acontecendo por iniciativas nacionais, mas também pela construção de parcerias entre dois ou mais países, como a acima mencionada *Red Internacional Marc Bloch de Estudios Comparados en Historia. Europa - América Latina*, cujos componentes e colaboradores, em sua maior parte, trabalham na Argentina, mas que conta com apoio brasileiro e francês. Suas atividades vêm se desenvolvendo desde 2006, com a realização de encontros bianuais.<sup>186</sup> Um esforço binacional está ocorrendo em Mendoza, em Cuyo, na *Universidad Nacional de Cuyo*, onde estão sendo desenvolvidos estudos organizados pelo *Centro de Estudios Transandinos y Latinoamericanos (CETYL)*, na Faculdade de Ciências Políticas e Sociais, com ênfase na comparação entre Argentina e Chile.

No Brasil, em atuação desde 1988, vale destacar o *Programa de Pós-Graduação Interunidades em Integração da América Latina (Prolam)* da *Universidade de São Paulo*, que vem produzindo estudos interdisciplinares, sobretudo nas ciências humanas e sociais aplicadas, interessados no processo de integração do continente. Mais recentemente, a *Universidade Federal do Rio de Janeiro* criou um *Programa de Pós-graduação em História Comparada*, que vem ofertando estudos de Mestrado desde 2004 e de Doutorado, a partir de 2009. Na *Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul* pesquisadores desenvolvem pesquisas entre a história social e comparada, organizados em torno do *Laboratório de História do Cone Sul (LabConeSul)*.<sup>187</sup>

Na *Pontifícia Universidad Católica de Chile* encontra-se o *Grupo de Estudios Americanos*, ligado ao Instituto de História. Recentemente, em 2007, historiadores brasileiros e chilenos verteram esforços coletivos para pensar através de uma perspectiva comparada questões sobre o Estado-nação no século XIX. Inicialmente ocorreram dois encontros, o primeiro em Santiago, na referida universidade e o segundo no Brasil, na *Pontifícia*

---

<sup>186</sup> O primeiro encontro foi em Tandil, na Argentina, com a *Universidad Nacional del Centro* como anfitriã. Em 2008, ocorreu o segundo encontro em Porto Alegre, no Brasil, sediado na *Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul*. O terceiro ocorreu em San Salvador de Jujuy, sendo sede a *Unidad de Investigación de Historia Regional*, da *Universidad Nacional de Jujuy*, na Argentina.

<sup>187</sup> O LabConeSul é integrante da *Red Internacional Marc Bloch de Estudios Comparados en Historia. Europa-y América Latina*.

*Universidade Católica do Rio de Janeiro*. Desse encontrou foi publicado, no Brasil em português e no Chile em espanhol, um livro com os artigos apresentados.<sup>188</sup>

Nos três países há ainda produções em programas acadêmicos organizados em volta de regiões e de temas que contribuem aos estudos comparativos. Encontram-se também iniciativas individuais, tanto na promoção de novas pesquisas como na oferta de disciplinas, realizadas no campo da historiografia comparada. Porém, apesar dessa produção em diversas áreas e com distintos enfoques teóricos e metodológicos, nota-se o fato de haver uma dinâmica comum, segundo a qual, os estudos históricos comparativos representam um pequeno número entre a produção historiográfica acadêmica.

De modo geral, o avanço referente à historiografia comparada na América Latina tem produzido resultados lentos e limitados. O desconhecimento mútuo, ou o pouco conhecimento, entre Argentina, Brasil e Chile, como também entre os demais países hispânicos, é uma realidade. Diversos autores americanistas apontam para essa característica, ao afirmarem ter permanecido todos de costas para o continente sul-americano, mas voltados para o norte; primeiramente para a Europa e, depois, para os Estados Unidos. Também constituem uma realidade os esforços de aproximação entre a historiografia dos três países, com consideráveis e frutíferos esforços acadêmicos nessa direção, como a produção de encontros e congressos binacionais, além de publicações envolvendo diferentes temas e propostas teórico-metodológicas.<sup>189</sup>

Uma investigação comparada oferece, então, a possibilidade de expandir o estudo da história da América, de confrontar ideias correntes no que foi parte da América hispânica e na América portuguesa, como também a compreensão da atual historiografia acerca de aspectos do passado no século XIX. As diferenças e semelhanças entre os usos de autores, fontes e informações presentes nas obras de cada um deles permitem estabelecer as influências e as filiações intelectuais encontradas nos diferentes países, porém dentro de uma perspectiva mais abrangente, mais amplas que as fronteiras nacionais. Esse tipo de análise promove também,

---

<sup>188</sup> PAMPLONA, Marcos; STUVEN, Ana Maria (orgs.). *Estado e Nação no Brasil e no Chile ao Longo do século XIX*. Rio de Janeiro: Garamond, 2010. PAMPLONA, Marco A.; STUVEN, Ana Maria (Orgs. ). *Estado y Nación en Chile y Brasil en siglo XIX*. Santiago: Ediciones Universidad Católica de Chile, 2010.

<sup>189</sup> Sobre esta ideia ver: FAUSTO, Boris; DEVOTO, Fernando. *Brasil e Argentina. Um ensaio de história comparada (1852 – 2002)*. São Paulo: Editora 34, 2004. PRADO, Maria Ligia Coelho. *América Latina no século XIX: Tramas, Telas e Textos*. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 2004. PAMPLONA, Marcos; STUVEN, Ana Maria (orgs.). *Estado e Nação no Brasil e no Chile ao Longo do século XIX*. Rio de Janeiro: Garamond, 2010. CARMONA, Carmen Balart; SIEWIERSKI, Henryk (orgs.). *Heranças e desafios na América Latina: Brasil-Chile*. Brasília: Universidade de Brasília, Oficina Editorial do Instituto de Letras: Plano Editora, 2003. ALMEIDA, Jaime de (org.). *Caminhos da História da América no Brasil. Tendências e contornos de um campo historiográfico*. Brasília: ANPHLAC, 1998.

focada mais nas questões comuns, a discussão quanto à possibilidade de existência de uma “identidade sul-americana” que supere as fronteiras das nações.

Dessa forma, visamos a estudar o papel das representações de nação produzidas em meados do século XIX na Argentina, Brasil e Chile, possuindo como referência ao assunto concepções e propostas encontradas em obras de nossos autores. Trata-se, assim, de esmiuçar as ideias existentes por trás, ou diretamente, nas representações de um passado, de uma memória, mas, também, o olhar firme para um futuro novo, do desejo de um “ser” imaginado, vivenciado, no tocante à criação de uma nação e de um Estado.

### **1.6.3 – O que comparamos**

A comparação não é um espaço restrito à história comparada. Está presente em praticamente todos os trabalhos de história, uma vez que existem contextos e ideias que delimitam temas e objetos, ao localizar e qualificar algo ou alguém dentro de uma realidade específica, verificada dentro de um ambiente mais amplo e diferenciado. No entanto, lançar mão de comparações não significa estar utilizando um campo específico pertinente ao estudo historiográfico. Para empreender um estudo comparativo, é preciso, entre outros pontos, sistematizar o que abordar e como proceder nessa abordagem.

Neste trabalho, a reflexão apresentada se baseia em três premissas básicas em sua elaboração: o desenvolvimento de um trabalho de historiografia comparada, a análise das ideias em torno da construção da nação e a utilização da produção intelectual de meados do século XIX, próxima à historiografia, como fonte. Escolhe-se a comparação em dois níveis, um primeiro pautado pelo espaço nacional (Argentina, Brasil e Chile), e um segundo nível, como problema central, que reúne um conjunto de problemas menores por volta das ideias de nação produzidas em meados do século XIX nos três países. Mais precisamente, busca-se trabalhar com as fontes que, por via de textos impressos foram incorporadas às historiografias produzidas na época e que, em alguns casos, ainda o são atualmente. Isso não significa que vamos trabalhar com produções oitocentistas restritas à produção historiográfica canônica, que irá surgir de fato apenas na segunda metade daquele século. Esses discursos são pronunciados, por sua vez, por intelectuais pertencentes às elites e relacionados aos confrontos internos a cada país, no tocante a projetos nacionais.



José D'Assunção Barros<sup>190</sup> aponta uma série de requisitos para empreender um estudo a partir do campo comparativo como um método elaborado. Esse autor considera que é uma história com um múltiplo campo de observação, que tem que se perguntar “o que observar” e “como observar”. Pressupõe fazer analogias, encontrar ausências e presenças, identificar semelhanças, diferenças, perceber variações, buscar um padrão de variação, comparar realidades, sempre com atenção para não incorrer em anacronismos ou produzir leituras forçadas sobre as realidades a serem comparadas.

O autor ainda afirma que, para um bom desenvolvimento de estudos comparados, é necessário estabelecer campos de trabalho ou de observação bem delineados. As realidades nacionais, caso elas sejam o foco da pesquisa, propiciam uma melhor delimitação do tema a ser abordado, pois têm “suas bases já admitidas por antecipação”,<sup>191</sup> embora se reconheça que o objeto de estudo é uma construção ideal, teórico-metodológica, do historiador.

Contribuindo à discussão sobre o estudo comparado, Bustamante e Theml fazem ponderações sobre o perigo de incorrer em deslizes metodológicos ligados à comparação e sugerem caminhos mais eficientes à análise. Assim:

É necessário afastar-se de todo o tipo de hierarquização de culturas e sociedades, de níveis de realidades estanques ou de supremacia de um domínio sobre o outro, pois existem diversas redes de imbricações, quando se tratar de fenômenos sociais, que não são necessariamente lineares, causais e evolutivas. Estas redes têm mais condições de serem percebidas e elucidadas quando se tornam objeto de uma abordagem comparativa pela construção de um *conjunto de problemas*.<sup>192</sup>

Nosso conjunto de problemas e recorte metodológico têm aspectos definidos a se seguir. Trabalharemos com recortes nacionais e com realidades próximas no espaço e no tempo, semelhantes, mas com especificidades, seguindo as indicações de Bloch. Temos como objeto de análise as histórias da Argentina, do Brasil e do Chile no que diz respeito às ideias de nação. Como recorte temporal, restringimo-nos ao período de 1830 a 1860, durante o qual esses três países passavam por macro-processos históricos com aproximações e distanciamentos, como as independências, a construção do Estado nacional ou o papel e o estado da produção intelectual naquele momento. A questão problema (a formação das

---

<sup>190</sup> BARROS, José D'Assunção, "História Comparada - da contribuição de Marc Bloch à constituição de um moderno campo disciplinar", in *História Social* (Revista da Unicamp), vol.13, 2007, pp. 7-21. Disponível em: <<http://ning.it/igoCy1>> (acessado em 20/02/2011).

<sup>191</sup> Idem, p. 13.

<sup>192</sup> BUSTAMANTE, Regina; THEML, Neyde, op. cit.

representações de nação) que perpassa as três unidades nacionais é também próxima no tempo, estando presente a discussão nacional desde as primeiras décadas do século XIX.

É o último elemento indicado que serve como guia no desenvolvimento da pesquisa sobre aspectos das realidades nacionais. Compararemos discursos de intelectuais, de homens das elites, que são considerados discursos de origem e fundadores, comprometidos com a pátria e um projeto nacional. Como abordado anteriormente, o espaço e a importância desses letrados é discutida por Carlos Altamirano, indicando que:

Al menos hasta mediados del siglo XX, la concepción del hombre de letras como apóstol secular, educador del pueblo o de la nación, fue seguramente el más poderoso de esos modelos que encarnaban en ejemplos dignos de admirar como de imitar. El prototipo se forjó en la cultura de la ilustración y les proporcionó a nuestros ilustrados una imagen de su papel social. El discurso americanista se entrelazó tempranamente con esa representación de los hombres de saber y en el panteón de las personalidades del continente añadió, junto a los héroes de la emancipación –los Libertadores–, a los héroes del pensamiento.<sup>193</sup>

Assim, entre os tópicos de interesse de dito ambiente, tanto na América quanto na Europa, estavam as ideias de nação, a qual, para ser compreendida, aciona elementos que podem constituí-la, como governo, Estado, povo, raça, história, literatura ou território. Transpassando todos esses temas, desenvolvem-se conjuntamente as concepções do que era, é e seria a América, e que destino lhe restaria, como problematizava Domingo Faustino Sarmiento sobre o futuro de um continente dividido na encruzilhada: civilização ou barbárie. Nesse contexto regional, as obras dos campos da historiografia<sup>194</sup> e da literatura são importantes instrumentos para alcançar os objetivos desejados, uma vez que são porta-vozes das ideias de nação daquele momento.

O ambiente intelectual contou com a circulação de ideias comuns aos três países, facilmente detectadas, favorecendo a comparação dos temas levantados por elas. No entanto, como postulava Marc Bloch, devemos observar na abordagem de nossos objetos o comum, mas não apenas ele. É necessário:

<sup>193</sup> ALTAMIRANO, Carlos (Dir.), op. cit., p. 16.

<sup>194</sup> Não consideraremos como obras referentes às historiografias apenas o que foi tradicionalmente reconhecido como tal, por vezes reproduzindo o corpo histórico oficial e mitológico construído convencionalmente. Pensaremos também como as obras escolhidas para análise circularam e contribuíram para a formação de um conjunto de textos “científicos e mitológicos” para a identidade nacional, e influenciando a posteriormente a historiografia cânone que se formaria.

déterminer, non seulement en gros, que deux objets ne sont pas pareils, mais encore — besogne infiniment plus difficile, mais aussi beaucoup plus intéressante — par quels caractères précis ils se distinguent, suppose évidemment, comme première démarche, qu'on les contemple tour à tour.<sup>195</sup>

No percurso traçado anteriormente, em um recorte do desenvolvimento da história comparada, podemos perceber que existem distintas formas de trabalhar no campo comparativo. Como vimos, encontramos modelos interdisciplinares ligados a disciplinas como a antropologia, a sociologia, a economia ou a demografia, para citar algumas das mais marcadas.<sup>196</sup> Há ainda ambientes intelectuais de grande abrangência, que marcaram determinadas épocas com temas e métodos mais requisitados. Mesmo tomando apenas os limites mais próximos dos estudos mais diretamente ligados aos campos da historiografia, deparamo-nos com diversas possibilidades de empreender uma abordagem comparada. As pesquisas costumam tomar forma de acordo com os diversos elementos que são acionados para compor um corpo teórico-metodológico. Figuram entre esses componentes a escolha do tema, filiações teóricas orientadas por diversos arranjos, possibilidades metodológicas, lugar de fala do autor, limites físicos da investigação, assim como outros tantos aspectos a que poderíamos recorrer durante a construção de um trabalho historiográfico.

Como indicado antes, a ideia da existência de um método comparativo não é consenso entre os especialistas da área da história. Na especificidade da história comparada, ora advogada como disciplina ora como especialidade, não há um modelo constituído a se seguir. O próprio Bloch, em seu estudo sobre a história comparada, como diversos autores já salientaram, não chegou a desenvolver um método apesar de defendê-lo, tendo elaborado apenas um “modo de pensar”.<sup>197</sup>

Ao refletir sobre questões da história comparada, Ernesto Bohoslavsky aproxima suas considerações aos recortes metodológicos propostos aqui. O autor considera as possibilidades da comparação entre países próximos e de vivências históricas compartilhadas como a Argentina e o Chile, e entende que:

---

<sup>195</sup> BLOCH, Marc, op. cit., p. 31. “Determinar, não só grosso modo, que dois objetos não são o mesmo, como também – tarefa esta infinitivamente mais difícil, mas também muito mais interessante – quais os caracteres concretos que os diferenciam, implica, evidentemente, como primeiro passo, que ambos sejam contemplados um após o outro”. A tradução é nossa.

<sup>196</sup> Sobre a relação da história com outras disciplinas consultar: BARROS, José D’Assunção, “História Comparada: atualidade e origens de um campo disciplinar”, op. cit., pp. 279-315.

<sup>197</sup> PRADO, Maria Ligia Coelho, op. cit. p. 19. A autora utiliza por base para essa discussão: GREW, Raymond, “The case for comparing histories”, in *The American Historical Review*, vol. 85, nº. 4, 1980.

Un contraste entre las experiencias históricas de los dos países que comparten el extremo sur del continente ofrece un conjunto de perspectivas muy estimulantes, que provienen del hecho de compartir procesos históricos, pero también de tener marcadas divergencias en sus destinos históricos. Dos experiencias cercanas, dos experiencias distintas. Chilenos y argentinos nos hemos mirado y recelado, pero nos hemos estudiado poco unos a otros. Los prejuicios predominan claramente sobre otras formas de percepción y conocimiento. Largamente encapsuladas las respectivas historiografías nacionales de América Latina, es recién en estos últimos años que se ha venido a demostrar la fertilidad —y aún más, la necesidad— de los intercambios académicos. Si observamos el tema de miradas conjuntas, los casos de ediciones que buscan aportar a la lectura de problemas similares con los vecinos tienen dos excelentes expresiones en las ediciones de historiadores chilenos y peruanos de los últimos años, antecedente digno de imitar (Cavieres Figueroa y Aljovín de Losada, 2005). Otro ejemplo, por demás feliz, han sido los últimos años en los que se ha producido un afianzamiento de las relaciones académicas argentino-chilenas. El clima de mutua confianza y colaboración se ha expresado en la formulación de proyectos conjuntos de investigación, formación de grupos de especialistas en historia fronteriza, reuniones científicas periódicas y publicaciones concentradas en temáticas afines.<sup>198</sup>

Boris Fausto e Fernando Devoto também reconhecem o potencial historiográfico que países que apresentam semelhanças podem oferecer. Em suas reflexões sobre as possibilidades inexploradas, consideram, apesar de reconhecerem as produções acerca do *getulismo* e do *peronismo*, a escassez de estudos comparativos entre a Argentina e o Brasil “surpreendente quando se leva em conta que se trata de duas sociedades próximas no espaço, cujos processos históricos se desenvolvem no mesmo quadro temporal, o que as faz cumprir perfeitamente os dois requisitos exigidos por Marc Bloch”.<sup>199</sup>

Ana Maria Stuvan e Marco Pamplona também reconhecem as possibilidades de estudos entre países como Brasil e Chile, distantes se comparados com as proximidades de Argentina e Chile. Apesar da cercania relativa, algumas questões podem produzir maiores estranhamentos entre a realidade desses países, como é a questão do distanciamento cultural entre seus Estados, promovida em parte pelo interesse de ambos pela Europa e Estados Unidos. Outro ponto que reconhecem como um possível problema são as diferenças significativas quanto à formação étnica, ao papel na estrutura colonial, aos diferentes sistemas de governo, às territorialidades distintas e à formação dos nacionalismos. No entanto, podem

<sup>198</sup> BOHOSLAVSKY, Ernesto; ORELLANA, Milton Godoy, “Ideas para la historiografía de la política y el Estado en Argentina y Chile, 1840-1930”, in *Polis* [On-line], 19 / 2008, Disponível em: <<http://polis.revues.org/3827>; DOI: 10.4000/polis.3827> (acessado em 02/12/2012). O texto a que o autor se refere é: CAVIERE FIGUEROA, Eduardo; ALJOVÍN DE LOSADA, Cristóbal (eds.). *Chile-Perú. Perú-Chile. 1820-1920. Desarrollos políticos, económicos y culturales*. Valparaíso: Ediciones Universidad Católica de Valparaíso, 2005.

<sup>199</sup> FAUSTO, Boris; DEVOTO, Fernando, op. cit. p. 19.

ser essas precisamente as diferenças que conduzem a perguntas relevantes para o estudo. Assim como outros autores, Stuvén e Pamplona, considerando as questões acima, observam que:

Para além das similitudes que costumam ser constatadas na produção de simbologias, a evolução de seus processos de consolidação nacional e os imaginários que nutriram a criação de alguns de seus símbolos mais coesivos nos apresentam interessantes paralelos e diferenças entre ambos os países.<sup>200</sup>

Alguns autores reconhecem a crítica à delimitação do Estado nacional como um dos marcos iniciais para o desenvolvimento da historiografia comparada. No entanto, o Estado nacional, apesar de seu enfraquecimento com as mudanças na historiografia desde meados do século XX, continua sendo um ator importante também para a historiografia comparada, estando de fato ainda como uma entidade, como já disseram, “natural”, ou ao menos naturalizada pelos estudiosos do passado.

Em um primeiro momento, pode aparentar que não fugimos da abordagem delimitada ao Estado nacional, uma vez que trazemos ao centro da investigação limites nacionais (Argentina, Brasil e Chile). Temos, porém, uma questão, uma “unidade do problema” segundo Bloch, comum aos três elementos, que interioriza e delimita o centro da pesquisa: analisar as ideias de nação surgidas entre as décadas de 1830 e 1860 nos países indicados. Há levantada, portanto, uma questão-problema, as representações das nações, questão que é mais ampla do que as fronteiras nacionais, pois tem abrangência supranacional, como ponto de investigação. As ideias de nação elaboradas durante a época de criação e consolidação do Estado nacional na América são muitas e diversas, fator pelo qual resulta necessário proceder a uma delimitação mais específica em sua abordagem. Assim, decidimos por analisar discursos produzidos por personagens com itinerários biográficos próximos: Alberdi, Abreu e Lima, e Andrés Bello.

Eleitos os intelectuais, porta-vozes dos segmentos das ideias de nação presentes em cada país, definimos com quais discursos/textos nos parece mais propício estabelecer uma abordagem. Assim, foram escolhidas produções discursivas (artigos, pronunciamentos e livros) cujas páginas remetem às ideias de nação, principalmente aos temas mais próximos dos cânones reconhecidos pela historiografia, porém sem se restringir a eles. Alguns dos trabalhos abordados foram produzidos dentro do que foi considerado oficialmente como

---

<sup>200</sup> PAMPLONA, Marcos; STUVÉN, Ana Maria (orgs.). *Estado e Nação no Brasil e no Chile ao longo do século XIX*, pp. 09-10.

historiografia, a partir de instituições de ensino e pesquisa. Outros, por sua vez, ainda que tratem dos temas da história e das ideias hegemônicas constituídas sobre as identidades nacionais, não são considerados como um trabalho produzido no campo da historiografia oficial, ao estarem mais relacionados atualmente à literatura, política, ciências sociais, direito e até ao jornalismo.

Nos textos escolhidos para a análise, as ideias de nação são destacadas e comparadas, seguindo um conjunto de problemas relacionado às construções das identidades nacionais. Chamamos de conjunto de problemas temas compartilhados pelas três nações enquanto ideias fundadoras dos mitos nacionais produzidos historicamente. Estão entre eles temas que são acionados quando se busca uma definição da questão nacional, como o sistema de governo, raça e etnia, território, língua, ambiente intelectual, sistema educacional, passado comum, entre outros aspectos a que se alude quando se busca a definição de um conceito de nação.

Confrontaremos diversos aspectos relativos ao conteúdo interno que cada termo tomou no discurso dos três intelectuais. Procuramos observar como as discussões foram construídas sobre quais bases legitimadoras, a forma de governo adotada, monarquia ou república, centralização ou federação, *pelucones* e *pipiolos*,<sup>201</sup> liberais e conservadores, projetos de inclusão ou exclusão de povos indígenas ou de negros e mulatos, livres ou escravos, o papel das novas nações no mundo, heranças e projeções de futuro, ou mesmo a própria construção do homem livre (branco ou mestiço), local e internacionalmente. Verificar-se-á ainda, em linhas gerais, como foram articulados aspectos da historiografia, as periodizações propostas, o que foi destacado e o que foi esquecido, autores, obras, influências externas e internas.

Nos três países existem elementos significativos suficientes de uma herança comum ibérica, dividindo processos sincrônicos de independência, criação do Estado nacional, concretização dos Estados nacionais e o compartilhamento de um mesmo ambiente macro intelectual (transatlântico). Temos assim, em um primeiro momento, um ambiente político e econômico mais geral, no período colonial até as independências, para posteriormente, com a fragmentação em novos Estados, ocorrer um reforço de uma identidade própria nacional e com especificidades locais.

Desse ambiente geral, após estabelecer a existência das questões comuns, investigamos as especificidades dos discursos de cada personagem, de modo a evitar cair no deslize comum de produzir leituras generalizadas sobre os temas. Buscaremos adiante analisar termos constituintes das identidades nacionais em um determinado espaço nacional e de um

---

<sup>201</sup> *Pelucones* era o nome dado aos conservadores chilenos. Os liberais eram chamados de *pipiolos*.

determinado lugar de fala, considerando a trajetória e as conjunturas de vida de cada personagem porta-voz e da produção de cada obra. Veremos igualmente quais as filiações políticas e teóricas a que os autores estavam ligados e quais suas concepções e interligações com os temas eleitos.

Acreditamos possuir elementos suficientes para uma compreensão regional sem perder as especificidades que ocultam ou ressaltam cada realidade discursiva, de um mundo moderno e letrado em avanço. Em uma reflexão sobre a viabilidade de uma história dos conceitos, utilizando a comparação para a abordagem do mundo ibero-americano entre 1750 a 1850, João Paulo Garrido Pimenta tece as seguintes perspectivas:

Assim, em meio a algo que chamaria de um "espaço de experiência revolucionário moderno", outros "espaços de experiência" menores a ele articulados mas dele se autonomizando, se tornam mais densos e determinantes do futuro, um futuro que não mais se repete. Ao pressupor uma dialética entre *geral* e *particular*, entre *singular* e *coletivo*, a dimensão comparativa de uma história dos conceitos do mundo iberoamericano entre 1750 e 1850 parece oferecer, assim, bases teóricas nada desprezíveis para a compreensão de um processo geral cuja complexidade escapa a uma simples somatória da diversidade a ele inerente, uma diversidade por ele recriada.<sup>202</sup>

Temos assim uma proposta de pesquisa, referenciais metodológicos e apresentação de um *conjunto de problemas* pelos quais nos guiar. Em nosso caso de estudo, a análise comparada de produções intelectuais permite compreender a circulação de ideias no continente, tendências ideológicas gerais e particulares, afinidades e diferenças, peculiaridades nacionais e influências mútuas. Desenvolvendo um “neologismo acadêmico”, diríamos que este trabalho estaria sob a denominação, aos moldes das linhas acadêmicas e dos órgãos fomentadores de pesquisa, de uma investigação promovida por uma “História Comparada das Ideias na América”.

### **1.7 – Discursos fundacionais e a construção da nação**

O discurso, em última instância, é nossa matéria prima mais palpável para a realização de um estudo sobre a nação. Dispondo de um consistente acervo textual, temos que considerar algumas questões pertinentes ao devir da palavra no tempo. Compreende-se esta como uma abordagem discursiva, no campo da História das Ideias, que implica uma preocupação com a

---

<sup>202</sup> PIMENTA, João Paulo Garrido, op. cit.

intencionalidade relativa ao momento quando o discurso foi produzido, como também uma atenção ao seu significado na época de sua produção.<sup>203</sup>

Os estudos no campo das ideias, há muito difundidos no campo historiográfico em busca da análise do ser humano e da sociedade, procuram acessar as experiências do passado por meio da produção intelectual, em seus mais diversos modos de apresentação, utilizando, sobretudo, textos escritos. Como expressão da cultura, as obras e as ideias produzidas possuem tempo e espaço determinados. Embora possam ser mais particulares ou mais universais, são discursos datados, representantes de um imaginário específico. Essas produções intelectuais constituem representações de realidades próprias, com seus significados conjunturais e estruturais, permeados pelo pensamento e pelas ações, caso compreendamos que existam diferenças entre um e outras.

Jörn Rüsen, ao pensar sobre teorias da historiografia, afirma que: “pode-se falar de um processo de teorização com respeito às experiências do passado, no qual estas aparecem como história significativa: as ideias, como perspectivas orientadoras da experiência do passado, são teorizadas como quadro de referência da interpretação histórica”.<sup>204</sup>

Pensando a respeito de umas das possíveis formas historiográficas, Chartier expressa a seguinte opinião sobre as maneiras de compreender o que designa uma dessas configurações, que é a História Intelectual. Para esse autor, dita construção historiográfica é “entendida como a história das condições próprias que tornam possíveis, de diversas maneiras de acordo com os tempos, a prática filosófica, e, finalmente, as reconstituições históricas que pretendem estabelecer o sentido dos textos em relação ao seu contexto de produção e recepção”.<sup>205</sup>

Entre as teorizações orientadoras, costuma-se dar espaço singular ao contexto e à intenção nos quais os textos foram lançados e recebidos, que são essenciais para a “tradução” do que foi dito em seu momento de aparição. Maria do Rosário Gregolin ressalta que: “Baronas acena para o fato de que toda leitura é uma produção de sentidos realizada de um lugar histórico-cultural, e que é, portanto, um recorte determinado pela história da leitura e pela *mentalidade* de um momento histórico”.<sup>206</sup> É preciso historicizar o discurso quando da

<sup>203</sup> A História das Ideias vem sofrendo diversas críticas nas últimas décadas, produzindo um diálogo constante com o que se firmou como História Intelectual. Ver: SKINNER, Quentin, “Meaning and Understanding in the History of Ideas”, in *History and Theory* n.º. 1, 1969, pp. 3-53.

<sup>204</sup> RÜSEN, Jörn. *Reconstrução do passado*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2007, p. 15.

<sup>205</sup> CHARTIER, Roger, “Uma crise da História? A História entre narração e conhecimento”, in PESAVENTO, Sandra J. *História e História Cultural*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003, p. 123.

<sup>206</sup> GREGOLIN, Maria do Rosário, “Apresentação: olhares oblíquos sobre o sentido no discurso”, in GREGOLIN, Maria do Rosário; BARONAS, Roberto (orgs.). *Análise do Discurso: as materialidades do sentido*. São Carlos: Claraluz, 2001, p. 15.



abordagem historiográfica, englobando nos cuidados de viés diacrônico tanto o homem do passado quanto o historiador do presente.

Também resulta relevante a compreensão do contexto de uma obra e um personagem quanto ao seu lugar de fala, sua implicação ideológica e seus interesses. Eni P. Orlandi afirma que: “as formações discursivas são diferentes regiões que recortam o interdiscurso (o dizível, a memória, o dizer) e que refletem as diferenças ideológicas, o modo como as posições dos sujeitos, seus lugares sociais aí representados, constituem sentidos diferentes”.<sup>207</sup> E, nesse aspecto, o sujeito do discurso, para alcançar o status de autor, deve assumir duas tarefas: conseguir estar inserido na cultura e participar socialmente como produtor. Para Orlandi:

Não basta falar para ser autor. A assunção implica uma inserção do sujeito na cultura, uma posição dele no contexto histórico-social. Aprender a se representar como autor é assumir, diante das instâncias institucionais, esse papel social na sua relação com a linguagem; constituir-se e mostrar-se autor.<sup>208</sup>

Essas ideias, importantes na nossa pesquisa, reforçam a necessidade de se entender os discursos das elites intelectuais sul-americanas, marcados não apenas por um lugar de fala dentro da sociedade nacional, mas também pelo lugar, às bases territoriais, circunscrito às fronteiras nacionais e ao contexto de sua elaboração, ambos “ideologizados”.

Além das implicações diretas referentes ao contexto e ao lugar do discurso, é necessário trabalhar com noções acerca do que está presente quando da “leitura” de uma obra passada, e suas implicações relativas ao “significado” do discurso em seu tempo e à sua compreensão em épocas posteriores. Para Orlandi, “essa possibilidade de movimento, deslocamento de palavras em presença/ausência, nos leva a fazer um paralelo, ao mesmo tempo em que uma relação fundamental entre a linguagem e o tempo”.<sup>209</sup>

Seguindo essa argumentação, Maria do Rosário Gregolin afirma que o “conhecimento/desconhecimento” na historiografia é referente à relação produzida entre o passado e o presente, que se influenciam mutuamente. Esse vínculo não é estático, mas sim dinâmico. Reformula-se constantemente. Gregolin completa a questão quando relaciona o texto com o contexto e sua incidência histórica, ao levar em conta também sua recepção pelo leitor: “por esse objetivo de reconhecimento/desconhecimento, a aparição de um texto só se

---

<sup>207</sup> ORLANDI, Eni Pulcinelli. *As formas do silêncio. No movimento dos sentidos*. 5ª ed., Campinas: Ed. da UNICAMP, 2002, p. 20.

<sup>208</sup> ORLANDI, Eni Pulcinelli. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. Campinas: Pontes, 2003, p. 76.

<sup>209</sup> ORLANDI, Eni Pulcinelli. *As formas do silêncio. No movimento dos sentidos*, p. 25.

completa quando um leitor o insere na ordem da história”,<sup>210</sup> dessa maneira recebendo toda uma tradição construída ao longo do tempo.

A comparação de ideias através de obras escritas, sobretudo de autores contemporâneos entre si, permite que o historiador, além de dialogar e indagar individualmente cada autor estudado através de seus textos, forneça ainda a possibilidade de os intelectuais abordados “dialogarem entre si”, trazendo à luz “opiniões” mais próximas ou distantes, produzidas em contextos e intenções próprias. É o momento de buscar a compreensão do discurso em seus diferentes níveis de fala, de procurar o significado do texto dentro de uma rede de relações e a intencionalidade do discurso, como indica Quentin Skinner.<sup>211</sup>

A comparação de obras, em busca de novos sentidos criados pelo contraste dos diálogos entre os textos de distintos pensadores, possibilita uma abordagem mais ampla e relativa das ideias de um determinado momento e em determinado espaço. A abordagem do mundo através da cultura escrita permite, por sua vez, uma análise do ambiente e dos discursos, produtos e produtores de pistas necessárias à compreensão das representações (e eles mesmos representações) sociais e políticas presentes no texto.<sup>212</sup>

Seguindo esta introdução teórica, buscamos realizar nossos estudos em harmonia com as perspectivas apresentadas. Não as tomamos como um corpo rígido e exato, mas como um horizonte de intenções que balizam mais uma proposta entre tantas possíveis. Pretendemos analisar as representações de nação empreendidas nas obras específicas de Alberdi, Bello e Abreu e Lima, membros de uma elite intelectual americana que, após as independências das antigas ex-colônias ibéricas, contribuíram para a formação da nação e do Estado, com discursos que impulsionaram a construção mitológica de uma identidade determinada.

\*\*\*

Os ambientes intelectual, político e social nos quais essas representações de nação foram elaboradas resultam essenciais para localizar cada discurso no contexto em que foi produzido. Nessa perspectiva, reconhecer a atmosfera cultural por que ditas ideias circulavam

---

<sup>210</sup> GREGOLIN, Maria do Rosário, op. cit., p. 60.

<sup>211</sup> Entrevista de Quentin Skinner, in PALLARES-BURKE, Maria Lúcia Garcia. *As muitas faces da história. Nove entrevistas*. São Paulo: UNESP, 2000, p. 320.

<sup>212</sup> RAJAGOPALAN, Knavillil, “A construção de identidades e a política de representação”, in FERREIRA, L. & ORRICO, E, G, D. (orgs.). *Linguagem, Identidade e Memória Social – novas articulações, novas fronteiras*. Rio de Janeiro: DP & A, 2002, pp. 45-53.

na Argentina, no Brasil e no Chile na primeira metade do século XIX torna-se de suma importância. Nesses cinquenta anos, as ex-colônias ibéricas iniciaram um processo de mudança, com a chegada de novas referências de mundo, a edificação de instituições de ensino, formação de grupos intelectuais, crescimento/aparecimento da imprensa e disputas pontuais pertencentes à história da construção das novas nações ibero-americanas.

## CAPÍTULO II

### A NAÇÃO PELAS LETRAS: AMBIENTES INTELECTUAIS E PRIMEIROS ESFORÇOS

“Bravo! A quem salva o futuro  
Fecundando a multidão!...  
Num poema amortalhada  
Nunca morre uma nação  
Como Goethe moribundo  
Brada “Luz!” o Novo Mundo  
Num brado de Briaréu...  
Luz! Pois, no vale e na serra...  
Que, se a luz rola na terra,  
Deus colhe gênio no céu!...”  
Castro Alves<sup>1</sup>

Na segunda metade do século XIX, as ex-colônias ibéricas firmavam-se como novos Estados nacionais, com o qual se concretizava uma fase de constituição política e cultural. Um Estado nacional e um nacionalismo, já constituídos de forma mais ampla e profunda, se estabeleceram apenas na segunda metade daquele século, porém sua gestação ocorreu nas primeiras décadas oitocentistas. Por volta de 1830, estas nações começaram a se estruturar como possíveis unidades políticas. Viu-se impulsionada, assim, a necessidade destes países em se constituírem culturalmente, estabelecendo com isso uma identidade específica. Neste momento se iniciou uma etapa reflexiva a respeito de como seriam constituídas aquelas nações, para o qual foram consideradas distintas características, como território, forma de governo, constituição étnica, heranças culturais, cidadania, economia, literatura, história, línguas, entre tantos aspectos que podiam servir de pilares a uma entidade com um *ethos* identitário exclusivo. Esses elementos distintivos de uma nacionalidade eram passíveis de ser articulados segundo diversas possibilidades, com diferentes matizes e nuances que reagiam de acordo com os contextos sociais de cada país.

Era, portanto, necessário se pensar o que seriam as nações na América ibérica. As elites dos países nascentes tomaram essas questões como de sua responsabilidade e deram prosseguimento às necessidades nacionais. No entanto, para aqueles notáveis não era

---

<sup>1</sup> ALVES, Castro, “O livro e a América”, in *Poetas Românticos Brasileiros*, vol. I, São Paulo: Editora Lumen, s/ano.

suficiente apenas criar uma identidade nacional, era necessário que a ideia e um sentimento de pertencimento fizessem parte de um imaginário comum, nacional, que deveria ser ampliado às demais classes e segmentos sociais localizados dentro dos limites legais de cada novo Estado, formando uma *comunidade imaginada*, segundo Benedict Anderson.<sup>2</sup>

Dita comunidade seria formada por ideias, pertencentes a tempos pretéritos e presentes à nação, por diversas tradições, algumas “inventadas” outras retomadas, por vezes teleologicamente, com aspectos de continuidades e rupturas, com base nas quais se conceberia o que diversos autores denominaram *nacionalismo*. Esses nacionalismos, por sua vez, foram os principais responsáveis pela construção de um conjunto de “mitos” nacionais, dando suporte à ideia de edificação de um novo Estado nacional que se formaria.

A forja de um conjunto nacional de conhecimentos, atrelados a sentimentos, precisava de um meio de comunicação para atingir o maior número possível de cidadãos. Os meios que serviram a esses objetivos com grande efetividade foram os letrados, mais especificamente a imprensa e as instituições de ensino e pesquisa, que entraram em profícua expansão e consolidação a partir da segunda metade do século XIX na América ibérica. O avanço do capitalismo no continente contribuía para a tarefa, uma vez que ditas instituições eram necessárias à modernidade do sistema americano.

Neste trabalho, abordamos aspectos do meio intelectual atuante na Argentina, Brasil e Chile, relacionados com a produção relativa à compreensão e construção de questões selecionadas para a constituição sociocultural de cada país entre 1830 a 1860. Discutimos esse momento e essas ideias à luz da contribuição oferecida por textos que consagravam uma identidade sobre o passado, sobre o presente e que apontavam para ideias de um futuro nacional, constituídas a partir de organizações culturais e estabelecimentos de ensino surgidos em um ambiente de transição do neoclassicismo ao romantismo, com uma historiografia produzida, na maioria das vezes, em instituições ligadas ao Estado.

## **2.1 – O avanço da *intelligentsia* americana no século XIX**

As nações americanas que se estabeleceram como forma de organização das ex-colônias são frutos de um processo de longa duração que vinha se desenvolvendo na Europa e América. Diversos fatores, constituídos historicamente, geraram condições propícias à construção do Estado-nação. Entre os elementos que contribuíram para o estabelecimento

---

<sup>2</sup> ANDERSON, Benedict. *Comunidades Imaginadas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

desse modelo no mundo ocidental, encontramos os avanços do mundo letrado, de instituições de ensino e da elaboração de uma cultura nacional. Nas primeiras décadas do século XIX, o ambiente cultural se modificava profundamente na América ibérica, estabelecendo-se novas matrizes intelectuais e novos interesses.

Durante a virada do século XVIII para o XIX, a América como um todo presenciava um grande interesse pela produção intelectual liberal da Europa, e uma relativa circulação dessas ideias e homens em seu território. O ambiente favorável às luzes e às ideias liberais na América — impulsionado pela Independência norte-americana, que ocorrera em 1776, e pela Revolução Francesa de 1789 — foi reforçado com o rompimento do controle colonial.<sup>3</sup>

Na América ibérica das primeiras décadas do século XIX, com a redefinição do mapa europeu e a intensificação do comércio produzido pela expansão da revolução industrial, consideravelmente menos presente aqui do que na Europa e Estados Unidos, desenvolviam-se os processos das independências e da formação dos futuros Estados-nação. No continente, o fim das guerras de independência coincidiu com o início dos nacionalismos na Europa, que também buscavam construir suas nações. Nos núcleos centrais desses futuros países, expressava-se o desejo de se criar uma identidade de acordo com aquilo que se compreendia como seus processos históricos, políticos e sociais, fomentando-se assim aspectos elementares de nacionalismo cultural.<sup>4</sup>

Nesse ambiente de transição do velho ao novo, a produção intelectual textual foi relevante para a circulação de novas propostas identitárias que gradualmente ocupariam o espaço das antigas ideias. Sua importância, com o advento de características nacionais, a converteu em um acontecimento, com movimentos em um espaço transatlântico. A contribuição das letras, dentro da dinâmica da produção das identidades nas nações, foi tamanha que Hobsbawm, pensando na Europa, considera que “os historiadores, os lexicógrafos e os colecionadores de canções folclóricas foram muitas vezes os verdadeiros fundadores da consciência nacional”.<sup>5</sup> Na América ibérica pós-independência, o avanço intelectual foi amplamente sentido e um novo mundo gráfico passava a fazer parte daquela realidade. Segundo Hans-Joachim König, dentro de uma perspectiva “modernizante” houve a necessidade e o engajamento em edificar novas instituições e melhorar condições materiais e

---

<sup>3</sup> BUSHNELL, David, "A Independência da América do Sul Espanhola", in BETHELL, Leslie (org). *História da América Latina*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2001. LYNCH, John. *Las Revoluciones Hispanoamericanas, 1808-1826*. Barcelona: Editorial Ariel, 1989.

<sup>4</sup> GUERRA, François-Xavier. *Modernidad e independencias. Ensayos sobre las revoluciones hispánicas*. México: Fondo de Cultura Económica, Editorial Mapfre, 1993. Para ver mais sobre o assunto, indicamos consultar o capítulo IX “*Mutaciones y victoria de la nación*”.

<sup>5</sup> HOBBSAWM, Eric. *A Era das Revoluções: Europa 1789-1848*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996, p. 309.

intelectuais, produzir história e literatura, componentes que levariam à efetivação de distintos “nacionalismos” americanos a partir daquele momento.<sup>6</sup>

O ambiente internacional era favorável para o fortalecimento e ampliação dessas novas propostas, se considerarmos o trânsito de pessoas em relação à divulgação e troca de experiências nas primeiras décadas do século XIX. Na América ibérica houve um número considerável de estrangeiros europeus, assim como uma constante circulação de americanos internamente no continente e em países da Europa. Essa tendência cosmopolita, que continuou presente, teve consequências, sobretudo, no relativo à participação desses sujeitos no tocante à produção cultural e educacional que se desenvolvia nos novos países. O trânsito de ideias e indivíduos foi registrado dentro de um cânone comum e simultâneo nas Américas hispânica e portuguesa. Na América ibérica, houve uma forte influência intelectual francesa nas décadas de 20 e 30 do século XIX. Politicamente, o liberalismo, com diversas nuances, foi o referencial que as elites pós-emancipação adotaram pela maior parte dos oitocentos.

Nascido na região onde viria a se constituir a futura Alemanha e na Inglaterra, depois se projetando à França e Espanha, Rússia e outros países europeus, o romantismo atingiu também a América e se propagou com rapidez e intensidade, tornando-se um amplo fenômeno literário no continente, pelo qual se estendeu aproximadamente de 1830 a 1875, de forma gradual.<sup>7</sup> O movimento não resultou homogêneo: existiram núcleos e ciclos literários distintos, articulados em três gerações de escritores cuja produção afetou tanto a literatura, quanto a música, o teatro, a história e a política. Na América ibérica, com um passado e um cenário contemporâneo distintos dos europeus, o romantismo, reelaborado frente aos problemas locais, promoveu também um interesse pela história e pelo presente, com discussões sobre rupturas e continuidades, e com a exaltação da natureza americana, cuja descrição foi comum.<sup>8</sup>

Na América, a produção do movimento foi fecunda entre as décadas de 1820 e 1870, consolidando-se como formas de elaboração de uma cultura nacional. Especificamente em relação à literatura, uma de suas primeiras obras, marcada ainda pelo neoclassicismo, foi

---

<sup>6</sup> KÖNIG, Hans-Joachim, “Nacionalismo: un problema específico de la investigación histórica de procesos de desarrollo”, in URÁN, Víctor Manuel Uribe; MESA, Luis Javier Ortiz (orgs). *Naciones, gentes y territorios. Ensayos de historia e historiografía comparada de América Latina y el Caribe*. Medellín: Editorial Universidad de Antioquia. Universidad Nacional de Colombia, 2000.

<sup>7</sup> Para Benedict Anderson, a produção romântica em solo americano começa a ter suas primeiras publicações no segundo decênio do século XIX. Este autor considera que o primeiro romance “latino-americano” foi *El periquillo Sarniento*, de 1816, do mexicano Fernandez de Lizardi, onde a crítica nacionalista ao domínio espanhol está presente em meio às aventuras do herói. ANDERSON, Benedict, op. cit., p. 61.

<sup>8</sup> OVIEDO, José Miguel. *Historia de la literatura hispanoamericana. 2 Del Romanticismo al Modernismo*. Madri: Alianza Editorial, 2007.

*Silvas americanas*, de Andrés Bello, publicada em Londres em 1823 na revista *Biblioteca Americana*, organizada em parceria com Juan García del Río.<sup>9</sup> Os elogios e as descrições bem intencionadas apontavam para o fato de as primeiras amostras poéticas elaboradas durante e após o processo de emancipação terem contribuído para combater as ideias negativas que parte dos intelectuais europeus fazia da América. Esses textos tinham uma função dupla, já que ajudavam a construir uma imagem mais positiva do continente, ao tempo que subsidiavam a formação de corpo literário nacional.<sup>10</sup>

### 2.1.1 – A região do Prata

A ilustração que chegou à região do Prata, assim como o era na Espanha, podia ser considerada como um projeto de modernização cultural limitada, com uma separação menos severa entre a igreja, Estado e ambiente intelectual, se comparada com o caráter que a ilustração assumiu na Inglaterra, na França ou nos Estados Unidos. A ilustração na região do Rio da Prata reforçou-se em 1776 com a criação do vice-reino, com as modernizantes reformas borbônicas e com o avanço das letras. Nas bibliotecas particulares, apesar da proibição metropolitana para alguns livros, encontrava-se um grande número de autores iluministas. As instituições de ensino, como o *Real Colegio de San Carlos* e a universidade, possuíam em seu programa tais obras e homens dispostos a discuti-las, porém mantendo um forte dogma católico e uma estrutura escolástica enfraquecida, mas ainda enraizada em sua cultura.<sup>11</sup>

Nas primeiras duas décadas do século XIX, foram postas no Prata as bases iniciais para o desenvolvimento de um ambiente científico e vernáculo. O clima revolucionário e a contribuição de novas doutrinas em circulação promoveram a aparição de um circuito intelectual propício à formação de uma realidade renovada. Nessa época surgiram as primeiras associações de cunho científico, como a *Escuela de Matemática* (1810), o *Instituto Médico* (1813) e a *Sociedad de Ciencias Físicas y Matemáticas* (1822). Foram fundadas novas instituições, como a *Biblioteca Pública* (1810), o *Museo de Historia Natural* (1812) e a

<sup>9</sup> CUARÓN, Beatriz Garza, “Identidad, lengua y literatura, 1820-1870”, in VÁZQUEZ, Josefina Z. (coord.). *Historia General de América Latina. La construcción de las naciones latinoamericanas, 1820-1870*. Tomo VI. Paris: Unesco; Madri: Trotta, 2003, pp. 595-612.

<sup>10</sup> VILLEGAS, Abelardo, “De la Ilustración al Romanticismo en Latinoamérica”, in VAZQUEZ, Josefina Z., op. cit., pp. 522-533. Villegas considera que um dos primeiros românticos foi Simon Bolívar, devido a seu patriotismo, sua ação de valorização dos aspectos americanos e sua educação, recebida de Simón Rodríguez.

<sup>11</sup> TERÁN, Oscar. *Historia de las ideas en la Argentina. Diez lecciones iniciales, 1810-1980*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2010. No início do século XIX, circulavam periódicos como *Telégrafo Mercantil*, *Semanario de Agricultura, Industria y Comercio* e *Correo de Comercio*, por onde circulavam ideias ilustradas.



*Universidad de Buenos Aires* (1821). Foi também o momento de receber professores estrangeiros, como Aimé Bonpland, Pedro Carta Molino, Pedro de Ángelis e Carlos Ferraris, e de presenciar a diversificação do ensino de história natural e de ciências voltadas ao avanço do capitalismo. Houve ainda um aumento no número e no conteúdo das publicações, como *La Abeja Argentina*, *Crónica Política y Literaria de Buenos Aires*, ou o *Correo Político y Mercantil*. É o estabelecimento das bases que começam a produzir elementos de uma nação e de um *corpus* intelectual nacional.<sup>12</sup>

Na região do Prata, o romantismo desenvolveu-se em uma estreita vinculação com a política local de meados da década de 1830. Após os primeiros anos da independência, a região entrou em uma longa guerra civil, com períodos mais intensos seguidos por outros de menor agitação, em um movimento que duraria até o início da década de 1860, com a unificação das províncias e com Buenos Aires passando a ser capital da República Argentina em 1862. Após um período de administração liberal, Juan Manuel de Rosas (1793-1877) assumiu o poder, inicialmente de 1829 até 1832 e, em seguida de 1835 até 1852. Nesse último ano, Rosas foi derrotado na Batalha de Monte Caseros por uma ampla aliança estabelecida entre tropas comandadas pelo até então seu apoiador Justo José de Urquiza, caudilho da província de Entre Ríos, e tropas imperiais brasileiras e uruguaias, além de um discreto apoio naval franco-britânico.

Apesar dos prejuízos ocasionados pela guerra civil, em Buenos Aires o ambiente cultural estava em ampla expansão e renovação. A abertura de novas livrarias e a circulação de livros foram relevantes para a divulgação do romantismo na região. Segundo Félix Weinberg, em 1830 havia apenas cinco livrarias na cidade; porém, em 1836 seu número já havia sido duplicado. Nesses estabelecimentos, encontravam-se centenas de volumes de obras de literatura, direito, filosofia, política, história, produzidas por autores europeus, em sua maioria franceses. A lista de intelectuais incluía, entre outros, Fortoul, Cousin, Chateaubriand, Dumas, Quinet, Lerminier, Saint-Simon, Guizot, Leroux, Jouffroy, Scott, Staël, Villemain, Byron, Nisard, Lamennais, Hugo e Tocqueville. Encontravam-se também revistas e jornais, como *Revue de Paris*, *Revue Britannique*, *Revue Encyclopédique*, *Revue des Deux Mondes* e *The Edinburg Review*.<sup>13</sup>

---

<sup>12</sup> PERAZZI, Pablo, “Ciencia, cultura y nación: la recepción del darwinismo en la Argentina decimonónica”, *Nuevo Mundo Mundos Nuevos*. Disponível em: <<http://nuevomundo.revues.org/61993>> (acessado em 02/12/2012).

<sup>13</sup> WEINBERG, Félix. *El Salón Literario de 1837*. Buenos Aires: Librería Achete, [1958] 1977, pp. 17-18.

A presença do romantismo francês em Buenos Aires resultou fruto ainda do trânsito transatlântico. A historiografia e a crítica literária argentina afirmam que Esteban Echeverría impulsionou o romantismo na Região do Prata. Echeverría havia estudado na França entre 1826 e 1830, onde recebera forte influência da literatura europeia. Quando retornou, envolveu-se em uma militância cultural que implicou a elaboração de dois textos significativos para a introdução da vertente literária na região. O jovem portenho publicou dois romances que foram amplamente consumidos pela população local e que seriam considerados o marco inicial da produção romântica argentina: *Elvira o la novia del Plata* (1832) e *Los consuelos* (1834). Nesse último escrito, Echeverría avalia a situação local e explicita as questões nacionais para as quais deseja que seu trabalho contribua:

La poesía entre nosotros aun no ha llegado á adquirir el influjo y prepotencia moral que tuvo en la antigüedad, y que hoy goza entre las cultas naciones europeas: preciso es, si quiere conquistarla, que aparezca revestida de un carácter propio y original, y que reflejando los colores de la naturaleza física que nos rodea, sea á la vez el cuadro vivo de nuestras costumbres, y la espresion mas elevada de nuestras ideas dominantes, de los sentimientos y pasiones que nacen del choque inmediato de nuestros sociales intereses, y en cuya esfera se mueve nuestra cultura intelectual. Solo así, campeando libre de los lazos de toda estraña influencia, nuestra poesía llegará á ostentarse sublime como los Andes; peregrina, hermosa y varia en sus ornamentos como la fecunda tierra que la produzca.<sup>14</sup>

Juan Bautista Alberdi contribuiu, igualmente, com os primeiros movimentos de construção de uma literatura nacional argentina, descrevendo a geografia física e humana de sua terra natal. Em 1834 publicou *Memoria descriptiva sobre Tucuman*, onde trabalha com a ideia das influências do meio ambiente sobre as características da população. Seu trabalho, assim como o de Echeverría, promovia a valorização dos aspectos locais realçando a beleza do lugar e descrevendo o caráter da população. Assim, aparecem, na “Advertência” que inicia seu trabalho, os princípios que guiam a análise de Alberdi:

No obstante el título que lleva esta Memoria, el lector no busque mas en ella que un corto número de apuntaciones sobre Tucuman mirado por el lado físico y moral de su belleza. En una residencia de poco mas de dos meses, y con objetos muy diferentes, apenas tuve tiempo para ensayar rápidamente un objeto sobre el cual tengo esperanza de volver con mas lentitud en otra oportunidad. Así, pues, ni el naturalista, ni el historiador, ni el poeta mismo, cuya pluma parece que yo hubiera usurpado, tiene que reclamarme una sola

---

<sup>14</sup> ECHEVERRÍA, Esteban, “Los Consuelos”, in *Obras Completas de D. Esteban Echeverría*. Tomo III, Buenos Aires: Imprenta y librería de Mayo, 1871, p. 12. Na versão lançada por Echeverría, este texto apareceu como nota de rodapé. Nesta edição, aparece antes dos textos, sob o título “*Notas del autor de Los Consuelos*”.

de las inmensas preciosidades que brinda á su consideracion aquel riquísimo suelo.

¿Se me dirá que este escrito es inútil porque no trata mas que de bellezas? Yo creo que un país no es pobre con solo ser bello; y que la historia de su belleza, en consecuencia, no puede ser insignificante. Estoy cierto, por otra parte, que, semejante objecion no me será propuesta por hombres como Buffon, Cabanís, Humboldt, y Bomplan que jamás pudieron ver separado el conocimiento de la fisonomía de la naturaleza en diferentes regiones, de la historia de la humanidad y de la civilización.<sup>15</sup>

Entre os diversos trabalhos então escritos e lançados na região, encontra-se, em 1834, uma tradução da primeira lição de Víctor Cousin, *Curso de Historia de la Filosofia*, embora não se chegasse ao lançamento da segunda lição. De 1835 até 1838, aconteceu o que Weinberg chamou de “um verdadeiro acontecimento cultural”, com a realização de um esforço editorial inédito até então na cidade. Sob a direção de Pedro de Ángelis, iniciou-se a publicação, quinzenal, da *Colección de obras y documentos relativos a la historia antigua y moderna del Río de la Plata*, cuja edição chegaria a totalizar seis volumes e que seria vorazmente consumida.<sup>16</sup>

Na época, em questão de contribuição a uma cultura local e à formação da nacionalidade, a imprensa, as canções e o teatro tiveram um papel relevante. Através de periódicos, apareceram importantes obras do início do romantismo platino, cuja publicação por vezes se seguiu de intensos debates, como os promovidos por *El Recompilador*. As obras musicais, que faziam parte dos avanços nacionais e românticos, eram constantemente tocadas e buscavam exaltar questões locais e pátrias. Echeverría, autor de diversas canções, alcançou sucesso em Buenos Aires e Montevideu. De fato, o êxito das canções resultou tão arrebatador que, em 1837, José Antonio Wilde lançou *El Cancionero Argentino*, com a publicação de quatro cadernos. O teatro, relacionado ao romantismo e seus intelectuais, também influenciou no desenvolvimento intelectual de Buenos Aires. Encontramos, participando como críticos teatrais e/ou escritores de peças, Alberdi, Sarmiento, Miguel Cané e Irigoyen.<sup>17</sup>

*Fragmento preliminar al estudio del derecho*, lançado em 1837, foi considerado o primeiro trabalho que busca compreender, através da filosofia, da historia e da política, a nacionalidade argentina. Em dito estudo, Alberdi pretendia incentivar a criação de uma literatura nacional e promover a realização da emancipação nacional. No mesmo ano apareceu outra obra literária com fins pragmáticos, que visava a contribuir à construção nacional.

<sup>15</sup> ALBERDI, Juan B., “Memoria Descriptiva sobre Tucuman”, in *Obras Completas de Juan Bautista Alberdi*. Tomo I, Buenos Aires: Imprenta de La Trina Nacional, 1886, p. 59.

<sup>16</sup> WEINBERG, Félix, op. cit., pp. 22-23.

<sup>17</sup> Idem, pp. 25-28.

Manuel José Quiroga de la Rosa lançava então a *Tesis sobre la naturaleza filosófica del derecho*, em que ressaltava a necessidade dos jovens em completar o processo de independência iniciado em 1810, e se encaminhar à civilização, olhar convergente, como se verá, com o apresentado por Alberdi no *Fragmento preliminar*. Também em 1837 apareceu outro marco referencial para a literatura nacional que se constituía, *La Cautiva*, de Echeverría, presente no volumem de *Rimas*.

A política nas Províncias Unidas do Rio da Prata sofreu mudanças com o estabelecimento de governo autoritário que duraria até por quase vinte anos. Em 1835, Rosas assumiu o poder com faculdades extraordinárias e logo iniciou as perseguições aos professores da universidade. Em janeiro de 1836, a ingerência na universidade recaía sobre os estudantes, que só poderiam se graduar caso fosse comprovada a sua adição à causa da Federação do governo rosista.<sup>18</sup>

Em 1837, surgiu a *Generación de 37*, formada em sua maioria por estudantes do departamento de Direito da Universidade de Buenos Aires,<sup>19</sup> em meio aos sucessivos governos de Juan Manuel de Rosas. Foi o primeiro movimento intelectual a se preocupar com temas da nacionalidade, envolvidos nos projetos de nação para região. Essa geração, também chamada de *Nueva Generación*, tem como característica intelectual a formação educacional, ocorrida após a independência em instituições modernizadas, pela filiação ao romantismo e o combate ao autoritarismo do governo de Rosas.

A geração de 37 foi sendo formada pelos estudantes da universidade e por alguns professores, como Vicente Fidel López (1815-1903). Em 1833, este grupo organizou primeiramente a *Asociación de Estudios Históricos y Sociales*, que estabelecia que cada sábado um sócio ficaria responsável por apresentar uma dissertação sobre um tema escolhido com antecedência. Aos poucos, as próprias reuniões e os temas discutidos começaram a incomodar setores mais conservadores da província. Com o avanço do governo de Rosas, que se estabilizava, e com ele da censura e a repressão, seus membros resolveram dissolver a associação em 1835, porém sem pôr termo aos estudos iniciados nela.<sup>20</sup>

---

<sup>18</sup> QUESADA, María Sáenz. *La Argentina. Historia del país y de su gente*. Tomo I. Buenos Aires: Debolsillo, 2006. GANDÍA, Enrique de. *Historia política de Argentina: Época de Rosas. Primera Parte*. Buenos Aires: Claridad, 1994. ROMERO, José Luis. *Breve Historia de la Argentina*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2011.

<sup>19</sup> Weinberg aponta que eram formados grupos de estudos entre os jovens, sendo a casa de Miguel Cané, frequentemente, um destes pontos. Estes núcleos foram os antecedentes da *Generación de 37*. WEINBERG, Félix, op. cit.

<sup>20</sup> Idem, p. 34.

A leitura e a discussão de textos foi uma característica do grupo, contumaz frequentador das livrarias que se firmavam na cidade. Uma delas teve maior influência sobre o ambiente intelectual local e sobre os jovens estudantes. Em 1833, devido aos conflitos políticos do Uruguai, Marco Sastre (1808-1887) emigrou de seu país para a cidade portenha, onde abriu uma livraria que logo passaria a ser frequentada pelos estudantes da universidade.<sup>21</sup> Em 1835, com o sucesso de seu empreendimento e com os constantes encontros que ocorriam no local, Sastre decidiu ampliar o estabelecimento e mudar o nome para *Librería Argentina*. No novo espaço organizou um *Gabinete de Lectura*, onde a juventude tinha acesso às obras e participava de discussões.<sup>22</sup> A proposta, bem acolhida pelo público, fomentou a leitura de diversas obras, muitas em francês. Sastre resolveu então expandir o círculo de leitura e fomentar os debates, incentivando Alberdi e Echeverría a organizarem um *Salón Literario* em junho de 1837.<sup>23</sup>

Na abertura do *Salón*, recaiu sobre os seus três principais idealizadores o discurso inaugural.<sup>24</sup> Sastre apresentou *Ojeada filosófica sobre el estado presente y la suerte futura de la Nación Argentina*; Alberdi, *Doble armonía entre el objeto de esta institución con una exigencia de nuestro desarrollo social; y de otra exigencia, con otra general del espíritu humano*; e Juan María Gutiérrez, *Fisonomía del saber español: cual deba ser entre nosotros*. Acompanhando o discurso de Alberdi, podemos encontrar os parâmetros intelectuais que norteariam as intenções do *Salón*. Baseando-se no progresso linear da humanidade, tendo a civilização como objetivo e referencial, e com referências intelectuais externas, embora voltadas a ações internas, considerava Alberdi:

Pero si la percepción de la ruta en que deba caminar nuestra sociabilidad, debe salir del doble estudio de la ley progresiva del desarrollo humano, y de las calidades propias de nuestra nacionalidad, se sigue que dos direcciones deben tomar nuestros trabajos inteligentes. — 1ª La indagación de los elementos filosóficos de la civilización humana. — 2ª El estudio de las

<sup>21</sup> Marco Sastre estudou na *Universidade de Córdoba* e na *Universidade de Buenos Aires*, porém não concluiu os estudos. Escreveu romances, tratados de gramática e ortografia, e esteve comprometido com o desenvolvimento do sistema educacional no Uruguai e na Argentina.

<sup>22</sup> Sastre estabeleceu um sistema de consultas pagas em seu estabelecimento, sob a forma de quatro planos: por dia, por semana, por mês e por trimestre.

<sup>23</sup> WEINBERG, Félix, op. cit., pp. 44-45. Esses salões eram centros de sociabilidade das elites que contribuíram para a circulação e formação de ideias na Buenos Aires do início do século XIX. Segundo Pilar Quirós, “[e]l discurso asociacionistas es utilizado con frecuencia por elites culturales y políticas para pensar el lazo social; la asociación es concebida por ella como una forma de pedagogía cívica mediante la cual el ciudadano hace el aprendizaje de la cosa pública, constitutiva de la comunidad”. Consultar: QUIRÓS, Pilar González Bernardo de. *Civilidad y política en los orígenes de la Nación Argentina: las sociabilidades en Buenos Aires, 1829-1862*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2008, p. 37.

<sup>24</sup> Por volta dessa época, já havia diversos exilados devido às perseguições do governo rosista. No ato da inauguração, Miguel Cané estava em Montevideú.

formas que estos elementos deben de recibir bajo las influencias particulares de nuestra edad y nuestro suelo. Sobre lo primero es menester escuchar á la inteligencia europea, mas instruida y mas versada en las cosas humanas y filosóficas que nosotros. Sobre lo segundo no hay que consultarlo á nadie, sinó á nuestra razón y observación propia. Así nuestros espíritus quieren una doble dirección extranjera y nacional, para el estudio de los dos elementos constitutivos de toda civilización: el elemento humano, filosófico, absoluto; y el elemento nacional, positivo, relativo.<sup>25</sup>

Esta geração que se identificava no discurso de Alberdi iniciou seus trabalhos com a intenção de desenvolver as letras e a cultura em Buenos Aires. Encontramos, nos planos de trabalho que constavam no texto de organização do *Salón*, alguns dos objetivos que a associação deveria desenvolver: “*se formará un fondo para costear la impresión de toda obra original, ensayo, traducción o composición en prosa o en verso, que se consideren dignas de ver la luz pública; y para establecer premios*”.<sup>26</sup> Nem todas as propostas conseguiram ser levadas a termo. A entidade tentou lançar um jornal, *El Semanario de Buenos Aires*, que não saiu do prospecto. Entretanto, parte do grupo teve mais êxito e, sob a direção de Alberdi e com a colaboração de diversos membros da entidade, editou a revista *La Moda, gacetín semanal de música, poesía, literatura y costumbres*, cuja publicação, apesar de não fazer críticas diretas a Rosas, foi encerrada em 1838.

Com o desenrolar das reuniões e edições, o *Salón* foi entrando em conflito com rosistas e com alguns membros da geração da independência. A censura sobre a organização intensificou-se, levando ao afastamento gradual de integrantes e forçando o encerramento das atividades, em janeiro de 1838. Também houve conflitos internos ao grupo, por causa de posicionamentos políticos e afiliações ideológicas, o que levou ao afastamento de alguns de seus membros.

Mesmo consideradas as dificuldades em manter os debates, nem todos encerraram as atividades; houve quem, ao contrário, intensificasse o combate. Em junho de 1838, foi fundada uma organização clandestina, a *Asociación de Mayo*, com influências do socialismo romântico, cuja presidência foi ocupada por Echeverría e que contava com Alberdi e com Gutiérrez como integrantes da direção. Essa organização terminaria por formar a *Asociación de la Joven Generación Argentina*, um de cujos principais objetivos residia na ação política e que se baseara na formação de grupos europeus nacionalistas e revolucionários, inspirados no

---

<sup>25</sup> ALBERDI, Juan B., “Discurso pronunciado el día de la apertura del Salón Literario”, in *Obras Completas de Juan Bautista Alberdi*. Tomo I, Buenos Aires: Imprenta de La Trina Nacional, 1886, pp. 265-266.

<sup>26</sup> WEINBERG, Félix, op. cit., p. 61.

italiano Giuseppe Mazzini.<sup>27</sup> Alguns de seus membros defenderam e ingressaram em movimentos armados com o fim de derrubar Rosas. Aos poucos foram sendo derrotados, assassinados, presos ou exilados.<sup>28</sup>

Apesar de terem sido encerradas as atividades do *Salón*, graças ao devir das organizações articuladas posteriormente e à existência de um fluxo migratório letrado considerável, as décadas seguintes foram de ampla produção intelectual sobre a região do Prata. Foi o momento de fixar as bases da literatura e da historiografia argentina e do estabelecimento do Estado nacional na década de 1860.

### 2.1.2 – O Chile

Na América hispânica, do outro lado das cordilheiras dos Andes, desenvolveu-se uma situação política muito próxima à da região do Prata no que se refere ao processo de emancipação e às primeiras décadas de guerras civis. No entanto, esta configuração mudaria a partir da década de 1830 com a centralização do Estado, ao ser alcançada certa estabilidade política e social. Em relação ao quadro intelectual, a situação no Chile era mais favorável do que a da Argentina ou a do Brasil, com o fortalecimento das instituições de ensino e com considerável circulação de estrangeiros no país.

Na Capitania do Chile, após 1810, as guerras civis foram intensas e predatórias, o qual prejudicou a reorganização do Estado. Esse período, que durou até 1830, teve a predominância do grupo liberal denominado *pipiolos*. A historiografia chilena que se firmaria após 1830 referiu-se a esse período como de “anarquia” ou de “ensaio de organização política”, por haver se caracterizado por uma instabilidade política e por frequentes mudanças de governo. Esse tempo foi marcado por tentativas de estabelecer constituições influenciadas pelo federalismo estadunidense e por um ambiente liberal. A insatisfação de setores da sociedade fez os conservadores *pelucones* empreender uma ofensiva político-militar contra os

---

<sup>27</sup> No discurso de abertura, Echeverría leu as consignas que direcionavam a ação da associação, sintetizadas em quinze “palavras simbólicas”: “Asociación; Progreso; Fraternidad; Igualdad; Libertad; Dios; centro y periferia de nuestra creencia religiosa; el cristianismo, su ley; el honor y el sacrificio, móvil y norma de nuestra conducta social; Adopción de todas las glorias tanto individuales como colectivas de la Revolución; Menosprecio de toda reputación usurpada e ilegítima; Continuación de las tradiciones progresivas de la Revolución de Mayo; Independencia de las tradiciones retrógradas que nos subordinan al antiguo régimen; Emancipación del espíritu americano; Organización de la patria sobre la base democrática; Confraternidad de principios; Fusión de todas las doctrinas en un centro progresivo; Abnegación de las simpatías que puedan ligarnos a las dos grandes facciones que se han disputado el poderío durante la Revolución”. Estas palavras foram os elementos básicos para a produção do *Dogma Socialista* em 1846. ECHEVERRÍA, Esteban. *Obras Completas de D. Esteban Echeverría*. Tomo 4, Buenos Aires: Imprenta y Librería de Mayo, 1873, p. 119.

<sup>28</sup> WEINBERG, Félix, op. cit., pp. 112-113.

liberais, coordenada por Diego Portales, que levou o grupo conservador ao poder após a batalha de Lircay, em 1830. O estabelecimento de um governo centralizado e despótico alcançou sua expressão máxima na administração de Joaquín Prieto (1831-1841), com a aprovação da Constituição de 1833, que deu maior estabilidade política e econômica ao país por meio de um presidencialismo republicano autoritário.<sup>29</sup> Apesar do conservadorismo, o novo mandatário investiu no estabelecimento de instituições de ensino e na promoção cultural. A partir de 1830, o governo chileno passou a incentivar a imigração de intelectuais europeus e americanos, principalmente argentinos, para desenvolver as letras no país. Entre os europeus, veio um grande número de franceses, que influíram na vida intelectual chilena. Encontramos, assim, o naturalista Cláudio Gay, o médico Lorenzo Sazié, o pintor Raymond Monvoisin, o geólogo Amadeo Pisis e o arquiteto François Brunet de Baines. De outras nacionalidades chegaram o polaco Ignacio Domeyk, que trabalhou com orografia, geografia, mineralogia e educação; o alemão Rodolfo Phillipi, que estudava botânica; os espanhóis Antonio Gorbea, que era matemático, e os impressores e editores Santos Tornero e Narciso Desmadryl; os pintores Mauricio Rugendas, de origem alemã, e o italiano Alejandro Cicarelli. Entre os americanos, aportaram os argentinos Bartolomé Mitre, Domingo Faustino Sarmiento, Domingo Oro, Gabriel Ocampo, Juan Bautista Alberdi,<sup>30</sup> Juan María Gutiérrez e Vicente Fidel López, além de outros exilados. Da Colômbia veio Juan García del Río e, da Venezuela, chegaram Andrés Bello<sup>31</sup> e Simón Rodríguez, sendo o penúltimo um referencial quanto ao desenvolvimento intelectual e institucional do Chile.

Podemos ter uma pequena ideia de como se encontrava o Chile em 1829 com a breve descrição que Andrés Bello faz do país ao chegar de Londres. Em carta datada de 20 de agosto, enviada para seu amigo José Fernández Madrid, escrevia:

Echo de menos nuestra rica y pintoresca vegetación, nuestros variados cultivos, y aun algo de la civilización intelectual de Caracas en la época dichosa que precedió a la revolución; y quisiera echar de menos nuestros malos caminos y la falta de comodidades domésticas, mucho más necesarias aquí que en nuestros pueblos, porque el clima en el invierno es verdaderamente riguroso. En recompensa se disfruta aun por ahora de verdadera libertad; el país prospera; el pueblo, aunque inmoral, es dócil; la juventud de las primeras clases manifiesta muchos deseos de instruirse; las gentes son agradables; el trato fácil; se ven pocos sacerdotes; los frailes

---

<sup>29</sup> GAZMURI, Cristián R. *La historiografía chilena (1842-1970)*. Tomo I. Santiago de Chile: Centro de Investigaciones Diego Barros Arana, 2006, pp. 42-47.

<sup>30</sup> Alberdi permaneceu no Chile de 1844 até 1854.

<sup>31</sup> Bello chegou ao Chile em 1829, onde permaneceu até sua morte, em 1865.



disminuyen rápidamente, y se goza, de hecho, de toda tolerancia que puede apetecerse.<sup>32</sup>

O desenvolvimento do ambiente intelectual chileno contou também com um aumento do fluxo de livros que circulavam pelo país, com a presença de clássicos da ilustração e de trabalhos contemporâneos europeus. O governo de Manuel Bulnes (1841-1851) passou também a investir na organização do sistema educacional, espelhado na Europa e Estados Unidos, com influência liberal e modernizante.

Em Santiago, além de estabelecimentos de ensino primário e secundário, foi criada a Universidade do Chile, idealizada pelo venezuelano Andrés Bello, seu primeiro reitor. Suas atividades tiveram início em 1842. Neste ano, teve lugar a criação da *Escuela Normal de Preceptores*, a primeira do tipo na América, com Domingo Faustino Sarmiento (1811-1888) como seu primeiro diretor. Em 1849 surgiram as escolas de *Bellas Artes*, de *Artes y Oficios y de Arquitectura*, juntamente com o *Conservatorio de Música*. Em um período de dez anos, os investimentos em educação foram sentidos no número de escolas, que se duplicou. Foi também nessa época que, em um processo de nacionalização linguística, a cultura escrita aumentou sua produção, aparecendo veículos de comunicação impressos como *La Revista de Valparaíso*, *El Semanario de Santiago* e *La Revista Católica*.<sup>33</sup>

O ambiente intelectual de que gozava o país propiciou a circulação de novas ideias e propostas. O romantismo no Chile teve o apoio interno de José Joaquín de Mora, um espanhol liberal com gosto pela literatura francesa que vivia no país desde 1828. Entretanto, o movimento presenciou um reforço maior em sua expansão com a chegada dos estrangeiros a seu território. Andrés Bello aportou no país em 1829. Posteriormente, como já foi dito, o fariam os exilados argentinos do governo autoritário de Rosas, entre os quais estava presente o próprio Juan Bautista Alberdi.<sup>34</sup>

Um elemento importante para o avanço do romantismo e do interesse pelas questões locais remete para a constituição da *Sociedad Literaria*, fundada em 1842. A sociedade foi criada por chilenos e exilados argentinos que participaram do *Salón Literario*, fato que imprimiu na instituição chilena características semelhantes à entidade portenha. Entre os principais membros chilenos da *Sociedad* estava um grupo de alunos do *Instituto Nacional*,

<sup>32</sup> BELLO, Andrés. *Obras Completas de Andrés Bello*, Tomo [Epistolario – 1], Caracas: Fundación Casa de Bello, 1984, p. 7.

<sup>33</sup> ARNOUX, Elvira Narvaña de. *Los discursos sobre la nación y el lenguaje en la formación del estado (Chile, 1842-1862)*. Estudio glotopolítico. Buenos Aires: Santiago Arcos editor, 2008, pp. 20, 21; 27; 39. Em 1860, a Lei Montt garantiu educação primária e gratuita no Chile.

<sup>34</sup> EYZAGUIRRE, Jaime. *Historia de las instituciones políticas y sociales en Chile*. Santiago de Chile: Universitaria, [1967] 2011, p. 105.

como Carlos e Juan Bello, filhos de Bello, Francisco Bilbao, Salvador Sanfuentes e Manuel A. Matta. Ocupou-se da direção José Victorino Lastarria, importante intelectual e professor do renomado Instituto. A intenção da instituição consistia em promover o debate sobre as questões locais e combater a herança espanhola, a partir do modelo da produção intelectual francesa. A grande polêmica que envolveu a *Sociedad Literaria* surgiu com a discussão a respeito do idioma castelhano e seus usos. Dela participaram nomes como Vicente Fidel López, Salvador Sanfuentes, José Joaquín Vallejo e Domingo Faustino Sarmiento. No entanto, a organização teve uma vida breve, pois suas atividades foram encerradas em agosto de 1843.<sup>35</sup>

A produção intelectual francesa repercutiu no Chile, trazendo a literatura romântica desse país europeu ao centro das atenções da instituição, como também propiciando o contato com teorias sociais liberais que alimentariam a reflexão e a ação política. Com a irrupção da revolução francesa de 1848, os reflexos no Chile foram sentidos no tocante à filiação socialista que seus jovens assumiam. Livros de diversos autores chegaram ao país, como os dos socialistas utópicos Charles Fourier, Hugues-Félicité Robert de Lamennais, Luis Blanc e Robert Owen. Entre os seus mais animados leitores estavam Francisco Bilbao e Santiago Arcos, que, influenciados por eles, fundaram em 1850 a *Sociedad de La Igualdad*,<sup>36</sup> na intenção de preparar o povo chileno para a tomada de seus direitos.

Em comparação com a Argentina e o Brasil, a produção romântica chilena surgiu em um momento posterior, por volta de meados do século. Um de seus mais renomados escritores foi Alberto Blest Gana (1830-1920). Como escritor, inicialmente cultivou versos e publicou artigos de costumes em diversas revistas, embora tenha como principal mérito aparecer como fundador do romance no Chile, com obras que combinam traços românticos e realistas, como os apresentados em *Martín Rivas* (1862), onde realizou uma análise da sociedade chilena de meados do século.

Na década de 1830 a 1840, a República do Chile viu um incremento substancial na vida cultural do país. A juventude que saía das novas instituições de ensino produziu uma série de trabalhos que buscavam compreender e, ao mesmo tempo, construir uma identidade chilena. Com a presença dos intelectuais estrangeiros, foi possível manter o contato com

---

<sup>35</sup> Idem, p. 106. Ver também: STUVEN. Ana María, “La generación de 1842 y la conciencia nacional chilena”, in *Revista de Ciencia Política*, Vol. IX, nº. 1, 1987.

<sup>36</sup> Cristián Gazmuri indica que diversos dos membros destas sociedades passariam a tornar-se personagens importantes da vida política chilena, ocupando cargos de deputados, senadores, ministros e presidentes da República. GAZMURI, Cristián R., op. cit., p. 50.

diversas doutrinas europeias e elaborar uma produção sistematizada, devido à qualidade de suas instituições, sobretudo na década de 1840.

### 2.1.3 – A América portuguesa

Na América portuguesa do início do século XIX, o caminho para a emancipação política se daria por vias distintas, sem um rompimento profundo com Portugal e com conflitos internos civis menos intensos. Após a independência, a distância aumentaria, com a opção brasileira pela manutenção de uma monarquia e da família real portuguesa. Já no quadro geral mais amplo da chegada das luzes, do liberalismo e do romantismo, o Império do Brasil se aproximou dos vizinhos americanos.

Um de seus principais marcos de ruptura e de mudanças, o episódio da fuga da corte portuguesa perante as tropas napoleônicas, contribuiu significativamente para a construção nacional da identidade brasileira. A primeira metade do século XIX foi o momento para o país lançar as bases do sentimento nacional e organizar as propostas de nação. As instituições ligadas à cultura passaram a se desenvolver. A imprensa, as faculdades – a primeira em Olinda, de Direito, em 1828, seguida pela de Medicina, em 1832, em Salvador –, os Institutos Históricos, os teatros, museus e bibliotecas começaram a integrar a vida cultural de algumas das principais cidades do Império do Brasil.<sup>37</sup>

O mundo cultural da América portuguesa, comparativamente à espanhola, foi mais pobre e com um Estado menos organizado. Até a vinda da corte lusitana em 1808, a circulação de livros e a imprensa estavam proibidas. O ensino superior, que se organizou na década de 1820 através de algumas poucas faculdades, resultou apenas na década de 1920 na criação de uma universidade no país. Enquanto isso, na América hispânica, a imprensa, a circulação de livros e as universidades estavam presentes desde o século XVI.

Com a mudança da corte, a *Imprensa Régia* passou a ser o principal órgão de publicação no antigo vice-reino, agora sede da monarquia portuguesa, lançando as primeiras publicações no Brasil, que incluíam autores do liberalismo e uma produção voltada a questões locais. Em 1811, apareceram duas publicações que indicam uma alteração intelectual: uma tradução de Adam Smith e uma edição do poema *Uruguai*, de Basílio da Gama, que fora lançado em 1769 em Lisboa. Em 1813 aparecem as *Preleções Filosóficas*, de Silvestre Pinheiro Ferreira (1769-1846), que Wilson Martins considerou avançado para a sua época,

---

<sup>37</sup> SCHWARCZ, Lília Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil - 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

reconhecendo-o como parte de um processo “renovador de pensamento”: Esses eram elementos que indicavam ruptura com o “velho mundo mental”, ao irem deixando para trás uma “era portuguesa”, para iniciar-se uma brasileira em meados daquela década.<sup>38</sup>

Exemplo dos novos tempos foi a chegada às terras brasileiras da missão francesa, patrocinada pela coroa, em 1816, um dos elementos impulsionadores da vida cultural no então Reino Unido do Brasil, que, desde a vinda da corte à capital fluminense, vinha presenciando e concretizando atividades ligadas ao teatro, música e imprensa. A missão francesa, contratada com o intuito de modernizar as artes no Brasil, tinha, entre suas obrigações, a de fundar uma *Academia de Belas Artes* na capital fluminense. Essa delegação foi chefiada por Joaquim Lebreton, do *Instituto da França*, e contava com artistas de distintas especialidades. No entanto, a missão não funcionou como se esperava, devido a questões políticas e burocráticas, à hostilidade dos artistas portugueses e a deserções por parte de integrantes da missão.<sup>39</sup>

Mesmo com o seu fracasso parcial, o cultivo das artes e da literatura aumentou consideravelmente no reino. Já a produção intelectual continuava com forte perfil religioso, neoclássico e governamental. Isso se pode perceber pela observação das publicações da *Imprensa Régia*, como *Sinopse da Legislação Principal do Senhor D. João VI pela Ordem dos Ramos da Economia do Estado*, e a *Memória dos Benefícios Políticos do Governo de El-Rei Nosso Senhor D. João VI*, de José da Silva Lisboa, em 1818; ou o poema religioso *A Assunção*, do Frei Francisco de São Carlo, em 1819, e *Várias Sentenças de Ovideo*, traduzidas por João Alexandre Silva Paz em 1821.

Por outro lado, a circulação de livros aumentou à medida que diminuían as taxas de importação, até sua supressão em 1820. Com as reformas produzidas desde 1808, a vida intelectual e o “capitalismo editorial” ampliaram seus espaços de atuação em terras luso-americanas.<sup>40</sup> Assim como na vizinha Buenos Aires, as livrarias também passaram a se multiplicar no Rio de Janeiro e a trazer ao público autores estrangeiros, como Voltaire, Mably e Raynal.

<sup>38</sup> MARTINS, Wilson. *História da Inteligência Brasileira*. 3ª ed., vol. II, São Paulo, 2001, pp. 45-46 e 55-56.

<sup>39</sup> Idem, p. 57. Segundo Martins, vieram na missão Jean-Baptiste Debret (pintor), Nicolas Taunay (pintor), Auguste Taunay (escultor), Grandjean de Montigny (arquiteto), François Ovide (professor de mecânica), Simon Pradier (gravador) e François Bonrepos (escultor, ajudante de Taunay).

<sup>40</sup> Segundo Anderson, já no primeiro quartel do oitocentos a historiografia se estabeleceu como disciplina. De acordo com este autor, a função da língua escrita via imprensa foi relevante, porém não única, para a formação dos países americanos. No entanto, como ele adianta, isso não significa que houvesse uma ligação direta entre língua e Estado nacional, uma vez que observamos a fragmentação da América hispânica em diversas repúblicas. O Brasil figura como uma exceção, pois nele coincide a unidade territorial com a linguística, no tocante ao português. ANDERSON, Benedict, op. cit., 2008, pp. 82-83.

De acordo com Wilson Martins, as atividades dos intelectuais na capital fluminense vinham se intensificando desde 1821, quando um grupo se reuniu para a formação de “uma sociedade literária modelada pela Academia das Ciências de Lisboa”. Essa, conjuntamente com a *Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional*, formada em 1831, constituiu a base formadora do *Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* (IHGB), inaugurado em 1838.<sup>41</sup>

No final da agitada década de 1820, circulava uma literatura significativa sobre o Brasil, tanto no país quanto no exterior. Foi nesse período que veio à luz uma produção nacional, em busca de organizar os campos jurídico e literário. As recém-criadas faculdades de Direito organizavam elas próprias seus manuais, produzidos por seus lentes, já indicando as transformações ideológicas na produção local. Em 1829, Avelar Brotero, de São Paulo, publicou *Princípios de Direito Natural*, que sofreu críticas por trazer uma perspectiva modernizante e por aceitar o divórcio como solução jurídica. Nesse ano apareceu também uma antologia de poetas brasileiros, *Parnaso Brasileiro, ou Coleção das Melhores Poesias dos Poetas do Brasil, Tanto Inéditas Como Já Impressas*, de autoria de Januário da Cunha Barbosa. O perfil dessa obra estava ainda ligado ao neoclassicismo, o que leva Martins a considerar que a “geração da Independência, se olhava politicamente para o futuro, literariamente olhava para o passado”.<sup>42</sup>

A década seguinte, marcada pelo período das regências (1831-1840), foi caracterizada pela ausência do monarca no poder, com características que levaram alguns autores a considerar que este período constituiu a primeira experiência republicana brasileira. Esse tempo, de intensas transformações políticas e intelectuais, viu-se marcado por uma transição para a autoidentificação definindo aspectos relevantes da autoconstrução como nação. Sob influência da Europa e dos Estados Unidos, em um ambiente de expansão do capitalismo, as elites do país, que procuravam renová-lo e modernizar o Estado imperial, passaram a refletir e produzir sobre uma possível identidade brasileira.

O romantismo, que mostrava sua influência, incidia sobre o aparecimento de obras ligadas a questões da identidade local. Em 1835, em Porto Alegre, era publicada uma obra que buscava estabelecer normas sobre a língua nacional: a *Gramática da Língua Nacional*, por Antônio Álvares Pereira Coruja (1806-1889). Apesar da importância desse estudo, em 1836 aparecem dois trabalhos considerados mais marcantes para o início da produção do romantismo brasileiro: *Suspiros Poéticos e Saudades* (1836), de Domingo José Gonçalves de Magalhães (1811-1882), e a revista *Nitheroy*, que se extinguiu no segundo número. Outra

---

<sup>41</sup> MARTINS, Wilson, op. cit., pp. 133.

<sup>42</sup> Idem, pp. 175-178.

publicação de grande relevância para a construção da consciência nacional foi a *Minerva Brasileira*, lançada entre 1843 a 1845 por Gonçalves de Magalhães, Torres-Homem, F. Bernardino Ribeiro, Pinheiro Guimarães, Silva Maia, Joaquim Norberto.

Em 1835, observou-se ainda o aparecimento de um trabalho original sobre a situação social e cultural do país. Um pernambucano radicado na capital, José Inácio de Abreu e Lima, lançou um livro polêmico onde fazia duras críticas ao estado intelectual do Brasil e de suas instituições de ensino. O *Bosquejo histórico, político e literário do Brasil*, mesmo controverso, é considerado por alguns autores como um dos primeiros trabalhos que analisou as condições intelectuais brasileiras. Em um tom severo, que suscitou diversas críticas, assevera Abreu e Lima sobre a precariedade da *intelligentsia* do país:

He mister confessarmos, que em tudo somos medíocres e escassos, ainda mesmo no numero; apenas contamos meia dusia de velhos, cuja existência vai tocando o termo da vida, e de quem já pouco devemos esperar; e alguns mais moços que não querem desenganar-se.<sup>43</sup>

As ásperas palavras contidas no *Bosquejo histórico* levaram a discussão para um dos centros mais importantes do início do romantismo brasileiro, o da produção intelectual sob a forma de revista.

A *Minerva Brasiliense, Jornal de Sciencias, Letras e Artes*, publicada por “Huma Associação de Literatos” até 1845, teve seu primeiro número lançado em novembro de 1843, no Rio de Janeiro. Em um de seus artigos, *Da nacionalidade da literatura brasileira*, assinado por Nunes Ribeiro, podemos ler a sua opinião sobre o estado das ciências e das letras no país. Discordando explicitamente da análise que Abreu e Lima havia apresentado no *Bosquejo histórico* anos antes, o artigo sustentava que havia uma literatura no Brasil. Para Ribeiro, “nos combatemos a opinião do Sr. Abreu e Lima, porque estamos convencidos de que Portugal tem huma litteratura nacional, bella e rica em certos generos, que o Brasil tem a sua ainda mais notavel attendendo á recente data do cyclo litterario deste paiz”.<sup>44</sup>

Entanto, não deixava de tecer críticas à frágil produção nacional. Segundo o redator:

As sciencias phisicas e naturaes, complices que foram d'esse espirito immoral o vertiginoso da philosophia sensual, regeneradas por novos principios, dirigidas por tendencias novas, ricas de factos e inducções legitimas, de ha muito que diffundem luzes n'este império: honra seja feita às

<sup>43</sup> ABREU E LIMA, J. I. *Bosquejo histórico, político e literário do Brasil*. Cidade de Nictheroy: Tipografia de Rego e Comp., 1835, p. 72.

<sup>44</sup> *Minerva Brasiliense, jornal de Sciencias, Letras e Artes*. Nº. 1, Rio de Janeiro: na Typographia de J. E. S. Cabral, 1843, p. 112.

escolas e academias imperiaes, bem como á Sociedade Auxiliadora que vulgarisa alguns dos seus resultados praticos.

Se porem algum tanto satisfactorio he o estado da instrucção scientifica, lamentável nos parece o da instrucção litteraria, ao menos pelo lado theorico. Ella por tanto exige de nós hum estudo consciencioso o systematico. Devemos proceder á exposição dos princípios, á apreciação das obras nacionaes e estranhas, ao estudo comparativo, em fim das litteraturas antigas e modernas.<sup>45</sup>

A revista *Nitheroy, Revista Brasiliense. Sciencias, Lettras e Artes* fora outro acontecimento curto, porém marcante, da produção nacional daquele tempo. No primeiro dos seus únicos dois números, editados em 1836, um senso pragmático e voltado à análise da nação se apresentara ao leitor brasileiro:

O amor do paiz, e o desejo de ser útil aos seus concidadãos foram os únicos incentivos, que determinaram os auctores desta obra a uma empresa que, exceptuando a pouca gloria, que caberlhes pôde, nenhum outro proveito lhes funde.

Ha muito reconheciam elles a necessidade de uma obra periódica, que, desviando a attenção publica, sempre ávida de novidades, das diárias e habituaes discussões sobre cousas de pouca utilidade, e o que é mais, de questões sobre a vida privada dos cidadãos, os acostumasse a reflectir sobre objectos do bem comum, e de gloria da patria.

Tal é o fim a que se propoem os auctores desta *Revista*, reunindo todas as suas forças para apresentar em-um limitado espaço conciderações sobre todas as matérias, que devem merecer a seria attenção do Brasileiro amigo da gloria nacional.<sup>46</sup>

Discussões como essas, sobre o estado intelectual do Império do Brasil, começavam a tomar parte dos meios letrados, ao tempo que impulsionavam a organização de sociedades civis que, por sua vez, contribuiriam para o debate e mesmo a ação em relação a questões referentes ao nacional. De acordo com Lúcia Maria Paschoal Guimarães, a década de 1830 e o início da seguinte, consideradas de crise política, foram ricas em sociedades associativas. As forças políticas não estavam organizadas em partidos modernos, mas em facções. Foi esse o momento de gênese dos partidos políticos no Brasil e de seus programas. Começaram a aparecer os primeiros *Grêmios Patrióticos*, base das *Sociedades* que viriam a existir posteriormente e que guiarium aos debates políticos e culturais do país.<sup>47</sup>

<sup>45</sup> *Minerva Brasiliense, jornal de Sciencias, Letras e Artes*. nº. 4, Rio de Janeiro: na Typographia de J. E. S. Cabral, 1843, p. 7.

<sup>46</sup> *Nitheroy: Revista Brasiliense. Sciencias, Lettras e Artes*. Tomo I, nº. 1, Paris: Dauvin et Fontaine, Libraires, 1836, p. 6.

<sup>47</sup> GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal, "Liberalismo Moderado: postulados ideológicos e práticas políticas no período regencial (1831-1837)", in GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal; PRADO, Maria Emília (orgs). *O liberalismo no Brasil Imperial: origens, conceitos e práticas*. Rio de Janeiro: UERJ, 2001, pp. 103-126.

No final da década de 1830 e início da de 1840, o desenvolvimento intelectual brasileiro começou a distinguir-se progressivamente do ambiente encontrado na época da independência. O romantismo começava aos poucos a fazer parte do ambiente do meio cultural, com o início de sua presença na formulação de uma proposta de construção nacional. Além das faculdades, e da imprensa, formou-se em 1838 o *IHGB*, que contribuiu relevantemente para a produção histórica, geográfica e antropológica nacional. Foi aqui onde surgiu a historiografia oficial brasileira, que contribuiu relevantemente à compreensão e produção da identidade do país. Estavam lançadas as bases de um imaginário social referente à identidade da nação.

#### **2.1.4 – Comparando os ambientes**

Nas primeiras décadas do século XIX, a partir de um macro-ambiente ibero e sul americano compartilhado, esses três países trilharam caminhos diferenciados no processo de independência, na criação do Estado nacional e na edificação cultural.

Os destinos distintos das cortes portuguesa e espanhola imprimiriam suas marcas nos processos de emancipação do continente. As independências da Argentina e do Chile tiveram lugar logo no início da segunda década daquele século — em 1816 e 1818 —, seguidas de guerras civis, com a instituição de repúblicas e a abolição da escravidão negra em 1853 e 1823, respectivamente. A independência política do Brasil ocorreu em 1822, com a conservação da monarquia como sistema de governo e da família real no trono do império, mantendo uma situação econômica e social mais estável do que a das repúblicas hispânicas. Foram registrados conflitos sociais e políticos dispersos, com algumas exceções, como a Revolução dos Farrapos, que se prolongou por uma década (1835-1845), e os constantes movimentos da província de Pernambuco, em plena ebulição nos anos de 1817, 1824 e 1848. No Brasil, a escravidão negra perdurou até 1888.

Apesar das guerras civis durante a maior parte da primeira metade do século XIX, a Argentina produziu consideráveis obras românticas ainda na década de 1830. Em contrapartida, o Chile, que centralizou seu Estado no terceiro decênio, não desenvolveu uma produção consistente, enquadrada no romantismo, antes da década de 1860. O Brasil, por sua vez, a despeito de um processo de emancipação mais suave e de um menor desmantelamento do Estado, produziu na década de 1830 uma literatura romântica menos volumosa que a do Rio do Prata, porém bem anterior à do Chile.



No que se refere à circulação de obras, à imprensa e ao desenvolvimento da universidade, percebe-se um atraso considerável do Brasil, se o comparado com a América hispânica. Isso não significa afirmar que não houvesse controle sobre as obras lidas na América espanhola, nem que o sistema educacional fosse totalmente moderno e laico, pois existia uma convivência entre o velho e o novo mundo intelectual que constituía uma característica comum na América ibérica.

As reformas ilustradas realizadas por Carlos III e pelo marquês de Pombal haviam renovado consideravelmente o sistema de estudos das colônias. A ilustração ibero-americana produziu uma renovação menos radical do que a ocorrida na França ou Inglaterra, porém de acordo com a ilustração difundida e produzida na península ibérica. Deste lado do Atlântico, a ilustração, presente desde o início do século XVIII, fora avançando paulatinamente sobre os currículos e as propostas educativas ainda no tempo dos jesuítas. As mudanças educacionais reforçaram-se no final do século XVIII e, em boa medida, renovaram a formação escolar nas primeiras décadas do século XIX, principalmente após as independências. Nesse aspecto, produziram na América espanhola e portuguesa o acesso à ilustração.<sup>48</sup>

No entanto, no início do século XIX, a igreja ainda possuía relevante poder sobre as instituições de ensino na América portuguesa, na região do Prata e na Capitania Geral do Chile, onde permaneceram elementos da escolástica, mesmo com as críticas iluministas contra o escolasticismo, acolhidas na península e na América ibérica.<sup>49</sup> Todavia, na América hispânica, pela situação das instituições de ensino, cabia às instituições de nível superior fornecer o acesso a uma formação mais moderna. As leituras nas universidades coloniais estavam em consonância com a ilustração existente nas metrópoles. Assim, encontramos a

<sup>48</sup> CHIARAMONTE, José Carlos. *Pensamiento de la Ilustración. Economía y sociedad iberoamericanas en el siglo XVIII*. Caracas: Biblioteca Ayacucho, 1979. Disponível em: <<http://www.bibliotecayacucho.info/downloads/dscript.php?fname=Pensamiento.pdf>> (acessado em 11/02/2013).

<sup>49</sup> A escolástica à qual nos referimos está distante da vigente durante a Idade Média. A contrarreforma na península ibérica, em reação à reforma protestante, produziu no início do século XVI uma série de mudanças na escolástica. Com o Concílio de Trento (1545 a 1563), iniciou-se, no final do século XVI e início do XVII na Península e na América ibérica, um período de retrocesso das mudanças rumo à modernidade. Essa neoescolástica, que chegou à América naquele século, foi difundida pelas instituições de ensino nas colônias; mais estereotipada, tomava conta do ambiente intelectual peninsular e americano, sob a forma de uma tendência que permaneceu até meados do século XVIII. Com as reformas do despotismo ilustrado, de Carlos III e do Marquês de Pombal, houve novamente um processo de transformação nos paradigmas intelectuais. Dessa vez, as propostas produziram maiores efeitos sobre a hegemonia da escolástica, que, amplamente modificada, cedeu espaço a transformações produzidas pela modernidade, acolhendo uma nova forma de pensar, filosofar, ensinar e conceber o mundo. Para acompanhar os processos de transformação ocorridos na escolástica no mundo ibérico, ver: MONAL, Isabel, *Las ideas en la América Latina. Una antología del pensamiento filosófico, político y social*. La Habana: Casa de las Américas, 1985. Disponível em: <<http://cvirtual.filosofia.cu/sub-comunidades/catedra-jose-marti/03%20la%20filosofia%20en%20la%20America%20Latina%20en%20la%20epoca%20colonial.doc/view>> (acessado em 11/01/2013).

geração da independência formada pelos clássicos ilustrados produzidos na Europa, principalmente os ligados à economia política.

Em relação à contribuição estrangeira para os avanços de instituições educacionais, culturais, econômicas e políticas, as Províncias Unidas do Rio da Prata trilharam um caminho avesso ao do Império do Brasil e ao da República do Chile. No governo de Bernardino Rivadavia, houve a tentativa de atrair estrangeiros para a Universidade de Buenos Aires. Porém, a guerra civil enfraqueceu esses intentos, em uma tendência que se viu reforçada com o que José Luis Romero chamou de “política xenófoba de Rosas”.<sup>50</sup> Assim, enquanto o Brasil e o Chile recebiam europeus para fomentar sua cultura — e, no caso do segundo, como já se viu, também vários hispano-americanos —, no Prata os intelectuais migravam do país, fugindo à ditadura de Manuel Rosas. De fato, parte da produção intelectual argentina foi publicada no exterior, como nos casos de *Dogma Socialista*, de Esteban Echeverría, editado no Uruguai em 1846,<sup>51</sup> ou de *Facundo*, de Sarmiento, de 1845, e *Bases y puntos de partida para la organización política de la Confederación Argentina*, de Alberdi, publicado em 1852, ambos no Chile. No Brasil, foi registrada uma situação intermediária, com uma presença de intelectuais estrangeiros menor do que no Chile, porém mais incisiva do que a registrada na Argentina.

Na região do Prata, o *Salón Literario*, de maneira distinta ao que aconteceu com o *IHGB*, não possuía uma filiação com o Estado. O *IHGB* recebera, já no início de seu labor, o apoio dos regentes e, depois, de seu membro mais ilustre, o Imperador. Tratava-se de um apoio que significava um funcionamento com amparo oficial, o qual incluía verbas para as suas atividades. O *Salón* foi uma organização que, ainda tendo contado com uma simpatia e apoio inicial de Rosas, logo passou a ser tratada como um inimigo, por sua postura crítica. Seus membros sofreram censura e muitos tiveram que buscar o exílio, onde continuaram suas atividades intelectuais e de combate político. Ainda que em menor escala, pode-se dizer que no Chile a *Sociedad Literaria*, apesar de sua curta vida, também incomodou a política conservadora da época.

Assim era o ambiente inicial de chegada, expansão e assimilação dos movimentos liberais e românticos vindos da Europa. As elites locais se apropriaram do ideário dessas

---

<sup>50</sup> ROMERO, José Luis. *Las ideas políticas en Argentina*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, [1956] 2010, p. 130.

<sup>51</sup> A obra de Echeverría foi publicada no exterior, e, como se afirmou, em um momento posterior (1846). Porém, há que ressaltar que fora gerada, como o próprio autor afirma em sua introdução, nas discussões feitas pelos membros da *Asociación de Mayo* em 1837. Deve se recordar, também, que Echeverría permaneceu na Argentina até 1839.

escolas e passaram a produzir o material intelectual requerido para a forja das nações ibero-americanas. Para Benedict Anderson, nesse momento tratava-se de criar, sobretudo por meio de textos, de convenções, símbolos e rituais, as bases para uma *comunidade imaginada*. Dessa maneira, em num primeiro momento, a coletividade que se imagina (neoclássica) como nação se reduziu praticamente às elites que redigiram e juraram constituições políticas, fundando repúblicas/monarquia aristocráticas/oligárquicas. Algumas décadas depois, essas comunidades passariam a ser imaginadas/construídas sob o signo do romantismo, procurando incluir as identidades de seu “povo” respectivo e suas características nacionais.<sup>52</sup>

Era necessário, ainda, inculcar nesse mesmo “povo” uma série de conhecimentos e sentimentos que o fizesse sentir pertencente a uma determinada nação. Em boa medida, as instituições educacionais, os periódicos e os livros foram importantes ferramentas utilizadas na edificação nacional. No entanto, para isso era preciso levar as ideias das elites às classes médias, ampliando o sistema educacional e o mundo letrado. Dita expansão ocorreu, embora a passos lentos. Os esforços do início do século estavam longe de ideias mais progressistas de defesa da universalização da alfabetização e do aumento de estudantes nas universidades.

## **2.2 – Instituições de ensino: a organização pela via do Estado**

Nos três países sobre os quais se comenta, as instituições de ensino e a organização do sistema educacional enveredaram por caminhos distintos. É verdade que colégios, academias, institutos e universidades participaram ativamente da construção intelectual das nações no século XIX. No entanto, pelas diferenças quanto ao papel e alinhamento ideológico, concepção de ensino e de ciências vivenciados nos diversos ambientes sociopolíticos, as teorias que influenciavam liberais, conservadores católicos, românticos e positivistas foram apropriadas e aplicadas de maneiras específicas de acordo com o ambiente de cada Estado nacional.

Na busca pela formação de uma nação com experiências coletivas, adquiridas através da educação formal, foi comum o investimento do Estado em instituições de ensino e na cultura escrita. Segundo Hobsbawm, os avanços das escolas e das universidades contribuíram para o progresso dos nacionalismos na Europa, embora fosse pequeno o número de estudantes. No fim do século XVIII e no alvorecer do novo século na Europa, algumas

---

<sup>52</sup> ANDERSON, Benedict, op. cit., pp. 84-106.

instituições de ensino foram criadas e outras, renovadas.<sup>53</sup> Assim aconteceu com a abertura da *Escola Normal Superior* e o *Museu Nacional de História Natural* (1794), a *Escola Politécnica* (1795) em Paris e a *Universidade de Berlim* (1806-1810), que viria a ser o modelo de universidade seguido mundialmente.<sup>54</sup>

A expansão do ensino e da cultura letrada podia ser verificada em diversas partes do mundo ocidental. Em sua peregrinação pelos Estados Unidos entre 1831 e 1832, Alexis de Tocqueville (1805-1859) ficou surpreso pela amplitude que o sistema educacional atingira, veiculando saberes que foram internalizados por grande parte da população. Segundo Tocqueville, ao comentar sobre o país visitado, “a instrução primária está ao alcance de todos; a instrução superior quase não está ao alcance de ninguém”. Além dessa universalização da educação fundamental, Tocqueville apontava o papel utilitarista que era dado ao ensino formal no país em questão:

Na Nova Inglaterra, cada cidadão recebe as noções elementares dos conhecimentos humanos; aprende além disso quais são as doutrinas e as provas de sua religião; fazem-no conhecer a história de sua pátria e as principais características da constituição que a rege. Em Connecticut e em Massachusetts, é raríssimo encontrar um homem que saiba apenas de maneira imperfeita todas essas coisas, e quem as ignora absolutamente é, de certo modo, um fenômeno.<sup>55</sup>

Na América ibérica, as instituições educacionais também foram decisivas na criação de um sentimento pátrio para uma comunidade imaginada, através das letras e de sua divulgação. No entanto, Anderson não concorda com esta perspectiva, ao entender que “[a]s instituições acadêmicas foram insignificantes para os nacionalismos americanos”, uma vez que eles próprios viriam a criar as instituições.<sup>56</sup> No entanto, a presença de instituições de

---

<sup>53</sup> VESURI, Hebe, “La ciencia en América Latina, 1820-1870”, in VÁZQUEZ, Josefina, Z., op. cit., pp. 537-553. Vesuri considera que os países não europeus adotaram “*variantes del modelo de ciencia europea como componentes del proceso de incorporación al concierto de las naciones soberanas*”. HOBBSBAWN, Eric, op. cit. pp. 151-158.

<sup>54</sup> Idem, p. 303.

<sup>55</sup> TOCQUEVILLE, Alexis. *A democracia na América: leis e costumes de certas leis e certos costumes políticos que foram naturalmente sugeridos aos americanos por seu estado social democrático*. São Paulo: Martins Fontes, 2005, pp. 61, 355.

<sup>56</sup> ANDERSON, Benedict, op. cit., p. 112, nota de rodapé nº. 11. Essa nota de Anderson contrasta com a afirmação mais geral de Hobsbawm, que deixa em aberto a possível influência dos sistemas escolar, incluindo o superior, fora da Europa oitocentista, no que toca ao avanço do nacionalismo. Conforme a análise do segundo, o papel dos 6 mil estudantes universitários existentes na França em 1789 teria sido “ínfimo, mas estratégico”; já, por volta de 1830, (“*nobody could possibly overlook such a number of young academics*”), “ninguém poderia ignorar tal número de jovens universitários”, em tradução nossa. Tratava-se de 19 mil estudantes no *lycée* francês em 1842, 20 mil colegiais na Rússia imperial (que contava com uma população de 68 milhões de habitantes), totalizando, provavelmente, 48 mil universitários em toda a Europa em 1848. HOBBSBAWN, Eric J. *The Age of Revolution 1789-1848*. Nova York: Vintage Books, 1996, p. 135. Em termos de percentagens, os 6

ensino superior na América ibérica era uma realidade desde os tempos de colônia. Algumas delas tinham adquirido uma importância considerável, como no caso do centro universitário de Charcas, onde se formou boa parte da *intelligentsia* platina e andina. Após as independências, a necessidade de expandir os nacionalismos, em grande parte fruto das concepções das elites, foi central à edificação de entidades que promovessem as características nacionais e pregassem o sentimento identitário nacional. Dessa forma, o papel das instituições de ensino e pesquisa resultou fundamental nos países americanos. Na América, diferentemente da Europa, como postulam Hobsbawm e Anderson, a língua de fato não foi uma questão problema na formação das nações. No entanto, a criação de uma tradição e de um passado, em meio a rupturas com as antigas metrópoles, teve uma relevância notável nos meios acadêmicos, sobretudo neste estudo entre intelectuais chilenos e argentinos.

De maneira geral, no mundo transatlântico a educação foi uma atividade que cresceu consideravelmente a partir do final do século XVIII, e cuja importância foi cada vez mais reconhecida. Na América ibérica, o sistema educacional não conseguiu se expandir de forma imediata após os processos de emancipação, sobretudo por causa dos conflitos daquelas décadas, que produziram um empobrecimento na chegada da ilustração ao continente, reforçado pela escassez de estabelecimentos, livros e profissionais. A organização de um sistema educacional nos países americanos resultou, portanto, uma tarefa difícil, com idas e vindas, e que demorou várias décadas para se estruturar.<sup>57</sup>

### 2.2.1 – As primeiras letras e o ensino secundário

---

mil estudantes franceses em 1789 correspondem a um 0,024% de sua população, à época de 25 milhões de pessoas. Com ascenso médio anual de 0,27%, até 1815, e de 0,59% até 1845, em 1842 os 19 mil estudantes do *lycée* equivaliam a uns 0,061% de uma população, de, aplicadas as percentagens, 30.848.515 habitantes. Pelo menos em termos relativos, “tal número”, embora tenha triplicado, não era tão destoante assim entre 1789 e 1842. PIERENKEMPER, Toni. *La industrialización en el siglo XIX. Revoluciones a debate*. Madri: Siglo XXI de España Editores, 2001, p. 72. Quanto ao Brasil, Antônio Carlos Pereira Martins afirma que “[a]té o final do século XIX existiam apenas 24 estabelecimentos de ensino superior no Brasil com cerca de 10.000 estudantes”. MARTINS, Antônio Carlos Pereira, “Ensino superior no Brasil: da descoberta aos dias atuais”, São Paulo: Acta Cir. Bras., vol. 17, supl. 3, 2002, p. 1. Acompanhando agora a questão demográfica, Tarcísio Rodrigues Botelho traça um levantamento que abrange desde “uma população estimada em 2,4 milhões de pessoas” na América portuguesa em 1808, passando por 3,6 milhões de habitantes em 1818, 3.960.866 de pessoas em 1823, 7.677.800 em 1854, até o Recenseamento Geral do Império, em 1872, que “apurou um total de 9,97 milhões de brasileiros”. Assim, como elemento de comparação meramente ilustrativo, a percentagem de estudantes brasileiros no nível superior no final do século XIX, à luz dos dados anteriores, poderia rondar os 0,1%. BOTELHO, Tarcísio Rodrigues, “População e espaço nacional no Brasil do século XIX”, in *Cadernos de história*, Belo Horizonte: Editora PUC-Minas, vol. 7, nº. 8, 2005, pp. 74, 77-79.

<sup>57</sup> WEINBERG, Gregorio, “Educación y Sociedad”, in *Historia general de América Latina. La construcción de las naciones latinoamericanas, 1820-1870*. Paris: Unesco; Madri: Trotta, 2003.

Na América ibérica, após 1808, iniciou-se uma transição gradual do Estado colonial, em direção ao Estado moderno e nacional. Para a formação dessa entidade, advento da modernidade, precisava-se construir uma série de âmbitos que permitissem que o novo Estado cumprisse com seu papel soberano. Nessa direção, em um primeiro momento buscou-se erigir um aparato administrativo centralizado e uma ideia internalizada de identidade coletiva. O novo modelo administrativo, que unia a ideia de nação com a organização de um Estado, precisava se constituir, com vistas a estabelecer e ampliar seu raio de ação. Para a concretização do Estado, que visava a ser nacional, era preciso dar forças aos nacionalismos da primeira metade do século XIX pela expansão do aparato estatal e o desenvolvimento de instituições que ampliassem as ideias de nação. Entre os diversos representantes do Estado, as instituições educacionais, promotoras da padronização de uma ideia de nação, tiveram uma forte importância nos países ibero-americanos.<sup>58</sup> Assim, embora os nacionalismos fossem centrais para a construção do Estado, as instituições estatais foram essenciais para a internalização e expansão das identidades nacionais e de um sentimento de pertencimento.

Dos três países discutidos, o Chile foi o que primeiro conseguiu centralizar o Estado e também organizar seu sistema de ensino, na metade inicial daquele século. Apesar das divergências no interior das classes dominantes, liberais e conservadores estavam de acordo em dedicar importantes esforços para a educação e a expansão da cultura escrita em seu território.<sup>59</sup> No Chile, mesmo com a centralização precoce do Estado, apenas em 1842 surgiu uma universidade moderna, porém sob o signo dos novos tempos. No entanto, as instituições secundárias já estavam funcionando, desde a primeira década, dentro de uma perspectiva modernizante. Por sua vez, na Argentina, ainda com a tardia centralização do Estado, a universidade moderna surgira com mais de 20 anos de antecedência, em 1821, com a criação *Universidad de Buenos Aires*, na mesma década em que se renovaram as instituições secundárias. Finalmente, no Brasil, ainda com a manutenção de uma maior estabilidade política, a universidade enfrentou grande resistência das elites no processo de independência, surgindo apenas faculdades na década de 1820. Nas escolas secundárias e academias, deu-se uma renovação com o Seminário de Olinda, e com a inauguração da *Academia Militar*, em 1811, e do *Colégio Pedro II*, aberto em 1837 no Rio de Janeiro.

---

<sup>58</sup> OZLAK, Oscar. *La formación del Estado argentino*. Buenos Aires: Emecé, 2009. Ozlak dá preferência à análise da construção do Estado argentino no avanço e na organização econômica e administrativa do Estado, alcançada com a estabilidade política do país, iniciada na década de 1860 e relacionada à internacionalização da economia capitalista no continente latino-americano.

<sup>59</sup> ARNOUX, Elvira Narvaja de, op. cit.

Os liberais que chegaram ao poder após o processo de independência política, de modo geral, combateram as instituições educacionais coloniais, ligadas à Igreja, ao mesmo tempo em que buscavam construir novas instituições, liberais e modernas. A gestão desses conflitos, permeados por distintas questões, entre liberais, conservadores, unitários, federais e a Igreja, com o avanço do positivismo na segunda metade do século XIX no âmbito da educação nacional, tornou-se mais árdua pelos seus projetos nacionais conflitantes.<sup>60</sup> Estas disputas foram sentidas em todos os níveis do sistema educacional.<sup>61</sup>

O ensino primário foi o nível por que os governos iniciaram seus projetos de nacionalização do sistema, devido ao elevado analfabetismo registrado á época e às péssimas condições das estruturas educativas. Assim, no projeto de organização de um sistema educacional na América, foi comum o investimento nas “primeiras letras”. A falta de professores capacitados constituía um obstáculo comum enfrentado no continente. A profissão não era prestigiada e os salários eram baixos. Em geral, o corpo docente era composto de pessoas pobres, brancas — como era exigido — e que soubessem ler, escrever e contar.<sup>62</sup>

O colégio mais antigo do atual território argentino foi uma instituição secundária criada em Córdoba no ano de 1687 pelos jesuítas, o *Colégio Montserrat*, o qual, ainda tendo se constituído em uma das principais instituições da região, não resistiu aos avanços secularizantes que sofreu no começo do século XIX, juntamente com a *Real Universidad de San Carlos*, de quem era subsidiário. Ao se tornar capital do Vice-reino do Rio da Prata, Buenos Aires passou a contar com o *Real Colegio de San Carlos* desde 1783, data de sua fundação, também uma importante referência regional na área da educação e que contava com estudantes de outras cidades entre seus frequentadores. O colégio transformou-se posteriormente no *Colegio de la Unión del Sur*, em 1818, instituição em que se estudavam latim, filosofia, teologia e moral.<sup>63</sup>

---

<sup>60</sup> PRADO, Maria Lígia Coelho. *América Latina no Século XIX: Tramas, Telas e Textos*. São Paulo, Editora Universidade de São Paulo, 2004, p. 94.

<sup>61</sup> A perda de espaço da Igreja não está restrita apenas ao nível intelectual e ideológico, recaindo também sobre suas posses na península e na América ibérica. No entanto, esse processo não ficou restrito à Igreja católica, ao fazer parte das transformações que a propriedade sofreu na era moderna. As terras e os bens eclesiásticos passaram por um processo de apropriação pelas monarquias a partir do século XV, que se intensificou com as reformas ilustradas em meados do século XVIII e com a formação dos Estados nacionais no início do século XIX. Sobre o assunto, ver: PRIEN, Hans-Jürgen & MARTÍNEZ DE CODES Rosa María (orgs.), “El Proceso Desvinculador y Desamortizador de Bienes Eclesiásticos y Comunales en la América Española Siglos XVIII y XIX”, in *CUADERNOS DE HISTORIA LATINOAMERICANA*, n.º. 7, Ridderkerk: Ridderprint; AHILA, Asociación de Historiadores Latinoamericanistas Europeos, 1999. Disponível em: <<http://gustavo.netne.net/Libros/AHILA/Cuaderno-07.pdf>> (acessado em 17/02)2013).

<sup>62</sup> WEINBERG, Gregorio, op. cit., p. 574.

<sup>63</sup> BUCHBINDER, Pablo. *Historia de las universidades argentinas*. Buenos Aires: Sudamérica, 2010.

A modernização e a nacionalização do ensino desenvolveram-se com maior intensidade a partir de 1821, com a eleição, como governador de Buenos Aires, de Bernardino Rivadavia, o qual empreendeu uma série de reformas na cidade em diversos âmbitos. No campo da educação, a reforma atingiu todos os níveis de ensino. Além da universidade, criou várias instituições, como a *Academia de Medicina*, a de *Ciencias Físicas y Matemáticas* e o *Colegio de Ciencias Naturales*.

Fazia parte das reformas abordadas a transformação do antigo *Colegio de la Unión del Sur* no *Colegio de Ciencias Morales*, em 1823, inserida nos esforços de modernização das letras nas Províncias Unidas do Rio da Prata. Aquela instituição estava subordinada à nova universidade, criada no mesmo ano em Buenos Aires, a qual o administrava através do *Departamento de Primeras Letras*. Seu sistema de ensino era o lancasteriano, como na maior parte da América. Em suas instalações dispunha de uma pensão para os alunos e oferecia bolsas de estudos a estudantes das províncias do Interior e do Litoral, em um intento de criar uma elite padronizada nas demais províncias, seguindo um modelo portenho.<sup>64</sup>

Na América portuguesa, como apontado, as restrições à imprensa e a ausência de universidades promoveram um ambiente distinto da América hispânica.<sup>65</sup> Assim, em relação às instituições de ensino superior, embora a América hispânica e a portuguesa tenham desenvolvido trajetórias educacionais com aspectos semelhantes, fizeram-no em tempos distintos. No Brasil, a educação no período colonial ficou principalmente por conta dos colégios jesuítas, que se preocupavam em catequizar os indígenas e ensinar as primeiras letras a um reduzido segmento dos colonos. Com a expulsão da Companhia de Jesus em 1759 e as reformas pombalinas de modernização do Estado português e suas colônias, o sistema educacional brasileiro tornou-se ainda mais incipiente e caótico, voltando a organizar-se com a chegada da corte portuguesa ao continente em 1808.

A subida do príncipe regente ao trono de Portugal, em 1799, incentivou a implantação das aulas régias na América portuguesa. No entanto, seu funcionamento resultava precário. Eram oferecidas nas casas dos próprios professores e não possuíam uma estruturação pré-concebida. Incluíam aulas de latim, grego e filosofia, entre outras disciplinas. Simultaneamente, funcionavam as aulas dos seminários e de colégios de diversas ordens religiosas. No Rio de Janeiro, os franciscanos organizaram cursos de filosofia e teologia, que

---

<sup>64</sup> TERNAVASIO, Marcela. “Las reformas rivadavianas en Buenos Aires y el Congreso General”, pp. 159-198, in GOLDMAN, Noemí (coord.). *Nueva Historia argentina. Revolución, República, Confederación (1806-1852)*. Tomo III. Buenos Aires: Editora Sudamericana, 1998.

<sup>65</sup> Na América hispânica, a imprensa se fez presente simultaneamente ao processo de colonização. Em 1535 chegou ao México a primeira imprensa e, em 1581, em Lima começaram as atividades de impressão.



funcionavam como uma faculdade nos moldes da *Universidade de Coimbra*, reformada por Pombal. A instituição tinha por fim formar sacerdotes e, em menor número, leigos. Nela aprendiam-se, como curso *menor*, grego, hebraico e retórica, com a duração mínima de um ano, e no curso *maior*, de três anos, estudava-se filosofia.<sup>66</sup>

Um dos passos iniciais para a modernização do ensino na colônia portuguesa foi dado na província de Pernambuco, com a presença do *Seminário de Olinda*. Tinha sido proposto pelo bispo Azeredo Coutinho, um liberal que havia estudado letras e filosofia na *Universidade de Coimbra*. Aquela instituição foi pioneira no Brasil, do ponto de vista educativo, ao estar entre os primeiros estabelecimentos de ensino a romper com a tradição jesuítica e a oferecer uma formação moderna. Após um período sem funcionar, o *Seminário* foi reaberto em 1800 e começou a oferecer uma formação onde se mesclavam o modelo jesuítico e as propostas mais inovadoras e modernizantes. Essa instituição resultou, assim, um dos principais representantes na colônia das novas ideias incorporadas à educação formal pós-reformas pombalinas.<sup>67</sup>

Depois de 1808, começou a surgir uma série de novos estabelecimentos formativos. O primeiro foi a *Academia Real Militar no Rio de Janeiro*, em 1810; em seguida vieram os cursos jurídicos, em 1827, em São Paulo e Olinda, e as Faculdades de Medicina, em 1832, em Salvador e no Rio de Janeiro. Segundo Prado, a universidade tardou a surgir no Brasil, por existirem diversos setores liberais e, posteriormente, sobretudo após 1870, positivistas, contrários ao surgimento de tal instituição, por considerá-la arcaica, elitista e pouco produtiva com seus bacharéis. Os positivistas brasileiros eram adeptos da criação de cursos técnicos e profissionalizantes, com escolas politécnicas como a do Rio de Janeiro, lançada em 1874, e a de São Paulo, cujas atividades se iniciaram em 1893.<sup>68</sup>

A influência das novas formas de organização sobre o ensino no Brasil pode ser sentida na proposta de Abreu e Lima, que em 1819 se incorporara, em Angostura, aos exércitos independentistas liderados por Bolívar. Sua passagem pela *Academia Real Militar* no Rio de Janeiro imprimiu forte presença no projeto educativo ofertado aos patriotas em Angostura (ver capítulo III). Desde as páginas do jornal revolucionário *Correo del Orinoco*, o pernambucano propôs, em 03 de junho de 1820, a organização de escolas para a formação de militares, com relevantes bases científicas modernas.

---

<sup>66</sup> SAVIANI, Demerval, *História das ideias pedagógicas no Brasil*. Campinas: Autores Associados, 2011.

<sup>67</sup> ALVES, Gilberto Luiz. *O Pensamento Burguês no Seminário de Olinda: 1800-1836*. Ibitinga, SP: 1993.

<sup>68</sup> PRADO, Maria Lígia Coelho, op. cit., pp. 106-8, 111.

Reunidos algunos jóvenes iniciados en bellas letras, y que quisieran seguir la carrera de las armas, podrian con el socorro de un preceptor estudiar en poco tiempo un poco de Aritmética, Geometría rectilínea, Trigonometría hasta la resolución de los Triángulos rectángulos : todo esto se aprende con deseos y eficacia en tres meses de efectivo estudio : despues pasarian à oír la explicacion de Fortificacion pasagera, reducida al método modernísimo de Mr. *Guy de Vernon*, Catedrático en la Escuela Politechnica ; los principios de Geodesia en la parte delineativa, y un poco de Táctica elemental, que tambien se estudia con el mismo método en tres mes. Aquí tiene V. en seis mes un Oficial que en campaña se puede llamar facultativo ; pero si se reúne un poco de conocimiento en Estática, y Dinámica, principios de estrategia, como sean, reconocimiento, rasgo de vista militar, posiciones, baterías, castramentacion, &c. que, a pesar del número de cosas, no abulta mucho en materia, y se estudia en tres meses, entonces en todas las partes del mundo se le puede llamar Ingeniero. Tiene V. nueve meses para crear un buen Oficial, ô un Cuerpo de Oficiales, que sin deshonor de las bellas Artes, puede merecer la denominacion de Ingeniero. Esto abulta mucho para el exterior, y en el interior anima à la juventud, y hace abrazar la carrera militar con mas ventaja, que con saber solamente presentar las armas. Un militar asi iniciado que comprende el arte de la guerra, se forma, si tiene deseos, un gran General en su gabinete ; lee la historia, observa las ventajas de la una, y refuta los errores de la otra, y fácilmente concibe la ligazon de una campaña en el movimiento de diferentes cuerpos, por diversos campos, y à diferentes fines : esto se llama líneas de operaciones, que nacen del conocimiento Topográfico, y del talento, raras veces concedido, de combinar.<sup>69</sup>

A nacionalização educacional no Império do Brasil começou no ano seguinte à proclamação da independência. Em 1823, estabeleceu-se uma Comissão de Instrução Pública da Assembleia Constituinte e Legislativa, onde se discutiram diversos aspectos do sistema educacional brasileiro. Os modelos estabelecidos visavam a uma educação hierarquizante e elitista, conforme o modelo apresentado por Martim Francisco de Andrada, um dos irmãos Andrada, em sua *Memória de Martim Francisco*, que estabelecia três ciclos de ensino. Seu projeto apoiava-se nas ideias de Condorcet, porém trocando as categorias “sociedade” e “cidadãos” por “soberanos” e “vassallos”, ademais de eliminar a palavra “igualdade”. No entanto, este projeto foi esquecido.<sup>70</sup>

Em março de 1824, o imperador promulgou a primeira Constituição do Império do Brasil, em cujo artigo 179 constava que haveria “instrução primária e gratuita para todos os cidadãos”. Em 1826, o Parlamento foi reaberto e a questão da instrução pública nacional voltou a ser discutida. Januário da Cunha Barbosa propôs um projeto que regulamentava o ensino, distribuído agora em quatro níveis: 1º grau: pedagogia, 2º grau: liceus, 3º grau: ginásio e 4º grau: academias. Apontava-se para a construção de um sistema, sobretudo nos dois

<sup>69</sup> MORENO, Gerardo Rivas (Editor). *Correo del Orinoco*. Bogotá: edição fac-simile, 1998, p. 262.

<sup>70</sup> SAVIANI, Demerval, op. cit., p. 120.

últimos níveis, voltado à ciência e ao mundo do trabalho. No entanto, a proposta não foi aprovada.<sup>71</sup>

Em outubro de 1827, a Câmara de deputados aprovou um projeto que criava as Escolas de Primeiras Letras, as quais deveriam se estabelecer nacionalmente. Ditas escolas ensinariam a leitura, escrita, gramática da língua nacional, as quatro operações matemáticas, noções de geometria, de ciências naturais e das ciências da sociedade (história e geografia), além de doutrina católica, apostólica e romana. O método utilizado consistiria no “ensino mútuo”, o método de Lancaster, proposto em 1808 e tornado oficial em 1827, visando atingir rapidamente um grande número de alunos.

A última reforma que vamos abordar foi estabelecida pelo ministro Luiz Pereira Couto Ferraz em 1854 e ficou conhecida como Reforma de Couto Ferraz. No que diz respeito à organização do ensino, propunha que a escola primária fosse dividida em duas, escolas de primeiro e segundo grau, sendo a instrução secundária ministrada no *Colégio Pedro II*. Esta foi uma reforma centralizadora e que propunha um ensino amplo aos maiores de sete anos, excluídos os escravos. A proposta não introduzia profundas mudanças nos currículos, embora os adaptasse em maior grau à vida profissional. Esta reforma, também, afastava-se do método de Lancaster e organizava o processo de ensino por meio de concurso geral.<sup>72</sup>

O *Colégio Pedro II*, o mais prestigiado do império, foi inaugurado em 1837 e direcionado para as elites. Seu ensino se destacava quanto à qualidade, até em comparação à maior parte dos estabelecimentos de ensino superior. Os ingressantes nas instituições superiores viriam a ser, majoritariamente, egressos do *Colégio*. Esta situação contribuiu para a formação de entidades particulares nas províncias, fato que difundiu a modernização e ampliação do ensino no país.<sup>73</sup> A instituição imperial, modelo para as demais organizações públicas, servia de inspiração direta às outras entidades educacionais no país. Os manuais e métodos ali adotados eram exportados aos demais colégios e faziam sentir a influência da corte nas demais localidades. Quando o *Colégio Pedro II* adotou o “ecletismo espiritual”, de Victor Cousin, como filosofia oficial, tornou-se obrigatório para as demais instituições de ensino secundário.<sup>74</sup>

Os estabelecimentos da educação republicana no Chile têm raízes ainda na época de O’Higgins, que pretendia estabelecer o Método de Lancaster no país, segundo o qual o aluno

---

<sup>71</sup> Idem, pp. 124-125.

<sup>72</sup> Idem, pp. 130-133.

<sup>73</sup> WEINBERG, Gregorio, “Educación y Sociedad”, in VÁZQUEZ, Josefina, op. cit., p. 593.

<sup>74</sup> SAVIANI, Demerval, op. cit., 2011, p. 118. WEINBERG, Gregorio, op. cit

de um nível superior ensina ao de nível inferior. Não era articulado em níveis seriados, pelo qual permitia que se formassem simultaneamente crianças e adultos. Esse método teve boa acolhida na América ibérica devido à falta de estrutura e de profissionais na área de educação, problemas que, nos primeiros anos após a independência, se intensificariam. A situação levou à aceitação do método por diversos países, como Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, México e Uruguai, apenas para exemplificar aqueles onde teve melhor acolhida. Entretanto, o sistema não atingiu os resultados pretendidos.<sup>75</sup>

A modernização do ensino chileno ocorreu na primeira década do século XIX. Em 1813, criou-se o *Instituto Nacional*, a partir da fusão de quatro instituições educacionais coloniais e com o apoio de intelectuais ilustrados, como Juan Egaña e Camilo Henríquez, dessa forma convivendo traços clássicos e modernos. Com a restauração espanhola, a instituição foi fechada em 1818, para novamente ser reaberta com o progresso dos liberais de O'Higgins, de forte postura anticlerical. As disciplinas oferecidas no estabelecimento eram o latim, o francês e o inglês, filosofia, direito, economia política, matemática, teologia e medicina. O *Instituto* serviu de modelo para a criação de outros estabelecimentos em La Serena e Concepción. Durante a administração do presidente Francisco Antonio Pinto (1827-1829), iniciou-se em 1827 a abertura de um instituto em Talca. Em 1829, surgiram duas instituições em Santiago que eram abertamente concorrentes: o *Liceo de Chile*, de cunho mais liberal, e o *Colegio de Chile*, onde estudavam membros das famílias mais conservadoras e cujo diretor era Bello.<sup>76</sup>

Andrés Bello, um dos principais impulsionadores do sistema educacional no país, considerava que educação era algo essencial para o estabelecimento da república, pois, uma vez que não havia rei, resultava necessário que os homens tivessem virtude para manter o sistema democrático de governo. A forma de alcançar dita virtude passava pela instrução, tanto primária, para as massas, quanto de nível universitário, para a elite.<sup>77</sup>

Visando a melhorar as condições educacionais, foi criada, em 1842, a *Escuela Normal de Santiago*, a primeira na América do Sul, dirigida por Domingo Faustino Sarmiento. Esse foi um passo importante, visto que se pretendia atender a falta de professores que atingia, não só o Chile, mas a América ibérica de forma geral, em um modelo viria a ser seguido por

---

<sup>75</sup> WEINBERG, Gregório, “Modelos educacionais no desenvolvimento histórico da América Latina”, in RAMA, Germán et al. *Desenvolvimento e Educação na América Latina*. São Paulo: Cortez Editora, 1983.

<sup>76</sup> EYZAGUIRRE, Jaime. *Historia de las instituciones políticas y sociales en Chile*. Santiago de Chile: Universitaria, [1967] 2011, pp. 86-87.

<sup>77</sup> JAKSIC, Iván A. *Andrés Bello: La pasión por el orden*. Santiago: Universitaria, 2010, pp. 175-176.

vários países americanos.<sup>78</sup> O sanjuanino, durante toda sua vida, esteve envolvido com questões pedagógicas, promovendo a edificação de estabelecimentos de ensino e refletindo sobre o processo educativo. Pesquisou tais questões em muitos países e escreveu diversas obras acerca desses temas, como *Educación popular*, *Educación común* e *Las escuelas: base de la prosperidad y de la República en los Estados Unidos*.<sup>79</sup>

### 2.2.2 – As universidades

A universidade percorreu um caminho muito distinto nas Américas portuguesa e hispânica. Nesta última, a instituição surgiu em meados do século XVI, tendo se estabelecido a primeira em 1538, em Santo Domingo, e as seguintes em 1551, no México e em Lima. Entre 1538 a 1812, a coroa espanhola criou trinta universidades nos territórios hispano-americanos. Com as transformações ocorridas de mãos das reformas ilustradas e o advento do Estado-nação, as universidades se modernizaram voltadas a suprir as necessidades de quadros estatais, além de ser financiada e controlada pelo próprio Estado. As instituições universitárias estavam divididas em *menores*, as conventuais, e *maiores*, as gerais. Faziam parte das segundas as universidades do México e de Lima, em que se seguia a organização dos modelos medievais, com quatro faculdades: Teologia, Direito, Medicina e Artes. Esta última era responsável por oferecer estudos preparatórios para o ingresso nas faculdades anteriores. As instituições menores possuíam faculdades restritas para a outorga de títulos, constituindo-se em colégios superiores apenas com a permissão do rei e do papa, fato que as habilitava para conceder títulos superiores. Seu objetivo principal consistia em dar formação ao clero e, secundariamente, a advogados e médicos.<sup>80</sup>

A presença da universidade nas províncias que formariam o Vice-reinado do Prata consta desde 1623, com a formação da *Universidad de Córdoba del Tucumán*, uma instituição *menor* comandada pelos jesuítas.<sup>81</sup> Sua organização seguia o modelo da *Universidad de Salamanca* e obedecia ao padrão de estudo jesuítico, o *Ratio studiorum*. Oferecia estudos

<sup>78</sup> ARNOUX, Elvira, op. cit., p. 39.

<sup>79</sup> Em relação às mulheres, Weinberg aponta que foram incorporadas ao sistema educacional de forma mais ampla apenas nas últimas décadas do século XIX. Antes recebiam uma educação letrada em casa, com preceptores. A criação de escolas normais permitiu que as classes médias femininas tivessem ascensão ao mundo do trabalho, pelo qual as mulheres puderam ser incorporadas como professoras, um emprego porém com pouco prestígio. WEINBERG, Gregorio, “Educación y Sociedad”, in VÁZQUEZ, Josefina, op. cit., p. 572.

<sup>80</sup> BUCHBINDER, Pablo. *Historia de las universidades argentinas*. Buenos Aires: Sudamérica, 2010. Ver também WEINBERG, Gregorio, op. cit.

<sup>81</sup> A principal instituição de ensino superior no Vice-reino do Alto Peru foi a *Universidad Mayor, Real y Pontificia de San Francisco Xavier de Chuquisaca*, fundada na capital do reino de Charcas em 1624. Essa foi a grande instituição que formou a elite independentista argentina e de outras nações sul-americanas.

superiores em Direito, Medicina e Teologia. Após a expulsão dessa ordem em 1767, a instituição sofreu pequenas reformas, com avanços e retrocessos durante o século XVIII. No entanto, uma mudança significativa teve lugar em 1808, quando a universidade foi transformada em *maior*, momento em que seu controle passou dos clérigos da ordem de São Francisco aos seculares, que criaram uma nova *Universidad de Córdoba* sob a administração de um novo reitor, Gregorio Funes.<sup>82</sup>

Em 1815, o novo reitor iniciou uma série de renovações na instituição. Posteriormente, já na segunda metade do século XIX, teve seu desenvolvimento impulsionado com o objetivo de romper com a escolástica, introduzindo as cátedras de matemática e línguas modernas, e reduzindo o espaço da metafísica, ainda que não se deixasse de ressaltar o valor da teologia. Com as guerras civis da década de 1820, a universidade, que ficara sob a jurisdição de Córdoba, viu-se submetida a uma situação de extrema precariedade, inclusive com falta de estudantes. Nas duas décadas seguintes, o estabelecimento sofreu novas mudanças, até ser nacionalizada depois da batalha de *Caseros* em 1852, com a reorganização de um novo governo pós Rosas.

Entre 1854 e 1861, durante o governo da Confederação, a universidade passou à jurisdição nacional, na busca de ampliar a biblioteca e o leque de cursos ministrados, que estava limitado aos estudos preparatórios de Direito e Teologia. Com o cenário político posterior a 1862, as mudanças se sucederam, com o abandono de vez da escolástica e a modernização do direito, suprimindo o natural e incorporando o direito civil argentino. Na década seguinte, a instituição cordobesa viu-se modificada em direção a novos cursos, constituídos nas então recém-formadas faculdades de Físico-Matemática, Medicina e Filosofia e Humanidades.

A *Universidad de Buenos Aires* surgiu de forma distinta da de Córdoba, pois foi criada dentro da perspectiva intelectual laica e alheia à escolástica. Em 1820, com a queda do governo central das Províncias Unidas do Rio da Prata, Buenos Aires entrou em uma nova etapa de sua história, ao tornar-se capital do Estado autônomo. Seu governador, Martín Rodríguez, e seu ministro, Bernardino Rivadavia, reorganizaram este Estado modernizando-o. Nesse contexto, por um decreto provincial, foi criada a *Universidad de Buenos Aires*, em

---

<sup>82</sup> BUCHBINDER, Pablo, op. cit., pp. 31-32. Segundo este autor, personagens importantes como José María Paz, Damacio Vélez Sarsfield, Gaspar Rodríguez de Francia, Juan Ignacio Gorriti e Manuel Derqui se formaram na instituição na virada do XVIII para o XIX. Inicialmente era permitido o ingresso de mestiços propiciando alguma mobilidade social. No final do século XVIII a elite *criolla* avançou contra o costume pedindo a comprovação da *pureza de sangre*. Posteriormente, em 1786, proibiu também a entrada de *ilegítimos*, e em 1844 o governo proibiu a entrada de membros que não fossem das elites.

agosto de 1821. O primeiro reitor, Antonio Sáenz, um dos idealizadores da instituição, articulou a universidade em seis departamentos: Primeiras Letras (educação básica), Estudos Preparatórios, Medicina, Ciências Exatas, Jurisprudência e Ciências Sagradas. Inicialmente, a instituição portenha teve problemas de funcionamento por falta de alunos, e de compromisso e formação em relação aos professores.<sup>83</sup>

Apesar de essa universidade ser filha dos novos tempos, não conseguiu se livrar totalmente da escolástica nos primeiros anos de vida. Seu reitor entrou em conflito com Juan Manuel Fernández de Agüero, catedrático de Ideologia, por este apresentar em seus cursos ideias provenientes de Condillac, Locke e Destutt de Tracy. A despeito desse posicionamento, Sáenz promoveu avanços significativos, como a criação da cátedra de Economia Política, fomentou a publicação impressa das disciplinas dos professores, contratou estrangeiros e impulsionou os cursos de ciências exatas e naturais, criando as cátedras de Química e Física Experimental. No entanto, reabriu o curso de Ciências Sagradas.

Com o falecimento de Sáenz em 1825, José Valentín Gómez foi empossado como reitor e começou a promover modificações no sistema da instituição. O Departamento de Estudos Preparatórios foi reorganizado e dividido em dois cursos: Ideologia e Ciência Físico-Matemática. Houve a introdução da Física Experimental, com a criação de cursos de Filosofia, Química, Geografia e História Natural, além da oferta de estudos de Latim, Grego, Aritmética, Geometria, Álgebra e idiomas vivos.

Em meados da década de 1830, a universidade tomou um tom mais político, com críticas ao governo de Rosas. Por causa da censura, diversos professores deixaram a instituição, enquanto outros foram obrigados a renunciar ao cargo. Pelo avanço da guerra civil, o repasse de verbas foi cortado em 1838, o corpo docente, reduzido, e começaram a ser cobradas taxas aos estudantes. No período de Rosas, precarizou-se a instituição e a formação de estudantes se viu consideravelmente reduzida por quase duas décadas. Após a derrocada do regime rosista, o repasse financeiro foi restabelecido e algumas mudanças ocorreram. Os estudos preparatórios foram ampliados, deixando-se de oferecer apenas Latim e Matemática para agregar História Universal, Geografia, Química e Desenho. As reformas no curso de Direito foram executadas, seguindo as propostas para o curso postuladas por Alberdi na década de 1850.<sup>84</sup>

Em 1861, Juan María Gutiérrez foi designado reitor. Em 1865 foi agregado aos Estudos Preparatórios e de Jurisprudência o curso de Ciências Exatas, fato que promoveu o

---

<sup>83</sup> BUCHBINDER, Pablo, op. cit., 2010.

<sup>84</sup> Idem.

desenvolvimento de estudos científicos modernos experimentais. O Departamento de Ciências Exatas foi dividido em Matemática Pura, Matemática Aplicada e História Natural. Essas medidas têm duplo sentido no contexto econômico da época, pois se iniciou naquela década um grande aumento numérico de profissionais que ingressavam no crescente mercado de trabalho e na qualificação de pessoal para o campo da pesquisa.

A criação tardia da universidade no Brasil tem origens em uma resistência portuguesa e dos próprios brasileiros, que consideravam mais adequado que as elites fossem para Coimbra estudar, mantendo a influência intelectual portuguesa sobre elas. No período colonial, além de colégios, havia algumas escolas de caráter prático e profissionalizante. Das muitas instituições surgidas com a vinda da família real, destacam-se a *Academia Militar* (1810), destinada à formação de oficiais, engenheiros civis e militares, e a *Escola Real de Ciências, Artes e Ofícios*, inaugurada em 1816.<sup>85</sup>

A criação da universidade, que se cogitava desde a época dos jesuítas, foi constantemente protelada. No século XIX, podemos apontar certos momentos em que a questão foi alvo de discussões, todas sem sucesso: na Assembleia Constituinte de 1823, no parlamento em 1827, em 1842, 1847 e 1870. A ação concreta para se estabelecer uma universidade se deu com a inauguração da *Universidade do Rio de Janeiro*, em 1920, que supôs a junção da Escola Politécnica e de Medicina com a Faculdade de Direito.<sup>86</sup> No entanto, essa instituição não trouxe inovação no pensamento do ensino superior do Brasil. A situação da formação universitária brasileira começou a mudar unicamente com a reforma no sistema educacional, em 1931. A partir daí, em 1934, apareceu o que muitos consideram a primeira universidade brasileira, com a criação da Universidade de São Paulo. Do mesmo modo que na Argentina e no Chile, essa instituição também estaria voltada para a formação das novas elites dirigentes.<sup>87</sup>

Entre os três países, o Chile foi aquele onde a universidade teve maior importância para a formação da historiografia local. Neste país, desde 1747, com a criação da *Real Universidad de San Felipe*, já se contava com uma instituição de ensino superior, considerada uma importante aliada ao exercício do poder local. Nas disputas entre liberais e conservadores chilenos, a luta em torno do controle e do perfil da universidade responderia à alternância entre *pipiolos* e *pelucones* no governo. A *Universidad de San Felipe* foi substituída pelo

---

<sup>85</sup> FAVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. *Universidade do Brasil: das origens à construção*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2010.

<sup>86</sup> Idem.

<sup>87</sup> PRADO, Maria Lígia Coelho, op. cit., pp. 111-116.



*Instituto Nacional* após um conflito com esta instituição. Na ocasião, seu reitor, Manuel Montt, utilizou-se da força política para obrigar ao encerramento das atividades da antiga universidade, em 1839.

Em poucos anos, apareceria uma nova instituição com tendências modernas. A proposta para a *Universidad de Chile*, fundada em 1843 durante o período controlado pelos conservadores (1830-1860), traria novidades ao ser repensada dentro de uma perspectiva nacional, republicana e a partir do Estado nacional. Esta nova universidade tinha o papel de civilizar o país e de desenvolver as ciências e as letras, que imprimiriam o rumo moral ao Chile, assim como previra seu primeiro reitor, Andrés Bello.<sup>88</sup>

Bello, assim como Sarmiento e Juan María Gutiérrez, esteve presente nas reflexões e iniciativas de promoção da educação na América hispânica. Seu discurso pronunciado na inauguração da *Universidad de Chile* pode ser considerado um marco no concernente às novas propostas de organização do ensino superior. No ato da inauguração, seu primeiro reitor declarava os objetivos esperados com a nova instituição:

[L]a ley, al plantear de nuevo la universidad, no ha querido fiarse solamente de esa tendencia natural de la ilustración a difundirse, y a que la imprenta da en nuestros días una fuerza y una movilidad no conocidas antes; ella ha unido íntimamente las dos especies de enseñanza; ella ha dado a una de las secciones del cuerpo universitario el encargo especial de velar sobre la instrucción primaria, de observar su marcha, de facilitar su propagación, de contribuir a sus progresos. El fomento, sobre todo, de la instrucción religiosa y moral del pueblo es un deber que cada miembro de la universidad se impone por el hecho de ser recibido en su seno.<sup>89</sup>

A universidade não foi o único aparato educacional oficial criado pelo Estado chileno. Entretanto, seu espaço dentro do corpo estatal mereceu destaque considerando as ações direcionadas para a constituição de um sistema de formação, uma vez que ela começou a exercer um papel central na organização de todos os níveis educacionais, ao ser responsável por pensar desde o ensino primário, ao secundário e superior, como também pela seleção e aprovação dos livros adotados nas escolas. Ditas funções estavam muito próximas àquelas que cabiam às universidades europeias de meados do século XIX.<sup>90</sup>

---

<sup>88</sup> Idem, pp. 95-96.

<sup>89</sup> BELLO, Andrés, “Discurso pronunciado en la instalación de la Universidad de Chile, el 17 de septiembre de 1843”, in *Obras Completas*, tomo XXI [Temas Educativos I], Caracas: Fundación Casa de Bello, 1982, pp. 3-21.

<sup>90</sup> ARNOUX, Elvira Narvaja de, op. cit., p. 40.

Segundo Maria Lígia Coelho Prado, a universidade que surgia dentro da perspectiva nacional tinha que se pensar como parte do Estado e a seu serviço, além de como representante das ideias elitistas que dominavam o pensamento de intelectuais da época. O labor da nova universidade, de acordo com seus idealizadores, deveria estar destinado à formação das elites culturais e dos futuros dirigentes do país, pelo qual a grande maioria da população estava excluída do acesso à educação superior. Deveria ser, ainda, uma instituição agente do progresso, de novas propostas e da negação da ordem anteriormente estabelecida. A universidade chilena foi formada dentro de uma concepção moderna de ensino, cuja “ideia de educação como modo de ‘civilizar’ a sociedade recém-saída do mundo colonial expressava-se na perspectiva de pensar a nação como parte do mundo ocidental ‘civilizado’, aberto às conquistas universais, mas procurando adaptá-las ao Chile”.<sup>91</sup>

Fazia parte do elenco de conflitos surgidos pela relação entre o novo e o velho sistema de ensino aquele derivado da transferência de poder da Igreja para o Estado. A universidade colonial, de velhas bases frente aos avanços dos métodos e das ciências, representava também a Igreja e sua forma de pensar, consideradas pelos liberais da época como formas arcaicas. A universidade de 1843 exercia como representante do ensino moderno, agente do progresso e de negação da escolástica. Por todo o século, sua presença continuou na gestão do sistema educacional chileno.

Em 1879, dois ex-alunos da universidade e reconhecidos historiadores, influenciados pelo crescimento das correntes positivistas, Diego Barros Arana (1830-1907) e Miguel Luis Amunátegui (1828-1888), durante os esforços destinados a mudar o *currículum* das escolas, escreveram a lei de educação secundária e superior, pela qual se institucionalizava o ensino das ciências e se propunha o fim da educação religiosa. Estes projetos não foram bem vistos pelo clero e chegaram a provocar uma reorganização das forças intelectuais da Igreja. Ao sentir-se atacada frente ao avanço do ensino laico reforçado pela chegada do positivismo, a reação da Igreja católica foi forte, tendo conseguido concretizar seu combate com a fundação da *Pontifícia Universidade Católica do Chile*, no ano de 1888.<sup>92</sup>

Nos três países, verificamos uma ampliação do sistema educacional pelos novos Estados-nação em constituição. A historiografia em cada um desses países cuidou de responder às questões locais, ligadas à identidade nacional, que se colocavam naquele momento. Compartilharam ferramentas e horizontes teóricos próximos, que, por meio das

---

<sup>91</sup> PRADO, Maria Lígia Coelho, op. cit., p. 99.

<sup>92</sup> Idem, p. 100.

leituras locais, das realidades históricas e dos anseios políticos, produziram modelos historiográficos e civilizacionais cujas marcas se deixam sentir ainda nos dias atuais.

### 2.2.3 – O IHGB

A produção de um cânone historiográfico no Brasil do final do século XIX da mão do *IHGB* é devedora da ausência de universidades no país, que, na Argentina e Chile, participaram da elaboração de estudos sobre o passado. Assim como seus pares hispano-americanos, os intelectuais brasileiros que fundaram o Instituto e produziram as primeiras historiografias nacionais eram, em sua maioria, militares e políticos — muitos deles, senadores, ministros, conselheiros de estado ou diplomatas.<sup>93</sup> O Instituto foi o centro intelectual da elite política que vivia em torno da corte e que pensava o Brasil como uma nova nação naquele momento.

O *IHGB*, fundado em 1838 durante a *Regência* (1831-1840), veio à luz em um momento considerado por estudiosos como o período republicano brasileiro, marcado pela agitação social e guerras civis. Nestes anos, os confrontos políticos extrapolaram os círculos das elites e chegaram às classes mais pobres da população. Para Francisco Iglesias, na *Regência* se viveu “uma das fases mais vibrantes da vida nacional, senão a mais viva, pela participação popular em movimentos libertários até aí desconhecidos, não iguais nem mesmo em nenhum momento posterior”.<sup>94</sup>

A instituição constituiu o lugar privilegiado na produção historiográfica do século XIX, a qual se estendeu até um período avançado do século XIX, com notáveis tendências elitistas. As ideias de seus membros estavam inseridas em um ideário de civilização e progresso, na procura de incluir o Brasil no rol de nações civilizadas, à imagem da Europa. A sua primeira geração teve uma concepção de história pragmática e moralizante, mestra da vida, ligada ainda ao iluminismo e de forte vinculação com o Estado.<sup>95</sup>

A vida política brasileira durante as décadas de 1830 e 1840, como a dos demais países ibero-americanos em um ambiente liberal, passou por alternâncias no poder, ora subindo dirigentes mais conservadores, ora homens com concepções mais liberais. Depois dos

<sup>93</sup> MAGNOLI, Demétrio. *O corpo da pátria: imaginação geográfica e política externa no Brasil (1808-1912)*. São Paulo: Moderna, 1997, p. 96.

<sup>94</sup> IGLÉSIAS, Francisco. *Os historiadores do Brasil: capítulos de historiografia brasileira*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Belo Horizonte: UFMG, IPEA, 2000, p. 61.

<sup>95</sup> DIEHL, Astor Antônio. *A cultura historiográfica brasileira: do IHGB aos anos 1930*. Passo Fundo: Ediupf, 1998.

anos de instabilidade do Período Regencial, com a ascensão de Pedro II ao trono brasileiro em 1840 e o apoio dos grupos conservadores, iniciou-se um período durante o qual a estabilidade política começou a se estabelecer.

Para Wilson Martins, o ano de 1840 foi de grande importância para definir o Projeto Político que se estava construindo, no sentido da “restauração”. Martins considera que neste ano, com a lei da Maioridade, o “progresso regressista” havia se completado. A corrente conservadora buscava recuperar o sentido unitarista e centralizador da Constituição de 1824, um documento liberal no qual essa corrente se reconhecia. Martins considera que a “reação conservadora” se efetuou em um ambiente modernizador, conduzido por antigos liberais da década de 1820.<sup>96</sup>

Nesse ambiente moderadamente liberal, quando as ideias do romantismo europeu começavam a chegar ao Brasil, surgiu o IHGB. O movimento romântico, que impregnou a geração literária entre 1840 e 1860,<sup>97</sup> teve acentuada influência no Instituto. Entre os principais idealizadores do *IHGB* encontrava-se o francês François Montglave (1795-1873), que viveu longo tempo no Brasil, além de manter diversos contatos com o país ao deixá-lo. De 1834 até 1850, o *Instituto de Paris* contou com a passagem de 47 brasileiros. Em termos gerais, tratava-se de homens que ocupariam espaços de relevância intelectual ou política no plano nacional. Dentro desse grupo, além do próprio D. Pedro II, podem-se mencionar figuras destacadas na vida intelectual brasileira, como Januário da Cunha Barbosa, Gonçalves de Magalhães, Francisco Sales Torres Homem, Araújo Porto-Alegre e Francisco Adolfo de Varnhagen.<sup>98</sup>

No primeiro discurso pronunciado pelo Secretário Perpetuo Januário da Cunha, observa-se a intenção patriótica voltada à nação:

Nós vamos salvar da indigna obscuridade, em que jaziam até hoje, muitas memórias da patria, e os nomes de seus melhores filhos; nós vamos assignalar, com a possivel exactidão, o assento de suas cidades e villas mais notaveis, a direção de suas serras, e a capacidade de seus innumeraveis portos. Esta tarefa, em nossas circunstancias, bem superior ás forças de um só homem ainda o mais emprehendedor, tornar-se ha facil pela coadjuvação de muitos Brasileiros esclarecidos das províncias do Imperio, que attrahidos ao nosso Instituto pela gloria nacional. Que é o nosso timbre, trarão a

<sup>96</sup> MARTINS, Wilson, op. cit., p. 231.

<sup>97</sup> Idem, p. 239.

<sup>98</sup> Idem, p. 134. Ver também RICUPERO, Bernardo. *O romantismo e a ideia de nação no Brasil (1830 – 1870)*. São Paulo: Martins Fontes, 2004, p. 91.

deposito cummum os seus trabalhos e observações, para que sirvam de membros ao corpo de uma historia geral e philosophica do Brazil.<sup>99</sup>

Para divulgar a produção intelectual proveniente da instituição, foi criado um periódico de edição trimestral, a *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (RIHGB)*, denominação seguida pelo subtítulo “Debaixo da immediata protecção de S. M. I. o Senhor D. Pedro II”. Essa publicação representou o instrumento central de divulgação da produção do *IHGB*, alcançando grande aceitação e sucesso.<sup>100</sup> A *RIHGB* teve seu primeiro número lançado ainda em 1839 e sua vitalidade se estende aos dias atuais. A respeito do conteúdo, Iglésias comenta que a revista brasileira em seus primeiros anos foi “valorizada, sobretudo, pela edição de documentos básicos, mais do que por estudos originais”.<sup>101</sup>

Segundo Bernardo Ricupero, o *Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* teve influência regional, servindo como modelo para “instituições similares da América”, embora não tenham conseguido um espaço semelhante no fazer historiográfico nacional. O primeiro Instituto fundado à sua imagem surgiu em 1843 no Uruguai, sob o nome de *Instituto Histórico y Geográfico del Uruguay*. A instituição, organizada por Andrés Lamas, contou com oito membros fundadores, entre os quais Bartolomé Mitre. Entretanto, com a cidade sitiada pelas tropas de Rosas, o *Instituto* encerrou suas atividades. Na Argentina, após a queda de Rosas, Bartolomé Mitre foi o responsável por fundar o *Instituto Histórico y Geográfico del Río de la Prata* em 1854. Suas atividades se iniciaram de fato apenas em 1856, totalmente desligadas do Estado, e com setenta e um membros. Também teve vida curta, cessando seu funcionamento em 1859.<sup>102</sup>

Essas foram algumas das instituições que contribuíram para a criação de uma cultura nacional, a qual, mesmo com o avanço da *intelligentsia* americana cuja existência implicava, não resultava em uma tarefa fácil, se considerarmos o nível de letramento nas três nações. Em 1870, 77,9% da população da Argentina eram analfabetos, 84,25% da população brasileira e, no Chile, 77% das pessoas não sabiam ler ou escrever. Em relação ao ensino superior, a situação também não era muito promissora.<sup>103</sup>

### 2.3 – Antecedentes históricos: estudos regionais e os americanistas

<sup>99</sup> BARBOSA, Januário da Cunha, “Discurso”, in *Revista do Instituto Historico e Geographico do Brazil*. Tomo I, 3ª Ed., Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, [1839] 1908, p. 10.

<sup>100</sup> IGLÉSIAS, Francisco, op. cit., p. 23.

<sup>101</sup> Idem, p. 63. Ver também SCHWARCZ, Lilia M., op. cit.

<sup>102</sup> ALTAMIRO, Carlos (Dir.). *Historia de los intelectuales en América Latina. La ciudad letrada, de la conquista al modernismo*. Buenos Aires: Katz Editores, 2008, pp. 175-176.

<sup>103</sup> RICUPERO, Bernardo, op. cit., p. XXXVI.

Desde a conquista, muito se escreveu sobre a América. Viajantes, missionários, naturalistas e cientistas em distintas épocas produziram estudos sobre o continente, sobre o que viram e o que não viram nesses quinhentos anos. Os assuntos foram variados, constando de descrições da natureza, dos povos indígenas, dos processos de colonização, a questões políticas, econômicas e sociais. Alguns desses trabalhos dedicaram a avaliar o passado do continente. No entanto, nos territórios que formariam a Argentina, o Brasil e o Chile, apenas as obras surgidas no alvorecer dos anos oitocentos, da mão de estudiosos locais e de outras pátrias, deram uma perspectiva de conjunto ao que viriam a ser as novas nações.

Essa característica mais sistêmica, contudo, não pode, quando considerados os estudos das historiografias nacionais, excluir a produção histórica antecedente. Ponderando sobre as obras publicadas relativas ao Chile da época colonial, Alfredo Jocelyn-Holt alerta para o costume reducionista de registrar a historiografia chilena unicamente a partir da variante científicista e republicana nacional das primeiras décadas do século XIX e propõe uma concepção mais ampla quanto à consideração do que seria a historiografia daquele momento. Tomar a historiografia chilena pela produção iniciada nos meados do século XIX significa excluir parte do que se elaborou sobre o passado local. Dessa forma, “*limitar la historiografía únicamente a su variante republicana nacional o, peor, a su trayectoria más contemporánea, peca de reduccionismo. Hay todo un fondo histórico, previo, de la constitución formal de la disciplina como ejercicio profesional*”.<sup>104</sup>

Jocelyn-Holt considera também que a poesia épica tem enorme valor como contribuição histórica ao Chile, acreditando que tais textos fomentaram a criação de “ideias fundacionais”, que ainda habitam o pensamento atual. Propõe que no período colonial a história emana da poesia. Entre os mais destacados escritores, Jocelyn-Holt aponta como o principal o madrilenho Alonso de Ercilla (1533–1594),<sup>105</sup> com sua narração sobre a guerra entre conquistadores e os povos araucanos no poema épico *La Araucana*, publicado em Madri em três volumes, em 1569, 1578 e 1589.<sup>106</sup>

Como nos demais países aqui abordados, no Chile foram produzidos trabalhos relevantes com perspectivas mais historiográficas ao menos desde o século XVII, como o do

<sup>104</sup> JOCELYN-HOLT, Alfredo, “Balance historiográfico y una aproximación al canon”, in MUSSY, Luis G. de (Editor). *Balance historiográfico chileno. El orden del discurso y el giro crítico actual*. Santiago: Ediciones Universidad Finis Terrae, 2007, pp. 33-34.

<sup>105</sup> Ercilla se alistou na expedição contra os araucanos, participando diretamente dos conflitos entre 1557 e 1579. A escrita de seu poema, iniciada ainda em terras americanas, levou à produção de um dos mais importantes relatos da conquista e teve grande aceitação na América e Europa.

<sup>106</sup> Idem, pp. 35, 39.

jesuíta madrilenho Diego de Rosales (1601-1677), que chegou ao país em 1629. Rosales, que como jesuíta se voltou ao estudo dos povos araucanos (mapuches), escreveu em 1674 uma das primeiras obras sobre a região, sob o título de *Historia general del reino de Chile. Flandes Indiano*. No entanto, esse trabalho foi publicado apenas entre 1877 e 1878 pelo historiador Benjamín Vicuña Mackenna.

Outro destacado jesuíta foi o padre Juan Ignacio Molina (1740-1829), que contribuiu à construção de um passado e a uma possível precocidade do nacionalismo chileno com *Compendio de la Historia Geográfica, Natural y Civil del Reyno de Chile* (1776) e *Ensayo sobre la Historia Natural del Reino de Chile* (1782), em que traz um estudo pioneiro da fauna e da flora do país. Além de se preocupar com aspectos naturais do Chile, Molina defendeu os interesses americanos e rebateu com veemência as ideias iluministas acerca da inferioridade da natureza local, como também manifestou publicamente sua simpatia pela independência do país. Em 1787, publicou ainda o *Ensayo sobre la Historia Civil del Reino de Chile*. A ampla difusão de sua obra se viu potencializada pelas traduções para o alemão, francês, russo e inglês, no início do século XIX.<sup>107</sup>

No Brasil, Francisco Iglesias propôs organizar a historiografia relativa ao país, desenvolvida desde a colônia, em três momentos. Um primeiro período abrangeria de 1500 até 1838, estendendo-se da chegada dos portugueses no período colonial até a formação do IHGB, ponto de partida para a historiografia escrita em perspectiva nacional. No interregno em questão, os trabalhos se caracterizariam por ser crônicas de viajantes, missionários ou administradores lusitanos. Eram mais histórias locais, com ênfase na natureza e sem uma visão global do que seria o conjunto do futuro Brasil.<sup>108</sup>

Faz parte ainda das primeiras incursões por terras tropicais a *História da província de Santa Cruz a que vulgarmente chamamos Brasil*, de Pero Magalhães de Gândavo, de 1573, trabalho que Iglésias considera mais um texto de propaganda para atrair imigrantes, ligado essencialmente à apresentação da natureza, do que um texto historiográfico. Avaliado por este autor como “o que de melhor se produziu sobre a nova terra no primeiro século de colonização”, foi o *Tratado descritivo do Brasil em 1587*, de Gabriel Soares de Sousa, cuja divulgação teve lugar apenas em 1851, por iniciativa de Adolfo de Varnhagen.<sup>109</sup>

---

<sup>107</sup> ÁLVAREZ ARREGUI, Federico, “El debate del Nuevo Mundo”, in PIZARRO, Ana (org.). *América Latina: palabra, literatura e cultura. vol. 2, Emancipação do Discurso*. São Paulo: Memorial; Campinas: Unicamp, 1994, pp. 53-55.

<sup>108</sup> IGLÉSIAS, Francisco, op. cit.

<sup>109</sup> Idem, p. 27-28.

Entretanto, constitui a primeira obra escrita por um intelectual nascido na colônia a *História do Brasil*, de frei Vicente do Salvador, em 1627. Desse trabalho hoje só se conhecem algumas de suas partes, devido à perda de material. Trata da colonização e dos conflitos entre indígenas e colonizadores, mostrando certa simpatia pelos dominados. Recriminava os portugueses e a administração do território que protagonizaram, por não terem colonizado o interior e por entender que espoliavam o país. Dita crítica pode ter sido um dos motivos que teriam levado à não publicação do livro naquele século. Devido a posicionamentos como os apresentados, Iglésias afirma já “perceber um ‘nacionalismo’ tímido, mal esboçado e pouco explícito, mas real no autor”.<sup>110</sup>

No século XVIII, a produção sobre o passado seguiria semelhante à da centúria anterior, com estudos localizados e sobre aspectos particulares, apresentando textos que descrevem o ambiente local e as entradas dos bandeirantes. Dentre as obras da época, podemos destacar *História da América portuguesa desde o ano de mil e quinhentos de seu descobrimento até o de mil setecentos e vinte quatro*, do baiano Rocha Pita lançada em 1730. Outro estudo importante foi *Memórias da capitania de São Vicente hoje chamada São Paulo do estado do Brasil*, datada de 1797 e da autoria de frei Gaspar da Madre de Deus.<sup>111</sup>

Como foi dito, no século XIX, a presença de naturalistas e viajantes resultou em estudos sobre a América portuguesa. Acerca das primeiras publicações que adotavam a perspectiva de uma análise geral sobre o Brasil, Francisco Iglésias destaca que Robert Southey escreveu a “primeira história do Brasil verdadeiramente monumental”, sob o título de *History of Brazil*, editada em três volumes, entre 1810 e 1819. Em 1809, Andrew Grant havia publicado *History of Brazil*, considerada por Iglésias inferior à realização de Southey. Temos ainda, em 1821, outro estudo relevante ao princípio da produção historiográfica brasileira: *History of Brazil*, do inglês James Anderson.<sup>112</sup>

Em 1824, saiu publicado em Londres o trabalho de Johann Baptiste von Spix e Carl Friedrich Philipp von Martius, *Travels in Brazil*. No mesmo ano, apareceu a obra de Maria Graham intitulada de *Journal of a Voyage to Brazil and Residence There During Part of the Years 1821, 1822, 1823*. Outra publicação relevante foi a de Ferdinand Denis (1798-1890), intitulada *Scènes de la Nature sous les Tropiques*, também de 1824. Essa última, sobretudo, procurava “acentuar a influência da natureza sobre a imaginação dos homens que vivem nos

---

<sup>110</sup> Idem.

<sup>111</sup> Idem, pp. 31-33.

<sup>112</sup> Idem.



países quentes”.<sup>113</sup> Esta ideia provém do pensamento ilustrado do século XVIII, que afirmava a inferioridade americana, especialmente com a difusão das obras de Buffon e De Paw.

Na década de 1830, apareceram estudos que exotizavam o Brasil, como o de Jean-Baptiste Debret, *Voyage Pittoresque et Historique au Brésil*, publicado em 1834. Debret viveu no país entre 1816 e 1831. Muitos desses trabalhos eram voltados para um público de fora do país, buscando torná-lo conhecido positivamente no exterior. A propaganda era destinada a incentivar imigração branca e europeia, principalmente italiana e alemã. Tratava-se, além de atrair mão de obra às plantações brasileiras, de contribuir para o “embranquecimento” da população do país. No Brasil, essa ideia ganharia espaço principalmente na segunda metade do século XIX, com o avanço das teorias raciais do Conde de Gobineau, um dos representantes do darwinismo social. Outra obra importante no contexto apresentado foi *Voyage Pittoresque au Brésil*, de João Mauricio Rugendas, que viveu entre 1821 e 1825 no país. Nas décadas seguintes, a tendência dos trabalhos dos naturalistas consistiu em explorar a natureza. O trabalho de Spix e Martius, que já era referência nessa mesma linha, foi ampliado. Em 1843, Spix lançou a *Flora Brasiliensis*, em que dividia o Brasil de acordo com sua vegetação e relevo.<sup>114</sup>

Editavam-se também por brasileiros estudos sobre a América portuguesa, porém com características particularistas e locais. Em 1804 apareceu *Princípios de economia política* e, em 1818, era publicada a *Memória dos benefícios políticos do governo de El-Rei Nosso Senhor D. João VI*, ambas de José da Silva Lisboa, futuro visconde de Cairu. Outro exemplo, com características regionalistas, era constituído pelas obras *Memórias históricas e políticas da província da Bahia*, em seis volumes editados entre 1835 a 1852, de Inácio Acioli Cerqueira e Silva, e *Compêndio das eras da província do Pará*, por Antônio Ladislau Monteiro de Baena, publicado em 1838.<sup>115</sup>

Na Argentina, e com apoio do Estado, a importância da história nacional foi relevante desde os primeiros movimentos que levaram à independência política na América ibérica. Horacio Vázquez-Rial considera que, para a futura Argentina, a “*escritura de la historia nacional se inicia por decisión del Primer Triunvirato*”, em 1812, com uma “*historia filosófica*” preocupada com a memória dos heróis da pátria. A preocupação de se construir uma memória oficial, embora com um espaço nacional ainda por se definir, logo trouxe frutos. Em 1817, Gregorio de Funes, reitor da Universidade de Córdoba, publicou o *Ensayo*

<sup>113</sup> MARTINS, Wilson, op. cit., p. 133.

<sup>114</sup> MAGNOLI, Demétrio, op. cit., p. 106. Ver SCHWARCZ, Lilia M., op. cit.

<sup>115</sup> IGLÉSIAS, Francisco, op. cit., pp. 52-53.

*de la Historia civil del Paraguay, Buenos Aires y Tucumán*, considerado “*un panfleto destinado a divulgar la versión oficial del proceso revolucionario*”.<sup>116</sup>

Entretanto, foi também na década de 1830 que a historiografia argentina se desenvolveu com maior amparo metodológico, e com viés ideológico nacionalista e de busca da construção de uma identidade nacional. Um dos promotores dessa nova visão sobre a região foi o *Salón Literario*, cujos ativos membros, produtores de diversas obras escritas, ficariam conhecidos como a *Generación de 37*. No entanto, uma visão nacional propriamente dita do que hoje é a Argentina seria registrada somente na segunda metade do século da ciência, devido aos prolongados conflitos entre *unitários* e *federalistas* após o período de independência. Como já foi mencionado antes neste capítulo, a concretização da unificação entre as províncias e Buenos Aires só se deu na década de 1860, em um momento posterior, portanto, à unificação do Chile e do Brasil.

No Chile, pensando na ideia geral de uma nação, Jocelyn-Holt reconhece que escritores anteriores, no caso os cronistas e viajantes, não construíram obras com visões mais sistematizadas e de conjunto sobre o país.<sup>117</sup> Só no século XIX, essa visão nacional começou a ser concebida na literatura e na historiografia.

No Brasil, naquele novo início de século, surgiram os primeiros estudos referentes à sua história, com uma visão mais geral e conjunta das partes do império, quase todos produzidos por estrangeiros. Os trabalhos elaborados anteriormente, seja por locais ou por forasteiros, diferentes dos guiados pelos novos cânones, não possuíam uma visão histórica de conjunto do território da América portuguesa, pois se focavam quase sempre em alguns acontecimentos ou em regiões em concreto.

Segundo Wilson Martins:

As duas décadas do século criam, simultaneamente e reciprocamente, o Brasil e a História do Brasil, esta concorrendo para fixar uma fisionomia com que aquele procura instintivamente conformar-se. Também pela primeira vez, o país tinha consciência de estar estruturando uma cultura nacional.<sup>118</sup>

No entanto, uma historiografia ligada à visão global da antiga colônia, visando à construção de uma nação brasileira, iniciou-se apenas no final da década de 1830, com a criação do *Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB)*. Foi nesse Instituto que

<sup>116</sup> VÁZQUEZ-RIAL, Horacio. *La formación del país de los argentinos*. Buenos Aires: Javier Vergara Editor, 1999, pp. 20-21.

<sup>117</sup> JOCELYN-HOLT, Alfredo, op. cit., pp. 33-34.

<sup>118</sup> MARTINS, Wilson, op. cit., p. 54.

surgiram estudos nacionais, produzidos por brasileiros e também por uma minoria estrangeira. O *IHGB* foi o responsável, durante o restante do século XIX, pela produção oficial da memória da nação brasileira em formação. Seu principal representante, Francisco de Adolfo de Varnhagen, marcou a produção do Instituto, sobretudo a partir de 1854, com a publicação dos diversos volumes da *História Geral do Brasil*.<sup>119</sup>

#### **2.4 – A produção da história nacional: marcas iniciais**

Mesmo que, como foi visto, desde o início da colonização tivessem sido produzidos diversos trabalhos com foco na América, uma mudança substancial da historiografia americana só se registrou em finais do século XVIII e, sobretudo, nas primeiras décadas do XIX, ao abandonar uma abordagem filosófica ligada às concepções iluministas, em favor da história metódica, do romantismo e, posteriormente, do positivismo, com forte apelo ao método, à ideologia e à institucionalização.

Esse modelo metodológico de produção historiográfica, que transitou entre o Novo e o Velho Continente, se firmou e se modelou primeiramente na Europa, tendo se constituído como uma disciplina na segunda década do século XIX. Para Benedict Anderson, nessa época a História como disciplina já ocupava um lugar de destaque nas instituições de ensino europeias. Em 1810 estabeleceu-se a primeira cátedra acadêmica de história na Alemanha, na Universidade de Berlim. A segunda academia a elevar a História ao nível de disciplina, agora em 1812, se localizou na França, na Sorbonne.<sup>120</sup> Na América, o espelho europeu feito, com prataria local, serviu de molde às instituições e escolas de pensamento que foram erigidas na primeira metade dos oitocentos.

Considerando a produção e circulação de ideias, a historiografia transatlântica, que se fora transformando desde o declínio do Antigo Regime e o início do século XIX, acumulava distintas influências intelectuais que coexistiram durante certo período. De acordo com Arno Wehling, as vertentes historiográficas das primeiras décadas deste século reduziam-se a cinco. Uma delas remete para a história-ficção, com forte influência do século XVIII, compreendida como obra de arte e que daria diretrizes para a construção do romance histórico no romantismo, tendo Walter Scott como seu principal representante. A crônica histórica era

---

<sup>119</sup> WEHLING, Arno. *Estado, História, Memória: Varnhagen e a construção da identidade nacional*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

<sup>120</sup> ANDERSON, Benedict, op. cit., p. 265. Segundo Anderson, já no primeiro quartel do oitocentos a historiografia se estabelece como disciplina.

outro dos modelos de escrita histórica, com ampla preocupação narrativa e com apelo tradicional. A retórica histórica também fazia parte do elenco de modelos encontrados nas primeiras décadas oitocentistas, apesar de seu procedimento ter sido colocado em questão já desde o Renascimento e de seu pouco comprometimento com as evidências documentais. Por fim, completa a série a filosofia da história, de origem iluminista, com a intencionalidade de formular leis para o mundo social, ou de encontrar a racionalidade subjacente às ações humanas. Pelo esgotamento desses modelos, mas ainda influenciada pela construção das ciências sociais, a historiografia do século XIX enveredou rumo a um modelo mais sistemático e empírico, com forte apelo documental e arquivístico.<sup>121</sup>

Nas primeiras décadas do século XIX, a historiografia, assim, mudava seu método de trabalho, dando maior ênfase à documentação. A obra *Monumenta germaniae historica*, de 1826, resultou, então, modelo para diversos países, e Leopold Von Ranke (1795-1886), o novo grande expoente.<sup>122</sup> Na cidade de Frankfurt, em 1819, fora criada a *Sociedade para o Conhecimento da Antiga História Alemã*, que serviria de modelo para outras instituições europeias. Na França, o ministro e historiador François Guizot iniciava em 1835 a coleção *Documents inédits relatifs à l'histoire de France*. Na Rússia, começou em 1841 a publicação da coletânea completa de anais russos e, em Portugal, por meio da *Academia Real das Ciências*, editava-se desde 1856 a *Portugaliae monumenta historica*, com Alexandre Herculano.<sup>123</sup> Essas iniciativas e diversas obras paralelas deram início a uma produção historiográfica mais próxima às ideias científicas, com métodos e técnicas modernas que passavam a fazer parte do trabalho do historiador.

Durante a primeira metade do século XIX, segundo os argumentos de Arno Wehling, o interesse pela “cultura histórica” (de influência alemã) se expandiu juntamente com a ampliação dos “lugares de memória” (de influência francesa), fato que contribuiu à valorização da história como disciplina e sua utilização como base para a construção da sociedade e da identidade nacionais. Esse quadro mental, que abrangia a Europa e a América, contou assim com temas como patriotismo, nacionalismo, tradições e romantismo político, como balizadores da construção da memória social das novas nações. A relação entre pragmatismo histórico ilustrado e um ambiente político liberal, articulados dentro de um novo

---

<sup>121</sup> WEHLING, Arno, op. cit., pp. 27-28.

<sup>122</sup> HOBSBAWM, Eric, op. cit., p. 309.

<sup>123</sup> IGLÉSIAS, Francisco, op. cit., p. 43.

rigor metodológico, formou a historiografia e a cultura histórica emergentes nos novos Estados nacionais.<sup>124</sup>

Entre os elementos que contribuíram para a valorização da História, estava a reorganização teórico-metodológica e prática da produção historiográfica. No início do século XIX, verificou-se na Europa um aumento no número de historiadores e obras produzidas sobre as histórias nacionais, o qual demonstra o avanço da disciplina na academia se considerarmos, com Eric Hobsbawm, que “[r]aramente tantos homens se propuseram a interpretar seu mundo escrevendo relatos de muitos volumes a respeito do passado dos vários países”, profissionais a quem chama de “fundadores” da historiografia de seus países.<sup>125</sup>

Na América ibérica, na primeira metade do século, houve avanços na produção de obras históricas nacionais e com aspirações metódicas, porém dentro de uma historiografia segundo os cânones tradicionais, pois uma produção mais sistematizada só viria a ocorrer em um momento posterior, elemento confirmado pelos próprios mitos e narrativas que a historiografia viria a criar sobre sua própria história. No Brasil, a produção de Varnhagen entre o final da década de 1850 e 1870, dentro dos “cânones” científicos e oficiais da época, serviria de base para elevá-lo ao patamar de “pai da História do Brasil”. Na Argentina, “el gran historiador” Bartolomé Mitre iniciou suas publicações sobre Belgrano em 1850 e produziu boa quantidade de seus trabalhos até a década de 1880. No Chile, Diego Barros Arana, Benjamín Vicuña Mackenna e Miguel Luis Amunátegui produziram seus principais estudos também nas três primeiras décadas da segunda metade do século XIX.

Os “historiadores” que se debruçavam sobre o passado nas décadas de 1830 a 1860 não foram, em sua maioria, intelectuais com uma formação acadêmica específica. Em geral, nos três países, não havia historiadores “profissionais”, mas figuras políticas e intelectuais, de ideologia liberal, que se debruçavam sobre os temas concernentes à memória e identidade da nação. Essa primeira geração de historiadores ibero-americanos, produtores de obras fundacionais, compreendia que a história pátria exercia uma ação direta na construção da nação. Desse modo, sua escrita era, ao mesmo tempo, um labor intelectual e uma ação política.<sup>126</sup>

Assim, esses intelectuais americanos tiveram que responder de imediato às mudanças pós-independência, voltando suas análises aos problemas contemporâneos da construção nacional. Maria Ligia Coelho Prado considera que os intelectuais da geração de 37 dispunham

---

<sup>124</sup> WEHLING, Arno, op. cit., pp. 30-31.

<sup>125</sup> HOBSBAWM, Eric, op. cit., pp. 308-310.

<sup>126</sup> MUSSY, Luis G. de (Editor), op. cit. Ver também IGLÉSIAS, Francisco, op. cit.

de uma consciência sobre a importância da história para a construção da nacionalidade, uma característica que poderíamos expandir para os outros países. De fato, foi essa preocupação que levou ao surgimento de diversos textos que compreendiam, principalmente, o período posterior à independência,<sup>127</sup> refletindo-se, segundo Isaias Garcia Aponte, sobre as formas, para além do conteúdo e do “caráter didático” daqueles textos:

Es así que el pensador hispanoamericano refleja el desarrollo social y político de estas naciones, hijas de la revolución. No había tiempo para las grandes construcciones sistemáticas y metafísicas, sino únicamente para encararse a los problemas planteados por esa realidad, para encontrarles una solución y para enseñar a modificar, a construir y a consolidar las nuevas nacionalidades.<sup>128</sup>

Gandía chama a atenção para o caráter não profissional dos trabalhos produzidos por Alberdi e Sarmiento. Ambos não tinham por costume visitar arquivos e documentos, como em meados do século Bartolomé Mitre tomou por hábito. Faziam uma historiografia na qual se convertiam eles mesmos em “*documentos y testimonios*”. No entanto, com algum exagero, aquele autor considera que, sem os textos de Alberdi, Mitre e Sarmiento, os historiadores posteriores não teriam como explicar o conflito entre Buenos Aires e as províncias do interior.<sup>129</sup>

Em geral, esses primeiros historiadores também foram, com frequência, testemunhas dos acontecimentos sobre os quais escreviam, ou inclusive estiveram vinculados ou tinham participado dos eventos relatados. Dita característica constituía um status privilegiado, mas também supunha uma dificuldade na hora da produção de uma análise mais distanciada. Mesmo com a procura de imprimir cientificidade em sua produção, ocorria uma mistura entre o político e o intelectual, tão comum no século XIX. Essa rede de relações e a vivência dos acontecimentos estudados marcou o processo de construção historiográfica. Nas duas Américas católicas, a história contemporânea foi por vezes deixada de lado ou amenizada, de acordo com algum acontecido ou obra relativa a personagens ainda vivos. Colmenares considera esta “*ubicación geracional*” como marcante entre os historiadores nascidos nas três primeiras décadas oitocentistas, com a utilização da memória e filtros propositais.<sup>130</sup>

<sup>127</sup> PRADO, Maria Lígia Coelho. *América Latina no Século XIX: Tramas, Telas e Textos*. São Paulo, Editora Universidade de São Paulo, 2004, p. 167.

<sup>128</sup> APONTE, Isaias Garcia. *Andrés Bello. Contribución al estudio de la historia de las ideas en América*. Panamá: Universidad de Panamá, 1964, p. 20.

<sup>129</sup> GANDÍA, Enrique de, op. cit., pp. 435-436.

<sup>130</sup> COLMENARES, Germán, op. cit., pp. 69-70.

Em relação ao cuidado com as fontes e ao procedimento metódico nas pesquisas sobre a independência do Prata, por parte dos primeiros historiadores argentinos que produziram nas décadas de 1830 e 1840, Roberto Madero faz a seguinte observação:

Los primeros historiadores de la revolución no tienen reunidos o clasificados siguiendo una lógica autónoma que los caracterice u organice a partir de un corte temporal con el presente, o en relación con un archivo o con una profesión. Solo disponen de esa autoridad diversificada, sorpresiva –y paradójicamente, muda–, de un modo formal [...]. Para estos historiadores, el documento tiene el sentido de un espacio fuertemente personalizado que, en relación con las prestigiosas y diversas formas anteriores, lo produce, exhibe y explica, en un juego que reconoce distancias e proximidades con ellas, en actos contingentes y consensuales. Estos historiadores se forjan en el flujo íntimo de aquellos que se sienten autorizados para dar una versión ajustada de los sucesos, por haber participado como testigos o actores de la historia a la que han contribuido.<sup>131</sup>

A perspectiva anterior pode ser aplicada também ao Brasil e ao Chile, no que se refere à produção histórica da primeira metade do século XIX. Contudo, o mesmo não poderia ser afirmado acerca da segunda metade, quando arquivos e documentos já haviam ganhado certa organização.

As relações pessoais surtiram efeitos também sobre a pesquisa documental. Apesar dos esforços em meados do século XIX para se organizar os arquivos, nas décadas iniciais da historiografia metódica o acesso à documentação era em grande parte estabelecido pela liberação concedida, ou não, a cada indivíduo. No caso da independência, a questão resultava bem delimitada. Resultou comum o uso de diários pessoais, políticos e militares, correspondência privada e entrevistas pessoais. O acesso aos documentos pressupunha a anuência de personagens ou familiares. Esse procedimento, somado às questões pessoais, afetava tanto a segurança metodológica quanto a leitura da documentação, um procedimento que gradualmente ocupa espaço no fazer historiográfico.<sup>132</sup>

Em termos gerais, nos primeiros historiadores nacionais encontramos uma formação liberal e com forte influência francesa e romântica europeia. No entanto, além dessas influências externas, os pensadores americanos se influenciaram, também, mutuamente. Diversos desses intelectuais se conheciam, por vezes estudaram, militaram ou trabalharam juntos, em seus países ou no exterior, por motivo de formação, de negócios ou de exílio

<sup>131</sup> MADERO, Roberto. *La historiografía entre la república y la nación: el caso de Vicente Fidel López*. Buenos Aires: Catálogos, 2005, p. 08.

<sup>132</sup> COLMENARES, Germán, op. cit., pp. 74-76. A primeira biografia de Andrés Bello, escrita por Amunátegui, contou com entrevistas e acesso à documentação promovida por Bello. AMUNÁTEGUI, Miguel Luis. *Vida de Don Andrés Bello*. Santiago de Chile: Impreso por Pedro G. Ramírez, 1882.

político. O debate sobre as obras que se publicavam era constante na imprensa, e a edição e consumo de livros aumentava com o crescimento das instituições educacionais. As trocas de informações, por correspondência, foram constantes e com apreciações, sugestões e críticas mútuas referentes aos trabalhos realizados.

Bartolomé Mitre manteve uma longa correspondência com seus colegas chilenos, em especial com Benjamín Vicuña Mackenna e Diego Barros Arana, a qual possibilitou ao último a leitura da obra do colombiano José Manuel Restrepo (1781-1863). O peruano Paz Soldán citava Mitre e Vicuña Mackenna, e os artigos da revista *El Repertorio Americano* (1826-1827) publicada em Londres pelo colombiano Juan García del Río e Andrés Bello.<sup>133</sup> Este último escreveu, também, de Londres a Restrepo sobre o impacto local de sua *Historia de la Revolución de la República de Colombia* (1827), publicada em Paris. Ou ainda quando, no final de sua vida, Bello trocava cartas com Varnhagen, então residente em Santiago, onde discutiam qual seria a melhor grafia original para o nome de Américo Vespuccio, uma vez que as denominações divergiam entre Amérigo e Amerrigo.<sup>134</sup> É provável também que Abreu e Lima tenha conhecido o trabalho de Restrepo durante sua permanência na América andina (1819-1830), assim como as *Meditaciones Colombianas* (1829), de Juan García del Río. Também recebeu no final de sua vida, em 1868, a autobiografia do venezuelano Antonio Paz.

As historiografias chilena e platina – devido aos relevantes fatos de dividirem histórias comuns, de contarem com um passado colonial hispânico compartilhado (língua, religião, sistema administrativo, político), como também com personagens que atuaram tanto no Chile como na Argentina – possuem características muito próximas. A influência de pensadores argentinos exilados no Chile e no Uruguai, em fuga do governo ditatorial de Juan Manuel Rosas, que se estendeu entre 1829 e 1852, sentiu-se de maneira intensa na vida política e intelectual chilena. Conforme mencionado, a partir de 1837, exilados como Bartolomé Mitre, Domingo Faustino Sarmiento e Juan Bautista Alberdi contribuíram para o que Germán Colmenares chamou de “*intimidades de las historias nacionales*”, pelo fato de terem levado suas experiências e discussões do *Salón Literario* de 1837, em Buenos Aires, para a *Sociedad Literaria* de 1842, no Chile. Posteriormente aconteceu o contrário, com o exílio de Barros Arana e Vicuña Mackenna em Buenos Aires em 1859, onde aproveitaram para trocar

---

<sup>133</sup> COLMENARES, Germán, op. cit., pp. 28-29.

<sup>134</sup> Carta de Bello a Varnhagen em 25 de outubro de 1864; Carta de Varnhagen a Bello em julho de 1865. Estas cartas encontram-se em JAKSIC, Iván, op. cit.



experiências, pesquisar em arquivos e coletar entrevistas enquanto fugiam da perseguição do governo de Manuel Montt.<sup>135</sup>

Podemos conhecer melhor esta “intimidade” ao levantarmos os nomes dos exilados argentinos e verificarmos que boa parte deles se envolveu na construção do sistema de ensino moderno chileno, além de contribuir consistentemente para a formulação de algumas “ficções-diretrizes” da nação chilena. Por outro lado, a influência da vida social chilena marcou o imaginário nacional que se estava criando então na região do Prata, pois, mais tarde, estes mesmos exilados “*organizaron a su regreso al país, el Estado nacional, apelando a los aprendizajes del exilio*”.<sup>136</sup>

No Brasil, mesmo sem possuir um passado hispânico compartilhado, sem ter-se constituído como uma nação republicana como seus vizinhos, as bases gerais que a historiografia desenvolveu e o lugar que ela ocupou na concepção de Estado nacional apresentam aspectos próximos, se consideradas as propostas teóricas, metodológicas e temáticas existentes. No entanto, estas proximidades se distanciam quando passamos a discutir as especificidades dos temas, os caminhos percorridos nos processos de independência, as rivais opções entre a monarquia ou a república, as relações com os povos indígenas, as diferenças que a escravidão produziu em cada país ou o posicionamento quanto à herança ibérica.

As Américas portuguesa e espanhola podem ter se dividido entre as opções pela monarquia constitucional e a república; porém, compartilharam elementos comuns presentes no processo de emancipação política, na construção do Estado, na formação intelectual europeizada, línguas ibéricas, religião católica, aspectos esses que contribuíram para a ideia de uma identidade genérica comum na região. Ditas características permitiram aproximar as concepções e as práticas das elites dos diversos países ibero-americanos, parecidas por constituir-se em sua maioria em liberais, sobretudo quanto às propostas econômicas, políticas e, em menor medida, sociais, em especial se considerado o fim da instituição da escravidão e o acesso às letras.

A concepção historiográfica dos historiadores oitocentistas americanos estava vinculada a uma ideia de civilização europeia e de progresso. O método e o ideário ideológico, mesmo com efeitos pendulares contextuais, tendiam a uma aproximação à Europa e uma rejeição à “americanidade” das novas nações. Essas nações emergentes eram produtos, e produtoras, de leituras de mundo que concediam um espaço às continuidades nas

---

<sup>135</sup> COLMENARES, Germán, op. cit., pp. 76-77.

<sup>136</sup> ARNOUX, Elvira Narvaja de, op. cit., p. 10.

representações, apesar de sofrerem com fortes aspectos de ruptura produzidos pelas independências nacionais. Apesar da incidente cisão observada no processo americano de independência, a historiografia nacional produzida nesse período, de maneira geral, veio da mão de historiadores que compreendiam a história da América como uma prolongação da Europa. Nesse sentido, a concepção por eles da história americana não estava embasada somente em sua identidade, mas também em teorias e métodos que seguiam modelos conceituais produzidos no Velho Continente, como a Ilustração, o utilitarismo, o romantismo, o positivismo ou o empirismo, isto é, “*las convenciones contra la cultura*”.<sup>137</sup> De modo geral, o intelectual latino-americano se sentia partícipe da cultura europeia, dela se apropriava e a reproduzia depois de ter feito uma leitura própria.<sup>138</sup> As academias, institutos, faculdades e universidades eram erigidos visando à reprodução do pensamento do Velho Mundo, procurando estabelecer cursos, pesquisas e produções semelhantes aos que lá se produziam.

Assim, a importação de culturas europeias e a sua adaptação às realidades americanas resultaram recorrentes na história intelectual do continente. A apropriação e a releitura local fazem parte da construção histórica da América.<sup>139</sup> Voltado mais especificamente ao campo da historiografia, Germán Colmenares aborda o tema das “convenções contra a cultura”, ao considerar que as teorias importadas não estavam de acordo com as condições econômicas e sociais presentes na América ibérica. O conservadorismo social americano da época não era compatível com o ambiente em que se desenvolveram a ilustração e o neoclassicismo. Como conciliar os ideários da Revolução Francesa com a defesa da continuidade da escravidão e exclusão dos processos políticos de boa parte da sociedade ibero-americana?<sup>140</sup>

Por outro lado, as Luzes que circulavam pela Europa se pretendiam cosmopolitas e universalistas, mas enfatizavam a exclusão da América, Ásia e África na prática igualitária da liberdade e autonomia. Essas ideias, aplicadas às práticas políticas colonialistas, provocaram reações nas Américas. Os *criollos*, que se concebiam como seres dotados de razão e outras qualidades das Luzes, em oposição ao pensamento produzido na Europa, começaram a valorizar o continente e seus reinos. A mais forte expressão desse americanismo foi encarnada

<sup>137</sup> COLMENARES, Germán, op. cit., pp. 14-15.

<sup>138</sup> RICUPERO, Bernardo, op. cit.

<sup>139</sup> Ver SHWARCZ, Lilia M., op. cit. ABRAMSON, Pierre-Luc. *Las utopías sociales en América Latina en el siglo XIX*. México: Fondo de Cultura Económica, 1999.

<sup>140</sup> COLMENARES, Germán, op. cit. É preciso lembrar que, na maioria dos casos, com a independência foi abolido o tráfico negreiro e criadas leis – como a do ventre livre – que previam a abolição gradual e definitiva em médio prazo. Os países que mais tardiamente aboliram a prática da escravidão foram o Brasil em 1888, Cuba 1886 e os Estados Unidos, na região sul do país, em 1863.

pelos jesuítas *criollos* no exílio após a expulsão do continente, principalmente na região da futura Itália.<sup>141</sup>

Do descompasso existente entre, por um lado, um modelo no campo do ideal concebido na Europa (convenções) e, por outro, as condições encontradas na América (cultura), derivou-se no campo da historiografia, para difundir-se a partir daí ao senso comum, a construção intelectual de uma civilização europeizada na América. Dita criação desenvolveu-se negando historicamente segmentos e costumes constitutivos do Estado-nação, como povos indígenas, *gauchos* e negros. A civilização viria de fora do continente, proviria do modelo europeu, apesar das realidades existentes na América ibérica.<sup>142</sup>

O *IHGB* também construiu uma história de crença no progresso e linear em direção à civilização, por ele compreendida como um espelho da Europa. Sua história excluía negros e índios, reconhecendo no branco um elemento superior do povo brasileiro.<sup>143</sup> A necessidade científica, amparada pelos estudos de etnografia, arqueologia e linguística, de comprovar a necessidade do branco no país para levar a civilização aos indígenas, fez urgir o interesse pelo tema do indígena, reforçado sobretudo depois de 1851, com a mudança dos estatutos. Há ainda a exclusão social do negro, cujo reflexo se percebe também em um silenciamento na historiografia de meados do século XIX. Astor Diehl aponta para o fato de que essa característica transborda da obra de Varnhagen, uma vez que produz um saber histórico que busca fundamentar e legitimar um processo de dominação social inerente à constituição da nação brasileira.<sup>144</sup>

O próprio romantismo tinha concepções distintas na Europa e na América. Suas leituras do passado e do presente reforçaram os descompassos existentes entre ambas as sociedades, centro das críticas de Colmenares. Ricupero, sobre os romantismos nas duas margens do Atlântico, faz o seguinte resumo da situação: “se o romantismo europeu desconfiava da civilização e protestava contra o capitalismo, o latino-americano opõe-se, de maneira geral, à barbárie e é simpático, ou, ao menos, às oportunidades que esse modo de produção parece oferecer ao continente”.<sup>145</sup>

---

<sup>141</sup> GERBI, Antonello. *O Novo Mundo. História de uma polêmica (1750-1900)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. Consultar também: ÁLVAREZ ARREGUI, Federico, “El debate del Nuevo Mundo”, in PIZARRO, Ana (org.). *América Latina: palavra, literatura e cultura. vol. 2, Emancipação do Discurso*. São Paulo: Memorial; Campinas: Unicamp, 1994, pp. 35-66.

<sup>142</sup> COLMENARES, Germán, op. cit., p. 23.

<sup>143</sup> GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado, “Nação e Civilização nos Trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional”, in *Estudos Históricos 1. Caminhos da Historiografia*. Rio de Janeiro: Vértice, 1988, pp. 5-27.

<sup>144</sup> DIEHL, Astor Antônio, op. cit., p. 41.

<sup>145</sup> RICUPERO, Bernardo, op. cit., p. XXVIII.

Ricupero considera ainda que o romantismo que se constituiu na América ibérica seria de “terceira mão”, uma vez que teria chegado aqui principalmente a vertente francesa, que foi influenciada pelo romantismo alemão. As modificações impressas no romantismo deram lugar a situações diferentes das europeias, pois no Novo Mundo o confronto entre os modelos iluministas e românticos era mais tímido. Aqui esta diferença não remeteria tanto para a forma de compreender o mundo, mas de representá-lo.<sup>146</sup>

Em relação às disputas referentes aos campos das ideias na América, Ricupero fornece uma informação de interesse, quando caracteriza o conflito entre as duas correntes de pensamento no Chile e as alternâncias de posicionamento em terras brasileiras. Para esse autor:

Significativamente, no único país latino-americano em que há confronto direto entre românticos e neoclássicos, o Chile, as posições se invertem. É o neoclássico Andrés Bello e seus discípulos que defendem, contra os românticos e principalmente por motivos políticos, parte do legado hispânico. No Brasil, por seu turno, o romantismo evolui de uma postura originalmente crítica em relação a Portugal e à colônia para a incorporação positiva do passado pré-nacional.<sup>147</sup>

Referindo-se à região platina, Ricupero considera que existiu uma diferença de filiação intelectual entre as partes divergentes nessa área, apesar de seu interesse comum na “civilização”. Contrapunham-se, de um lado, os *unitarios*, mais ligados à ilustração, e, do outro, posicionavam-se os pertencentes à *Nueva Generación*, filiados ao romantismo.<sup>148</sup> Não concebemos essa divisão de maneira tão clara, tanto quanto à pureza das ideias, nem à sua variação temporal em diversos personagens da região. O próprio Alberdi, como outros membros da *Nueva Generación*, esteve de início ao lado de Rosas, como vários segmentos da sociedade daquela região no princípio de seu governo.<sup>149</sup>

De acordo com Ricupero, as diferenças entre românticos e neoclássicos no Chile, em comparação com Argentina e Brasil, estavam relacionadas com a concretização, mais recente ou tardia, da centralização política e a criação do Estado-nação. Assim, em sua análise:

O Chile representa finalmente uma experiência intermediária entre Argentina e o Brasil. Como a Argentina, é uma parte periférica do império espanhol, mas antes mesmo do Brasil, consegue estabilizar, a partir de 1829, seu sistema político, mediante um arranjo conservador patrocinado pelo

<sup>146</sup> Idem, p. XXX.

<sup>147</sup> Ibidem.

<sup>148</sup> Idem, p. 213.

<sup>149</sup> SHUMWAY, Nicolas. *A Invenção da Argentina: História de uma ideia*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Brasília: Editora UnB, 2008.

importante homem de negócios Diego Portales. Dessa forma, diferentemente do Brasil e de maneira similar à Europa, neoclássicos e românticos se confrontarão, a partir de certas instituições, como a Universidade do Chile, o que ocorre principalmente no debate entre os já referidos Lastarria e Bello.<sup>150</sup>

No Brasil da década de 1830, a situação da filiação romântica com o Estado parece estar mais diluída, uma vez que seus principais representantes eram adeptos da monarquia constitucionalista brasileira, como Gonçalves de Magalhães, Abreu e Lima, ou Varnhagen.

A respeito da proximidade entre o Brasil e o Chile, Bernardo Ricupero considera que, graças à influência argentina, o Chile e o Brasil estreitaram suas concepções através do romantismo. Mesmo com o confronto existente entre o Brasil monárquico e as demais repúblicas hispano-americanas, principalmente com as que fazem fronteira com ele e, em especial, com a Argentina, algumas influências, mútuas, aconteceram. Ricupero faz a seguinte ponderação sobre os vínculos entre os três países e o distanciamento brasileiro:

usando como contraponto a experiência de um romantismo com preocupações similares ao brasileiro, o argentino, e lateralmente a atuação dos argentinos no Chile, ficarão mais claras as condições particulares que os românticos brasileiros tiveram que enfrentar.<sup>151</sup>

Um distanciamento existente na construção intelectual dos três países em destaque encontra-se em um maior uso nos países hispano-americanos, do que no Brasil, da “*crítica costumbrista*”, ligada mais à literatura e à vida cotidiana. O espaço e influência da literatura costumbrista são considerados relevantes na construção das identidades regionais, sobretudo ao sul do continente. De acordo com Colmenares, “*La crítica de las costumbres debía dar origen así al primer género literario, si descontamos la historia, que se ofrecía en el sur de Hispanoamérica como una síntesis intelectual*”.<sup>152</sup> No caso brasileiro, a tendência a uma menor produção nesse campo surgiu em parte, segundo Colmenares,<sup>153</sup> por causa da rejeição de características culturais ancestrais do país, ligadas às tradições e ao passado não europeu do continente.

Isso não significa dizer que uma abordagem literária e costumbrista não tenha obtido espaço entre nós. Basta lembrar que, em 1843, a obra do bávaro Karl Friedrich Philipp von

<sup>150</sup> RICUPERO, Bernardo, op. cit., p. XXXVI. Na segunda metade do século XIX, os três países mudam sua visão em relação à herança ibérica, reaproximando-se dela.

<sup>151</sup> Idem, p. XIX.

<sup>152</sup> Idem, p. 47. Segundo o autor, o “*costumbrismo era un sustituto literario de la novela, en la cual los conflictos de una sociedad más compleja liberaban la energía de un héroe que, tras las peripecias de una lucha, acababa estrellándose o reconciliándose con esa sociedad*”.

<sup>153</sup> COLMENARES, Germán, op. cit.

Martius, campeã do concurso promovido pelo *IHGB* sobre como se deveria escrever a história do Brasil, tinha forte apelo a uma abordagem e análise do cotidiano, com sua indicação aos historiadores brasileiros para que dessem espaço ao processo da “mescla de raças” presente no país.

Para Alejandro Eujanian, o estabelecimento da historiografia e dos estudos literários na Argentina ocorreu de maneira relacional, dentro do processo de construção das duas disciplinas, que compartilhavam uma crítica ao *rosismo* e o civismo republicano. Precisamente, o que se estabeleceu na Argentina foi uma crítica literária que, baseada na pesquisa e recopilação de documentos, pretendia reconstruir a história na literatura. Dessa forma paralela à historiografia, a crítica literária priorizou uma ideia de unidade e continuidade da colônia. A grande diferença entre uma e outra residia no método, pois a historiografia como disciplina especializada utilizava sua cientificidade documental para estabelecer as bases de seus escritos. Esses aspectos continuarão até a chegada do naturalismo ao país, por volta da década de 80 do século XIX.<sup>154</sup>

No Brasil, apesar de ter-se dado um pouco mais tarde, houve também uma relação fecunda entre a historiografia e a literatura. Tal como foi necessário criar uma história e uma literatura nacional para uma nação argentina, simultaneamente, o mesmo aconteceu no Brasil, onde o desafio foi assumido por escritores românticos que consideravam estar fundando as bases intelectuais brasileiras, principalmente durante o Segundo Reinado.<sup>155</sup>

Assim, considerando esta imbricação entre literatura, crônica e historiografia, um aspecto digno de observação, ligado ainda ao nacional, remete para a redução que por muito tempo se fez das historiografias americanas, restringindo-as à escrita oficial da história, sob a guarda dos Estados-nação que se formavam. Selecionar unicamente as obras surgidas a partir de meados do século XIX como marcadores do início da historiografia argentina, brasileira ou chilena implica incorrer em uma delimitação teórico-metodológica bastante estrita daquilo que seria a historiografia produzida até então nos três países. Inicialmente, em todos eles, houve uma produção de crônicas e registros, cartas de petição, documentos enviados à metrópole, textos diversos destinados a informar às coroas sobre os novos territórios.<sup>156</sup> Optamos, portanto, por considerar produção historiográfica não só as obras produzidas dentro

<sup>154</sup> EUJANIAN, Alejandro C., “Crítica y poder en los orígenes de la historiografía argentina”, in CANCINO TRANCOSO, Hugo; SIERRA, Carmen de (orgs.). *Ideas, cultura e historia en la creación intelectual latinoamericana, siglos XIX y XX*. Quito: Abya-Ayala, 1998. Disponível em: <<http://repository.unm.edu/bitstream/handle/1928/11759/Ideas%20cultura%20e%20historia%20en%20la%20creaci%C3%B3n.pdf?sequence=1>> (acessado em 05/09/2011).

<sup>155</sup> RICUPERO, Bernardo, op. cit., pp. 85-86.

<sup>156</sup> JOCELYN-HOLT, Alfredo, op. cit., pp. 33-34.

do meio profissional das academias dos três países em questão, fato esse que impediria incluir parte da produção existente, uma vez que a historiografia moderna nesses países surgiu em meados do século XIX.

Em relação à historiografia mais próxima aos métodos cientificistas de meados do século, na Argentina, no Brasil e no Chile a construção desse campo do saber se verificou dentro de um quadro geral que, contudo, não deixou de manter suas especificidades. Em especial no que diz respeito ao local de origem da produção da historiografia de cada país, no Chile a Universidade viria ser o veículo que promoveria sua efetivação; já nas Províncias Unidas do Prata, teria lugar um desenvolvimento ligado inicialmente às associações literárias e, posteriormente, à Universidade; e, no caso do Brasil, os Institutos Históricos, seguindo o modelo do *IHGB*, fariam o papel de promotores da escrita do passado nacional.<sup>157</sup>

Nos três países investigados, a historiografia com contornos mais acadêmicos apareceria mais tarde do que na Europa, por volta de 1850, e através de estabelecimentos de ensino e pesquisa ora distintos, ora semelhantes aos daquele lado do Atlântico. O ambiente intelectual e o sistema educacional foram reconstituídos/erguidos na primeira metade do século XIX. Para o requerido “capitalismo editorial” de Anderson como fomentador dos nacionalismos americanos, fez-se necessário construir novos espaços para a formação intelectual e nacional dos habitantes da região.

## **2.5 – A historiografia do surgente Estado nacional: traços metodológicos**

As historiografias que apareceram na Argentina, no Brasil e no Chile em meados do século XIX são os objetos principais sobre os quais discorreremos a seguir. Pretendemos percorrer um cenário historiográfico em torno das três nações, considerando seus respectivos modelos metodológicos, ideários temáticos, contextos nacionais e ferramentas teórico-metodológicas em questão.

Os temários e os métodos desenvolvidos no Cone Sul estiveram em consonância nos diversos países, em suas linhas gerais. Isso não significa dizer que se produziram reflexões ou soluções análogas acerca das distintas realidades, problemas e desafios. Mas, apesar das diferenças no tocante às especificidades das realidades políticas, econômicas, territoriais,

---

<sup>157</sup> SCHWARCZ, Lilia M., op. cit. O *Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano* foi fundado em 1862 e o *Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo* surgiu em 1894, contudo com um caráter bastante mais regional que seu predecessor, pelo qual terminou contribuindo para o projeto inicial do *IHGB* de reforçar os estudos e arquivos de caráter local.

étnicas, intelectuais, o vínculo teórico historiográfico, na hora de se pensar o passado, o presente e o futuro das insurgentes e incipientes nações ibero-americanas, compartilha formas e leituras. Por outro lado, de maneira geral – e não apenas, portanto, para os três países centrais de nossa pesquisa –, a historiografia produzida no século XIX continua sendo, ainda hoje, “enormemente influente” na produção intelectual da América Latina.<sup>158</sup>

Seguindo a tendência atlântica, a historiografia chilena oitocentista da década de 1840 avançou em direção a uma história institucionalizada, em busca da construção da nação, inicialmente contra o governo, com a *Generación de 42*, e posteriormente mais próxima a ele, com as atividades da *Universidad de Chile*. Nesse momento em que a história começava a usufruir de grande legitimidade acadêmica na América, uma série de renomados escritores chilenos, como Vicuña Mackenna (1831-1886), Miguel Luis Amunátegui (1828-1888) e Diego Barros Araña (1830-1907), passou a contribuir com a história nacional.

A historiografia produzida no Chile do século XIX estava, em consonância com a das demais nações hispano-americanas, marcada por uma ilustração oitocentista tardia, pelo republicanismo e liberalismo. Ligada a noções de progresso, de civilização e liberdade, plantou pilares da modernidade daquele país. Para Colmenares, a historiografia produzida no século retrasado pode ser resumida da seguinte forma: “*un paquete ideológico potentísimo que nos volvió ‘políticos’, nos institucionalizó como sociedad, y permitió irnos modernizando conforme a nociones de progreso, civilización y creciente libertad para quienes entraban a funcionar dentro de estos parámetros*”.<sup>159</sup>

No Chile, um dos primeiros estrangeiros a escrever sobre o país utilizando um método historiográfico foi o naturalista francês Cláudio Gay. Cristián Gazmuri entende que aquele autor foi o iniciador da escola narrativa que caracterizou a historiografia oitocentista. Após uma década de pesquisas para o governo chileno e de pequenas publicações sobre o país, Claudio Gay lançou em 1844, em Paris, *Historia física y política de Chile*. Em 1846, para dar continuidade ao trabalho, publicou *Documentos sobre la historia, la estadística y la geografía*. Dita obra acabou sofrendo diversas críticas metodológicas por parte de Bello.<sup>160</sup>

Cristián Gazmuri considera que a segunda fase da historiografia chilena propriamente dita, cuja produção se iniciou em 1842 e que durou até 1900, foi guiada ideologicamente pelo liberalismo e metodologicamente pelo positivismo. Esse autor aponta Andrés Bello como seu

<sup>158</sup> COLMENARES, Germán, op. cit., p. 11.

<sup>159</sup> JOCELYN-HOLT, Alfredo, op. cit., p. 43.

<sup>160</sup> GAZMURI, Cristián R. *La historiografía chilena (1842-1970)*. Tomo I. Santiago de Chile: Centro de investigaciones Diego Barros Arana, 2006, p. 56.



maior expoente, já que, mesmo sem ser historiador de formação, contribuiu com afinco ao estabelecimento da historiografia como disciplina de acordo com sua visão, de grande rigor metodológico, balizada pelo “método crítico filológico”. Desde Londres, os estudos ligados a tal método marcaram seus trabalhos e os dos historiadores da primeira geração, estudos esses ligados ao método positivo e ao romantismo, além de caracterizados pela sua dedicação à filologia.<sup>161</sup> De fato, o olhar favorável a considerar efetiva a participação de Bello no fazer historiográfico resulta bastante difundida entre aqueles que se interessam em estudar a formação da disciplina naquele país. Comentando a biografia de Andrés Bello produzida por Iván Jaksic, Simon Collier afirma que segundo “*la opinión del más ilustre de los historiadores chilenos de hoy en día, Don Sergio Villalobos, la influencia de Bello ‘marcó por un siglo el carácter de la historiografía chilena’*”.<sup>162</sup>

A institucionalização da disciplina desde a universidade permitiu que a historiografia chilena produzisse uma grande quantidade de trabalhos significativos. Jocelyn-Holt entende ter se dado, de modo convergente, uma série de circunstâncias que levaram a história a exercer uma hegemonia no mundo intelectual no século XIX, a qual se viu reforçada com o aparecimento de grandes historiadores como Vicuña Mackenna, Barros Arana e os irmãos Miguel e Luis Amunátegui. A criação de um público leitor de história, a centralidade do ensino de história no currículo nacional, o historicismo e a relação entre o romance e a história, contribuiriam para o destaque da disciplina no Chile.<sup>163</sup>

Nesse país, o desenvolvimento da historiografia no campo universitário foi encarado por seus executores como um serviço público. A disciplina assumiu uma formatação estabelecida desde a Lei Orgânica da Universidade, que definia a implementação dos estudos históricos em cinco vias. Essas estratégias definiam-se pela elaboração de memórias anuais, convocatórias para concursos com a mesma periodicidade, discursos de incorporação às faculdades, biografias dos membros acadêmicos falecidos e memórias de graduação.<sup>164</sup>

Entre 1844 e 1850, a Universidade do Chile apresentou treze memórias que poderiam discorrer sobre qualquer tema, desde que alinhadas com uma história metódica. Os parâmetros para o desenvolvimento foram explicitados no artigo 28 da referida Lei Orgânica, onde rezava que “*se pronunciará (anualmente) un discurso sobre algunos de los hechos más*

<sup>161</sup> GAZMURI, Cristián R., “Influencias sobre la historiografía chilena: 1842-1970”, in MUSSY, Luis G., op. cit., p. 75.

<sup>162</sup> COLLIER, Simon, “La pasión por el orden, una odisea intelectual” in *Anales de la Universidad de Chile* n.º. 15, 2003. Disponível em: < <http://www.anales.uchile.cl/index.php/ANUC/article/viewArticle/3400/3307>> (acesso: 17/03/2013). Ver também: JAKSIC, Iván, op. cit., pp. 14-15.

<sup>163</sup> JOCELYN-HOLT, Alfredo, op. cit.

<sup>164</sup> GAZMURI, Cristián R. *La historiografía chilena (1842-1970)*. Tomo I, p. 60.

*señalados de la historia de Chile, apoyando los pormenores históricos en documentos auténticos y desarrollando su carácter y consecuencias con imparcialidad y verdad*".<sup>165</sup>

Foi em relação a essas memórias que aconteceu o conhecido debate entre concepções que defendiam a história filosófica ou a romântica. Entre 1844 e 1848, em meio ao exílio de argentinos no Chile, teve lugar em Santiago uma discussão que iria marcar a historiografia do país. Em 1844, a *Universidad de Chile* presenciou uma polêmica historiográfica entre o reitor Andrés Bello e Lastarria, então estudante da Faculdade de Filosofia e Humanidades.<sup>166</sup> O título do trabalho de Lastarria resultava sugestivo quanto à abordagem que iria direcionar a pesquisa: *Investigaciones sobre la influencia social de la conquista i del sistema colonial de los españoles en Chile*.<sup>167</sup>

O debate, veiculado pela imprensa, envolveu um modelo de história filosófica, mais generalizante, dedutiva e com pouca pesquisa documental, defendida por Lastarria, em oposição a um trabalho mais historicista e metódico, com consulta aos documentos e com rigor metodológico, advogado por Bello. Outro ponto de discussão referiu-se à instrumentalização política no estudo de Lastarria, que continha uma crítica ao estado social e político do país, condenando o governo chileno e, sobretudo, a herança espanhola ainda presente no Chile.

Lastarria, na introdução de sua memória, indicava sua concepção e a função da história que deveria ser produzida no Chile, expondo pontos que seriam nevrálgicos em seu estudo e enfatizando "*males de origen*" presentes na construção da nação chilena. Para o jovem:

La historia es el oráculo de que Dios se vale para revelar su sabiduría al mundo, para aconsejar a los pueblos i enseñarlos a procurarse un porvenir venturoso. Si solo la considerais como un simple testimonio de los echos pasados, se comprime el corazon i el exepetismo llega a preocupar la mente, porque no se divisa entónces mas que un cuadro de miserias i desastres: la libertad i la justicia mantienen perpetua lucha con el despotismo i la iniquidad i sucumben casi siempre a los redoblados golpes de sus adversarios; los imperios mas poderosos i florecientes se conmueven en sus fundamentos i de un instante a otro se ven en el lugar que ellos ocuparan inmensas ruinas que asombran a las jeneraciones, atestiguando la debilidad i constante movilidad de las obras del ombre; este vaga por todas partes presidiendo la destruccion, derramando a torrentes sus lágrimas i su sangre.<sup>168</sup>

<sup>165</sup> Idem, pp. 60-61.

<sup>166</sup> JOCELYN-HOLT, Alfredo, op. cit., p. 41. Ver também: GAZMURI, Cristian, "Influencias sobre la historiografía chilena: 1842-1970", in MUSSY, Luis G., op. cit., pp. 75-84.

<sup>167</sup> LASTARRIA, José Victorino. *Investigaciones sobre la influencia social de la conquista i del sistema colonial de los españoles en Chile*. Santiago: Imprenta del siglo, 1844.

<sup>168</sup> Idem, p. 8.

Em sua leitura filosófica, considerava que a colonização espanhola havia condenado as possibilidades de desenvolvimento na região e as dos colonos. Para Lastarria, “*La circunstancia de nacer americano sellaba la desgracia del colono, cualquiera que fuese el origen de su estirpe*”.<sup>169</sup> A argumentação de Lastarria subordinava a metodologia à sua percepção da existência de uma cultura inferior no povo chileno. Partia, assim, da análise das inferioridades como reflexão filosófica para a investigação do passado, concentrado na conquista e no processo de independência.

Bello fazia uma defesa do país, com uma análise do desenvolvimento do Estado pós-independência, constituída de forma mais embasada em leituras. Bello, por meio da utilização de seus conhecimentos da historiografia romântica adquiridos nos anos em que estivera em Londres (1810-1829), refutou o interlocutor mediante o uso de novos cânones, como Sesmondi, Villemain, Cousin, Barante, que se mostrariam modernos, criticando o apego de Lastarria a uma historiografia desatualizada e com pouca pesquisa.<sup>170</sup> Em artigo publicado por Bello no *El Araucano* de 28 de janeiro de 1848, encontramos uma síntese de sua argumentação:

Cuando el público está en posesión de una masa inmensa de documentos y de historias, puede muy bien el historiador que emprende un nuevo trabajo sobre esos documentos e historias, adoptar o el método del encadenamiento filosófico, según lo ha hecho Guizot en su *Historia de la Civilización*, o el método de la narrativa pintoresca, como el de Augustín Thierry en su *Historia de la Conquista de Inglaterra por los Normandos*. Pero cuando la historia de un país no existe, sino en documentos incompletos, esparcidos, en tradiciones vagas, que es preciso compulsar y juzgar, el método narrativo es obligado. Cite el que lo niegue una sola historia general o especial que no haya principiado así.<sup>171</sup>

Gazmuri e Colmenares acreditam que a influência de Bello, juntamente com a leitura dos autores românticos franceses, recaiu sobre toda a primeira geração de historiadores chilenos. O método defendido por Bello teve eco nas obras de Diego Barros Arana, Benjamín Vicuña Mackenna, dos irmãos Miguel Luis e Gregorio Amunátegui, de Ramón Soto Mayor Valdés e de Gonzalo Bulnes Pinto. A chegada do positivismo reforçaria este caráter no trabalho de todos eles.<sup>172</sup> A historiografia chilena deste período, segunda metade do século XIX, é por Gazmuri considerada como de alta qualidade e caracterizada pelo positivismo e

<sup>169</sup> Idem, p. 50.

<sup>170</sup> COLMENARES, Germán, op. cit., pp. 33-44.

<sup>171</sup> BELLO, Andrés. *Obras Completas de Andrés Bello*, tomo XXIII [Temas de Historia y Geografía]. Caracas: Fundación Casa de Bello, 1981, p. 246.

<sup>172</sup> GAZMURI, Cristián R., op. cit., pp. 77-78.

pelo método filológico, com importância dada aos fatos, às datas, às fontes e à pesquisa. Além disso, os estudos também se destacavam pelo seu rigor e pela determinação de coletar documentos em arquivos espanhóis, americanos e chilenos.<sup>173</sup>

Na Argentina, uma discussão semelhante à de Bello e Lastarria aconteceu entre Vicente Fidel López e Bartolomé Mitre, entre 1881 e 1882, por meio das páginas de periódicos. O embate teve início com as críticas de López, que havia escrito *Historia de la República Argentina. Su origen, su revolución y su desarrollo político hasta 1852* (1883 a 1893, em 10 tomos) a *Historia de Belgrano y de la Independencia Argentina*, relançada pela terceira vez por Mitre, essa vez ampliada e com alterações. A polêmica entre uma história documental ou filosófica marcou, assim, a historiografia argentina. A disputa, ligada a linhagens historiográficas — Guizot e Michelet — também levou ao debate de posicionamentos políticos contemporâneos no fazer historiográfico.<sup>174</sup>

A relação da escrita do passado com a política estivera presente no Chile, de modo bastante nítido, desde os primeiros trabalhos. O golpe de Estado de 1830, promovido pela oligarquia mercantil representada por Diego Portales, estabeleceu um governo autoritário, centralizador e excludente. Para Gabriel Salazar, a historiografía que surgiu nesse momento “no pudo menos que hacer realizando un doble trabajo de legitimación: en lo inmediato exaltando el patriotismo en la independencia de España y, en lo estratégico, legitimando y/o deslegitimando la instauración del régimen estatal mercantil en 1830”.<sup>175</sup> O período liberal do governo dos *pipiolo*s, estabelecido entre 1823 a 1830, foi, então, avaliado pelos historiadores de maneira parcial, como, mais tarde, tampouco se posicionariam imparcialmente frente aos *pelucones* conservadores que se mantiveram no poder de 1830 a 1860.

A obra de Diego Barros Arana, formada por vários volumes e que abarca diversos períodos da história chilena, constitui um exemplo das relações de poder existentes na escrita da história. Barros Arana, filho de um influente comerciante e congressista ligado à Constituição de 1833, associado a Portales, construiu uma historiografia condescendente com o governo em vigor e criticou os adversários liberais. Gabriel Salazar chamou a atenção para a questão da parcialidade ou imparcialidade das análises do autor daquela que considera como a primeira história geral do país, *Historia de Chile*. Na obra de Barros Arana, há um contraste

<sup>173</sup> Idem, p. 51.

<sup>174</sup> MADERO, Roberto. *La historiografía entre la república y la nación: el caso de Vicente Fidel López*. Buenos Aires: Catálogos, 2005.

<sup>175</sup> SALAZAR, Gabriel, “Historiografía chilena siglo XXI: transformación, responsabilidad, proyección”, in MUSSY, Luis G. de (Editor), op. cit., pp. 117-118.

entre a imparcialidade com que analisou o período colonial e o da independência, e a parcialidade que adota quanto ao período posterior a 1823, com o controle dos liberais *pipiolos*. Uma interpretação que será corrente na historiografia chilena diz respeito à construção do governo dos *pipiolos* como uma fase anárquica, imbuída pela imagem de um governo fraco e instável.<sup>176</sup>

Dita interpretação, apesar de ter-se estabelecido como central na historiografia chilena do século XIX, estabelecendo o mito da “ordem política”, não deixou de ser refutada em sua época e revisitada posteriormente. Salazar considera o lugar de fala refletido na escrita da historiografia, ao existir uma leitura dos vencedores e outra dos vencidos. A visão oficialista de Barros Arana foi revista em trabalhos de historiadores que estiveram do outro lado da trincheira na batalha de Lircay. Nomes como Benjamín Vicuña Mackenna, José Victorino Lastarria, Federico Errázuriz, Domingo Santa María, que sofreram a censura do regime, produziram outras memórias históricas nas quais a figura mítica e heroica de Portales e de seu regime foi criticada e reescrita. Essa versão do passado, sem chegar a substituir a vencedora, amenizou alguns aspectos históricos. Tomou novo fôlego com o retorno às interpretações do papel de Diego Portales empreendidas por historiadores da “Segunda fase” da historiografia chilena (1873-1932), para os quais a mitificação ou a desmistificação do período Portaliano foi central no debate histórico.<sup>177</sup>

No Brasil, o debate metodológico entrelaçado com posicionamentos políticos também esteve presente no início da produção histórica. A historiografia brasileira na década de 1830 já mostrava uma presença mais abrangente no país, além de um início do debate sobre maiores rigores metodológicos. Com a criação do *IHGB*, a produção histórica ganhava um novo status e um aparato oficial do Estado. A instituição começava a demarcar os contornos da historiografia brasileira desde o início de sua fundação, quando, em 1840, propôs um concurso onde era apresentada a questão problema de como se deveria escrever a história do Brasil.<sup>178</sup> Na ocasião, Martius ganhou o concurso com um trabalho que apresentava questões

<sup>176</sup> Idem, pp. 118-119.

<sup>177</sup> Idem, pp. 118-120. Salazar aponta alguns nomes que seguiram estas tendências de reprodução de uma “memória oficial”, utilizando a visão de Barros Arana nos manuais chilenos. Temos entre eles: Ramón Sotomayor Valdés (1830-1903), Francisco Antonio Encina (1874-1965), Jaime Eyzaguirre (1908-1968), Alberto Edwards Vives (1874-1932) e Gonzalo Vial Correa (1930-2009).

<sup>178</sup> GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. *Debaixo da Imediata Proteção de Sua Majestade: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889)*. RIHGB, Rio de Janeiro, 156 (388): jul.-set., 1995.

metodológicas e analíticas sobre as características brasileiras, sendo lançado em artigo pela *RIHGB* em 1843, sob o título *Como se deve escrever a História do Brasil*.<sup>179</sup>

Outro trabalho que apareceu inscrito para a competição foi da autoria de José Inácio de Abreu e Lima, membro do *IHGB* como Sócio Honorário, convidado por Januário da Cunha. Buscando responder a questão levantada pela instituição, Abreu e Lima publicou o *Compêndio da História do Brasil desde o seu descobrimento até o magestoso acto da coroação e sagração no Sr. D. Pedro II*.<sup>180</sup> O estudo apresenta, ainda no início, algumas considerações relevantes ao seu pensamento acerca do estado da ciência e da produção intelectual brasileira, que afirma se encontrarem em um estado incipiente pelo caráter recente da própria nação, assim como reflexões metodológicas, acordes com a proposta do concurso a que fora enviado.<sup>181</sup>

Em resposta ao *Compêndio*, Varnhagen publicou na *RIHGB* um parecer negativo, intitulado *Primeiro juízo submetido ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro pelo seu sócio Francisco Adolfo de Varnhagen acerca do 'Compêndio de história do Brasil*.<sup>182</sup> O estudo reprovava a proposta de Abreu e Lima, acusando-o de haver produzido um plágio da obra *História do Brasil*, de Alphonse Beauchamp, editada em 1816, que já era considerada, por sua vez, um plágio do trabalho de Robert Southey, *História do Brasil*, lançado em 1810. Abreu e Lima, sentindo-se ofendido com o parecer do *IHGB*, publicou em 1844 uma análise sobre o trabalho de Varnhagen em que trouxe à tona questões sobre a história do Brasil. Organizou sua resposta em um livro: *Resposta do General J. I. de Abreu e Lima ao Cônego Januário da Cunha Barbosa ou análise do primeiro juízo de Francisco Adolfo de Varnhagen acerca do Compendio da Historia do Brazil*.<sup>183</sup> O conflito veiculado nas páginas da *RIHGB* e o livro de Abreu e Lima constituem uma interessante, e também violenta, discussão sobre a

---

<sup>179</sup> MARTIUS, Karl Friedrich Von, “Como se deve escrever a História do Brasil”, in *Revista Trimensal de História e Geografia ou Jornal do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, tomo 6º, 1844, pp. 381-403.

<sup>180</sup> Publicou também outro livro com uma visão geral de Brasil. ABREU E LIMA, José Inácio de. *Sinopse ou deducção chronologica dos factos mais notáveis da história do Brasil*. Pernambuco: na Typ. M. F. de Faria, 1845.

<sup>181</sup> ABREU E LIMA, José Inácio de. *Compêndio da História do Brasil desde o seu descobrimento até o magestoso acto da coroação e sagração no Sr. D. Pedro II*. Tomo I. Rio de Janeiro: Eduardo e Henrique Laemmert, 1843a, p. V-VI. Sobre essas questões, ver capítulo 4 deste trabalho.

<sup>182</sup> VARNHAGEN, Adolpho, “Primeiro Juízo submetido ao Instituto Histórico e Geographico Brasileiro pelo seu sócio Francisco Adolpho de Varnhagen, acerca do Compendio da Historia do Brasil pelo Sr. José Ignácio de Abreu e Lima”, in *Revista Trimensal de História e Geografia ou Jornal do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, tomo VI, 1843, pp. 60-83.

<sup>183</sup> ABREU E LIMA, J. I. *Resposta do General J. I. de Abreu e Lima ao Cônego Januário da Cunha Barbosa ou análise do primeiro juízo de Francisco Adolfo de Varnhagen acerca do Compendio da Historia do Brazil*. Pernambuco: na typographia de M. F. de Faria, 1844.

produção historiográfica nacional, entrelaçada com questões políticas e pessoais.<sup>184</sup> Durante a polêmica, questões teóricas, metodológicas, factuais e políticas seriam discutidas por meio de livros e artigos, estando o Secretário Perpétuo Januário da Cunha Barbosa e Varnhagen de um lado, e Abreu e Lima em oposição a ambos.

Foi essa uma das primeiras discussões impressas sobre teoria e metodologia da história produzidas desde o *IHGB*. A avaliação posterior da contenda resultou diversificada, mas, em termos gerais, pendeu a favor de Abreu e Lima. O polêmico Sílvio Romero, em 1888, avaliava positivamente a produção do pernambucano, sobre a qual fez a seguinte assertiva: “apresso-me em dizê-lo: Abreu e Lima não é para mim mais do que um autor de ordem terciária, medido pela bitola de seus congêneres europeus. Aferido, porém pelo padrão brasileiro, ele se ostenta muito acima do nível de seus rivais pátrios”.<sup>185</sup>

Carlos Guilherme Mota, em época mais recente, entende que a historiografia brasileira inaugura uma nova fase do conhecimento do país, com a produção de uma consciência nacional. Esse autor aponta que dois livros foram fundamentais no processo — o *Compêndio* de Abreu e Lima e a *História do Brasil* de Francisco Solano Constâncio —, considerando-os superiores aos trabalhos de Varnhagen. Para Mota, “[t]em-se, neles, dois marcos que indicam a abertura de um novo período na história do autoconhecimento, ou melhor, da definição de uma identidade histórica propriamente nacional”.<sup>186</sup>

Apesar das avaliações anteriores, o grande historiador do Brasil em meados do século XIX foi o diplomata, futuro visconde de Porto Seguro, Francisco Adolfo de Varnhagen<sup>187</sup> (1816-1878). O apreço à documentação, a procura de fontes primárias e o trabalho de pesquisa documental estiveram presentes em sua obra, para efetuar as quais desenvolveu pesquisas nos arquivos e bibliotecas da Europa e da América. Realizou estudos na área da literatura, relançando trabalhos e compilando obras, com a publicação em 1850 de *Florilégio da poesia brasileira*, uma antologia poética do país. Na área da história, produziu dezenas de obras, sendo suas contribuições mais importantes a *História geral do Brasil*, com dois caudalosos volumes em 1854 e 1857; *História das lutas com os holandeses no Brasil*, desde

<sup>184</sup> Para ver mais sobre o *Compêndio* e a polêmica com Varnhagen, consultar: MOURA, Luís Cláudio R. H. de. *Abreu e Lima: uma leitura sobre o Brasil*. Brasília: Universidade de Brasília, Departamento de História, Dissertação de Mestrado, 2006. Orientada por Pof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Geralda Dias Aparecida.

<sup>185</sup> ROMERO, Sílvio. *História da literatura brasileira*. Rio de Janeiro, vol. 24-A da coleção Documentos Brasileiros da livr. José Olympio Editora, tomo II e V, 7<sup>a</sup> edição, 1980, p. 187. Romero, considerado conservador, em seu livro definiu Abreu e Lima como um “Patriota Liberal”.

<sup>186</sup> MOTA, Carlos Guilherme. *A ideia de revolução no Brasil e outras ideias*. São Paulo: Globo, 2008, p. 425.

<sup>187</sup> Varnhagen era filho de pai alemão e mãe portuguesa. Nasceu em Sorocaba (SP), mas viveu apenas até os sete anos de idade no país. Aproveitando o posto de diplomata, fez pesquisa no Paraguai, Nova Granada, Equador, Chile, Espanha, Portugal e Áustria.

1624 a 1654; e *História da independência do Brasil*, finalizada em 1875, mas lançada apenas em 1916.<sup>188</sup>

Em *História geral do Brasil*, Varnhagen criou um modelo para explicar a trajetória nacional. Como conservador que era, contribuiu para reforçar preconceitos, ao condenar constantemente os indígenas, embora também produzisse etnografia e linguística americana. Defendeu a escravidão e repreendeu os movimentos em busca de emancipação como os quilombos e levantes negros, em uma legitimação constante da dominação racial. Adepto da monarquia, venerava a figura de Pedro II. Foi um defensor da ordem e possuía aversão aos movimentos mais progressistas. Varnhagen condenou em seus escritos os movimentos autonomistas ou de independência ocorridos no Brasil, deixando de lado a imparcialidade científica esperada. Reconhecia o processo de espoliação da colonização, porém era pró Portugal, enfatizando uma continuidade na história brasileira.

O palco central da produção historiográfica do Brasil de meados do século XIX foi o *IHGB* e sua revista, cujo principal protagonista foi Varnhagen. No entanto, além da produção na capital do império e com uma visão geral de nação, houve diversos outros autores e obras que marcaram a historiografia brasileira da época. Podemos citar, entre eles, o trabalho de Francisco Muniz Tavares, *História da revolução de Pernambucana*, de 1840, sobre um movimento do qual participou diretamente; *História do movimento político que no ano de 1842 teve lugar na província de Minas Gerais*, do cônego José Antônio Marinho, e *História da fundação do Império brasileiro, de 1808 a 1825*, distribuída em sete volumes lançados entre 1864 a 1868, do jornalista e político João Manuel Pereira da Silva.

A historiografia argentina da primeira metade dos oitocentos, assim como a do Brasil e a do Chile, iniciaram-na estudiosos não profissionais e ligados à vida política da região. María Sáenz Quesada aponta que a construção da história oficial daquele país foi obra de determinado grupo de intelectuais e políticos, que elegeram pontos de partida factuais e acontecimentos específicos dos que tiveram lugar nas antigas províncias espanholas do Rio da Prata durante as lutas pela emancipação da metrópole. A partir dos fatos selecionados, produziram a narração do relato histórico constitutivo de uma unidade nacional.<sup>189</sup>

Inicialmente, como já foi dito, a historiografia argentina surgiu a partir de demandas políticas da construção do Estado-nação, como a relativa ao enfrentamento entre rosistas e liberais, e a tocante à questão da divisão entre Buenos Aires e as províncias. A primeira geração pós-independência, saída do *Colegio de Ciencias Morales* e da *Universidad de*

<sup>188</sup> Para acompanhar o trabalho de Varnhagen, ver: WEHLING, Arno, op. cit.; IGLÉSIAS, Francisco, op. cit.

<sup>189</sup> QUESADA, María Sáenz, op. cit.



*Buenos Aires*, aceitou a tarefa de pensar a nação que se estava formando naquela região. Esse grupo de jovens, nascidos na região do Prata, veio a ser conhecido como *Generación de 37*.<sup>190</sup>

As produções dos intelectuais dessa geração, que posteriormente assumiram importantes cargos políticos e posições intelectuais de destaque – Bartolomé Mitre e Sarmiento chegaram à presidência –, têm como foco inicial a análise dos males que provocavam a “barbárie”. Após refletir sobre os problemas do país, procuravam remediar tais problemas por meio de fórmulas, de “ficções-diretrizes”, que levariam a nação em direção ao progresso e à civilização.<sup>191</sup>

Desde a década de 1830, a historiografia argentina produziu suas “ficções-diretrizes” para a formação de uma futura nação unificada. Mesmo com o caráter tardio em relação aos outros dois países, na “Argentina”,<sup>192</sup> seja antes, seja após a unificação das províncias com a antiga capital do vice-reino, o caminho percorrido foi semelhante. Entre os trabalhos pioneiros que se destacaram na historiografia argentina da época, encontramos *Historia de Belgrano*, de autoria de Bartolomé Mitre, editado pela primeira vez em 1857, cujo autor passou a ser considerado o pai da historiografia desse país.

A produção da identidade da nação argentina, de acordo com Shumway, em seu aspecto mais ligado à historiografia, tem desde o início, na década de 1830, uma dicotomia presente em suas análises. Surgiram, assim, duas correntes historiográficas produtoras de ficções-diretrizes opostas. Uma, ligada a Buenos Aires, era mais elitista, europeizada e centralista; a “civilização”, para o grupo de 37. Já a outra, ligada às províncias, apresentava características de pensamento americanista, nativista, populista e federalista, e foi vista como a “barbárie”.<sup>193</sup> Nessa perspectiva, temas como o da construção da nação, da identidade, do território, da língua, da etnicidade, da raça, da religião ou da língua são elementos constitutivos essenciais da produção histórica elaborada em meados do século XIX. Trata-se de temas que perpassam por essa rede discursiva e que remetem para reflexões relativas à direção e ao sentido dos entes que estavam se constituindo, tendo como norte a Europa e os Estados Unidos.

A discussão entre civilização ou barbárie, vinculada à obra de Sarmiento, era característica dos dirigentes hispano-americanos na etapa da organização dos Estados

---

<sup>190</sup> SHUMWAY, Nicolás, op. cit., pp. 178-179. RICUPERO, Bernardo, op. cit., p. 208.

<sup>191</sup> SHUMWAY, Nicolás, op. cit., pp. 157, 158, 197.

<sup>192</sup> Aproximadamente até a década de 1860, prevaleciam denominações que apontavam para uma federação e não para uma nação centralizada. O nome Argentina surgiu oficialmente na Constituição de 1826 – que nunca foi aplicada – e se estabeleceu sob Rosas (Confederação/Federação Argentina). O termo República da Argentina só foi oficializado na década de 1860.

<sup>193</sup> SHUMWAY, Nicolás, op. cit., p. 277.

nacionais.<sup>194</sup> Ainda que a polêmica estivesse mais ligada, culturalmente, a Facundo Quiroga e aos pampas e seus personagens na construção nacional da Argentina, a unitários e federalistas, Maria Ligia Coelho Prado considera que a questão extrapola as fronteiras desse país. A obra de Sarmiento, inicialmente com o título *Civilización i barbarie. Vida de Juan Facundo Quiroga. Aspectos físicos, costumbres, i ábitos de la República Argentina*, lançada em 1845 no Chile, é um clássico do pensamento político latino-americano.<sup>195</sup> Prado afirma que a obra é válida para toda sociedade latino-americana, pois suas ideias, imagens e símbolos são elementos compartilhados amplamente, por exemplo, pelos contemporâneos brasileiros.<sup>196</sup> A análise de Beatriz Cuarón reforça a posição de Prado, ao entender que o texto de Sarmiento foi o topo do romantismo hispano-americano. Facundo representa um texto bem elaborado com descrições da região e do homem local, constituindo-se como um rico ensaio de geografia humana que busca explicar os problemas sociais do país. Tratava-se de uma crítica a Rosas e às guerras civis que tinham lugar em todo o continente.<sup>197</sup>

Apesar da história relativa à concepção eurocêntrica do progresso que deveria ser abraçada pela América, as realidades políticas e os objetivos pretendidos por Sarmiento, se comparados com a produção historiográfica brasileira capitaneada pelo *IHGB* e Varnhagen, apresentam questões paradoxalmente distintas. Para Prado, a questão se organiza no seguinte formato:

Todavia, os contextos políticos eram muito diversos; Varnhagen cantava as glórias da monarquia brasileira e louvava a unidade nacional, mantida depois da independência, num tom de harmonização e acolhimento das ‘partes rebeldes’ que tentaram se separar da ‘grande unidade’. Sarmiento escrevia sobre as duas Argentinhas – a das trevas rosistas e a das luzes liberais – que para constituírem uma futura unidade tinham que destruir uma à outra.<sup>198</sup>

De maneira geral, no Cone Sul em busca do estabelecimento da civilização, a ideia da presença ou da “superação” da barbárie foi amplamente aceita e executada por essas elites americanas. Os intelectuais de meados dos oitocentos, fossem eles românticos brasileiros, chilenos ou argentinos, acreditavam na necessidade de o *gaucho* ou os indígenas serem

<sup>194</sup> ARNOUX, Elvira Narvaja de, op. cit., p. 71.

<sup>195</sup> É comum que diversos historiadores tenham dificuldade de enquadrar a produção de Sarmiento, como romance, biografia, história ou sociologia. Ver VILLEGAS, Abelardo, op. cit.

<sup>196</sup> PRADO, Maria Ligia Coelho, op. cit., p. 152. A autora destaca que o livro ainda é pouco conhecido, tendo sua primeira tradução aparecido apenas em 1923.

<sup>197</sup> CUARÓN, Beatriz Garza, “Identidad, lengua y literatura, 1820-1870”, in VÁZQUEZ, Josefina, op. cit., pp. 595-612

<sup>198</sup> PRADO, Maria Ligia Coelho, op. cit., p. 168.

civilizados, bem pela religião, pela escola ou pelas leis políticas.<sup>199</sup> Colmenares considera que, com uma rápida procura pelos textos historiográficos do século XIX, logo se encontra uma “*hostilidad manifiesta hacia lo más autóctono americano*” que denota um distanciamento do historiador do continente em relação à própria realidade.<sup>200</sup> A presença dessa ideia atingia inclusive personagens com visões antagônicas sobre o modelo de nação a ser construída, até aqueles que buscavam uma especificidade de nação que implicava uma valorização de elementos locais, como no caso de Alberdi, que proferiu a máxima “*gobernar es poblar*” em seu célebre *Bases y puntos de partida para la organización nacional*, de 1852, que serviria de base para a Constituição argentina de 1853.

Na Argentina, o surgimento tardio de uma historiografia mais especializada — na segunda metade do século XIX —, com seu status de cientificidade, poderia, através do realismo de sua análise, ter contribuído ou mesmo direcionado os caminhos pelos que enveredou a construção da unidade nacional, ainda em discussão.<sup>201</sup> Para Alejandro Eujanian, a constituição da historiografia argentina como campo profissional possui dois momentos importantes e distintos. O primeiro ocorreu em 1846, quando surgiu a crítica historiográfica no debate entre Bartolomé Mitre e Dalmacio Vélez Sarsfield (1800-1875), respectivamente futuros presidente da nação e ministro da fazenda. O debate, veiculado por meio da imprensa, circulou em torno dos erros e acertos produzidos no processo de independência e, principalmente, sobre a figura do general Manuel Belgrano.

Fernando Devoto considera que o marco inicial da historiografia argentina moderna ocorreu com a combinação entre erudição, método filológico-crítico e esquemas gerais. Esse autor considera a *Historia de Belgrano*, de Bartolomé Mitre, publicada em 1857 e amparada por preceitos liberais e pelo romantismo, a obra modelo da historiografia argentina de meados do século. O trabalho de Mitre, baseado na pesquisa documental, esteve, porém, longe da aplicação dos postulados positivistas europeus, pois a corrente só chegaria à Argentina pouco tempo depois.<sup>202</sup>

---

<sup>199</sup> RICUPERO, Bernardo, op. cit., pp. 79, 80.

<sup>200</sup> COLMENARES, Germán, op. cit., pp. 49, 56.

<sup>201</sup> EUJANIAN, Alejandro C., op. cit.

<sup>202</sup> DEVOTO, Fernando J., “A história e as ciências sociais na profissionalização da historiografia argentina”. *Tempo Social*, São Paulo, v. 21, n.º. 2, 2009. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-20702009000200006>> (acessado em 05/11/2011). Devoto considera que o positivismo começou a parecer na Argentina na década de 1860, suprimindo as antigas referências como o romantismo e a história filosófica, e permanecendo com forte influência sobre a historiografia do Rio da Prata até o fim da segunda década do século XX. Alberdi é um dos primeiros intelectuais da região a apontar mudanças na escrita da história, com críticas ao trabalho de Mitre, p. 110.

Posteriormente, entre 1852 e 1880, a historiografia argentina entrou em uma fase de significativa reestruturação. O ponto principal desse empreendimento remeteu para o fato de se considerar que o país estava dividido não por ideologias políticas, mas por diferenças econômicas entre o interior e Buenos Aires. Contudo, também se procurou a recuperação dos *caudillos* como líderes populares autênticos, a expansão da solidariedade com os demais países da América ibérica, a concessão de maior relevância à herança espanhola, em contraponto com os liberais próximos à Inglaterra, França e Estados Unidos, e, por fim, a transformação dos *gauchos* em representantes dos valores autênticos da nação.<sup>203</sup> O percurso que faz o *gaucho* argentino resulta bastante gráfico quanto ao movimento pendular de seu valor. A transição se verifica entre o valor social que foi concedido ao homem dos pampas no *Facundo* de Sarmiento, diametralmente oposto ao cantado por José Hernández (1834-1886) em *El gaucho Martín Fierro* de 1872 e em *La vuelta de Martín Fierro*, lançado sete anos depois da primeira parte.<sup>204</sup>

Distinto política e socialmente do anterior, chegou-se assim ao segundo momento da historiografia argentina, entre 1881 e 1882, o qual, por diversos motivos, entre eles a efetivação da consolidação do Estado, é considerado fundacional para a disciplina. Nesse tempo se deu o já referido debate, envolvendo Bartolomé Mitre e Vicente Fidel López, que discutiram a nação, a formação do Estado e a forma de elaboração dos trabalhos.<sup>205</sup> Esse período foi de fundamental importância para a historiografia do país, sendo considerado o momento do estabelecimento do campo historiográfico argentino.<sup>206</sup> Ainda que já existissem espaços acadêmicos para se pensar a história argentina, o meio intelectual não contava, até a década de 1880, com âmbitos especializados para a divulgação e realização de debates de suas ideias, pelo qual eram os periódicos os meios pelos quais o embate historiográfico corria.<sup>207</sup>

O novo modelo historiográfico, com apego às fontes e à documentação, propiciou a construção de arquivos e a coleção de documentos. Os historiadores dessa geração preocuparam-se com trazer em seus trabalhos o respaldo científico balizado pelas provas apresentadas. Era também uma época de procurar os rastros históricos deixados pela nação, como também de preservar a memória nacional. Os pesquisadores chilenos do século XIX reuniram uma grande quantidade de materiais e fontes para a elaboração da história chilena.

---

<sup>203</sup> SHUMWAY, Nicolás, op. cit., pp. 279-280.

<sup>204</sup> OVIEDO, José Miguel, op. cit.

<sup>205</sup> EUJANIAN, Alejandro C, op. cit. Este autor justifica começar sua análise na segunda metade do século XIX, por considerar que não existe, na primeira metade dos oitocentos, uma historiografia de fato.

<sup>206</sup> DEVOTO, Fernando J., op. cit.

<sup>207</sup> EUJANIAN, Alejandro C., op. cit., p. 206.

Exploraram arquivos espanhóis, americanos e chilenos em busca de documentos. Frequentaram bibliotecas na procura de livros raros, folhetos e mapas. Estabeleceram, como parte constituinte de seus trabalhos, os processos consistentes em agregar e organizar documentos.<sup>208</sup>

Podemos perceber a mesma preocupação dos brasileiros em descobrir documentos e criar arquivos para a nação. Na reunião, em 16 de agosto de 1838, da *Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional* para a criação do *IHGB*, vemos, entre as nove “bases” de fundação, duas que se referiam ao assunto:

3.<sup>a</sup> O fim deste Instituto será além dos que forem marcados pelos seus regulamentos, colligir e methodisar os documentos historicos e geographicos interessantes á historia do Brazil.

9.<sup>a</sup> O Instituto abrirá correspondencia com o Instituto Histórico de Pariz, ao qual remetterá todos os documentos da sua installação; e assim tambem com outros da mesma natureza em nações estrangeiras: e procurará ramificar-se nas províncias do Imperio, para melhor colligir os documentos necessários á historia e geographia do Brazil.<sup>209</sup>

No entanto, era necessário, além de cuidar de questões metodológicas, construir uma sistematização temporal, com a delimitação de esquemas e fases para os fatos históricos. Uma das primeiras preocupações do *IHGB*, da *Nueva Generación* de 1837 e da *Universidad de Chile* foi determinar a periodização da história e a cronologia dos eventos de seus respectivos países, questão que fazia parte dos interesses das gerações românticas americanas, na busca por estabelecer uma trajetória e uma história de vida à nação.<sup>210</sup>

No *prospecto* da revista *Biblioteca Americana* (1823) — publicada em Londres por Andrés Bello e Juan García del Río —, apareceria, no terceiro tomo, dedicado a *Ideología, moral e historia*, a intenção de abordar a história americana dividida em três etapas: antiga, média e moderna. Esclarecendo o que compreendiam por essas etapas para a América hispânica, apresentaram as seguintes características de cada período:

Llamaremos historia antigua a las conjeturas que se han formado sobre el modo en que el nuevo continente se pobló; i a la que tiene por asunto la fundación i épocas varias de sus imperios i naciones independientes, como también a cuanto se sabe acerca de sus costumbres, ciencias, artes, i estado

<sup>208</sup> GAZMURI, Cristián R. *La historiografía chilena (1842-1970)*. Tomo I, p. 51.

<sup>209</sup> Por fim, no Estatuto do *IHGB*, seu artigo 1º teria a seguinte redação: “O Instituto Historico e Geographico Brasileiro tem por fim colligir, methodisar, publicar ou archivar os documentos necessários para a historia e geographia do Imperio do Brazil: e assim também promover os conhecimentos destes dous ramos philologicos por meio do ensino publico, logo que o seu cofre proporcione esta despeza”. *Revista do Instituto Historico e Geographico do Brazil*. Tomo I, 3ª Ed., Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, [1839] 1908, pp. 6, 7, 18.

<sup>210</sup> RICUPERO, Bernardo, op. cit., pp. 232, 258-259. WEHLING, Arno, op. cit., p. 25.

de civilización hasta la fecha de su descubrimiento, terminando con la sangrienta conquista de aquella parte del globo. Designaremos con el nombre de edad media la época colonial, en que la descendencia de los conquistadores, la de los indígenas, la de las razas africanas, formaron una sociedad, compuesta de elementos discordes, que la política de la metrópoli tuvo estudiosamente desunidos, mientras su poder, cimentado sobre la ignorancia i la division, pesaba igualmente sobre todos. Por último, distinguiremos con la denominación de historia moderna a la nueva era de América, en que sacudiendo ella el yugo que la oprimía, vio nacer en su seno estados independientes. En cada una de estas divisiones de la historia americana, colocaremos (del mismo modo que pensamos hacerlo respecto de los demás insignes bienhechores de la especie humana) la biografía de los héroes i demás varones claros que han ilustrado nuestro país, acompañando, siempre que nos sea posible, sus venerables efijies. Por medio de ensayos ordinales; i de documentos históricos, nos proponemos ilustrar algunos de los hechos mas interesantes de nuestra revolución, desconocida en gran parte al mundo, i aun a los americanos mismos.<sup>211</sup>

No *IHGB*, houve também, em um primeiro momento, a necessidade de estabelecer condições básicas para os primeiros exercícios historiográficos nacionais. Nesse tempo em concreto, deu-se um intento de determinar as fontes documentais e a periodização das histórias locais, um problema que no Brasil resultou tão importante para o órgão que, já na primeira sessão do Instituto, Januário da Cunha Barbosa colocou a questão como prioritária. A proposta foi prontamente aceita e executada. Na segunda sessão, apareceram trabalhos de Raimundo José da Cunha Matos, Lino de Moura e Silvestre Rebelo, que abordavam o tema. Reforçando a preocupação com o assunto, foram colocadas, nas sessões subsequentes, diversas questões acerca da formulação de períodos da história do país.<sup>212</sup>

No ano de 1840, na 51ª sessão, como proposta de Januário da Cunha Barbosa, foi aceita pelo Instituto a proposta de eleger um trabalho sobre a melhor forma de se escrever a história do Brasil. De acordo com Lúcia Maria Paschoal Guimarães, essa tendência continuou durante a primeira geração, que esteve na instituição até o final da década de 1850.<sup>213</sup> A periodização inicial, elaborada e difundida desde o *IHGB*, resultaria bastante influente durante os séculos XIX e XX, principalmente pelo seu reflexo nos manuais escolares.<sup>214</sup>

<sup>211</sup> *Biblioteca Americana o Miscelánea de Literatura, Artes y Ciencias*. Caracas: Edición de la Presidencia de la República, Edição Fac-símile, 1972, pp. VI, VII.

<sup>212</sup> RODRIGUES, José Honório. *Teoria da História do Brasil – Introdução Metodologia*. 3a ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1969, p. 125. Ver: GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado, op. cit.

<sup>213</sup> GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal, “Debaixo da Imediata proteção se Sua Majestade: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889)”, in *RIHGB*, Rio de Janeiro, 156 (388): jul. set. 1995.

<sup>214</sup> KARNAL, Leandro. *História na sala de aula: conceitos, práticas e propostas*. São Paulo: Contexto, 2003. DIEHL, Astor Antônio. *Cultura historiográfica brasileira: memória, identidade e representação*. São Paulo: EDUSC, 2002.

A historiografia chilena no período pós-independência também produziu suas narrativas e periodizações com vistas à construção da nação. Os esforços iniciais tenderam a concentrar-se no momento da independência, mais do que no período colonial, em uma divisão da historiografia que abarcava desde os acontecimentos políticos recentes, ligados à independência política, até os contemporâneos. Os historiadores conservadores do período das décadas de 1830 a 1860 levaram em consideração a dicotomia entre instabilidade política, para o período de governo liberal (1823 a 1830), e estabilidade, para as décadas posteriores. De acordo com uma visão reduzida da historiografia chilena, considerando somente a produção a partir da universidade, temos as seguintes periodizações e características: uma primeira fase, que vai de 1842 a 1891, cujos principais traços apresentamos acima; a segunda fase, que se estendia de 1873 a 1932, com uma revisão da fase “portaliana” anterior e maior preocupação com uma metodologia mais científica. Já a terceira fase abrange de 1932 a 1973, com a preocupação pelo desenvolvimento econômico e o liberalismo, mas também o marxismo e interesses sociológicos; por fim, a quarta fase, que começa com o golpe de Augusto Pinochet e chega à atualidade, com o início de um novo fôlego da produção historiográfica do país.

Da mesma forma, os românticos argentinos também estabeleceram entre suas prioridades a criação de uma periodização para a história americana, o qual constituiu um dos primeiros esforços dessa espécie de sistematização nas novas nações. Assim como os escritores chilenos, também mesclas de intelectuais e políticos, escreveram a história com as lentes ideológicas que possuíam, dividindo a história recente entre anarquia e estabilidade. Os pensadores da região platina optaram por organizar a história recente em dois períodos, tomando a independência política como uma fase heroica e desorganizada, em contraponto com o momento contemporâneo, que deveria ser de organização e de emancipação mental. Esse período, capitaneado pela *Nueva Generación*, cujas fileiras forneceram diversos políticos e que contou ainda com três presidentes, ficou conhecida na historiografia argentina como o momento de *Organización Nacional*.<sup>215</sup>

O período da independência foi eleito como de maior importância e interesse por parte dos intelectuais da época, e fez parte dos assuntos principais dos trabalhos desenvolvidos.<sup>216</sup> Muitos dos historiadores que produziram em meados do XIX participaram dos movimentos por independência ou se sentiram herdeiros deles. A eleição desse tema como de maior interesse naquele momento ocorreu em parte por não reconhecerem o passado pré-colonial e

---

<sup>215</sup> RICUPERO, Bernardo, op. cit., p. 258.

<sup>216</sup> COLMENARES, Germán, op. cit., p. 13.

colonial como corpo constitutivo das histórias modernas, por ser visto como violento e alheio à cultura *criolla*.<sup>217</sup> Somente com as independências reconheceriam uma história verdadeiramente moderna.

Os heróis nacionais também foram construídos dentro das disputas no campo da historiografia e da representação, levando a escolhas e inclusões de personagens em cada país. Com a opção de desenvolver uma série de estudos sobre o período heroico das independências, elegeu-se falar também sobre os “grandes homens” formadores das pátrias, fossem eles caudilhos, intelectuais ou monarcas. Essa história possuía status, seja pelo fato de ter sido desenvolvida de dentro dos novos Estados, seja por ter sido escrita pelos próprios homens das elites, ou também pela importância dada ao passado naquele momento. Falou-se então em poder, via Estado e figuras políticas. A história política, do Estado, dos grandes homens e o papel da história “mestra da vida”, já mencionado, constituem características básicas desta época.<sup>218</sup>

Assim como na Europa, os historiadores ibero-americanos adotaram as convenções das narrativas heroicas referentes à construção nacional. Essas narrativas envolviam dois aspectos centrais, que eram a ação e o herói. Dito interesse, somado ao valor dos documentos e entrevistas, contribuiu para a elaboração de biografias de personagens políticos, sobretudo da independência. Constituem exemplos delas *Historia de San Martín*, de Mitre, a *História de Belgrano* (1887), os diversos trabalhos que Benjamín Vicuña Mackenna escreveu sobre O'Higgins e Portales, a *História Geral do Brasil*<sup>219</sup> de Varnhagen, com o culto ao imperador ou o *Resumen Histórico*, com as reverências prestadas por Abreu e Lima a Bolívar, como fez com os Imperadores Pedro I e Pedro II no *Compendio de História do Brasil*. A história dos grandes homens criava personagens e feitos extraordinários, representantes de elementos de

---

<sup>217</sup> Idem, pp. 58-59.

<sup>218</sup> FALCON, Francisco, “História e poder”, in CARDOSO, Ciro Flamarion, & VAINFAS, Ronaldo. *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

<sup>219</sup> O Bolívar descrito por Abreu e Lima em meados da década de 1820 assemelha-se ao perfil dos heróis ibero-americanos do século XIX. Bolívar é descrito como “*prueba del civismo más apurado*”, portador de “*buena fé*”, dotado de “*consciencia*”, “*principios*”, “*excesiva indulgencia*”, entre outras características. ABREU E LIMA, José Inácio. *Resumen Histórico de la última dictadura del Libertador Simón Bolívar*. Rio de Janeiro: Empre. Ind. Editora “O Norte”, 1922. ABREU E LIMA, José Inácio de. *Compendio da História do Brasil desde o seu descobrimento até o magestoso acto da coroação e sagração no Sr. D. Pedro II*. Tomo I. Rio de Janeiro: Eduardo e Henrique Laemmert, 1843. Alberdi, por sua vez, criticava a concepção dos heróis e a sua supervalorização nos processo de independência e construção nacional, considerando tais feitos como um processo coletivo e não pessoal. Ver: ALBERDI, Juan B., “Grandes y pequeños hombres del Plata”, in *Obras Completas*. Buenos Aires: La tribuna Nacional, 1886, pp. 193, 269, 287.



uma história coletiva, em um modelo que acompanhou a criação do prócer, envolto em guerras e batalhas que tangenciariam os rumos teleológicos da nação.<sup>220</sup>

Na Argentina, essa história politizada originou duas repúblicas e dois panteões de heróis nacionais. Shumway considera que os dois modelos eram rivais, um deles “liberal e portenho, outro nacionalista e provincial”. Nessa disputa, a visão de passado que terminou sendo oficializada e vencedora foi a portenha, cujo principal representante era Bartolomé Mitre, rival de Alberdi. Entre as obras daquele dedicadas aos “grandes homens”, temos a *Galería de Celebridades Argentinas*, de 1857, publicada com a ajuda de Sarmiento, e o aparecimento de novos volumes da *Historia de Belgrano*, criticada incisivamente por Alberdi. Faziam parte dos patriotas que receberam *status* oficial na galeria de Mitre os defensores da centralização portenha, considerados por eles como os verdadeiros herdeiros da causa de *Mayo* e responsáveis pela exclusão dos caudilhos das províncias.<sup>221</sup>

Os próprios historiadores de meados do oitocentos tiveram suas ações e participações nas independências e construção do Estado-nação reavaliadas de acordo com o contexto nacional. O julgamento histórico da geração de 37 veio com o surgimento dos denominados historiadores revisionistas nos anos de 1930. Até então, os membros dessa geração ocuparam “um lugar de honra no panteão argentino dos heróis nacionais”, concebido pelos autores das primeiras histórias da Argentina ligados a esse grupo, como Bartolomé Mitre e Vicente Fidel López. Desde a reavaliação em diante, dentro de um ambiente de nacionalismo, anticolonialismo e antiliberalismo, a participação dos historiadores liberais foi duramente criticada.<sup>222</sup>

Outra característica que esteve presente nas páginas da historiografia ibero-americana foi a da relação que se construiria com as ex-metrópoles. O movimento de afastamento e rejeição da herança ibérica dos novos países americanos, durante boa parte do século XIX, é um elemento encontrado nas historiografias nacionais aqui discutidas. Na América hispânica, o sentimento de distanciamento ou aproximação com a Espanha foi se alternando de acordo com as necessidades relacionadas à construção da identidade nacional que se desejava e da herança intelectual que se buscava, dentro de uma perspectiva ligada, essencialmente, à ideia de civilização.

---

<sup>220</sup> COLMENARES, Germán, op. cit., pp. 81-86. PRADO, Maria Ligia Coelho, op. cit., pp. 30-32. A autora aponta ainda para a mudança que ocorre, devido a transformações políticas e intelectuais, sobre a memória e a participação destes personagens nas lutas de independência e na construção dos novos Estados.

<sup>221</sup> SHUMWAY, Nicolás, op. cit., pp. 247-250.

<sup>222</sup> Idem, pp. 218, 219.

Nas primeiras discussões que aconteceram no *Salón Literario*, desde os discursos de abertura, o tema da herança espanhola foi colocado em debate e se tornou uma questão básica para essa geração de intelectuais. O grupo, formado na transição da modernidade nos estabelecimentos de ensino pós-independência, apresentava posições de rejeição à herança hispânica, muitas vezes em contraste com a geração mais velha, que promovera a independência, como no caso de Vicente López.<sup>223</sup> No Chile, a geração que se formou após a independência também elaborou uma visão negativa da colonização espanhola. Lastarria fez críticas ao passado ibérico, entrando em conflito com Bello, que amenizava a questão e defendia a herança peninsular. Podemos ver este posicionamento no conflito linguístico estabelecido no Chile entre Bello e Sarmiento, acerca da criação de uma língua no Chile independente do espanhol, projeto pelo qual advogava Sarmiento.

Inicialmente influenciada pelas lutas de independência contra o império espanhol, desenvolveu-se a “*leyenda negra*” que reduzia o sentido da conquista e colonização à violência contra os povos indígenas. Mais tarde, com a organização da nação e de sua identidade, esta leitura se modificou, ao estabelecer-se a diferença entre os *criollos*, ligados à civilização, e os povos indígenas, *gauchos* e mestiços pobres considerados os representantes da barbárie.<sup>224</sup> A Espanha também foi rejeitada na primeira época por apresentar-se como atrasada frente aos avanços capitalistas por que a Europa passava. Houve, então, uma predileção pela Inglaterra, pela França ou, mesmo, pelos Estados Unidos.

Ricupero considera que, em traços gerais, a primeira geração romântica brasileira, argentina e chilena produziu leituras hostis ao passado colonial e à herança ibérica. Entretanto, dita rejeição à herança peninsular nas décadas posteriores às independências não se verificou com a mesma intensidade em todo o mundo ibero-americano. A avaliação do papel das metrópoles também foi refeita, de acordo com a leitura que o ambiente intelectual de cada país produziu. Para Ricupero, no Brasil produziu-se inicialmente uma visão crítica que, depois, se avaliaria como algo positivo. A permanência da monarquia, primeiro com a permanência de Pedro I e com a presença de Pedro II em seguida, somada a um processo de independência menos violento, com o reduzido enfrentamento direto com a metrópole, amenizou a negação à herança portuguesa.<sup>225</sup>

---

<sup>223</sup> WEINBERG, Félix. *El Salón Literario de 1837*, pp. 66, 67.

<sup>224</sup> ARNOUX, Elvira Narvaja de, op. cit.

<sup>225</sup> RICUPERO, Bernardo, op. cit.

No Brasil, o processo de construção da nação não se constituiu em oposição a Portugal, mas sim como continuidade da ação civilizadora nos trópicos.<sup>226</sup> Ainda em tempos do *IHGB*, logo no início de sua produção intelectual, pode-se perceber uma valorização de aspectos positivos da colonização, como no tocante à miscigenação, que seria valorizada por Varnhagen e, posteriormente, por Gilberto Freyre. Na ocasião da realização do concurso do *IHGB* para estabelecer modelos de construção de uma história nacional, von Martius, o vencedor, propôs uma positividade no caráter miscigenado da população brasileira, destacando os portugueses como a raça superior que levaria o Brasil ao progresso e à civilização. Martius incentiva o historiador brasileiro, pois:

O sangue Portugues, em um poderoso rio deverá absorver os pequenos confluente das raças India e Ethiopica. Em a classe baixa tem lugar esta mescla, e como em todos os paizes se forma as classes superiores dos elementos das inferiores, e por meio déllas se vivificam e fortalecem, assim se prepara actualmente na ultima classe da população Brasileira essa mescla de raças, que d'ahi a seculos influirá poderosamente sobre as classes elevadas, e lhes communicará aquella actividade historica para o qual o Imperio do Brazil é chamado.<sup>227</sup>

No entanto, a miscigenação não foi aceita positivamente nos meios intelectuais europeus e americanos, de maneira geral. As distintas teses produzidas sobre o homem degenerado, a incapacidade de autogestão do homem ibero-americano, a infantilidade do continente, foram amplamente divulgadas por intelectuais europeus, como o abade Raynal, Cornelius de Paw, o filósofo Hegel ou o conde Buffon.<sup>228</sup>

De acordo com a visão dos viajantes estrangeiros, as questões da miscigenação e da escravidão no Brasil foram identificadas como temas que atrasavam o avanço do processo civilizador. A miscigenação, porém, foi vista desde Spix e Martius como positiva para o processo civilizador, já considerando válida a teoria do “embranquecimento”, que se reforçaria, sobretudo, no início da segunda metade do século XIX.<sup>229</sup>

Assim como no caso do Brasil, na Argentina e no Chile, em constante guerra contra os indígenas com a expansão em direção ao que se entendia como deserto, sobretudo na segunda

<sup>226</sup> GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado, op. cit., pp. 5-27.

<sup>227</sup> MARTIUS, Karl Friedrich Von, pp. 381-403.

<sup>228</sup> No Chile, como recorda Gerbi, a defesa da natureza contras as ideias europeias foi realizada pelo padre Juan Ignacio Molina. Foi expulso como jesuíta em 1767, dirigindo-se à Itália, onde publicou *Compendio de la historia geográfica, natural y civil del reino de Chile*, de 1776, uma versão aumentada, *Ensayo sobre la historia natural de Chile*, de 1782, e uma segunda em 1810. É relevante, em relação à historiografia romântica, sua filiação com Johann Gottfried von Herder, que via a América mais positivamente por acreditar na unidade do gênero humano e no progresso unilinear da civilização. GERBI, Antonello, op. cit., pp. 170-173; 218-221.

<sup>229</sup> Idem, p. 282. Ver SCHWARCZ, Lilia, M., op. cit.

década do século XIX, a dicotomia do conflito Civilização e Barbárie considerou o avanço da cultura e da sociedade *criolla* como a representação da civilização e progresso. Na Argentina, a própria visão sobre o *gaucho* também foi se transformando na metade daquele século, mudando o olhar destinado ao habitante dos pampas, assim como o Brasil fez com os indígenas por volta da mesma época, em um elemento positivo, representante da “cor local” que o romantismo exigia.

## 2.6 – Os manuais: a nação para a juventude

Em meio a pesquisas em arquivos, compilações, entrevistas, debates e disputas por representações da nação, era preciso fazer esse material chegar à população e entrar no imaginário social de cada país. Nesse esforço, as instituições de ensino seriam a principal porta de entrada para o labor realizado pela historiografia americana. Os livros e os manuais constituíram referências relevantes para o estabelecimento de conteúdos nacionais, como também para sua divulgação entre a população. A circulação de obras, em determinado território, contribuiu para a formação do sentimento de pertencimento e de identidade comum. Os livros didáticos têm esse apelo ressaltado devido à sua natureza de destinação à educação formal, com o objetivo de, além de lidos, ser estudados, aprendidos, incorporados.

Hobsbawm chamou a atenção para o impacto promovido pela primeira vez em que os livros didáticos e jornais foram impressos nas línguas nacionais em regiões da Europa na década de 1830, ocupando o espaço editorial de livros até então publicados em outras línguas.<sup>230</sup> Na América ibérica, por sua vez, a primeira metade do século XIX, as escolas cumpriam rigorosamente o papel de formar o pessoal necessário para o funcionamento das instituições do Estado e do clero. A história ensinada no período estava mais ligada a uma história universal, que enfatizava a ideia de civilização no ocidente e não a história já nacional. Na América, com o avanço do capitalismo e a difusão do ensino na segunda metade do século XIX, os manuais tornaram-se uma forma de expandir as características da nação, ao tempo que serviram, inclusive, como um guia moral.

O desenvolvimento intelectual esteve ligado, portanto, à formação das nações nos três países. Os produtos literários produzidos pelas instituições ocupavam espaços gradativos na constituição das novas nações à medida que o sistema educacional avançava, fator que contribuiu para formar um corpo de cidadãos com parâmetros próximos sobre o passado

---

<sup>230</sup> HOBBSAWM, Eric, op. cit., pp. 154-156.

coletivo de cada pátria. É com este espírito que o primeiro manual escolar chileno, *Manual de Istoría de Chile*, publicado em 1845, apoiado pelo Estado e com intuito de dar forma ao país e às novas gerações, foi escrito pelo argentino Vicente Fidel López. Para Elvira Narvaja de Arnoux, em relação à configuração representacional da nação:

La historia escolar ha intervenido de manera decisiva no solo porque ha sido uno de los espacios privilegiados de construcción discursiva de aquella sino también porque al hacerlo ha logrado articular la dimensión cognitiva y la emocional, lo que habilita los procesos identificatorios.<sup>231</sup>

Do outro lado da cordilheira do Andes, após a vitória dos liberais unitários, o ainda incipiente sistema educacional argentino passou a contar com a disciplina de história e publicações próprias. Na região do Prata, as escolas e os textos formativos foram considerados entre os principais difusores da história pátria e para a formação dos cidadãos. Os primeiros livros se publicaram para os *Colegios Nacionales* e para as *Escuelas Normales*, abertos nas principais cidades do país. Tratava-se de *Historia argentina (1492-1820)*, de Luis Domínguez, editado em 1861, e *Compendio*, de Juana Manso de Noronha, publicado no ano de 1863, ambos os autores fugidos do governo de Rosas e de filiação liberal.<sup>232</sup>

Os esforços de construção identitária, concentrados na produção de um passado comum, se viram disseminados nas escolas argentinas da segunda metade do século XIX. A historiografia se desenvolveu, para além de com a preocupação com produzir investigações sobre o passado local, objetivando também, sobretudo após a intensificação da imigração europeia entre as décadas de 1860 e o início do século, o interesse de constituir uma escola nacional e de conteúdo nacional. Foi necessário substituir o estudo das histórias de outras nações, como a alemã e a italiana, parte do currículo escolar ainda em 1890 em Esperanza, na província de Santa Fé, pela história nacional.<sup>233</sup>

No Brasil, ainda sem ter havido uma migração tão intensa como no caso argentino, os manuais passaram a ser produzidos somente na década de 1840. No caso concreto dos manuais de história, surgiram dentro de instituições financiadas por representantes do Estado,

---

<sup>231</sup> ARNOUX, Elvira Narvaja de, op. cit., p. 35. Ver também: ARNOUX, Elvira Narvaja de, “Discurso pedagógico y discurso político en la construcción del objeto Nación Chilena. *El Manual de Historia de Chile* de Vicente Fidel López, 1845”, in *Cuadernos Recienvenido*. São Paulo: Universidade de São Paulo, n.º. 25, 2010. Disponível em: <<http://dml.fflch.usp.br/sites/dml.fflch.usp.br/files/00%20Recienvenido%2022.pdf>> (acessado em 27/12/2012).

<sup>232</sup> QUESADA, María Sáenz, “La enseñanza de la historia y la identidad”. Disponível em: <[http://scholar.googleusercontent.com/scholar?q=cache:Wcgy84Z-xIAJ:scholar.google.com/&hl=pt-BR&as\\_sdt=0.5](http://scholar.googleusercontent.com/scholar?q=cache:Wcgy84Z-xIAJ:scholar.google.com/&hl=pt-BR&as_sdt=0.5)> (acessado em 05/09/2011).

<sup>233</sup> QUESADA, María Sáenz, op. cit.

grande parte de dentro do *IHGB*, com o intuito de realizar um serviço à pátria. Muitos deles serviram por décadas para a formação dos estudantes brasileiros.<sup>234</sup>

O primeiro a ser utilizado nos colégios do império foi *Resumo de História do Brasil até 1828* de Henrique Luiz de Niemeyer Bellegarde. Não era um trabalho original, resultando ser uma compilação do *Resumé de l'Histoire du Brésil*, lançado em 1822 pelo francês Fernand Denis. Em 1841, o livro foi adotado no Colégio Pedro II, pelo qual passou a ser seguido pelas demais instituições secundárias do Império. Em 1850, o *Compêndio da História do Brasil*<sup>235</sup> de Abreu e Lima substituiu o manual de Bellegarde, sendo utilizado até 1862. Nesse mesmo ano, foi substituído por *Lições de Historia do Brazil para uso dos alunos do Imperial Colégio Pedro II*, de Joaquim Manoel de Macedo, membro do *IHGB* e professor da instituição de ensino.<sup>236</sup>

Os livros eram produzidos pelos integrantes do *IHGB* e destinavam-se aos estudantes e professores. Essas obras, que buscavam explicar um Brasil geral, com uma unidade e de uma continuidade com a nação portuguesa, voltavam-se à criação de um sentimento pátrio e uma visão nacional do país. Eram dedicados aos jovens brasileiros, com o qual mostravam um caráter distinto em relação aos manuais argentinos, voltados à padronização de saberes de imigrantes.

Era a nação pelas letras.

\*\*\*

Abreu e Lima, Alberdi e Bello são personagens representativos desses homens que participaram da construção intelectual do que seria a América, nesse mundo de Estados, nações, tradições e identidades em formação. Estiveram envolvidos nos processos de independência e de construção de Estados e de nações nas ex-colônias ibéricas. Foram contemporâneos entre si, possuíram interesses semelhantes e atuaram política e intelectualmente através de meios e em temas comuns. Os três exerceram atividades políticas, jornalísticas, literárias, jurídicas, filosóficas e de cunho historiográfico. Os três apresentavam

<sup>234</sup> GASPARELLO, Arlete Medeiros, “Historiografia, didática e pesquisa no ensino de História”, in X Encontro Regional de História – ANPUH\_RJ. *História e Biografias* – Universidade do Estado do Rio de Janeiro – 2002. Disponível em: <<http://www.anpuh.uepg.br>> (acessado em 15/06/2005).

<sup>235</sup> *Compêndio da Historia do Brazil, desde o seu descobrimento até o magestoso acto da coroação e sagração no Sr. D. Pedro II*. Rio de Janeiro: Eduardo & Henrique Laemmert, 1843b. Edição em um volume.

<sup>236</sup> GASPARELLO, Arlete Medeiros, op. cit. Ver também: MATTOS, Selma Rinaldi de. *Para formar os brasileiros: o compêndio da história do Brasil de Abreu e Lima e a expansão para dentro do Império do Brasil*. São Paulo. Universidade de São Paulo. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas. Tese de doutorado, 2007. Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria Ligia Coelho Prado.

um perfil bastante consoante naquele momento: membros das elites, atuavam sob uma mistura de político e intelectual, comprometidos com os nacionalismos oficiais. O brasileiro Abreu e Lima participou na emancipação da Grã Colômbia e na construção do Estado brasileiro. O venezuelano Andrés Bello iniciou seus “serviços patrióticos” em seu país em 1810, continuou em Londres, onde residiu entre 1810 e 1829, e depois no Chile, a partir de 1829. Por sua vez, o argentino Juan Bautista Alberdi esteve entre os que buscaram construir um Estado argentino, tendo influenciado também com suas ideias o Chile e o Uruguai.

## CAPÍTULO III

### REFERENCIAIS DE VIDA: FORMAÇÃO INTELECTUAL E ATUAÇÃO POLÍTICA

Basta de ensaio, vamos á prática, á realidade da vida, se he que não he um sonho, como dizião os Stoicos.  
José Inácio de Abreu e Lima<sup>1</sup>

Neste capítulo nos propomos a acompanhar o itinerário de vida de nossos personagens, dando maior destaque à sua formação intelectual e engajamentos políticos, assim como também ao contexto de produção de algumas de suas obras. Consideramos que esse “espaço de experiência” contribui a uma melhor contextualização e compreensão da obra desses pensadores no cenário político e intelectual no qual estavam atuando. A construção de seus ambientes reafirma-se necessária quando analisamos como grande parte dos escritos foi elaborada, com um fim prático em si, instrumentalizada, respondendo a demandas, por vezes emergenciais, e com declaradas intenções de interferir em alguma disputa ou projeto em andamento.

Diversos estudiosos concordam com a possibilidade de delimitar características comuns a intelectuais e a obras produzidas em meados do século XIX. Shumway, representando essa ideia compartilhada, expõe da seguinte maneira dito contexto: “[h]omens de ação, vivendo em uma sociedade caótica, eles consideravam o que escreviam como parte de um processo político mais amplo e não como um fim em si mesmo a ser trabalhado ou polido”.<sup>2</sup>

A relação existente entre vida política e produção intelectual, como discutimos anteriormente, foi central na primeira metade do século XIX. Esses intelectuais militantes assumiram prontamente o papel de pensar, mas também de participar efetivamente das disputas dos projetos políticos das novas nações que estavam se formando. Suas ações, a da pena, da espada e do escritório, não possuíam campos tão definidos de ação, como tampouco seus próprios sujeitos.

---

<sup>1</sup> ABREU E LIMA, J. I. *O Socialismo*. Recife: Typographia Universal, 1855, p. 75.

<sup>2</sup> SHUMWAY, Nicolas. *A Invenção da Argentina: História de uma ideia*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Brasília: Editora da UnB, 2008, p. 178.



Dito papel múltiplo, presente na América ibérica, aproxima a constituição jurídica dos novos Estados, da formação das características identitárias das nações emergentes. Carlos Altamirano traça deste modo um perfil amplo desse tipo de intelectual e de sua atuação:

La marcha hacia el progreso tomó diferentes vías políticas, desde la fórmula del gobierno fuerte a la república oligárquica más o menos liberal, pero todas contaron con su gente de saber y sus publicistas. Había que unificar el Estado y consolidar su dominio sobre el territorio que cada nación hispanoamericana reclamaba como propio, redactar códigos e impulsar la educación pública. Esas tareas no pudieron llevarse adelante sin la cooperación de ‘competentes’, nativos o extranjeros, que pudieron producir y ofrecer conocimientos, sean legales, geográficos, técnicos o estadísticos.<sup>3</sup>

Optamos pela construção do percurso de vida de cada um dos personagens de forma independente por entendermos que, pela natureza dos estudos comparados, a abordagem por separado de cada pensador estará reforçando a definição dos caminhos específicos percorridos por cada uma das nações em construção naquele momento. Ao mesmo tempo, colocando as obras em seu ambiente de produção, nos parece contribuir metodologicamente à pesquisa pelo cotejo dos posicionamentos individuais dos três intelectuais, contextualizando-os. Por fim, consideramos que o itinerário de vida e de atuação de Alberdi, Abreu e Lima e Bello reforça a escolha dos personagens, se levarmos em conta tanto a possibilidade de um recorte geracional, quanto a centralidade do tema da construção da nação nos objetivos mais relevantes de cada um deles. Em suma, a proposta busca contribuir para um maior conhecimento comparado das historiografias da Argentina, do Brasil e do Chile, da vida e atuação desses homens, tal como para o reforço teórico-metodológico de um estudo comparativo com múltiplos atores e Estados nacionais.

Dentro dessa perspectiva, a de fornecer um contexto mais materializado e mais elementos sobre cada autor, pretendemos tornar a compreensão e a leitura dos textos a serem analisados no próximo capítulo mais inteligível. Assim, apresentaremos a seguir sintéticas construções biográficas, com foco na formação intelectual e na localização desses homens no meio das disputas dos distintos projetos nacionais em que se envolveram, centrando-nos nos interesses mais pertinentes às análises que empreenderemos sobre a construção nacional de cada país.

### **3.1 - Alberdi: um patriota das letras**

---

<sup>3</sup> ALTAMIRANO, Carlos (Dir.). *Historia de los intelectuales en América Latina. La ciudad letrada, de la conquista al modernismo*. Buenos Aires: Katz Editores, 2008, p. 9.

Durante sua vida, Alberdi incumbiu-se de levar a efeito uma contínua produção intelectual, em que abordou uma série de temas diversos e de modalidades variadas da expressão escrita. Publicou trabalhos sobre música, literatura, moda, teatro, história, filosofia, e autobiografias, mas principalmente teve seu nome associado à geração romântica argentina e ao direito. Escreveu para distintos periódicos, sendo o jornalismo uma atividade permanente em sua vida. Editou livros, peças e tratados, pelos quais obteve reconhecimento ainda em vida. Sua imponente produção foi recorrentemente (re)publicada. Após a morte de Alberdi, as edições da sua obra contribuíram para reafirmar o impacto social de seus trabalhos e reforçaram seu espaço na historiografia moderna e contemporânea, sobretudo argentina. Em 1886, surgiram os 8 tomos das *Obras Completas, Escritos póstumos de Juan Bautista Alberdi*, com um total de 16 volumes publicados entre 1895 e 1901, e as *Obras seletas*, com 18 tomos, saídos à luz em 1920.<sup>4</sup>

Alberdi é reconhecido como importante pensador do cone sul-americano, extravasando seu campo de atuação para além de sua pátria. Participou ativamente da vida política e intelectual na Argentina, como também no Uruguai, no Chile e na França, países onde esteve exilado. Devido às suas atuações políticas, iniciadas no governo de Juan Manuel de Rosas, teve que residir a maior parte da vida no exterior, por exílio forçado ou voluntário. Esteve vivendo na República Argentina apenas até o ano de 1839, quando deixou Buenos Aires e se dirigiu ao Uruguai. Desse ano em diante, voltou a residir em seu país natal apenas por um breve período, na década de 1870. Porém, escolheu a familiar Paris para terminar seus dias, em 1884.

### **3.1.1 - *Mi vida en Argentina: de menino em Tucumán a estudante militante***

Juan Bautista Alberdi veio ao mundo em *San Miguel de Tucumán* em 29 de agosto de 1810, onde viveu até 1824. A Tucumán em que Alberdi nasceu e cresceu estava

---

<sup>4</sup> ALBERDI, Juan. B. *Obras Completas*. Buenos Aires: La tribuna Nacional, 1886-1887. *Escritos póstumos de Juan Bautista Alberdi*. Buenos Aires: Impr. Europea/ Impr. A. Monkes / Impr. J. B. Alberdi, 1895 -1901. *Obras selectas*. Buenos Aires: La Facultad, 1920. Em 1960 houve a criação do Museu, Biblioteca e Salão de Conferências Juan Bautista Alberdi, com a intenção de preservar sua memória, suas obras e incentivar os estudos a seu respeito. Em 1964, estas entidades foram incorporadas ao Instituto Histórico da Cidade de Buenos Aires. PAREDES, Daniel Alfredo. *Juan Bautista Alberdi y la Unidad Nacional: a 200 años de su nacimiento 1810-2010*. Buenos Aires: Dirección General Patrimonio e Instituto Histórico, 2010. Em seu testamento, Alberdi deixou expresso seu desejo de que seus textos inéditos fossem queimados. Sobre a questão, ver CÓRDOBA, Alberto. *Los escritos de Alberdi ¿fueron publicados con oposición a sus últimos deseos?* Buenos Aires: Teoría, 1966. Com as comemorações do bicentenário do nascimento de Alberdi houve a republicação de vários de seus trabalhos.

profundamente envolvida nas lutas de independência da América hispânica. A cidade, entre 1812 e 1820, foi a principal praça dos exércitos patriotas no norte da região do Prata. Em Tucumán, assim como nas demais províncias, após a batalha de Cepeda (1820) e a desintegração do governo nacional, avançaram as desordens políticas e sociais provocadas pelas guerras civis.<sup>5</sup>

Alberdi provinha de uma família da elite de Tucumán. Sua mãe, Josefa Rosa de Aráoz y Balderrama, para sua infelicidade, morreu em seu nascimento. O acontecimento, que o marcaria, nos é conhecido através da narração que Alberdi oferece em sua memória *Mi vida privada*: “*Mi madre había cesado de existir, con ocasión y por causa de mi nacimiento. Puedo así decir, como Rousseau, que mi nacimiento fue mi primera desgracia*”.<sup>6</sup> Seu pai, Salvador Alberdi, era um comerciante basco, de Vizcaya, imigrado desde 1790, e um patriota envolvido nos processos da independência na região. Ocupou destacados cargos públicos em Tucumán, como o de prefeito e juiz, e foi membro do corpo municipal. Pessoalmente, possuía amizade com diversos *caudillos* e com seus pares integrantes das elites locais.

Os vínculos de amizade de Salvador Alberdi também foram descritos nas memórias de Alberdi.<sup>7</sup> Entre eles encontramos o referido a Manuel Belgrano, um amigo da família que frequentou a casa dos Alberdi. Em *Mi vida privada*, falando a respeito das relações de seu pai, escreveu: “*El general Belgrano cultivó su amistad y frecuentó su casa*”. Adiante, acerca de suas lembranças de infância, Alberdi agrega que: “*Con ese motivo [as visitas de Belgrano] yo*

---

<sup>5</sup> Para acompanhar a vida de Alberdi utilizamos principalmente os seguintes trabalhos: ALBERDI, Juan B. *Obras Completas*. Buenos Aires: La tribuna Nacional, 1886. PELLIZA, Mariano. A. *Alberdi, su vida y sus escritos*. Buenos Aires: Imprenta y Librería de Mayo, 1874. CACURI, Vicente P. *Alberdi*. Buenos Aires, 1910. Mayer, Jorge. *Alberdi y su tiempo*. Buenos Aires: Abeledo-Perrot, 1973. TERÁN, Oscar. *Juan Bautista Alberdi. Política y sociedad en Argentina*. Venezuela: Fundación Biblioteca Ayacucho, 2005. ULLOA, Alejandro (Coord.). *Juan Bautista Alberdi: El pensador de la libertad*. Buenos Aires: Planeta, 2009. PAREDES, Daniel Alfredo, op. cit.

<sup>6</sup> ALBERDI, Juan B., “Mi vida privada. Que se pasa toda en la República Argentina”, in *Palabras de un ausente y otros escritos íntimos*. Prólogo de Carlos Páez de la Torre. Buenos Aires: Emecé, 2010, p. 166.

<sup>7</sup> Entre os muitos escritos de Alberdi, temos ao menos quatro de cunho autobiográfico. São eles: *Memoria descriptiva sobre Tucuman* de 1834; *Impresiones de viajes*, escrito entre junho de 1843 e abril de 1844; *Mi vida privada*, produzido em 1871, e *Palabras de un ausente*, publicado na França em 1874. Os últimos dois estudos foram produzidos dentro de um contexto de autodefesa, frente às acusações e polêmicas que havia vivenciado durante sua vida, principalmente com Domingo Faustino Sarmiento. As defesas giravam em torno da sua longa vida fora da Argentina e de seu posicionamento quanto ao conflito com o Paraguai (1865-1870). Ao criticar as ações da República Argentina na guerra, foi acusado publicamente, por seus desafetos e pelo governo, de traidor da pátria. Esta literatura, apontada por Élide Lois como “*escrituras del yo*” e de “*autoficción*”, idealizadas de um personagem público e marcada pelas conjunturas que afligiam um Alberdi maduro, são defesas referentes a um passado, mas que miravam um futuro desejado à sua memória. Ver LOIS, Élide, “Autobiografía y autoficción en la escritura del último Alberdi”, in *Aletria: Revista de estudios de Literatura. Imágenes do escritor*. Vol. 20, nº. 2, maio-agosto, 2010. Disponível em: <[http://www.letras.ufmg.br/poslit/08\\_publicacoes\\_pgs/Aletria%2020/n%202/01-Elida%20Lois.pdf](http://www.letras.ufmg.br/poslit/08_publicacoes_pgs/Aletria%2020/n%202/01-Elida%20Lois.pdf)> (acessado em 13/08/2012).

*fui a menudo objeto de los cariños del grande hombre*”.<sup>8</sup> E foi graças a essa rede de alianças que o jovem Alberdi conseguiu uma bolsa estudantil no *Colegio de Ciencias Morales* de Buenos Aires, o qual o levou rumo ao universo das letras.<sup>9</sup>

A referida instituição de ensino, assim como a Universidade, ambas recém criadas por Bernardino Rivadavia, então ministro de governo bonaerense, faziam parte das intenções da nova administração em modernizar Buenos Aires. Também era o desejo de Rivadavia e daquele governo recompor as relações entre as províncias do interior e Buenos Aires. As novas instituições de ensino, além de preparar as elites para a administração do Estado, teriam o papel de promover um diálogo, e mesmo um *ethos* comum de formação liberal, no seio das tendências regionais das fragmentadas ex-Províncias Unidas do Rio da Prata. Pretendendo reproduzir uma elite ilustrada em todos os territórios à maneira da elite bonaerense, concebeu seis bolsas de estudos para cada província do Interior.<sup>10</sup> Entre os estudantes escolhidos para ingressar no curso do colégio bonaerense, que na época era preparatório para a entrada na Universidade de Buenos Aires, estava Alberdi, pela província de Tucumán. Sua indicação teve a aceitação facilitada pelo contato e laços de parentesco com o então governador da província, Juan López.<sup>11</sup>

Em 1824, com o estabelecimento do Congresso Nacional, Rivadavia foi empossado como o primeiro presidente daquele país que se formava, cargo que exerceu entre fevereiro de 1826 e junho de 1827. Com o início do conflito como o Império do Brasil pela Banda Oriental, Rivadavia, que havia ocupado os cargos de Ministro da Guerra do Triunvirato estabelecido em 1811 e o de Ministro de Governo e Relações Exteriores da província de Buenos Aires, onde empreendera com sucesso suas reformas *rivadavianas*, foi nomeado pelo Congresso como presidente. Os desgastes da guerra e o carácter fortemente unitário da Constituição vigente contribuíram para sua renúncia ao cargo e para a dissolução do Congresso, em 1826. As negociações com o país vizinho tornaram-se escândalos políticos por apontarem para a integração da Banda Oriental às terras brasileiras. Todavia o principal motivo de sua queda foi o forte conteúdo centralista da Constituição promulgada, o qual

---

<sup>8</sup> ALBERDI, Juan B., op. 165.

<sup>9</sup> PIGNA, Felipe (coord.). ALBERDI, Juan, B. / *Cartas Quillotanas*. SARMIENTO, Domingo Faustino / *Las ciento y unas*. Buenos Aires: Emecé, 2011.

<sup>10</sup> Sarmiento também procurou ingressar no *Colegio de Ciencias Morales*, porém por motivos financeiros, não pode mudar-se para Buenos Aires. Este fato o sanjuanino o tomou como grande desgosto e amargura, como pode ser verificado em sua autobiografia. SARMIENTO, Domingo, F. *Recuerdos de Provincia*. Caracas: Biblioteca Ayacucho, [1850] 1997.

<sup>11</sup> O pai de Alberdi faleceu em 1822 e seu irmão Felipe, que em breve assumiria cargos públicos em Tucumán, foi designado como seu tutor.

desagradou às províncias federalistas. Foi em meio a essa agitação social, interna e externa, que Alberdi viveu seus primeiros anos na capital.

Logo no início, apenas após três meses de ingresso no colégio, em novembro de 1825, com dificuldades de adaptação à disciplina rígida e por motivos de saúde ligados à vida diária na instituição, abandonou os estudos pelo que chamou de “sofrimentos” em *Mi vida privada*. Com a autorização de seu irmão mais velho, seu tutor após a morte do pai, conseguiu ser dispensado do colégio e arranhou um emprego em uma loja, em frente à instituição.

Embora houvesse abandonado os estudos, continuou em contato com os antigos colegas de classe, futuros integrantes do que a historiografia argentina chamaria de geração romântica argentina. Logo Alberdi se envolveu nas leituras e discussões com seus companheiros estudantes e, no mesmo ano, procurou voltar à instituição. Seu retorno foi possível devido ao apoio e intervenção, junto ao colégio, do representante da província no congresso, o deputado de Tucumán Alejandro Heredia.<sup>12</sup>

Em Buenos Aires, Alberdi dedicou-se mais à música e aos salões do que aos estudos, sendo assíduo frequentador das tardes e noites portenhas. Devido aos seus talentos musicais, passou a frequentar as tertúlias de María Sánchez de Thompson, importante figura da sociedade de Buenos Aires.<sup>13</sup> Em sua citada autobiografia justificou o apego aos bailes e festas por razões de saúde, pois, como indicação médica, tinham lhe sido recomendados ar livre e bailes. Nas palavras de Alberdi: “[e]ste método, seguido fielmente, sentó tan bien a mi salud, que de régimen medicinal se convirtió casi en un vicio mi afición a la vida de los salones y fiestas. Ése fue el origen de mi vida frívola en Buenos Aires, que me hizo pasar por estudiante desaplicado”.<sup>14</sup>

Depois de ter concluído os estudos no *Colegio de Ciencias Morales*, deu início ao curso de Direito na Universidade. Contudo, não abandonou o interesse pela música, nem suas apresentações musicais.<sup>15</sup> Uma prova da permanência de sua dedicação à música foi expressa em duas de suas primeiras publicações, em 1832. A primeira intitulou-se *El espíritu de la*

<sup>12</sup> Em *Mi vida privada*, Alberdi descreve a proximidade com Heredia e a preocupação do *caudillo* com os seus estudos. Segundo Alberdi, no retorno ao colégio, que na ocasião estava de férias, “*el señor Heredia, para que yo no perdiese tiempo, quiso darme él mismo las primeras lecciones de gramática latina*”. ALBERDI, Juan B., op. cit., p. 170.

<sup>13</sup> ULLOA, Alejandro (Coord.). *Juan Bautista Alberdi: El pensador de la libertad*. Buenos Aires: Planeta, 2009, pp. 13,15.

<sup>14</sup> ALBERDI, Juan B., op. cit., p. 171.

<sup>15</sup> Alberdi compunha e tocava violão, flauta e piano. Em 1832 escreveu *El espíritu de la música*. Ver PIGNA, Felipe (coord.), op. cit. De acordo com Mariano Pelliza, a paixão e a habilidade perante a música foram constantes na vida de Alberdi. Ver PELLIZA, Mariano. A. *Alberdi su vida y sus escritos*. Buenos Aires: Imprenta y Librería de Mayo, 1874.

*música a la capacidad de todo el mundo e a segunda, Ensayo sobre el método nuevo para aprender a tocar el piano.*<sup>16</sup>

O ambiente universitário resultou essencial para a formação romântica e o posicionamento político que tiveram Alberdi e seus companheiros estudantes. Na instituição, as disputas entre liberais e conservadores também se refletiam nas aulas e na organização acadêmica. Professores como Diego Alcorta, titular em Filosofia, e seu propagado liberalismo serviram de guias para muitos estudantes ou mesmo curiosos não matriculados, mas interessados em suas aulas.<sup>17</sup>

O Colégio e a Universidade permitiram que Alberdi ingressasse no ambiente intelectual de Buenos Aires para além dos limites institucionais. Os laços de amizade entre os estudantes foram fundamentais para a construção dos movimentos liberais anti-rosistas que pautariam as discussões do século XIX na Argentina.<sup>18</sup> Miguel Cané e sua família exerceram uma forte influência na vida intelectual de Alberdi, como também nas de outros jovens estudantes da década de 1830. Além de se sentarem juntos no primeiro banco, Alberdi, após o colégio onde vivia ter sido fechado abruptamente em 1830, recebeu a hospitalidade de Cané, que o convidou para morar na casa de seus avós. A família Cané era referência nas leituras liberais da capital. Alberdi recordará com gratidão essa relação, considerando que “[e]sa casa y esa familia fueron mi verdadero colegio, no de ciencias o teorías Morales, sino, lo que es mejor, de costumbres y de ejemplos Morales”.<sup>19</sup>

Alberdi ingressara inicialmente na Universidade de Buenos Aires, mas só concluiu o curso de Direito na Universidade de Córdoba em 1834. A decisão foi tomada por dois motivos: a possibilidade de adiantar o término de seus estudos universitários e o fato de não ter que jurar em nome de Rosas, o qual era requisito para a obtenção do título na instituição bonaerense. A ditadura de Rosas havia se tornado cada vez mais repressora e intransigente contra as vozes críticas ao seu governo. Assim, a Universidade, com grande quantidade de opositores, sofreu diversas intervenções do governo. Entre as ingerências esteve a publicação do Decreto de 27 de janeiro de 1836 que, de acordo com Félix Weinberg, exigia do candidato, como requisito ao título, “*haber sido obediente y sumiso a las autoridades y adicto a la causa*

<sup>16</sup> ALBERDI, Juan. B. *Obras Completas*. Tomo I. Buenos Aires: La tribuna Nacional, 1886.

<sup>17</sup> WEINBERG, Félix. *El Salón Literario de 1837*. Buenos Aires: Librería Achete, [1958] 1977, p. 112-3.

<sup>18</sup> Manuel Rosas assumiu pela primeira vez o poder entre 1829 e 1832, concentrando poderes extraordinários. Após breve intervalo distante do governo, reassumiu o poder em 1834, ficando até 1852. Ver QUESADA, María Sáenz. *La Argentina. Historia del país y de su gente*. Tomo I, Buenos Aires: Debolsillo, 2006, pp. 307-311.

<sup>19</sup> ALBERDI, Juan B., “Mi vida privada. Que se pasa toda en la República Argentina”, p. 172. Ver WEINBERG, Félix, op. cit. No testamento elaborado em 1879 Alberdi ainda mostra sua gratidão pela hospitalidade que recebeu da família Cané. Ver PAREDES, Daniel Alfredo, op. cit., p. 60.

*nacional de la Federación*”. Entretanto, segundo Weinberg, o dispositivo anterior parece não ter sido empecilho a falsos juramentos pelos estudantes, que não deixaram de fazer o novo trâmite, com a exceção de Alberdi. É verdade que os maiores atritos e descontentamento com os rumos do governo de Rosas tornar-se-iam mais ríspidos apenas em 1838.<sup>20</sup>

Em Córdoba, Alberdi obteve novamente o apoio do governador de Tucumán.<sup>21</sup> Nessa ocasião, Alejandro Heredia interveio no reconhecimento, pela Universidade receptora, dos estudos realizados em Buenos Aires. Passados três meses em Córdoba e havendo finalizado os exames restantes, regressou a Tucumán, onde ficaria pouco mais de quatro meses na companhia do amigo Marco Avellaneda. Pouco depois de sua chegada, o governo de Heredia, por meio de um Decreto, autorizou Alberdi a exercer o ofício de advogado em Tucumán, mesmo sem ter cursado a Academia de Jurisprudência, necessária para finalizar o curso de Direito.<sup>22</sup> Heredia enxergava Alberdi como um aliado qualificado, desejando que ele ficasse na província e ingressasse na legislatura provincial como deputado, ou que atuasse como representante na resolução dos conflitos que tinham lugar na província de Salta.

No entanto, esses planos não faziam parte dos anseios do jovem tucumano. Alberdi decidiu-se pelo regresso a Buenos Aires para finalizar de vez seus estudos, cidade à qual retornou em novembro de 1834. Porém, não o fez sem antes produzir um breve estudo sobre sua província natal, com o título de *Memoria descriptiva sobre Tucuman*, contendo uma dedicatória, como de costume na época. No caso, o estudo agraciava “*Al señor coronel don Alejandro Heredia*”.<sup>23</sup>

Nessa breve publicação, Alberdi descreveu uma Tucumán caracterizada pela beleza física da província, por odores, brilhos e lembranças de sua infância. O trabalho, que se considera um “escrito histórico”, inspirado pelo amor à pátria, apresenta características das pesquisas dos naturalistas no que tange à sua forma de apresentação, com descrições dos aspectos físicos da região. Em diálogo com as ideias do determinismo geográfico e climático sobre o comportamento humano, faz referências a Charles de Montesquieu, ao conde de Buffon, a Pierre Jean Georges Cabanis e a Wilhelm Von Humboldt, escrevendo em defesa do homem americano.<sup>24</sup> Já nessa altura, Alberdi mostrava seu conhecimento da literatura romântica europeia, mais precisamente francesa, ao fazer referências a Madame de Staël,

<sup>20</sup> WEINBERG, Félix, op. cit., pp. 15-16.

<sup>21</sup> Seu irmão Felipe, na ocasião, exercia o cargo de conselheiro do governador de Tucumán. Ver PELLIZA, Mariano, op. cit., p. 15.

<sup>22</sup> ALBERDI, Juan B., op. cit., p. 178.

<sup>23</sup> Idem.

<sup>24</sup> ALBERDI, Juan B., “Memoria descriptiva de Tucumán”, in ALBERDI, Juan B. *Palabras de un ausente y otros escritos íntimos*. Buenos Aires: Emecé, 2010, p. 150.

René de Chateaubriand, Victor Hugo e Alphonse de Lamartine. Além de na exaltação da natureza e no saudosismo presentes no texto, o traço romântico já se fazia sentir quando da descrição da aparência física e do aspecto psicológico dos habitantes da província.<sup>25</sup>

Mesmo com a negativa de Alberdi a ingressar na vida política da província de Tucumán, o governador Heredia seguiu dando apoio ao seu conterrâneo. O caudilho indicou-o a Facundo Quiroga para estudar o sistema federal dos Estados Unidos por um ano, a fim de aprender mais sobre o funcionamento desse país. Quiroga aceitou a indicação e ficou responsável por dar o aporte financeiro necessário para custear a viagem. Durante os trâmites, Alberdi descreveu da seguinte forma seu relacionamento com Quiroga: *“Lo visité con repetición, y muchas veces se entretuvo en largas conversaciones conmigo, ajenas del todo a la política. Yo no me cansaba en estudiar, de paso, a ese hombre extraordinario”*.<sup>26</sup> Apesar dos elogios e de haver conseguido o financiamento pelo Banco de Buenos Aires, Alberdi desistiu da viagem após um possível atrito mal explicado com Quiroga.

Retornando a Buenos Aires, Alberdi iniciou um período em sua vida que o levaria às disputas da vida política na região do Prata e à trajetória como intelectual militante. Suas primeiras críticas políticas surgiriam em grande medida devido ao caráter ditatorial de governo de Juan Manuel Rosas. Nessas disputas, que envolviam distintos projetos nacionais para a região, o ano de 1837 tornou-se referência para a história política e das ideias da Argentina, como também viria a se tornar um momento marcante na vida de Alberdi.

### **3.1.2 - Buenos Aires, Montevideu e Chile: as letras em favor da nação**

De alguma forma, a intenção de Rivadavia de colocar os membros das elites em contato e de propiciar uma formação comum com a oferta de bolsas de estudo obteve resultado positivo. Em Buenos Aires, Alberdi compartilhou fortes laços de amizade com Juan María Gutiérrez, Miguel Cané, Esteban Echeverría, entre outros tantos que fariam parte da Geração de 37. A relação de amizade entre os personagens citados estava permeada por constantes debates intelectuais e embates políticos, pelo qual resultou significativa para as leituras e para a compreensão de autores românticos franceses por parte de Alberdi. Em um trecho de sua referida autobiografia, encontramos a reconstrução do momento de transição de suas influências literárias. Após aproximadamente quatro décadas, o tucumano rememorava a

<sup>25</sup> Segundo Alberdi, devido à província ser composta por uma maioria de mulheres, possuidoras de um caráter melancólico, o estilo romântico faria ali mais sucesso do que nas outras províncias.

<sup>26</sup> Idem, p. 179.



influência do colega portenho Esteban Echeverría, que havia recentemente retornado da França. Sobre sua formação, Alberdi esclarece:

Por Echeverría, que se había educado en Francia durante la Restauración, tuve las primeras noticias de Lerminier, de Villemain, de Víctor Hugo, de Alejandro Dumas, de Lamartine, de Byron y de todo lo que entonces se llamó romanticismo, en oposición a la vieja escuela clásica. Yo había estudiado filosofía, en la Universidad, por Condillac y Locke, me habían absorbido por años las lecturas libres de Helvecio, Cabanis, de Holbach, de Bentham, de Rousseau. A Echeverría debí la evolución que se operó en mi espíritu con las lecturas de Victor Cousin, Villemain, Chateaubriand, Jouffroy y todos los ecléticos procedentes de Alemania en favor de lo que se llamó el espiritualismo.<sup>27</sup>

A atuação política e intelectual de Alberdi apareceu inicialmente através de periódicos e de polêmicas referentes ao rumo da região recém independente. Seu primeiro adversário foi José Rivera Indarte que havia publicado em Madri *El voto de América, o sea breve examen de esta cuestión: ¿Convendrá o no a las nuevas repúblicas de América apresurar el reconocimiento de su independencia, enviando embajadores a la corte de Madrid?* (1835). Nesse trabalho, o autor defendia a paz entre Espanha e a América, considerando os efeitos positivos que o fim da disputa poderia levar aos dois lados do Atlântico. De imediato essas ideias produziram respostas, marcadas por uma forte ideologia contrária à aproximação com a antiga metrópole. Alberdi fez coro com elas ao publicar o folheto *Contestación al Voto en América*. A resposta de Ingarte — sob o título *Defensa del voto de América contra los impugnadores que de él se han hecho en un folleto recientemente publicado* — destaca o anti-espanholismo de Alberdi àquela altura.<sup>28</sup>

No mesmo ano de 1837, Alberdi publicou seu primeiro trabalho de envergadura, *Fragmento preliminar al estudio del derecho*, que obteve forte repercussão no meio letrado da região do Prata. Nesse estudo, Alberdi produziu uma análise da sociedade argentina apontando características, processos de formação e lançando alguns dos mitos que fariam parte dos estudos sobre identidade e história local. *Fragmento preliminar*, segundo Mariano Pelliza, logo foi apontado pela historiografia argentina como de grande impacto já em sua

<sup>27</sup> Idem, pp. 181-182. Em 1838, Esteban Echeverría escreveu o que é considerado por diversos autores como o primeiro conto romântico escrito no Prata, *El Matadero*. No entanto, esta não foi a primeira obra literária de Echeverría com aspectos românticos. Em 1832 já havia publicado *Elvira o la novia del Plata*, e ainda *Los consuelos*, de 1834. Os trabalhos de Echeverría passaram quase no momento de sua produção à história argentina. Em 3 e 4 de outubro de 1837, Gutiérrez, nas páginas do jornal da capital *Diario de la tarde*, considerava a importância da sua obra para a poesia nacional. Ver WEINBERG, Félix, op. cit., pp. 19, 20, 31.

<sup>28</sup> Idem, pp. 23-5.

época de publicação, pois suscitou controvérsias nas duas margens do Prata<sup>29</sup> e, ainda hoje, segue sendo alvo de recorrentes reflexões. Foi escrito antes de Rosas ter estabelecido seu caráter autoritário, a pouco de se efetivar o rompimento por parte de seus antigos partidários. O texto trouxe uma das primeiras propostas sobre qual o modelo de país que deveria se construir depois de que se houvesse ultrapassado a fase de desorganização causada pelas guerras civis que se seguiram à independência. Acreditava, ou desejava Alberdi, que naquele momento os períodos de conflito desapareceriam com a instituição de um governo liberal e representativo de todas as províncias.

Félix Weinberg, cem anos após a edição do *Fragmento preliminar*, indicou que considera esse escrito como “*uno de los documentos capitales de esa etapa cultural*”, como uma obra de destaque e de pioneirismo em relação à formação nacional da Argentina. Para Weinberg, o que Alberdi propõe para o futuro da região é “*lo que interesa, el cual desde el campo de la historia, de la política y de la filosofía del derecho, apunta a la integración de una filosofía para llegar a la nacionalidad*”.<sup>30</sup>

Por sua vez, Shumway julga o *Fragmento preliminar* como um documento interessante para o conhecimento a respeito do pensamento de Alberdi, pelo motivo de o texto ter sido escrito poucos meses antes do estabelecimento da Geração de 37. Shumway destaca ainda que entende que nesse texto existem ideias individuais, distintas do grupo da Geração, além de ideias de que o próprio Alberdi se distanciou por um período. Para compreender a importância que o autor atribui ao escrito, leamos sua avaliação: “o *Fragmento* foi o ensaio mais significativo sobre a identidade da Argentina desde os textos de Mariano Moreno escritos décadas antes”.<sup>31</sup>

Do ponto de vista da construção cultural da sociedade argentina, com esforços voltados às identidades próprias, tendo em mente a sua organização jurídica, Oscar Terán reconhece em Alberdi seu grande iniciador romântico, seguindo as propostas de Echeverría. Assim, o modelo apresentado como aquele a ser seguido era o da Europa; porém, a realidade local deveria ser o elemento constitutivo para a construção da nacionalidade, sem a imposição da lei sobre a sociedade.<sup>32</sup>

---

<sup>29</sup> PELLIZA, Mariano. A., op. cit., p. 18.

<sup>30</sup> WEINBERG, Félix, op. cit., p. 29.

<sup>31</sup> SHUMWAY, Nicolas, op. cit., p. 169. Enrique Gandía considera que o *Fragmento Preliminar* até aquele momento, 1994, havia sido “mal interpretado” por seus comentaristas. GANDÍA, Enrique de. *Historia política de Argentina: Época de Rosas. Primera Parte*. Buenos Aires: Claridad, 1994, p. 482.

<sup>32</sup> TERÁN, Oscar. *Historia de las ideas en la Argentina. Diez lecciones iniciales, 1810-1980*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2010, p. 92.

Dentro da política da Confederação, o modelo era o de Rosas e esse o garantia pela censura e pela *Mazorca*. Na memória de 1871, Alberdi registrava a sua preocupação em não ter o trabalho censurado, relatando os cuidados que tomara para assegurar a circulação do *Fragmento*, apesar de não se isentar das críticas. Assim:

Estudiar el derecho bajo el poder *ilimitado*, era un poco arduo. En ese libro yo calificué el poder *ilimitado*, como el *poder de Satanás*, bajo el gobierno omnímmodo de Rosas, pero no sin tomar precauciones naturales de inmunidad en favor de mi persona y del libro. Lo dediqué al general Heredia, cosa que, de paso, era un deber moral de mi parte. Heredia, como federal, era mirado con amistad por Rosas. En el Prefacio, pararrayo del libro, hice concesiones al sistema federal, y al jefe temido de nuestra democracia federalista.

Segue Alberdi, mais adiante: “[a] Rosas le repetí el calificativo de grande hombre, que le daba todo el país. Todo esto no impidió que Rosas recibiese informes de mi libro, amenazantes para mi seguridad”.<sup>33</sup>

O trecho anterior traz não apenas a contextualização da elaboração do estudo, mas também uma justificativa quanto ao seu posicionamento daquela época, como ainda ao tratamento que viria a receber na contemporaneidade dos escritos da memória. De fato, desde então, apareciam-lhe acusações de ter sido aliado de Rosas e demasiado brando nas críticas ao governo em 1837.

Esse ano resultou frutífero no tocante à produção intelectual e política de Alberdi. Junto a outros jovens letrados, fundou na livraria de Marcos Sastre o *Salón Literario*, ambiente em que os liberais anti-rosistas se encontravam e discutiam projetos de Estado e de nação para a Confederação Argentina. Era o início da Geração marcada pela construção do Estado nacional argentino, responsável por criar os mitos nacionais e reconhecida por muitos estudiosos como continuadora das obras dos *Revolucionarios de Mayo*. Na ocasião, Alberdi pronunciou um discurso inaugural da instituição, sob um título bastante esclarecedor a respeito dos objetivos a que se destinava: *Doble armonía entre el objeto de esta institución con una exigencia de nuestro desarrollo social: y de otra exigencia con otra general del espíritu humano*.<sup>34</sup>

Alberdi é considerado, conjuntamente com Esteban Echeverría, um dos nomes mais importantes da *Generación de 37*, que, como vimos, foi influenciada pelo romantismo

<sup>33</sup> ALBERDI, Juan B., op. cit., pp. 183-184.

<sup>34</sup> WEINBERG, Félix, op. cit., pp. 57 e 60. Poucos dias depois da inauguração do *Salón Literario*, foi publicado um folheto contendo os discursos inaugurais de Sastre, Alberdi e Gutiérrez, sob o título *Discursos pronunciados el día de la apertura del Salón Literario, fundado por Don Marcos Sastre*.

européu e exerceu uma relevante contribuição à construção da nacionalidade que surgia em parte do território do ex-vice-reino. Weinberg considerou essencial a atuação de Alberdi no empreendimento literário de Sastre, qualificando-o como “*el más inquieto de los inquietos, ya autor de varios opúsculos publicados a esas fechas y con un respetable caudal de conocimientos filosóficos y sociales*”.<sup>35</sup>

Em geral, os jovens do *Salón* logo têm seus trabalhos reconhecidos pelo público local. Os escritos e as canções do grupo encontraram um canto nas tertúlias de Buenos Aires e de Montevideú. Entre as canções mais tocadas no violão ou no piano estavam as produzidas por Echeverría. Havia também a apropriação, ao se transformar em canto seu poema *La cautiva*. Entre 1836 e 1838, ocorreu uma difusão de músicas que traziam questões da vida social local nos salões em ambos os lados do Rio da Prata, cuja importância reconheceu a publicação de *El cancionero Argentino* no início de 1837. O teatro também foi um espaço ocupado por Alberdi e sua Geração, de que fazem parte, por exemplo, Sarmiento, Cané e Yrigoyén, que atuaram como críticos teatrais.<sup>36</sup>

Inicialmente, Alberdi combateu desde o *Salón Literario* o uso autoritário do poder central. Também buscou pensar sobre o futuro e o passado da nação, discutindo temas como a língua, os costumes, origens culturais, forma de governo, etnia da região e nação.<sup>37</sup> Assim como os demais integrantes da Geração de 37, Alberdi colaborou, desde os tempos do *Salón Literario*, para a discussão de uma literatura nacional, considerando até a possibilidade de criar uma língua para a nova pátria, a partir do espanhol.

Em busca da história nacional argentina, pensou em uma fase desorganizada e heroica, a da independência, e em uma época posterior de organização do Estado nacional. Ao meditar no que era, ou seria, esse país novo, discutiu acirradamente com Domingo Faustino Sarmiento sobre a civilização e a barbárie na Argentina da primeira metade oitocentista.<sup>38</sup>

Nessa época, na condição de colaborador, participou ativamente em diversas revistas, com textos significativos quanto à história recente, como fez na *Revista del Plata*. Deles citamos o conhecido ensaio “*Crónica Dramática de la Revolución de Mayo*”, que refletia

---

<sup>35</sup> Idem, p. 49.

<sup>36</sup> Idem, pp. 27-28.

<sup>37</sup> RICUPERO, Bernardo. *O romantismo e a idéia de nação no Brasil (1830-1870)*. São Paulo: Martins Fontes, 2004, pp. 210-218, 226-228, 258-259.

<sup>38</sup> Idem, pp. 210-218, 226-228, 258-259.

sobre a história recente e que buscava narrar um momento da fundação da pátria ligado aos eventos de 1810.<sup>39</sup>

Ainda no ano de criação do *Salón*, sob o pseudônimo Figarillo, começou a publicar a revista *La Moda, gacetín semanal de música, poesía, literatura y costumbres*, um semanário que durou 23 volumes, cujo último número foi publicado em 27 de abril de 1838. A revista, dirigida por Alberdi e Rafael Jorge Corvalán, tentava não entrar em atrito direto com Rosas, principalmente em seu início, com poucas críticas e com diversos artigos sobre comportamentos e banalidades.<sup>40</sup> *La Moda* chegava inclusive a trazer em suas páginas a consigna rosista “Viva a federação!”. Além disso, no semanário os elogios a Rosas foram constantes ao longo de toda sua existência.<sup>41</sup> No entanto, apesar dos esforços da revista em não entrar em confronto com o governo de Rosas, logo os desencontros seriam maiores e irreconciliáveis.

Diversos companheiros do *Salón* colaboraram com os exemplares da revista, difundindo na região do Prata o romantismo literário e autores modernos. Weinberg caracterizou da seguinte maneira as ideias em voga contidas na revista e defendidas por seus colaboradores: “*Difunden todos ellos el romanticismo literario –no el excéntrico misantrópico o de nostalgias feudales sino el filosófico, moralista, progresivo, militante, libertario– y las doctrinas humanitarias y sociales, particularmente el sansimonismo*”.<sup>42</sup>

Porém, toda a atividade protagonizada pelos jovens da *Generación de 37* não agradou a Rosas. Devido às perseguições, o *Salón* anunciou seu fechamento em janeiro de 1838, com o qual se encerrou, também, a publicação do semanário *La Moda*. Contudo, as ameaças não os fizeram resignar-se com a situação e fundaram, em junho do mesmo ano, a sociedade secreta *Asociación de Mayo*, com Echeverría como presidente e Alberdi e Gutiérrez como integrantes da direção.

Com aproximadamente 35 jovens, o extinto *Salón* cedia espaço à *Asociación de la Joven Generación Argentina*, que procuraria manifestar-se dessa vez mais pelas ações do que

<sup>39</sup> PRADO, Maria Lúcia Coelho. *América Latina no Século XIX: Tramas, Telas e Textos*. São Paulo, Editora Universidade de São Paulo, p. 167.

<sup>40</sup> Posteriormente, em 1938, foram publicados em Buenos Aires os textos da revista em um único volume, homônimo ao periódico mensal. Ver OVIEDO, José Miguel. *Historia de la literatura hispanoamericana*. Madrid: Alianza Editorial, 2007. Alberdi adotou o pseudônimo de Figarillo, inspirado no escritor espanhol Mariano José de Larra (1809-1837), que assinava como *Fígaro* seus textos críticos à Espanha e seus costumes. De acordo com Bernardo Ricupero, dentre os 88 artigos que apreeceram na revista, em relação à sua autoria, temos os seguintes números: 48 de Alberdi, 10 de Rafael J. Corvalán, 5 de Carlos Tejedo, 4 de Juan María Gutiérrez, além dos escritos por Demetrio Peña e Jacinto Peña. RICUPERO, Bernardo, op. cit., p. 215.

<sup>41</sup> WEINBERG, Félix, op. cit., p. 102. No final de 1837, a crença de Alberdi no governo de Rosas levou ao afastamento gradual com Echeverría que, desde 1830, já manifestava sua oposição ao caudilho.

<sup>42</sup> Idem, pp. 99-100.

pelas ideias.<sup>43</sup> Em nome da Associação, lançaram um manifesto denominado *Código o Declaración de los Principios que Constituyen la Creencia Social de la República Argentina*. Posteriormente, em 1846, Echeverría, exilado em Montevideu desde 1840, lançaria sua segunda edição em sua forma mais conhecida e difundida, sob o título de *Dogma Socialista de la Asociación de Mayo*.<sup>44</sup>

Com a repressão cada vez mais acirrada em Buenos Aires, Alberdi, juntamente com outros intelectuais e membros da Associação, como Juan María Gutiérrez, Vicente Fidel López e Bartolomé Mitre, partiu em novembro de 1838 para o Uruguai, em fuga da *Mazorca*. Em *Mi vida privada*, Alberdi conta que Echeverría e Posadas o acompanharam ao porto. Recorda que levava “*numerosa correspondencia y papeles*” que, talvez com algum exagero de sua parte, “*descubiertos por la policía, no me hubiese quedado un par de horas de vida*”.<sup>45</sup> Em sua segunda autobiografia, *Palabras de un ausente*, publicada em 1874, Alberdi justificou publicamente sua partida da cidade: “[*y*]o salía para atacar desde Montevideo la tiranía de que era presa Buenos Aires”.<sup>46</sup>

O Uruguai foi o destino de muitos exilados políticos descontentes com suas pátrias, nesses anos de repressão. Além dos intelectuais da região do Prata, encontravam-se naquele país franceses insatisfeitos com a monarquia de julho, que se estendeu de 1830 a 1848, e carbonários italianos como Giuseppe Garibaldi.<sup>47</sup>

No fim de suas notas autobiográficas, com uma visão retrospectiva, Alberdi considera que, naquele momento de despedida de Buenos Aires, terminava também sua vida privada e começava sua vida de personagem público. Iniciava-se de fato sua vida fora da região do Prata, para onde não retornaria até a década de 1870.

A produção literária elaborada durante o desterro caracterizou o trabalho desses intelectuais. Essa geração de jovens letrados pelas instituições modernas de ensino, em meio às pressões políticas, migrou e produziu considerável número de obras referenciais às mitologias historiográficas e às origens nacionais geradas durante a Confederação Argentina. Alberdi, desde suas memórias, já apontava essa característica daquilo que denominava de “*literatura liberal*”, que “*se ha producido en el suelo móvil pero fecundo de esa provincia*

---

<sup>43</sup> Idem, pp. 112-113.

<sup>44</sup> PRADO, Maria Ligia Coelho Prado, op. cit., pp. 78-79.

<sup>45</sup> ALBERDI, J. B., op. cit., p. 187.

<sup>46</sup> ALBERDI, Juan B., “Palabras de un ausente”, in ALBERDI, Juan B., op. cit., p. 10-11.

<sup>47</sup> RICUPERO, Bernardo, op. cit., p. 225.

*nómada*. El peregrino, El Facundo, El Ángel caído, El avellaneda, los Himnos a Mayo, la América poética, los periódicos históricos y memorables de la última época”.<sup>48</sup>

Alberdi seguiu esse caminho e na outra margem do Rio, em Montevideu, foi recebido pelo uruguaio Andrés Lamas e por seu velho amigo Miguel Cané, que o integraram ao jornal *El Nacional*. Participou ainda de *El Grito Argentino*, jornal de caricaturas e, segundo Pelliza, do semanário de literatura e costumes *El Iniciador*, além de na *Revista del Plata*, publicada também em parceria com Cané. Para Pelliza, este último periódico, que contou com 73 edições entre 16 de maio e 20 de agosto, absorveu grandes esforços dos autores, que tinham como objetivo derrubar Rosas e promover a organização do país.<sup>49</sup>

No tempo de seu exílio na república vizinha, atuou também como advogado e escreveu constantemente atacando o regime autoritário rosista. Usou não apenas a pena para enfrentar o governo bonaerense, mas também os palcos. Escreveu duas peças teatrais contra a ditadura instaurada na Confederação, sob os títulos de *La Revolución de Mayo. Crónica dramática en cuatro partes* — dedicada aos revolucionários de Rio Grande (1839) — e *El Gigante Amapolas y sus formidables enemigos* (1842).<sup>50</sup>

Ainda nesse ano, Alberdi contribuiu para a vida intelectual uruguaia com a produção de uma proposta para um curso de filosofia. Na apresentação do curso, Alberdi proferiu um discurso no *Colegio de Humanidades de Montevideo*, sob o título de *Ideas para un curso de filosofía contemporánea*, com o subtítulo *Para presidir a la confección del Curso de Filosofía Contemporánea*. No texto, recheado com referências a estudiosos contemporâneos, Alberdi abordou questões teóricas, metodológicas e práticas que implicavam no desenvolvimento da “ciência filosófica” e do “espírito humano”. Negava a ideia de uma filosofia universal aplicada a todos os povos, pois considerava a necessidade de se desenvolverem filosofias aplicadas ao progresso americano, ligadas às características e aos anseios nacionais.<sup>51</sup>

Foi principalmente por meio do jornal *El Nacional* que a Associação atacou o governo rosista no final da década. Em 1838, a França havia bloqueado a cidade de Buenos Aires e invadido a ilha Martín García. Mais tarde, a Inglaterra também passaria a engrossar o bloqueio ao porto de Buenos Aires. Esse episódio foi duramente explorado pela Associação de Maio no exílio, já que acreditavam constituir uma boa oportunidade de derrubar Rosas. Consideravam que teriam mais força do que Rosas ao contar com o auxílio das tropas

<sup>48</sup> ALBERDI, Juan B., “Mi vida privada. Que se pasa toda en la República Argentina”, p. 189.

<sup>49</sup> PELLIZA, Mariano. A. op. cit., p. 24.

<sup>50</sup> Idem, pp. 130-131.

<sup>51</sup> ALBERDI, Juan B., “Ideas para un curso de filosofía contemporánea”, in *Ideas en torno de Latinoamérica*. Vol. 1 México: Universidad Nacional Autónoma de México, 1986.

francesas e do governo uruguaio sob a administração do general Fructuoso Rivera, criador do *Partido Colorado*, que havia acabado de vencer uma guerra civil no Uruguai. Dispunham também do apoio do general Juan Galo de Lavalle para derrubar o governo instalado em Buenos Aires.<sup>52</sup> No entanto, os prognósticos dos rebeldes não se confirmaram. O conflito de Montevideu, iniciado em 1839 com apoio dos franceses e conduzido por Lavalle, finalizou em 1841 com a vitória das tropas de Rosas.<sup>53</sup>

O conflito com Rosas não parou naquela altura. Em 1843, as tropas do caudilho portenho atacaram e cercaram Montevideu. Iniciou-se então uma resistência que duraria até 1852, terminando somente após o acordo realizado entre França, Inglaterra e Buenos Aires. No princípio dos ataques federais à cidade, em 1844, Alberdi e Juan María Gutiérrez trasladaram-se à Europa. Inicialmente, dirigiram-se para a Itália, com a ajuda de Garibaldi, que os ajudara a escapar da cidade e os recomendou aos seus pares rebeldes, membros da sociedade secreta *Jovem Itália*.

Em *Palabras de un ausente*, Alberdi reconstruiu seus serviços à pátria e às letras desenvolvidos no Uruguai, expondo sua participação destacando fatos e justificando suas opções:

Después de uniformar la opinión de los argentinos sobre la cuestión francesa de ese tiempo, lo que facilitó la expedición de libertad confiada al general Lavalle; después de redactarle sus proclamas, con que desembarcó en suelo argentino, y de poner en contacto a Garibaldi con Paz, que debían defender la plaza de Montevideo en su sitio de 9 años, dejé a ese país por Chile, como refugio americano en que pude estudiar la libertad de acción, hasta que sucumbió la tiranía de Rosas, en que principió el gran trabajo de libertad, que tuvo por objeto la organización del Gobierno nacional que el país buscaba desde su revolución de 1810 contra España.<sup>54</sup>

Mariano Pelliza expôs deste modo os motivos de Alberdi e a via percorrida do Uruguai ao Chile através da Europa, considerando as dificuldades encontradas para uma viagem direta:

---

<sup>52</sup> GANDÍA, Enrique de, op. cit., pp. 460-463. Segundo este autor, o bloqueio anglo-francês não ocorreu devido ao bloqueio à navegação do rio Paraná, como indicam alguns estudos. Os franceses pediam reciprocidade diplomática aos seus cidadãos e os ingleses queriam que cessasse a intervenção no Uruguai. O motivo de fato seriam então as intervenções no Uruguai, sendo a navegação livre apenas um pedido dos países europeus. Gandía sustenta também que não houve uma aliança formal entre franceses, ingleses e unitários.

<sup>53</sup> Lavalle, desde a derrota contra os federais em 1829 havia se retirado da vida pública. Alberdi escreveu algumas cartas ao general explicando a importância de sua participação no ataque a Rosas. Lavalle aceitou o empreendimento e comandou a tropas que saíram desde a ilha Martín García. Após sofrer diversas derrotas, o conflito se encerrou com a vitória de Rosas em 1841. Em outubro daquele ano, Lavalle morreu em Jujuy, sua terra natal, fugindo dos exércitos federais.

<sup>54</sup> ALBERDI, Juan B., “Palabras de un ausente”, in *Palabras de un ausente y otros escritos íntimos*, p. 11.



Desde el primer momento pensó en dirigirse á Chile, pero la dificultad de encontrar un buque que de allí partiera directamente á las costas del Pacífico, le determinó á emprender un paseo por la Europa, y a su regreso tomar pasaje desde Río de Janeiro, en un bajel mercante y doblar el Cabo Hornos.<sup>55</sup>

Na Europa, Alberdi passou por Gênova, Turim e Genebra. Porém, foi em Paris que se estabeleceu durante a maior parte dos meses que residiu no velho continente. Ainda sem haver se envolvido em atividades políticas ou laborais nessa cidade, Alberdi não deixou de realizar duas longas entrevistas com San Martín. Do encontro surgiu, em 1843, o breve texto *El general San Martín*.<sup>56</sup>

Assim, impossibilitado de voltar à Confederação Argentina, ou a Montevideú, sitiada pelas tropas de Rosas, Alberdi optou por dirigir-se ao Chile. Em 1843, devido ao bloqueio a Montevideú, muitos exilados argentinos resolveram cruzar a cordilheira para se fixarem em uma república mais segura. Novamente, Alberdi se encontrava em terras estrangeiras, repletas de compatriotas e companheiros políticos que lutavam contra o governo de Rosas. Entre os compatriotas do novo exílio estavam Juan María Gutiérrez, Bartolomé Mitre e Domingo Faustino Sarmiento.

O clima político chileno era propício para os exilados do Rio da Prata durante o governo do General Manuel Bulnes, que havia servido sob as ordens de San Martín e que compartilhava algumas das ideias modernas defendidas pela Associação de Maio. O governo de Bulnes, naquele momento, buscava modernizar o Estado chileno e pretendia aproveitar o capital intelectual estrangeiro que se encontrava no país para alcançar seus objetivos. Em pouco tempo, os jovens da região do Prata entraram na vida intelectual e política do Chile, participando da imprensa, da construção do Estado e das disputas vigentes, por vezes com integrantes da geração chilena de 1842.

Alberdi chegou ao Chile em abril de 1844, onde viveu ao todo por 10 anos. Residiu em diversas cidades. Porém, ao contrário da maioria de seus compatriotas, não se fixou em Santiago, mas na beira do mar, em Valparaíso. Diferente também de alguns companheiros do Prata, Alberdi não encontrou emprego na administração pública, mesmo com sua boa relação com a presidência de Bulnes. Atuou profissionalmente como advogando, alcançado considerável prestígio na profissão. Em 1844, Alberdi escreveu e publicou um volume biográfico sobre ele, *Biografía del general Don Manuel Bulnes, presidente de la República de*

---

<sup>55</sup> PELLIZA, Mariano, op. cit., p. 29.

<sup>56</sup> ALBERDI, Juan B., “El general San Martín”, in *Obras Completas*. Tomo II. Buenos Aires: La Tribuna Nacional, 1886, pp. 333-341.

Chile.<sup>57</sup> No mesmo ano, em busca de revalidar seu diploma de advogado, apresentou à Faculdade de Direito da *Universidad de Chile* a tese *Memoria sobre la conveniencia y objeto de un Congreso General Americano*.<sup>58</sup> Esse estudo propunha uma série de medidas destinadas a resolver pendências territoriais americanas, delimitar as fronteiras, integrar o comércio, fazer caminhos, promover as finanças, instalar a paz e o mais polêmico dos pontos: defender o direito de intervenção interno a *América del Sud*, caso necessária, em regiões integrantes do acordo proposto, como também se precaver do expansionismo dos Estados Unidos. Foi ainda em Valparaíso que Alberdi publicou em 1847 sua análise do então estado atual de seu país, *La República Argentina treinta y siete años después de su revolución de Mayo*.

Como em Buenos Aires e em Montevideú, a atuação que protagonizou nos jornais em terras chilenas resultou intensa. Seu destino veio somar-se às páginas do jornal *El Mercurio*. O plano inicial, de fato, não era esse, já que pretendia entrar com o pedido de reconhecimento de seu título de advogado para exercer a profissão. No entanto, enquanto esperava pela validação, era preciso ganhar a vida. Posteriormente fundou *El Comercio de Valparaíso*.

Enquanto isso, na Confederação Argentina, Rosas viu seu poder enfraquecido por causa dos problemas enfrentados de 1845 até 1850, em razão dos combates contra os franceses e os ingleses. Posteriormente, para agravar a situação, as dificuldades se avolumariam com a entrada do Império do Brasil no conflito, ao lado do Uruguai. Entre os fatores que levaram o Brasil a tomar parte nos desentendimentos políticos estavam as constantes intervenções de Rosas no Uruguai e a recusa de Buenos Aires em permitir a livre navegação no rio Paraná e Paraguai.<sup>59</sup> Com as novas alianças, o governador de Entre Ríos — o general Justo José Urquiza, que representava a vontade de diversos caudilhos das províncias do Interior e do Litoral —, representou a oposição fortalecida que encampou uma guerra contra a administração rosista. Esses conflitos tiveram um papel fundamental para a queda do governo da Confederação, a renúncia e o exílio de Rosas, após a decisiva batalha de Caseros, ocorrida em fevereiro de 1852.<sup>60</sup>

Para fazer frente ao regime ditatorial, diversos exilados da região do Prata, como Sarmiento e Mitre, se juntaram às tropas de Urquiza, denominadas, pelo seu tamanho e pelas alianças, de *Ejército Grande*. Novamente Alberdi não tomou parte dos enfrentamentos

<sup>57</sup> ALBERDI, Juan B., “Biografía del general Don Manuel Bulnes, presidente de la República de Chile”. Valparaíso, in *Obras Completas*. Tomo II, Buenos Aires: La Tribuna Nacional, 1886, pp. 413-474.

<sup>58</sup> ALBERDI, Juan B., “Memoria sobre la conveniencia y objeto de un Congreso General Americano”, in *Obras Completas*. Tomo II. Buenos Aires: La Tribuna Nacional, 1886, pp. 389-414.

<sup>59</sup> QUESADA, María Sáenz, op. cit., pp. 318-322.

<sup>60</sup> Idem, pp. 333-336.

armados, permanecendo no Chile e, portanto, ausente durante os conflitos no Prata. Após umas férias em Lima, ao voltar ao Chile recebeu as notícias a respeito da queda do governo federalista.

Depois dos conflitos, buscou-se novamente criar um Estado unificado para parte do antigo vice-reino do Rio da Prata. Em 1852, através do acordo de San Nicolás, erigiu-se o compromisso em construir um país unificando as províncias da antiga Confederação. Em Santa Fé, o Congresso Constituinte se reuniu e iniciou a elaboração de uma nova Constituição para o país.

### 3.1.3 - A grande polêmica com Sarmiento: de *Bases y puntos* às *Cartas Quillotanas*

Ainda que Alberdi não houvesse participado diretamente no confronto bélico nem assumido cargos no Congresso, contribuiu significativamente para a formação de um Estado unificado e consolidado. A seguir à vitória de Urquiza e seus aliados, visando a contribuir a um projeto de nação, publicou em 1853 um dos seus mais reconhecidos trabalhos: *Bases y puntos de partida para la organización política de la Confederación Argentina*. Logo fez que suas ideias chegassem ao novo governante, por intermédio de seus companheiros, enviando a edição primeiramente a Miguel Cané, Bartolomé Mitre e Juan María Gutiérrez. Urquiza, que assumira provisoriamente a direção da Confederação e havia recém nomeado Gutiérrez ao cargo de ministro do Interior, recebeu o trabalho de Alberdi.

Como já foi mencionado, o volume, produzido em 1852, é um dos textos mais conhecidos e estudados de Alberdi e, desde seu aparecimento, produziu considerável impacto social sobre o país. Sua influência na organização constitucional da Argentina é ainda hoje a força que alimenta a presença da publicação na história das ideias políticas argentinas. Óscar Terán considera que *Bases y puntos*, em conjunto com *Acción de la Europa en América*, de 1842, marcam um “giro” no pensamento de Alberdi. Terán entende que nesses dois trabalhos encontramos um projeto fundacional para introduzir o país na modernidade, balizado por duas questões: como gerar hábitos civilizados e como construir o poder estatal e a estabilidade na região. De fato, tratava-se de projetos que visavam à construção de uma nação, apontando características e caminhos para a organização do país.<sup>61</sup>

Para reforçar as suas pretensões de influenciar a Constituição em processo de elaboração, Alberdi fundou em Valparaíso o *Club Constitucional*, que obteve o apoio de

---

<sup>61</sup> TERÁN, Oscar, op. cit., pp. 94 e 104.

vários intelectuais. Houve também o esforço em tornar o trabalho conhecido nas demais províncias e em Buenos Aires, que o viu publicado no periódico *El Nacional*. O próprio Urquiza, simpático às ideias apresentadas, promoveu uma nova edição da obra para ser difundida no Litoral.<sup>62</sup> No Chile também houve difusão e discussão das propostas de Alberdi. O estudo não demorou a ser aprovado e se transformou em base para a nova Constituição que estava sendo discutida no Congresso de 1852 e que viria a ser finalizada no ano seguinte.

Enquanto possuíam um inimigo comum, Rosas, os membros da Geração de 1837 tinham mantido certa unidade. Com a subida do ex-colaborador do *caudillo* de Buenos Aires ao poder, as questões referentes ao como e ao aonde se queria chegar, ao papel de Buenos Aires e às diferenças de projeto de Estado e governo foram vividas como polêmicas pelos intelectuais liberais vencedores. Urquiza não tardou em causar diferentes reações entre os antigos opositores de Rosas, como Sarmiento e Mitre, que estavam preocupados com o papel assumido pelo caudilho de Entre Ríos.

Sarmiento demonstrava grande descontentamento com o rumo da política de Urquiza, em sua tentativa de unir federais e unitários. Em julho de 1852, decepcionado com o novo governo, Sarmiento retornou ao Chile para desde ali fazer a oposição contra o recém instaurado regime. Fundou então, em Santiago, *Del otro Club*, concentrando os demais exilados, críticos do governo estabelecido e das ideias defendidas por Alberdi.

Entre as censuras que os opositores ao governo central, cuja sede se encontrava na província do Paraná, lançavam contra o proponente central do projeto nacional, estavam as lembranças de como Alberdi havia sido complacente com os *caudillos* e com o próprio Rosas, que, em seu *Fragmento preliminar*, e na época da publicação, fora apontado como promissor governante.<sup>63</sup>

Alberdi e Sarmiento iniciaram a polêmica por causa de temas relativos aos foros político e pessoal. Segundo Shumway, Sarmiento não haveria tido a recepção nem ocupado o lugar de que se julgava merecedor dentro da campanha contra Rosas, nem na instalação do novo governo. Urquiza não o havia nomeado oficial de combate, como esperava, e sim cronista oficial da campanha. Já com a instalação do novo governo, seria contemplado com cargos mais importantes. Outro ponto, que gerava o descontentamento de Sarmiento, remetia

---

<sup>62</sup> Esta edição de 1853, lançada pela imprensa da província de Paraná, é acrescentada com um prólogo escrito por Urquiza.

<sup>63</sup> SHUMWAY, Nicolas, op. cit., p. 232.

para o fato de não haver sido dado maior espaço ao seu ensaio político *Argirópolis*<sup>64</sup> dentro da construção do novo país.<sup>65</sup>

Diferentemente de seu ex-aliado em terras chilenas, Alberdi dava apoio ao novo governo, que por sua vez reconhecia o trabalho por ele empreendido. Dita distinção se concretizou em convites à composição da nova administração. No entanto, Alberdi decidiu por não aceder a cargos públicos. Urquiza nomeou o tucumano como Encarregado de Negócios da Confederação perante o governo chileno, mas Alberdi recusou o posto. Gutiérrez também incentivava inutilmente seu amigo a integrar-se ao grupo no poder, candidatando-se como deputado de Tucumán junto ao novo Congresso. Suas negativas se devem ao fato de Alberdi acreditar que, desde o Chile, e sem o exercício de cargos públicos, seria mais fácil compreender os problemas políticos que aconteciam na Confederação.

Em *Palabras de un ausente*, Alberdi descreve o posicionamento de Sarmiento e aponta sua avaliação desfavorável ao do governo como derivada apenas do seu interesse em assumir cargos de governo em Buenos Aires. Trinta anos depois do lançamento de *Facundo* e das críticas de Alberdi à obra, o assunto ainda produzia atritos e alimentava rancores antigos. Nas memórias, a leitura da obra é apresentada com ironia:

¿Por qué critiqué sus escritos? Él me arrancó esa crítica dedicándome un libro que escribió para probarme el error que yo cometía en atribuir la caída de Rosas a la espada del general Urquiza y no a la pluma del teniente coronel Sarmiento. Desde entonces aspiraba a la presidencia, a título de *libertador*. Ya había publicado sus *Recuerdos de provincia*, para poner su candidatura, que no data de seis años sino de veinte. Urquiza era entonces el obstáculo de su mira fija.<sup>66</sup>

Essa diferença em relação à aceitação ao novo governo abriu espaço para uma discussão entre Sarmiento e Alberdi, veiculada em terras chilenas por meio da imprensa. Em pouco tempo, o clima amigável tornou-se insustentável. Em julho, Sarmiento elogiava o *Fragmento Preliminar* publicado por Alberdi, mas, no fim do ano, atacava publicamente o apoio dado a Urquiza.

A situação política construída após a queda do governo de Rosas não criou uma unidade ou arrefeceu os ânimos entre os grupos representantes do centralismo e do

<sup>64</sup> Neste texto, de início publicado anonimamente em 1850, Sarmiento propõe a união da Confederação Argentina com o Estado Oriental do Uruguay e com o Paraguay seguindo o modelo dos Estados Unidos e formando uma confederação. Esta cidade, Argirópolis, situada na ilha de Martín García, seria a capital dos Estados Confederados do Rio da Prata.

<sup>65</sup> Idem, pp. 225 e 227.

<sup>66</sup> ALBERDI, Juan B., “Palabras de un ausente”, in *Palabras de un ausente y otros escritos íntimos*, p. 27.

federalismo. Não demorou muito e a província de Buenos Aires discordou do Acordo de San Nicolás, pelo qual se retirou da Confederação. Em 11 de setembro de 1852, o *Partido Liberal*, encabeçado por Mitre, Vélez Sarsfield e Adolfo Asina, dirigiu um levante portenho contra o governo central de Paraná. Em seguida, as autoridades bonaerenses decidiram pela retirada dos deputados de Buenos Aires do Congresso de Santa Fé, tornando-se assim um Estado autônomo e desvinculado das demais províncias.

A cisão das províncias se reforçou com a elaboração de constituições pelos dois lados. Nessa disputa, Alberdi se colocava do lado da Confederação. Já Sarmiento reforçava os anseios portenhos e não reconhecia o governo de Urquiza como legítimo.

Com o distanciamento das opções políticas, iniciou-se uma polêmica que ficou conhecida nos meios chilenos como as *Cartas Quillotanas* de Alberdi e *Las ciento y una* de Sarmiento. O conflito se deu nos primeiros meses de 1853 sob o formato de cartas abertas, tendo sido publicadas em periódicos cinco cartas de Alberdi e cinco de Sarmiento. Alberdi teve a iniciativa de escrever a sexta carta, porém sem chegar a publicá-la. O episódio discutia a situação política do governo e da cisão da Confederação, como também a atuação da imprensa no conflito. No entanto, encontram-se também problematizações relacionadas a projetos políticos nacionais e pessoais, matizadas pelas discordâncias políticas que aparecem nas trocas de argumentações entre o advogado e o jornalista.

Lucila Pagliai chama a atenção para o que entende ser “subtextos” pertinentes à discussão entre os dois rivais e que apontariam para uma melhor compreensão do que estava integrando os elementos argumentativos. Trata-se de três subtextos subjetivos aos conflitos: o da “formação acadêmica”, “da coragem física” e “dos cargos públicos”.<sup>67</sup>

No que diz respeito à formação acadêmica, destaca-se o episódio das origens, pois os dois eram provenientes de províncias do interior, San Juan e Tucumán, e coincidiam igualmente pelo fato de ambos terem-se candidatado a bolsas ofertadas pelo governo para ingressar no *Colegio de Ciencias Morales* em Buenos Aires, o qual possibilitaria a continuação dos estudos na Universidade. Apesar dos méritos alcançados, Sarmiento não fora agraciado com a bolsa para frequentar as aulas em Buenos Aires. Em 1850, com a publicação de sua autobiografia *Recuerdos de Provincia*, o desgosto pela impossibilidade de sua formação acadêmica marca a narração do ocorrido.<sup>68</sup>

---

<sup>67</sup> PAGLIAI, Lucila, “Escribir la pasión desde el intelecto”, in ALBERDI, Juan. B. *La gran polémica nacional. Juan Bautista Alberdi y Domingo F. Sarmiento*. Buenos Aires: Leviatán, 2005, pp. 19-23.

<sup>68</sup> SARMIENTO, Domingo, F. *Recuerdos de Provincia*. Caracas: Biblioteca Ayacucho, 1997.

A questão da educação formal e a falta de haver viajado se percebem muito bem em suas polêmicas com Alberdi, já que esses elementos eram considerados falhas na formação do futuro presidente. Uma cobrança semelhante esteve presente não só nos textos produzidos na ocasião do conflito, pois se mostrou latente ainda em 1874. Alberdi voltava assim a levantar o tema:

Pensado en 1844, ese libro vio la luz en Chile en 1845. Toda la civilización que su autor conocía, hasta entonces, la había visto en la Punta de San Luis, en el San Juan del tiempo de Quiroga y Aldao, y en el Chile de aquel tiempo, con tanto candor descrito por su espiritual escritor *Sanval* el año pasado solamente. El que a esa circunstancia añadiera el de no haber frecuentado colegio ni universidad alguna, no era bastante título para que conociese mejor la civilización que la barbarie. Cuando menos lo era conocer igualmente las dos cosas, y así se explica sin duda que el *Facundo* se titulase al mismo tiempo *Civilización y barbarie*. Para tratarlas bien, era preciso ser docto en ambas facultades.<sup>69</sup>

Acrescentado a essas críticas, o subtexto da coragem física compunha igualmente a tela da disputa. Como aponta Pagliai, ambos eram escritores e políticos românticos, com preocupações sociais e combativas, como intelectuais da época, entre eles Echeverría e Mármol. No entanto, Sarmiento se distanciava do perfil de Alberdi de intelectual universitário, em constante fuga, fosse em 1838 para Montevidéu, depois para Europa com o sítio a cidade e, por fim, ausente dos conflitos finais que levaram ao declínio do governo centralista de Rosas. Sarmiento, desde jovem provinciano, participou de conflitos armados nas disputas políticas locais e regionais, especialmente na então recente e emblemática batalha de Monte Caseros.

A ocupação de cargos públicos seria assim o terceiro elemento de fundo pessoal presente nos discursos da polêmica. Alberdi, apesar da vida pública, ocupou poucos cargos governamentais, em que pesem os reiterados convites. Escolheu a atuação pelas letras, reconhecida desde sua estadia no Chile como jurista e jornalista destacado. Sarmiento, por seu turno, não se furtou a participar na vida pública como homem de governo, tendo assumido diversos cargos, mesmo em momentos anteriores, mas principalmente posteriores à polêmica. Respondeu publicamente como ministro, constituinte, embaixador, deputado provincial, deputado nacional, governador, presidente da república e senador.

Abriu o conflito a publicação de um texto de Sarmiento, editado em formato de livro, de nome *Campaña en el Ejército Grande aliado de Sudamérica*, no qual abordava questões

---

<sup>69</sup> ALBERDI, Juan B., op. cit., p. 42.

referentes à política *platense* e aos conflitos de Caseros e em que criticava as análises de Alberdi. O autor de *Facundo* enviou o livro a Alberdi, juntamente com uma carta dedicada a questionar seu posicionamento. Por sua vez, em 1853, desde o vale de Quillota, Alberdi respondeu pela imprensa contra as acusações que recaíam sobre ele e o governo de Urquiza.<sup>70</sup> Esse conjunto de textos são reflexões da plena disputa sobre o modelo para a construção de um novo Estado e de uma Nação. Apresentam como coluna vertebral a análise dos acontecimentos relacionados ao governo de Urquiza, discutem, conceituam e defendem projetos para o novo país.

Dentro da mesma perspectiva, o ano de 1854 conheceu outra obra de Alberdi, intitulada *Sistema económico y rentístico de la Confederación Argentina, según su Constitución de 1853*, que visava a organizar a indústria e a economia local. Tratava-se de um complemento de *Bases y puntos*, já em 1853, convertido na nova carta magna do país.<sup>71</sup>

### 3.1.4 – Cenas do ato final: os cargos públicos e *El Crimen de la Guerra*

Em fevereiro de 1853, Urquiza era eleito pelo Congresso, reunido em Santa Fe, como primeiro presidente da Confederação, agora com sede na cidade de Paraná. Em julho do mesmo ano, Alberdi foi designado para exercer uma missão diplomática na Europa. Buscando o reconhecimento da Confederação Argentina e apresentando-a como o único governo legítimo, dirigiu-se à Europa e aos Estados Unidos. Em 1855, partiu como ministro plenipotenciário da Confederação em busca do apoio da França, Grã Bretanha, Vaticano e Espanha. Antes de aportar ao Velho Mundo, passou pelos Estados Unidos e conseguiu uma entrevista com o presidente Franklin Pierce, em que defendeu a legitimidade do governo que representava. O governo de Buenos Aires, por sua vez, fazia o mesmo na Europa, com o envio de seu representante plenipotenciário Mariano Balcarce.

Em 1856, Alberdi obteve sucesso em sua missão arregimentando o reconhecimento da Inglaterra e da França. Já em 1859, conseguiu o reconhecimento da Espanha para o novo governo. Em suas justificativas de ausente, Alberdi considerava que “[c]umplí esa misión, firmando en Madrid en 1860 el tratado de reconocimiento, que lleva mi nombre, legible al través del que lo suplanta”.<sup>72</sup> No mesmo ano produz, ainda, um folheto que trata diretamente

<sup>70</sup> Sobre a polêmica, ver: PAGLIAI, Lucila, “Escribir la pasión desde el intelecto”, op. cit. Consultar também: TERÁN, Óscar, op. cit.

<sup>71</sup> PELLIZA, Mariano. A., op. cit., p. 181.

<sup>72</sup> ALBERDI, Juan B., op. cit., p. 12.



da questão de sua atuação no exterior e dos desdobramentos dos tratados conseguidos: *Memoria en que el Ministro de la Confederación Argentina en las cortes de Inglaterra, Francia y España da cuenta a su gobierno de los trabajos de su misión, desde 1855 hasta 1860, en ocasión de la renuncia que hace a todos sus empleos*”.

Na capital francesa, mostrando-se ligado à pátria, o tucumano publicou *Estado de la cuestión entre Buenos Aires y la confederación Argentina después de convenio del 11 de noviembre de 1859*. O texto mostra um Alberdi com uma visão mais positiva do governo de Rosas, por assegurar maior estabilidade à Confederação. Essa interpretação lhe causará então problemas com seus companheiros mais resistentes à nova administração fixada em Buenos Aires.<sup>73</sup>

Os conflitos entre os dois projetos de nação continuaram, ora com a vitória das províncias do Interior, ora com ganhos para a província de Buenos Aires. A situação finalizou em setembro de 1861 com a batalha de Pavón e vitória definitiva dos bonaerenses, que fez de Buenos Aires a capital nacional e de Bartolomé Mitre, o presidente. Com a derrota do governo de Paraná sob a direção de Urquiza, Alberdi viu sua representação diplomática finalizada. Sua demissão foi efetivada pelo novo Presidente Mitre, sem pagar seus soldos atrasados e seu sucessor, nomeado ao cargo, foi o representante de Buenos Aires Mariano Balcarce.

Apesar dos trabalhos prestados à Confederação Argentina como ministro plenipotenciário, Alberdi não teve sua atuação como diplomata reconhecida. O novo governo negou-se a reconhecer e a efetuar o pagamento de dois anos atrasados, e ainda a custear o seu retorno para Buenos Aires. Sem apoio na capital argentina, decidiu permanecer na Europa.

A situação piorou com seus questionamentos sobre o novo conflito que se iniciava no Rio da Prata. Alberdi, assim como José Hernández e Carlos Guido Spano,<sup>74</sup> foi um crítico constante e mordaz da Guerra do Paraguai, ou Guerra da Tríplice Aliança, atacando Mitre e questionando as ações da Argentina e do Império do Brasil. Também professava seu apoio ao Paraguai. Por esse posicionamento, Alberdi foi declarado traidor à pátria. Sarmiento, empossado presidente desde 1868, ameaçava julgá-lo caso voltasse a solo argentino.

Sua opinião e análises sobre o conflito apareceram publicadas já em 1865, em diversos textos, e perduraram ao longo de todo o conflito. Alberdi atacou unilateralmente os abusos políticos e bélicos praticados pela Tríplice Aliança contra o Paraguai, desconsiderando as

<sup>73</sup> HALPERÍN DONGHI, Tulio. *Proyecto y construcción de una Nación: 1846-1880*. Buenos Aires: Emecé Editores, 2007, pp. 31-33.

<sup>74</sup> PIGNA, Felipe (coord.), op. cit., p. 10.

agressões de Francisco Solano Lopez ao Mato Grosso. Em tom de denúncia e indignação frente ao confronto e seus desdobramentos, questionou principalmente as ações do Brasil e da Argentina, como também os impactos negativos da guerra. Em 1872, esses estudos apareceram sob o título *El crimen de la Guerra*. A atualidade e importância do escrito anterior são expressas por Felipe Pigna como “*uno de los más notables alegatos antibelicistas que se hayan escrito, que cobra hoy, en el mundo de la ‘guerra preventiva’, una notable actualidad*”.<sup>75</sup>

Durante toda a década de 1870, o tucumano manteve uma considerável produção, diversificada quanto a seus conteúdos e formas. *Peregrinación de Luz del Día* constituiu sua única obra de ficção. Em 1873 e 1874, respectivamente, publicou suas duas autobiografias, *Mi vida privada* e *Palabras de un ausente*. Lançou ainda uma série de escritos sobre as questões da vida política argentina, principalmente ligadas a questões da organização nacional e dos conflitos externos.

Em 1879, Alberdi foi lançado e eleito como deputado nacional pela província de Tucumán, representando uma aliança entre Roca e Avellaneda. Assim, após 41 anos de afastamento do país, regressou em setembro desse ano a Buenos Aires. Durante o breve período que lá permaneceu, participou ativamente nas discussões parlamentares sobre a Lei de Federalização de Buenos Aires, que tornava a cidade Capital Federal da República. No entanto, o desejo de Alberdi era representar a Argentina como embaixador na França. Tentou ainda que o senado publicasse suas obras completas. A realização de suas aspirações lhe foi negada, em parte por pressão exercida por Mitre, que ainda recordava as críticas impressas por Alberdi com motivo da Guerra do Paraguai.

No ano seguinte, infeliz com o retorno e com o mandato de deputado, renunciava ao cargo no Congresso. Em agosto de 1881, deixou a Argentina pela última vez, dirigindo-se à França, onde vivera desde o início de seus trabalhos diplomáticos. Morreu em Paris, no inverno de julho de 1884, distante do país unificado que almejava desde sua juventude de estudante universitário.

### **3.2 – Abreu e Lima: a política e as letras em duas Américas**

A visibilidade de Abreu e Lima na memória brasileira e hispano-americana vem oscilando entre momentos de maior presença e de quase esquecimento, se considerarmos a

---

<sup>75</sup> Idem, p. 12.

produção intelectual concernente à sua vida e obra. Ocupa um espaço social secundário no que tange ao interesse acadêmico e a seu papel nos imaginários brasileiro e venezuelano. Alguns de seus textos alcançaram grande circulação em meados do século XIX, obtendo diversas reedições, inclusive no século XX e no atual. Foi lido nos colégios do Império, ao integrar os currículos escolares com um manual de história. Escreveu também como jornalista, explicitando sua opinião pela imprensa ao longo de sua vida, como redator de diversos jornais.

A política e a relação com as letras foram constantes em sua trajetória biográfica. Foi a participação de sua família nos movimentos autonomistas no nordeste brasileiro que o levou como exilado aos Estados Unidos e ao ingresso no exército de independência bolivariano em 1819. Como patriota nas lutas pela independência e, posteriormente, como partidário de Bolívar, participou de batalhas e das ações militares durante os treze anos em que esteve na região. Escreveu textos políticos e históricos, atuou no *Correo del Orinoco* e na imprensa pós-independência. Foi fiel ao projeto unitário de Bolívar até 1830, com a retirada do Libertador.

No Brasil, defendeu as coroas de D. Pedro I e D. Pedro II, entendendo-as como necessárias à manutenção da unidade nacional. Isso não o impediu de participar de movimentos autonomistas como a *Revolução Praieira*. Foi membro honorário do *Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* entre 1939 e 1843, e contribuiu aos primeiros esforços sistematizados para criar uma historiografia nacional. Publicou sobre diversos temas, como história, política, socialismo, liberdade religiosa, economia e medicina, e manteve ativa sua produção até 1869, ano em que faleceu. Como personagem brasileiro, apresenta um perfil singular por transitar intensamente no mundo das ideias e da política nas Américas hispânica e portuguesa nas primeiras demandas de construção das nações, em meados do século XIX.

### **3.2.1 - Da formação no Brasil às fileiras patriotas em Angostura**

José Inácio de Abreu e Lima foi inicialmente um americano português, depois um pernambucano e, por fim, um brasileiro envolvido na vida política e intelectual do continente americano. Nasceu em 06 de abril de 1794 no berço de uma proeminente família da elite da província, proprietária de engenho e de relevante atuação na política local.<sup>76</sup> Era filho de José

---

<sup>76</sup> Para acompanhar em mais detalhes a vida de Abreu e Lima, indicamos alguns trabalhos: PEREIRA DA COSTA, F. A. *Dicionário biográfico de Pernambucanos célebres*. [Fac-símile da edição de 1882] Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1981. BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. *Diccionario Bibliographico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 4º Vol., [1895] 1970. CHACON, Vamireh. *Abreu e Lima: general de Bolívar*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983. MOURA, Luís Cláudio R. H. de.

Inácio Ribeiro de Abreu e Lima (1768-1817), quem, depois de seus estudos no convento de Goyana no Recife, completou sua formação no curso de teologia na *Universidade de Coimbra*. Em seguida mudou-se para Roma, onde ampliou seus estudos, sendo ordenado sacerdote. No entanto, não continuou na carreira eclesiástica, pois abandonou os votos para exercer, desde 1807, a profissão de advogado em Recife. Conhecido como padre Roma, passou à historiografia brasileira por haver participado em Pernambuco da Revolução de 1817, da qual foi um de seus líderes.

Abreu e Lima estudou no *Seminário de Olinda*, onde recebeu uma formação de cunho liberal. A instituição, pioneira na América portuguesa, resultou uma das principais representantes na colônia das novas ideias incorporadas à educação pós-reformas pombalinas. Após um período sem funcionar, o *Seminário* foi reativado em 1800 e passou a oferecer uma formação em transição entre a antiga educação jesuítica e as ciências naturais, porém com um caráter modernizante. Havia uma sobreposição de disciplinas clássicas — como a Retórica, Filosofia, Gramática e Teologia — com herdeiras iluministas baseadas nas Ciências Naturais e na Matemática.<sup>77</sup> Abreu e Lima aprendeu também latim e francês com seu pai, reconhecido poliglota.

A historiografia voltada ao estudo da direção ideológica e influência teórica do *Seminário de Olinda* costuma reconhecê-lo como um dos primeiros estabelecimentos de ensino a romper com a tradição jesuítica no Brasil e a oferecer uma formação moderna. As leituras e debates de clássicos ilustrados e autores liberais são atrelados por estudiosos aos movimentos contestatários à ordem imperial ocorridos em Pernambuco. Tornou-se comum estabelecer o relacionamento da *Revolução de 1817* e da *Confederação do Equador*, de 1824, com a participação de professores e estudantes do seminário. O Padre Roma e Abreu e Lima, docente e egresso da instituição, respectivamente, se enquadram no perfil definido em diversos estudos.

Depois de haver cursado seus estudos em Olinda, Abreu e Lima dirigiu-se em 1812 ao Rio de Janeiro para ingressar na *Academia Real Militar*. Entrou como soldado da oitava Companhia do Regimento de Artilharia da Guarnição da Praça de Pernambuco e, uns quatro anos mais tarde, obteve a patente de capitão de artilharia e o título de professor de Matemática. Na Academia, cursou três anos de Matemática e um do curso militar.

---

*Abreu e Lima: uma leitura sobre o Brasil*. Brasília: Universidade de Brasília, Departamento de História, Dissertação de Mestrado, 2006. Orientada por Pro.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> GERALDA DIAS APARECIDA. BRUNI, Sérgio. *O mui desassossegado Senhor General: a vida de José Inácio de Abreu e Lima*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

<sup>77</sup> ALVES, Gilberto Luiz. *O Pensamento Burguês no Seminário de Olinda: 1800-1836*. Campo Grande: Editora UFMS, 2001.

Matriculou-se em 1816 no quarto ano de Matemática, porém sem terminar.<sup>78</sup> Segundo Francisco Pereira da Costa, seu desempenho nessa área estava acima da média, chegando à “obtenção de prêmios todos os anos do curso de mathematicas”. Assim que se formou, Abreu e Lima foi “despachado lente de seu regimento, e posteriormente designado para servir em Angola”.<sup>79</sup>

Em dezembro daquele mesmo ano, após nove meses na África, retornou ao Rio de Janeiro e, posteriormente, trasladou-se a Pernambuco. Chegou em um momento em que as posições centralistas da corte estavam sendo contestadas na província, movimento esse em que seu pai esteve envolvido como um dos principais ideólogos. Pouco depois de sua chegada a Recife, participou de uma discussão em que feriu dois soldados, tendo ainda se resistido à prisão. Foi condenado a cumprir pena de três meses. Em janeiro, foi enviado para a Fortaleza de São Pedro em Salvador, pouco antes de estourar, em março, a *Revolução de 1817*.<sup>80</sup>

Na prisão esteve junto com seu pai, o Padre Roma, que havia sido detido pelas tropas reais quando levava instruções aos companheiros na Bahia. Luís Roma, seu irmão mais novo, também tinha sido preso na mesma ocasião que o pai, porém teve uma sorte distinta. Após um breve julgamento de três dias, o Padre Roma foi considerado culpado e condenado ao fuzilamento. Devido à sua atuação, foi considerado como um dos principais líderes do levante pernambucano.<sup>81</sup>

Abreu e Lima não escreveu uma autobiografia, embora tenha deixado algumas narrativas pessoais ao longo de sua produção. Entre elas encontramos o relato do episódio de 29 de março de 1817, quando seu irmão e ele foram obrigados a presenciar o fuzilamento do pai. Em um dos seus principais livros, *Compendio da Historia do Brazil*, aparece a seguinte passagem, em que aborda a questão:

No momento em que escrevo estas linhas, tantos anos depois, assalta-me todo o horror daquela tremenda noite. Nela fui quase companheiro da vítima. Era eu que parecia o condenado, e não ele. Vi morrer milhares de homens nos campos de batalha e muitos nos suplícios. Mas, nunca presenciei tanta coragem, tanta abnegação da vida, tanta confiança nos futuros destinos da

<sup>78</sup> Para informação mais detalhada sobre a formação na Academia Real Militar e a vida militar de Abreu e Lima, ver: BENTO, Cláudio Moreira, “Abreu e Lima, o brasileiro que foi general de Simon Bolívar – Traços de seu perfil militar”, in *Revista a Defesa Nacional*, n.º. 725, mai/jun 1986, pp. 91-116.

<sup>79</sup> PEREIRA DA COSTA, F. A., op. cit.

<sup>80</sup> TAVARES, Francisco Muniz. *História da revolução de Pernambuco em 1817*. Recife: Imprensa Industrial, [1840] 1917.

<sup>81</sup> Sobre a participação do Padre Roma na Revolução de 1817, ver: CARVALHO, Gilberto Vilar de. *A liderança do clero nas revoluções republicanas (1817-1824)*. Petrópolis: Vozes, 1979. TAVARES, Francisco Muniz, op. cit.

sua pátria. Enfim, tanta resignação. Era o meu pai quem me animava, porque eu parecia inconsolável. Uma mão de ferro me arrancava o coração. Meu pranto e minha dor comoviam a todos que se achavam presentes.<sup>82</sup>

Tendo presenciado a execução do pai, deixou o Brasil fugido com a ajuda da maçonaria em companhia do irmão, para se exilarem nos Estados Unidos, aonde chegaram em fevereiro de 1818. Naquele país, fixaram-se por alguns meses na cidade de Filadélfia, onde fizeram contatos com patriotas hispano-americanos. Seu apoio e contato foi o conterrâneo Antônio da Cruz Cabugá, representante diplomático do governo revolucionário, que buscava apoio para o movimento no exterior.<sup>83</sup>

Depois de uma breve permanência nos Estados Unidos, dirigiram-se para o Caribe. A princípio, foram a St. Thomas<sup>84</sup> e depois para Porto Rico, onde ficou seu irmão como comerciante por pouco mais um ano, antes de migrar para a Capitania da Venezuela. Depois de alguns meses no Caribe, Abreu e Lima continuou viagem para a base revolucionária de Angostura, onde desembarcou em novembro de 1818. Logo após sua chegada, ofereceu seus serviços a Bolívar e se alistou nas fileiras do exército de emancipação quando contava apenas com 23 anos de idade, ocupando um posto de capitão.<sup>85</sup>

### 3.2.2 - O exílio e a vida militar na América andina

Abreu e Lima foi um dos poucos brasileiros a lutar nas guerras de emancipação da América hispânica, inclusive com singular produção intelectual sobre os eventos que tiveram lugar na década de 1820. Em sua biografia consta ainda a concessão de patentes militares, em cuja hierarquia atingiu a de general em 1830, e de importantes cargos administrativos nos governos da Grã Colômbia, como Chefe de Estado Maior em Madalena no período de 1827 até 1831.

A atividade intelectual esteve presente nas primeiras ações executadas por Abreu e Lima nos exércitos rebeldes. Enquanto estava na Filadélfia, fez contato com o revolucionário e intelectual venezuelano Juan Germán Roscio, que assumiria o cargo de diretor do *Correo del Orinoco* no lugar de Francisco Antonio Zea e que levaria Abreu e Lima para Angostura.

<sup>82</sup> ABREU E LIMA, José Inácio de. *Compendio da Historia do Brazil, desde o seu descobrimento até o magestoso acto da coroação e sagração no Sr. D. Pedro II*. Rio de Janeiro: Eduardo & Henrique Laemmert, volume II, 1843a, p. 284.

<sup>83</sup> PEREIRA DA COSTA, F. A., op. cit.

<sup>84</sup> Atuais Ilhas Virgens.

<sup>85</sup> MONTENEGRO, J. Arturo, "Carta Importante", in *Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano*, nº. 48-50, janeiro, Recife, 1896, pp. 25-30.

As informações coletadas indicam que o pernambucano participou nesse periódico revolucionário ainda em 1819, logo após sua incorporação ao exército de libertação.<sup>86</sup>

Foi redigindo para o jornal dos independentistas que Abreu e Lima divulgou ideias e acontecimentos a respeito da América portuguesa, em especial da província de Pernambuco, como também foi para ele uma fonte de informação e estudo sobre as questões referentes ao continente. A relação próxima estabelecida com o mundo das letras e do ensino pode ser percebida nas páginas do *Correo*, onde apresentou uma proposta de formação dos militares. No artigo de 03 de junho de 1820, podemos acompanhar o plano:

Mi primer pensamiento fue ofrecer al Exmo. Sr. Presidente un plan para una escuela Matemática e militar que acompañase al Ejército semejante à la que establecieron los Franceses en el campo de Bologne, cuando armada contra la Europa toda la Francia no podía sostener à los alumnos de la Escuela Politecnica ; pero el tiempo, el lugar, y demas circunstancias eran entonces desventajosas à mi proyecto, y yo desesperé de él.

Oficiales facultativos son, como en todas partes, necesarios en Colombia. Esta naciente república necesita de ejércitos de operación, y de fuerzas estacionarias, y tanto estas, como aquellos no pueden ser brillantes, y respetables, si les faltan Ingenieros, y artilleros, bien instruidos. Unos cuerpos de esta clase no se forman en pocos dias ; pero un poco de resolucion y firmeza venceria dificultades, y abreviaria el curso ordinario de la empresa. Propongo pues mis ideas, tales, cuales me las sugiere mi decidido interés por la Causa.<sup>87</sup>

Nos anos seguintes, servindo aos exércitos comandados por Bolívar, participou de diversas disputas militares e políticas na América andina. Em território granadino, venezuelano, peruano e equatoriano, acumulou vitórias e obteve prestígio ao lado de influentes líderes regionais. Durante esse período, participou do círculo íntimo de amizade de Simón Bolívar, José Antonio Páez, Francisco de Paula Santander, Carlos Soublette e Mariano Montilla. Também colaborou com ideias, através do uso de sua pena a favor dos Estados que recém surgiam, em defesa do projeto centralizador e unitário de Bolívar.

Em uma carta enviada ao general Paz no final de sua vida, em 1868, bastante conhecida pelos estudiosos do personagem, Abreu e Lima descreve seu percurso na região, indicando suas ligações naquela década:

---

<sup>86</sup> CHACON, Vamireh. *Abreu e Lima: general de Bolívar*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983. De fato, no *Correo del Orinoco* existe ao menos um artigo em que Abreu e Lima relata claramente sua vida e seus planos naquela região. Ver ainda: CHACON, Vamireh. *Da Confederação do Equador à Grã-Colômbia (1796-1830): escritos políticos e manifestos de Mundrucu*. Brasília: Senado Federal, 1983.

<sup>87</sup> MORENO, Gerardo Rivas (editor). *Correo del Orinoco*. Bogotá: Edição Fac-símile, 1998, p. 262.

Quando me recordo essa série de sucessos, das Queceras del Medio a Boyacá, de ali a Porto Cabello; de ali à expedição do Peru e à missão aos Estados Unidos, (ainda me lembro da nossa despedida em Porto Cabello), e que ainda tive parte no último sucesso de armas no Portete de Tarqui; que servi com os mais distintos generais da América, com Bolívar, com Páez, com Soublette, com Urdaneta, com Montilla (Mariano), com Sucre, e que todos me prodigalizaram os mais subidos elogios.<sup>88</sup>

Posicionou-se fiel à causa unitária de Bolívar, ao defender a manutenção da Grã Colômbia até o momento de sua fragmentação, promovida por interesses locais e pelas guerras civis. Dito posicionamento o levou a romper relações com antigos amigos e companheiros de armas, como José Antonio Páez e Francisco Santander, processo que culminou com sua expulsão do país em 1831.

Apesar de ter lutado por 13 anos junto aos exércitos independentistas e depois, durante a construção das nações hispano-americanas da região, Abreu e Lima não foi um republicano. Desde a época das lutas de independência, defendia para o Brasil uma monarquia constitucional, com a manutenção da família real dos Orleans e Bragança no controle do Estado. Esse posicionamento, declarado também em terras hispano-americanas, despertou questionamentos sobre sua participação na construção das repúblicas nesses países e levantou suspeitas sobre sua fidelidade à causa republicana.<sup>89</sup>

No campo das letras, seu envolvimento com a história parece haver sido uma constante ao longo da vida. De acordo com um relato de Abreu e Lima, já em princípios dos anos de 1820 se ocupava em estudar e pensar sobre a história do Brasil. Durante esse período, em Bogotá, manteve contato com o cônsul da Inglaterra na Nova Granada, James Henderson. O representante inglês acabava de escrever o livro *História do Brasil*, publicado em 1821 e

---

<sup>88</sup> Antonio Páez, após breve passagem no Rio de Janeiro em julho de 1868, em direção a Buenos Aires, deixou para Abreu e Lima uma carta e uma cópia de sua autobiografia que seria publicada no ano seguinte. Abreu e Lima, que na ocasião não se encontrava na cidade, respondeu à carta de Páez, que foi levada a Buenos Aires pelo cônsul argentino em Pernambuco. Inicialmente a carta foi reproduzida em Buenos Aires em *La Revista de Buenos Aires, Historia Americana Literatura y Derecho*. Año VI, n.º. 66, tomo XVII. Buenos Aires, pp. 162-171. No Brasil, sua primeira publicação ocorreu no *Diário de Pernambuco* de 20 e 21 de março de 1874. Posteriormente, esta carta foi reproduzida em diversos trabalhos, entre eles: AZPÚRUA, Ramón. *Biografía de hombres notables de Hispano América*. Caracas, 1877. CHACON, Vamireh, op. cit. Ricardo Alberto Rivas considera que a “carta testamento” tem uma intencionalidade projetada ao futuro, procurando estabelecer sua versão entre os acontecimentos durante e pós a independência na região andina. Para Rivas, “*La carta dirigida a Páez es una autoevaluación positiva con la finalidad de difundir una imagen de prócer derrotado por circunstancias conspirativas, minimizando las diferencias de momento que lo habían alejado del General venezolano, además de recordar hechos y personas comunes como escenario de reconciliación.*” RIVAS, Ricardo Alberto, “*Abreu e Lima, Páez y la élite argentina*”, in *Cuadernos CIHS*, ano 3 n.º. 4, *Universidad Nacional de La Plata*, 1998. Disponível em: <[http://www.memoria.fahce.unlp.edu.ar/art\\_revistas/pr.2714/pr.2714.pdf](http://www.memoria.fahce.unlp.edu.ar/art_revistas/pr.2714/pr.2714.pdf)> (acessado em 12/04/2011).

<sup>89</sup> Entre os episódios de conflito que o assunto envolve, está seu desentendimento com Antonio Leocadio Guzmán, em parte por via de periódicos, em parte com duelos físicos. Após uma agressão armada contra Guzmán, Abreu e Lima foi condenado e teve que cumprir pena na prisão entre 1825 e 1826, na Venezuela.



considerado hoje uma das primeiras obras historiográficas sobre o país.<sup>90</sup> Abreu e Lima afirmou ter conhecido Henderson e ter recebido a obra de mãos do próprio intelectual inglês. Quase vinte anos após o lançamento do livro, Abreu e Lima, em um de seus livros a respeito das discussões historiográficas, relembrou sua opinião em torno da obra.<sup>91</sup> Sobre a *História do Brasil* de um dos primeiros *brazilianistas*, considerava que “notasse nella muitos erros de historia e geografia, e muita má vontade aos Brasileiros, os quaes tratava como selvagens”.<sup>92</sup>

Sua constante atuação intelectual na América hispânica esteve relacionada à conjuntura política em que se encontrava inserida a região. Foi em 1826 que Abreu e Lima escreveu seu primeiro trabalho como intelectual a serviço da Grã Colômbia. Surgiu a pedido de Santander, que o encarregara de realizar um estudo que envolvia a definição dos territórios fronteiriços entre a república colombiana e o império brasileiro. Ainda naquele ano, entregava a encomenda a Santander, sob a denominação de *Memória sobre os limites entre o Brasil e a República da Colômbia*. O estudo foi recusado pelo então presidente da Confederação, por ser considerado contrário às instruções indicadas. O destino da *Memória* foi o seu arquivamento, não existindo nenhuma publicação desse trabalho, pioneiro no que diz respeito à constituição do corpo da nação da República da Colômbia.<sup>93</sup>

Também a pedido, porém em um contexto de conflitos políticos, surgiu o que podemos considerar a principal obra de Abreu e Lima na América andina. O trabalho — que circulou primeiro “disperso em jornais e panfletos” na América e na Europa, por volta de 1828 a 1830<sup>94</sup> — fora elaborado entre 1826 e 1828 a pedido de Bolívar, para defendê-lo das acusações de ditador que circulavam pela Europa entre intelectuais liberais, promovidas por americanos exilados como Santander e europeus renomados como Benjamin Constant.<sup>95</sup>

Após a elaboração, o estudo deveria ser enviado ao Abade de Pradt, que estava desde 1824 fazendo a defesa de Bolívar na Europa e que ficaria responsável pela publicação do material produzido por Abreu e Lima. Diego Carbonell indica que o trabalho contribuiu para

---

<sup>90</sup> IGLÉSIAS, Francisco. *Os historiadores do Brasil: capítulos de historiografia brasileira*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Belo Horizonte: UFMG, IPEA, 2000.

<sup>91</sup> ABREU E LIMA, J. I. *Resposta do General J. I. de Abreu e Lima ao Cônego Januário da Cunha Barbosa ou Analyse do primeiro juízo de Francisco Adolpho Varnhagen acerca do Compendio da Historia do Brazil*. Recife, Pernambuco: Tipographia de M. F. de Faria, 1844, p. 49.

<sup>92</sup> É provável que Abreu e Lima tenha elaborado um texto crítico sobre o trabalho de Henderson. Ao abordar o tema em 1844, indicou que na época tinha feito “uma analyse e refutação da tal historia, e a dediquei ao General Santander, Vice-Presidente encarregado do Poder Executivo”. *Ibidem*.

<sup>93</sup> *Ibidem*.

<sup>94</sup> CHACON, Vamireh, op. cit., p. 105.

<sup>95</sup> ABREU E LIMA, J. I. *Resumen Histórico de la última dictadura del libertador Simon Bolívar. Comprobada con documentos*. Rio de Janeiro: Editora “O Norte”, 1922.

reforçar as posições do Abade, que, em janeiro de 1829, se encontrava em intenso debate nas páginas do periódico *Courrier Français*.<sup>96</sup>

Dos textos elaborados pelo pernambucano durante sua permanência nas repúblicas vizinhas, apenas o volume lançado em 1922 foi publicado, sob o título de *Resumen Histórico de la última dictadura del libertador Simón Bolívar. Comprobada con documentos*. O exemplar foi produzido a partir de uma colaboração estabelecida entre a Venezuela e o Brasil, na ocasião da comemoração do centenário da independência brasileira. Esse livro pode ser considerado sua mais importante produção intelectual durante o período de permanência na América andina, e um de seus primeiros estudos editados no campo da história. Resulta uma obra singular, pois não se conhecem trabalhos históricos da autoria de outros brasileiros presentes no processo de emancipação da América andina.<sup>97</sup>

No início da década de 1830, a situação política da Grã Colômbia se diferenciava bastante daquela encontrada por Abreu e Lima nas lutas de independência em 1819. Bolívar havia perdido poder e vindo a falecer. A unidade grã-colombiana havia se fragmentado e Abreu e Lima era visto como um inimigo da pátria, que se estabelecia em três novos Estados nacionais: Equador, Nova Granada e Venezuela. O posicionamento político do pernambucano o levou a deixar a Nova Granada em agosto de 1831, quando um decreto presidencial foi expedido expulsando todos os oficiais estrangeiros que lutavam pela unidade da Grã Colômbia.<sup>98</sup> Banido, partiu para uma temporada nos Estados Unidos e na Europa. Retornou ao Brasil em meados de 1832, pouco depois da abdicação de Pedro I, ocorrida em 7 de abril de 1831. Durante sua estadia no continente europeu, encontrou-se com o monarca exilado, reforçando sua convicção a respeito da importância da instituição da monarquia para a manutenção da ordem e da unidade territorial brasileira.

### 3.2.3 - O jornalismo na corte: monarquia, igreja e literatura do Brasil

<sup>96</sup> CARBONELL, Diego, “*La personalidad de Abreu y Lima*”, in ABREU E LIMA, J. I., op. cit., p. CII.

<sup>97</sup> Entre outros trabalhos realizado por estrangeiros vinculados à luta pela independência da América espanhola estão o do irlandês Daniel O’Leary, que escreveu *Memórias de O’Leary*, em diversos volumes, e a memória do francês Luís Peru de Lacroix, autor de *Diário de Bucaramanga*. LACROIX, Luis Peru de. *Diário de Bucaramanga. Vida pública y privada del Libertador Simon Bolívar*. Madri: Editorial América, 1924.

<sup>98</sup> A historiografia colombiana – e provavelmente também a venezuelana e a equatoriana – classifica esses personagens como membros ou aliados da ditadura militar do general Urdaneta, que derrubou o governo legal e legítimo deixado por Bolívar em mãos de civis; os golpistas tentaram convencer Bolívar a retomar o poder, mas ele se recusou. Este país se separa da República de Colômbia em 1831, seguindo o que haviam feito a Venezuela e Quito no ano anterior. O novo país chamou-se República de Nova Granada. O nome Colômbia só voltou a ser usado, agora referido àquela nação, a partir de 1863 (Estados Unidos de Colômbia) e, finalmente, República de Colômbia, em 1886.

O regresso à capital do Império teve lugar ainda em 1832, quando logo iniciou suas atividades políticas e intelectuais envolvendo-se nas disputas que se desenrolavam em função da organização nacional. Abreu e Lima retornou ao Brasil em um momento de grande agitação política e social, o chamado período regencial (1831-1840).<sup>99</sup>

A queda de D. Pedro foi causada pela insatisfação com os rumos centralistas e autoritários tomados pelo imperador. A situação levou diversos setores a contestar o reinado vigente, o qual levou os conflitos à imprensa, ao Parlamento, às sociedades secretas, aos quartéis, e também gerou pressões populares na corte. Foi esse um período em que houve considerável participação popular, com diversos levantes, revoltas autonomistas e províncias se separando do império.<sup>100</sup> Por vezes considerado pela historiografia como uma primeira experiência republicana, também foi o momento de maior convulsão social entre as partes integrantes da antiga colônia portuguesa na América. A característica de instabilidade e os conflitos levaram José Murilo de Carvalho a comparar o período regencial com o tumultuado período que a América hispânica sofreu entre 1810 e 1825.<sup>101</sup>

Nas disputas políticas na capital fluminense, organizou-se a aliança de dois grupos, *Exaltados* e *Moderados*, que resultou relevante no processo que conduziu à abdicação do imperador, em 7 de abril. No entanto, as diferenças políticas apareceram no início do novo governo, pelo qual foi desfeita a associação e os moderados assumiram o poder na corte. Estes últimos, mais próximos às leituras de John Locke, Guizot e Benjamin Constant, buscavam reformas mais limitadas, como a diminuição do poder do imperador, o estabelecimento de maiores poderes aos deputados e a garantia do cumprimento de direitos civis previstos na Constituição. Aqueles, por sua vez, estavam mais próximos de um liberalismo que pretendia reformas políticas e sociais mais profundas, como a adoção de um regime republicano federativo, o fim gradual da escravidão e a promoção da cidadania política e civil aos

---

<sup>99</sup> Sobre o período regencial, ver: WERNET, Augustin. *O período Regencial (1831-1840)*. São Paulo: História Popular, 1997. GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal, “Liberalismo Moderado: postulados ideológicos e práticas políticas no período regencial (1831-1837)”, in GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal & PRADO, Maria Emília (orgs.). *O liberalismo no Brasil Imperial: origens, conceitos e práticas*. Rio de Janeiro: Revan, UERJ, 2001, pp. 103-126. BASILE, Marcelo, “O laboratório da nação: a era regencial (1831-1848)”, in GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo. *O Brasil Imperial. Vol. 2: 1831-1870*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, pp. 53-119.

<sup>100</sup> Entre as principais revoltas regenciais, podemos citar: a Setembrada, em 1831 no Maranhão e Pernambuco; a Cabanada em Pernambuco e Bahia no ano de 1832 a 1835; a Conspiração do Paço em 1833 na corte; as Carneiradas de 1834 a 1835 também em Pernambuco; a Cabanagem no Pará de 1835 a 1840; a Farroupilha de 1835 a 1840 no Rio Grande do Sul e Santa Catarina; a Sabinada entre 1837 e 1838 na Bahia e a Balaiada no Maranhão e Piauí, de 1838 a 1841.

<sup>101</sup> CARVALHO, José Murilo de (coord.). *A construção nacional 1830-1889*. Vol. 2. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012, pp. 20-21.

segmentos livres da sociedade. Esses tinham como referências teóricas Rousseau, Montesquieu e Thomas Paine.<sup>102</sup>

Assim que Abreu e Lima retornou ao Rio, tomou parte de um terceiro grupo, que se organizou com uma perspectiva liberal mais conservadora. Os *caramurus* eram uma facção composta por pensamentos distintos; não era uma organização homogênea, como muitas vezes foi apresentada pela historiografia.<sup>103</sup> Seus integrantes defendiam posicionamentos diferentes, que podiam ir desde a defesa de uma monarquia constitucional mais centralizada até o regresso de Pedro I ao trono.<sup>104</sup> A campanha empreendida pelo grupo, segundo Abreu e Lima, não era apenas pelo retorno de D. Pedro. Também discordava da denominação “restauradores”<sup>105</sup> atribuída pelos adversários, uma vez que considerava que o objetivo era garantir que o filho fosse considerado sucessor e coroado imperador.<sup>106</sup>

Novamente utilizou Abreu e Lima como campo político a imprensa, que serviu como um importante instrumento tanto para as disputas que levaram à abdicação de D. Pedro, como para as que se travavam entre distintos projetos para a organização da nação. O pernambucano participou da vida política da corte por meio de periódicos efêmeros, para defender seu projeto e posicionar-se nos conflitos sediados no Rio de Janeiro. Deu início à publicação de *A Torre de Babel – cada louco com seu tema*,<sup>107</sup> intitulado-o da mesma forma que o periódico que publicara em Cartagena. Dele lançou sete números, que circularam entre 9 de janeiro e 6 de março de 1833 em defesa do regime monárquico.

Ainda naquele ano, Abreu e Lima associou-se à *Sociedade Conservadora da Constituição Brasileira*, organizada pela corrente *caramuru* em defesa do retorno do

<sup>102</sup> BASILE, Marcelo, op. cit.

<sup>103</sup> MOREL, Marcos, “Restaurar, Fracionar e Regenerar a nação: o Partido Caramuru nos anos 30”, in JANCSÓ, István (org.). *Brasil: Formação do Estado e da Nação*. São Paulo: Hucitec; Ed. Unijuí; Fapesp, 2003, pp. 407-430.

<sup>104</sup> Segundo Basile, em 1835 a composição política se deu início, desfazendo-se os três grupos para se dividirem em dois, *regressistas* e *progressistas*, que se definiriam após 1837. BASILE, Marcelo, op. cit., pp. 63-64.

<sup>105</sup> Marcos Morel sustenta que a denominação “restauradores” fora dada pelo grupo político adversário e estava carregada de ideologia pertencente ao contexto dos conflitos políticos da década de 1830. Este denominação passou a influenciar a historiografia brasileira, considerando que o grupo reivindicava o retorno do imperador à direção do Estado. MOREL, Marcos, op. cit.

<sup>106</sup> MARTINS, Wilson. *História da Inteligência Brasileira*. São Paulo, 3ª ed., vol. II, 2001, pp. 201-203. Segundo Wilson Martins, a política parlamentar não foi diferenciada quanto à orientação política, pois houve medidas conservadoras em governos liberais, e liberais em governos conservadores da década. Foram estes três grupos as bases para os futuros Partido Conservador, Partido Liberal e Partido Republicano.

<sup>107</sup> *A Torre de Babel* é citada em: SOUZA, Otávio Tarquínio de. *Evaristo da Veiga*. Companhia Editora Nacional, Brasileira, vol. 157, 1939, p. 216; SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. 4 ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1999, p. 123; ABREU E LIMA, J. I. *Resposta do General J. I. de Abreu e Lima ao Cônego Januário da Cunha Barbosa ou Analyse do primeiro juízo de Francisco Adolpho Varnhagen acerca do Compendio da Historia do Brazil*, p. 25. Nesse livro, Abreu e Lima fala sobre o jornal e sua opção política pelo retorno de Pedro I. O jornal *Torre de Babel* era publicado por Abreu e Lima na Colômbia, pouco antes de sua expulsão.

imperador. A Sociedade era formada basicamente por militares,<sup>108</sup> alguns deles antigos companheiros seus da *Academia Real Militar* ou do regimento em que serviu na capital fluminense. A instituição fora criada com o objetivo de combater a *Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional*.

Fundada em 1831 pela facção mais moderada, faziam parte dos criadores de *A Sociedade Defensora* renomados personagens do jogo político, como Antônio Borges da Fonseca (1808-1872), Evaristo da Veiga (1799-1837), Manuel Odorico Mendes (1799-1864) e Limpo de Abreu (1798-1883). Em torno dela, organizou-se o núcleo dos moderados, participantes dos ataques que tinham levado à queda de Pedro I. Desse grupo, foi constituído o centro político que assumiria o poder, tornando-se a sustentação política da *Regência*.<sup>109</sup>

Abreu e Lima, ao participar da *Sociedade Conservadora*, converteu-se em adversário político de importantes intelectuais, como o cônego Januário da Cunha Barbosa (1780-1846), na altura já um intelectual conhecido, a cuja produção pertencia o livro *Parnaso Brasileiro, ou Coleção das Melhores Poesias do Brasil, Tanto Inéditas Como já Impressas*, de 1829, que elaborava um esboço de uma futura literatura nacional.<sup>110</sup>

Evaristo da Veiga, outro membro de *A Sociedade Defensora*, era um destacado jornalista e ator político, com relevante liderança entre os liberais moderados que argumentavam a favor de uma monarquia constitucional. Embora possuíssem posicionamentos distintos no tocante à figura do imperador, ambos haviam participado dos movimentos que culminaram com o exílio de D. Pedro.

Nas disputas políticas daquele momento, Evaristo da Veiga foi um personagem central, apesar de sua morte prematura em 1837. Inicialmente trabalhou com o pai como livreiro, para depois fundar sua própria livraria em 1827. A casa de livros do jornalista passou a ser frequentada por diversos políticos e intelectuais de expressão, tornando-se um dos lugares de sociabilidade na capital. Francisco Iglésias cita, entre os aliados e frequentadores da livraria, nomes de relevo para a política do império, como Diogo Feijó (1784-1843), Bernardo Pereira de Vasconcelos (1795-1850), Sales Torres Homem (1812-1876), Teófilo Otoni (1807-1869) e o inglês John Armitage (1807-1856).<sup>111</sup>

---

<sup>108</sup> BUARQUE DE HOLANDA, Sérgio. *História geral da civilização brasileira. O Brasil monárquico*. Tomo II, 2º volume, 4ª edição. Rio de Janeiro – São Paulo: Difel, 1978, p. 26.

<sup>109</sup> GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal, op. cit. pp. 109, 124-129.

<sup>110</sup> MARTINS, Wilson, op. cit., pp. 175-176.

<sup>111</sup> IGLÉSIAS, Francisco. *Os historiadores do Brasil: capítulos de historiografia brasileira*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Belo Horizonte: UFMG, IPEA, 2000, p. 57.

A diferença da maioria dos panfletos e periódicos da época, que costumavam ter uma vida breve, o jornal de Evaristo da Veiga, *Aurora Fluminense*, foi editado durante um período relativamente longo, de dezembro de 1827 a dezembro de 1835.<sup>112</sup> No entanto, Evaristo não participava da vida política do império apenas como jornalista. Entre os anos de 1828 e 1836, ocupou cargos políticos no Rio de Janeiro. Como representante da Província de Minas Gerais, foi eleito para sucessivos mandatos como deputado na Assembleia Geral do Império. Wilson Martins comenta a relação entre a atividade por meio da imprensa e a ação política, ponderando que “o jornalismo era então simples prolongamento da atividade política”, carregado de personalismos e ofensas pessoais.<sup>113</sup> Evaristo também foi o responsável por periódicos que divulgavam as ideias da *Sociedade Defensora* e por *O Homem e a América*, publicados entre 1831 e 1833.

Pouco tempo mais tarde de seu regresso ao Rio de Janeiro, quando Abreu e Lima se aproximou do grupo dos *caramurus*, identificou Evaristo da Veiga como um dos seus principais inimigos, conforme é possível acompanhar pela imprensa em 1833. O embate político entre ambos foi veiculado publicamente pelos jornais *A torre de Babel* e *Aurora Fluminense*.<sup>114</sup> Segundo Fernanda Andrade, nas folhas de seu jornal, Abreu e Lima não argumentava simplesmente pela volta de Pedro I, como era colocada a questão por seus opositores e reforçada pela historiografia nacional produzida posteriormente. De fato, o pernambucano não considerava o imperador um tirano absolutista, pois lutava pela manutenção da ordem monárquica e da família real no poder como forma essencial de dar continuidade à unidade territorial.<sup>115</sup> A presença do sistema e de uma monarca era considerado o modo de evitar uma possível fragmentação da ex-colônia, hipótese cuja concretização havia presenciado Abreu e Lima na Grã Colômbia com o surgimento de diversos Estados.<sup>116</sup>

---

<sup>112</sup> Ibidem.

<sup>113</sup> MARTINS, Wilson, op. cit., p. 128. Ver também SODRÉ, Nelson Werneck, op. cit.

<sup>114</sup> ANDRADE, Fernanda C. *A medida da liberdade: a imprensa da corte no período regencial (1831-1833)*. Rio de Janeiro. PUC-RIO, Departamento de História, 2006. Orientada por Ilmar Rohloff de Mattos. O objetivo dessa dissertação é abordar a discussão entre *A torre de Babel* e o *Aurora Fluminense*.

<sup>115</sup> A morte prematura de D. Pedro, em setembro 1834, acabou com quaisquer intenções do regresso do imperador ao trono brasileiro.

<sup>116</sup> ABREU E LIMA, J. I., op. cit., p. 25. Respondendo às acusações de Januário da Cunha, Abreu e Lima reconstrói o passado sobre seu envolvimento com as ideias a respeito do regresso do Imperador da seguinte maneira: “Fui eu também o primeiro, que, em 1832, ao voltar à minha pátria, horrorizado pelo cynismo, pela impudencia com que se calumniava torpemente o Sr. D. Pedro I. de gloriosa memória, alcei a voz, e oppus uma barreira de bronze contra semelhante torrente de iniquidade. Sim, Sr. Padre Januário, eu fui o redactor da TORRE DE BABEL; eu fui o primeiro que, depois do que chamais o *vosso glorioso 7 de abril*, gritei à uma facção immoral e comrrompida – *Parai* – e ella parou: eu fui o primeiro que gritei – *Ingratidão* – infâmia – e o povo me ouviu”.

No Rio de Janeiro, a produção jornalística do pernambucano foi intensa e esteve ligada, sobretudo, a questões políticas que envolveram o período regencial e o início do reinado de Pedro II, após o golpe da maioria propugnado pela ala conservadora em 1840. Preocupou-se também em fazer análises sobre a sociedade brasileira e suas características culturais, como a literatura, a formação étnica e histórica, buscando sempre publicar suas ideias. Nesses anos dirigiu e/ou publicou a *Arca de Noé* em 1833, *Raio de Júpiter* em 1836, *O Maiorista* em 1840, e colaborou, pouco depois de seu regresso à capital fluminense, no *Nova Luz Brasileira*, e de 1835 e 1836 no *Mensageiro Niteroiense*.<sup>117</sup>

Januário da Cunha foi um opositor das ideias políticas de Abreu e Lima, interferindo também em sua produção historiográfica. Em 1834, o cônego escreveu uma comédia intitulada *A rusga na Praia Grande ou o quixotismo do general das massas*, que se publicou no Rio de Janeiro. A peça trazia uma crítica à posição de Abreu e Lima em relação ao governo de Pedro I. Feijó Bittencourt afirma que essa obra “escrita especialmente para ridicularizar o general Abreu e Lima, custou a Januário violentíssima resposta do militar, que não lhe poupou insultos”.<sup>118</sup>

Em 1835, participando no desenvolvimento da literatura do país, publicou seu primeiro trabalho no Brasil, lançado inicialmente em jornais e posteriormente editado sob o formato de livro. Trata-se do já mencionado *Bosquejo histórico, político e literário do Brasil*,<sup>119</sup> um trabalho reflexivo sobre a situação política, social e cultural do país. O livro foi escrito no contexto dos embates da “questão religiosa” e da identidade literária do Brasil. Em seu subtítulo, complemento vindo após o primeiro nome da obra, traz indicações dos temas que abordaria:

ANÁLISE CRÍTICA DO PROJECTO DO Dr. A. F. PRANÇA,  
offerecido

Em Sessão de 16 de Maio último a Camara dos Deputados, redusindo o sistema Monarquico constitucional, que felismente nos rege, a uma REPUBLI-

<sup>117</sup> Para consultar sobre uma participação mais constante de Abreu e Lima na imprensa brasileira, ver: PAIM, Leandro Burgallo. *A nação como possibilidade: imprensa e manuais didáticos na difusão da identidade nacional no Brasil oitocentista*. Universidade de São Paulo, Departamento de História, dissertação de mestrado, 2009. Orientada por Miriam Dolhnikoff.

<sup>118</sup> BITTENCOURT, Feijó. *Os Fundadores*. Rio de Janeiro: Instituto Histórico, Imprensa Nacional, 1938, p. 189. De acordo com Bittencourt, o acontecimento explicitado na peça envolvia as seguintes questões: “uma sedição militar que tenta se apoderar da Vila Real da Praia Grande. À frente dos insurrectos está o general Abreu e Lima, que pensa em repor o conselheiro José Bonifácio no alto cargo de tutor de Pedro II. Conseqüência: a queda da Regência e do ministério. Propagar-se-ia então por todas as províncias ‘o sistema de Jacuípe e de Panelas’, único ‘que podia realizar no Brasil a igualdade dos senhores de engenho e dos soldados’”.

<sup>119</sup> ABREU E LIMA, J. I. *Bosquejo histórico político e litterario do Brasil*. Cidade de Nictheroy: Tipografia de Rego e Comp., 1835.

CA DEMOCRÁTICA:  
Seguida  
De outra analyse de Projecto de Deputado RAFAEL  
DE CARVALHO, sobre a separação da Igreja Bra-  
sileira da SANTA SEDE APOSTÓLICA.

Tentando compreender o que era a nação que se constituía, aborda problemáticas pertinentes à formação étnica, cultural e político. O texto apresenta, ainda, outro traço destacável no tocante à forma de fazer a análise, ao utilizar-se da comparação das características do Brasil com outras nações como forma de se compreender o próprio país. O *Bosquejo histórico* pode ser considerado um dos primeiros estudos sobre a sociedade brasileira que inclui o termo "classes" para descrever a divisão social encontrada no país. O recurso ao vocábulo fez Gilberto Freyre e Vamireh Chacon ensejarem a possibilidade de adiantamento de ideias socialistas na América, ou mesmo quanto à Europa.<sup>120</sup>

No *Bosquejo histórico*, Abreu e Lima afirmou a inexistência de uma literatura brasileira, o que provocou, no momento da publicação, mas principalmente alguns anos mais tarde, uma polêmica que envolvia a delimitação daquilo que era uma literatura nacional, o papel da língua, da nação, a relação com o Estado e sua compreensão como processo histórico. Em 1843, o debate em torno do assunto repercutiu após o lançamento do primeiro número do jornal *Minerva Brasiliense*, que retomava na discussão as propostas defendidas em 1835. O grupo que se aglutinava era o mesmo da “revista brasiliense” *Nictheroy*, marco inicial do romantismo no Brasil, redigida por personagens da primeira geração romântica brasileira, como Gonçalves de Magalhães (1811-1882), Araújo Porto-Alegre (1806-1879), Torres Homem (1812-1876) e Pereira da Silva (1817-1895).<sup>121</sup>

Inicialmente o debate se celebrou nas páginas do *Jornal do Comércio*, com o português José da Gama e Castro (1795-1873) tecendo críticas e comentários sobre a leitura de Abreu e Lima acerca da (in)existência de uma literatura nacional. Santiago Nunes Ribeiro (?-1847), chileno de nascimento e um dos fundadores e diretores do periódico até sua desapareição em 1845, também escreveu desde o primeiro exemplar do *Minerva*. Aproveitava o espaço para se contrapor ao entendimento de Abreu e Lima sobre a falta de uma literatura nacional, pois reconhecia a existência de uma literatura brasileira. Posteriormente, Nunes Ribeiro também contestou a proposta do português Gama e Castro, o qual considerava a literatura produzida em português como integrante da literatura portuguesa. Esses embates,

<sup>120</sup> FREYRE, Gilberto. *Um engenheiro francês no Brasil*. 2ª ed., Rio de Janeiro, 1960. CHACON, Vamireh. *História das Idéias Socialistas no Brasil*. Rio de Janeiro, 1965.

<sup>121</sup> BOSI, Alfredo, “Cultura”, in CARVALHO, José Murilo de (coord.), op. cit., pp. 225-285.



embora não tenham sido veiculados exclusivamente pelos jornais citados, foram conhecidos como a “Polêmica da *Minerva Brasiliense*”, pertencendo aos primeiros movimentos dos anos iniciais do romantismo no Brasil.<sup>122</sup>

Nelson Werneck Sodré traçou uma linha em que apresenta o desenvolvimento do início da elaboração de uma historiografia e os primeiros esforços da construção da literatura nacional, vinculados a uma perspectiva romântica. Nela, Abreu e Lima consta entre os intelectuais pioneiros na formação da identidade nacional. Segundo a narrativa de Sodré, o Brasil passava a desenvolver na época uma “história literária e o esboço de crítica já surgiram com o ensaio de Gonçalves de Magalhães, prosseguindo com o trabalho de Abreu e Lima, mas é com Francisco de Adolfo de Varnhagen, na introdução ao *Florilégio da Poesia Brasileira* que veem a luz as letras brasileiras.”<sup>123</sup>

Ainda acompanhando Sodré, quando cita Silvio Romero sobre a relação da imprensa com as novas influências literárias:

É a imprensa no Romantismo, como observou exatamente Silvio Romero: ‘O estudo das revistas do tempo, nomeadamente a *Revista do Instituto Histórico*, a *Minerva Brasiliense* e a *Guanabara*, facilita a reconstrução narrativa do Romantismo brasileiro. Foi o tempo em que Magalhães, Porto Alegre, Varnhagen, Torres Homem, Pena, Macedo, Gonçalves Dias, Nunes Ribeiro, Adet, Bourgain, Norberto Silva, Inácio Acioli, Abreu e Lima, Joaquim Caetano e vinte outras conheciam-se, relacionavam-se, encontravam-se no Instituto Histórico, em casa de Paulo Brito, ou na *Petalógica* no largo do Rocio’.<sup>124</sup>

### **3.2.4 - Historiador no IHGB: *persona non grata* e a formação da mocidade brasileira**

Na década de 1830, a influência romântica deixava-se sentir na literatura e na historiografia, cuja produção a respeito de um passado idealizado e das origens da nação se iniciava. Um fazer historiográfico mais organizado veio à tona da mão do *Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB)*. Intelectuais, muitos deles reconhecidos como pertencentes à primeira geração romântica no Brasil, participaram da etapa inicial da produção do Instituto, fundado em outubro de 1838, durante a última regência, sob o governo de Pedro de Araújo

<sup>122</sup> COUTINHO, Afrânio, “Os problemas da nacionalidade e originalidade da Literatura Brasileira”, in *Revista Iberoamericana* vol. XXXIV, n.º. 65, janeiro-abril 1968.

<sup>123</sup> SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Literatura Brasileira*. 3ª ed., Rio de Janeiro: José Olympio, 1960, p. 210.

<sup>124</sup> Idem, p. 211. A obra que Sodré indica é: ROMERO, Silvio. *História da Literatura Brasileira*, 5ª Ed., 5 vols., Rio de Janeiro, 1954, p. 865, III.

Lima.<sup>125</sup> Na condição de sócio honorário, estava Abreu e Lima envolvido nos primeiros esforços de construir uma história para a nação, atividade que abordou com a proposta de elaborar uma periodização para a incipiente historiografia brasileira fomentada pelo Instituto.

Conforme mencionado, Abreu e Lima começou a participar do *IHGB* em 1839 como Membro Honorário, convidado pela instituição. O convite foi relatado por Abreu e Lima da seguinte maneira:

Deliberada a criação do Instituto, veio a minha casa o finado Marechal Cunha Mattos, que nutria commigo boas relações de amizade, a pedir-me com muita instancia, que eu fosse um dos Sócios Instituidores, a cujo pedido neguei [...] Desgraçadamente algum tempo depois entrou outro amigo em minha casa [...] e tirando da algibeira uma carta, me disse, que era o diploma de Membro Honorário do Instituto Histórico, de que me enviava, de parte do mesmo Instituto, o intitulado Secretario perpetuo, e que esperava que eu o acceitasse.<sup>126</sup>

Assim, aceitou o ingresso na instituição e logo começou a pesquisar no intuito de produzir para o *IHGB*. Seu labor iniciou-se com o intento pioneiro, já apresentado, em produzir uma proposta de leitura sobre o passado do país — *Compêndio da História do Brasil desde o seu descobrimento até o magestoso acto da coroação e sagração no Sr. D. Pedro II*<sup>127</sup> —, atendendo ao chamado de Januário da Cunha Barbosa,<sup>128</sup> que, em 1840, na 51ª sessão, propunha a realização de estudos que visassem a estabelecer a melhor forma de se escrever a história do Brasil.<sup>129</sup>

No mesmo ano em que editou o *Compêndio*, Abreu e Lima participou como candidato em um concurso aberto pelo *IHGB* a respeito de uma periodização para a história brasileira, com um texto apresentado e lido na sessão de 14 de setembro de 1843. Seu trabalho, duramente criticado pelo então ainda pouco conhecido Francisco Adolpho Varnhagen, foi acusado de plágio. Foi nessa ocasião que Abreu e Lima travou o duro embate historiográfico antes apresentado, com Adolfo de Varnhagen, futuro “pai” da historiografia brasileira.

<sup>125</sup> GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado, “Nação e Civilização nos Trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional”, in *Estudos Históricos 1. Caminhos da Historiografia*. Rio de Janeiro: Vértice, 1988, pp. 5-27.

<sup>126</sup> ABREU E LIMA, J. I. *Resposta do General J. I. de Abreu e Lima ao Cônego Januário da Cunha Barbosa ou Analyse do primeiro juízo de Francisco Adolpho Varnhagen acerca do Compendio da Historia do Brazil*, p. 7.

<sup>127</sup> ABREU E LIMA, J. I. *Compendio da Historia do Brazil, desde o seu descobrimento até o magestoso acto da coroação e sagração no Sr. D. Pedro II*. Rio de Janeiro: Eduardo & Henrique Laemmert, 1843a. Em dois volumes. Publicou a obra como Membro Honorário do *IHGB*.

<sup>128</sup> GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal, “Debaixo da Imediata proteção de Sua Majestade: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889)”, in *RIHGB* n.º 388, jul.-set., 1995, p. 156.

<sup>129</sup> O vencedor do concurso foi o naturalista alemão e sócio correspondente do Instituto Karl Friedich Von Martius, que propõe em seu trabalho a análise da história brasileira a partir do mito das três raças. MARTIUS, Karl F. Von, “Como se Deve Escrever a História do Brasil”, in *RIHGB* vol. VI, 1845.

Essa, contudo, não foi a única opinião publicada acerca do *Compêndio*. Posicionamentos divergentes a respeito da obra existiram desde o momento de sua edição. Há uma crítica conhecida, anterior à de Varnhagen, muito favorável ao trabalho de Abreu e Lima. O periódico *Minerva Brasiliense* apresenta um artigo, de suposta autoria de Torres Homem, em que é analisado o *Compêndio*. A revista, em um elogio ao livro, considera que “não é em grande parte senão uma compilação bem feita e coordenada, do que o seu autor encontrou de melhor nos diferentes escritores que o precederam”.<sup>130</sup>

O artigo traz ainda um elogio à “profunda imparcialidade” do estudo quanto aos acontecimentos das últimas duas décadas. Dita imparcialidade, para o autor da *Minerva*, “seria rara em um contemporâneo qualquer e muito mais em um homem que não foi espectador passivo” do tempo analisado no trabalho. No entanto, esse não era o último ponto favorável à publicação, que também foi considerado, como compêndio de história, “o mais útil que há sido publicado sobre este objeto”.<sup>131</sup>

A crítica negativa de Varnhagen, como representante do *IHGB*, não resultou suficientemente forte para desacreditar o livro. O Instituto ocupava um importante papel nas instituições de ensino, uma vez que eram seus participantes que produziam os programas de curso e os livros didáticos para o Colégio Pedro II. A edição do *Compêndio*, em um volume, dedicado aos colégios e à mocidade brasileira,<sup>132</sup> foi usada durante anos no Colégio Pedro II e nas demais escolas secundárias do Império, contando com ao menos cinco edições no século XIX.

O *Compêndio* viera a substituir o primeiro manual de história brasileira utilizado pelo Colégio Pedro II, elaborado por outro integrante do *IHGB*. Em 1831, no Rio de Janeiro, Henrique Luís de Niemeyer Bellegarde publicara o *Resumo de História do Brasil até 1828*, uma compilação do trabalho de Fernand Denis, *Resumé de l'Histoire du Brésil*, lançado em 1822.<sup>133</sup> A adoção do *Resumo* para integrar o currículo do Colégio Imperial fora autorizada pelo Ministro do Império em 1841 e perdurou por toda a década. No entanto, de 1850 até 1862 os Programas de Ensino indicavam o *Compêndio* como o manual adotado para o estudo

<sup>130</sup> *Minerva Brasiliense*, n.º 2, de 15 de novembro de 1843, in ROMERO, Sílvio. *História da Literatura brasileira*. 5º volume, Rio de Janeiro: J. Olympio; Brasília, 1980, p. 1604.

<sup>131</sup> *Idem*.

<sup>132</sup> ABREU E LIMA, J. I. *Compêndio da História do Brasil, desde o seu descobrimento até o magestoso acto da coroação e sagração no Sr. D. Pedro II*. Rio de Janeiro: Eduardo & Henrique Laemmert, 1843b. Edição em um volume.

<sup>133</sup> Bellegarde nasceu em Portugal em 1802 e veio para o Brasil na migração portuguesa de 1808. Serviu na *Academia Real Militar* no Rio de Janeiro. A serviço do governo brasileiro, foi à Europa em 1825. Em Portugal se graduou em engenharia e geografia. No Rio de Janeiro, Bellegarde trabalhava como responsável das obras de engenharia, pontes e canais.

da História do Brasil, até, em 1862, ser substituído por *Lições de Historia do Brazil para uso dos alunos do Imperial Colégio Pedro II*, de Joaquim Manoel de Macedo, professor do Colégio e também membro do *IHGB*.<sup>134</sup>

Apesar do sucesso posterior de seu manual nos colégios do império, em 1844 o episódio junto ao *IHGB* levou Abreu e Lima a pedir seu desligamento da instituição. No mesmo ano retornou ao Recife, onde continuou suas atividades políticas e intelectuais. Havia já algum tempo mostrava seu interesse em retornar à província e participar junto de seus irmãos da vida política local, e tinha chegado o momento.

### **3.2.5 - A vida em Recife: Revolução Praieira, o socialismo e a luta contra a igreja**

Abreu e Lima morou na capital do império entre os anos de 1832 a 1844, quando decidiu voltar a Recife e se afastar da política exercida na corte, ocupando-se mais da política pernambucana. Na capital de sua província natal, assim como fizera das outras vezes, se dedicou a atividades jornalísticas e aos debates políticos. Viveu na cidade até seu falecimento em 1869, sem se afastar da vida pública.

No retorno a Recife, em 12 de junho de 1844, Abreu e Lima não teve dificuldades em entrar na vida política, uma vez que tinha como aliados seus irmãos e antigos companheiros do *Seminário de Olinda* e de seu pai. Regressara também em razão de sua vontade de participar do processo eleitoral para a composição da Câmara. Assim, nas eleições daquele ano candidatou-se ao cargo de deputado geral pela sua província natal, juntamente com seu irmão Luís Roma, que concorria como candidato a deputado de província. Obteve uma votação pouco expressiva, ficando em último lugar no pleito. Com esse baixíssimo resultado, os laços de Abreu e Lima com os liberais locais ficaram enfraquecidos, já que eles haviam desenhado um cenário eleitoral distinto daquele que se concretizou.

Mesmo descontente com o julgamento negativo à sua obra pelo *IHGB*, Abreu e Lima não se afastou do campo historiográfico. Sua produção relacionada à história do Brasil continuou durante os anos seguintes, com a publicação de obras que provavelmente devem ter sido iniciadas ainda durante sua participação no Instituto. Em 1845 editou um trabalho

---

<sup>134</sup> GASPARELLO, Arlete Medeiros, “Historiografia didática e pesquisa no ensino de História”, *X Encontro Regional de História – ANPUH. História e Biografias*. Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2002. Disponível em: [http://www.rj.anpuh.org/conteudo/view?ID\\_CONTEUDO=312](http://www.rj.anpuh.org/conteudo/view?ID_CONTEUDO=312) (acessado em 10/11/2012). MATTOS, Selma Rinaldi de. *Para formar os brasileiros: o compêndio da história do Brasil de Abreu e Lima e a expansão para dentro do Império do Brasil*. São Paulo. Universidade de São Paulo. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas. Tese de doutorado, 2007.

semelhante ao *Compendio*, porém mais descritivo, preocupado com datas e de caráter factual, intitulado *Sinopse ou Dedução Cronológica dos Fatos mais Notáveis da História do Brasil*.<sup>135</sup>

Em 1846, surgiu um novo trabalho, *História Universal*, que é um estudo que uma linha histórica de desenvolvimento da antiguidade até a era moderna.<sup>136</sup>

Desde o Rio de Janeiro, Abreu e Lima estava em contato com os liberais de Pernambuco, dos que fazia parte seu irmão Luís Inácio Ribeiro Roma, além de destacados protagonistas dos acontecimentos políticos da década de 1840, como Urbano Sabino Pessoa de Melo e Nunes Machado. Luís Ribeiro estava envolvido diretamente com o grupo praieiro. Era o proprietário e editor do *Diário Novo*,<sup>137</sup> periódico que foi marcado pela presença do seu irmão já no ano do retorno ao Recife. O jornal foi de grande importância ideológica ao movimento de 1848, fazendo oposição ao veículo ideológico conservador *Diário de Pernambuco*.

No ano de 1848, segundo Pierre-Luc Abramson, movimentos sociais, com influência da “Primavera dos Povos” surgida na Europa, se espalharam por todo o continente ibero-americano, transformando-se em uma “revolução atlântica”. No entanto, Abramson não considera que os movimentos tenham sido iguais em ambas as margens do oceano; as condições sociais encontradas eram distintas e produziram questões diferentes. Assim:

Las revoluciones latinoamericanas del’48 preparan la modernidad industrial y social, pero a diferencia de Europa no son el resultado directo de ella. Sin embargo, la marea de elocuencia romántica y elevados sentimientos que las caracteriza es menos gratuita de lo que parece. El mimetismo de los cuarentaiochistas americanos, en comparación con los revolucionarios europeos, no excluye la originalidad de su movimiento, pues la utopía social no desempeña el mismo papel: en Europa, pretende resolver graves problemas sociales, mientras que en las Américas profetiza una democracia perfecta.<sup>138</sup>

Através de Recife, com seu movimentado porto voltado ao comércio e às ideias transatlânticas, esse clima de novas análises sociais chegou pioneiramente à província. Vamireh Chacon considera que no Brasil as ideias socialistas surgiram primeiro em

<sup>135</sup> ABREU E LIMA, J. I. *Sinopse ou dedução chronologica dos factos mais notáveis da história do Brasil*. Pernambuco: na Typ. M. F. de Faria, 1845.

<sup>136</sup> ABREU E LIMA, J. I. *História Universal*. Rio de Janeiro: Laemmert, 1846.

<sup>137</sup> A localização do *Diário Novo* na Rua da Praia deu nome à revolução de 1848.

<sup>138</sup> ABRAMSON, Pierre-Luc. *Las utopías sociales en América Latina en el siglo XIX*. México: Fondo de Cultura Económica, 1999, p. 78.

Pernambuco, em meados do século XIX, sob a influência de intelectuais como Saint-Simon, Cabet, Fourier, Louis Blanc, Proudhon, Leroux, Lammenais e Lacordaire.<sup>139</sup>

Na segunda metade da década de 1840, Abreu e Lima passou a ser influenciado por um “socialismo utópico”, tão presente na província de Pernambuco a meados do século XIX. Em Recife, aproximou-se do francês Louis Léger Vauthier, que estava a trabalho na cidade como engenheiro de obras públicas, contratado pelo governo provincial. Na cidade, importou escritos dos principais teóricos europeus, difundiu as ideias socialistas, como também participou do periódico *O Progresso*, nessa mesma linha. Vauthier permaneceu em Pernambuco até o final do ano de 1846, quando regressou à França, onde participou dos levantes de 1848 e foi eleito como deputado socialista em 1849.<sup>140</sup>

Abreu e Lima aproximou-se também de Antônio Pedro de Figueiredo (1814-1859), editor da revista *O Progresso*, onde este assinava seus artigos com o pseudônimo de Cousin Fusco.<sup>141</sup> Amaro Quintas o considerou como um socialista “quase científico” e um amplo difusor das ideias revolucionárias na província. A revista publicada por Figueiredo entre julho de 1846 e setembro de 1848 trazia questões teóricas referentes às ideias de Robert Owen, Saint-Simon e Fourier, debatendo assuntos referentes à igualdade social e ao acesso à terra, ao mesmo tempo em que criticava rotundamente a monocultura latifundiária dos engenhos nordestinos. O periódico foi avaliado com entusiasmo e atribuído grande valor por parte de Amaro Quintas considerando-o “o mais importante veículo para a compreensão do desenvolvimento da ideia socialista nas várias partes da terra e para propaganda de suas concepções doutrinárias”.<sup>142</sup>

As ideias sociais europeias que se difundiram pela província nordestina influenciaram Abreu e Lima, transformando-o também em um difusor dos teóricos sociais e de suas propostas.<sup>143</sup> Na segunda metade da década de 1840 e durante a década de 1850, o pernambucano se dedicou ao estudo e à produção referentes ao assunto. Destaca-se, no elenco de suas publicações nessa linha, o periódico *A Barca de São Pedro, Periódico político e*

<sup>139</sup> CHACON, Vamireh, op. cit.

<sup>140</sup> FREYRE, Gilberto, op. cit.

<sup>141</sup> O pseudônimo de Figueiredo se explica pelo fato de ser mulato e ter traduzido o *Cours d'histoire de la Philosophie*, de Victor Cousin, para a língua portuguesa em 1843.

<sup>142</sup> ABRAMSON, Pierre-Luc, op. cit., pp. 166-169. QUINTAS, Amaro. *O sentido social da Revolução Praieira*. Recife: Massangana, 1982, p. 98.

<sup>143</sup> MOREIRA, Aluizio Franco. *As políticas e outras idéias de dois “Quarante-huitards” pernambucanos (Abreu e Lima e Antônio Pedro Figueiredo)*. Recife: Universidade Federal de Pernambuco. Departamento de História. Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Dissertação de Mestrado, 1986. Orientador: Prof. Dr. Antonio Paulo de Moraes Rezende.

*talvez da oposição*, em cujo subtítulo apresenta uma amostra interessante sobre as crenças e alianças políticas de Abreu e Lima. Abaixo do título encontramos os seguintes dizeres:

Este periódico pertence á nova **Sociedade Imperial Pernambucana**, e tem por objecto sustentar os principios liberaes professados pelo partido nacional praieiro, cujos principios são: - Monarquia – Integridade do Imperio – Constituição – e Reformas na administração geral e provincial pelos meios que a mesma Constituição offerece.<sup>144</sup>

Esse periódico foi produzido em Recife entre maio e outubro de 1848, e foi apontado por Quintas como “um dos periódicos mais sérios e doutrinários do seu tempo”.<sup>145</sup> Publicou também um livro com influências dessas teorias, sob o título sugestivo de *A Cartilha do Povo*.<sup>146</sup>

No entanto, não ficou apenas no campo revolucionário das ideias e tomou parte dos tumultos políticos registrados à época em sua província natal. Participou dos movimentos que levaram à eclosão da *Revolução Praieira* (1848-1850). Esteve ainda envolvido na redação e publicação do *Diário Novo*, sobretudo com a morte de seu irmão, ferido em 1848. A revolução em Pernambuco aconteceu por diversos fatores de cunho político e social. Entre os fatores políticos estava o afastamento do liberal Presidente da Província, Antônio Pinto Chichorro da Gama (1800-1887), por D. Pedro II, que empossou a seguir o ex-regente Araújo Lima, ligado aos setores conservadores de Pernambuco. *A Revolução Praieira* teve também uma forte participação de base popular, que pedia o sufrágio universal e apresentava uma grande influência das ideias socialistas que chegavam ao continente. Amaro Quintas, refletindo sobre os motivos que levaram à revolução, considera que a Praieira “foi mais uma resultante desse estado de desequilíbrio econômico-social, dessa insatisfação existente no meio da massa, do que mesmo um movimento provocado por causas meramente políticas”.<sup>147</sup>

Com a derrota do movimento, Abreu e Lima foi preso, condenado como “cabeça de rebelião” à prisão perpétua e enviado para a ilha de Fernando de Noronha. Em agosto de 1849, apresentou recurso ao julgamento e foi absolvido em junho de 1850. O fato de ter sido inocentado se deu por o júri entender que seu envolvimento ocorrera apenas pela atuação nos jornais *Diário Novo* e *A Barca de São Pedro*, não havendo ele participado dos levantes

<sup>144</sup> ABREU E LIMA, J. I. *A Barca de São Pedro*, n.º 01, 25 de maio de 1848. Todos os números estão disponíveis para consulta no sitio do Instituto Abreu e Lima. Disponível em: <<http://www.institutoabreuelima.com.br/wp-content/uploads/2011/04/A-Barca-de-S%C3%A3o-Pedro-25-de-Maio-de-1848.pdf>> (acessado em 08/12/2012).

<sup>145</sup> QUINTAS, Amaro, op. cit., p. 115.

<sup>146</sup> ABREU E LIMA, J. I. *A Cartilha do Povo*. Pernambuco, na Typ. da Viúva Roma & Filhos. 1849.

<sup>147</sup> QUINTAS, Amaro, op. cit., p. 30.

armados. Durante os meses que ficou em Fernando de Noronha, produziu um trabalho pioneiro sobre a ecologia do local, publicado sob o título *Apontamentos sobre a Ilha de Fernando de Noronha*.<sup>148</sup> Após os acontecimentos da Praieira, afastou-se definitivamente dos movimentos armados, dedicando-se a partir de então com exclusividade à vida intelectual.

Em 1855, surgiu uma de suas obras mais famosas, *O Socialismo*,<sup>149</sup> que confirma o seu interesse pelos estudos das teorias socialistas e apresenta uma forte influência de Lamennais. Devido à sua temática, o estudo foi considerado como uma produção de vanguarda na América. Abramson afirma que a obra, “*única en su género en América Latina del siglo XIX, es, de todos sus escritos, el más importante*”. No entanto, não deixa de fazer críticas ao trabalho por considerar que o livro é “*indudablemente decepcionante por el simplismo de sus tesis y por el providencialismo beato que respira cada página*”.<sup>150</sup> Chacon, por sua parte, entende que o livro “termina como iniciou, com um discurso providencialista-moralista, apontando no socialismo, enquanto ética, a solução dos problemas sociais. Isto é, um socialismo mais militante libertário que vagamente utópico, embora pré-marxista de qualquer modo”.<sup>151</sup>

Como foi dito, depois dos infortúnios da Revolução Praieira, Abreu e Lima se afastou dos levantes e das disputas de partido, porém sem o abandono completo da atividade política no Recife. Forneceu apoio intelectual em diversas questões sobre assuntos de ordem jurídica e relativos às formas de eleição no país durante as décadas de 1860 e 1870.<sup>152</sup> Atuou por anos no campo da medicina, oferecendo consultas homeopáticas, baseadas nas ideias pioneiras do saxão Samuel Hahnemann (1755-1843), aos pobres da província.

Escreveu ainda sobre a vida civil brasileira e a liberdade religiosa no país. A pedido de missionários protestantes, Abreu e Lima distribuiu bíblias protestantes impressas em Londres, atitude que levou Monsenhor Joaquim Pinto de Campos a criticá-lo pela imprensa, com o qual se iniciou mais um debate que alimentaria a discussão sobre a separação da Igreja e do Estado. Como produto da disputa, foram publicados em 1867 *As Bíblias falsificadas ou duas respostas ao Sr. Cônego Joaquim Pinto de Campos* e em seguida *O Deus dos judeus e o Deus*

<sup>148</sup> ABREU E LIMA, J. I., “Apontamentos sobre a Ilha de Fernando de Noronha”, in *Revista do Instituto Archeológico Geográfico Pernambucano*, n° 38, [1857] 1890.

<sup>149</sup> ABREU E LIMA, J. I. *O Socialismo*. Recife: Typographia Universal, 1855.

<sup>150</sup> ABRAMSON, Pierre-Luc, op. cit., pp. 160, 164.

<sup>151</sup> CHACON, Vamireh. *Abreu e Lima: general de Bolívar*, p. 210. Sobre Abreu e Lima e o socialismo, ver SOBRINHO, Barbosa Lima, “Prefácio”, in ABREU E LIMA, J. I. *O Socialismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

<sup>152</sup> ABREU E LIMA, J. I., “Trabalho do Exmo. Sr. General José Ignacio de Abreu e Lima”, in BANDEIRA, Antonio Herculano de Souza. *Reforma Eleitoral. Eleição Direta*. Recife: Typographia Universal, 1862.



*dos cristãos*.<sup>153</sup> Essa peleja levou à proibição pela igreja de Abreu e Lima ser sepultado em solo católico. Seu corpo foi recebido pelo Cemitério dos Ingleses em 1869.<sup>154</sup>

Este foi Abreu e Lima: um personagem de biografia romanesca e um intelectual engajado na construção da nação brasileira, contribuindo e circulando com suas ideias pelos campos do romantismo e socialismo de meados do século XIX. Sua produção não passou despercebida e diversos autores renomados da literatura e da historiografia brasileiras têm destacado a qualidade de suas obras. Entre esses estudiosos encontram-se Sílvio Romero, Otávio Tarquínio de Souza, Nelson Werneck Sodré, Gilberto Freyre, Honório Rodrigues, Barbosa Lima Sobrinho e Carlos Guilherme Mota. Esses seus comentaristas consideram que a produção intelectual do pernambucano apresenta qualidade considerável e que deveria ser melhor explorada. É na intenção de contribuir para a ampliação desses estudos que nos debruçamos neste trabalho sobre o pensamento de Abreu e Lima.

### 3.3 – Andrés Bello: uma obra monumental

Andrés Bello, intelectual ligado diretamente ao menos a dois Estados americanos — Venezuela e Chile —, é considerado um dos humanistas mais destacados da América no século XIX. Venezuelano de nascimento e chileno por naturalização, nasceu em 1781, no seio de uma família da elite local de Caracas.<sup>155</sup> Seu avô materno, Juan Pedro López, foi um conhecido pintor do século XVIII. Seu pai, Bartolomé Bello, era aficionado por música, havendo sido cantor da catedral e compositor, além de advogado e funcionário da Capitanía

---

<sup>153</sup> ABREU E LIMA, J. I. *As Bíblias falsificadas ou duas respostas ao Sr. Cônego Joaquim Pinto de Campos*. Recife, typ. Comercial, 1867. ABREU E LIMA, J. I. *O Deus dos judeus e o Deus dos cristãos*. Pernambuco, na Typ. Commercial, 1867.

<sup>154</sup> Sobre o conflito, ver: FILHO, Andrade Lima; PEREIRA, Nilo. *O Bispo e o General*. Recife: Editora Universitária, 1975.

<sup>155</sup> Existe uma grande quantidade de estudos biográficos sobre Andrés Bello. Citando apenas estudiosos venezuelanos interessados em Bello, José Ramos indica que: “[e]n Venezuela esa bibliografía cuenta con nombres como los de Aristides Rojas, Luis Correa, Edoardo Crema, Fernando Paz Castillo, Mario Briceño-Iragorry, Mariano Picón Salas, Angel Rosenblat, Pedro Pablo Barnola, Arturo Uslar Pietri, Rafael Caldera, Pedro Grases, Oscar Sambrano Urdaneta, entre otros”. RAMOS, José (org.), “Andrés Bello: anotaciones para una poética del paraíso perdido”, in BELLO, Andrés. *Antología Esencial*. Caracas: Biblioteca Ayacucho, 2011, p. VII. Para a comemoração do bicentenário de nascimento de Bello, uma equipe internacional produziu um relevante material sobre o venezuelano. Durante quatro anos, reunidos em congressos anuais, estes pesquisadores produziram uma coleção organizada em: *Bello y Caracas* (1979); *Bello y Londres* (1980-81), 2 tomos; *Bello y Chile* (1981), 2 tomos, e *Bello y América Latina* (1982), publicados pela Fundación La Casa de Bello.

General de Venezuela. Sua mãe, Ana Antonia López, a despeito de não haver ocupado cargos ou escrito obras, esteve muito presente na vida do filho, mesmo com a distância física.<sup>156</sup>

Bello residiu em Caracas até 1810, cidade onde, desde 1802, exercia certa influência intelectual e política. Logo no início do processo de independência, partiu para Londres junto a Simón Bolívar e Luis López Méndez em busca de apoio inglês à revolução americana. Permaneceu na capital inglesa até 1829, onde deu continuidade à sua vasta formação intelectual.

Após 19 anos na Inglaterra, dirigiu-se em 1829 ao Chile, onde viveu até o ano de sua morte, em 1865. Ocupou posições importantes no governo desse país e impulsionou o desenvolvimento das instituições educacionais. Além de pensar a Universidade do Chile em 1842, marcou presença em diversos campos do saber, como a literatura, gramática, direito, linguística, ciências naturais e história. Influenciou a historiografia local ao institucionalizar a História como um campo universitário, caracterizado pelo liberalismo como ideologia e pelo positivismo como método. Marcados pela formação oferecida pela instituição, daí saíram relevantes historiadores chilenos, antes citados, como Benjamín Vicuña Mackenna, Diego Barros Arana e Miguel Luis Amunátegui.

Bello está ligado fortemente ao estudo das línguas, em especial o espanhol. Debateu a questão linguística relacionada à identidade americana e ao uso padronizado, temas sobre os quais editou trabalhos como *Gramática de la lengua castellana destinada al uso de los americanos*, de 1847. Produziu igualmente importantes obras jurídicas, como, em 1832, *Principios de derecho de jentes* e o *Código Civil*, adotado em 1857. Há ainda outra grande preocupação de Bello, a educação, exposta no *Discurso de inauguración de D. Andrés Bello, rector, Santiago de Chile*, pronunciado em 1842. Na área da literatura, encontramos o *Compendio de la historia de la literatura* e *Opúsculos literarios y críticos, publicados en diversos periódicos desde el año 1834 hasta 1849*, lançados em 1850.

Dos três personagens escolhidos neste trabalho, Bello constitui aquele que dispõe da maior produção intelectual o de maior presença continental, como também o mais estudado. Desde o século XIX, na América e na Europa, porém principalmente na Venezuela e no Chile, apareceram diversos trabalhos sobre sua biografia e sua produção acadêmica. Recebeu reconhecimento como intelectual ainda em vida, sobretudo em sua etapa chilena. Depois de

---

<sup>156</sup> Para acompanhar a biografia de Bello, indicamos AMUNÁTEGUI, Miguel Luis. *Vida de don Andrés Bello*. Santiago de Chile: Impreso por Pedro G. Ramirez, 1882. CALDERA, Rafael. Andrés Bello. Caracas: Editorial Dimensiones, [1935] 1981. JAKSIC. Iván A. *Andrés Bello: La pasión por el orden*. Santiago de Chile: Universitaria, 2010.

sua morte, sua biografia e obra entraram como assunto central para a história das ideias no continente. Na série dos principais elementos de reconhecimento de sua contribuição, encontra-se a biografia *Vida de Don Andrés Bello*, surgida em 1882 das mãos do historiador Miguel Luis Amunátegui.<sup>157</sup> Um ano antes, também no Chile, começara a publicação das *Obras Completas de don Andrés Bello*, cujos 15 volumes terminaram de ser editados em 1893.<sup>158</sup>

### 3.3.1 – De estudante em Caracas a representante patriota na Grã Bretanha

Andrés Bello viveu por 29 anos em Caracas, onde iniciou seus estudos até completar a formação de bacharel. Esse foi o local onde começaram, ainda, sua vida profissional e seu envolvimento com a política, embora se dedicasse menos a essa última do que àquela. Os anos de Caracas são considerados anos de formação, de uma vida tranquila e de saudosas recordações. Durante o tempo que permaneceu no exílio, não deixou de manifestar o afeto por sua terra natal, sobretudo em cartas e poemas que o acompanharam até seus derradeiros dias no Chile.

A inteligência de Bello foi ressaltada por seus contemporâneos e biógrafos, que enfatizaram o surgimento precoce desse traço de sua personalidade já em sua infância. Em Caracas, frequentou por anos a biblioteca do convento de *La Merced*, onde aprendeu gramática, latim e literatura, reservando atenção aos clássicos latinos, especialmente Horácio e Virgílio. Na instituição eclesiástica, seguiu seus estudos até 1796, quando deixou o convento, após a morte de seu educador, frei Cristóbal de Quesada. Na ocasião do falecimento do frade, dedicava-se ao estudo do Latim, preparando em colaboração com o religioso a tradução do livro V da *Eneida*.

No ano seguinte, iniciou sua formação superior na *Real y Pontificia Universidad de Caracas*, em plena época de transição dos conteúdos educacionais. Apesar da reforma pedagógica empreendida por Carlos III nas universidades americanas, com uma renovação

---

<sup>157</sup>AMUNÁTEGUI, Miguel Luis, op. cit. Em 1854, Amunátegui, em parceria com seu irmão, havia publicado um primeiro esboço sobre a biografia de Bello.

<sup>158</sup>BELLO, Andrés. *Obras completas de don Andrés Bello*. Santiago de Chile, 1881-1893 (15 volumes). BELLO, Andrés. *Obras completas*. Segunda edição. Santiago: Universidad de Chile, 1930-1935 (9 tomos, inacabada). Na Venezuela foram publicadas: BELLO, Andrés. *Obras completas*. Caracas: Ministério da Educação, 1951-1981 (24 volumes). BELLO, Andrés. *Obras completas*. Fundación La Casa de Bello. Caracas, 1981-1984 (26 volumes). Para acompanhar uma produção detalhada sobre a vida e obra de Bello ver o prólogo de Iván Jaksic: JAKSIC, Iván A., op. cit.

antiescolástica,<sup>159</sup> a força da herança de tantos anos seguira presente. Na época de Bello, essa ação modernizante fora, ainda, mais lenta e pouco eficaz no avanço de uma nova literatura e de disciplinas de ciências. A *Universidad de Caracas* manteve o ensino de influência clássica, com a presença notável de disciplinas como a Filosofia, a Teologia e o Direito, sem deixar de acompanhar o movimento de modernização. Além de matérias de áreas das humanidades, Bello estudou Lógica, Aritmética, Álgebra e Geometria, como disciplinas preparatórias para as aulas de Física Experimental, campo no qual se destacou e em que recebeu dois prêmios.<sup>160</sup> Ganhou também destaque em outras áreas. Obteve, assim, o prêmio de tradução latina, no curso de Retórica em 1796, e o prêmio de Ortografia em um concurso público em 1797. No ano seguinte, resultou vencedor ao prêmio de Filosofia Natural.<sup>161</sup>

Concomitantemente dedicou-se aos estudos de línguas, iniciados pelo francês e, a seguir, pelo inglês. Fez a leitura no idioma original de obras de autores eminentes como Descartes, Leibniz, Berkeley, Locke e Condillac. Em relação aos dois últimos autores, Bello abordou mais de perto suas obras. Em concreto, traduziu *An Essay Concerning Human Understanding*, de John Locke, e defendeu em 1800 a tese *Sólo el análisis tiene eficacia para producir ideas claras y exactas*,<sup>162</sup> baseada nas ideias de Condillac.

Foi durante os anos de estudo na universidade que entrou em contato com a prática pedagógica. Nesse tempo, trabalhou ministrando aulas particulares. Um dos seus alunos, Simón Bolívar, dois anos mais jovem que Bello, recebeu aulas de Literatura e Geografia entre 1797 e 1799, quando o futuro Libertador se trasladou à Europa com o fim de completar seus estudos. Muitos anos mais tarde, em 1829, no início da construção dos novos Estados, Bolívar lembrava Bello em carta: “*Yo conozco la superioridad de este caraqueño contemporáneo mío: fue mi maestro cuando teníamos la misma edad; y yo le amaba con respeto*”.<sup>163</sup>

Em 1800, Bello graduou-se como bacharel em Artes, conquistando certo prestígio entre colegas e professores. Após formar-se, matriculou-se no curso de Direito, que posteriormente abandonou para ingressar nos estudos em Medicina. Porém, não houve como prosseguir com esse último curso, a cuja conclusão precisou renunciar. Entretanto, o fato mais significativo para Bello nessa época remete para o contato direto com a produção de conhecimento, onde as novas ciências formavam o corpo teórico-metodológico que entravam

<sup>159</sup> Sobre a escolástica, ver capítulo II.

<sup>160</sup> APONTE, Isaías García. *Andrés Bello. Contribución al estudio de la historia de las ideas en América*. Panamá: Universidad de Panamá, 1964, p. 34.

<sup>161</sup> JAKSIC, Iván, op. cit., p. 39.

<sup>162</sup> O título original em latim é *Vim habet sola analysis claras exactasque ideas gignendi*.

<sup>163</sup> BOLÍVAR, Simón, “Carta de Bolívar a Fernández Madri, Quito, em 27 de abril de 1829”, in *Cartas del Libertador*, tomo VII, Venezuela, 1969, pp. 127-128.

em vigor. O naturalista Alexander Humboldt esteve em Caracas entre novembro de 1799 e fevereiro de 1800, fato que deu a Bello a oportunidade de participar de expedições que o marcariam como intelectual.<sup>164</sup>

A primeira década daquele século imprimiu, ainda, na produção literária de Bello, um traço neoclássico perceptível em sua obra poética. De 1800 a 1810 escreveu uma série de poemas, da qual apenas alguns viriam a ser publicados. Entre eles encontramos *El Anauco* (1800), *Mis deseos* (1800 ou antes), *A la vacuna* (1804), *Venezuela consolada* (1805), *A la muerte de I.S.O. Francisco Ibarra*, *Arzobispo de Caracas* (1806), *Égloga* (1806-1808), *A una artista* (1806-1808), *A la victoria de Bailén* (1808) e *A la nave* (1808).<sup>165</sup>

A solidez da formação de Bello, reconhecida durante seus anos de estudante, refletiu-se em sua vida profissional e rendeu-lhe um posto de funcionário do governo entre 1802 e 1810. Ingressou na administração local como Oficial Segundo na Capitania General da Venezuela, mas logo foi promovido a Oficial Primeiro. Em 1807, avesso às reformas borbônicas de meados do século XVIII em não escolher *criollos* para cargos públicos importantes, Bello foi nomeado Comissário de Guerra, devido ao sucesso de seu trabalho.

Segundo Jaksic, Bello foi um “funcionário burocrático perfeito”, já que fazia o que lhe era pedido sem misturar suas opiniões políticas pessoais com a execução dos labores administrativos. Dito posicionamento pode ser observado no comportamento de Bello perante as manifestações dos primeiros anseios independentistas. Em 1806, em torno do ideal de independência, sob o comando de Francisco de Miranda, tiveram lugar duas tentativas fracassadas, em março e agosto, de ocupar a Venezuela. Na ocasião, Bello, na condição de funcionário do império espanhol, foi responsável por traduzir documentos e cartas sobre o movimento rebelde. Mesmo a favor da coroa, executou o serviço que lhe correspondera sem emitir suas considerações — que provavelmente fossem muitas — sobre a tentativa de Miranda, nem sobre seu significado caso houvesse alcançado sucesso.<sup>166</sup>

Ainda incumbido de afazeres administrativos, exerceu atividades cuja prática podia envolver administração e ciência. Na condição de Secretario Político da *Junta de Vacuna*, coordenou uma ação pública, derivada de uma campanha de vacinação iniciada em 1804, por

<sup>164</sup> Em uma expedição ao monte Ávila, ao norte de Caracas, Bello, que era integrante da exploração, não conseguiu finalizar a escalada. Talvez por isso Humboldt tenha sugerido aos pais que o jovem estudasse menos e cuidasse mais da saúde.

<sup>165</sup> Segundo Jaksic, Bello escreveu e traduziu cerca de 70 poemas, 10 deles produzidos na Venezuela. JAKSIC, Iván A., op. cit., p. 53. Em Caracas, faziam parte da vida cultural das elites encontros promovidos por anfitriões entre seus pares. Bello participou dos salões na casa dos Uztáriz e de Bolívar após seu regresso da Europa, onde o primeiro dos três provavelmente proclamava seus escritos neoclássicos.

<sup>166</sup> JAKSIC, Iván A., op. cit., p. 43.

meio de uma missão científica nomeada pelo rei Carlos IV. A imunização da população contra varíola teve forte impacto social e político, ressoando como positivo para o governo e para Bello. O avanço anual da campanha resultou considerável. O número de pessoas vacinadas aumentou de 25.000, no primeiro ano, para 104.700, em 1808. Bello, no final do ano seguinte, foi nomeado *Oficial Mayor* da Capitania Geral da Venezuela.

Diferentemente do que aconteceu em importantes centros administrativos e comerciais, como o México ou Lima, à Capitania Geral da Venezuela a imprensa chegou apenas no início do século XIX. Em 24 de outubro de 1808 circulou o primeiro número do jornal *La Gaceta de Caracas*, considerado o primeiro periódico impresso nesse território. Nele, correspondeu a Bello o papel de redator desde o primeiro número até sua partida para a Inglaterra.<sup>167</sup> De acordo com Jaksic, durante os dezoito meses que esteve à frente da redação do jornal, o posicionamento da publicação era antinapoleônico e leal ao reinado de Fernando VII.<sup>168</sup>

A situação se modificou com o avanço e ampliação das lutas que se iniciaram na península ibérica e que se estenderam à América. Entre 1810 e 1812, a Venezuela alcançou um lugar central de difusão das ideias de independência. Surgiram diversos periódicos, com o objetivo de informar sobre os acontecimentos peninsulares, como *El Semanario de Caracas*, publicado entre 1810 e 1811, ou o *Patriota de Venezuela*, promovido pela *Sociedad Patriótica* e um dos primeiros periódicos patrióticos.<sup>169</sup> Concretizou-se também a ideia de lançar uma revista mais voltada para o interesse científico e cultural, com campos para ciências naturais, literatura, teatro, história e geografia da Venezuela. Podemos recordar também o projeto da revista *El Lucero*, organizada por Bello e Francisco Iznardi, que, no entanto, não avançou além do prospecto. Na biografia daquele, aparece também como sob sua responsabilidade a publicação do primeiro livro impresso no país, *Calendario manual y guía universal de forasteros en Venezuela para el año de 1810*, em suas 64 páginas constava um *Resumen de la historia de Venezuela*.

A sorte de Bello enveredou a partir de então por um caminho que causaria forte impacto em sua vida e que o levaria a assumir responsabilidades políticas no exterior. Em 15 de julho de 1808, com a chegada oficial das notícias sobre os avanços das tropas de Napoleão e a renúncia de Carlos IV, que deu lugar a José Bonaparte, foi convocada uma assembleia em

<sup>167</sup> As primeiras informações sobre os acontecimentos na península ibérica chegaram a Caracas em julho de 1808, com dois exemplares do *Times* de Londres enviados ao capitão geral Juan de Casas, que os passou para Bello traduzir.

<sup>168</sup> JAKSIC, Iván A., op. cit., p. 49.

<sup>169</sup> APONTE, Isaias, op. cit., pp. 40-41.

que Bello participou como secretário. Inicialmente, os americanos de Caracas, organizados em Juntas assim como na península, permaneceram partidários a favor dos direitos políticos de Fernando VII e contra a ocupação francesa. No entanto, esse posicionamento mudou progressivamente de direção, em uma paulatina aparição dos anseios independentistas.<sup>170</sup> Conforme já foi mencionado anteriormente, em 10 de junho e em prol dos interesses de Fernando VII, Bello partiu com Simón Bolívar e Luis López Méndez em busca de apoio da Inglaterra. Os três formaram a representação da Junta de Caracas frente ao governo inglês. Inicialmente se hospedaram na casa de Francisco de Miranda, a quem Bello teria grande consideração por toda sua vida.<sup>171</sup>

### 3.3.2 – O exílio na Grã Bretanha: diplomacia, estudos e subsistência

A maior parte de sua vida, Bello permaneceu distante de seu lugar de nascimento, onde residiu apenas os primeiros 30 anos. A pecha de exilado, que o acompanhou na Inglaterra e no Chile e se fez presente em sua obra poética, levou Arturo Usler-Pietri (1906-2001) a oferecer uma leitura na qual adjetivava o nome do caraquenho de *Andrés Bello, El desterrado*.<sup>172</sup>

Os 19 anos vividos na Grã Bretanha resultaram essenciais para sua formação intelectual por ter colocado Bello em contato com intelectuais da Europa e de outras regiões da América.<sup>173</sup> Nos inícios da estadia na Inglaterra, hospedados por Francisco Miranda, o trio acima mencionado — Bello, Bolívar e López Méndez — travou contatos com diversos intelectuais e políticos. A casa de Miranda havia se tornado uma espécie de quartel general de patriotas, inclusive após ele ter-se dirigido a Caracas em 1810. Foi lá que Bello conheceu o militar argentino José de San Martín, particpe da maçonaria inglesa, e onde contribuiu para a formação da loja maçônica *Caballeros Racionales*, de que tomou parte. Aproveitou também para desfrutar das possibilidades que lhe oferecia a bem conceituada biblioteca de Miranda.

<sup>170</sup> Bello era contra o rompimento com o Império Espanhol, deixando de ser favorável à manutenção da integridade no início da década de 1820. Nesta época, era também favorável a uma monarquia constitucional como forma de governo para os novos Estados americanos.

<sup>171</sup> Bello conheceu Miranda em 1810 em Londres e foi um defensor de seu comprometimento com a independência. Um dos motivos do distanciamento entre Bello e Bolívar foram as opiniões divergentes sobre Miranda.

<sup>172</sup> USLAR-PIETRI, Arturo, “Andrés Bello, El desterrado”, in ZEA, Leopoldo (comp.). *Ideas en torno de Latinoamérica*. Volume II, México: Universidad Nacional Autónoma de México, 1986, pp. 890-900.

<sup>173</sup> ZUBIRÍA, Ramón, “Presencia y vigencia de don Andrés Bello”, in *Thesaurus*. Tomo XXXVII n°. 1 (Janeiro-abril), 1982.

Apesar dos ganhos intelectuais conseguidos nos primeiros anos em que representou a Junta Patriótica na Europa, a época de Londres é considerada pela historiografia como um tempo de dias difíceis. As privações financeiras iniciaram-se ainda em 1810 e tornaram-se mais severas com o retrocesso sofrido pelos patriotas e com o avanço realista em 1812. A perda de poder fez os emissários patriotas não mais serem reconhecidos em Londres como representantes de um Estado em formação. Em 1813, frente ao fracasso da Primeira República estabelecida em Caracas, Bello solicitou às autoridades espanholas que o incluíssem dentro da anistia geral, pensando em regressar para a Venezuela ou em trasladar-se para outra região da América espanhola.

A situação financeira de Bello, que não era confortável, se agravou após o casamento em 1814 com a inglesa Mary Ann Boyland (1794-1821). As dificuldades tornaram-se mais agudas com o nascimento dos filhos, o primeiro deles ocorrido em 1815.<sup>174</sup> Em agosto desse mesmo ano, por causa das restrições econômicas que vinha sofrendo em Londres, dirigiu-se ao governo de Cundinamarca com um pedido de ajuda para viajar à Bogotá. No entanto, a carta não chegou ao destino. Antes de receber alguma resposta, Bello buscou apoio nas *Provincias Unidas del Río de la Plata*, solicitando que fosse mantida uma ajuda financeira que lhe havia sido concedida em 1814, em consideração ao trabalho prestado àquele Estado em Londres. Requisitou também permissão para viajar a Buenos Aires, pedido esse que foi rapidamente contemplado pelo governo do *Río de la Plata*.

Após recorrer a seus contatos, conseguiu uma ajuda monetária do governo britânico. Porém, Bello sabia que era passageira e que precisava obter formas de sustentar a família. Na ausência de um emprego que lhe remunerasse o suficiente, trabalhou auxiliando trabalhos intelectuais, como aconteceu em 1815 e 1816, quando ajudou seu compatriota Manuel Palacio Fajardo a organizar um livro sobre os acontecimentos da independência, publicado em Londres sob o título *Outline of the Revolution in Spanish America*, no ano de 1817. Ofereceu seus serviços também ao neogranadino José María del Real, em seus assuntos de representação de Nova Gramada. Nesse ano conseguiu, via José María Fagoaga, um mexicano exilado na Inglaterra, o encargo da *British and Foreign Bible Society*, que havia solicitado uma revisão de uma tradução para o espanhol da Bíblia.<sup>175</sup>

<sup>174</sup> A vida particular de Bello, no tocante à família, foi marcada pela tristeza de diversas perdas. Sua primeira esposa, Mary Ann, com quem teve três filhos, faleceu jovem, em 1821. Seus filhos foram Carlos Eusebio Florencio (Londres, 1815- Santiago, 1854), Francisco José Manuel (Londres, 1817 – Santiago, 1845) e Juan Pablo Antonio (1820, Londres – 1821, Londres). Ver: JAKSIC, István, op. cit., p. 291.

<sup>175</sup> Sobre os exilados hispano-americanos em Londres ver: MARTINEZ, Manuel Ortuño, “Hispanoamericanos em Londres a comienzos del siglo XIX”, in *Espacio, Tiempo Y Forma*, Serie V, Historia Contemporánea, 1999,



Ministrar aulas foi outra das soluções que Bello encontrou para enfrentar os percalços financeiros. Em outubro de 1816, por intervenção de seu amigo espanhol-irlandês Juan María Blanco White, frequentador do círculo liberal londrino, recebeu o pagamento por haver sido preceptor dos filhos de William Richard Hamilton, que ocupava o cargo de *Indian Secretary of State*. Em função do pagamento, Bello melhorou provisoriamente sua condição na Inglaterra, enquanto buscava regressar a terras americanas. Perante a precariedade da situação, Bello apresentou ao governo britânico, e seu pedido foi logo atendido, uma requisição solicitando apoio para manter-se na Inglaterra.

Mesmo com dificuldades financeiras, Bello manteve a disciplina dos estudos e procurou aproveitar o que o país lhe oferecia. Em 1816 começou a frequentar a Biblioteca do Museu Britânico, onde iniciou diversas pesquisas, como o estudo sobre o *Cantar del Mio Cid*, que começou em 1817 e que viria a resultar o mais destacado dentro da sua produção filológica. Nessa biblioteca conheceu o filósofo James Mill, famoso na época. Através dele, teve acesso aos escritos de Jeremy Bentham e conheceu, ainda criança, John Stuart Mill. James Mill encarregou Bello de decifrar os manuscritos de Jeremy Bentham, os quais eram quase ininteligíveis.

Foi durante os anos que frequentou o Museu Britânico que Bello estudou com profundidade a evolução das línguas românicas e a história da língua castelhana. De acordo com Jaksic, os estudos de Bello nesse tempo formaram a base de sua produção em filologia, literatura e gramática, como também em direito civil, história e filosofia. Seus escritos da época de pesquisas na biblioteca do museu se publicaram, em sua maioria, postumamente.

As primeiras obras da juventude de Bello foram concebidas antes das revoluções do início do século XIX, baseadas no pensamento inglês e francês do século XVIII. Entretanto, Bello se manteria atualizado quanto às mudanças ideológicas e paradigmáticas que vieram com o século XIX. Levando em conta essa formação, Aponte afirma que Bello pode ser considerado como a “última síntese importante do pensamento” entre as luzes do fim das colônias e a ascensão do pensamento burguês do começo das nações. O classicismo dos primeiros escritos de Bello não se estagnou ao ir sendo misturado, pouco a pouco, com novas leituras.<sup>176</sup>

A educação, como já se viu, fez parte do elenco dos temas de interesse de Bello. Em setembro de 1820, escreveu uma carta em resposta a Antonio José de Irisarri, encarregado da

---

pp. 45-72. Disponível em: <<http://e-spacio.uned.es/fez/eserv.php?pid=bibliuned:ETFSerie5-89422461-1D7E-AA9B-4F8D-5F44A5ABCDD0&dsID=Documento.pdf>> (acessado em 08/01/2013).

<sup>176</sup> APONTE, Isafías García, op. cit., p. 28.

delegação chilena em 1820 e que logo se transformaria em amigo pessoal, indagando sobre a possibilidade de aplicar o método Bell ou Lancaster, com os quais concordava, mas com críticas, para difundir a educação no Chile.<sup>177</sup> A carta de Bello trazia ao amigo as seguintes colocações:

Por el método indicado, en cada ciudad pueden establecer dos o tres escuelas con una capacidad de 150 a 200 alumnos, y en el supuesto que la enseñanza durase un año, tendremos que dos escuelas pueden dar 300 o 400 niños que sepan leer, escribir y contar; tres establecimientos de esta naturaleza con una dotación de 150 muchachos, darían 450, lo que en cinco años significaría 2.250. [...] Para no dar demasiada extensión a esta carta, citaré el principal y del cual se desprenden todos los demás: los *monitores*, como se llama a los estudiantes más preparados y encargados de enseñar a sus condiscípulos, no están ni pueden estar preparados para instruirlos; lo que saben, fuera de saber leer, escribir y contar, lo entienden mal o lo comprenden muy deficientemente. La enseñanza en este caso queda confiada a la memoria de los mismos *monitores* que repiten imperfectamente lo que han oído, con lo cual, lejos de avanzar hacia el desarrollo del espíritu de crítica de los jóvenes, este sistema, procedimiento o plan, lo dificulta por todo extremo.<sup>178</sup>

O contato entre os dois repercutiu também no âmbito profissional. Em março de 1821, Bello solicitava a Irisarri um emprego junto à *Legación* do Chile na capital inglesa. A solicitação obteve uma resposta positiva e em junho de 1822, pouco depois da morte da esposa, foi nomeado Secretario Interino da Legação do Chile no Reino Unido, até que fosse aprovada sua nomeação definitiva em Santiago. Ambos ficaram nos cargos até abril de 1824, quando Bello foi substituído por Miguel de la Barca, e Irisarri, por Mariano Egaña.

A aproximação com Antonio José de Irisarri propiciou também uma colaboração na revista *El Censor Americano*, que, em matéria de política, trazia uma perspectiva monárquica constitucional, acorde com o posicionamento de Bello. Na década de 1820, a discussão em relação à forma de governo para os novos países sul-americanos andava em franco debate, estendendo-se até 1830. À época, Bello era favorável à monarquia como forma de governo para a América. Sua aproximação ao sistema republicano se iniciaria por meados da década de 30. Em carta a Blanco White, datada de 25 de abril de 1820, Bello comentava claramente sua opinião sobre a questão:

<sup>177</sup> Ver: SANTOS, Eduardo; WEINBERG, Gregório (orgs). *Andrés Bello*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2010.

<sup>178</sup> Carta de Bello a Irisarri em 11 de setembro de 1820, in *Obras Completas de Andrés Bello*. Tomo XXII [Temas educacionales 2], Caracas: Fundación Casa de Bello, 1982, pp. 613-615.

Se trata de saber si suponiendo que uno de aquellos gobiernos tratase de establecer una monarquía (no como la de la Constitución española de 1812, sino una monarquía verdadera aunque no absoluta), y si pudiese a las Cortes de Europa un príncipe de cualquiera de las familias reinantes, sin excluir la de Borbón, se recibiría favorablemente esta proposición en las actuales circunstancias. A mí me parece que ninguna concilia mejor el interés de los americanos (que U. sabe muy bien no son para republicanos) con los principios antidemocráticos de la Santa Alianza con el interés de las naciones comerciantes e industriales de Europa, que le tienen muy grande en la paz, sino la independencia de América: y con el interés de la misma España.<sup>179</sup>

Essa opinião em parte se devia às guerras civis e disputas políticas na América pós-independência, que agudizou a percepção de uma fragilidade política para a implementação de um sistema como a República, ao considerar-se a monarquia como uma forma de organização mais adequada à estabilidade em países tão novos, carentes de populações instruídas e com poucas virtudes cívicas. De fato, nem todas as regiões estavam libertas do domínio espanhol, nem o destino do continente estava decidido.

Na década de 1820 a situação começava a se alterar, tornando-se mais favorável aos americanos. Entre os motivos da reviravolta temos as cortes liberais estabelecidas na Espanha naquele ano, o que fez os hispano-americanos ganharem força e o rei Fernando VII governar sob a Constituição de 1812. Houve também o reconhecimento pelos Estados Unidos da independência da América hispânica, que se reforçaria com o avanço dos patriotas sobre as tropas realistas, que chegaram a 1824 com praticamente todo o continente liberto do governo espanhol. Esses acontecimentos levaram os patriotas americanos a reconfigurar seu lugar de atuação em Londres. Além dos progressos políticos na Inglaterra, deu-se também um avanço cultural, que visava a difundir uma imagem positiva do continente pela Europa. A esse respeito, Bello esteve envolvido diretamente com diversos projetos, tanto na parte política quanto na cultural.

Em Londres, Bello fundou duas grandes revistas: *Biblioteca Americana o Miscelánea de Literatura, Artes y Ciencias* e *El Repertorio Americano*. A primeira delas, de 1823, apoiada por *Una Sociedad de Americanos*, foi produzida em companhia de Juan García del Río, Luis López Méndez, Pedro Creutzer e Agustín Gutiérrez Moreno, entre outros. Na apresentação da revista, dedicada *Al Pueblo Americano* no primeiro tomo e *Al Gobierno de*

---

<sup>179</sup> BELLO, Andrés. *Obras Completas de Andrés Bello*. Tomo XXV [Epistolario – 1], Caracas: Fundación Casa de Bello, 1984, pp. 93-94. Ver também: JAKSIC, Iván A. op. cit., p. 79.

*Colombia* no segundo,<sup>180</sup> em texto assinado por G. R., os objetivos do periódico são explicitados da seguinte maneira:

Nosotros, deseosos de cooperar a que se remueva de América la ignorancia, que es causa de toda esclavitud, i fuente perenne de degradacion i de miseria; anelando presentar a aquel pueblo las riquezas intelectuales de los pasados siglos para que él mismo prepare las del siglo futuro, nos hemos animado a emprender la redaccion de un periódico, titulado la *Biblioteca Americana*.<sup>181</sup>

Na edição fac-símile da revista, editada em 1972, Rafael Caldera considerava que a publicação constituiu a “primeira e mais ambiciosa obra cultural ‘ eminentemente americana ’ empreendida hasta entonces desde Europa”. Os responsáveis principais foram o colombiano Juan García del Río, que estava em Londres desde 1822 como representante de San Martín, e Bello.<sup>182</sup> García del Río contribuiu com artigos relacionados a temas históricos e jurídicos, enquanto Bello oferecia poesias, artigos de história, crítica literária, filologia e ciência moderna.<sup>183</sup>

A segunda publicação citada, *El Repertorio Americano*, apareceu em julho de 1826 e alcançariam a ser lançados quatro volumes. Em 1827 foi publicado o segundo número do periódico, que se estendeu até agosto. Os escritos presentes nessa revista giravam em torno de temas como geografia, fauna, flora, questões políticas, gramática, literatura e poesia, e estavam destinados a divulgar as características do continente americano, contribuindo para a formação das novas nações.<sup>184</sup> No último número apareceu uma tradução de Bello para o poema *La Luz*, de Jacques Delille.

Ambos os periódicos mencionados contribuiriam para a difusão das ideias independentistas no continente e no exterior, e para a formação ideológica dos movimentos americanos. Arturo Fontaine Aldunate analisa a contribuição dos periódicos, afirmando que “[e]stas publicaciones servirían de contacto entre los escritos venidos de América,

<sup>180</sup> A revista apresenta-se como dedicada aos americanos, “colombiano, al arjentino, al peruano, al chileno, al mejicano”, afirmando que não há predileção de nenhum povo em suas páginas. O Brasil não aparece. BELLO, Andrés. CALDERA, Rafael (org.). *Biblioteca Americana o Miscelánea de Literatura, Artes y Ciencias*. Caracas: Edición de la Presidencia de la República, 1972, p. V.

<sup>181</sup> Ibidem.

<sup>182</sup> Bello publicou sobre temas dos mais diversos. Para ter uma ideia de tal variedade, temos alguns títulos assinados por ele: *Magnetismo terrestre*, *Palmas americanas*, *Cordillera de Himalaya*, *Sobre la diferencia genérica entre las varicelas y las viruelas*, *Cultivo y beneficio del cáñamo*, e *Alocución a la poesia*.

<sup>183</sup> CALDERA, Rafael (org.), op. cit.

<sup>184</sup> Em relação à produção historiográfica, Bello se mantinha em contato com a América. Em setembro de 1826, escreveu a José Manuel Restrepo informando-o sobre os efeitos da primeira edição da *Historia de la Revolución de Colombia* nos meios intelectuais em Londres.

*permitirían a Bello editar algunas de sus obras y abrirían el naciente pensamiento emancipador iberoamericano a las ideas de la ilustración inglesa*”.<sup>185</sup>

As questões tocantes à independência e o crescimento intelectual não eram as únicas ocupações de Bello. Em fevereiro de 1824 casou-se pela segunda vez, com Elizabeth Dunn (1804-1873), com a qual teria treze filhos.<sup>186</sup> Em fevereiro de 1825, quando Bello, com a família ampliada, passava por mais uma crise financeira, chegou a notícia de sua nomeação como representante do governo gran-colombiano na capital inglesa. Assim que chegou o documento, tomou posse como Secretário da Legação da Colômbia em Londres, nomeado pelo General Francisco de Paula Santander, então vice-presidente da república.

O ano de 1826 resultou importante para a organização dos novos Estados, como a realização do Congresso do Panamá com representantes plenipotenciários da América Central, Colômbia, Peru e México. Estiveram ausentes a Argentina e o Chile, mas contou-se com observadores enviados pela Inglaterra e a Holanda. O delegado dos Estados Unidos chegou após o termino do encontro, que fracassou na tentativa de estabelecer uma unidade entre as nações hispano-americanas.

Simón Bolívar, que havia alcançado vitórias decisivas, como a de Ayacucho (1824), voltou a Bogotá em 1827 para reassumir a presidência e dar prosseguimento a seus projetos. Bolívar regressou após sua ingerência nos assuntos políticos peruanos e bolivianos ter sido rejeitada localmente. No retorno à capital grã-colombiana, tentando evitar a ruptura da Venezuela com o governo central de Bogotá, passou o primeiro semestre de 1827 em Caracas antes de assumir a presidência, de fato, em julho.

Na Inglaterra, a situação de Bello continuava vulnerável. Frente às dificuldades financeiras, escreveu ao “amado Libertador” em carta datada de 21 de dezembro de 1826, requisitando ajuda:

Mi destino presente no me proporciona, sino lo muy preciso para mis subsistencia y la de mi familia, que es algo ya crecida. Carezco de los medios necesarios, aun para dar una educación decente a mis hijos; mí constitución, por otra parte, se debilita; me lleno de arrugas y canas; y veo

<sup>185</sup> ALDUNATE, Arturo Fontaine, “Andrés Bello, Formador de opinión pública”, in *Estudios Públicos*, n.º 8, 1982, p. 25.

<sup>186</sup> Os filhos deste casamento foram: Juan Enrique Teodoro (Londres, 1825-Nova Iorque, 1860), Andrés Ricardo (Londres, 1826-Santiago, 1869), Ana Margarita Vicenta (Londres, 1827-Santiago, 1851), José Miguel Bello (Londres, 1828-Santiago, 1830); os próximos filhos nascem e morrem em Santiago: Luisa Isabel (1831-1862); María Ascensión del Rosario (1832-1852); Dolores Isabel (1834-1843); Manuel José Anselmo (1835-1875); Josefina Victoria (1836-1911); Eduardo Benjamín (1838-1875); Emilio Felipe María (1845-1875); Francisco José Luis (1846-1887). Dois dos filhos do casal morreram ao nascer. Ver: JAKSIC, Iván A., op. cit., pp. 291-292.

delante de mí, no digo la pobreza, que ni a mí, ni a mi familia espantaría, pues ya estamos hechos a tolerarla, sino la mendicidad.

Dígnese Vuestra Excelencia interponer su poderoso influjo a favor de un honrado y fiel servidor de la causa de América, para que se me conceda algo de más importancia en mi carrera actual. Soy el decano de todos los secretarios de legación en Londres, y aunque no el más inútil, el que de todos ellos es tratado con menos consideración por su propio jefe.<sup>187</sup>

Na carta, Bello, além de descrever sua situação, explicava ter havido um retrocesso de sua posição, ocasionado pela chegada de um novo representante. Pouco tempo depois de Bello ter sido nomeado interinamente como Encarregado de Negócios da Legação da Colômbia, José Fernández Madrid, poeta e político neogranadino, era nomeado definitivamente ao cargo que Bello ocupava. Embora o caraquenho tivesse sido prejudicado pela nomeação de José Fernández Madrid, logo floresceu entre eles uma admiração mútua por causa do interesse comum pelas letras.

Apesar das reclamações de Bello, Bolívar não respondeu positivamente. Em carta de 16 de junho de 1827, escrevia ao seu “querido amigo”:

He tenido el gusto de recibir las cartas de Ud. del 21 de abril; y a la verdad siento infinito la situación en que Ud. se halla colocado con respecto a su destino y renta. Yo no estoy encargado de las relaciones exteriores, pues que el general Santander es el que ejerce el poder ejecutivo. Desde luego, yo le recomendaría el reclamo de Ud.; pero mi influjo para con él es muy débil, y nada obtendría. Sin embargo, le he dicho a Revenga que escriba al secretario del exterior, interesándolo en favor de Ud.<sup>188</sup>

Algum tempo mais tarde, em setembro de 1828, Bolívar, que havia retornado à presidência e suspenso a Constituição exercendo a ditadura, designaria Bello como Cônsul Geral em Paris e Ministro Plenipotenciário na Corte de Portugal. Entretanto, seu antigo preceptor não aceitou os cargos, pois intencionava regressar à América, como assim o fez em poucos meses.

Por indicações de seu amigo Irisarri e de Egaña, Bello fora aceito pelo Chile entre os pensadores estrangeiros que o governo do país que arrebanhava para construir as instituições da moderna nação. Em setembro, o Cônsul Geral do Chile em Londres comunicou a Bello a decisão do presidente chileno, Francisco Antonio Pinto, de custear a viagem dele e de sua

<sup>187</sup> BELLO, Andrés, op. cit., pp. 225-226. Ver: BOCAZ, Luís. *Andrés Bello, una biografía cultural*. Santafé de Bogotá: Convenio Andrés Bello, 2000.

<sup>188</sup> BOLÍVAR, Simón, in BELLO, Andrés, op. cit., pp. 337-338.

família ao país,<sup>189</sup> onde seria empregado.<sup>190</sup> Em fevereiro de 1829 deixavam a Inglaterra em direção ao Chile, para uma nova etapa de suas vidas.

### 3.3.3 - O Chile: educação, literatura, gramática e história

O período no Chile constitui o mais frutífero na produção política e intelectual de Bello, tanto no concernente à construção da nação chilena, quanto ao avanço de suas obras.<sup>191</sup> Em relação à construção do Estado nacional chileno, Bello teve um relevante papel na estruturação de diversas instituições. A contribuição dada ao país a partir de 1830 foi tão intensa que Jaksic considera que “*la biografía de Bello y la historia de Chile se encuentran inseparablemente unidas*”.<sup>192</sup>

Embora, na década de 1830, diversos estrangeiros, europeus e hispano-americanos, tenham contribuído à construção do Estado chileno, em questões políticas como em aspectos culturais, vários autores entendem que Bello ofereceu o contributo principal no que concerne à formação da nação chilena. Cristián Gazmuri, seguindo a tendência, afirma que a mudança no país ocorreu com “*la llegada de un hombre, Andrés Bello, quien iba a transformarse en el centro indiscutido del mundo intelectual chileno por más de treinta y cinco años*”.<sup>193</sup>

Bello chegou ao Chile quando se concretizava o fracasso das tentativas dos liberais no sentido de construir um Estado unificado, em um processo que culminaria com a guerra civil de 1829-1830, que levaria os conservadores ao poder. As sucessivas eleições e reeleições de presidentes conservadores conduziram à estabilidade política, e ao crescimento econômico e educacional no país.<sup>194</sup> Bello se dirigira ao Chile a convite do liberal Francisco Antonio Pinto, então no comando do governo, com quem havia convivido em Londres entre 1813 e 1817. No

<sup>189</sup> Méndez, além de amigo de Bello, reconhecia sua importância para o trabalho em Londres. Na ocasião do convite a Bello pelo Chile, Méndez escreveu a Bolívar: “*Parece que algunos amigos del señor Bello le han escrito de Chile, ofreciéndole su protección en aquel país. En mi concepto la pérdida del señor Bello debe ser muy sensible a Colombia, porque tenemos muy pocos hombres que reúnan la integridad, talento e instrucción que distinguen a Bello*”. BOCAZ, Luís, op. cit., p. 128.

<sup>190</sup> Segundo Bocaz, o governo aprovou a indicação de Egaña, ordenando que, “*satisfecho el gobierno de las aptitudes de este sujeto, desea ver realizada sus aspiración, para cuyo efecto se compromete a costearle su viaje a Chile, y a colocarle, luego que llegue al país, en un destino análogo a sus conocimientos, y que su dotación no baje de mil quinientos pesos, que es la que disfrutaban los oficiales mayores*”. Idem, p. 129.

<sup>191</sup> Boa parte da produção de Bello circulou em um primeiro momento em forma de jornais e, posteriormente, foi organizada em livros, sendo essa uma prática comum na época.

<sup>192</sup> JAKSIC, Iván A., op. cit., p. 129.

<sup>193</sup> GAZMURI, Cristián R. *La historiografía chilena (1842-1970)*. Tomo I (1842-1920). Santiago de Chile: Centro de investigación Diego Barros Arana, 2006, p. 47.

<sup>194</sup> COLLIER, Simon; SATER, William F. *Historia de Chile, 1808-1994*. Madri: Cambridge University Press, 1998.

entanto, após a subida ao poder do conservador Diego Portales,<sup>195</sup> Bello não perdeu espaço no Estado, pois circulava entre ambos os grupos.

De fato, Bello estava mais propenso a um governo conservador com que se evitassem maiores ímpetos revolucionários que pudessem levar à desorganização do país. Jaksic faz a seguinte análise sobre as preferências e pragmatismo político de Bello:

Esta preferéncia era el producto de una convicción política. Como se ha descrito anteriormente, Bello tenía esperanzas de que el Imperio español no se desintegrara como lo hizo durante la crisis precipitada por Napoleón. También, atribuía el colapso de Venezuela al radicalismo de la primera república, y en Londres había asimilado las perspectivas antijacobinas y burkeanas de los reformistas de Holland House. Una vez en Chile, se encontró con lo que le debe haber parecido una repetición del mismo dilema entre el cambio radical y la necesidad de orden que caracterizaba la historia reciente de Hispanoamérica. En Chile, el episodio federalista de la década de 1820, y la oposición cada vez más tenaz de los tradicionalistas, inclinaron a Bello a tomar posición a favor de quienes propugnaban el orden antes que el cambio. Probablemente tenía también razones personales, tanto por su edad (tenía 48 años en 1829) como por el tamaño de su familia (su esposa y seis hijos), lo que le hacía buscar la seguridad y estabilidad que los conservadores, parecía, estaban en mejores de ofrecer.<sup>196</sup>

Bello chegou a Valparaíso, em 25 de junho de 1829, com esposa e filhos, e logo passou a ocupar uma sequência de cargos públicos. Em julho, foi nomeado Oficial Maior Auxiliar no Ministério da Fazenda. Em fevereiro de 1830, foi nomeado reitor do Colégio de Santiago, fundado em 1829, onde trabalharia até 1832, ocasião do fechamento da instituição, em que atuou também como professor de castelhano, literatura, direito.

No país, operou politicamente como um liberal, procurando mudanças graduais, porém sem rompantes revolucionários, e defendendo primeiramente a ordem política. Assim como outros liberais estrangeiros, fez parte dos governos conservadores que administraram o país após a década de 1830. Iván Jaksic pondera, contudo, que Bello “*estuvo consciente del descontento liberal con las políticas soberbias y represivas de Diego Portales, el ataque a la libertad de prensa durante el gobierno de Manuel Bulnes, y la rapidez y violencia con las que Manuel Montt suprimió dos rebeliones en su contra*”.<sup>197</sup>

Entretanto, Bello tinham preferência pelas letras em vez de pela política. Em função disso, foi gradualmente se envolvendo na organização do sistema educativo do Chile. Durante

<sup>195</sup> Portales foi o caudilho mais poderoso nesta década, até seu assassinato em 1837. Sua influência não foi exercida por meio do cargo de presidente, senão pelo acúmulo de diversos cargos relevantes no governo.

<sup>196</sup> JAKSIC, Iván A., op. cit., p. 134.

<sup>197</sup> Idem, p. 29.



sua vida, Bello esteve relacionado com a educação, quer como estudante, como professor, como teórico da educação ou como funcionário público. Dita característica aparece na análise José Ramos, que afirma que seus textos não se separaram da preocupação educacional: “*Andrés Bello, el poeta, el hombre de letras. Es difícil tratar esta faceta, strictu senso, separadamente de una finalidad didáctica que, según el consenso de la crítica bellista, expresa el más auténtico significado de su obra*”.<sup>198</sup>

Seu primeiro biógrafo, um de seus alunos durante o período em que oferecera aulas em sua casa, Luís Amunátegui, recordava ao professor como alguém realmente interessado em cultivar o conhecimento entre os jovens chilenos:

No se cansaba de aconsejar a éstos el que leyesen las producciones de todos esos grandes jénios, i el que se inspirasen con su ejemplo. Según se ve, el método adoptado por Bello era excelente. Puede decirse que lo había llevado a la perfección. Era el método que practicaba Sócrates en la antigüedad. Era el que recomiendan en la edad moderna los grandes maestros del réjimen escolar, i mui en especial aquellos que pertenecen a la escuela positivista. En vez de gastar tiempo en lucir discursos de aparato, que, por lo jeneral, molestan, mas bien que instruyen, entraba en discusión familiar con sus alumnos; les llamaba la atención sobre los distintos puntos i dificultades del ramo en estudio; les estimulaba a conocer antes que todo los hechos, sin imponerles dogmáticamente ninguna teoría; trabajaba junto con ellos; rejistraba en compañía suya los libros de una escojida biblioteca; i los ponía así en aptitud de llegar por sí mismos a las conclusiones jenerales; i, por lo tanto, les hacía contraer el provechoso hábito de la observación personal, i del raciocinio propio, mas que el de la memoria. El árbol se conoce por los frutos. Basta leer los nombres de algunos de los discípulos de Bello para comprender al momento la eficacia de tal enseñanza.<sup>199</sup>

Para Bello, a tarefa educativa tinha com fim último a felicidade individual, ligada ao progresso e à prosperidade social. O acesso à educação era uma questão política e uma obrigação do Estado, ao menos no campo do primário. Bello deu relevante atenção às instituições de ensino, preocupando-se com os diversos níveis de escolarização, procurando desenvolver escolas primárias, secundárias e a universidade. Desde sua chegada ao Chile, defendeu a expansão da educação primária para toda a população. Ela deveria ser mais ampla do que ler, escrever e fazer contas, como pensavam muitos de seus contemporâneos. Acreditava que nela deveriam estar contidas disciplinas como Astronomia, Geografia e Constituição Política, que levassem à compreensão do mundo e do universo, dos direitos e

<sup>198</sup> RAMOS, José (org.), “Andrés Bello: anotaciones para una poética del paraíso perdido”, in BELLO, Andrés. *Antología Esencial*. Caracas: Biblioteca Ayacucho, 2011, p. XI.

<sup>199</sup> AMUNÁTEGUI, Miguel Luis, op. cit., pp. 345-346.

deveres políticos. Para ele, uma maneira de melhorar, ampliar e uniformizar o ensino primário consistiria na criação de escolas que formassem professores. Dito profissional, escasso no Chile da época, precisava ter uma formação adequada para desenvolver o trabalho, tanto com a população urbana quanto com a rural.<sup>200</sup>

Os posicionamentos políticos e intelectuais de Bello não foram acolhidos uniformemente pela elite letrada de então. Em 1830, iniciou-se uma polêmica entre Bello e José Joaquín de Mora, um liberal espanhol residente no Chile desde 1828, que logo de sua chegada participara de forma relevante na redação da Constituição liberal daquele ano. A discussão principiou por causa das posições políticas antagônicas entre dois colégios. Um deles era o *Colegio de Santiago*, fundado com apoio de Portales e das famílias conservadoras do Chile; o outro, o *Liceo de Chile*, com tendência liberal. Mora, ao discursar no *Liceo de Chile*, criticou a influência francesa na América. No *Colegio de Santiago*, a maioria dos professores eram franceses e Bello, como seu diretor, sentiu-se atingido, pelo qual respondeu a Mora.

A polêmica com Mora influenciou positivamente a opinião de Portales sobre Bello, que passou a convidar o venezuelano a uma grande quantidade de comissões e trabalhos para o governo. Isso pôde se observar já em setembro de 1830, com a sua nomeação como membro da comissão encarregada de examinar um projeto e um regulamento para o *Instituto Nacional*.<sup>201</sup>

Bello participou da reformulação da instituição, principalmente na área do Direito, disciplina que redesenhou com a volta ao ensino do Direito Romano. Além de diretor, foi professor. Ministrou disciplinas de Direito, Latim, Gramática Castelhana e Literatura, até 1843. Ainda em setembro de 1830, foi nomeado diretor da seção de notícias estrangeiras e da de letras e ciências, do jornal *El Araucano*, cargo que exerceu até 1850. Esse jornal foi seu palco principal de combate para a discussão de diversas questões nacionais e internacionais, além de divulgar constantemente trabalhos estrangeiros.<sup>202</sup>

---

<sup>200</sup> OCAMPO LONDOÑO, Alfonso, “Andrés Bello, educador”, *Thesaurus*, Tomo XXXVII, nº. 2, maio-agosto, 1982, pp. 385-394.

<sup>201</sup> Esta instituição tornar-se-ia um forte referencial na formação dos jovens chilenos, uma vez que em 1832 o Colégio de Santiago fechou, pelo qual Bello passou a ministrar classes em sua casa.

<sup>202</sup> No periódico se encontrava uma grande quantidade de temas, entre eles alguns introduzidos por artigos traduzidos por Bello. Ver ALDUNATE, Arturo Fontaine, op. cit., p. 35. “Numerosa es la lista de los artículos de El Araucano que corresponden a traducciones o a originales debidos a la pluma de Bello. Hay un paralelo entre Napoleón y Cromwell; un homenaje a la memoria de Simón Bolívar; el comentario de un libro de Chateaubriand que da pie para disertar sobre el horror que deben inspirar las revoluciones; un largo ensayo británico sobre la mutabilidad de los gobiernos; consideraciones de estadísticas y su aplicación a Chile, publicadas en 1835; numerosos artículos acerca de proyectos legislativos y jurisprudencia; un extracto del viaje de mister Everest a Noruega, Suecia y Laponia; la nueva revelación sobre la muerte del capitán Cook; el

Junto ao *El Araucano*, onde foi constante formador de opinião pública, Bello escreveu também em *El Museo de Ambas Américas* (1842), *El Crepúsculo* (1843), *La Revista de Santiago* (1848 a 1855) e *El Museo* (1853). O embate pelas letras foi costume por toda a vida, na busca de tornar públicas suas ideias. Aldunate entende que “[l]a acción formadora de opinión se refleja en toda la labor periodística del maestro. [...] Con éstos alza una verdadera cátedra pública en la prensa. En tal ejercicio periódico el sabio contribuye como nadie a moldear el estilo de la cultura superior chilena en el siglo XIX”.<sup>203</sup>

O campo do Direito foi amplamente explorado por Bello, não apenas na produção de obras que interessassem ao nascente Estado chileno, como também na preocupação de formar estudantes versados em conhecimento jurídico para atuar junto ao Estado. Em 1832 publicou *Principios de derecho de gentes*,<sup>204</sup> referente ao Direito internacional, tendo havido posteriormente duas reedições corrigidas por Bello, nos anos de 1844 e 1864, além de diversas edições em outros países. A importância desse trabalho remete à afirmação do Direito de todos os Estados, independentemente de sua forma de organização ou do seu poderio internacional, em busca de construir uma legitimidade internacional para as novas nações americanas. A boa recepção do trabalho resultou corrente em toda a América, pelo qual se converteu no principal texto no início da formação jurídica das relações internacionais na América hispânica.<sup>205</sup>

Em 1833, encarregou-se de redatar a reforma da Constituição de 1828, fato que agradou a Portales, pela inclinação de Bello à construção de um Estado com um executivo forte. Bello participou, ainda, da construção da Constituição de 1833, que representava bem a tendência dos *pelucones*, que estavam no poder.<sup>206</sup> A carta magna chilena criava uma república com um executivo forte, centralizado e autoritário, e com um sistema censitário bastante restrito, que privilegiava uma ordem hierárquica. Por outra parte, o governo

*análisis de la expedición del capitán Ross al nororiente de América; otro relato traducido sobre las ruinas de Balbek, famoso lugar de turismo cultural del Líbano; una narración de viajes de Stephens por América Central; datos sobre geografía de la extremidad sur de América, Tierra del Fuego y el Estrecho de Magallanes, hechos en el viaje de los buques Adventure y Beagle; diversas notas sobre Panamá”.*

<sup>203</sup> Idem, p. 28.

<sup>204</sup> BELLO, Andrés. *Principios del derecho de gentes*. Valparaíso: Imprenta El Mercurio, [1832] 1844.

<sup>205</sup> TARAZONA, Liliana Obregón, “Construyendo la región americana: Andrés Bello y el derecho internacional”, in *Revista de Derecho Público*, n.º. 24, marzo de 2010, pp. 65–86. Disponível em: <[http://derechopublico.uniandes.edu.co/index.php?option=com\\_revista&view=inicio&idr=0&lang=es](http://derechopublico.uniandes.edu.co/index.php?option=com_revista&view=inicio&idr=0&lang=es)> (acessado em 19/12/ 2012).

<sup>206</sup> Em novembro de 1835, Bello recebeu o título de Bacharel em *Sagrados Cánones y Leyes* pela *Universidad de San Felipe*. Ele solicitou o reconhecimento de seus saberes por meio de avaliações. Este novo título dava mais legitimidade aos trabalhos em que participava nas reformas jurídicas chilenas da década de 1830.

conservador promoveu uma estabilidade política que permitiu o desenvolvimento da economia, da educação e da vida cultural da república.<sup>207</sup>

Nem todos os trabalhos foram feitos com satisfação por Bello. Em dezembro de 1832, foi escolhido para contribuir na censura sobre os livros importados. No entanto, não se furtou de emitir sua opinião sobre a questão. De fato, em relação à cultura, Bello publicou diversas críticas ao país. Entre 1832 e 1843, editou artigos em *El Araucano* que defendiam o fim da censura no Chile.<sup>208</sup> Em 1835, pelo mesmo periódico, defendeu o teatro, lamentando a ausência de público e combatendo as críticas que eram feitas pelos eclesiásticos em Santiago.<sup>209</sup> Em 1839 criticava a pouca atualização dos livros que circulavam no país, por considerá-los antiquados. Entendia também que havia limitada variedade temática e de autores, pois escasseavam as obras de literatura e de ciências. Outro problema que encontrava remetia para a oferta, em sua maioria, de livros franceses em idioma original, frente a uma população pouco instruída.<sup>210</sup>

Nessa década publicou textos relevantes sobre a língua espanhola. Em 1834, apareceram diversos artigos sobre os usos do castelhano, organizados sob o título *Advertencias sobre el uso de la lengua castellana, dirigidas a los padres de familias, profesores de los colegios y maestros de escuela*. Em 1835 lançou o volume *Principios de la ortología y métrica de la lengua castellana*, reeditado em 1850 e 1859. Dito trabalho obteve reconhecimento pela *Real Academia Española*, que solicitou, em 1852, permissão para reproduzir a obra, respaldando a proposta de Bello.

Em meados da década, foi ocupando cargos cada vez mais importantes, em diversos âmbitos da vida coletiva chilena, sobretudo dentro do Estado. Em junho de 1834, recebeu o cargo de Oficial Maior do Departamento de Relações Exteriores, posto que ocupou até outubro de 1852. Em relação a cargos políticos representativos, Bello foi eleito ao senado em 1837 e reeleito em 1845 e 1855, atuando como senador até a morte.

No campo internacional hispano-americano, além de com seus trabalhos teóricos, contribuiu para a aproximação das nações. Participou da organização do Congresso das Nações Americanas, em um momento de avanço francês e posteriormente norte-americano sobre as ex-colônias ibéricas. Em 1840, o governo mexicano solicitou a colaboração do Chile

---

<sup>207</sup> GAZMURI, Cristián R., op. cit., pp. 46–47.

<sup>208</sup> A censura sobre a imprensa durou até 1878.

<sup>209</sup> ALDUNATE, Arturo Fontaine, op. cit., p. 29.

<sup>210</sup> Idem, p. 32. O autor indica que o texto saiu no *El Araucano*, nº. 441, 8 de fevereiro de 1839.

para a efetivação do Congresso de Lima, que veio a se realizar em 1847-1848 com a participação de oito países, porém sem que fossem fechados acordos importantes.<sup>211</sup>

No Chile, a década de 1840 foi de relativa estabilidade política, de crescimento econômico e de edificação de diversas instituições, como a *Universidad de Chile*. Durante os mandatos do presidente Manuel Bulnes (1841-1851), o país logrou um avanço que o colocou em condições de destaque no Pacífico, sobretudo após vencer a guerra contra a Confederação Peru-boliviana,<sup>212</sup> que durou de 1836 a 1839. Para Bello, o período foi de grande produção intelectual e de exercício de uma forte liderança, principalmente no tocante à educação.

Em julho de 1841, Bello foi indicado, juntamente com José Gabriel Palma e José Miguel de la Barra, para que se debruçassem sobre o projeto de lei proposto pelo primeiro para a criação da *Universidad de Chile*.<sup>213</sup> O projeto foi aprovado no final daquele ano. Em julho de 1843, foi designado membro da Universidade do Chile, nas Faculdades de *Filosofía y Humanidades*, e de *Leyes y Ciencias Políticas*. No mesmo mês foi nomeado Reitor, cargo ao que foi reeleito sucessivamente em 1848, 1853, 1858 e 1863, todas as vezes com maioria absoluta.

A importância e a excelência do ensino universitário constituíam, para Bello, uma questão associada aos campos do individual e do coletivo, com forte ligação à construção nacional. A universidade proposta por ele estava vinculada com o progresso científico oitocentista, mas também com a formação humanística e cidadã. Bello dedicou-se à instituição como professor, reitor, pesquisador e divulgador de suas ideias. Ramón de Zubiría aponta suas concepções sobre o papel da universidade:

Para Bello estaba claro dónde había de acendrarse la gigantesca hazaña. Comprendía que sólo desde la universidad podían darse aquellas batallas por la liberación final en la cultura. Así, propuso la creación de la Universidad de Chile, de la cual sería Rector hasta su muerte, cimentada en el orgánico concepto que siempre tuvo de lo universitario. Para él, la universidad tenía una nítida finalidad: capacitar a sus beneficiarios, a través de una educación integral, para una vida plena, fecunda y digna en su ser y su hacer.<sup>214</sup>

<sup>211</sup> SANTOS, Luís Cláudio V. G. *O Brasil entre a América e a Europa: o império e o interamericanismo (do Congresso do Panamá à Conferencia de Washington)*. São Paulo: Editora UNESP, 2004, pp. 86-90.

<sup>212</sup> A Confederação Peru-boliviana foi um Estado formado por Peru e Bolívia, de breve vida, entre 1836 a 1839, sob a presidência do boliviano Andrés de Santa Cruz. Portales considerava a Confederação uma ameaça ao Chile, pelo qual forçou a guerra até derrotar seus inimigos e conseguir sua separação em 1839.

<sup>213</sup> O ensino superior no país estava paralisado desde 1839, com o fechamento da *Universidad de San Felipe*.

<sup>214</sup> ZUBIRÍA, Ramón de, op. cit., p. 13.

No ato da instalação, em setembro de 1843, Bello pronunciou o discurso inaugural. Suas palavras nesse evento resultam importantes para conhecer o pensamento educacional de um personagem envolvido com a questão, pois colocam elementos relevantes para compreender a filosofia política e o projeto cultural que propunha para o país.<sup>215</sup> Discursava Andrés Bello:

La Universidad estudiará también las especialidades de la sociedad chilena bajo el punto de vista económico, que no presenta problemas menos vastos, ni de menos arriesgada resolución. La Universidad examinará los resultados de la estadística chilena, contribuirá a formarla, y leerá en sus guarismos la expresión de nuestros intereses materiales. Porque en éste, como en los otros ramos, el programa de la universidad es enteramente chileno: si toma prestadas a la Europa las deducciones de la ciencia, es para aplicarlas a Chile. Todas las sendas en que se propone dirigir las investigaciones de sus miembros, el estudio de sus alumnos, convergen a un centro: la patria.<sup>216</sup>

A questão do idioma constituía também um campo de disputa na formação das nacionalidades hispano-americanas. Bello esteve envolvido nas polêmicas linguísticas que aconteceram a princípio da década de 1840 no Chile. Seu principal interlocutor foi Faustino Domingo Sarmiento, um dos exilados do Rio da Prata durante a ditadura de Manuel Rosas. Apesar de Bello e Sarmiento estarem a serviço do Estado portaliano,<sup>217</sup> apoiando o então presidente Manuel Bulnes, e de fazerem parte da Faculdade de Filosofia e Humanidades onde trabalhavam em colaboração, ambos polemizaram, mantendo uma longa discussão pela imprensa sobre a reforma da língua. O debate envolveu o posicionamento de Bello sobre o uso do castelhano, projeto em que trabalhava desde Londres, com as propostas de Sarmiento de se construir uma nova língua na América. Em 1841 Sarmiento publicou críticas, que lhe renderam respostas, sobre o papel da gramática no uso correto do idioma castelhano, tocando também em pontos pertinentes ao neoclassicismo e romantismo. Sarmiento, então diretor da *Escuela Normal*, só deixaria as polêmicas em 1845, quando viajou em missão para os Estados Unidos e Europa para estudar os sistemas educacionais de alguns países.

<sup>215</sup> JAKSIC, Iván A., op. cit., p. 176.

<sup>216</sup> BELLO, Andrés, “Discurso pronunciado en la instalación de la Universidad de Chile, el 17 de septiembre de 1843” in *Obras Completas*. Tomo XXI (Temas Educativos I), Caracas: Fundación Casa de Bello, 1982, pp. 3-21. O discurso foi publicado diversas vezes em periódicos, iniciando ainda em 1843 no *El Araucano* como também nos Anales da universidade, sendo o primeiro em 1846.

<sup>217</sup> Na definição de Ricardo Krebs, temos: “*El así llamado ‘Estado Portaliano’ es, según la Constitución de 1833, una república popular representativa; sin embargo, de hecho es, bajo forma republicana, una restauración del gobierno autoritario y centralizado de la Monarquía española*”. KREBS, Ricardo, “Orígenes de la conciencia nacional chilena”, in GABRIEL, Cid; SAN FRANCISCO, Alejandro. *Nación y Nacionalismo en Chile. Siglo XIX*. Vol. 2, Santiago: Ediciones Centro de Estudios Bicentenario, 2009, p.18.

Em meio aos atritos com Domingo Fautino Sarmiento, Bello exporia sua posição com mais um trabalho, *Análisis ideológico de los tiempos de la conjugación castellana*, escrito ainda em Caracas e publicado em Valparaíso em 1841. Nos artigos de 5 de fevereiro e de 3 de junho, publicou em *El Araucano* elementos centrais de suas ideias literárias, ao apresentar uma síntese do romantismo e do classicismo.

Bello e Sarmiento, embora coincidissem na dedicação pedagógica, discordavam sobre os sistemas que deveriam ser adotados pelas nações americanas.<sup>218</sup> Bello defendia uma proposta semelhante ao modelo educacional napoleônico, como aquele que Bernardino Rivadavia havia implementado nas Províncias Unidas do Rio da Prata em 1821, onde a instituição de ensino superior era central e responsável pelo desenvolvimento dos demais níveis de formação. Sarmiento entendia que era preciso iniciar o processo pela base da população, em função do qual julgava ser necessário que a educação primária fosse a ação de maior importância, promovendo, em um primeiro momento, a generalização desse nível de instrução.<sup>219</sup>

No discurso pronunciado com motivo da inauguração da universidade, Bello expusera os elementos educacionais que perpassavam essa discussão:

Otros pretenden que el fomento dado a la instrucción científica se debe de preferencia a la enseñanza primaria. Yo ciertamente soy de los que miran la instrucción general, la educación del pueblo, como uno de los objetos más importantes y privilegiados a que pueda dirigir su atención el gobierno; como una necesidad primera y urgente; como la base de todo sólido progreso; como el cimiento indispensable de las instituciones republicanas. Pero, por eso mismo, creo necesario y urgente el fomento de la enseñanza literaria y científica. En ninguna parte ha podido generalizarse la instrucción elemental que reclaman las clases laboriosas, la gran mayoría del género humano, sino donde han florecido de antemano las ciencias y las letras. No digo yo que el cultivo de las letras y de las ciencias traiga en pos de sí, como una consecuencia precisa, la difusión de la enseñanza elemental; aunque es incontestable que las ciencias y las letras tienen una tendencia natural a difundirse, cuando causas artificiales no las contrarían. Lo que digo es que el primero es una condición indispensable de la segunda; que donde no exista aquél, es imposible que la otra, cualesquiera que sean los esfuerzos de la autoridad, se verifique bajo la forma conveniente. La difusión de los conocimientos supone uno o más hogares, de donde salga y se reparta la luz, que, extendiéndose progresivamente sobre los espacios intermedios, penetre al fin las capas extremas. La generalización de la enseñanza requiere gran número de maestros competentemente instruidos; y las aptitudes de estos sus

<sup>218</sup> Bello procurou integrar o ensino dos países hispano-americanos. Em novembro de 1843, como reitor, dirigiu-se em carta aos encarregados pela educação em diversas nações (Bolívia, México, Peru e Venezuela), convidando-os ao estabelecimento de um intercâmbio na área de educação.

<sup>219</sup> PUIGGRÓS, Adriana, “Andrés Bello, o humanista latino-americano”, pp. 71-87, in STRECK, Danilo R. (org.). *Fontes da pedagogia latino-americana: uma antologia*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.

últimos distribuidores son, ellas mismas, emanaciones más o menos distantes de los grandes depósitos científicos y literarios. Los buenos maestros, los buenos libros, los buenos métodos, la buena dirección de la enseñanza, son necesariamente la obra de una cultura intelectual muy adelantada. La instrucción literaria y científica es la fuente de donde la instrucción elemental se nutre y se vivifica; a la manera que en una sociedad bien organizada la riqueza de la clase más favorecida de la fortuna es el manantial de donde se deriva la subsistencia de las clases trabajadoras, el bienestar del pueblo. Pero la ley, al plantear de nuevo la universidad, no ha querido fiarse solamente de esa tendencia natural de la ilustración a difundirse, y a que la imprenta da en nuestros días una fuerza y una movilidad no conocidas antes; ella ha unido íntimamente las dos especies de enseñanza; ella ha dado a una de las secciones del cuerpo universitario el encargo especial de velar sobre la instrucción primaria, de observar su marcha, de facilitar su propagación, de contribuir a sus progresos. El fomento, sobre todo, de la instrucción religiosa y moral del pueblo es un deber que cada miembro de la universidad se impone por el hecho de ser recibido en su seno.<sup>220</sup>

A contribuição mais importante de Bello à produção historiográfica chilena derivou da polêmica, já apresentada, que de alguma forma tomou fôlego em razão do descontentamento do intelectual liberal José Victorino Lastarria com o discurso de seu professor. Entre 1844 e 1848, Bello e Lastarria e posteriormente Jacinto Chacón, professor do *Instituto Nacional*, manteriam uma intensa discussão sobre aspectos teóricos e metodológicos da historiografia.

Lastarria fora aluno de José Joaquín de Mora, e posteriormente de Bello, na Universidade do Chile, além de um dos principais fundadores da *Sociedad Literaria de 1842*.<sup>221</sup> Na condição de estudante, na ocasião da defesa do trabalho da primeira memória histórica pela recém-criada universidade, Lastarria fora escolhido para apresentar tais estudos. O trabalho — *Investigación sobre la influencia social de la Conquista y del sistema colonial de los españoles en Chile* — deveria estar organizado em torno de uma pesquisa histórica documentada, como previam as regras da instituição. No entanto, Lastarria decidira fazer um trabalho com um cunho político, criticando a permanência da tradição hispânica no Estado recém-criado.

<sup>220</sup> BELLO, Andrés, op. cit.

<sup>221</sup> Lastarria foi influente político e intelectual chileno que ocupou cargos de deputado, diplomata e duas vezes ministro. Como intelectual esteve, assim como Bello, procurando constituir uma literatura e história nacional, porém com propostas distintas. Lastarria participou ativamente das repercussões da revolução europeia de 1848 no Chile entre 1848 e 1852. Abramson considera que Lastarria encarna(va) a “ala derecha del movimiento igualitarista chileno. Más doctrinario liberal y teórico del federalismo que socialista”. Ver ABRAMSON, Pierre-Luc, op. cit., p. 104. Para ver mais sobre esta polêmica, consultar o capítulo II.



Em 1844, iniciou-se uma polêmica historiográfica entre o reitor e o estudante da Faculdade de Filosofia e Humanidades.<sup>222</sup> Bello defendia uma história documental e afastada da historiografia filosófica, com referências a autores românticos e dando ênfase à “cor local”. Era uma disputa entre dois diferentes projetos de (re)construção do passado. Um optava por elaborar uma nova tradição que renegasse da anterior ao produzir uma ruptura com o passado colonial. A outra pretendia estabelecer uma continuidade com o passado ligado à antiga metrópole. Essa discussão marcaria a produção histórica por todo o século XIX no Chile.<sup>223</sup>

Bello havia tomado contato com historiadores com maior rigor metodológico quanto às fontes desde suas pesquisas filológicas em Londres, quando estudava o *Cantar del Mio Cid*. A escola romântica francesa teve uma influência marcante no seu pensamento, com constância em seus escritos de historiadores como Barante, Sismondi, Thierry e Guizot. O apelo pela documentação da época como forma de se aproximar do período estudado era uma característica que o venezuelano considerava essencial no fazer historiográfico. Bello não desenvolveu no Chile trabalhos de historiografia, embora escrevesse sobre método e teoria, sendo o principal momento dessa produção o debate com Lastarria.<sup>224</sup>

Lastarria, em seu livro *Recuerdos literarios* (1878), descreveria, *a posteriori*, um Bello conservador e maléfico à emancipação política e literária da juventude do Chile. No entanto, Jaksic considera, talvez contemporizando a questão, que dita formulação não seria assim compreendida por Lastarria na década de 1840, se considerarmos o apoio e a colaboração do venezuelano em três revistas editadas pelo chileno: o *Semanario de Santiago* (1842), *El Crespúsculo* (1843) e a *Revista de Santiago* (1848).<sup>225</sup> Na revista *El Crespúsculo*, Bello publicou dez artigos sobre filosofia, que posteriormente fariam parte da publicação póstuma *Filosofía del Entendimiento* (1881).

Na segunda metade da década de 1840 e o início de 1850, Bello produziu bastante no que tange à gramática, literatura e direito. Podemos acompanhar nessas décadas o aparecimento de trabalhos relevantes sobre esses assuntos. Publicou, em 1846, uma tradução da biografia de Lord Byron escrita por Villamain. No ano seguinte, lançou sua *Gramática de*

<sup>222</sup> JOCELYN-HOLT, Alfredo, “Balance historiográfico y una aproximación al canon”, pp. 31-74, in MUSSY, Luis G. de (Editor). *Balance Historiográfico Chileno. El orden del discurso y el giro crítico actual*. Santiago: Ediciones Universidad Finis Terrae, 2007, p. 41. Ver também: GAZMURI, Cristian, “Influencias sobre la historiografía chilena: 1842-1970”, in MUSSY, Luis G., op. cit., pp. 75-84.

<sup>223</sup> COLMENARES, Germán. *Las convenciones sobre la cultura: ensayos sobre historiografía hispanoamericana del siglo XIX*. Medellín: La Carreta Histórica, 1968, pp. 33-44.

<sup>224</sup> GAZMURI, Cristián R. *La historiografía chilena (1842 -1970)*. Tomo I (1842-1920), Santiago de Chile: Centro de Investigación Diego Barros Arana, 2006, pp. 78-79.

<sup>225</sup> JAKSIC, Iván A., op. cit., pp. 183-185.

*la lengua castellana destinada al uso de los americanos*,<sup>226</sup> da qual apareceram em vida cinco edições, todas com diversas e intensas modificações. Em 1848, veio à luz *Cosmografía o descripción del universo conforme a los últimos descubrimientos*. Em 1850, publicou as duas primeiras partes do curso de História da Literatura, que saíam sob o título *Literatura Antigua del Oriente y Literatura Antigua de la Grecia*. Em julho editou parte da tradução do *Sardanápalo* de Byron. Em novembro, tamanha a importância de suas obras, foi nomeado membro honorário da *Real Academia Española*, passando em 1861, com a criação de uma nova categoria, a membro correspondente.

A atuação na construção do sistema educacional chileno também seguiu com diversos progressos nessas duas décadas. Bello, visando a melhorar o ensino secundário, apresentou em 1850 um projeto para organizar os planos de estudos elaborados para o *Instituto Nacional*, composto pela Faculdade de Humanidades e revisado pelo Conselho Universitário. Nesse ano, como reitor, procurou formas de ampliar o acesso ao sistema educacional, escrevendo as indicações ao Conselho Universitário para organizar as escolas noturnas no país. Em julho de 1853, por sua iniciativa, o Conselho Universitário ofereceu um prêmio ao melhor livro que abordasse a influência da generalização da instrução primária sobre a sociedade. Em novembro de 1860 foi promulgada a lei orgânica que regeria a instrução primária no Chile, preparada pela Faculdade de Humanidades que presidia Bello.

Em 1860, trabalhou para a formação da Biblioteca Hispano-Americana de Santiago. Fez contato com a República de Nova Granada para a aquisição de livros, recebendo ajuda de Manuel Ancízar. Pediu auxílio também a Juan María Gutiérrez, ao qual solicitou que se encarregasse de adquirir livros em Buenos Aires para a Biblioteca. Em novembro de 1861, recomendou ao governo que comprasse a biblioteca de Benjamín Vicuña Mackenna, que estava à venda, para compor o acervo da Biblioteca Nacional. Os livros de Mackenna somavam em torno de 1.500 volumes e eram em sua maioria dedicados a temas americanos.

No campo jurídico, sua grande obra viria no final da década. Em 1857 entrou em vigência o *Código Civil de la República de Chile*, sendo essa a principal contribuição política e de maior amplitude social proposta por Bello àquele país. Essa tarefa iniciou-se oficialmente em 1834, com o pedido do ministro Portales a Bello para que redigisse um código civil para o país. No entanto, nessa década, o projeto não avançou, em parte por causa do assassinato de Portales em 1837 e da guerra com a Confederação Peru-boliviana, que transcorreu até 1839. No ano seguinte, Bello propôs a formação de uma comissão, com

---

<sup>226</sup> Publicou em abril de 1847 uma segunda edição da *Gramática Latina*, composta em sua primeira versão em 1838 por seu filho falecido prematuramente uns meses antes, Francisco Bello.

integrantes da Câmara e do Senado, para redatar o código. Na ocasião foi formada uma comissão com os senadores Andrés Bello e Mariano Egaña, e os deputados Manuel Montt, Ramon Luis Irarrázaval e Juan Manuel Cobo. Após muita discussão e colaboração de juristas, parlamentares e estudiosos, o Código Civil foi apresentado ao Congresso, que o aprovaria em 1856, tornando-o efetivo no ano seguinte, em meio ao segundo mandato de Manuel Montt.<sup>227</sup>

Durante sua estadia no Chile, Bello teve uma frutífera relação com o Estado portaliano, entrando poucas vezes em conflito com o poderoso ministro chileno. O pior caso nesse sentido teve lugar pouco antes de explodir o conflito entre o Chile e a Confederação Peru-boliviana, em 1836. Ao contrário de Portales, Bello era a favor da paz e tentava evitar que a guerra fosse declarada. O caso era relativamente grave, visto o histórico dos inimigos de Portales, e Bello chegou a considerar a possibilidade de ter que deixar o Chile. E, conforme afirmamos, fora essa aproximação da política conservadora chilena que levaria José Victorino Lastarria a construir a imagem de um Bello conservador e tradicionalista que marcaria a geração chilena que surgiria na década de 1840.<sup>228</sup>

A produção de Bello foi constante, inclusive nos seus últimos anos de vida, em que esteve dedicado principalmente aos estudos. Sua saúde, que havia algum tempo vinha se deteriorando, pioraria em 1857, ao perder o movimento das pernas, com o qual necessitava de outra pessoa para locomover-se. Esse fato fez que se dedicasse ainda mais aos estudos, passando longos períodos lendo, escrevendo e ditando em sua biblioteca. Com a saúde cada vez mais deteriorada, em junho de 1863 apresentou sua demissão ao cargo de Reitor. Em 15 de outubro de 1865, após agravamento do seu estado, morreria Andrés Bello em Santiago, aos 84 anos.<sup>229</sup>

As obras e as contribuições políticas de Bello estão ligadas à América hispânica, pois abarcam contribuições diretas ou indiretas em uma parte significativa dos países que se formaram após a queda do império espanhol. O interesse na produção de Bello foi encontrado já desde suas primeiras produções em solo caraquenho, mas ele se expandiu e permanece ainda hoje. A frequência dos estudos sobre o intelectual apresenta tamanha implantação que existe uma denominação específica para os especialistas em sua vida e obra, os *bellistas*. Sua memória resulta constantemente revisitada, como também reforçada com os muitos

---

<sup>227</sup> JAKSIC, Iván A., op. cit., pp. 215-220.

<sup>228</sup> Idem, pp. 157-158.

<sup>229</sup> No dia seguinte à sua morte, foi aprovado o primeiro projeto para publicar suas obras completas pelo Conselho da Universidade do Chile em sessão extraordinária. Ver: URDANETA, Oscar S., “El Epistolario de Andrés Bello”, in *Obras Completas*. Tomo XXV [Epistolario – 1], p. CXXV.

topônimos e denominações existentes em universidades, bibliotecas, ruas, entre tantas outras homenagens a esse chileno por opção.

\*\*\*

Com estes apontamentos biográficos sobre Alberdi, Abreu e Lima, e Bello, apresentados no capítulo que aqui se encerra, tivemos por intenção localizar o leitor em relação à atuação desses três intelectuais americanos. Pretendeu-se com isso facilitar a compreensão do momento de produção de suas obras, dos embates políticos de cada contexto e dos anseios particulares da vida de cada um. Uma vez realizada esta tarefa biográfica, passaremos à análise dos textos eleitos para a compreensão que nos fornecem os três autores acerca de suas ideias referentes aos temas que permeiam a nação.

Sobre a questão, resta apenas comentar o fato de que, se comparadas as três vidas, não deixa de se observar um forte traço geracional, com perfis sociais semelhantes e com componentes de produção intelectual e participação política paralelos. Todos estiveram envolvidos diretamente nos esforços políticos e intelectuais da construção das novas nações americanas. No entanto, a diversidade da fortuna nos panteões dos heróis nacionais que estes personagens e suas obras tiveram, em vida e após a morte, os separa.

## CAPÍTULO IV

### COMPARANDO IDEIAS: ALBERDI, ABREU E LIMA E BELLO

Solo es grande lo que es nacional ó federal. La gloria que no es nacional, es doméstica, no pertenece á la historia.

Juan Bautista Alberdi<sup>1</sup>

He agora que começa á reviver o espirito publico, e que se desperta a capacidade de um Povo.

José Inácio de Abreu e Lima<sup>2</sup>

[L]a difusión de la cultura intelectual y las revoluciones políticas, piden cada día nuevos signos para expresar ideas nuevas.

Andrés Bello<sup>3</sup>

A análise das ideias de Juan Bautista Alberdi, José Inácio de Abreu e Lima e Andrés Bello que remetiam à nação na Argentina, no Brasil e no Chile em meados do século XIX é o foco deste capítulo. Partimos de que esses intelectuais, conscientes do papel que empreendiam naquele momento de reorganização da sociedade, concebiam a nação como uma categoria central de seus projetos, direcionados à composição das novas entidades políticas que surgiam na América. Assim, produziram e ressaltaram características locais e essenciais na constituição de cada comunidade imaginada, apresentadas, segundo a concepção de cada um deles, em suas obras. Esses homens, além de intenções, possuíam voz, como possibilidade de acesso e de ação junto aos aparatos de Estado que surgiram após as independências.

Nos primeiros anos após o processo de independência, a questão da organização política foi fulcral no mundo ibero-americano, onde as questões de representação e de regulamentação legislativa ocupavam os envolvidos com o processo de organização das nações. Nas décadas seguintes, sobretudo a partir de 1830, ocorreu gradualmente uma ampliação dos esforços nacionais, com ideia cultural de uma nação aos moldes do romantismo, através da qual se avançou rumo à constituição cultural das entidades que veio

---

<sup>1</sup> ALBERDI, Juan. B., “Bases y puntos de partida para la organización política de la República Argentina”, in *Obras Completas de J. B. Alberdi*. Tomo III, Buenos Aires: La Tribuna Nacional, 1886, p. 478.

<sup>2</sup> ABREU E LIMA, J. I. *Bosquejo histórico, político e literário do Brasil*. Cidade de Nictheroy: Typographia Nictheroy de Rego e Comp. 1835, p. 70.

<sup>3</sup> BELLO, Andrés. *Obras Completas de Andrés Bello*. Tomo IV [Gramática], Caracas: Fundación La casa de Bello, 1981, p. 11.

definir o que deveria ser o quadro constituinte das identidades nacionais na segunda metade do século XIX. No entanto, apesar do avanço do romantismo, as referências cívicas dividiam espaço com as características românticas, perdendo lentamente sua hegemonia. Apesar de terem existido fases diferentes, esses processos não deixaram de acontecer simultaneamente, embora com uma gradação de enfoques que foram se adaptando de acordo com os contextos que se formavam.

Nas nações estudadas, os tons da formação política, em comparação à cultural, presenciaram momentos marcados por uma distinção maior. Nas décadas de 1830 e 1840, todos esses países viveram um intenso processo de construção cultural que reforçava as distâncias entre eles, com a produção de livros, jornais, criação de sociedades civis e de instituições estatais. Entretanto, a constituição de um Estado nacional se deu, nos três países, em momentos distintos. O Chile experienciou uma centralização política precoce. Lá, a firma de uma Constituição em 1833 levou ao país certa estabilidade. Ainda vivenciando momentos de distúrbios, como os registrados em 1851 e 1852, e depois no final do século com a guerra civil, o Estado nacional chileno não esteve ameaçado no tocante à sua unidade, havendo inclusive expansão. No caso do Brasil, a Constituição nacional foi estabelecida em 1824, passou por reformas no ano 1834, e vigorou até a proclamação da república, em 1889, que propôs uma nova constituição em 1891. A integralidade nacional perigou nas décadas de 1840 e 1850, principalmente em Pernambuco e Rio Grande do Sul. No entanto, os acontecimentos não levaram à desintegração do império, nem dos laços que ligavam às regiões. Já na Argentina, a elaboração de uma Constituição tomou caminhos distintos dos dois outros casos. Diversas constituições foram promulgadas; porém, sobreviveram por curtos períodos e contaram com pouca adesão entre as partes envolvidas. Uma Carta Magna duradoura surgiu apenas em 1853, chegando até a administração de Carlos Menem com a elaboração de uma nova constituição. A formação de um Estado nacional unificado ocorreu somente na década de 1860, fortificando-se até 1880.

Alberdi, Abreu e Lima e Andrés Bello foram partícipes dos diversos projetos nacionais que estiveram circulando, por vezes em conflito, na Argentina, no Brasil e no Chile nas décadas de 1830 a 1850, para ficarmos apenas com o período que trabalhamos. Possuem trajetórias biográficas que os colocam no tipo ideal do intelectual/político que escreveu e publicou suas ideias a fim de edificar nações, termo de abundante presença nos textos que foram analisados.

Procuramos abordar o que produziram sobre a nação, em busca de estabelecer proximidades e distanciamentos em seus discursos. Cotejamos os escritos e deixamos falar os autores, para exporem com suas palavras o que propomos estudar. Do ponto de vista metodológico, a transcrição de trechos, em português e espanhol, alternados com a análise, se fez necessária para nos apegarmos aos termos contidos nas obras, devido à sua historicidade e à do próprio texto.

#### **4.1 – A intenção dos escritos: a formulação do Estado e a consciência nacional**

Conforme afirmamos, nos diversos Estados nacionais na América ibérica os períodos de formação cultural e política foram distintos. Primeiro, com os processos de independência, que variaram entre a década de 1810 e 1820. Posteriormente, entre as décadas de 1830 e 1840, esses países viveram um intenso processo de fomento de sua formação cultural, com a produção de um imaginário coletivo estimulado por ideias e valores compostos inicialmente pelas elites locais, para, décadas mais tarde, disseminar-se entre os demais setores da sociedade de cada país. Esse passo inicial das elites contou, como instrumento nacionalizador, com os trabalhos elaborados desde um mundo letrado difundido por meio de livros, jornais, sociedades civis e instituições estatais, concebidos ou instrumentalizados, em grande medida, com vistas à conformação de uma ideia de nação.

No período de “nacionalismo cultural”, para recorrer a um termo relativo às discussões atuais, a nação e o Estado na década de 1830, em resposta à modernidade, estavam tomando contornos ainda quanto aos campos de interesses, valores e projetos para as futuras nacionalidades, dentro de um ambiente de expansão capitalista, com o liberalismo como guia político-filosófico e o romantismo reforçando os valores locais. Os nacionalismos que apareceram em textos na década de 1830 tinham uma forma e um objetivo, mas os conteúdos resultavam opacos e amorfos.

A periodicidade, de acordo com Germán Colmenares, do processo de elaboração das identidades nacionais percorreu um longo caminho, iniciado com as independências e constituído por períodos distintos.

La idea de una continuidad que reposa en la identidad de un referente (nación, cuerpo social) ha sido siempre problemática en Hispanoamérica. Por ejemplo, hoy es muy corriente la noción de que los elementos objetivos que conforman las nacionalidades Hispanoamericanas solo aparecieron o se integraron en el curso del último tercio del siglo XIX. Sin embargo, la

imaginería más difundida, con la que suele asociarse la identidad de cada una de estas naciones, precede muchos años a este desarrollo objetivo. El lenguaje del nacionalismo o de sus símbolos apareció casi al mismo tiempo que las primeras instituciones políticas que proclamaban una independencia política, no con el control efectivo de los estados sobre sus territorios o con la delimitación de un mercado por parte de una burguesía nacional. Este fenómeno obliga a reconocer el papel constructivo que jugó una imaginería historiográfica en la formación misma de la nación. Pero implica también que las imágenes no estaban destinadas a definir una realidad sino a prefigurarla. Muchas de las imágenes procedían de un fondo común de convenciones historiográficas europeas; en otras palabras, eran prestadas.<sup>4</sup>

Essa linguagem nascida do nacionalismo não era um todo homogêneo, nem possuía perfis e limites estabelecidos na primeira metade do século XIX mas, sim se conformava sob a forma de propostas, por vezes formuladas em disputas que precediam a produções da historiografia, já que essa também se encontrava em fase de constituição naquele momento como campo científico e como disciplina acadêmica. Concordamos com Colmenares em que, à época, os mercados nacionais ainda não estavam delimitados, pois os textos cujas propostas colocariam elementos constitutivos da nação tratavam, ao mesmo tempo, de forjar um Estado moderno e de delimitar as entidades que se almejavam.

A finalidade dos escritos da época e seu repertório de imagens vigentes podem ser mais facilmente determinados pela observação dos contextos de aparecimento, além, em geral, das declarações de seus autores, que indicam visões específicas, mas também coletivas, de nação. De fato, Isaías García Aponte acredita ter havido fases distintas ao analisar os projetos culturais na edificação das nações latino-americanas. Para o autor, foram pensados dentro de uma perspectiva pragmática, visando a contribuir para organização e caracterização das comunidades em questão. Segundo Aponte:

Este proceso, como el proceso ulterior de consolidación y estructuración nacional, también en el orden político, espiritual y cultural, exigía una filosofía que pudiese justificar esas aspiraciones nacionales. De allí que el pensamiento hispanoamericano haya sido, y que lo sea aún en cierta medida, un pensamiento orientado hacia fines prácticos, con una preponderancia de temas que tocan a la organización de la comunidad bajo ciertas formas políticas y sociales.<sup>5</sup>

---

<sup>4</sup> COLMENARES, Germán. *Las convenciones sobre la cultura: ensayos sobre historiografía hispanoamericana del siglo XIX*. Medellín: La Carreta Histórica, 1968, p.119.

<sup>5</sup> APONTE, Isaías García. *Andrés Bello. Contribución al estudio de la historia de las ideas en América*. Panamá: Universidad de Panamá, 1964, p. 18.



A imaginação das novas comunidades foi empreendida conscientemente na Argentina, no Brasil e no Chile, no final da segunda metade do século XIX. Para Arturo Aldunate, existia uma consciência sobre a questão nacional que “[f]orma en Chile la opinión pública dirigiéndose a la ciudadanía responsable e ilustrada para señalarle nuevos caminos y para robustecer al mismo tiempo la conciencia del propio ser nacional”.<sup>6</sup> Na ex-colônia portuguesa, a formação da memória da nação era um dos objetivos centrais do *IHGB*, constantemente apresentado aos pares e aos cidadãos letrados do país por sua revista.<sup>7</sup> Na margem ocidental do rio da Prata, os jovens universitários da Geração de 37 tinham um programa bem organizado sobre quais eram os seus deveres, conforme já comentado no capítulo II.

Segundo Félix Weinberg, nos discursos de inauguração do Salão Literário, as falas de Marco Sastre, Alberdi e Juan María Gutiérrez apontavam objetivos direcionados à tarefa de se construir uma nação e uma cultura nacional. Assim resume Weinberg os pronunciamentos:

En síntesis, los planteos esenciales esbozados en los tres discursos conducen a cinco ordenamientos básicos, interrelacionados solidaria e íntimamente: 1º estructuración de una cultura nacional; 2º difusión democrática y popular de los bienes intelectuales; 3º conocimiento y estudio de la realidad social y material del país; 4º integración realista con el movimiento de ideas y tendencias renovadoras vigentes en el mundo; y 5º enfrentamiento activo de las tradiciones retrógradas.<sup>8</sup>

Tomando como referência os objetivos do *Salón*, que podem ser estendidos ao Chile e ao Brasil, nos parece clara a relação consciente entre uma produção intelectual, renovada ou em renovação quanto a seus paradigmas, e a crença em seu poderio na hora da efetivação da construção dos novos países. Pode-se perceber, nos trabalhos da época, a intencionalidade de alimentarem ações políticas, como também de atuarem sobre a formação cultural dos países. Trata-se de fragmentos de uma rede cultural, diversificada, constituída por elementos de um processo conformador de identidades, constituintes de cada imaginário nacional.

Como sabemos, neste capítulo serão analisadas, em concreto, obras de Alberdi, Abreu e Lima e Andrés Bello, referentes de discursos mais amplos. Trabalharemos, prioritariamente, sem excluir outros escritos, com os textos que iremos apresentar a seguir. Entre os muitos

<sup>6</sup> ALDUNATE, Arturo Fontaine, “Andrés Bello, Formador de opinião pública”, in *Estudios Públicos*, nº. 8, 1982, p. 36.

<sup>7</sup> SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil - 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado, “Nação e Civilização nos Trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional”, in *Estudos Históricos 1. Caminhos da Historiografia*. Rio de Janeiro: Vértice, 1988, pp. 5-27.

<sup>8</sup> WEINBERG, Félix. *El Salón Literario de 1837*. Buenos Aires: Librería Achete, [1958] 1977, p. 60.

estudos disponíveis, elegemos analisar, de Alberdi, *Fragmento preliminar al estudio del derecho*, publicado em 1837, e *Bases y puntos de partida para la organización política de la República Argentina*, de 1852. Abordaremos as opiniões de Abreu e Lima através do *Bosquejo histórico, político e literário do Brasil*, de 1835, e do *Compendio da Historia do Brazil*, em volume único e duplo, de 1843. Para acessar as ideias de Bello, foram escolhidos *Principios de derecho de gentes*, de 1832, e uma série de artigos publicados no jornal *El Araucano* em 1848 — sendo eles: “Memoria sobre el servicio personal de los indígenas y su abolición”, “Modo de escribir la Historia”, “Modo de estudiar la Historia” e “Constituciones” —, além de recorrer, de forma mais esporádica, ao *Discurso pronunciado en la instalación de la Universidad de Chile*, de 1843.<sup>9</sup> Nenhuma das publicações foi elaborada do interior do Estado, com chancela oficial. Contudo, todas tinham relações com o poder instituído.

O *Fragmento preliminar al estudio del derecho* (1837), publicado por Alberdi, assim como o *Principios de derecho de gentes* (1832), e da autoria de Andrés Bello, e o *Bosquejo histórico, político e literário do Brasil* (1835), elaborado por Abreu e Lima, são amostras do momento inicial da construção da nação por ideias nacionais que se formavam à vez que se compreendia o que era uma nação. Os três estudos estão centrados em avaliar questões nacionais, em verificar problemas e indicar ações que tocam em elementos de cunho organizativo presentes nas constituições e nos ordenamentos jurídicos que viriam organizar aqueles países. Trata-se do discurso referente ao Estado exercendo um impulso formalizador sobre as nações em emergência. Todavia, os olhares não se limitaram às fronteiras nacionais, apresentando uma visão regional da problemática. O diferencial do trabalho de Bello, em relação aos outros estudados, remete para o fato de tratar da nação no âmbito internacional, em vez de voltar a sua análise exclusivamente às condições do Chile em específico.

Em Alberdi, podemos acompanhar a intencionalidade e o caráter de orientação do *Fragmento Preliminar* através da leitura de seu subtítulo: *Acompañado de una serie numerosa de consideraciones formando una especie de programa de los trabajos futuros de la inteligencia argentina*. O advogado Alberdi escreveu uma proposta de formulação de um corpo legislativo para o país sobre o qual se discutia. Nicolas Shumway considera o ensaio um trabalho singular e o mais significativo desde os textos de Mariano Moreno. Segundo esse

---

<sup>9</sup> Esses textos, entre outros, foram publicados em forma de livro em 1850 no Chile. BELLO, Andrés. *Opúsculos literários i críticos, publicados en diversos periódicos desde el año de 1834 hasta 1849*. Santiago: Imprenta chilena, Calle de Valdivia, 1850. Disponível em: [http://books.google.es/books?id=\\_3USQWfJP4EC&printsec=frontcover&hl=es&source=gbs\\_ge\\_summary\\_r&cad=0#v=onepage&q&f=false](http://books.google.es/books?id=_3USQWfJP4EC&printsec=frontcover&hl=es&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false) (acessado em 09/03/2013). Neste capítulo, devido a remissão constante aos textos escolhidos, para facilitar a leitura, optamos por indicar a citação redigir a referência por inteiro da obra.

autor, era ainda “o único trabalho desse período” que encarava o governo de Rosas como uma etapa necessária ao desenvolvimento da nação, procurando evitar o possível caos de sua ausência.<sup>10</sup>

Alberdi considerava o estudo de direito um guia primordial pelo seu caráter científico, aproximando-se dos modelos dos fenômenos da natureza, mas sem perder a análise pontual da realidade.<sup>11</sup> O autor do *Fragmento preliminar* reforçou a importância teórica e metodológica de seu estudo ao ressaltar sua abordagem moderna, científica, pela pontualização de que os ordenamentos jurídicos deveriam estar de acordo com o perfil de cada povo. Partindo dos *males de origem*, Alberdi explica ao seu interlocutor a relação entre sociedade e normas, com uma perspectiva voltada à América:

Cuando esta ciencia haya llegado á sernos un poco familiar, nos hará ver que el derecho sigue un desenvolvimiento perfectamente armónico con el del sistema general de los otros elementos de la vida social; es decir, que el elemento jurídico de un pueblo, se desenvuelve en un paralelismo fatal con el elemento económico, religioso, artístico, filosófico de este pueblo: de suerte que cual fuere la altura de su estado jurídico. Así pues esta ciencia deberá decirnos, si el estado jurídico de una sociedad, en un momento dado, es fenomenal, efímero, ó está en la naturaleza necesaria de las cosas, y es el resultado normal de las condiciones de existencia de ese momento dado. Porque es por no haber comprendido bien estas leyes que nosotros hemos querido poner en presencia y armonía, un derecho tomado en la altura que no había podido soportar la Europa, y que la confederación de Norte América sostiene, merced á un concurso prodigioso de ocurrencias felices, con una población, una riqueza, una ilustración que acababan de nacer.<sup>12</sup>

Na mesma linha de intenções que o *Fragmento preliminar*, foi produzindo outro texto abordado nesta pesquisa. Em *Bases y puntos de partida para la organización política de la República Argentina*, Alberdi propõe “bosquejar el mecanismo de esa ley” para conceber as instituições do país nascente, que entrara em uma nova fase, dentro da perspectiva de

<sup>10</sup> SHUMWAY, Nicolas. *A Invenção da Argentina: História de uma Ideia*. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo; Brasília: Editora UnB, 2008, p. 172.

<sup>11</sup> ALBERDI, Juan. B., “Fragmento preliminar al estudio del derecho”, in *Obras Completas de J. B. Alberdi*. Tomo I, Buenos Aires: La Tribuna Nacional, 1886, p. 250.

<sup>12</sup> Idem, p. 104. Alberdi faz uma ressalva sobre a importância de Vico e do valor de sua obra utilizando a filosofia da história em suas análises. Sua descrição de ciência foi a seguinte: “De aquí la necesidad de un orden científico para las verdades de la jurisprudencia. Pero para que un cuerpo de conocimientos merezca el nombre de ciencia, es necesario que estos conocimientos formen un número considerable, que lleven nomenclatura técnica, que obedezcan á un orden sistematizado, que se pongan en método regular. Sin estas condiciones, que es menester llenar mas ó menos estrictamente, habrá una compilación cuando mas, pero jamás una ciencia. De todas estas condiciones, la que mas caracteriza la ciencia, es la teoría, elemento explicativo de las causas, razones, y efectos de todos los hechos que la forman. Y como es esta triple operación lo que mas especialmente constituye la filosofía, se vé que la ciencia no es otra cosa que la filosofía misma”. Idem, pp. 108-109.

construção nacional, com a queda de Rosas.<sup>13</sup> Alberdi iniciou seu trabalho argumentado que a batalha de *Monte Caseros* (1852) foi tão relevante quanto a Revolução de Maio (1810) e que o processo de formação de um governo nacional, ainda inacabado, não estava muito distante da situação de 1810. Para fazer sua proposta, procurou projetar um modelo próprio para o país, mas que pudesse ainda apontar direções para as outras nações americanas, rejeitando para isso as constituições que lhes eram atuais. Alberdi acreditava que “[n]inguna de las constituciones de Sud-América merece ser tomada por modelo de imitación, por los motivos de que paso á ocuparme”, pois as considerava defasadas e contraproducentes ao desenvolvimento regional.<sup>14</sup>

O posicionamento político e social de Alberdi variou de um momento a outro, mostrando-se neste último mais conservador no relativo à ordem política, à composição étnica no tocante a indígenas e mestiços, e ao papel das massas nos novos países. O programa do tucumano, representado no trabalho *Bases y puntos*, contava com um autoritarismo apoiado na institucionalização política e nos avanços econômicos dos últimos anos do governo de Rosas. Sua justificativa ao controle das liberdades políticas estava baseada nos ganhos do avanço econômico, que contribuía à atenuação das tensões sociais, surgidas em 1848 com as influências revolucionárias europeias.<sup>15</sup>

Alberdi compreendia que a situação daqueles dias era distinta do momento da independência, quando as necessidades eram outras, apresentando uma leitura de um passado e um presente indesejados. Para o autor, o novo período necessitava de novas constituições, visto o estado da América do Sul à época. Declarava Alberdi: “[h]é aquí el fin de las constituciones de hoy día: ellas deben propender á organizar y constituir los grandes medios

---

<sup>13</sup> A posição de Alberdi frente ao governo e à pessoa de Rosas é bastante distinta entre um livro e outro. A imagem positiva e a esperança explicitadas, no *Fragmento preliminar* foram substituídas por uma visão negativa apresentada em *Bases y puntos*. De acordo com Alberdi, “*La dictadura de Rosas había sido como una montaña, que impedía ver lo que había de verdadero detrás de su poder personal en la historia de las luchas del Plata. Para unos era Rosas un síntoma y resultado del mal. Para otros era todo el mal en persona. Su caída ha resuelto el problema y puesto en transparencia el horizonte de la historia argentina en toda su verdad*”. ALBERDI, Juan. B., “Bases y puntos de partida para la organización política de la República Argentina”, in *Obras Completas de J. B. Alberdi*. Tomo III, Buenos Aires: La Tribuna Nacional, 1886, p. 125.

<sup>14</sup> ALBERDI, Juan. B., op. cit., p. 387. Alberdi, assim como Sarmiento, sofreu influências do trabalho de Alexis de Tocqueville ao analisar os Estados Unidos, discorrendo sobre diversos aspectos de sua organização social. *A Democracia na América*. BEIRED, José Luís Bendicho, “Tocqueville, Sarmiento e Alberdi: três visões sobre a democracia nas Américas”, *História*, São Paulo, vol. 22, nº. 2, 2003. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-90742003000200004&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-90742003000200004&lng=pt&nrm=iso)> (acessado em 07/01/ 2013).

<sup>15</sup> HALPERÍN DONGHI, Tulio. *Proyecto y construcción de una Nación: 1846-1880*. Buenos Aires: Emecé Editores, 2007, pp. 58-60.

*prácticos de sacar á la América emancipada del estado oscuro y subalterno en que se encuentra*”.<sup>16</sup>

O primeiro texto de Abreu e Lima que vem contribuir para a construção e representação nacional é o *Bosquejo histórico, político e literário do Brasil*, publicado em 1835 na capital fluminense. Possuía também um sentido prático, lançado durante as disputas políticas que se travavam no período da regência, em um momento em que se acabava de reformar a Constituição com o Ato Adicional de 1834, que dava maiores autonomias às províncias. O texto de Abreu e Lima buscava combater os projetos apresentados à Assembleia Geral pelos deputados liberais Rafael de Carvalho (pelo estado do Maranhão) e Antônio Ferreira França (pela Bahia). Um deles visava ao fim da monarquia e ao estabelecimento de uma república, eletiva de dois em dois anos. O segundo projeto propunha a separação da igreja católica brasileira do Vaticano e que o poder religioso ficasse sob a tutela do chefe do Estado. Acompanhemos as intenções de Abreu e Lima declaradas a seus leitores:

Resolvidos, como estamos, à denunciar ao Povo Brasileiro o maior atentado que, nas actuaes circunstancias, poderia cometer um seu Representante, reimprimimos em seguimento o Corpo de delicto, assim como os artigos da Constituição, que nos hão de servir para formarmos o processo do *insigne* Criminoso.

Estamos resolvidos a provocar um Juizo nacional, perante o qual ninguém he irresponsável. A inviolabilidade do Deputado não póde exceder a alçada dos Tribunaes Ordinarios, porém não está izento do grande Tribunal da publica opinião.<sup>17</sup>

O *Bosquejo histórico* é caracterizado como uma importante referência ao início do surgimento do romantismo e da análise política e sociocultural brasileira. Com uma leitura crítica do Brasil, constitui, a nosso ver, uma das produções mais ricas de Abreu e Lima acerca de sua visão do país e da América. Um de seus estudiosos, Estevão Pinto, acreditava em 1948 que o *Bosquejo histórico* era “um dos estudos mais interessantes realizados sobre o estado político-social do Brasil no tempo da Regência”.<sup>18</sup> Entretanto, pensando regionalmente, a relevância desse escrito também derivou de sua leitura sobre a América, ao trazer, além de os Estados Unidos, a América hispânica para o debate no mundo intelectual brasileiro.

<sup>16</sup> ALBERDI, Juan. B., op. cit., p. 409.

<sup>17</sup> ABREU E LIMA, J. I., op. cit., p. 5.

<sup>18</sup> PINTO, Estevão. *O general Abreu e Lima*. Recife, 1949, p. 15. Ver também: MARTINS, Wilson. *História da Inteligência Brasileira*. São Paulo, 3ª ed., vol. II, 2001. ROMERO, Sílvio. *Compêndio de história da literatura brasileira*. Rio de Janeiro: Imago Ed. 2001.

A segunda obra de Abreu e Lima que se analisará aqui, *Compendio da Historia do Brazil* (1843), também tem relevância por apresentar-se como um estudo de vanguarda para a historiografia brasileira, ao ser uma das primeiras propostas de periodização para a história do Brasil e um dos primeiros manuais para o estudo da disciplina no país. O *Compendio*, publicado inicialmente em dois volumes, foi reduzido a um único volume para resultar mais acessível, direcionando o material para ser utilizado pelos estudantes brasileiros. Na “Advertência”, foi explicado que a edição resumida era “mais adequada para os COLLEGIOS e para toda a Mocidade Brasileira”, que poderia ter mais instrução sobre a “Historia pátria”.<sup>19</sup>

No Chile, Andrés Bello também assumiu um lugar de fala destacado quanto à educação e às formas jurídicas do país. Produziu um dos mais importantes e também pioneiros estudos sobre as relações internacionais no mundo moderno, reformulado com o advento das novas nações americanas e com a modificação das fronteiras europeias. Este estudo foi um dos primeiros trabalhos no campo do Direito que Bello produziria no Chile, influenciando rapidamente uma geração de juristas, alunos ou colegas.<sup>20</sup>

Assim como Alberdi e Abreu e Lima, Bello tem consciência da importância do momento em que escreve na construção nacional daqueles países. Acompanhando o prefácio de *Principios de derecho de gentes*,<sup>21</sup> podemos seguir a explicação deste autor sobre o caráter da obra, em que mostra claramente sua intenção a respeito da recepção de seu projeto. Da mesma forma que Alberdi, Bello apresentava sua ciência para um progresso pátrio:

Quisiera que esta obra correspondiese de algun modo al liberal patrocínio que el Gobierno de Chile, con su acostumbrado celo por el fomento de los estudios, ha tenido á bien dispensarle. Mi ambicion quedaría satisfecha, si á pesar de sus defectos, que estoy muy lejos de disimularme, fuese de alguna utilidad en el cultivo de una ciencia, que si antes pudo desatenderse impunemente, es ahora de la mas alta importancia para la defensa y vindicación de nuestros derechos nacionales. Si á lo menos esta tentativa sirviese de estímulo á otras en que con mas luces, mas tiempo y mas abundantes materiales que los que yo he tenido á mi disposición, se

<sup>19</sup> ABREU E LIMA, J. I. *Compendio da Historia do Brazil*. Rio de Janeiro: Eduardo e Henrique Laemmert, 1843b.

<sup>20</sup> Uma análise bastante detalhada sobre esta obra pode ser encontrada em: PLAZA, Eduardo, “Prólogo”, in BELLO, Andrés. *Obras Completas de Andrés Bello*. Tomo X [Derecho Internacional I]. Caracas: La casa de Bello, 198, pp. X-CXCVI.

<sup>21</sup> Segundo Félix Weinberg, *Principios de derecho de gentes* de Bello teve uma boa aceitação logo de seu lançamento na sociedade americana. Em 1838, em Buenos Aires, o livro custava o mesmo preço do *Curso de Filosofia dictado en la Universidad de Buenos Aires por el Dr. Alcorta*, o renomado deputado liberal e professor da Universidade de Buenos Aires. Ambos custavam 12 pesos, enquanto a média dos livros circulava entre 3 e 4 pesos. WEINBERG, Félix, op. cit., pp. 12-13.

desempeñase mejor la materia, me lisonjearía de no haber trabajado sin fruto.<sup>22</sup>

Também foi apoiado em paradigmas científicos e com respaldo do mundo letrado moderno que Bello produziu escritos com elementos que acreditava pertinentes nos trabalhos de constituição da nação. Como vimos anteriormente, os artigos produzidos em 1848 para debater com o professor do *Instituto Nacional* Jacinto Chacón e com um dos jovens mais ativos da *Generación de 42*, José Victorino Lastarria, baseavam-se em uma discussão científica a respeito da historiografia que começava a ser elaborada na Universidade do Chile, com foco em seus procedimentos metodológicos. Foi nesta perspectiva que Bello escreveu *Modo de escribir la Historia, Modo de estudiar la Historia e Constituciones*.

Essas são as obras escolhidas para buscarmos leituras e inferências sobre as ideias de nação e de projetos nacionais, ainda incipientes, que se formavam em meados do século XIX nos países aqui estudados. Ditos textos não representam a totalidade do pensamento dos intelectuais que as conceberam, longe disso; porém, são expressões de ideias que em determinado momento ilustram desejos para além do indivíduo e que colocam em questão um imaginário coletivo múltiplo e, por vezes, assim como os seres humanos, incongruente.

#### **4.1.1 – A consciência nacional: avaliação da realidade e primeiros projetos**

A ideia de uma consciência nacional se fez presente nas discussões sobre a nação, sendo aquele item, para alguns autores, o elemento central na formação da nação e do Estado. Compreendemos que dita consciência, esse nacionalismo, resultou essencial para a edificação de uma ideia de nação, como também contribuiu para a efetivação da organização de uma entidade política autônoma e soberana. O início da elaboração pelos intelectuais de um despertar nacional também se concretizou ao mesmo tempo em que o nacionalismo avançava e ocupava espaço no seio da sociedade.

Abreu e Lima, Alberdi e Bello partiram, em suas obras, de uma análise do presente para uma leitura do passado e para uma apresentação de futuros possíveis. Abreu e Lima e Alberdi, principalmente, promoveram uma avaliação sociocultural de suas nações, por vezes próxima da que Alexis de Tocqueville publicou em 1835, em *Da Democracia na América*, ao analisar os Estados Unidos, e que influenciaria toda uma geração de americanos.

---

<sup>22</sup> BELLO, Andrés. *Principios de derecho de gentes*. Madri: Imprenta de Fuentenebro. Librería de la viuda de Calleja e hijos, 1844, p. IX. Utilizaremos esta segunda edição ampliada em relação à 1ª edição de 1832.

No *Fragmento preliminar*, o diagnóstico produzido por Alberdi sobre a realidade de seu futuro país retroagia a questões ligadas à emancipação política da ex-colônia espanhola. Em 1837, o tucumano encontrava um processo inacabado de independência que necessitava concluir e guiar-se por normas aplicadas à realidade local, como também apontava para um ponto de origem da constituição da nação argentina. Na leitura elaborada por Alberdi:

Nosotros no lo creímos así, cuando en Mayo de 1810, dimos el primer paso de una sabia jurisprudencia política: aplicamos á la cuestión de nuestra vida política, la ley de las leyes: esta ley que quiere ser aplicada con la misma decisión á nuestra vida civil, y á todos los elementos de nuestra sociedad, para completar una independencia fraccionaria hasta hoy.<sup>23</sup>

O problema levantado por Alberdi, ao menos em termos políticos, não foi uma preocupação ou constatação encontradas no caraquenho e nem no pernambucano, que não questionavam a conclusão política do processo emancipatório do Brasil ou do Chile, fato consolidado para eles à época da publicação, respectivamente, de *Principios de derecho de gentes*, em 1832, e do *Bosquejo histórico, político e literário do Brasil*, em 1835. O tucumano aprofunda suas ideias, ao expor sua visão sobre a ação e o pensar político, agora de dimensões continentais. Alberdi enxergava duas épocas distintas, considerando que a fase de uma consciência própria, americana, ainda estava por iniciar, após haver finalizado os períodos de ação. Vamos acompanhar sua ponderação sobre as épocas, onde se destacam heróis que virão ligar-se a sentimentos identitários e nacionais:

Pasó el reinado de la acción; entramos en el del pensamiento. Tendremos héroes, pero saldrán del seno de la filosofía. Una sien de la patria lleva ya los laureles de la guerra; la otra sien pide ahora los laureles del genio. La inteligencia americana quiere también su Bolívar, su San Martín. La filosofía americana, la política americana, el arte americano, la sociabilidad americana son otros tantos mundos que tenemos por conquistar.<sup>24</sup>

A fala de Alberdi acima reproduzida, para além de uma constatação temporal do processo conflitivo de formação da nação argentina, implica ainda a representação do apoio tácito, ou melhor, da aceitação implícita, a Rosas e uma rejeição, ao menos momentânea, às soluções militares que impediam uma unificação das províncias em litígio. Essa visão

<sup>23</sup> ALBERDI, Juan. B., “Fragmento preliminar al estudio del derecho”, in *Obras Completas de J. B. Alberdi*. Tomo I, Buenos Aires: La Tribuna Nacional, 1886, pp. 107-108.

<sup>24</sup> Idem, p. 111. Como abordado no capítulo II, Manuel José Quiroga de la Rosa, também pertencente ao *Salón Literario*, compartilhava do mesmo pensamento de Alberdi. Rosa expunha, na *Tesis sobre la naturaleza filosófica del derecho*, de 1837, a necessidade dos jovens em completar o processo de independência iniciado em 1810, em direção à civilização e ao progresso.



conciliatória e contemporalizadora de 1837 constitui uma postura distinta da que viria a ter no exílio em Montevideu no início da década de 1840, quando participaria como secretário do General Juan de Lavalle, responsável pela condução do conflito armado promovido para a tentativa da derrubada de Rosas.

Nota-se também, no trecho indicado de Alberdi, a forte presença de uma ideia de América, apresentando conjuntamente um discurso de continuidade, produzido desde o início da construção dos novos Estados nacionais. Segundo Alberdi, em uma defesa de ideias próximas às pronunciadas no discurso de inauguração do *Salón Literario*,<sup>25</sup> para superar a realidade que se vivenciava na região do Prata e, de forma geral, na América, fazia-se necessário dar início a uma produção intelectual direcionada aos problemas locais, concepção que será observada igualmente nos outros dois personagens. Após a independência política, a emancipação se veria completada somente quando os americanos atingissem uma consciência nacional e produzissem uma *nacionalidade*, via construção de uma racionalidade. Podemos verificar com mais detalhes a relação apresentada por Alberdi entre ambos os aspectos da questão:

Es pues ya tiempo de comenzar la conquista de una conciencia nacional, por la aplicación de nuestra razón naciente, á todas las fases de nuestra vida nacional. Que cuando, por este medio, hayamos arribado á la conciencia de lo que es nuestro, y deba quedar, y de lo que es exótico, y deba proibirse, entonces, sí, que habremos dado un inmenso paso de emancipación y desarrollo; porque, no hay verdadera emancipación, mientras se está bajo el dominio del ejemplo extraño, bajo la autoridad de las formas exóticas. Y como la filosofía, es la negación de toda autoridad que la de la razón, la filosofía es madre de toda emancipación, de toda libertad, de todo progreso social. Es preciso pues conquistar una filosofía, para llegar á una nacionalidad. Pero tener una filosofía, es tener una razón fuerte y libre: ensanchar la razón nacional, es crear la filosofía nacional, y por tanto, la emancipación nacional.<sup>26</sup>

Como se verá mais adiante, principalmente com a análise das propostas contidas em *Bases y puntos*, reconhecemos, como Germán Colmenares e Nicolas Shumway, uma contradição aparente entre a valorização de uma concepção do local, frente à compreensão daquilo que deveria ser valorizado nas propostas contidas em muitos dos projetos nacionais, uma vez que as avaliações e ideias eram espelhadas em discursos de origem europeia.

---

<sup>25</sup> ALBERDI, Juan B., “Discurso pronunciado el día de la apertura del Salón Literario”, in *Obras Completas de Juan Bautista Alberdi*. Tomo I, Buenos Aires: Imprenta de La Trina Nacional, 1886, pp. 256-267. Sobre o tema, consultar o capítulo II de nosso trabalho.

<sup>26</sup> ALBERDI, Juan. B., “Fragmento preliminar al estudio del derecho”, in *Obras Completas de J. B. Alberdi*. Tomo I, Buenos Aires: La Tribuna Nacional, 1886, p. 111.

Esse retrato, marcado pela precariedade, do mundo intelectual americano não era uma leitura apenas de Alberdi. O *Bosquejo histórico*, de Abreu e Lima, além de seu pioneirismo, ficou conhecido por sua avaliação extremamente negativa do Brasil. Adiantando a questão, o pernambucano considerava seu país como o mais ignorante do continente americano, por causa de fatores históricos, educacionais e étnicos.<sup>27</sup> A produção das letras brasileiras, de fato, parecia-lhe muito pouco desenvolvida e a necessidade de maior produção intelectual era, para ele, uma constatação. Em um tom bastante duro, Abreu e Lima faz a seguinte análise do estado de nossa *intelligentsia*:

Todavia o nosso saber não guarda proporção com o estado actual da ilustração do mundo, nem com as necessidades de uma população nascente, porém vigorosa e cheia de nervo, que precisa desenvolver toda a sua capacidade; os nossos conhecimentos no Brasil desapareceram no meio da *empericia* da multidão; não possuindo homens abalisados nas sciencias de utilidade, tão pouco os possuímos nas de gosto e de ornato.<sup>28</sup>

Apesar da constatação do pernambucano, a ausência de uma produção intelectual nacional não era total. O Brasil possuía intelectuais com potencialidades produtivas, porém subutilizadas. O próprio Abreu e Lima destacava, a esse respeito, nomes como o Visconde de Cairu, Bonifácio de Andrade ou Evaristo da Veiga; no entanto, considerava-os com publicações produção abaixo de suas capacidades. Grosso modo, entendia que no Brasil se dera uma produção escassa nos campos da literatura e das ciências. Acompanhamos a seguir sua fala, que ainda nos traz outro elemento que ajuda a conhecer sua visão do caráter brasileiro. Para Abreu e Lima:

Entre os Brasileiros tem havido alguns homens distintos pelo seo saber; porém o mesmo succede á seo respeito, que com os Portugueses; a apatia he o nosso cunho nacional. O mais interessante das nossas producções he sem duvida o Dicionario classico da língua Portuguesa por Antonio de Moraes Silva, natural do Rio de Janeiro: elle he superior á todo encarecimento.<sup>29</sup>

O dicionário de Antonio de Moraes, talvez por ser conhecido em Portugal, não diminuía o caráter vexatório da situação das letras no Brasil. Para Abreu e Lima, a irrelevante produção nacional ameaçava inclusive o *status* civilizacional do país. As duas décadas que vivera fora do território brasileiro, em sua maioria entre as atuais Colômbia e Venezuela, mas

<sup>27</sup> ABREU E LIMA, J. I. *Bosquejo histórico, político e literário do Brasil*. Cidade de Nictheroy: Typographia Nictheroy de Rego e Comp. 1835, p. 111.

<sup>28</sup> Idem, pp. 71-72.

<sup>29</sup> Idem, p. 70.

com passagens pelos Estados Unidos e pela Europa, devem ter permitido a Abreu e Lima elaborar essa avaliação sobre o país. Como já havia indicado anteriormente, a origem do problema derivava, para o pernambucano, da colonização empreendida na América portuguesa. Podemos compreender melhor aqui suas concepções quanto aos motivos do atraso intelectual dos brasileiros:

Conheçamo-nos pelo amor de Deus, sejamos sinceros, si queremos que nos tenhamos se quer em conta de um Povo *civilizado*: já que não podemos aspirar á honra de sermos contemplados no numero daquellas Nações, que se tem por *ilustradas*. [...] Descendentes de uma Nação mesquinha em conhecimentos, pobre de sciencias e de artes, não podemos elevar-nos á categoria de outros Povos educados no centro de uma vasta erudição.<sup>30</sup>

A constatação das diferenças existentes entre o sistema educacional das ex-colônias portuguesa e espanholas permitia-lhe fazer um contraste, negativo ao império e à colonização portuguesa, quando se abordava a questão. A presença de universidades e a produção de obras de reputação internacional foi um parâmetro utilizado por Abreu e Lima para avaliar a nação, ao tempo que dava mostras concretas de seus conhecimentos sobre a produção intelectual hispano-americana, destacando a obra do próprio Bello como um marco para a produção e divulgação sobre a América. Abreu e Lima expressava no *Bosquejo histórico* um pouco de seus conhecimentos da vida intelectual hispano-americana:

Em todas as Colonias Espanholas se tinham multiplicado as Universidades; ali mesmo se tinham formado alguns sábios que forão admirados na Europa; depois da revolução, Garcia del Rio e Andres Bello, o primeiro de Cartagena e o segundo de Caracas, escreverão em Londres a Miscelanea Americana, que foi sumamente elogiada por todas as Revistas enciclopédicas de Inglaterra, e passou por um dos melhores Repertorios das sciencias e artes, que até então se havia publicado.<sup>31</sup>

Alguns anos depois, o *Compendio da Historia do Brazil* — publicado visando a estudantes brasileiros e com fins patrióticos para formação de uma identidade nacional via a historiografia e o ensino da história — apresenta, no prefácio à versão em dois volumes, um olhar mais positivo acerca da situação e do futuro do país. A obra, produzida por um membro do *Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, apoiador do governo de Pedro II, apresentava aos jovens discentes uma visão segundo a qual o futuro de uma nação, cuja data de nascimento fora estabelecida em 1822, se estava iniciando. O livro lançado em 1843 era de

<sup>30</sup> Idem, p. 73.

<sup>31</sup> Idem, p. 63.

uma natureza bastante distinta do *Bosquejo histórico*, que havia sido elaborado como instrumento político e crítico, e que apresentava uma análise menos severa no tocante à herança e às letras portuguesas, assim como à produção brasileira. De fato, Abreu e Lima não apenas reconhecia algum valor na poesia portuguesa, como argumentava considerando a proximidade inicial entre as duas culturas. Vejamos a nova avaliação no *Compendio*:

È verdade que, como colônia, pertencíamos a um povo civilizado, que tinha uma litteratura, accrescendo que desde muitos annos escriptores Brasileiros se haviam assignado entre os que tinham nascido na Metròpole; porém embebidos nas máximas dos que nos dictam a lei, seguíamos á pista as doutrinas, os erros, e até a vaidade dos nossos dominadores, sem que as nossas obras cheirassem ao menos ás flores da nossa eterna primavera. Não há muito que pela imprensa se negou a naturalidade de um dos nossos melhores poetas, só porque em suas poesias fallava do Tejo e do Douro, de pastores e cajados, da faia e da oliveira, em vez do Parahyba e do Rio Doce, do laço e das bolas, da jaboticaba ou da mangabeira. Isto, que em outras circumstancias parecia pueril, é a meu ver forte argumento para provar, que aquella parte da litteratura portugueza, obra de escriptores Brasileiros, pertence-lhes exclusivamente, porque tem todo o cunho da sua nacionalidade.<sup>32</sup>

Embora houvesse feito no *Bosquejo histórico* uma avaliação mais severa do que as realizadas por Alberdi e Bello em relação, respectivamente, ao Prata e ao Chile, o brasileiro visualizava, no momento em que escrevia, o começo de uma produção nacional, iniciada com a independência de Portugal. No trecho que destacamos a seguir, Abreu e Lima, da mesma maneira que Alberdi, transmite a ideia de um processo ainda principiando e sem formas definidas. Além da demarcação da ruptura com o controle lusitano, e da abertura de uma nova dinâmica, apela-se à imagem de algo que estaria por se estabelecer, indicando partes de um todo em fase de conformação. Deixemos a crítica para o autor:

Sem os estorvos que o zelo indiscreto dos Portuguezes nos punha sempre por diante, para impedir o rapido vôo da nossa intelligencia, devemos cuidar de reparar o tempo perdido, dando principio á obra da nossa regeneração intelectual, e preparando os elementos de uma litteratura propriamente brasileira.<sup>33</sup>

Assim como Alberdi, Abreu e Lima modificou sua visão sobre a situação do país, ou ao menos a exposição de sua avaliação, ao longo do tempo. A crítica arrasadora que produzira

<sup>32</sup> ABREU E LIMA, J. I. *Compendio da Historia do Brazil desde o seu descobrimento até o magestoso acto de coroação e sagração do Sr. D. Pedro II*. Tomo I, Rio de Janeiro: Eduardo & Henrique Laemmert, 1843a, p. VI.

<sup>33</sup> Idem, p. VII.

em 1835 tornar-se-ia mais condescendente quase uma década depois da realizada no polêmico *Bosquejo histórico*. De fato, nesses últimos anos a situação brasileira havia se modificado, alcançando maior estabilidade com a coroação de Pedro II e com o aumento de obras produzidas por brasileiros e o estabelecimento de novas instituições culturais, como o *IHGB*, as faculdades e os colégios, que fomentavam a vida intelectual e a expansão das letras no Brasil.

Apesar das mudanças de humor de Abreu e Lima, podemos verificar que, ainda com os anos que separam as duas obras, a ideia de uma *intelligentsia* nacional emergente continuava fazendo parte do panorama apresentado pelo autor. Assim o pernambucano avaliava a situação em 1843:

Um paiz, que apenas conta vinte annos de existência como nação não póde ter litteratura propriamente sua; por que nos primeiros desenvolvimentos da intelligencia não é dado tocar a perfeição, que se requer nas obras do espirito humano. Todas as nações existiram annos e séculos antes de possuírem uma litteratura própria; e só depois da introdução das artes e das sciencias, é que cada povo as vae apropriando e desenvolvendo segundo o caracter nacional, e formando deste modo o pecúlio de suas doutrinas e factos. Assim foi que as artes precederam as ciências, que a chronica precedeu a historia, porque começou-se pela pratica e acabou-se theoria.<sup>34</sup>

Essas últimas sentenças de Abreu e Lima sobre a relação das letras e da nacionalidade o aproximava da visão de Alberdi e também de Andrés Bello, reconhecendo que este era um labor gradual onde as letras atuavam na construção da identidade desejada.

No *Discurso pronunciado en la instalación de la Universidad de Chile* no dia 17 de setembro de 1843, Bello também defendia que as propostas deveriam ser, daquele momento em diante, elaboradas em consonância à realidade nacional. No pronunciamento, posteriormente publicado em artigo no *El Araucano*, Bello aproximava-se das interpretações da geração chilena de 42, ao propor que a nacionalidade fosse produzida como um ato de independência. O que chama a atenção é o fato de esse autor estar publicando ditas ideias em 1843, 13 anos mais tarde do início do governo de Portales, que dedicara em torno de uma década a arrebatar cérebros estrangeiros para o desenvolvimento do Chile e que contava com instituições mais organizadas do que a Confederação Argentina ou o Império do Brasil. Na ocasião da inauguração da universidade, percebemos, nas palavras de Bello, a necessidade de uma produção, de fato, própria. Vejamos suas ideias:

---

<sup>34</sup> Idem, pp. V-VI.

No hablamos aquí de nuestra historia solamente, sino de todas. ¡Jóvenes chilenos! Aprended a juzgar por vosotros mismos; aspirad a la independencia del pensamiento. Bebed en las fuentes; a lo menos en los raudales más cercanos a ellas. El lenguaje mismo de los historiadores originales, sus ideas, hasta sus preocupaciones y sus leyendas fabulosas, son una parte de la historia, y no la menos instructiva y verídica. ¿Queréis, por ejemplo, saber qué cosa fue el descubrimiento y conquista de América? Leed el diario de Colón, las cartas de Pedro de Valdivia, las de Hernán Cortés.<sup>35</sup>

Continuando seus argumentos, Bello aproxima-se também de uma visão encontrada em Alberdi e em Abreu e Lima, ao conceber que a vida nacional seria julgada por nações estrangeiras e por considerar que a construção de um pensamento nacional era necessária para colocar o Chile junto às nações que possuíam civilização. Com Bello, percebemos estas ideias, que circulavam entre os intelectuais ibero-americanos:

Nuestra civilización será también juzgada por sus obras; y si se la ve copiar servilmente a la europea aun en lo que ésta no tiene de aplicable, ¿cuál será el juicio que formará de nosotros, un Michelet, un Guizot? Dirán: la América no ha sacudido aún sus cadenas; se arrastra sobre nuestras huellas con los ojos vendados; no respira en sus obras un pensamiento propio, nada original, nada característico; remeda las formas de nuestra filosofía, y no se apropia su espíritu. Su civilización es una planta exótica que no ha chupado todavía sus jugos a la tierra que la sostiene.<sup>36</sup>

Queremos chamar a atenção, nos discursos dos três intelectuais estudados, à concepção da existência de um início da produção intelectual nacional, marcada pelos eventos das independências como uma fase primeira e por um momento posterior de elaboração identitária. Trata-se da produção de identidades para vincular-se, também, com o desenvolvimento da nação. A imagem de um momento inaugural, que poderíamos chamar de amostra dos primeiros passos de um nacionalismo sobre bases culturais, resulta marcante nos discursos de Alberdi, Abreu e Lima e Andrés Bello. As concepções relativas a uma nacionalidade moderna, assim como as propostas de produção reflexiva sobre as características das pátrias, estavam começando um percurso que pretendia levar à constituição de Estados nacionais na América.

#### 4.2 – Ideias de nação: a visão de Alberdi, Bello e Abreu e Lima

<sup>35</sup> BELLO, Andrés. *Obras Completas de Andrés Bello*. Tomo XXIII [Historia y Geografía]. Caracas: La Casa de Bello, 1981, p. 251.

<sup>36</sup> *Ibidem*.

“O que é uma nação?”, perguntava Ernest Renan em 1882.<sup>37</sup> Mais de cento e trinta anos depois ainda não se poderia afirmar que o grau de precisão ou de consenso que se tem hoje seja mais apurado do que o desse intelectual do século retrasado. O vocábulo nação, que era polissêmico em seu nascimento moderno nos séculos XVIII/XIX, o continua sendo nesta segunda década do século XXI.

Podemos buscar precisar esses questionamentos para as ideias de nação do século XIX, procurando ouvir definições ou elucubrações daqueles intelectuais a respeito de suas considerações sobre “o que é uma nação?”. Optamos por direcionar essa pergunta a Alberdi, Abreu e Lima e Andrés Bello. Ao abordar suas concepções, entramos em contato com fragmentos do passado que constituem elementos passíveis de nos remeterem a compreensões sobre as ideias de nação na primeira metade do século da ciência e dos Estados nacionais.

Nos textos em que nos apoiamos, nossos interlocutores apresentam, direta e/ou indiretamente, aquilo que compreendem como nação, o que presenciam nas nações da época e o que desejam para elas. Como já dissemos, há de se levar em conta o contexto no qual esses trabalhos foram produzidos, em situações de embates políticos, quase sempre respondendo a interesses e estímulos mais imediatos. As definições obtidas derivam daquilo que inferimos a partir do encontrado nas obras. Como discorre primorosamente Pierre Bourdieu, as estratégias discursivas são realizadas frente aos contextos em que ocorrem.<sup>38</sup> Os caminhos para alcançar os objetivos são mais complexos do que uma acepção idealizada em um vácuo ideológico. Paul Ricoeur<sup>39</sup> e Roger Chartier<sup>40</sup> também problematizaram as nuances com as quais nos deparamos nas análises discursivas e nas representações que envolvem o trabalho do historiador.

Ao voltar nossa atenção para os escritos dos três intelectuais, estamos em busca de compreender as ideias de nação esboçadas nos textos abordados, sem esquecer que foram necessariamente empreendidas estabelecendo alguma relação com o Estado e/ou o governo, seja por oposição, por adesão ou por pretensa neutralidade política. Como viemos discutindo, nação é uma palavra dotada de muitos significados, construída historicamente, afetada por

---

<sup>37</sup> RENAN, Ernest, “O que é uma nação?”, in *Caligrama*. Belo Horizonte, n.º. 4, dez., 1999, pp. 139-180. Disponível em:

<<http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&source=web&cd=5&ved=0CFAQFjAE&url=http%3A%2F%2Fwww.periodicos.letras.ufmg.br%2Findex.php%2Fcaligrama%2Farticle%2Fdownload%2F381%2F334&ei=vFsxUYPxL4ie8gT8xYGQDQ&usg=AFQjCNHFTgdkd2SAeuT-I9E14qsB-sDM8A&bvm=bv.43148975,d.eWU>> (acessado em 01/03/2013).

<sup>38</sup> BOURDIEU, Pierre. *Coisas ditas*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1990.

<sup>39</sup> RICOEUR, Paul. *Rumo a uma hermenêutica histórica em tempo e narrativa*. São Paulo: Papirus, 1997.

<sup>40</sup> CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Tradução Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

ideologias e com pouco consenso entre estudiosos sobre o que é e qual a dinâmica que caracterizou seu surgimento. Dita imprecisão conceitual, somada às escassas definições diretas de que dispomos, provenientes dos autores investigados, nos remete à busca de olhares mais complexos pelo acesso aos contornos representativos das nações através de ideias paralelas, ou transversais. Assim, trabalharemos com um conjunto de elementos que nos oferecem os textos, riquíssimos em projetos e representações que elaboravam seus autores acerca da questão nacional.

Quando se procura definir o que é uma nação, surge uma série de vocábulos agregados que adjetivam e produzem demarcações mais precisas, de acordo com os problemas pertinentes à construção de cada unidade nacional. Ao empreendermos a ação de definir nação, deparamo-nos com um conjunto de elementos problema que pertenceriam a ela, como território, povo(s), língua(s), soberania, pátria, formas de governo, características intelectuais e étnicas, ideias de autorrepresentação, silêncios, memórias, entre outros elementos que podem surgir de acordo com a adesão mais cultural, política ou étnica que se imprima a dita ideia. Foi desse modo, em grande medida, que tomamos contato com a nação desvelada nas representações com que nos deparamos nos três autores trabalhados.

Areladas aos contextos locais, às demandas que se colocavam, podem ser delimitadas distinções quanto à apresentação de tendências vinculadas aos contextos específicos de cada autor e texto. Observamos um Bello preocupado com a produção de normas internacionais e de uma produção literária e historiográfica para o Chile, ligado a ideias de viés jurídico e ao mundo do ensino. Já Abreu e Lima optou por uma abordagem mais próxima de uma leitura sobre costumes, também respondendo a questões jurídicas, e de uma produção historiográfica, visando, no entanto, à discussão das propostas que giravam em torno da constituição e da composição cultural e étnica da nação, como também da promoção de uma história nacional, com forte viés político. Alberdi, mais próximo às discussões do *Salón*, estava propondo, igualmente, códigos normativos, mas partia de uma análise também vinculada à leitura de costumes e a uma associação do estado social e econômico com a origem e a formação da população argentina. Apesar dessas diferenças, constituídas por diversos elementos, de formação e de lugar de fala, os três estão centrados no debate sobre a forma da nação, debate esse mais atrelado à sua conformação política.

Em *Principios de derecho de gentes*, de Bello, resulta possível observar o esforço pela produção de um consenso novo sobre nações, colocadas como umas frente às outras e inaugurando uma nova forma de relações internacionais, baseada na delimitação de



interlocutores por unidades nacionais. Como assinala Chiaramonte,<sup>41</sup> em meados do século XIX não havia uma diferença entre os termos nação e Estado, usados indiscriminadamente no vocabulário político em voga.<sup>42</sup> No início da definição de Bello, podemos perceber a indefinição que se registra no uso do vocábulo na primeira metade do século XIX, pois, naquela, nação e Estado são iguallados sem exceção nem traço que os diferencie. Bello trabalhou com uma definição predominantemente política, baseada no pacto social e atrelada a uma territorialidade. No centro de sua concepção de nação está localizado o contrato entre homens, regulados pelas leis e cujo bem é o objetivo da nação. O segundo elemento que constituía a ideia de nação remetia para a delimitação de um território a ela atribuído.

Temos a seguinte definição em Bello: “1 - *UNA NACION Ó ESTADO es una sociedad de hombres que tiene por objeto la conservacion y felicidad de los asociados; que se gobierna por leys positivas emanadas de ella misma, y es dueño de una porción de territorio*”.<sup>43</sup> Mais adiante, Bello aprofundou sua compreensão da nação sobre o pacto político baseado na igualdade entre os homens, mostrando-se próximo do princípio político proclamado pela Revolução Francesa e expandindo sua leitura do individuo para o corpo coletivo. Segue Bello: “2- *Siendo los hombres naturalmente iguales, lo son también los agregados de hombres que componen la sociedad universal; La república mas débil goza de los mismos derechos y está sujeta á las mismas obligaciones que el imperio mas poderoso*”.<sup>44</sup>

Nesse momento, Bello não fez alusão à nação como o lugar de nascimento, uma ideia bastante presente ainda naquela época, apesar do avanço das concepções políticas inauguradas na Revolução Francesa com a ideia de adesão consciente, forjada por Jean-Jacques Rousseau.<sup>45</sup> Para Bello, o direito de uma nação possuir seu território se dava pela antiguidade

---

<sup>41</sup> CHIARAMONTE, José Carlos. *Nación y Estado en Iberoamérica. El lenguaje político en tiempos de las independencias*. Buenos Aires, Editoria Sudamericana, 2004.

<sup>42</sup> O vocábulo pátria, relacionado a algo positivo e aos sentimentos, e também caracterizado por uma polissemia, implicava, na primeira metade do século XIX, uma ideia de nascimento, de sentimento à localidade, por exemplo, tendo a pátria como referência a Tucumán, mas podendo ser igualmente uma alusão à Confederação e, até, uma designação para toda a América. Consultar: DI MEGLIO, Gabriel, “Patria”, in GOLDMAN, Noemí (coord.). *Lenguaje y Revolución: conceptos políticos clave en el Río de la Plata, 1780-1850*. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2008, pp. 115-130.

<sup>43</sup> BELLO, Andrés. *Principios de derecho de gentes*. Madri: Imprenta de Fuentenebro. Librería de la viuda de Calleja e hijos, 1844, p. 24.

<sup>44</sup> Ibidem.

<sup>45</sup> Na *Gramática de la Lengua Española*, de 1832, Bello usa nação na acepção que faz referência à naturalidade. BELLO, Andrés. *Obras Completas de Andrés Bello*. Tomo IV [Gramática], 1981, p. 488. “*Fuera de ahí, y particularmente en Andalucía y en América, predomina el lo; pero la influencia de la capital por una parte y la de la literatura por otra, hacen que los loístas de nación al hablar o escribir esmeradamente usen el le con más o menos frecuencia, lo mismo que se valen de tantas otras voces y giros comunes en los libros, pero ajenos del habla familiar*”.

e pelo uso, considerando dito território inviolável caso não ameaçasse a outra nação.<sup>46</sup> Bello relacionou, ainda, a constituição territorial com a presença e uso dos indivíduos e do Estado. Associou, portanto, a soberania do povo e a existência de um aparato estatal que legitimasse tal posse. No *Principios de derecho de gentes*, Bello definiu território nacional da seguinte maneira:

El territorio de una nacion es toda aquella parte de la superficie del globo, de que Ella es dueño, y á que se extiende su soberanía.  
El *territorio* comprende, en primer lugar, el suelo que la nacion habita, y de que dispone á su arbitrio para el uso de sus individuos y del estado.  
En segundo lugar, comprende los ríos, lagos y mares interiores.<sup>47</sup>

A ideia de nação que Bello refletia era pensada principalmente frente a outras nações, já que a natureza da obra remetia à comunidade internacional. As relações com aquelas se estabeleciam em busca de uma nova ordem, na qual a horizontalidade no trato entre entidades autônomas e soberanas fosse a norma. A segurança sobre as independências, assim como a administração do país, eram metas a ser perseguidas. Para Bello:

Como una nación rara vez puede hacer algo por sí misma, esto es, obrando en masa los individuos que la componen, es necesario que exista en ella una persona ó reunión de personas encargadas de administrar los intereses de la comunidad, y de representarla ante las naciones extranjeras. Esta persona ó reunion de personas es el *soberano*. La *independencia* de la nación consiste en no recibir leyes de otra, y su soberanía en la existencia de una autoridad suprema que la dirige y representa”.<sup>48</sup>

Podemos perceber, nas palavras sublinhadas por Bello — *iguales, soberano e independencia* —, um esforço para elaborar um código de Direito internacional segundo o qual a igualdade entre as nações pudesse superar as ameaças que os novos Estados americanos sofriam. Na ocasião da elaboração de seu texto, 1832, o reconhecimento internacional ainda não era uma posição concretizada para diversos países da América ibérica frente às potências europeias, nem sequer o era o reconhecimento mútuo entre Estados na América. A Grã Bretanha reconheceu a independência das *Provincias Unidas del Río de la Plata* e do Império do Brasil em 1825, e a da República do Chile em 1831. Portugal reconheceu a independência do Brasil também em 1825. A Espanha reconheceu a

<sup>46</sup> BELLO, Andrés. *Principios de derecho de gentes*. Madri: Imprenta de Fuentenebro. Librería de la viuda de Calleja e hijos, 1844, p. 58.

<sup>47</sup> Idem, p. 52.

<sup>48</sup> Idem, p. 25.

emancipação do Chile apenas em 1844 e a da Argentina, somente em 1863. Pelo recurso à soberania, conceito básico do mundo moderno, adicionada à ideia de um respeito necessário entre entidades distintas, argumentava-se em nome de Estados constantemente ameaçados por novas intervenções, ou pelo seu não reconhecimento internacional. Essa preocupação esteve praticamente ausente nos textos de Abreu e Lima e de Alberdi, voltados para a vida interna do país, ainda sendo a soberania um valor defendido por ambos.

A despeito da posição de Bello sobre a igualdade entre as nações, seu estudo apresenta uma ideia que parece contradizer o estabelecimento de relações igualitárias, pois admite a possibilidade de a vontade de Estados mais fortes se impor sobre entidades mais fracas. Segundo ele:

Como las naciones son todas iguales é independientes, ninguna de ellas puede atribuirse naturalmente y de derecho la primacía sobre las otras. Pero supuesto que un vasto y poderoso estado es, en la sociedad universal, mucho mas importante que un estado pequeño, la razón dicta que el segundo ceda el paso al primero en todas las ocasiones en que sea necesario que el uno de los dos lo ceda al otro. En esto no hay mas que una prioridad de orden, una precedencia entre iguales. Los otros estados han de dar la primacía al mas fuerte, y por consiguiente sería tan inútil como ridículo que el mas débil se obstinase en negarla.

La antigüedad es otro punto de que pende el *rango* de los estados, es decir, el orden de precedencia entre ellos. Una nueva nación no puede desposeer á las otras del lugar que tienen ya ocupado.<sup>49</sup>

A questão da antiguidade também criava hierarquias entre as nações, ao reforçar a ideia pela qual nações precedentes às novas entidades deveriam ter prioridade sobre territórios em disputa. Particularmente no caso do Chile, apesar de possuir um território bastante defensável, formando uma nação pequena para os moldes americanos, com exércitos e condições materiais pouco favoráveis a conflitos bélicos, e nova, como se entendia, se comparada às nações europeias, tal proposta poderia parecer como algo negativo.

Embora reconheça categorias distintas e hierarquizantes entre as nações, graduadas pela força e pela antiguidade, Bello, favorável a uma monarquia constitucional até o início da década de 1830, não distinguia hierarquias a partir do sistema de organização política estabelecido por cada comunidade. Em sua análise:

La forma de gobierno influye poco ó nada en el rango. Si la republica romana se atribuyó en otro tiempo la preeminencia sobre todos los monarcas de la tierra, si los emperadores y reyes se la arrogaron después sobre las repúblicas, han consistido solo en la superioridad de fuerzas, de que á la

---

<sup>49</sup> Idem, p. 121.

sazon gozaban. Así que, por el hecho de mudar un pueblo su gobierno, ni sube ni baja en la escalada de las naciones.<sup>50</sup>

Em 1852, Alberdi pensava de forma semelhante àquela apresentada por Bello no Chile. Para o tucumano, o governo poderia ser organizado por três formas: “monárquico, *el aristocrático y el republicano, este último ha sido proclamado por la revolución americana como el gobierno de estos países. No hay, pues, lugar á cuestión sobre forma de gobierno*”. Na concepção de Alberdi, o que importava não era o sistema sobre qual o governo se organizava, mas a presença da democracia. Segundo *Bases y puntos*: “*En cuanto al fondo, él reside originariamente en la nación, y la democracia, entre nosotros, mas que una forma, es la esencia misma del gobierno*”.<sup>51</sup>

Abreu e Lima, assim como seus compatriotas americanos, também não hierarquizava o sistema de governo, baseando-se da mesma forma na democracia como princípio sobre o qual deveria se sustentar a organização de cada país. No entanto, realizava uma leitura distinta das de Alberdi e Bello quanto a qual forma de governo a América ibérica deveria adotar. Como abordaremos mais adiante, rejeitava as repúblicas para o continente e acreditava que a monarquia constitucional seria o sistema mais adequado para estas nações. Apesar de Abreu e Lima haver lutado nas guerras de emancipação civil na América hispânica, a monarquia sempre foi a sua opção.

A respeito do vocábulo nação, Abreu e Lima não propõe exatamente uma definição, como fez Bello; porém, discute questões referentes às ideias do nacional em diversos momentos. Como ponto de partida, o autor do *Bosquejo histórico* nos apresenta, em 1835, uma proposta que se assemelha à de Bello, acionando uma alusão a um contrato político, com a nação baseada no território e em seu povo.

A definição de Abreu e Lima, como vimos, surgiu do combate à ideia do deputado Antônio França, que entendia que a nação fora apropriada privadamente pelo monarca, igualando a monarquia a uma maneira de se tomar posse do Estado de forma particular pela coroa. Para o pernambucano, a leitura do deputado estava defasada, pois havia sido reformulada desde a Revolução Francesa, com o fim do absolutismo. Procurando contestar o deputado baiano, Abreu e Lima traça uma definição para a ideia de nação:

---

<sup>50</sup> Ibidem.

<sup>51</sup> ALBERDI, Juan. B., “Bases y puntos de partida para la organización política de la República Argentina”, in *Obras Completas de J. B. Alberdi*. Tomo III, Buenos Aires: La Tribuna Nacional, 1886, p. 459.

[f]oi então que para dar uma ideia mais distincta do que era uma Nação, tomada colectivamente pelo território e seus habitantes, reunidos em Sociedade politica, se estabeleceu este principio inconcusso: ‘A NAÇÃO não he patrimônio de nenhuma familia, nem pessoa’.<sup>52</sup>

Do mesmo modo que Bello, acreditava que o contrato que estabelecia uma nação tinha como base o povo e sua vontade. Para o brasileiro, o pacto social era firmado entre nação e povo, com a soberania da própria nação recaindo sobre o poder do segundo.<sup>53</sup> Assim, o documento maior que conformava este vínculo, a Constituição, poderia ser modificado apenas por quem possuía legitimidade para fazê-lo. Foi neste ponto, a soberania popular, que Abreu e Lima se baseou juridicamente na hora de combater o projeto de reforma constitucional. Como contestação à proposta de mudar a Constituição brasileira de 1824, vigente em 1835, o *Bosquejo histórico* apresenta as seguintes indagações:

Ignorão, acaso que a Soberania reside essencialmente na Nação, e que o seu exercicio está distribuído entre aquelles Poderes por sua especial delegação? Que não havendo Soberania ilimitada, tão pouco póde ser ilimitado o poder que a exerce? Que sendo a Camara dos Deputados um dos 3 ramos do Poder Legislativo, não poderia exercer só por si a vontade geral, que he a suprema ley? Que a mudança da Constituição he um acto, que só pode emanar da vontade do Povo, como diz Bonnin, e que esta não pode ser manifestada senão por uma Assembléa, que represente directamente a Soberania nacional?<sup>54</sup>

Abreu e Lima considerava ainda, que o povo poderia legitimamente reformular sua Constituição, desde que fosse ele o sujeito desse desejo e, tal como o direito moderno previa desde Hobbes, caso o soberano descumprisse seus deveres. Para tal empreendimento, o povo soberano poderia reconhecer um representante que concentrasse em si — como escreveu Alberdi, segundo apuramos em nossa análise — a soberania nacional e que promovesse as mudanças constitucionais desejadas. No final do trecho destacado adiante, pode-se ver igualmente um comentário que remete para o período de instabilidade posterior à declaração de independência e da regência, embora os movimentos autonomistas tenham tomado maior importância e amplitude depois de 1835. Seguimos o texto:

<sup>52</sup> ABREU E LIMA, J. I., *Bosquejo, histórico, político e literário do Brasil*. Cidade de Nictheroy: Tipografia de Rego e Comp., 1835 p. 30.

<sup>53</sup> Mais adiante veremos como a concepção de povo de Abreu e Lima é restritiva a uma elite.

<sup>54</sup> Idem, p. 20. Charles-Jean Baptiste Bonnin (1772-1846) foi um intelectual e político progressista que participou da Revolução Francesa e influente pensador na primeira metade do século XIX, sendo considerado como um dos fundadores da administração pública.

Sem embargo ¿haverá um meio legal, ou pelo menos mais conforme ao espírito do direito publico constitucional, para que uma Nação possa mudar a forma do seu pacto primitivo, quando *o governo existente não prehencher o fim do seu instituto, ou quando a Liberdade for ameaçada pelos Agentes do Poder?* Sim, há, e tem sido algumas vezes empregado. Este meio consiste em que uma Assembléa do Povo declare prescrita a Constituição, e convoque imediatamente outra Assembléa para constitui-lo de novo. Porém esta Convenção deverá ser investida do exercicio da Soberania sem a sua plenitude; em cujo caso o novo pacto será o complemento da primasia da vontade geral, que he o que constitue a Soberania da Nação. Antes disto todo acto tendente á subverter a Ordem traçada pela Constituição, he um atentado execrando; he um exemplo horrivel para o Povo, si semelhante escândalo fica impune.<sup>55</sup>

Respondendo às propostas do deputado Antônio França, depois de amparar-se nas histórias da Inglaterra, Estados Unidos, França e Colômbia, argumentava Abreu e Lima ser necessário o reestabelecimento de um encarregado do poder em nome do pacto social, quando a ordem era quebrada. Em defesa de sua opinião, o pernambucano, utilizando-se do comentário publicado em 1811 pelo filósofo e político Destutt de Tracy (1754-1836) sobre o *Espírito das Leis* de Montesquieu, contra-argumentava:

Suponhamos que haja um poder, que declare *prescripta* a nossa Constituição monarchica ¿como fica o governo quando trata de organizar-se de novo? Acharemos a resposta nas seguintes palavras do Liv. 11º. do Comentario sobre o Espirito das Leyes por D. Tracy= ‘Nenhuma Nação, quando trata de organizar-se de novo *deve emprehender* a organização do seu novo pacto social, sem que *todos os poderes da Sociedade estejam reunidos nas mãos de uma AUTORIDADE favoravel ao projecto*; isto he a revolução e a destruição, o de mais não he senão organização. Neste estado pode emprehender as suas reformas, quando haja um poder que *vele os interesses do momento*, e que reserve para si a conducta e direção dos negócios; então a Assembléa Constituinte, ou quem quer que seja póde concluir a sua obra sem inconvenientes’.<sup>56</sup>

Abreu e Lima oferece mais elementos para a formação de uma ideia de nação, inserindo dois aspectos relevantes para a discussão, ao apresentar a noção mais difundida até o início do século XIX — embora ainda hoje não tenha perdido espaço — da vinculação de nação com local de nascimento. Utiliza também o verbo *pertencer* para formar a ligação entre nação e individuo, em conjunto com leis e comunidade. Torna mais completa ainda sua ideia ao adicionar que o nascimento não era o único meio possível de pertencimento a uma

---

<sup>55</sup> Idem, p. 34.

<sup>56</sup> Idem, p. 35.

comunidade nacional, pois esse poderia ser estabelecido por meio legal. Deixemos Abreu e Lima se explicar:

A obrigação, que temos, de sujeitar-nos as leys humanas, como condição de todo pacto social, se demonstra com a simples luz da razão; e ninguém poderia resistir as condições de um contracto político sem infringir a ley natural, que nos obriga á acatar a ley civil. Deus não instituiu a Monarquia, nem a Democracia, nem forma alguma de governo, porem quis, que os homens obedecessem as leys d'aquella comunidade, á que cada um pertence pelo nascimento, ou pode pertencer por um pacto posterior e licito. Uma vez admitida por expressa convenção certa forma de governo, estão todos obrigados á sostel-a como emanada da ley natural, que foi dada por Deus. Neste caso a autoridade d'aquelles que governão, seja Reys ou Magistrados, segundo a ley fundamental de uma Nação qualquer, he não só justa como legitima.<sup>57</sup>

Ao final do trecho destacado, além de invocar a razão, também há uma vinculação do exercício do poder ao direito natural e ao desejo divino, em nome de um soberano, advogando mais uma vez pela manutenção da ordem e pela obediência das leis.

Mais precisamente acerca do processo de construção do Estado brasileiro, Abreu e Lima, no *Compendio da Historia do Brazil*, procurou descrever sua formação. De acordo com o pernambucano, temos uma situação diferente em relação à divisão e à organização política das províncias no final do século XVIII, destacando a adoção do sistema representativo e indicando timidamente certa continuidade entre um momento e outro, colônia e independência. Para esse autor:

A América Portuguesa achava-se dividida em dezeseite governos debaixo de diferentes denominações, e constava do Vice-Reinado do Rio de Janeiro: de oito Capitánias Geraes, [...] Assim pois o Imperio achava-se hoje dividido em dezoito províncias da mesma forma que existia antes da Independencia, com a única differença de que hoje tem todas ellas a mesma categoria, ainda que distinctas representações segundo a população de cada uma.<sup>58</sup>

Nesse percurso, no tocante ao processo de independência, defendia que houvera organização dos brasileiros, intencionando o regresso de D. João VI a Portugal, reconhecido como empecilho ao alcance do projeto nacional. Assim, no início da década de 1820, a separação de colônia e metrópole tomava sentidos mais concretos. No texto de 1843, encontramos a narração de um dos acontecimentos que levaram à emancipação do Brasil:

<sup>57</sup> Idem, p. 79.

<sup>58</sup> ABREU E LIMA, J. I. *Compendio da Historia do Brazil*. Rio de Janeiro: Eduardo e Henrique Laemmert, 1843b, pp. 165, 166.

Os portugueses com a volta do Monarca não queriam com tudo a separação do Brasil; mas o Brasileiros, que almejavam a independência, e que tinham por grande obstáculo a presença d'El Rei no Rio de Janeiro, abraçaram cordialmente o plano de Portugal, antevendo a realização de todos os seus projetos.<sup>59</sup>

Juan Bautista Alberdi, por sua parte, no *Fragmento preliminar*, não nos ofereceu definições tão diretas e precisas de nação como o caraquenho e o brasileiro haviam apresentado alguns anos antes. Como abordado no capítulo II, a geração de 37 produziu os primeiros trabalhos acerca de uma identidade cultural e de uma consciência nacional. No entanto, não havia um consenso sobre o que era a nação como ideia, nem acerca de quais, de fato, suas bases de organização e realização social. Dita situação, somada a um vazio de tradições locais capazes de fundamentar uma nova ordem de acordo com o gosto europeizado em voga, direcionou essa geração de intelectuais para o estabelecimento de umas bases do nacional mais voltadas ao futuro do que ao passado.<sup>60</sup>

Alberdi nos ofereceu, em 1837, uma ideia de nação focada em uma concepção cultural e dinâmica no tempo, mais ligada à aquisição de especificidades ressaltadas em contraponto a um mundo universalizado no relativo a uma filosofia da humanidade, porém plural quanto às nacionalidades. Essa característica derivava de sua inquietação por descobrir o local e incentivar uma produção original, voltada ao nacional, em um mundo em caminho rumo à civilização. Em relação às características essenciais de uma nação, Alberdi apresenta a seguir alguns elementos iniciais:

Una nación no es una nación, sino por la conciencia profunda y reflexiva de los elementos que la constituyen. Recien entonces es civilizada: antes habia sido instintiva, espontánea: marchaba sin conocerse, sin saber adonde, cómo, ni por qué. Un pueblo es civilizado únicamente cuando se basta á sí mismo, cuando posee la teoría y la fórmula de su vida, la ley de su desarrollo. Luego no es independiente, sino cuando es civilizado. Porque el instinto, siendo incapaz de presidir el desenvolvimiento social, tiene que interrogar su marcha á las luces de la inteligencia estraña, y lo que es peor aún, tomar las formas privativas de las naciones estrañeras, cuya impropiedad no ha sabido discernir.<sup>61</sup>

<sup>59</sup> Idem, p. 183.

<sup>60</sup> SOUTO, Nora; WASSERMAN, Fabio, "Nación", in GOLDMAN, Noemí (coord.), op. cit., pp. 83-98.

<sup>61</sup> ALBERDI, Juan. B., "Fragmento preliminar al estudio del derecho", in *Obras Completas de J. B. Alberdi*. Tomo I, Buenos Aires: La Tribuna Nacional, 1886, p. 111.



Alberdi compreende ter havido uma nação anterior, erguida sobre outros elementos, antes desta nação moderna, que se estava modificando pela reflexão. A ideia apresentada por Alberdi é, entre as dos três intelectuais estudados, aquela que contém maior afinidade com uma nação conformada a partir da assunção consciente de uma identidade própria. Aproxima-se da ideia de Abreu e Lima no tocante à formação de uma comunidade pelo pacto, porém incidindo no papel de uma consciência nacional “profunda e reflexiva”, para além do fundado pelas leis. Alberdi também reconheceu o princípio da nação no pacto social; por isso, apelava à consciência e à reflexão, baseadas em leis e na civilidade. Como Abreu e Lima e Bello, sustentava que o ordenamento jurídico e a forma de governo deveriam ser estabelecidos a partir das especificidades de cada povo. A Constituição, por si mesma, era o caminho para um dos conceitos mais caro a Alberdi: o progresso, meio para alcançar a civilização e objetivo último das novas entidades.

No entanto, na Confederação Argentina a via para enveredar em direção ao desejado progresso, em um movimento linear rumo à civilização pretendida — anseio não só de Alberdi, mas comum entre as elites americanas de forma geral —, estava bloqueada pela situação política e cultural encontrada. Apesar de seu livro não atacar Rosas naquele momento em que a censura e a *Mazorca* vigiavam os escritos, considerando seu poder legítimo e acreditando que um governo constituído sobre as leis ainda poderia ser estabelecido, não se furtou de ressaltar a ausência de uma Constituição que fosse aplicável a todo país. Para Alberdi, essa deficiência argentina era derivada da incompletude na qual a região vivia, no relativo à construção de uma nacionalidade e de uma Carta Magna. De acordo com o *Fragmento preliminar*:

Nosotros vivimos en medio de dos revoluciones inacabadas. Una nacional y política que cuenta veintisiete años: otra humana y social que principia donde muere la edad media, y cuenta trescientos años. No se acabarán jamás, y todos los esfuerzos materiales no harán mas que alejar su término, sí no acudimos al remedio verdadero: la creación de una fé común de civilización.<sup>62</sup>

Em 1837, assim como seu amigo Echeverría, Alberdi apresentava em seus escritos as influências de teóricos sociais franceses, mostrando-se atento a questões relativas ao desenvolvimento da população da região. Contribuía, igualmente, para a construção da ideia

---

<sup>62</sup> Idem, p. 120.

de uma herança negativa recebida do processo de colonização espanhola, que, até então, teria sido avessa à civilização.

Dito atraso civilizatório refletia, em sua outra face, os problemas produzidos de dentro da nação, sem a participação de agentes externos; isto é, os enfrentamentos locais. Acompanhando as ideias de Alberdi, encontramos reflexões que nos indicam concepções de uma nação em crise, para ele inacabada pelas divergências internas dos argentinos, porém detentora de antiguidade. As ideias de Alberdi aproximam-se das de Bello e de Abreu e Lima quando remete para uma soberania estabelecida pelo contrato político com base na igualdade, aqui deslocada para as províncias. Ainda com a instabilidade da Confederação, dividida em projetos unitários e federalistas, denominados pelo tucumano de “*ideas argentinas*”, a construção de uma unidade nacional era o objetivo central para Alberdi, buscando a conciliação, porém com adesão ao federalismo. Sigamos seu raciocínio:

Seamos laboriosos con desinterés; leguemos para que nos bendigan. Digamos con Saint-Simon: - La edad de oro de la República Argentina no ha pasado: está adelante: está en la perfección del orden social. Nuestros padres no la han visto: nuestros hijos la alcanzarán un día: á nosotros nos toca abrir la ruta. Alborea en el fondo de la Confederación Argentina, esto es, en la idea de una soberanía nacional, que reúna las soberanías provinciales, sin absorberlas, en la unidad panteísta, que ha sido rechazada por las ideas y las bayonetas argentinas.<sup>63</sup>

De Alberdi, encontraremos delimitações mais precisas em sua obra de 1852, *Bases y puntos*, onde também faz uma relevante análise sobre o tema, defendendo mais claramente o federalismo. Quinze anos depois do lançamento dos *Fragments preliminares*, o problema da construção de uma nação que conciliasse os interesses de Buenos Aires e das Províncias seguia na agenda política da região, e na de Alberdi. Entretanto, o ambiente internacional havia se modificado, com os Estados americanos se estabelecendo e com a Confederação acabando de entrar em uma nova fase reconhecida na derrocada de Rosas, em 1852. A partir desse momento de “organização da nação”, a ideia nacional funcionou como orientadora de ações públicas e contribuiu com a consolidação do Estado nacional, que se estabeleceria em 1880.<sup>64</sup>

Suas ideias também se modificaram entre uma obra e outra. Contudo, Alberdi seguiu fiel à compreensão de que era necessário construir uma nação a partir das realidades locais, porém como veremos, tal ideia se chocará com a realidade encontrada em paragens platinas.

<sup>63</sup> Idem, p. 116.

<sup>64</sup> SOUTO, Nora; WASSERMAN, Fabio, op. cit.

Em 1852, considerava que a comunidade internacional ibero-americana precisava de Constituições próprias, afastando-se de cópias europeias. De acordo com o depoimento tomado de *Bases y puntos*:

Esa disposición copiada, sin bastante examen, de constituciones europeas, es perniciosa para las Repúblicas de Sud-América, que, obedeciendo á sus antecedentes de comunidad, deben propender á formar una especie de asociación de familias hermanas. Naciones en formación, como las nuestras, no deben tener exigencias que pertenecen á otras ya formadas. [...] A fuerza de vivir por tantos años en el terreno de la copia y del plagio de las teorías constitucionales de la Revolucion francesa y de las constituciones de Norte-América, nos hemos familiarizado de tal modo con la utopía, que la hemos llegado á creer un hecho normal y práctico.<sup>65</sup>

Observamos, nesse segundo texto, que a concepção de nação para Alberdi, assim como as de Abreu e Lima e Bello, recaía sobre o pacto positivo entre povos, porém acionando também uma ideia de pertencimento familiar, usada recorrentemente na época para se referir tanto aos povos americanos entre si, com relações horizontais (irmão e irmã), quanto aos que mantiveram relações coloniais, com o qual se verticalizava a relação (pai e mãe). Aparece, agora, em nossa discussão um elemento novo, pelo recurso de Alberdi a um duplo sentido em relação a soberanias e nações. Pensando na divisão das províncias, o tucumano utilizou, referindo-se a elas, a expressão “*pueblos argentinos*”, embora também tivesse indicado que em conjunto formavam uma nação, pelo qual acreditamos estar se referindo à ideia de Estado-nação sob um pacto federal. Alberdi argumentava que o tratado de San Nicolás<sup>66</sup> trazia consigo uma ideia da nacionalidade que se deveria formar nas regiões em disputa. O objetivo do Congresso de Santa Fé era sancionar a Constituição política para “*que regularice las relaciones que deben existir entre todos los pueblos argentinos, como pertenecientes á una misma familia; que establezca y defina los altos poderes nacionales, y afiance el orden y prosperidad interior y la respetabilidad exterior de la Nacion*”.<sup>67</sup>

Alberdi concebia, em 1852, o pacto entre províncias e Buenos Aires como o único caminho possível, acionando aqui dois importantes vocábulos que marcavam as ideias de nação: liberdade e associação. Para tanto, era necessário instaurar um acordo que não

<sup>65</sup> ALBERDI, Juan. B., “Bases y puntos de partida para la organización política de la República Argentina”, in *Obras Completas de J. B. Alberdi*. Tomo III, Buenos Aires: La Tribuna Nacional, 1886, pp. 392, 523.

<sup>66</sup> O Tratado de San Nicolás foi um acordo assinado em maio de 1852 após a queda de Rosas, quando treze províncias da região da Prata compactuaram a formação de um Estado, renovando o Pacto Federal de 1831. Buenos Aires se excluiu do acordo, por não aceitar uma representação igualitária entre as províncias no tocante ao número de deputados enviados ao Congresso de Santa Fé, que se realizaria em 1854. No tratado estabelecido, o governador de Entre Ríos, Justo José de Urquiza, foi nomeado diretor provisório da Confederação Argentina.

<sup>67</sup> ALBERDI, Juan. B., op.cit., p. 457.

estabelecesse uma hierarquia entre as regiões, senão um pacto moderno. Sua análise aponta para uma ideia de englobamento segundo a qual a nação predominaria sobre o que chamou de localismo, com as partes se articulando em um todo maior.<sup>68</sup> Alberdi também reconheceu uma identidade comum nas regiões e concebeu as oposições de projetos vivenciadas na Confederação como um “problema argentino”. Assim discorria Alberdi acerca de um dos temas centrais da historiografia argentina:

[B]uscan hoy una fusion parlamentaria en el seno de un sistema mixto, que abrace y concilie las *libertades de cada Provincia* y las *prerogativas de toda la Nacion*: - solucion inevitable y única, que resulta de la aplicación á los dos grandes términos del problema argentino - la *Nacion* y la *Provincia* - de la fórmula llamada hoy á presidir la política moderna, que consiste en la combinacion armónica de la *individualidad* con la generalidad del *localismo* con la *nacion*, ó bien de la *libertad* con la *asociación*.<sup>69</sup>

Devido a esta divisão entre as províncias do Rio da Prata, Alberdi admite a presença de duas entidades que coexistiriam na época no atual território argentino. A Confederação sem a cidade portenha não deixava de formar a nação, embora prejudicada pelos privilégios e exclusivismos de Buenos Aires. Entre os motivos que produziam dita separação, estava uma questão essencial que impedia a unificação das províncias: a centralização, mesmo que matizada, do poder e da renda em Buenos Aires. Sigamos o texto:

Por el contrario, la Confederación sin Buenos Aires era en otro tiempo la nación sin sus rentas, sin su comercio, sin su puerto único; porque todo esto quedaba en manos de Buenos Aires cuando esa provincia se aislaba de las otras, reteniendo el monopolio de la navegación fluvial. Hoy que la nación tiene diez puertos abiertos al comercio exterior y el goce de sus rentas, la Confederación sin Buenos Aires es la nación menos una provincia.<sup>70</sup>

Em 1852, o tema da unidade nacional já estava praticamente resolvido no Brasil e no Chile, embora pudesse reaparecer pontualmente, porém de maneira diferente do conflito crônico que vivenciaria a região do Prata até o início da década de 1860. Por volta dessa data,

<sup>68</sup> GUERRA, François-Xavier. *Modernidad e independencias. Ensayos sobre las revoluciones hispánicas*. Madri: Editorial Mapfre, 1992. Disponível em: <<http://rodrigomorenog.files.wordpress.com/2012/01/guerra-modernidad-e-independencias-1992.pdf>> (acessado em 01/03/2013). Guerra, abordando o significado que o vocábulo *pueblo* tinha no Antigo Regime nas sociedades hispânicas, nos leva a compará-lo com a ideia de Alberdi. Destaca Guerra: “*En el imaginario de los países hispánicos, que se parece en esto a otros imaginarios políticos europeos del Antiguo Régimen, la sociedad aparece compuesta de múltiples comunidades humanas que se insertan unas dentro de otras, formando subconjuntos incluidos en conjuntos más vastos y en cuyo nivel inferior se encuentran los pueblos y ciudades*”, p. 354.

<sup>69</sup> ALBERDI, Juan. B., op. cit., p. 448.

<sup>70</sup> Idem, p. 504.

as grandes revoltas localistas brasileiras e chilenas já haviam sido eficazmente reprimidas, pelo qual a questão nacional ficou voltada ao progresso interno, atrelado ao mercado internacional, de igual modo ao que ocorreria anos mais tarde com a República Argentina unificada. Em Bello e Abreu e Lima, encontramos divisões mais ligadas a correntes ideológicas ou divisões sociais, mesmo no ano de 1835 para o Brasil.

Apesar de entender que coabitavam ao menos duas entidades no espaço argentino, sobretudo com o crescimento constatado das províncias opostas a Buenos Aires, Alberdi reconhecia um passado nacional, nascido sem divisão, quando buscou imaginar uma origem, por sua vez embasada na unidade de um povo. Para ele, em 1810:

Los himnos populares de nuestra revolución de 1810 anunciaban la aparición en la faz del mundo de *una nueva y gloriosa nación*, recibiendo saludos de todos los libres, dirigidos *al gran pueblo argentino*. La musa de la libertad solo veía *un pueblo argentino una nación argentina*, y no muchas naciones, y no catorce pueblos.<sup>71</sup>

Ainda reconhecendo as divisões, indicava ser “*practicable y [que] debe practicarse en la República Argentina la federación mixta ó combinada con el nacionalismo, porque este sistema es expresión de la necesidad presente y resultado inevitable de los hechos pasados*”.<sup>72</sup> Alberdi parece reconhecer no nacionalismo um elemento de respaldo coletivo, que pode funcionar como agente a favor da organização política, relacionada à promoção de unidade.

O termo utilizado por Alberdi, nacionalismo, consta em seu trabalho antes da inserção da entrada correspondente ser documentada no *Diccionario de la lengua castellana por la Real Academia Española*, que se deu apenas em 1869.<sup>73</sup> Nacionalismo no dicionário da RAE indica apego à nação, apresentando um significado distinto, porém não avesso, ao utilizado por Alberdi em 1852. Não localizamos a utilização desse vocábulo pelos outros dois autores. Da mesma maneira, tampouco encontramos em nenhum dos três intelectuais a presença articulada de duas palavras cuja utilização resulta bastante recorrente de forma isolada: nação e Estado. Não há nenhum registro do termo Estado-nação, nem mesmo Estado nacional, apesar de o adjetivo nacional ter aparecido em uso combinado com outros substantivos.

---

<sup>71</sup> Idem, p. 470.

<sup>72</sup> Ibidem.

<sup>73</sup> Real Academia Española. *Diccionario de la lengua castellana por la Real Academia Española*. Madrid: Imprenta de Don Manuel Rivadeneyra, 1869, p. 531. “*El apego de los naturales de una nación á ella propia y á cuanto le pertenece*”.

Esses primeiros contornos, delineados até aqui, daquilo que os três autores estudados compreendiam como nação apresentam características que podem ser melhor abordadas se prosseguirmos na análise das obras dos três intelectuais, para além do recurso às definições mais diretas por eles efetuadas. Podemos aprofundar as ideias de nação de cada um dos autores por meio da verificação de quais as características nacionais que concebiam e de como avaliavam as particularidades das novas entidades. Para isso, em função das ferramentas que nossos autores nos oferecem, abordaremos a ideia de povo e seu papel na formação da nação.

#### 4.2.1 – O povo como base para a nação

Povo(s)/*Pueblo(s)* também foi um vocábulo importante na formação das nações americanas e que resultou central para a concepção de soberania das nações modernas. Dito termo esteve presente no centro das disputas de projetos nacionais, pensados pelas elites americanas. As ideias sobre o homem americano mudaram constantemente desde a conquista até a tomada do poder pelos *criollos*. Entretanto, um traço negativo, recorrente nas representações, recaía sobre a concepção da natureza e dos habitantes do continente. A ideia de progresso e civilização, objetivada com a imagem da Europa, e igualmente com a dos estados Unidos, marcaram a mentalidade oitocentista.

Na Argentina,<sup>74</sup> no Brasil<sup>75</sup> e no Chile — neste último menos do que nos outros dois —, o tema das características da população assumiu um caráter relevante para a formação de um ideal de nação capitalista, moderna e branca. Os três países elaboraram mitos nacionais negativos sobre sua população, por terem reconhecido em cada uma delas entraves ao avanço do capitalismo e da civilização. A saída que as elites excludentes encontraram para a melhoria

<sup>74</sup> GUERRA, François-Xavier, op. cit. De acordo com esse autor, o vocábulo povo, em constante mudança no século XIX, foi onipresente no vocabulário político modernizante que se estabelecia, embora utilizado com significados diferentes, conforme os grupos que o cunhavam e os lugares de sua produção, estando o conceito no centro de diversas pugnas políticas. A ideia de *pueblo* negativamente (plebe), identificado com a barbárie, em oposição aos homens de bem, ocupa espaço considerável nas acepções utilizadas no início do século XIX. Apesar de constituir a nação por meio do pacto social, a representação de povo tomava vários tons e os direitos do cidadão foram limitados, reservados a determinados segmentos da sociedade. Em diversos países hispânicos, a ideia de povo soberano e a de nação passam por conflitos, ora aproximando-se de ideais mais democráticos, ora restringindo a participação popular no jogo político instaurado após as independências.

<sup>75</sup> SCHWARTZ, Schwartz B., “‘Gente da terra braziliense da nação’. Pensando o Brasil: a construção de um povo”, in MOTA, Carlos Guilherme (org). *A viagem incompleta: a experiência brasileira (1500-2000)*. São Paulo: Senac, 2000, pp. 103-125. Nesse estudo, o autor trabalha com a perspectiva da formação de um Brasil como ideia, estando entre as constituintes do país, a concepção de povo, conceito em mutação no início da história moderna do país. Os criadores dessas ideias, pertencentes às elites brancas, ou ao menos identificando-se com elas, encontraram dificuldades em reconhecer e assimilar o povo em seus projetos ao se depararem com uma sociedade escravista, com indígenas e mestiços.

do país implicava renovar a população com a importação de estrangeiros brancos, de preferência do norte da Europa. A população nesses países americanos não era considerada apta para o trabalho mais elaborado, fator pelo qual se considerava necessária a importação de mão de obra branca, principalmente após o incremento da produção capitalista no continente.

Na Argentina e no Chile, a representação de um território deserto e ocupado por povos indígenas supunha um problema que precisava ser solucionado e as terras ocupadas — como aconteceria mais tarde com a expansão agrícola no Chile para o sul e, na Argentina, com a ampliação em direção também ao sul, porém também na província de Buenos Aires e no Litoral em meados do século XIX.

O Brasil, até então, satisfizera suas necessidades com o trabalho escravo, utilizado até o final do século. Todavia, com as restrições ao tráfico negreiro, por meados do oitocentos, e com as ideias de “embranquecimento” da nação, a imigração europeia passou a ser a alternativa, ao iniciar-se o uso de mão de obra assalariada nas fazendas de café de São Paulo, com sucesso relativo devido à propaganda negativa sobre o país, derivada das informações que circulavam sobre as condições encontradas pelos imigrantes. A Argentina foi, dentre os três países, aquele que mais conseguiu alcançar seus objetivos, atraindo um numeroso contingente de estrangeiros. Já o Chile, apesar de ter atraído certa quantidade de alemães na década de 1850, foi o que menos imigrantes recebeu no período.<sup>76</sup>

Iniciaremos a análise sobre a abordagem da população na questão nacional com Alberdi, devido tanto às poucas pistas que ele nos ofereceu anteriormente, como ao papel central que a população exerceria sobre sua visão de nação argentina. Para Alberdi, a imigração seria o meio mais adequado de desenvolver o continente como um todo, pelo fato de estar, naquela altura, constituído por vazios civilizacionais e por costumes bárbaros. Compreendia que uma das formas de alcançar um desenvolvimento no país implicava o povoamento do território, o qual chamava metaforicamente como deserto argentino. Em seu texto, traz uma ideia irônica sobre a demografia local, ao indicar, como denominação para a Carta Magna, a expressão: “*La Constitución de un desierto*”.

---

<sup>76</sup> RODRIGUEZ, Jorge Pinto, “El orden, el progreso y los mapuches. Algunos dilemas del Estado”, in GABRIEL, Cid; SAN FRANCISCO, Alejandro. *Nación y Nacionalismo en Chile. Siglo XIX*. Volumen 2, Santiago: Ediciones Centro de Estudios Bicentenario, 2009. COLLIER, Simon, “O Chile da Independência à Guerra do Pacífico”, in BETHELL, Leslie (org). *História da América Latina: Da independência a 1870*. Volume III, São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 2001, pp. 591-624. LYNCH, John, “As Repúblicas do Prata da Independência à Guerra do Paraguai”, in BETHELL, Leslie (org), op. cit., pp. 625-694. BETHELL, Leslie; CARVALHO, José Murilo de, “O Brasil da Independência a meados do século XIX”, in BETHELL, Leslie (org), op. cit., pp. 695-770. SCHWARZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil. 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro de sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

A ausência de população, na opinião do tucumano, era a principal causa do pouco desenvolvimento que assolava o país e o impedia de se tornar uma nação civilizada, assim como acreditava que a origem hispânica produzira um atraso na América ibérica. Em sua análise de 1852, assim como na de 1837, procurou compreender a ordem social, transformando esse saber em propostas de organização política. Alberdi seguia Montesquieu a respeito da influência do clima e da legislação sobre a formação do caráter de cada povo. Sua solução para combater a herança hispânica e trazer novos costumes implicava povoar a região com imigrantes provenientes de locais onde a civilização estava mais avançada.

Alberdi traçou uma hierarquização em sua concepção de nação, colocando no topo os povos protestantes, concebendo os europeus católicos abaixo desses, em seguida os *criollos*, depois os mestiços e, por último, os povos indígenas. Concebia os *criollos* como europeus da América e os considerava portadores da civilização no continente. Em relação ao elemento indígena, como também ao mestiço, prevalecia uma visão negativa de barbárie, que impossibilitava o avanço requerido. Esse olhar elitista, encontrado em *Bases y puntos*, afastava-se da concepção mais popular apresentada anteriormente no *Fragmento preliminar*, mas que retornaria parcialmente com a ascensão de Urquiza.<sup>77</sup> Em *Bases y puntos*, temos a seguinte representação de Alberdi sobre o espaço social de base étnica:

Todo en la civilización de nuestro suelo es europeo; la América misma es un descubrimiento europeo. [...] Nosotros, los que nos llamamos americanos, no somos otra cosa que europeos nacidos en América. Cráneo, sangre, color, todo es de fuerza. El indígena nos hace justicia; nos llama *españoles* hasta el día. — No conozco persona distinguida de nuestras sociedades que lleve apellido *pehuenche* ó *araucano*.<sup>78</sup>

O estrangeiro europeu era considerado uma adequada escolha pelo fato de trazer em seus hábitos elementos da civilização que seriam introduzidos localmente, com o qual se veria fomentado o progresso, que passaria a integrar a sociedade argentina. Para isso, era necessário oferecer condições atraentes aos imigrantes, de modo a fazer que se dirigissem em massa para o país. Alberdi defendia que “[d]ebe prodigar la ciudadanía y el domicilio al extranjero sin imponérselos”,<sup>79</sup> oferecendo direitos e condições de desenvolvimento para o imigrante. Alberdi detalha sua opinião quando pondera ainda sobre a possibilidade de participação

<sup>77</sup> SHUMWAY, Nicolas, op. cit., p. 284.

<sup>78</sup> ALBERDI, Juan. B., op. cit., p. 421.

<sup>79</sup> Idem, p. 476.



eleitoral ao estrangeiro, porém sem esquecer de delimitar esta participação. Explica-se Alberdi:

la Constitución argentina no debe olvidar las condiciones de inteligencia y de bienestar material exigidas por la prudencia en todas partes, como garantías de la pureza y acierto del sufragio y al fijar las condiciones de elegibilidad, debe tener muy presente la necesidad que estos países escasos de hombres tienen de ser poco rígidos en punto á nacionalidad de origen. Países que deben formarse y aumentarse con extranjeros de regiones mas ilustradas que las nuestras, no deben cerrarles absolutamente las puertas de la representación, si quieren que esta se mantenga á la altura de la civilización del país.<sup>80</sup>

A proposta de Constituição<sup>81</sup> apresentada por Alberdi traz, ainda, a seguinte redação em seu artigo 17, em que defende a igualdade civil para imigrantes:

La ley no reconoce diferencia de clase ni persona. No hay prerogativas de sangre, ni de nacimiento; no hay fueros personales; no hay privilegios, ni títulos de nobleza. Todos son admisibles á los empleos. La igualdad es la base del impuesto y de las cargas públicas. La ley civil no reconoce diferencia de extranjeros y nacionales.<sup>82</sup>

A preocupação com a atração do estrangeiro branco e europeu resultava tão intensa para Alberdi por acreditar que era o único caminho para o progresso, como havia acontecido com os Estados Unidos, onde se pensava que a imigração anglo-saxã, com seus costumes, construía uma sociedade civilizada. Para alcançar ditos objetivos, incentivava os habitantes locais a se miscigenarem com os estrangeiros, difundindo assim novos hábitos. Expõe Alberdi a população que desejava á “nossa América”:

De ese modo la Constitución hace inviolables los matrimonios mixtos, que son el medio natural de formación de la familia en nuestra América, llamada á poblarse de extranjeros y de extranjeros de buenas costumbres. Pensar en educación sin proteger la formación de las familias, es esperar ricas cosechas de un suelo sin abono ni preparación.<sup>83</sup>

Alberdi traz uma questão rica para a reflexão sobre a nação e a nacionalidade, por não apresentar entraves culturais e/ou étnicos ao fato de a população da nação ser heterogênea.

<sup>80</sup> Ibidem. Apesar de abordar a questão da representação, Alberdi propôs que as eleições fossem censitárias.

<sup>81</sup> No que se refere à participação democrática nas eleições, a Constituição de 1853 da Confederação Argentina adotou o sufrágio como modelo, apesar de, na prática, a igualdade política ser quebrada com a existência de constantes fraudes nas escolhas representativas. GUERRA, François-Xavier, op. cit., p. 377.

<sup>82</sup> ALBERDI, Juan. B., op. cit., pp. 561-562.

<sup>83</sup> Idem, p. 412.

Tratava-se, certamente, de uma heterogeneidade controlada, com o propósito de criar uma sociedade com o branco no topo das relações sociais, encontrando essa fórmula através da miscigenação do *criollo* com o imigrante e excluindo mestiços, índios e negros, os quais não se caracterizariam pelos “bons costumes” nem pelo sangue. Apesar da intensa migração incentivada, dita característica não faria do país uma entidade menos nacional do que era, pois a nacionalidade seria formada pelos próprios estrangeiros. Advertia Alberdi: “*No temáis, pues, la confusión de razas y de lenguas. De la Babel, del caos saldrá algún día brillante y nítida la nacionalidad sud-americana*”.<sup>84</sup>

Assim como Alberdi, Abreu e Lima, em 1835, também considerava a imigração a chave para o sucesso na construção de um país mais desenvolvido. Não era essa a situação do Brasil. O pernambucano reconhecia que os Estados Unidos também se colocavam como um modelo a ser seguido e um contraexemplo do fracasso derivado de uma colonização degradante. Abreu e Lima explica esta diferença no *Bosquejo histórico*:

Que paiz no mundo foi jamais povoado desta maneira singular ¿Onde se vio tanta moralidade, tanto amor á Ordem, tantas virtudes reunidas em homens, que fugirão da desordem e da guerra civil? Quão diferente devia ser esta colonização d’aquella que se faz com gente sem costumes, com aventureiros dispostos á abandonar a sua patria por um bocado de pão em alheio território! O que acabamos de diser basta para desmentir a opinião geralmente admitida, de que todas as Colonias forão povoadas por degradados e bandidos.<sup>85</sup>

A boa fé que Abreu e Lima possuía em relação ao progresso dos Estados Unidos, derivada de um povoamento de sucesso marcado pela virtude de protestantes e puritanos, não era encontrada quando a análise era empreendida sobre a sociedade brasileira, que havia recebido entre seus colonizadores pessoas em débito com a lei ou que para aqui migravam em busca de melhores condições materiais. Assim, os problemas do país estavam relacionados às características estabelecidas pela colonização. Abreu e Lima considerava que os brasileiros eram portugueses que já haviam sofrido a influência dos trópicos. Concordava, portanto, com o ponto de vista dos iluministas acerca da inferioridade da América, capaz de degradar os homens que chegavam da Europa ao Novo Mundo. Vejamos sua avaliação negativa: “he

---

<sup>84</sup> Idem, p. 436.

<sup>85</sup> ABREU E LIMA, J. I., *Bosquejo histórico, político e literário do Brasil*. Cidade de Nictheroy: Tipografia de Rego e Comp., 1835, p. 42.

forçoso reconhecer o que somos, para não despedaçar-nos contra os escolhos que temos diante; somos Portugueses, porém já degenerados”.<sup>86</sup>

O atraso de Portugal, tanto em relação às ciências, como à política e a construção social, foi constantemente objeto de crítica e rejeitado. Entretanto, o antilusitanismo e a avaliação negativa da sociedade brasileira por Abreu e Lima foram mais amenos no *Compendio da Historia do Brazil*. Podemos seguir em um trecho as ideias de valorização do povo brasileiro, atribuindo à população nacional um grau de civilização equitativo ao dos portugueses, ao mesmo tempo em que reconhece um desenvolvimento próprio nacional, marcado por um determinismo geográfico positivo do solo e do clima, na contramão das ideias sobre a influência perniciosa ligada à terra. Como declarava o pernambucano ao *IHGB* e à mocidade brasileira:

Porém nós não somos um povo nascido ao acaso, de origem duvidosa, e de remota antiguidade; formados, por assim dizer, da mesma carne, crescemos com os nossos progenitores, e vigoramos debaixo de suas leis, de seus usos e costumes, e de sua educação. Emancipados pela ordem natural, achamo-nos de par em par na mesma linha de civilização; tanto que ao mesmo tempo uns e outros adoptamos os mesmos princípios, e seguimos quase a mesma vereda. No entanto sem dependência immediata, sem contacto moral, as idéas começam a desligar-se, e nós começamos também a receber a impressão d’este clima, que exclusivamente nos pertence e deste solo, que nos nutre e nos abriga.<sup>87</sup>

Abreu e Lima também coincidiu com Alberdi no que se referia à influência da composição da população na construção dos países, embora o fracasso civilizacional, tal como compreendido pelo brasileiro, não se concentrasse já na ausência de população suficiente nem na presença de um território deserto. O Império não enfrentava uma ameaça constante sobre suas fronteiras, se compararmos a situação com a encontrada em terras argentinas ou chilenas, ameaçadas pelos mapuches e demais povos indígenas, a partir de seus territórios. O problema brasileiro radicava na divisão da população estabelecida pela escravidão,<sup>88</sup> pelos efeitos produzidos pela miscigenação e pela presença indígena.

---

<sup>86</sup> Idem, p. 59.

<sup>87</sup> ABREU E LIMA, J. I. *Compendio da Historia do Brazil*. Tomo I. Rio de Janeiro: Eduardo e Henrique Laemmert, 1843a, pp. VI-VII.

<sup>88</sup> No *Bosquejo histórico* é visível a falta de crítica, da parte de Abreu e Lima, à escravidão no sul dos Estados Unidos e na Jamaica inglesa. A contestação à escravidão no próprio Brasil está presente e elaborada nos trabalhos de Abreu e Lima, embora ele dê mais atenção ao tema no *Bosquejo histórico* do que no *Compendio*, que traz mais questões concernentes à participação dos militares negros de Henriques Dias nos conflitos pernambucanos e nos acontecimentos relativos ao Quilombo dos Palmares e a Zumbi.

Nas primeiras páginas do *Compendio da Historia do Brazil*, onde se usa a palavra *brasileiro* para referir-se aos indígenas, Abreu e Lima produziu um breve relato, de cunho etnográfico, em que descreveu povos e costumes. Apresentou os povos indígenas, que haviam desaparecido ou estavam enfraquecidos, oscilando entre a ideia de docilidade do estado de natureza e a de negatividade de sua fúria e costumes bárbaros, como ilustrariam as guerras e a antropofagia. Abordou igualmente, ao longo da obra, episódios que ocorreram entre o europeu e o indígena, quase sempre conflituosos.<sup>89</sup>

Assim como Bello, Abreu e Lima se valeu da palavra *nação* para designar os povos indígenas, constatando o fato de serem “muitas nações ou povoações diferentes”, pois contaria o Brasil com “mais de cem nações brasileiras” que se estendiam entre o rio Prata e o Amazonas e que falavam mais de cento e cinquenta “línguas bárbaras”, com destaque para o tupi, a mais presente no território. Apontava para os indígenas como bárbaros e selvagens e, apesar de lhes reconhecer a presença de alguns traços de religiosidade, considerava-os de pouca expressão e limitados. Explicava que os tupi utilizavam a palavra “tupá”, a qual “encerra toda a sua theologia, porque não dirigiam supplica alguma ao Creador: para elles não era objecto de ódio, de esperança, nem de temor”.<sup>90</sup> Temos a seguinte análise, no *Compendio*, sobre a vida religiosa dos povos indígenas:

No estado de pura natureza os Tupis não conheciam divindade alguma: ao menos não annunciavam este conhecimento consolador, quase universalmente inspirado á espécie humana. Os signaes de admiração e de respeito que davam ao sol, á lua, ao trovão, não tinham character algum de culto; eram produzidos pela admiração ou pelo susto, não se elevavam acima dos objectos creados; porque nenhuma palavra na sua língua exprimia a Idea de um Ente Creador e Senhor do Universo.<sup>91</sup>

A análise de Abreu e Lima variava entre descrição e apresentação de traços positivo e negativos. Consideravam os indígenas bons guerreiros e enxergavam algumas características positivas nos “brasileiros”, já que “[e]xerciam e respeitavam a hospitalidade, e vivem tranquilamente entre si; não se desamparam nas moléstias, como fazem outras povoações da America, e são fieis a seus aliados”. No entanto, também apontando aos costumes em relação ao trabalho da forma como se concebia pelos ocidentais, atribuía aos indígenas uma leitura

<sup>89</sup> ABREU E LIMA, J. I. *Compendio da Historia do Brazil*. Rio de Janeiro: Eduardo e Henrique Laemmert, 1843b, pp. 16-26. Embora as referências se concentrem nessas páginas, os indígenas aparecem em diversos momentos da história narrada, principalmente quando entram em contato com os colonizadores da América portuguesa, sobretudo em momentos de conflito.

<sup>90</sup> Idem, pp. 16-17.

<sup>91</sup> Idem, pp. 18-19.

negativa e generalizante, ao afirmar que “mostram em geral inclinação á indolencia, e á ociosidade que caracteriza todos os selvagens meridionais; mas passando de um extremo a outro, amam com paixão a dança, e todos os exercícios violentos.”<sup>92</sup>

Em suas viagens entre as Américas ibérica e anglo-saxã e a Europa, a constatação da constituição das populações encontradas naquelas regiões, muito mais heterogêneas do que a do Brasil, permitiu a Abreu e Lima verificar a grande diferença existente em comparação com a brasileira, essa formada em sua maior parte por escravos, negros e mestiços. De acordo com o *Bosquejo histórico*, a composição da população brasileira podia ser analisada com a seguinte perspectiva:

Á primeira vista se observa que a nossa população se acha perfeitamente dividida em duas partes iguaes, isto he, *pessôas livres e pessôas escravas*, que de certo não apresentam grande afinidade. Todavia, feliz de nós si esta parte livre fosse homogenea, e encerrasse condições de uma perfeita iguadade; longe disto, ella se subdivide em quatro familias distinctas, e *tão opostas e inimigas umas das outras*, como as duas grandes secções entre si. Esta subdivisão he concebida do modo seguinte= negros livres, mulatos livres, brancos natos e brancos adoptivos= sem contar com os Indios (que ainda formão uma quinta familia) por ser uma classe inerte, e de nenhum peso em politica. ¿Que paiz no mundo apresenta um quadro tão informe?<sup>93</sup>

Depois de explicar estas divisões, Abreu e Lima elucidou os mecanismos daquilo que denominava de rivalidade entre classes, o que levou Gilberto Freyre a entender que se tratava de adiantamentos marxistas da luta de classes. Abreu e Lima expõe uma sociedade brasileira segmentada por gradações provenientes da cor, do estado civil e do local de origem, as quais produzem uma estrutura social em conflito. Para o pernambucano:

A nossa rivalidade com os Adoptivos<sup>94</sup> nasce de uma condição, que não he peculiar á nós outros unicamente; Ella está na generalidade dos Povos, que

<sup>92</sup> Idem, p. 21.

<sup>93</sup> ABREU E LIMA, J. I., *Bosquejo histórico, político e literário do Brasil*. Cidade de Nictheroy: Tipografia de Rego e Comp., 1835, p. 56.

<sup>94</sup> Aqui, trata-se dos portugueses naturalizados após a independência. No Brasil, caso singular na América emancipada, a legislação atribuiu *status* distinto para os portugueses entre os estrangeiros. De acordo com José Sacchetta Ramos Mendes: “A condição jurídica do português no Brasil foi definida com a Constituição do Império, de março de 1824. A Carta considerou brasileiros os nascidos em Portugal e suas possessões, domiciliados nas províncias brasileiras na época em que se proclamou a independência em cada uma delas, e que aderiram à nova ordem expressamente, ou de maneira tácita, pela continuidade de sua residência. Não foi um ato de naturalização coletiva, e sim de admissão originária à nacionalidade. O significado daquela medida foi que o primeiro ordenamento fixou o lusitano residente no país em uma espécie de limbo entre o nacional e o estrangeiro: “cidadão adotivo”, não-naturalizado por nunca ter sido estrangeiro. A mesma postura havia predominado entre os deputados constituintes de 1823, a despeito da atmosfera antiportuguesa daqueles dias, manifesta em suspeitas e hostilidades aos nascidos em Portugal, contraditoriamente apontados como partidários da recolonização, de ideias republicanas ou da fragmentação do Império.” MENDES, José Sacchetta Ramos,

forão Colonias, com respeito aos que forão Metropolis; uns porque não permitem superiores, os outros porque não consentem iguaes. A mesma razão se dá com respeito aos mulatos; nós não adimitimos a igualdade, por efeito de habitos arreigados, talvez por nossa má educação. Elles não tolerão superioridade, porque são homens como nós, nascidos no mesmo solo, e *filhos de nossos propios Paes*; embora a ley os nivele e assemelhe, o habito e as preocupações inutilisão seos efeitos. Os negros ainda se achão em maior distancia pela sua condição, pela Idea de que ainda se resentem da escravidão, que suportarão elles mesmo, ou seos progenitores; mas esta injusta opinião não basta para amortiguar no coração de um negro a dignidade de seo ser, considerado como individuo da espécie humana.<sup>95</sup>

Embora tenha reconhecido esse quadro conflituoso, Abreu e Lima concebe o direito ao que chama de “sufrágio” entre a população livre com uma participação indiscriminada independente da cor. A situação exposta estava mais próxima do nível do ideal do que da prática diária, além de não conter seu texto menções ao fato de o sistema censitário estar baseado na renda regular dos eleitores.<sup>96</sup> Devido à heterogeneidade da população, a república, referida como “democracia”, estaria impossibilitada de produzir um governo estável no Brasil. Dita estabilidade resultaria possível apenas com a monarquia, regime cuja obediência já estava enraizada nos costumes locais. Vamos seguir a explicação adiante:

O direito de sufragio, de que gosão os libertos, he uma garantia da liberdade civil; garantia igualmente sancionada pela nossa Constituição. *A igualdade legal* entre todas as nossas classes, e o direito de elegibilidade de que gosão todos os homens indistintamente, seja qual for o matiz da sua pelle, he o elemento primordial da Monarquia no Brasil; porem seria o mais pernicioso instrumento em mãos da Democracia, seria a morte civil e política do Estado. O nosso elemento monárquico consiste principalmente nessa gradação de preeminências sociaes, que cada uma Classe se atribue sobre as outras, que ella julga inferiores por tantos habitos arreigados, e por inveteradas preocupações. A moral de um Povo<sup>97</sup> consiste sobre tudo nas suas leys *consuetudinárias*.<sup>98</sup>

---

“Lei e etnicidade no Brasil: entre a lusofobia e o favorecimento jurídico dos portugueses”, in *Cienc. Cult.*, São Paulo, vol. 61, n.º 2, 2009. Disponível em: <[http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0009-67252009000200022](http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252009000200022)> (acessado em 20/03/2013).

<sup>95</sup> ABREU E LIMA, J. I., op. cit., p. 56.

<sup>96</sup> A Constituição brasileira de 1824, apesar de em seu art. 90 permitir a participação da “massa dos cidadãos activos” no processo eleitoral, na prática inviabilizava parte da população ao estabelecer o voto censitário. No art.92 eram excluídos de votar nas assembleias paroquiais os cidadãos que “não tiverem renda líquida annual cem mil réis por bens de raiz, industria, commercio, ou empregos”. Para votar nos Conselhos de Províncias, era necessário possuir uma renda de duzentos mil réis. Tais critérios, embora restritivos, permitiam que uma elevada percentagem dos trabalhadores empregados participasse do processo eleitoral. CURIONI, Rosana T.; ALVARENGA, Bazilio de; ROSSINI, Elton F., “A Constituição Imperial de 1824: Uma breve análise dos aspectos sociais, políticos, econômicos jurídicos.”, in *Araucaria. Revista Iberoamericana de Filosofía, Política y Humanidades*, ano 13, n.º 26. Segundo semestre de 2011, p. 114. Disponível em: <[http://institucional.us.es/araucaria/nro26/monogr26\\_3.pdf](http://institucional.us.es/araucaria/nro26/monogr26_3.pdf)> (acessado em 20/0/2013).

<sup>97</sup> Em um interessante artigo, publicado já em 1862, em meio aos debates em torno da reforma eleitoral brasileira da década de 1860 – fora, portanto, do recorte temporal que emoldura este nosso trabalho –, Abreu e Lima

A questão da escravidão africana, menos presente no Chile do que no Brasil, não mereceu um espaço nas análises de Bello como aquele que destinou Abreu e Lima nas suas. No entanto, a questão da escravização dos povos indígenas já está mais presente num artigo de Bello produzido em 1848. Nele, Bello pondera sobre o trabalho do presbítero Don José Hipólito Salas, membro da Faculdade de Teologia e Ciências Sagradas, lido em sessão pública na Universidade do Chile em 29 de outubro de 1848 sob o título *Servicio personal de los indígenas y su abolición*. No texto de Bello, *Memoria sobre el servicio personal de los indígenas y su abolición*,<sup>99</sup> encontramos a condenação da escravidão indígena, apesar de justificá-la por trazer a civilização e a fé ao continente. Em crítica à relação estabelecida durante a conquista, Bello discorria:

Las encomiendas se sancionaron en Chile y en toda la América, con el especioso pretexto de amparar y proteger a los indios. Nació la *mita*; fueron reducidos a verdadera servidumbre los indios, sin distinción de edad ni sexo; u los encomenderos se convirtieron bien pronto en despiadados amos de sus indefensos protegidos. Llegó el caso de hacerse expediciones al archipiélago de Chiloé para esclavizar sus pacíficos moradores y conducirlos en gruesas partidas a la plaza de Santiago, donde eran vendidos en pública almoneda.<sup>100</sup>

Esta passagem indica que Andrés Bello considerava mais eficiente a escravidão africana que a encomenda exercida sobre os povos indígenas. Referindo-se ao passado colonial, Bello apontava suas preferências:

---

propôs uma concepção elitista de povo, do qual excluiu boa parte da população, não relacionando aquele às ideias de *plebe* e *massa*. Na ocasião, afirmaria: “O que é povo? A acepção desta palavra é mais restricta; porque o povo é tão somente a parte da nação, que se occupa, assim da confecção das leis e dos cargos de governança, como tambem de defender os seus direitos e território; é a parte que pensa, que quer, e que obra, é a parte intelligente e activa”. Segue adiante: “Quando se diz – governo do povo pelo próprio povo – *self government* – exclue-se da palavra povo, não só as mulheres e escravos, como os menores até a emancipação. Assim é que na verdadeira intelligencia, a palavra – povo – nos paizes regidos pelo systema representativo, que dizer – eleitores e elegíveis – sem exceptuar o próprio imperador que também é o eleito do povo”. ABREU E LIMA, J. I., “Trabalho do Exmo. Sr. General José Ignacio de Abreu e Lima”, in BANDERIA, Antonio Herculano de Souza. *Reforma Eleitoral. Eleição Direta*. Recife: Typographia Universal, 1862, pp. 269-270.

<sup>98</sup> ABREU E LIMA, J. I., *Bosquejo, histórico, político e literário do Brasil*. Cidade de Nicheroy: Tipografia de Rego e Comp., 1835, p. 82. No referido artigo de 1862, Abreu e Lima argumentava a favor da eleição direta universal, contra a eleição indireta, porém defendia que fosse censitária para homens livres e maiores de 25 anos. Era requisito também ocupar algum cargo ou exercer alguma profissão, ou ser bacharel, oficial ou possuir terras e rendas, exibidas em uma proposta dividida em 12 pontos, regulamentando o perfil do eleitorado. ABREU E LIMA, J. I., “Trabalho do Ex.mo Sr. General José Ignacio de Abreu e Lima”, in BANDERIA, Antonio Herculano de Souza. *Reforma Eleitoral. Eleição Direta*. Recife: Typographia Universal, 1862, pp. 278-279.

<sup>99</sup> BELLO, Andrés, “Memoria sobre el servicio personal de los indígenas y su abolición”, in *Obras Completas de Andrés Bello*. Tomo XXIII [Historia y Geografía]. Caracas: La Casa de Bello, 1981, pp. 307-322. O estudo de Bello foi publicado inicialmente no jornal *El Araucano*, números 958 e 959, de 15 e 22 de dezembro de 1848.

<sup>100</sup> Idem, p. 313.

[A]un en aquellas secciones donde las encomiendas se habían extinguido poco a poco, sin contiendas, sin providencias violentas, sin ruidosas reclamaciones, por el sólo efecto de las circunstancias, que hacían ya más gravoso que útil el servicio de los indígenas, ventajosamente reemplazado por el de los esclavos africanos.<sup>101</sup>

Apropriando-se da ideia de Salas, o reitor da universidade chilena reconhecia a existência de um vínculo entre a extinção dos trabalhos obrigatórios realizados pelos indígenas, e a independência e a formação da nação, em uma relação encontrada no Chile, que conceberia como original e inovadora.<sup>102</sup> Bello, entretanto, avançava em comparação à interpretação de Salas, ao encontrar inclusive um adiantamento das ideias republicanas que se acolheriam como sistema de governo no país, apesar de inicialmente os patriotas chilenos terem enxergado na monarquia a forma de organizar a nação. Ao discursar acerca da constituição das municipalidades sob a monarquia espanhola, reconheceu as mudanças que vinham se estabelecendo rumo a uma organização social mais liberal, mais próxima das características tradicionalmente atribuídas às colônias inglesas, em oposição às hispânicas. Assim explicitava Bello a questão:

Este modo de pensar no carece de fundamento; pero es indudable que en la constitución de municipalidades americanas, en la especie de representación que se atribuían, y que las leyes mismas reconocían hasta cierto punto en ellas, aun en medio de las trabas que casi paralizaban su acción, y de la suspicacia con que se invigilaban sus actos, había ya una semilla de espíritu popular y republicano, que favorecida por circunstancias, había de desenvolverse y lozanear.<sup>103</sup>

Um pouco mais sobre as relações sociais pode-se ver em sua conhecida polêmica com Sarmiento, em 1843, onde foram discutidas questões que envolviam o destino da língua castelhana na América. A passagem a seguir exemplifica bem o posicionamento de Bello

---

<sup>101</sup> Idem, p. 311.

<sup>102</sup> Bello traz a seguinte citação de Salas: “*el grito de independencia que lanzaron con denodado valor los Padres de la Patria en 1810, fue precedido de más de dos centurias de una porfiada lucha en que combatían las preocupaciones con la razón, la fuerza con el derecho, el sórdido interés con la humanidad, la espada con la conciencia, la hipocresía con la generosidad y el poder opresor con su inocente víctima. El indígena era un ente degradado a los ojos de aquellos que se atribuían la misión de civilizarlo, sin que estos se avergonzasen de proclamar que la violencia y el látigo eran los instrumentos de su propaganda civilizadora. Sólo a costa de sacrificios penosos, de trabajos combinados con sagacidad y acierto, y de prolongadas tentativas sostenidas con invencible constancia, pudo arrancar-se al indio oprimido y degradado de las manos de su adusto y desnaturalizado amo. El triunfo de la libertad social fue el precursor del que después obtuvo la política, y los defensores de aquélla, con las luces que difundieron y los hábitos que reformaron, allanaron los obstáculos y abrieron la senda que en tiempos más propicios debía elevar la colonia al rango de nación independiente*”. Idem, p. 309.

<sup>103</sup> Idem, 311.



sobre o papel das elites e das classes populares, tanto em relação ao idioma quanto ao exercício civil. De acordo com o caraquenho:

Si el estilo es el hombre, según Buffon,<sup>104</sup> ¿cómo podría permitirse al pueblo la formación a su antojo del lenguaje, resultando que cada cual vendría a tener el suyo, y concluiríamos por otra Babel? En las lenguas como en la política, es indispensable que haya un cuerpo de sabio, que así dicte las leyes convenientes a sus necesidades, como las del habla en que ha de expresarlas; y no sería menos ridículo confiar al pueblo la decisión de sus leyes, que autorizarle en la formación del idioma. En vano claman por esa libertad romántico-licenciosa del lenguaje, los que por prurito quisieran hablar y escribir a su discreción. Consúltese en su último comprobante del juicio expuesto, cómo hablan y escriben los pueblos cultos que tienen un antiguo idioma.<sup>105</sup>

De uma perspectiva mais ampla até do que a atinente às questões linguísticas, Bello apresentava um pensamento próximo ao de Abreu e Lima quando afirmava que, na ausência da virtude da monarquia, representada pelo poder real, a população deveria encontrar, no caso ser ensinada, a ter tal virtude. A importância do respeito às leis implicava a garantia da nação e este valor seria, para Bello, formado pelo processo educacional, que tinha entre seus objetivos a formação moral, religiosa, humanística e científica, como afirmou na ocasião da inauguração da universidade.

Assim, no Chile, a presença da escravidão africana viveria apenas como memória, e a crença de uma salvação futura pela imigração resultava menos intensa do que na região do Prata. A visão que Bello nos ofereceu sobre a participação do estrangeiro na nação chilena é menos incisiva do que a que propõe Alberdi e está menos explícito o julgamento de valor. O Chile, assim como a Argentina, vivenciou durante o século XIX conflitos prolongados com as nações indígenas que ali habitavam. O estrangeiro de Bello também era o europeu imigrado. No seu discurso inaugural, apesar do apelo ao solo e à cor local, todo o modelo elogiado vem do exterior, tanto do velho mundo como do exemplo dado pelos Estados Unidos.<sup>106</sup> A opção por uma migração caucasiana era preferencial para o desenvolvimento do país, porém com menos ênfase em sua proposta.

<sup>104</sup> Alberdi, alguns anos antes, também utilizando a afirmação de Buffon para reflexão, agrega à questão: “*Se há dicho que el estilo, es el hombre; debe añadirse que el hombre, es el espacio y el tiempo*”. ALBERDI, Juan B., “Fragmento preliminar al estudio del derecho”, in *Obras Completas de J. B. Alberdi*. Tomo I, Buenos Aires: La Tribuna Nacional, 1886, p. 129.

<sup>105</sup> BELLO, Andrés, “Ejercicios populares de lengua castellana”, in *Obras Completas*, tomo IX [Temas de Crítica Literaria], Caracas: Fundación Casa de Bello, 1981, pp. 438-439.

<sup>106</sup> BELLO, Andrés, “Discurso pronunciado en la instalación de la Universidad de Chile, el 17 de septiembre de 1843”, in *Obras Completas*, tomo XXI [Temas Educativos I], Caracas: Fundación Casa de Bello, 1982, pp. 3-21.

A busca por uma legislação que estabelecesse a igualdade entre os habitantes chilenos foi defendida por Bello<sup>107</sup> quando da publicação da proposta aceita como *Código Civil da República do Chile*, publicado em 1856, em cujo artigo 55 Bello faz a seguinte definição do cidadão chileno: “*Son personas todos los individuos de la especie humana, cualquiera que sea su edad, sexo, estirpe o condición. Dividense en chilenos y extranjeros*”. No artigo 57, esclarece: “*La ley no reconoce diferencia entre el chileno y el extranjero en cuanto a la adquisición y goce de los derechos civiles que regla este Código*”.<sup>108</sup>

Bello oferece mais elementos sobre a discussão nacional ao trazer, em *Principios de derecho de gentes*, ideias que associam o pertencimento nacional e a reciprocidade entre a nação e o indivíduo. O caraquenho naturalizado chileno entendia que a nacionalidade se dava por pertencimento à nação, e que aquela era concebida de acordo com a legislação de cada povo, podendo ser adquirida por nascimento ou por adoção, como pregava Abreu e Lima. Mas, acima disso, o caraquenho acreditava no amor à pátria como um sentimento relacionado, sobretudo, com o nascimento. Para Bello:

Ciudadano, en el derecho de gentes, es todo miembro de la asociación civil, todo individuo que pertenece á la nación.

Esta cualidad se adquiere de varios modos, según las leyes de cada pueblo. En muchas partes el nacimiento es suficiente para conferirla, de manera que el hijo de un extranjero es ciudadano por el hecho de haber nacido en el territorio. En algunos países basta la *extracción*, y el hijo ó nieto de un ciudadano, aunque jamás haya pisado la tierra de sus padres, es tambien ciudadano. En otros el *domicilio*, esto es, cierta manera de establecimiento, ó cierto número de años de residencia continua, de que se infiere el ánimo de permanecer para siempre, habilita á los extranjeros para obtener la ciudadanía. Y en todos puede el soberano concederla por privilegio á un extraño.

La mera extraccion es el mas débil de todos estos títulos, porque no supone por sí misma ninguna reciprocidad de beneficios ni de afecciones entre el ciudadano y la patria; por consiguiente es el menos natural de todos. El domicilio y el privilegio, generalmente hablando, no puede competir con el nacimiento. La sociedad en cuyo seno hemos recibido el ser, la sociedad que protegió nuestra infancia, parece tener mas derecho que otra alguna sobre

<sup>107</sup> Em suas considerações a respeito do ensaio do presbítero Don José Hipólito Salas, Bello concorda com a ideia desse autor acerca da ocorrência de uma progressiva homogeneização da população da região, durante a época colonial, em decorrência da *encomienda*. Citando Salas: “*Se estrecharon [devido à encomienda] los vínculos que debían unir a entrambas razas; identificáronse sus intereses; borráronse las señales que regularmente marcan las diferencias de castas. Uno fue el idioma y unos fueron los usos en todos los puntos donde la antorcha de la civilización había llegado penetrar. Todo contribuyó a hacer de los chilenos un solo pueblo*”. BELLO, Andrés, “Memoria sobre el servicio personal de los indígenas y su abolición”, in *Obras Completas de Andrés Bello*. Tomo XXIII [Historia y Geografía]. Caracas: La Casa de Bello, 1981, p. 310.

<sup>108</sup> BELLO, Andrés, “Código Civil da República do Chile”, in *Obras Completas de Andrés Bello*. Tomo XIV [Código Civil de la República de Chile]. Caracas: La Casa de Bello, 1981, p. 65.

nosotros; derecho sancionado por aquel afecto al suelo natal, que es uno de los sentimientos mas universales y mas indelebles del corazón.<sup>109</sup>

Assim como defendia Alberdi, ao estrangeiro deveriam ser dadas condições de misturar-se com a população local, evitando ao máximo restrições que pudessem colocar entraves à imigração e à integração. No entanto, sua proposta resultava menos liberal que a de Alberdi. De acordo com o código proposto por Bello:

Los que profesando una religión diferente de la católica quisieren contraer matrimonio en territorio chileno, podrán hacerlo, con tal que se sujeten a lo prevenido en las leyes civiles y canónicas sobre impedimentos dirimentes, permiso de ascendientes o curadores, y demás requisitos; y que declaren ante el competente sacerdote católico y dos testigos, que su ánimo es contraer matrimonio, o que se reconocen el uno al otro como marido y mujer; y haciéndolo así, no estarán obligados a ninguna otra solemnidad o rito.<sup>110</sup>

Mesmo com as aberturas propostas pela Carta Magna do Chile, a legislação do país não parecia a Alberdi suficientemente adequada às necessidades que a nação requeria. Um dos motivos que leva *Bases y puntos* a criticar a Constituição chilena da época remetia para a forma como tratava a questão da imigração. Ainda com as medidas propostas por Bello, que denotam sua opção por uma facilitação do processo para o estabelecimento dos imigrantes no país, Alberdi considerava que a abertura do texto constitucional não era suficiente para atrair uma imigração protestante, devido a restrições quanto ao culto e à prática de uma vida civil plena. Acompanhando suas críticas referentes às leis que regiam a imigração na Carta Magna do Chile, pode-se apresentar o posicionamento de Alberdi acerca da questão:

Excluyeron todo culto que no fuese el católico, sin advertir que contrariaban mortalmente la necesidad capital de Chile, que es la de su población por inmigraciones de los hombres laboriosos y excelentes que ofrece la Europa protestante y disidente. - Excluyeron de los empleos administrativos y municipales y de la magistratura á los extranjeros, y privaron al país de cooperadores eficacísimos en la gestión de su vida administrativa.<sup>111</sup>

Todavía, Alberdi, apesar de tecer essas críticas à Constituição do Chile (1833), reconhecia sua conveniência para a América, ponderando, contudo, que ainda sendo a lei

<sup>109</sup> BELLO, Andrés. *Principios de derecho de gentes*. Madri: Imprenta de Fuentenebro. Librería de la viuda de Calleja e hijos, 1844, pp. 79-80.

<sup>110</sup> BELLO, Andrés, “Código Civil da República do Chile”, in *Obras Completas de Andrés Bello*. Tomo XIV [Código Civil de la República de Chile]. Caracas: La Casa de Bello, 1981, p. 112.

<sup>111</sup> ALBERDI, Juan. B., “Bases y puntos de partida para la organización política de la República Argentina”, in *Obras Completas de J. B. Alberdi*. Tomo III, Buenos Aires: La Tribuna Nacional, 1886, p. 397.

maior desse país “*superior en redacción á todas las de Sud-América, sensatísima y profunda en cuanto á la composición del poder ejecutivo, es incompleta y atrasada en cuanto á los medios económicos de progreso y á las grandes necesidades materiales de la América española*”.<sup>112</sup>

Em geral, os textos constitucionais da América ibérica foram criticados por suas restrições religiosas, civis ou políticas sobre aos estrangeiros. Alberdi não era contra a religião; ao contrário, demonstrava respeito e apreço por ela, por acreditar que também contribuía positivamente ao país. Essa ideia era embasada nos exemplos dos Estados Unidos e da Inglaterra, países bastante religiosos, mas com um crescimento econômico e social exemplar. O que Alberdi defendia era a liberdade de culto, com vistas a não criar resistências à imigração de não católicos. E essas restrições foram, precisamente, as principais críticas que Alberdi empreendeu sobre as Constituições americanas que estavam em vigor na época.

Em relação à Constituição do Peru, também restrita ao catolicismo e que colocava uma série de entraves à entrada, permanência, trabalho e cidadania dos estrangeiros, era julgada por Alberdi como bastante inferior à do Chile. O tucumano criticou também o Congresso do Panamá por conceber em suas leis a proibição da imigração de europeus, a qual, segundo Alberdi, era a fonte de civilização para o continente. O Dr. Francia também foi contestado por ter deixado uma herança do gênero no Paraguai, fechando-o à entrada de imigrantes e às liberdades civis. Apenas duas Constituições foram elogiadas e consideradas de sucesso pelo autor de *Bases y puntos*, pois tinham conseguido atrair imigrantes e contribuído para o desenvolvimento regional. Tratava-se das Cartas Magnas da Califórnia e do Uruguai. Alberdi reconheceu a Constituição uruguaia do momento como a mais avançada na América hispânica no tocante à aceitação de estrangeiros, com o país possuindo pela época um total de 20.000 *avecinaos*.<sup>113</sup>

No projeto apresentado em *Bases y puntos*, a base sobre a qual se inspirava Alberdi era declaradamente a Constituição do Estado da Califórnia, aprovada em outubro de 1849, avaliada como de fácil aplicação na América e com forte apelo à promoção das liberdades civis.<sup>114</sup> O tucumano admirava, em dita Constituição, a possibilidade que dava aos

---

<sup>112</sup> Idem, p. 396.

<sup>113</sup> O termo “avecinao” refere-se aos estrangeiros que, por viverem junto aos “vecinos” (homens de família com direito a voto nos cabildos), vão se “avecinao”. NÚÑEZ, Francisco, “El concepto de Vecino/Ciudadano en Perú”, *Araucaria. Revista Iberoamericana de Filosofía, Política y Humanidades*. Ano 9, n.º. 17, 1º semestre, 2007. Disponível em: <[http://institucional.us.es/araucaria/nro17/monogr17\\_11.htm](http://institucional.us.es/araucaria/nro17/monogr17_11.htm)> (acessado em 05/03/2013).

<sup>114</sup> Alberdi residia em Valparaíso, no Chile, quando ocorreu a guerra entre os Estados Unidos e o México. Naquele momento, mais preocupados com a ameaça de uma expedição recolonizadora espanhola contra o Equador, os criollos hispano-americanos não manifestaram solidariedade ao México. Alberdi, como grande parte

estrangeiros, jovens, velhos, indígenas, independentemente de religião, de poder fazer parte do governo federal.

Não obstante sua simpatia pelo texto, acreditava Alberdi que a América não devia imitar os Estados Unidos, os quais haviam sido construídos em acentuada tradição liberal. O motivo radicava na diferença existente entre os dois países quanto ao grau de industrialização, aos costumes e à formação da população, aproximando-se assim do pensamento de Abreu e Lima sobre as incompatibilidades da adoção do sistema de governo dos Estados Unidos na América ibérica. No entanto, o problema visualizado por Alberdi não derivava da composição étnica da população ou das restrições a direitos civis, senão dos costumes desenvolvidos em cada país, que estavam de acordo com a formação sociocultural da população. Alberdi não julgava adequado adotar um federalismo puro no continente, mas sim misto, com proximidade maior a um modelo centralizado, mais adequado à realidade local. A centralização era também uma preferência de nossos dois outros interlocutores; porém, a preferência por uma monarquia era a perspectiva de Abreu e Lima, enquanto um presidencialismo centralizado era a opção de Bello por esta época.

Anos antes, em *Fragmento preliminar*, Alberdi já acreditava que o sucesso dos Estados Unidos estava relacionado com o caráter próprio que fora dado às instituições naquele país e à sua homogeneização. De acordo com Alberdi:

No por otra razón son ellos felices, que por haber adoptado desde el principio instituciones propias á las circunstancias normales de un ser nacional. Al paso que nuestra historia constitucional, no es mas que una continua serie de imitaciones forzadas, y nuestras instituciones, una eterna y violenta amalgama de cosas heterogéneas.<sup>115</sup>

Nesse ponto, Abreu e Lima se aproxima de Bello e Alberdi no tocante à necessidade de ajuste entre sociedade e legislação. A tese de Abreu e Lima remetia para o fato de que os povos não deveriam copiar sistemas políticos exteriores, distantes de sua realidade cultural. Os costumes ibero-americanos eram muito distintos dos estadunidenses, que criaram

---

dos intelectuais daquela época, inclusive autores como Karl Marx, explicitava no jornal *El Comercio* sua convicção de que a vitória dos Estados Unidos naquela Guerra representava a força irresistível do progresso, e que os chilenos e platinos deviam preparar-se para o encontro inevitável com a modernidade democrática, sendo a imigração uma dessas formas, evitando o trauma sofrido pelos mexicanos. Cf. STURLA, Flavio A., “Alberdi en Chile. Un intelectual en busca de una espada”, in *Citerea. Perspectivas históricas y filosóficas*, primavera de 2006. Disponível em: <<http://www.citerea.com.ar/Historia/Alberdi.pdf>> (acessado em 20/03/2013). Para conferir as ideias de Marx sobre questões da América, ver: MARX, Karl; ENGEL, Friedrich; SCORON, Pedro (org.). *Contribuição para uma História da América Latina*. São Paulo: Edições Populares, 1982. MARX, Karl. *Simón Bolívar por Karl Marx*. Tradutora Vera Ribeiro. São Paulo: Martins, 2008.

<sup>115</sup> ALBERDI, Juan. B., “Fragmento preliminar al estudio del derecho”, in *Obras Completas de J. B. Alberdi*. Tomo I, Buenos Aires: La Tribuna Nacional, 1886, p. 112.

progressivamente condições para erigir a república. A América hispânica, ao assumir a república como sistema político, estaria cometendo um equívoco, pois as nações americanas estariam queimando etapas do processo gradual de evolução à civilização. O caráter do povo ibero-americano divergia do sistema adotado, pois seus costumes não estavam de acordo com um sistema republicano. Por isso ocorriam as constantes guerras civis em território hispânico. Para o Brasil, assumir a república resultaria, todavia, mais predatório ainda, devido ao caráter heterogêneo de sua população, e ao atraso intelectual e institucional no qual o Império se achava.

É interessante a este estudo analisar as questões referentes à constituição populacional a partir do prisma de Alberdi. Sua concepção não passava pela questão étnica ou cultural, já que acreditava que a nacionalidade não seria rompida pela imigração estrangeira, europeia. Onde se encontrava o princípio da nacionalidade para Alberdi? A ideia de nação perdia seus laços com o lugar de nascimento e sua ligação com a questão étnica. Entretanto, é relevante frisar que Alberdi tratava a questão da cidadania relacionando-a apenas aos *criollos* e aos imigrantes europeus, pois dela excluía segmentos da sociedade como indígenas, negros e mestiços. A língua poderia ser um ponto destacável em função da diversidade idiomática original dos imigrantes, mas a problemática seria superada com a incorporação à nova pátria pelo imigrado, integração pela qual não converteria a nação receptora em uma “torre de Babel”. Em que se baseiam, então, os elementos constitutivos da nação segundo Alberdi? A resposta que mais nos seduz é aquela que nos remete à nacionalização por meio da imigração europeia e dos novos costumes, seguida de uma homogeneização nacional através do mundo letrado, pelo ensino de uma consciência nacional aos novos cidadãos, que gerações de intelectuais daquela época se esforçavam por fomentar, pois, depois de imaginar a nação, e para exercer seu papel identitário, ela deveria ser ensinada aos emigrantes da Europa.

No *Principios de derecho de gentes*, Bello também trabalharia um tema caro ao Chile e à Argentina, que envolvia a questão das terras e dos povos indígenas. A ocupação para Bello, como apresentado anteriormente, se dava através da posse e uso do território. Dito uso, o de um território que passava por sua transformação, abria espaço para a concepção de deserto, de terras inabitadas. Bello considerava em 1832 que a conquista e a colonização ocorridas na América pelas nações da Europa haviam sido justas, uma vez que existia grande quantidade de terras não usada pelos indígenas.

Não desconhecia Bello totalmente o direito dos povos indígenas sobre os territórios que habitavam, pois a própria Espanha, na época colonial, e o Chile independente concebiam

os territórios araucanos como um reino. Bello reconhecia-lhes o direito à posse da terra, desde que eles fizessem uso dela para subsistência. Compreende que, caso as terras não fossem para tanto utilizadas por esses povos, era justa sua ocupação por outras nações. Bello desenvolve a questão como segue:

Se pregunta si una nacion puede ocupar legítimamente alguna parte de un vasto espacio de tierra, en que solo se encuentran tribus errantes, que por su escaso número no bastan á poblarlo. La vaga habitacion de estas tribus no puede pasar por una verdadera y legitima posesion, ni por un suo justo y razonable, que los demás hombres está obligados á respetar. Las naciones de Europa, cuyo suelo rebosaba de habitantes, encontraron extendidas regiones, de que los indígenas no tenían necesidad, ni hacían uso alguno sino de tarde en tarde. Eales, pues, lícito ocuparlas y fundar colonias, dejando á aquellos lo necesario para su cómoda subsistencia. Si cada nacion hubiese querido atribuirse desde su principio un territorio inmenso para vivir de la caza, la pesca y frutas silvestres, nuestro globo no hubiera sido capaz de alimentar la décima parte de los habitantes que hoy lo pueblan.

Las tribus pastorales que viven errantes dentro de ciertos límites, sin haberse repartido la tierra entre sí, llevando de una paraje á otro sus móviles aduares, según sus necesidades y las de sus ganados, la poseen verdaderamente, y no pueden ser despojadas de ella sin injusticia. Pero hay alguna afinidad entre este caso y el precedente, y sería difícil fijar los caracteres precisos que distinguen la posesión verdadera de la que no lo es, y el uso racional y justo del que tiene un carácter diverso.<sup>116</sup>

No final do ano de 1848, ao analisar o texto de José Hipólito Salas, Bello aborda questões acerca da conquista e do modelo de colonização espanhol, comparando-o ao processo de colonização norte-americano e produzindo explicações históricas a respeito da forma de ocupação da terra e de subjugação dos habitantes indígenas nas colônias hispano-americanas. Bello reconhecia os problemas do sistema de conquista — que formara o que denominou de *feudalismo*, com “vassalagem dos povos indígenas”, erguido sobre a posse da terra e pelo modelo negativo da *encomienda* —, apesar de haver sido implantado em nome da civilização, do cristianismo e da produção econômica. Explicitou ainda sua opinião sobre a possibilidade do estabelecimento de igualdade civil entre os espanhóis e indígenas, apresentando também uma valoração positiva sobre a sociedade da América do norte, que concebia como de caráter homogêneo. Acompanhemos o raciocínio de Bello sobre o passado chileno:

---

<sup>116</sup> BELLO, Andrés. *Principios de derecho de gentes*. Madri: Imprenta de Fuentenebro. Librería de la viuda de Calleja e hijos, 1844, pp. 46-47.

Decidimos que éste era un pensamiento naturalmente inspirado por el espíritu de conquista, porque la mera colonización de un país despoblado puede efectuarse de diferente modo, por la aplicación de las fuerzas propias al cultivo del suelo, al ejercicio de las artes, y a la formación de una sociedad enteramente nueva, pura de toda mezcla con otras razas, y no amenazada de fuerzas externas que le resistan y la hostilicen. [...] No se trataba de colonizar un país desierto; esto es, de establecer en él una sociedad en que los españoles cultivasen por sí mismos el suelo ocupado, ejercitasen las artes, fuesen a un tiempo los gobernantes y los gobernados, y formasen un todo homogéneo, que sacase de sí mismo su vitalidad e incremento, como lo hicieron los colonos británicos en la América Septentrional. Ni trataban tampoco los españoles de incorporar en su seno los indígenas, admitiéndolos a una completa igualdad de derechos civiles: sistema de que no sé si ofrece ejemplo alguno la historia del mundo. Tratábase de subyugar a los naturales, y de mantenerlos en un estado de dependencia, para emplearlos en la agricultura, en el laborío de minas, en toda especie de trabajo mecánico, a beneficio de los dominadores. Tratábase de verdadera conquista, y de fundar, por consecuencia de ella, una verdadera feudalidad.<sup>117</sup>

Em Alberdi, a hierarquização dos segmentos sociais apresentada em *Bases y puntos* demonstrava uma valorização relativa, escalonada, relacionada à origem, agregada ao valor étnico e à religião. O tucumano apresentava uma opinião semelhante às concepções que poderiam ser atribuídas a Abreu e Lima e a Bello, a não ser, para este último, pelo comentário depreciando os espanhóis. Para nosso representante da região do Prata, a situação era a seguinte:

Con tres millones de indígenas, cristianos y católicos, no realizaríais la república ciertamente. No la realizaríais tampoco con cuatro millones de españoles peninsulares, porque el español puro es incapaz de realizarla allá ó acá. Si hemos de componer nuestra población para nuestro sistema de gobierno, si ha de sernos mas posible hacer la población para el sistema proclamado que el sistema para la población, es necesario fomentar en nuestro suelo la población anglo-sajona.<sup>118</sup>

Alberdi, em uma visão mais positiva dos *criollos*, entendia que as repúblicas americanas eram produtos da Europa, como também que na América toda a civilização presente no continente era europeia. O espaço do indígena na proposta de nação de Alberdi não existia, ficando aquele alheio à formação política da sociedade argentina. Segundo o tucumano, “[h]oy mismo, bajo la independencia, el indígena no figura ni compone mundo en

<sup>117</sup> BELLO, Andrés, “Memoria sobre el servicio personal de los indígenas y su abolición”, in *Obras Completas de Andrés Bello*. Tomo XXIII [Historia y Geografía]. Caracas: La Casa de Bello, 1981, pp. 311, 315.

<sup>118</sup> ALBERDI, Juan. B., “Bases y puntos de partida para la organización política de la República Argentina”, in *Obras Completas de J. B. Alberdi*. Tomo III, Buenos Aires: La Tribuna Nacional, 1886, p. 524.



*nuestra sociedad política y civil*".<sup>119</sup> O coletivo dos americanos a que se referia Alberdi incluía apenas brancos nascidos na América, não pessoas que tivessem ascendência indígena e tampouco africana. A civilização daqui falava espanhol, tinha sangue europeu e sua religião era o cristianismo.<sup>120</sup> Na Constituição proposta por Alberdi, conseguia a naturalização em tempo menor do que o mínimo previsto, de dois anos, aquele colono que se estabelecesse em terra indígena. Para Alberdi, os americanos eram europeus e os indígenas, na época, já não existiam mais:

La guerra de conquista supone civilizaciones rivales, Estados opuestos - el salvaje y el europeo v. g, - Este antagonismo no existe; el salvaje está vencido, en América no tiene dominio ni señorío. Nosotros, europeos de raza y de civilización, somos los dueños de la América.<sup>121</sup>

A rivalidade entre *criollos* e povos indígenas era para Alberdi uma questão da maior importância, encontrada na sociedade na época em que escrevia. Nas palavras desse autor: “*en América todo lo que no es europeo es bárbaro: no hay mas división que esta: 1º el indígena, es decir, el salvaje; 2º el europeo, es decir, nosotros, los que hemos nacido en América y hablamos español, los que creemos en Jesucristo y no en Pillan*”.<sup>122</sup>

Os *gauchos* também eram compreendidos como elementos de menor *status* e civilização na sociedade desejada em *Bases y puntos*, sendo esse coletivo um dos responsáveis pela situação negativa do país e pela impossibilidade de dispor de leis de caráter mais liberal, como as encontradas nos Estados Unidos. Para Alberdi:

Paradojal y utopista es el propósito de realizar las concepciones audaces de Siéyes y las doctrinas puritanas de Massachussets, con nuestros peones y gauchos que apenas aventajan á los indígenas. Tal es el camino constitucional que nuestra América ha recorrido hasta aquí y en que se halla actualmente.<sup>123</sup>

Por levar em conta esses traços na população do país, Alberdi propõe uma substituição dos elementos constitutivos da sociedade, visando estabelecer uma república representativa. Assim encontramos esta opinião em 1852:

---

<sup>119</sup> Idem, p. 421.

<sup>120</sup> Lendo os artigos da revista *La Moda*, podemos encontrar o apreço aos costumes europeus, com abordagem de questões de moda, comportamentos, leituras e tendências. ALBERDI, Juan. B., “La Moda”, in *Obras Completas de J. B. Alberdi*. Tomo I, Buenos Aires: La Tribuna Nacional, 1886, pp. 263-399.

<sup>121</sup> ALBERDI, Juan. B., “Bases y puntos de partida para la organización política de la República Argentina”, in *Obras Completas de J. B. Alberdi*. Tomo III, Buenos Aires: La Tribuna Nacional, 1886, p.423.

<sup>122</sup> Idem, p. 422.

<sup>123</sup> Idem, op. cit., p. 523.

Utopía es pensar que podamos realizar la república representativa, es decir, el gobierno de la sensatez, de la abnegación y del desinterés, si no alteramos ó modificamos profundamente la masa ó pasta de que se compone nuestro pueblo hispano-americano. [...] Esta es la verdadera revolución, que hasta hoy solo existe en los nombres y en la superficie de nuestra sociedad. No son las leyes que necesitamos cambiar; son los hombres, las cosas. Necesitamos cambiar nuestras gentes incapaces de libertad por otras gentes hábiles para ella, sin abdicar el tipo de nuestra raza original, y mucho menos el señorío del país; suplantar nuestra actual familia argentina por otra igualmente argentina, pero mas capaz de libertad, de riqueza y progreso.<sup>124</sup>

Apesar de apresentar dita divisão, proveniente do processo de colonização, Alberdi não reconhecia que a sociedade da região do Prata vivesse apartada socialmente em grupos de *criollos*, uma vez que considerava que as divisões existentes entre esses cidadãos estavam pautadas por suas distintas afiliações políticas e intelectuais. Já uma divisão que sim existia estava baseada, para o tucumano, na contraposição antagônica, que regia a região do Prata, entre o litoral e o interior.

Para Shumway, a opção de Alberdi implicava um combate às ideias de Sarmiento de “civilização” e “barbárie”, de formação de uma nação feita naturalmente pela terra, mostrando sua crença no papel das ideias e dos costumes.<sup>125</sup> Além da oposição a Sarmiento, a visão de Alberdi representa melhor o ambiente político da região do Prata, com as desavenças de uma sociedade conflituosa e dividida. De acordo com o tucumano:

La única subdivisión que admite el hombre americano español es el *hombre del litoral* y *hombre de tierra adentro ó mediterráneo*. Esta división es real y profunda. El primero es fruto de la acción civilizadora de la Europa de este siglo, que se ejerce por el comercio y por la inmigración en los pueblos de la costa. El otro es obra de la Europa del siglo XVI, de la Europa del tiempo de la conquista, que se conserva intacto como en un recipiente, en los pueblos interiores de nuestro continente, donde lo colocó la España, con el objeto de que se conservase así.<sup>126</sup>

Nas obras de Abreu e Lima, no que se referia à análise da sociedade contemporânea, a principal questão de reconhecimento de igualdades civis, voltando-se aos “males de origem”, radicava como dito em sua falta de homogeneidade. O pernambucano entendia que a situação no Brasil estava distante de alcançar os ganhos das sociedades da Europa por ainda manter a

<sup>124</sup> Idem, pp. 523-524.

<sup>125</sup> SHUMWAY, Nicolas, op. cit., p. 184.

<sup>126</sup> ALBERDI, Juan. B., op. cit., p. 422.

escravidão, constituindo uma população heterogênea e não oferecendo realmente para todos os seus habitantes liberdades civis. Segundo Abreu e Lima, no *Bosquejo histórico*:

Confessemos ingenuamente, e não tenhamos rubor em confessal-o, que estamos tão distantes de podermos imitar bellas teorias de outros Povos, quanto distão os nossos elementos sociaes de uma perfeita *homogeneidade*. Queremos lansar a barra mais longe que a Europa moderna, ao mesmo tempo que conservamos as anomalias dos governos antigos. Si nos séculos que nenhum governo, nenhuma Sociedade política tem sido tão sabia ou tão justa até agora, que tenha observado com religioso escrúpulo o Santo dogma da liberdade civil ¿sobre que principio poderemos fundar o *bello ideal* que nutre as esperanças dos pseudos-Políticos do Brasil? [...] Não póde haver perfeita liberdade política sem a civil e religiosa; si aspiramos a uma, como desatenderemos as outras? De qualquer maneira que se encarem as cousas, o direito de um homem sobre a *liberdade individual* de outro he *irrito*, não só porque he injusto, senão porque he absurdo e carece de significação.<sup>127</sup>

A constatação desse autor sobre a impossibilidade brasileira de constituir uma sociedade moderna e civilizada baseava-se na presença da escravidão e de sua herança, principalmente no que tange ao pacto social, um dos elementos centrais para a própria constituição da nação defendida em seus escritos. Embora fizesse dita constatação e se apresentasse contra esse sistema de trabalho, como muitos brasileiros intelectuais da época, não propunha que a abolição fosse determinada de imediato. Optava, assim, por participar da crença de que o fim da escravidão levaria o país a uma crise econômica e social. Tais argumentos eram utilizados sob a justificativa da prevalência de uma economia escravista e de costumes adaptados à discriminação racial. De acordo com o *Bosquejo histórico*:

De tudo quanto temos dito, poderemos deduzir duas cousas: 1<sup>a</sup>. *que a emancipação dos escravos, ou a liberdade civil na América he de impossibilidade absoluta por muitos annos, principalmente no Brasil*: 2<sup>a</sup>. *que sem a liberdade civil não poderemos aspirar ao complemento da liberdade politica*. O Brasil, nação agrícola, cujos capitaes estão redusidos às terras e á escravos, funda a sua existencia actual na sua industria rural; por consequência, a prosperidade, o bem estar, a vida mesma da Sociedade depende dos escravos; o seo numero he imenso, seo valor assombroso; apenas haverá um homem livre, que não possa conciderar-se senhor de dous cativos. A liberdade civil seria pois a morte política do Brasil, seria o ataque mais pernicioso contra a propriedade; seria finalmente a destruição do Estado. Agora perguntamos¿ e um Povo que funda a sua existência sobre a base tão incerta de direito e de justiça, pode sem temor de precipitar-se em um abismo, invocar em seo auxilio as teorias de outros Povos mais felises, e dotados de melhores elementos? He acaso em um paiz, onde os Cidadãos resistem à todo os meios legaes de destruir o flagello da escravidão, onde as

<sup>127</sup> ABREU E LIMA, J. I. *Bosquejo histórico, político e literário do Brasil*, Cidade de Nictheroy: Tipografia de Rego e Comp., 1835, p. 51-52.

leyes são ineficazes para minorar o mal que nos aflige, onde tudo conspira á perpetuar a miséria da nossa posição social.<sup>128</sup>

O brasileiro mostrava-se pouco otimista com o término da escravidão na América, mesmo possuindo conhecimento sobre os movimentos abolicionistas, já que alguns países já haviam extinguido, à época, o sistema escravocrata. Fazia cálculos segundo os quais a Colômbia, que havia declarado a liberdade de nascidos de “ventre cativo” em 1821, não teria mais escravidão em cem anos. Quanto à Argentina e ao Chile, considerava “tão insignificante” a situação da presença da escravidão nos seus territórios que não se ocuparia em analisá-las.<sup>129</sup>

Na Argentina, nos primeiros movimentos de emancipação, a Primeira Junta de Governo (*Junta Provisional Gubernativa de las Provincias del Río de la Plata a nombre del señor Don Fernando VII*), da qual um dos principais protagonistas fora Mariano Moreno, efetuara reformas, como a liberdade de imprensa, o suprimento dos títulos de nobreza e dos regimes de castas, e a Lei do Ventre Livre (1813), prevendo uma abolição gradual, alcançada em 1853 pela Confederação.<sup>130</sup> No entanto, a província de Buenos Aires declarou a abolição apenas em 1860, quando se tornou parte da República Argentina.<sup>131</sup> No Chile, no início da década de 1810, já havia um projeto para acabar com a presença negra no país, através do casamento com brancos e indígenas, visando a criar uma população mais homogênea, embora se mantivesse a estratificação social das castas. As ações nesse sentido foram colocadas em andamento com a aprovação, em 15 de outubro de 1811, da liberdade para os nascituros filhos de escravos e estabelecendo o fim da escravidão em 1823.<sup>132</sup>

Em geral, os três personagens aqui estudados apresentaram projetos que excluíaam do corpo nacional as populações indígenas e os negros, reforçando as relações de poder existentes. Alberdi e Bello apresentaram ideias de deserto, carente de qualquer forma de civilização e, preferencialmente, pronto para a conquista. Abreu e Lima mostrou-se mais simpático à igualdade civil. Embora não deixasse de hierarquizar a sociedade e de continuar observando o escravo como uma propriedade privada. Assim, o desejo, em choque com a

<sup>128</sup> Idem, p. 54.

<sup>129</sup> Idem, p. 50.

<sup>130</sup> MYERS, Jorge, “A revolução de independência no Rio da Prata e as origens da nacionalidade argentina (1806-1825)”, pp. 69-130, in MADER, Maria Elisa; PAMPLONA, Marco A. (orgs). *Revoluções de independência e nacionalismos nas Américas: Região do Prata e Chile*. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

<sup>131</sup> HALPERIN DONGHI, Tulio, “A economia e a sociedade na América espanhola do pós-independência”, in BETHELL, Leslie (org), op. cit.

<sup>132</sup> KREBS, Ricardo, “Orígenes de la conciencia nacional chilena”, in CID, Gabriel; FRANCISCO, Alejandro San (edit.), op. cit., 2009, p. 11.

realidade, de refletir uma imagem europeia marcou o pensamento geral das elites ibero-americanas por todo o século XIX, e nossos três intelectuais, como era esperável, tampouco se furtaram à dinâmica imperante nessa fase.

#### 4.2.2 - Olhares cruzados: heranças e educação

Nas Américas hispânica e portuguesa, após o período de emancipação, intensificou-se a produção de análises de suas realidades, com o qual a herança ibérica começou a ser contestada e rejeitada pela maior parte das elites letradas. A relação com a origem espanhola e portuguesa era avaliada comparativamente com referências apontadas ao exterior e à situação interna do continente ou do país. Ser descendente de ibéricos frente aos indígenas e aos africanos era um valor positivo, pois aqueles eram considerados os representantes da civilização. Entretanto, comparando o “americano do sul” ou mesmo os espanhóis, com os europeus do norte, os americanos dos Estados Unidos e os protestantes europeus, o homem ibérico era considerado inferior no grau de evolução civilizacional, portador de vícios e atrasos diversos. Na América em questão esses males eram derivados tanto da herança quanto da dinâmica construída durante o processo de colonização. As instituições de ensino e a produção cultural encontradas nos países ibero-americanos também foram avaliadas e relacionadas com as heranças espanhola e portuguesa, que, como já vimos, ao menos Alberdi e Abreu e Lima rejeitavam. Neste segmento de nosso trabalho, poderemos acompanhar com mais detalhe essas impressões.

Como indicado anteriormente, Abreu e Lima apresentava um antilusitanismo explícito, assim como grande parte das elites nascidas no Brasil, que rejeitavam dita herança, principalmente nas décadas de 1830 e 1840. Os costumes portugueses, somados aos vícios locais, haviam produzido uma sociedade atrasada, apática e pouco adaptada ao requerido progresso dos novos tempos. A própria condição intelectual de Portugal era visualizada como negativa e avaliada como inferior frente à dos demais países da Europa. De acordo com Abreu e Lima:

Os Portugueses, antes do meiado do seculo passado, não tinham um *corpo de doutrinas*, que lhes fosse proprio; foi no reinado de D. Maria 1<sup>a</sup>., e debaixo da influencia do Duque de Laloens, que se criou a Academia Real das Sciencias; desde então começarão á reunir, e á recolher tudo quanto havia

escrito; e o mesmo Abade confessa na sua análise sobre o estado das sciencias no ultimo meio seculo, *que pouco havia que merecesse citar-se*.<sup>133</sup>

Apesar desse antilusitanismo relativo à produção intelectual portuguesa, quando o passado se referia às grandes navegações não encontramos distinção no pensamento de Abreu e Lima entre a obra de 1835 e a de 1843, onde a expansão marítima é interpretada positivamente. Remetendo a palavra nação aos portugueses do século XV, destaca o pioneirismo, o “descobrimento” e as “riquezas” proporcionados pela navegação moderna. Assim, como uma leitura mais favorável a Portugal, se inicia o *Compendio*:

A Nação Portuguesa, fraca no principio, chegou pela sua grande energia, e pela sabedoria de suas leis, ao mais elevado grão de poder a que era possível, ficando triumphante e senhora absoluta de um immenso império, cuja riqueza parecia convida-la a gozar os attractivos do fausto, e todos os gêneros de gloria. O Monarcha, os grandes, e o povo, inflammados do amor dos descobrimentos, e da sêde das riquezas, assignalaram por empresas atrevidas os primeiros ensaios da navegação moderna, e com prodígios de valor souberam abrir caminho para todas as partes do mundo. Em poucos annos as costas occidentaes da África, até então desconhecidas, e as Indias Orientaes, vieram a ser preza dos navegantes conquistadores sahidos de Portugal.<sup>134</sup>

Alberdi também não considerava a herança ibérica um valor positivo para as sociedades americanas. A colonização realizada por uma metrópole também atrasada havia deixado marcas perniciosas no continente. A Espanha não havia avançado nos incrementos da modernidade política, estando destoante dos progressos referentes à representação das outras nações europeias. Podemos acompanhar a seguir o pensamento de Alberdi em 1837:

La España nos responde de esta verdad. Después de haber pasado en un apoltronamiento vergonzoso, todo el tiempo en que el resto de la Europa se agitaba en los grandes trabajos intelectuales de la escolástica, la reforma, la regeneración, la filosofía, después de no haber concurrido con un solo hombre, con una sola idea, á estas empresas, hoy se empeña recien en figurar repentinamente en los rangos representativos. Nosotros no vemos generosidad, ni elevación en la conducta del Ministerio Guizot, respecto á la cuestión española, pero estamos lejos de creerla desatinada. La Europa entera, armada de pies á cabeza, seria incapaz de hacer representativa á la España, pues que no hay poder humano que pueda darla en un dia, toda la inteligencia y moralidad de que necesita para gobernarse á sí propia. Si en el resto de la Europa los progresos representativos han sido tan rápidos y dichosos, es porque una inmensa preparación intelectual, los habia precedido

<sup>133</sup> ABREU E LIMA, J. I., op; cit., p. 68.

<sup>134</sup> ABREU E LIMA, J. I. *Compendio de historia do Brazil*. Tomo I, Rio de Janeiro: Eduardo e Henrique Laemmert, 1843a, pp. XIII-XIV.

desde algunos siglos. Abelardo, Santo Tomás, Gerónimo de Praga, Juan Huss, Lutero, Descartes, y Bacon, son otros tantos profesores que han hecho hacer á la Europa cursos preparatorios de gobiernos representativos. De lo mejor de esta Europa civilizada, fueron las gentes que fundaron los Estados de Norte-América: y aquí está la llave de su maravilloso progreso representativo. Nosotros, por el contrario, como la España, no hemos asistido al movimiento inteligente de la Europa, y de aquí la grande analogía que ofrecen nuestros destinos con los de la España.<sup>135</sup>

As letras e as ciências na Espanha eram concebidas tal como os costumes políticos, igualmente atrasadas. Os comentários elogiosos apresentados por Abreu e Lima acerca dos hispano-americanos e da colonização espanhola, principalmente às instituições de ensino das regiões vizinhas ao império, não faziam parte dos escritos do tucumano. Para Alberdi, esse estado de ignorância da antiga metrópole afetava diversas áreas, inclusive a produção historiográfica. Vamos acompanhar uma passagem na qual, além de verificar a depreciação sobre a Espanha, podemos também verificar um esboço conceitual sobre sua definição de história:

La España debe á estas disposiciones la ignorancia de la historia: ha escrito crónicas; pero es incapaz de hacer una historia. La historia es imposible donde no hay filosofía; porque la historia no es sino la filosofía social. La España sabe hechos; pero no posee la espresion general de estos hechos, y sus intimidades lógicas con el orden general de los acontecimientos humanos, sin lo cual, los hechos, como dice Royer-Collard, son la cosa mas despreciable del mundo. La historia pues es la ciencia de la vida idéntica y continua de la sociedad humana. La España no puede conocerla, porque no es una nación científica y filosófica.<sup>136</sup>

Bello, por sua vez, estava menos preocupado em criticar o passado e mais interessado em promover o futuro. No discurso pronunciado na Universidade do Chile, não observamos uma negação da tradição hispânica, mas uma tímida tentativa de aproximação, como ilustra o fato de ter citado a possibilidade de uso por americanos dos dicionários de Cervantes e do frade Luis de Grana, porém preferindo ficar com os espanhóis Iriarte e Moratín.

Esse posicionamento de Bello, por mais de uma vez, esteve presente nas polêmicas sobre a língua castelhana. Assim como combateu a rejeição à herança ibérica que estava presente no debate estabelecido com Lastarria e Jacinto Chacón em 1844 e 1848, já havia combatido antes propostas incisivas de mudanças na língua de Cervantes em busca de fixar um idioma nacional próprio, acreditando que este era uma maneira de alcançar uma

<sup>135</sup> ALBERDI, Juan. B., “Fragmento preliminar al estudio del derecho”, in *Obras Completas de J. B. Alberdi*. Tomo I, Buenos Aires: La tribuna Nacional, 1886, pp. 114-115.

<sup>136</sup> Idem, p. 250.

homogeneidade e construir uma unidade nacional. No referido discurso de inauguração da instituição em 1843, Bello discorreu:

Enumerar estos diferentes objetos es presentaros, señores, según yo lo concibo, el programa de la universidad en la sección de filosofía y humanidades. Entre ellos, el estudio de nuestra lengua me parece de una alta importancia. Yo no abogaré jamás por el purismo exagerado que condena todo lo nuevo en materia de idioma; creo, por el contrario, que la multitud de ideas nuevas, que pasan diariamente del comercio literario a la circulación general, exige voces nuevas que las representen. ¿Hallaremos en el diccionario de Cervantes y de fray Luis de Grana - no quiero ir tan lejos - hallaremos, en el diccionario de Iriarte y Moratín, medios adecuados, signos lúcidos para expresar las nociones comunes que flotan hoy día sobre las inteligencias medianamente cultivadas, para expresar el pensamiento social? ¡Nuevas instituciones, nuevas leyes, nuevas costumbres; variadas por todas partes a nuestro ojos la materia y las formas; y viejas voces, vieja fraseología! Sobre ser desacordada esa pretensión, porque pugnaría con el primero de los objetos de la lengua, la fácil y clara transmisión del pensamiento, sería del todo inasequible. Pero se puede ensanchar el lenguaje, se puede enriquecerlo, se puede acomodarlo a todas las exigencias de la sociedad y aun a las de la moda, que ejerce un imperio incontestable sobre la literatura, sin adulterarlo, sin viciar sus construcciones, sin hacer violencia a su genio. ¿Es acaso distinta de la de Pascal y Racine, la lengua de Chateaubriand y Villemain? Y no transparenta perfectamente la de estos dos escritores el pensamiento social de la Francia de nuestros días, tan diferente de la Francia de Luis XIV, demos carta de nacionalidad a todos los caprichos de un extravagante neologismo; y nuestra América reproducirá dentro de poco la confusión de idiomas, dialectos y jergonzas, el caos babilónico de la edad media; y diez pueblos, perderán uno de sus más preciosos instrumentos de correspondencia y comercio.<sup>137</sup>

Em relação à discussão sobre a língua, podemos acompanhar, um ano antes, o único texto de Bello publicado durante a polêmica sobre o idioma castelhano envolvendo Pedro Fernández Garfias e seu artigo *Ejercicios populares de lengua castellana*, e Domingo Faustino Sarmiento, que havia se referido criticamente também a Bello em outro artigo. No texto, lançado no *El Mercurio* de Valparaíso em 12 de maio de 1842, Bello, depois de defender o idioma culto, preservado pela gramática, atacava duramente as peculiaridades idiomáticas americanas:

De lo contrario, admitidas las locuciones exóticas, los giros opuestos al genio, de nuestra lengua, y aquellas chocarreras vulgaridades e idiotismos del populacho, vendríamos a caer en la oscuridad y el embrollo, a que seguiría la degradación como no deja de notarse ya en un pueblo americano,

<sup>137</sup> BELLO, Andrés, “Discurso pronunciado en la instalación de la Universidad de Chile, el 17 de septiembre de 1843” in *Obras Completas*, tomo XXI [Temas Educativos I], Caracas: Fundación Casa de Bello, 1982, pp. 3-21.



otro tiempo tan ilustre, en cuyos periódicos se ve degenerando el castellano en un dialecto español-gálico que parece decir de aquella sociedad lo que el padre Isla de la matritense. *Yo conocí en Madrid una condesa, que aprendió a estornudar a la francesa.*<sup>138</sup>

A opinião de Alberdi quanto ao idioma opunha-se a de Bello e inclinava-se mais às propostas reformistas de Sarmiento, defendidas também por Lastarria e sua geração, quanto a mudanças no idioma castelhano. No relativo à língua que deveria ser adotada pela pátria, temos em 1837 as seguintes posições do tucumano sobre os embates que circulavam à época:

El autor ha creído que están equivocados, los que piensan que entre nosotros se trata de escribir un español castizo y neto: importación absurda de una legitimidad exótica, que no conduciría mas que á la insipidez y debilidad de nuestro estilo: se conseguiría escribir á la española y no se conseguiría mas: se quedaría conforme á Cervantes, pero no conforme al genio de nuestra patria. [...] Si la lengua no es otra cosa que una faz del pensamiento, la nuestra pide una armonía íntima con nuestro pensamiento americano, mas simpático mil veces con el movimiento rápido y directo del pensamiento francés, que no con los eternos contorneos del pensamiento español.<sup>139</sup>

Mais adiante, no texto do *Fragmento preliminar*, Alberdi não considera a língua falada no território do Prata a mesma que se usava na Espanha, embora reconhecesse que o idioma empregado na América hispânica era filiado ao utilizado na ex-metrópole. No entanto, defendia que as nações tivessem suas próprias línguas, inclusive com a sua utilização como recurso de produção da nacionalidade. Segundo Alberdi, as diferenças se pautavam pelas seguintes questões:

A los que no escribimos á la española, se nos dice que no sabemos escribir nuestra lengua. Si se nos dijera que no sabemos escribir ninguna lengua, se tendría mas razon. Decir que nuestra lengua, es la lengua española, es decir tambien que nuestra legislacion, nuestras costumbres, no son nuestras sinó de la España, esto es, que nuestra patria no tiene personalidad nacional, que nuestra patria no es una patria, que América no es América, sinó que es España, de modo que no tener costumbres españolas es no tener las costumbres de nuestra nación. La lengua argentina no es pues la lengua española: es hija de la lengua española, como la Nación Argentina es hija de la Nación Española, sin ser por eso la Nación Española. Una lengua, es una facultad inherente á la personalidad de cada nación, y no puede haber identidad de lenguas, porque Dios no se plaga en la creación de las naciones.<sup>140</sup>

<sup>138</sup> BELLO, Andrés, “Ejercicios populares de lengua castellana”, in *Obras Completas*, tomo IX [Temas de Crítica Literaria], Caracas: Fundación Casa de Bello, 1981, p. 438.

<sup>139</sup> ALBERDI, Juan. B., op. cit., p. 131.

<sup>140</sup> Idem, pp. 131-132.

Abreu e Lima, assim como Bello, apresentava uma opinião mais positiva sobre a Espanha e sua herança, pensando de maneira distinta de Alberdi. O brasileiro considerava no *Bosquejo histórico* que a Espanha estava em condições melhores que Portugal, ao avaliar diversos fatores, como uma produção literária reconhecida e um sistema de ensino superior ao lusitano. Essas características se refletiam na América, devido a existência em território hispânico de um mundo intelectual mais desenvolvido, com autores de referência internacional. Destaca-se também uma ideia de antiguidade cultural da nação espanhola, a partir de uma continuidade com o império romano. Para o brasileiro:

Ainda mesmo com respeito as colonias Espanholas nos achávamos em grande distancia, porque não tínhamos a ventagem d'aquelle sistema colonial; os Espanhoes muito mais ilustrados que o Portugueses, possuem uma vasta literatura, senão a mais rica; pelo menos a mais antiga da Europa, por que ella data do tempo dos Romanos. Os Ingleses e Franceses tem ido beber á fonte pura dos Espanhoes muitas veses, e não se desdenhão de confessal-o.<sup>141</sup>

Abreu e Lima concebia como muito desigual a situação educacional e intelectual da América espanhola em relação à existente na colônia portuguesa. O contraste na ausência de investimentos da coroa portuguesa resultava marcante, em um Brasil onde apenas se iniciavam os estudos nas escolas superiores, quando comparado com as tradicionais instituições educacionais da América hispânica. Observamos também que o passado das civilizações mesoamericanas era concebido por Abreu e Lima de forma positiva, estando na contramão do eurocentrismo de Hegel, de Alberdi e de Bello. Abreu e Lima expunha assim sua visão sobre os cultos vizinhos americanos:

Em Mexico existião homens de um saber imenso: os monumentos colossaes, de que fala Humboldt em suas antiguidades e monumentos dos Andes, os Teocalis, as Estatuas, Canaes, caminhos e estradas, que ainda hoje admira o Viajante, dão do México a Idea do Povo mais culto e mais antigo do nosso Continente. Isto mesmo confirma Robertson, e o confirmarão todos quantos tem visitado aquella vasta região. Somente a Universidade de Valladolid tem produsido homens de raro saber; a Nova Espanha possuia quatro *Universidades*, além de 10 Colégios e outros estabelecimentos científicos, quando se independisou da velha metropoli. [...] Tão bem existião no mesmo território 4 Universidades, das quaes a de Caracas tinha uma centuria de existência antes da revolução. Humboldt admira, sobre tudo na Nova Granada, os homens de saber que elle encontrou, e que muito o coadjuvarão em todas as suas emprezas científicas; como prova da sua gratidão e reconhecimento dedicou ao Ilustre e desgraçado Caldas a sua imortal obra de

---

<sup>141</sup> ABREU E LIMA, J. I., op. cit., pp. 61-62.

*Geografia das Plantas*. Matemáticos, Naturalistas, Jurisconsultos, em todas as Classes finalmente, achou Humboldt que admirar e respeitar; um Caldas, um Motis, um Camilo Torres, um Zea, Um Mexias, &c.<sup>142</sup>

Esses comentários positivos de Abreu e Lima destoavam das críticas constantes dos brasileiros feitas à América hispânica, devido às guerras civis que se sucediam e relacionando as repúblicas ibero-americanas com um estado constante de anarquia.<sup>143</sup>

Embora o contraste entre as duas regiões fosse significativo, por meio das ações dos jesuítas e de Pombal, se encontravam iniciativas educacionais e civilizatórias também na América portuguesa. No *Compendio da Historia do Brazil*, a educação, a evangelização e a civilização foram empreendimentos levados a cabo pelos jesuítas, e não pelo Estado português, em uma sociedade cujos costumes deveriam se “restabelecer”. De acordo com Abreu e Lima, “[d]esde a sua chegada empregaram os Missionarios todo o desvelo na conversão e civilização dos selvagens; porém os obstáculos eram grandes e numerosos, porque era mister triumphar da deshumanidade e avareza dos colonos portuguezes”. O primeiro colégio fora construído em São Paulo sob a direção de Anchieta, uma instituição que, afirma, “chegou a ser tão famosa nos annaes da America Portugueza”.<sup>144</sup>

De acordo com o estudo historiográfico de Abreu e Lima, o continuador da expansão dos costumes, da educação, do comércio e da civilização, e partidário da restrição dos poderes da inquisição, foi Pombal. O ministro português, considerado relevante para o desenvolvimento intelectual, “estimulou o genio dos Brasileiros, chamando-os aos mais elevados empregos: espalhou com mão prodiga a instrucção por todas as Capitánias: protegeu as artes e as sciencias; animou a agricultura e o commercio; e tudo isto sem desatender á segurança do pais”, labor que, segundo Abreu e Lima, a “Historia imparcial deve reconhecer”.<sup>145</sup>

No entanto, a leitura mais tradicional sobre a anarquia política das repúblicas hispano-americanas não deixou de estar presente nas ideias de Abreu e Lima. Para ele, a escolha do sistema republicano havia sido um erro por causa de esse não estar de acordo com os costumes locais. Temos aqui a sua imagem sobre a situação dos vizinhos hispânicos:

<sup>142</sup> Idem, p. 46.

<sup>143</sup> SANTOS, Luís Cláudio Villafañe Gomes. *O Brasil entre a América e a Europa: o Império e o interamericanismo (do Congresso do Panamá à Conferência de Washington)*. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

<sup>144</sup> ABREU E LIMA, J. I. *Compendio da Historia do Brazil*. Rio de Janeiro: Eduardo e Henrique Laemmert, 1843b, pp. 41, 44.

<sup>145</sup> Idem, pp. 158, 160.

Não he mister muito discernimento, senão boa fé, para conhecer á primeira vista que não somos Norte-Americanos, nem Ingleses, nem Franceses; estamos, he certo, em estado de receber modificações, por que existimos em um Século de *transição*, porém somos muito fracos para fazer um salto mortal, que nos custaria um membro roto, quando nos não custasse a mesma vida. Isto he o que está acontecendo com as Repúblicas americanas, á quem *a natureza, de mãos dadas com a política*, tem redusido á um montão de ruínas e á ermos cemitérios; condição sem duvida alguma bem apeteável.<sup>146</sup>

A evidência de sucessivas constituições e, com isso, de abuso de poder e autoritarismo era diagnosticada por Abreu e Lima em solo vizinho. Esse era um dos argumentos utilizados para combater a reforma política proposta pelo deputado França. As mudanças constitucionais resultavam perigosas para a estabilidade e assim demonstrava a história americana, caracterizada por constituições de vida curta e constantemente desrespeitadas. Argumentado contra as modificações na Constituição do império, apontava deste modo o erro: “*o mesmo sucede com as Republicas Americanas, onde cada partido improvisa uma Constituição, e por fim vivem todas em um constante interregno da liberdade*”.<sup>147</sup>

Criticando a proposta do deputado, de estabelecer uma eleição a cada dois anos, Abreu e Lima julgava impossível esta realização no Brasil por causa de diversas dificuldades estruturais, de costumes e de um governo desarticulado, adicionadas ao localismo existente nas províncias. Avaliava então a situação do governo brasileiro:

Provincias extremas, cujo imenso territorio abrange infinidade de léguas, com mãos caminhos, péssimos transportes, difíceis meios de comunicação [...] Um paiz onde tudo se dificulta por falta de unidade na acção do governo, onde todas as molas se tem debilitado á titulo de exigências locais.<sup>148</sup>

Abreu e Lima continua, a seguir, fazendo uma leitura sobre o sistema eleitoral da América hispânica, em que destaca o caso de Buenos Aires, indicada como “paiz”, atribuindo-lhe uma referência negativa,<sup>149</sup> na argumentação contra o projeto do deputado. Em relação aos breves governos e às propostas de organização política das nações vizinhas, discorria no *Bosquejo histórico*:

<sup>146</sup> ABREU E LIMA, J. I. *Bosquejo histórico, político e literário do Brasil*. Cidade de Nictheroy: Tipografia de Rego e Comp., 1835, p. 127.

<sup>147</sup> Idem, p. 23.

<sup>148</sup> Idem, p. 37.

<sup>149</sup> No *Compendio da Historia do Brazil*, Abreu e Lima dedica um capítulo para tratar da independência no Rio da Prata, cujo título começa com “Revolucção e Independencia de Buenos-Ayres”. ABREU E LIMA, J. I. *Compendio da Historia do Brazil*. Rio de Janeiro: Eduardo e Henrique Laemmert, 1843b, pp. 175-180.

Um poder de tão curta duração he bem singular no nosso continente, á menos que não seja o resultado de constantes revoluções, como em Buenos-Ayres; o que não serve de regra, porque aquillo mesmo he uma excepção. Vejamos o que se observa no resto da America. Haiti e Bolivia tem Chefes vitalicios: Colombia tem um Chefe por 8 annos sem reeleição: os Estados-Unidos do Norte, Mexico, Guatemala, Perú e Chile tem Chefes Por 4 annos com reeleição; porém o que mais tocou ao Velho Deputado, o que mais lhe quadrou foi as *bellas perspectivas* de Buenos Ayres, onde cada 2 meses aparecia um novo Chefe; e isto ao mesmo tempo em que aquelle paiz, cansado de suas vicissitudes politicas, abraçou, o partido de dar-se um *Senhor absoluto por cinco annos*.<sup>150</sup>

Concepções negativas provenientes da América hispânica sobre o império também foram uma constante. O Brasil, com a monarquia hereditária dos Orleans e Bragança, representava o conservadorismo europeu no continente e uma possibilidade de ameaça às liberdades republicanas. A manutenção da escravidão no país também era um elemento que depunha contra as liberdades civis, em uma América republicana e em sua maioria a favor da abolição do trabalho escravo. Entretanto, encontramos em Alberdi uma visão bastante positiva e mesmo apaziguadora quanto à monarquia e à escravidão existentes em seu vizinho. Vamos seguir as ponderações de Alberdi em 1852, onde criticava uma leitura de uma relação conflitiva entre o império brasileiro e as repúblicas americanas, “incluindo-o” na América:

A la buena causa argentina convendrá siempre una política amigable para con el Brasil. Nada mas atrasado y falso que el pretendido antagonismo de sistema político entre el Brasil y las Repúblicas sudamericanas. El solo existe para una política superficial y frivola, que se detiene en la corteza de los hechos. A esta clase pertenece la diferencia de forma de gobierno. En el fondo, ese país está mas internado que nosotros en el sendero de la libertad. Es falso que la revolución americana tenga ese camino mas que andar. Todas las miras de nuestra revolución contra España están satisfechas allí. Fué la primera de ellas la mancipación de todo poder europeo; esa independencia existe en el Brasil. El sacudió el yugo del poder europeo, como nosotros; y el Brasil es hoy un poder esencialmente americano. Como nosotros, ha tenido también su revolución de 1810. La bandera de Mayo, en vez de oprimidos, hallaría allí hombres libres. La esclavitud de cierta raza no desmiente su libertad política; pues ambos hechos coexisten en Norte-América, donde los esclavos negros son diez veces mas numerosos -que en el Brasil. Nuestra revolución persiguió el régimen irresponsable y arbitrario: en el Brasil no existe; allí gobierna la ley.<sup>151</sup>

<sup>150</sup> ABREU E LIMA, J. I. *Bosquejo histórico, político e literário do Brasil*, Cidade de Nictheroy: Tipografia de Rego e Comp., 1835, p. 37.

<sup>151</sup> ALBERDI, Juan. B., “Bases y puntos de partida para la organización política de la República Argentina” *Obras Completas de J. B. Alberdi*. Tomo III, Buenos Aires: La Tribuna Nacional, 1886, p. 537.

O venezuelano Andrés Bello não nos ofereceu nos textos escolhidos, além do já explorado aqui, questões referentes aos governos vizinhos, apenas indicando o fato de serem vistos como iguais desde que a democracia estivesse estabelecida. No entanto, há uma passagem que levanta uma suspeita a respeito de uma possível crítica ao Brasil. Bello, postulando sobre os títulos que os Estados se davam, faz um comentário que, por sua ambiguidade de formulação, poderia ser aplicado ao Brasil com base, precisamente, na sua denominação de império, sobretudo se considerarmos a análise negativa que Abreu e Lima vem nos apontado sobre o país. Bello levanta a seguinte questão no *Principios de derecho de gentes*:

Aunque la nacion puede dar á su conductor los dictados y honras que quiera, es conveniente en este punto se conforme al uso generalmente recibido, proporcionándolos al poder efectivo. Un estado de corta población, sin rentas, comercio, artes ni letras, decorado con el nombre de imperio, lejos de granjearse mas consideración y respeto, se haría ridículo.<sup>152</sup>

Alberdi, por sua vez, reconhecia a monarquia como um sistema de governo adequado ao Brasil, devido à sua tradição ininterrupta e sempre em marcha rumo à civilização. Entretanto, não acreditava que o sistema monárquico fosse uma opção para os países da América espanhola, uma vez que a república, mesmo apresentando problemas, era a forma de governo estabelecida neles desde a época da emancipação. Podemos apreciar a seguir sua opinião sobre o assunto em *Bases y puntos*:

El bello ejemplo del Brasil no debe alucinarnos; felicitemos á ese país de la fortuna que le ha cabido, respetemos su forma, que sabe proteger la civilización, sepamos coexistir con ella, y caminar acordes al fin común de los gobiernos de toda forma— la civilización. Pero abstengámonos de imitarlo en su manera de ser monárquico. Ese país no ha conocido Ja república ni por un solo dia; su vida monárquica no se ha interrumpido por una hora. De monarquía colonial pasó sin interregno á monarquía independiente.- Pero los que hemos practicado la república por espacio de 40 años, aunque pésimamente, seríamos peores monarquistas que republicanos, porque hoy comprendemos menos la monarquía que la república.<sup>153</sup>

Abreu e Lima, como já foi dito, acreditava que a monarquia deveria ser o caminho escolhido também pelos países hispano-americanos. Para ele, a América espanhola imitara o país errado, os Estados Unidos, cuja história e costumes próprios lhe permitiram estabelecer o

<sup>152</sup> BELLO, Andrés. *Principios de derecho de gentes*. Madri: Imprenta de Fuentenebro. Librería de la viuda de Calleja e hijos, 1844, p. 119.

<sup>153</sup> ALBERDI, Juan. B., op. cit., p. 414.

sistema republicano. O modelo mais adequado para a América ibérica seria, para o pernambucano, o da Inglaterra, que estabelecera uma monarquia constitucional hereditária, fórmula adotada pelo Brasil.<sup>154</sup> Para Abreu e Lima, a explicação para a manutenção da unidade territorial e a ausência de guerras civis no país remetia à permanência da monarquia. Assim como Alberdi e Bello, acreditava que as leis deveriam ser codificadas de acordo com o perfil do povo que as fazia. Assim:

Todas as vezes que as relações sociaes não guardão proporção entre o homem e a Sociedade á que elle pertence; todas as vezes que se estabelece um *facto* para provar a *bondade absoluta* das leys, que devem reger diversos Povos, em que se dirige o gênero humano, tudo quanto se fizer sobre tão falsas suposições, sobre hypotheses tão falíveis, será não só absurdo, como monstruoso.<sup>155</sup>

No tocante à forma de organização chilena, Alberdi a criticava, mas defendia, assim como Abreu e Lima e Bello, um governo centralizado. O tucumano questionava o excesso de centralização presente na Constituição chilena; porém, reconhecia que, graças a ela, havia se alcançado uma estabilidade social, favorável ao país. Por outro lado, considerava também que o governo chileno apresentava uma continuidade política entre colônia e Estado moderno no tocante a tradição centralizadora. De acordo com Alberdi, “*Chile ha resuelto el problema sin dinastías y sin dictadura militar, por medio de una constitución monárquica en el fondo y republicana en la forma: ley que anuda á la tradición de la vida pasada la cadena de la vida moderna*”.<sup>156</sup> Partindo desta crença, Alberdi justificava o posicionamento da Carta Magna chilena quanto ao estabelecimento de um presidencialismo forte, pois julgava ser necessário assim proceder em colônias que antes haviam sido regidas por monarquias.<sup>157</sup>

No Chile, para além da centralização, acreditava-se que a educação poderia levar o país à civilização. Durante a primeira metade do século XIX, a república chilena investiu na formação de seus cidadãos, em diversos níveis, em busca de expandir um letramento coletivo. No discurso pronunciado por Bello em 1843,<sup>158</sup> defendia-se uma universidade que promovesse ganhos técnicos, mas que também mantivesse aspectos de uma formação mais humanística. Bello afirmava “[y]o ciertamente soy de los que miran la instrucción general, la

<sup>154</sup> ABREU E LIMA, J. I. *Bosquejo histórico, político e literário do Brasil*, Cidade de Nictheroy: Tipografia de Rego e Comp., 1835, pp. 111-112.

<sup>155</sup> Idem, pp. 124-125.

<sup>156</sup> ALBERDI, Juan. B., op. cit., p. 415.

<sup>157</sup> Idem, p. 489.

<sup>158</sup> BELLO, Andrés, “Discurso pronunciado en la instalación de la Universidad de Chile, el 17 de septiembre de 1843”, in *Obras Completas*, tomo XXI [Temas Educativos I], Caracas: Fundación Casa de Bello, 1982, pp. 3-21.

*educación del pueblo, como uno de los objetos más importantes y privilegiados a que pueda dirigir su atención el gobierno; como una necesidad primera y urgente; como la base de todo sólido progreso*”; sendo a instrução primária para Bello, como indicado no capítulo II, uma obrigação pela qual a universidade deveria velar em especial. Para o caraquenho, as ciências práticas, aplicadas ao crescimento do país, eram perseguidas e incentivadas, porém sem deixar de fomentar o que denominou “formação moral”, coletiva e patriota. Assim, as primeiras letras, às quais a universidade daria uma atenção especial, teriam de ser difundidas entre as massas, para além da leitura e das operações matemáticas, pois também deveriam produzir um ser reflexivo e cidadão. Em termos de projetos defendidos, Bello tinha uma perspectiva mais ampla e igualitária do que Abreu e Lima, e destoante da proposta elitista apresentada por Alberdi em *Bases y puntos*.<sup>159</sup>

Apesar de Alberdi não propor uma igualdade civil, no *Fragmento preliminar* acreditava no progresso material e intelectual para as massas. No entanto, o espaço deixado à “plebe”, assim referida, e o seu posicionamento frente à ordem mudaram substancialmente ao longo do tempo. Em 1837, Alberdi buscava melhores condições materiais para quem chamou de plebe, também reconhecida como a própria nação, visualizando na educação um dos meios de alcançar seus objetivos. Alberdi, expressando uma opinião mais incluyente, reconhecia como povo um leque mais amplo da sociedade, mostrando crença em sua educação e em seu progresso. Assim argumentava:

La emancipación de la plebe, es la emancipación del género humano, porque la plebe es la humanidad, como ella es la nación. [...] En la educación de la plebe, descansan los destinos futuros del género humano. La mejora de la condición intelectual, moral y material de la plebe, es el fin dominante de las instituciones sociales del siglo 19. [...] Respetemos el pueblo: venerémosle: interroguemos sus exigencias, y no procedamos sinó con arreglo á sus respuestas. No le profanemos tomando por él lo que no es él. El pueblo no es una clase, un gremio, un círculo: es todas las clases, todos los círculos, todos los roles.<sup>160</sup>

No período pós-Rosas, seu posicionamento frente à educação do povo era mais conservador, menos otimista, em favor da ordem e de uma educação utilitária e restrita. Essa proposta educativa de Alberdi não tinha em si implicada uma preocupação com os indivíduos

<sup>159</sup> BELLO, Andrés, “Discurso pronunciado en la apertura del colégio santo tomas”, in *Obras Completas*, tomo XXI (Temas Educativos I), Caracas: Fundación Casa de Bello, 1982, p. 10.

<sup>160</sup> ALBERDI, Juan. B., “Fragmento preliminar al estudio del derecho”, in *Obras Completas de J. B. Alberdi*. Tomo I, Buenos Aires: La Tribuna Nacional, 1886, pp. 128-129. Consultar: HALPERÍN DONGHI, Tulio. *Proyecto y construcción de una Nación: 1846-1880*. Buenos Aires: Emecé Editores, 2007, pp. 18-19.



mais pobres do proposto país, ao ser vista apenas como uma saída econômica para a própria nação conseguir a pervivência dos avanços alcançados com a estabilidade dos últimos anos. Defendeu uma educação meramente instrumental e não destinada à formação de um cidadão reflexivo, como propunha para as elites platinas. Alberdi criticou o processo educacional que a Argentina aplicara nas últimas décadas, pois não considerava que o fato de ter oferecido a instrução primária ao povo houvesse gerado ganhos práticos sociais. É por posicionamentos como este que Donghi caracteriza Alberdi, o “ideólogo renovador”, como um “herdeiro do letrado colonial”.<sup>161</sup> Alberdi acreditava que o tipo de educação reflexiva inspirava o povo a se rebelar e não contribuía para o progresso da pátria. Segundo o tucumano em *Bases y puntos*:

Pero ellos confundieron la *educación* con la *instrucción*, el género con la especie. Los árboles son susceptibles de educación; pero solo se instruye á los seres racionales. Hoy día la ciencia pública se da cuenta de esta diferencia capital, y no dista mucho la ocasión célebre en que un profundo pensador - M. Troplong - hizo sensible esta diferencia cuando la discusión sobre la libertad de la enseñanza en Francia. [...] La instrucción primaria dada al pueblo mas bien fué perniciosa. ¿De qué sirvió al hombre del pueblo el saber leer?<sup>162</sup>

O fracasso educacional das classes populares, ou a ineficiência prática, apontado no texto de Alberdi, também era verificado se comparado com a aprendizagem do imigrante europeu. Em *Bases y puntos*, observamos a seguinte ideia: “[h]aced pasar el roto, el gaucho, el cholo, unidad elemental de nuestras masas populares por todas las transformaciones del mejor sistema de instrucción; en cien años no haréis de él un obrero Inglés, que trabaja, consume y vive digna y confortablemente”.<sup>163</sup>

Em *Bases y puntos*, o tucumano indica também uma visão modernizante sobre a educação superior e a ciência, as quais levariam ao “*fomento de los progresos intelectuales, científicos, Morales y Agrícolas*”, como também defendia o inglês como língua acadêmica que deveria substituir o latim.<sup>164</sup> Alberdi achava que era necessário o país se industrializar, já que “*la industria es el gran medio de moralización*”, sendo o avanço econômico propulsor de mudanças para uma nova sociedade. Criticou a universidade e os institutos criados após a emancipação, os mesmos pelos quais havia passado, ao indagar se estas instituições na América do Sul não tinham sido “*fábricas de charlatanismo, de ociosidad, de demagogia y de*

<sup>161</sup> HALPERÍN DONGHI, op. cit., p. 56.

<sup>162</sup> ALBERDI, Juan. B., “Bases y puntos de partida para la organización política de la República Argentina”, in *Obras Completas de J. B. Alberdi*. Tomo III, Buenos Aires: La Tribuna Nacional, 1886, p. 416.

<sup>163</sup> ALBERDI, Juan. B., op. cit., p. 427.

<sup>164</sup> Idem, p. 412.

*presunción titulada?*”. Achava-as, ainda, inadequadas às necessidades do país, apesar de suas contribuições à sociedade.<sup>165</sup> Postulava que os países americanos “*necesitan mas de ingenieros, de geólogos y naturalistas, que de abogados y teólogos*”.<sup>166</sup> Esse tipo de educação era o que levaria a nação ao progresso, com o avanço de estradas de ferro, do transporte marítimo, de instituições mais pragmáticas de ensino e de telégrafos. Alberdi propunha avançar com componentes que promovessem a unidade nacional, como as citadas estradas de ferro, que serviriam em sua analogia como artérias humanas, utilizadas para levar os colonos ao interior do país e ligar as regiões. Essas estradas deveriam ser construídas por empresas privadas e por grupos particulares, devido à falta de capital no país.<sup>167</sup>

Em terras brasileiras, Abreu e Lima criticava em 1835 a falta de instituições e de obras escritas no país. Considerava que, no Brasil moderno, independente, a proposta educacional estava equivocada. De seu ponto de vista, o governo estava investindo erroneamente em ensino superior, considerado por ele inútil, enquanto deveria estar dando prioridade às primeiras letras e pensando na formação de professores. Diferente de Alberdi, e mais próximo a Bello, acreditava que a educação precisaria ser difundida, promovendo principalmente a alfabetização. Servindo-se do exemplo da Colômbia e dos Estados Unidos, expunha suas opiniões sobre as ações educativas necessárias ao império:

Os Brasileiros começarão por onde devião acabar, tratarão das sciencias maiores sem cuidar da instrução primaria. Bolivar pelo contrario, antes de reformar as Universidades de Colombia, convidou ao celebre José Lancaster para vir estabelecer em Caracas uma escola normal, e divulgar o seu método de *ensino mutuo*. [...] Os Estados-Unidos servindo do mesmo modelo, e ainda aperfeiçoando-o, tem levado a educação primaria á um ponto de perfeição que causa inveja ao velho mundo. [...] A classe mais útil, a classe mais interessante, aquella que constitue o Estado, jaz toda na mais completa ignorancia; queremos cadeiras e mais cadeiras, *cursos* e mais *cursos*, prebendas e mais prebendas, e não temos uma escola normal em nenhum ramo de publica utilidade.<sup>168</sup>

As análises de Alberdi, Abreu e Lima e Andrés Bello eram frutos de um mesmo período e influenciadas por macroambientes intelectuais comuns. Porém os três países, como os três homens, trilharam caminhos distintos, embora perseguissem os mesmos ideais. As especificidades, dos indivíduos e dos coletivos, levaram a visões distintas de nações e de

---

<sup>165</sup> Idem, p. 417.

<sup>166</sup> Idem, p. 418.

<sup>167</sup> Idem, p. 432.

<sup>168</sup> ABREU E LIMA, J. I. *Bosquejo histórico, político e literário do Brasil*. Cidade de Nictheroy: Typographia Nictheroy de Rego e Comp. 1835, p. 73.

projetos nacionais. Comparativamente, encontramos proximidades, como o desejo de construir uma nação e a consciência do que se estava fazendo. Já as distâncias tendem a remeter para questões mais específicas, mais tocantes ao que tange à autoconcepção e à visão dos países americanos. A população, apesar da presença de um sentimento elitista, é analisada pela apresentação de singularidades provenientes da realidade social na qual se encontrava inserida. Percebe-se, assim, que o mundo ibero-americano compartilhava questões históricas e culturais; porém, cada nação escrevia sua história.

### 4.3 – Os historiadores

A historiografia produzida na década de 1830 se encontrava pouco desenvolvida quanto à determinação de suas formas mais específicas de trabalho e de método, e distante de se tornar uma disciplina na América. Os intelectuais que produziram trabalhos na época os fizeram com as ferramentas mais próximas ao romantismo e propuseram uma historiografia voltada para a construção nacional. Comparativamente, o Brasil e o Chile desenvolveram um *ethos* historiográfico mais institucionalizado que a Argentina ainda na década de 1840. O Brasil iniciou suas atividades com cunho mais historiográfico anteriormente ao Chile, com a criação do *IHGB*; porém, o Chile caminhou mais depressa rumo à institucionalização da produção discursiva sobre o passado. A Argentina tardou mais do que os outros dois países a organizar o labor historiográfico, embora houvesse produzido diversos trabalhos sobre seu passado na década de 1830.

No *IHGB*, no Rio de Janeiro, as ações que envolvem seus membros em torno do trabalho histórico, como encontrar documentos, dar um sentido a eles, arquivar e escrever sobre o passado, foram centrais. A geografia e a etnografia também eram de interesse da instituição, mas a história foi seu campo de maior atuação. Entretanto, as primeiras gerações de historiadores não foram marcadas pela presença, entre seus membros, de profissionais com uma formação especializada, sendo estes mesclas de políticos, jornalistas e historiadores.<sup>169</sup>

No Chile, a *Generación de 42*, com proximidade com a intelectualidade argentina emigrada, voltou-se ao passado, para produzir escritos sobre os acontecimentos mais imediatos que haviam sucedido no país. No entanto, com a proposta da universidade do Chile de produzir memórias sobre o país, a história foi elevada a um lugar imbuído de importância

---

<sup>169</sup> DIEHL, Astor Antônio. *A cultura historiográfica brasileira: dos IHGB aos anos 1930*. Passo Fundo: Ediupf, 1998. GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal, “Debaixo da Imediata proteção se Sua Majestade: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889)”, in *RIHGB*, Rio de Janeiro, 156 (388): jul/set. 1995. SCHWARCZ, Lilia Moritz, op. cit.

desde o princípio, com uma produção constante e um pensar reflexivo sobre métodos e temas que deveriam nortear a historiografia chilena e o passado nacional. Adicionado a estas características, encontramos o espaço que os temas historiográficos tomaram nas polêmicas impressas, em que estiveram envolvidos nomes importantes como o de Andrés Bello, José Victorino Lastarria e Jacinto Chacón, entre outros.<sup>170</sup>

Na Argentina, a geração preocupada com a interpretação do passado esteve mais ligada à literatura e à análise social do que Brasil e no Chile. A historiografia platina da década de 1830 abordou o passado sem envolver-se em discussões metodológicas, embora essas não estivessem ausentes por completo. Ditas preocupações, de maneira geral e mais sistematizada, se verificaram nos três países apenas na segunda metade do século XIX, fator pelo qual também tardaram a ser focos de interesse nas instituições de ensino.<sup>171</sup>

Alberdi, Abreu e Lima e Bello estiveram envolvidos com o debate historiográfico e também produziram trabalhos de história, como observado nos capítulos II e III. No entanto, não estão classificados nos cânones da disciplina como historiadores. Deles, o que mais se aproxima de um reconhecimento como historiador é Abreu e Lima, devido à sua passagem pelo *IHGB* e à produção de algumas obras, que, mesmo não tendo prevalecido no panteão do Instituto, eram referidamente de história. Bello, apesar da dita discussão sobre historiografia, não aparece como um produtor de trabalhos da área; porém, prevalece no meio especializado chileno, do passado e do presente, como o ideólogo da abordagem que resultaria hegemônica no tocante à teoria e metodologia da produção historiográfica chilena decimonônica. Alberdi produziu trabalhos de história que se encontram entre as primeiras produções de cunho mais nacional, as quais, por sua vez, influenciaram as produções posteriores. Em suas análises sociais do presente, dedicou-se também a discorrer sobre acontecimentos do passado e sobre personagens que ficariam marcados na memória argentina. Para usar a expressão de Shumway, Alberdi foi relevante produtor das ficções-diretrizes que marcaram a construção da *argentinidad*.

A história, com sua ideia de “mestra da vida”, encontrada em nossos três historiadores, esteve entre as principais estratégias para conseguir organizar os nacionalismos e construir o Estado nacional na América. As historiografias do século XIX, atreladas a questões para além

---

<sup>170</sup> STUVEN, Ana María, “La generación de 1842 y la conciencia nacional chilena”, in *Revista de Ciencia Política*, Vol. IX, nº. 1, 1987. GAZMURI, Cristián R. *La historiografía chilena (1842-1970)*. Tomo I. Santiago de Chile: Centro de investigaciones Diego Barros Arana, 2006. ARNOUX, Elvira Navaja de. *Los discursos sobre la nación y el lenguaje en la formación del estado (Chile, 1842-1862)*. Estudio glotopolítico. Buenos Aires: Santiago Arcos editor, 2008.

<sup>171</sup> WEINBERG, Félix, op. cit.; SHUMWAY, Nicolas, op. cit.

da ciência, foram criando, em seus altares nacionais, proximidades e distanciamentos, heróis, facções e partidos, tendências, fatos, entre as histórias dos Estados-nação, assim como afinidades e críticas quanto a questões políticas locais. As historiografias dos países ibero-americanos contam com, ao menos, duas versões, segundo Annick Lempérière: uma liberal e outra conservadora.<sup>172</sup> Para Shumway, a historiografia argentina deixou dois panteões mitológicos, um portenho e um provincial. E Alberdi foi um dos responsáveis por elaborar a ideia de “dois países” com histórias paralelas: um representando a Europa e sua civilização e o outro centrado nas províncias e nas classes populares, com um perfil mais autêntico.<sup>173</sup> Alberdi, no tocante ao reconhecimento como intelectual da história, esteve entre as propostas vencidas. A história oficializada foi a produzida por Bartolomé Mitre, rival de Alberdi, mais ligada aos liberais portenhos, e que foi entronizada como a história oficial.<sup>174</sup>

No entanto, a contribuição de Alberdi para a leitura do país foi essencial para construir teorias que permitissem refletir sobre a região. Alberdi e Sarmiento debruçaram-se sobre os estudos a respeito da nação argentina, partindo de uma compreensão negativa, de uma ideia de “males de origem” que produziam o atraso do país em meados do século XIX. A *democracia na América* e Tocqueville com sua análise sociocultural dos Estados Unidos, em busca de compreender a realidade do país, distinta da Europa, exerceu influência sobre o *Facundo* de Sarmiento e sobre as *Bases y puntos* de Alberdi, porém com as questões negativas destacadas, uma vez que o reflexo do espelho norte-americano estava distante.<sup>175</sup>

Alberdi não escreveu grandes obras de História. Produziu, em maior medida, textos curtos, como memórias ou estudos em que se abordavam eventos específicos sobre aquilo que desejava analisar. Em seus escritos, como, por exemplo, o *Fragmento preliminar* e *Bases y puntos* - mais ainda neste último, apesar de realizar uma análise voltada ao presente e com pensamentos no futuro —, relatos históricos e análise do passado são recorrentes. Suas reflexões se voltavam à busca, no passado, de origens, causas, responsáveis, personagens, sendo assim a história uma parte de sua produção mesmo quando ela não era o objetivo. Alberdi dedicou-se em algumas páginas a descrever e comparar as características dos dois projetos, federal e unitário, que lutavam entre si e impediam a unificação do país. Descreveu

<sup>172</sup> LEMPÉRIÈRE, Annick, “Partidos políticos e nação na América hispânica: uma história ou uma historiografia comum?”, in CARVALHO, José M. de; NEVES, Lúcia Maria B. P. de (orgs). *Repensando o Brasil do Oitocentos: cidadania, política e liberdade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, pp. 463-484.

<sup>173</sup> SHUMWAY, Nicolas, op. cit., p. 286.

<sup>174</sup> Idem, pp. 247-249.

<sup>175</sup> BEIRED, José Luís Bendicho, op. cit.

os processos de desentendimento, mostrando personagens, pontos de discórdia e políticas mal aplicadas a seu ver, assim como ações acertadas.<sup>176</sup>

As análises produzidas por Alberdi, embora assinalassem os males e os problemas, buscaram com frequência promover um consenso que possibilitasse o avanço do país. Nessa linha, desenvolveu-se *Bases y puntos*, que provocou diversas críticas, como as elaboradas por Sarmiento. Alberdi propôs nesse trabalho, assim como em outros, uma conciliação entre continuidade e renovação, enquanto Sarmiento pretendia estabelecer uma ruptura, inspirada nos Estados Unidos. Alberdi participou da historiografia escrevendo também biografias, com as quais contribuiu para a formação dos heróis da pátria e da memória de seus feitos. Sua contribuição à leitura do papel dos caudilhos, militares e intelectuais se fez presente em suas análises por praticamente todas suas obras. O papel dos fundadores da pátria resultou tão importante para a história argentina que Halperín Donghi argumenta que aqueles autores foram os fundadores da Argentina moderna. Entretanto, seus percursos vêm sendo problematizados pelas distintas gerações de historiadores que discutem suas ênfases e seus silêncios e propõem interpretações diferentes sobre os papéis desempenhados por esses intelectuais na memória oficial e na historiografia argentina, destacando-se as reconstruções históricas iniciadas com os historiadores revisionistas.<sup>177</sup>

Entre as biografias que produziu, estava uma, denominada *El General San Martín en 1843*,<sup>178</sup> em que Alberdi fez uma descrição humanizada, com elementos do cotidiano, de um homem simples, apesar de seu importante papel como herói continental. Neste trabalho, Alberdi abordou o encontro de Bolívar e San Martín, discutindo algumas questões que envolveram o processo de emancipação da América. O autor fez também, no Chile, uma biografia de Manuel Bulnes em 1846, denominada de *Biografía del General Don Manuel Bulnes*,<sup>179</sup> em que exaltava seus serviços para a independência, seus embates nas campanhas militares, sua atuação contra bandidos e indígenas, sua participação no conflito contra o Peru e sua contribuição como presidente na construção do Estado chileno. Mesmo ao escrever sobre os heróis nacionais, o tucumano não se privou de promover críticas à *Historia de Belgrano* de Mitre, que, segundo ele, individualizava a história argentina em uma só personagem, simplificando políticas e processos.

<sup>176</sup> ALBERDI, Juan. B., “Bases y puntos de partida para la organización política de la República Argentina” *Obras Completas de J. B. Alberdi*. Tomo III, Buenos Aires: La Tribuna Nacional, 1886, pp. 444-448.

<sup>177</sup> HALPERÍN DONGHI, Tulio, op. cit., pp. 18-19.

<sup>178</sup> ALBERDI, Juan. B., “El General San Martín en 1843”, in *Obras Completas de J. B. Alberdi*. Tomo II, Buenos Aires: La Tribuna Nacional, 1886, pp. 333-342.

<sup>179</sup> ALBERDI, Juan. B., “Biografía del General Don Manuel Bulnes”, in *Obras Completas de J. B. Alberdi*. Tomo II, Buenos Aires: La Tribuna Nacional, 1886, pp. 413-173.

O posicionamento de Alberdi quanto à política local esteve presente em praticamente todas as suas análises sobre a região do Prata, sendo a conciliação a sua inclinação mais frequente em meados do século XIX. Em 1847, Alberdi produziu uma leitura favorável a Rosas, intitulada *La República Argentina 37 años después de su Revolución de Mayo*. Nesse trabalho, defendeu a ideia segundo a qual o governo de Rosas havia criado uma estabilidade política no país pela institucionalização dessa, substituindo o antigo ambiente de conflitos. Deu uma visão bem positiva sobre a Confederação, que contrasta com aquela que apresentou no *Fragmento preliminar* (1837) e no *Bases y puntos* (1852), ao exaltar o desenvolvimento político e intelectual da Argentina. Não se furtou a criticar a falta de uma Constituição ou o poder concentrado em Rosas e os seus abusos autoritários.

Alberdi, como indicado, reconhecia em Rosas um mal necessário para organizar a república, argumento que retomaria também em *Bases y puntos*. Em 1847, em argumentos conciliadores, fazia a seguinte avaliação:

Esto es decir que avanzarán tanto como hoy lo está la República Argentina, no importa por qué medios. Rosas es un mal y un remedio á la vez: la América lo dice así respecto de Buenos Aires; y yo lo reproduzco como verdadero, respecto de la América, para mas adelante. No es este un maligno y vengativo presajio de un mal deseado. Aunque opuesto á Rosas, como hombre de partido, he dicho que escribo esto con colores argentinos. Rosas no es un simple tirano á mis ojos. Si en su mano hay una vara sangrienta de fierro, también veo en su cabeza la escarapela de Belgrano. No me ciega tanto el amor de partido para no conocer lo que es Rosas, bajo ciertos aspectos.<sup>180</sup>

Alberdi foi um produtor de visões do passado concebidas com mais frequência a partir de questões políticas do presente, contaminadas com um pragmatismo imediato, do que com base na documentação e na pesquisa sobre fontes e fatos. A reflexão, como também a política, foi o carro chefe que marcou a produção historiográfica de Alberdi, mais centrada na historiografia filosófica do que na metódica.

No Brasil, Abreu e Lima produziu obras destinadas a pensar a nascente historiografia nacional, refletindo sobre a periodização, ressaltando a importância de determinados fatos e heróis, e reforçando métodos e teorias compreendidas tradicionalmente como o início de uma historiografia propriamente dita, com uma perspectiva metódica. Publicou em torno de dez trabalhos que envolviam o tema da história, um campo de interesse definido ainda na Grã

---

<sup>180</sup> ALBERDI, Juan. B., “*La República Argentina 37 años después de su Revolución de Mayo*”, in *Obras Completas de J. B. Alberdi*. Tomo III, Buenos Aires: La Tribuna Nacional, 1886, p. 223.

Colômbia, onde produziu *Resumen Histórico de la última dictadura del libertador Simon Bolívar*,<sup>181</sup> para fazer uma defesa do governo de Bolívar, em meados da década de 1820, de acusações que sofria na Europa.

Como membro do *IHGB*, publicou sua obra de história mais reconhecida, o *Compendio da Historia do Brazil*, editado em 1843<sup>182</sup> em resposta às necessidades de periodização propostas pelo instituto logo de sua criação. Abreu e Lima produziu um dos primeiros trabalhos da historiografia brasileira veiculada pela instituição. Este livro abriu espaço para uma polêmica historiográfica entre Abreu e Lima e Varnhagen que se assemelha ao embate de Bello e Lastarria, na qual estavam envolvidas questões políticas com o próprio exercício da produção sobre o passado.

Dita polêmica pode ser acompanhada na avaliação negativa de Varnhagen sobre o *Compendio*, publicada pela *Revista* dessa instituição sob o título de *Primeiro Juízo Submetido ao Instituto Histórico e Geographico Brasileiro pelo seu sócio Francisco Adolpho de Varnhagen, acerca do 'Compendio da Historia do Brazil' pelo Sr. José Ignácio de Abreu e Lima*.<sup>183</sup> Abreu e Lima, então, promoveu uma resposta em que os itens históricos levantados por Varnhagen eram debatidos e questionados, bem ao tom das polêmicas de meados do século XIX. Na ocasião, publicou, em forma de livro, a *Resposta do General J. I de Abreu e Lima ao Cônego Januário da Cunha Barboza ou Analyse do primeiro juizo de Francisco Adolpho Varnhagen acerca do COMPENDIO DA HISTORIA DO BRASIL*.<sup>184</sup>

Este não foi seu último trabalho sobre a história do país. Em Recife, publicou *Sinopse ou deducção chronologica dos factos mais notáveis da história do Brasil*, de 1845, trabalho esse mais detalhado que os anteriores e em que traz os acontecimentos organizados por anos e períodos, porém ausente de interpretações e análises sobre o Brasil.<sup>185</sup> Tanto nesse livro como no *Compêndio*, o apreço à monarquia e à família real foram destacados, relacionando o

<sup>181</sup> ABREU E LIMA, J. I. *Resumen Histórico de la última dictadura del libertador Simon Bolívar*. Rio de Janeiro: empre. Ind. Editora “O Norte”, 1922.

<sup>182</sup> ABREU E LIMA, J. I. *Compendio da Historia do Brazil desde o seu descobrimento até o magestoso acto de coroação e sagração do Sr. D. Pedro II*, Rio de Janeiro: Eduardo & Henrique Laemmert, 1843a.

<sup>183</sup> VARNHAGEN, Adolpho, “Primeiro Juizo submetido ao Instituto Histórico e Geographico Brasileiro pelo seu sócio Francisco Adolpho de Varnhagen, acerca do Compendio da Historia do Brazil pelo Sr. José Ignácio de Abreu e Lima”, in: *Revista Trimensal de História e Geografia ou Jornal do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, tomo VI, 1843.

<sup>184</sup> ABREU E LIMA, J. I. *Resposta do General J. I. de Abreu e Lima ao Cônego Januário da Cunha Barbosa ou análise do primeiro juizo de Francisco Adolf de Varnhagen acerca do Compendio da Historia do Brazil*. Pernambuco: na typographia de M. F. de Faria, 1844.

<sup>185</sup> ABREU E LIMA, J. I. *Sinopse ou deducção chronologica dos factos mais notáveis da história do Brasil*. Pernambuco. na Typ. M. F. de Faria, 1845.



sistema de governo com a manutenção da unidade. Uma história de grandes homens, de batalhas, documentos, serviço pátrio e atos de governo marca esses livros.

A história era considerada por Abreu e Lima como um instrumento privilegiado para a construção uma inteligência nacional, respaldado no Brasil pela chancela do *IHGB*. Em diversas obras, encontramos referências ao lugar da disciplina e ao seu papel de “mestra da vida”, essencial para contribuir aos objetivos e à memória do país. Através do *Compendio da Historia do Brazil*, podemos seguir algumas ideias de Abreu e Lima sobre a questão. Assim escreve:

Felizmente para o Brasil, não sou eu o único que assim pensa; antes de mim muitos dos meus compatriotas tem já concorrido com a sua quota para o deposito commum; mas torno a repetir: todo aquelle que lançar mais uma pedra, será digno de galardão. E como na litteratura propriamente dita tem o primeiro logar a historia, nenhum serviço será mais apreciado do que aquelle que começar por preparar-lhe os elementos, averiguando e ordenando os factos, corrigindo e verificando as datas, e sobre tudo esmerilhando antigos documentos para salva-los do esquecimento, ou para comprovar muitos feitos, que pela diuturnidade passam hoje por meramente fabulosos, ou que virão a parece-lo no futuro, se correrem sem provas da sua realidade.<sup>186</sup>

Abreu e Lima tem, sobretudo no período que se estendeu da independência à coroação de Pedro II, uma produção original sobre os acontecimentos no império, apresentando sua opinião sobre esta época. Este foi um dos motivos porque seu livro foi contestado pelo *IHGB*, ao abordar nomes de envolvidos ainda vivos e atuantes, nem sempre de maneira positiva. Abreu e Lima expôs, no início do trabalho, sua opção de não produzir conflitos; porém, não foi suficiente. Segundo ele, e sobre a questão:

Muitas vezes omitti o nome de algumas pessoas, que bastante figuraram acontecimentos melindrosos, para evitar queixumes, e talvez ressentimentos daquelles, com quem vivemos de parceria. Por este motivo antes quiz passar por simples chronista do que por historiador, reservando minhas opiniões para não parecer temerário. E de certo, é quase impossível a imparcialidade na historia contemporânea.<sup>187</sup>

De acordo com nossas análises anteriores, Abreu e Lima produziu, no *Compendio*, uma visão menos crítica à herança portuguesa e mais positiva quanto ao futuro do país, embora não deixasse de emitir algumas opiniões negativas sobre a relação entre portugueses e

---

<sup>186</sup> ABREU E LIMA. J. I. *Compendio da Historia do Brazil*. Tomo I, Rio de Janeiro: Eduardo e Henrique Laemmert, 1843a, pp. VII-VIII.

<sup>187</sup> Idem, p. XI.

brasileiros, alimentado representações negativas acerca dos os ex-colonizadores. De acordo com Abreu e Lima, na ocasião da instalação da corte portuguesa no Rio de Janeiro:

Existindo desde muito tempo a rivalidade entre Portuguezes e Brasileiros, este procedimento da parte do Governo veio ainda mais augmenta-la; além de que os novos hospedes pouco se interessavam pela prosperidade do paiz; considerando temporaria a sua ausência de Portugal, tratavam mais de enriquecer-se á custa do Estado, do que de administrar justiça ou beneficiar o publico. Era igualmente notável a extravagância e prodigalidade da Côrte: ao mesmo tempo que Ucharia por si só consumia seis milhões de cruzados”.<sup>188</sup>

Seu posicionamento negativo frente aos portugueses esteve menos presente quando o referencial era a monarquia e sua relação com a colônia americana. Se, no mundo hispânico, o início da nação foi reconhecido nos eventos de emancipação iniciados em 1810, no Brasil o ano de 1822 apareceu como o referencial sobre a origem da nação. Sobre o processo de independência do Brasil, Abreu e Lima fez a seguinte análise, em que ressalta sua peculiaridade:

Finalmente chegou o dia 1.º de Dezembro, em que se celebrou o acto da Coroação, e desde este momento legitimou-se a Dynastia de Bragança no solo do Brasil. a nossa revolução é singular nos fastos do mundo: um povo que reivindica seus direitos, que os confia a seus representantes, que se emancipa quando os vê menoscabados, e injustamente desconfiados; um Principe que previne os votos de seu povo; um sábio que firma a soberania de sua patria; um Monarcha que circunscreve a autoridade do seu Throno, é o exemplo mais notável e mais digno de admiração entre todos os povos cultos da terra.<sup>189</sup>

Abreu e Lima reiterava sua visão sobre a manutenção da unidade brasileira, que achava positiva em contraste com a situação na América hispânica, pela ausência de guerras civis. De fato, a importância da monarquia era tamanha, que essa tornava-se um instrumento produtor da civilização brasileira. Para explicar os efeitos possíveis do fim da monarquia, retomava os argumentos que havia lançado em 1835. Para ele:

Bem que tivesse sido inefficaz e errônea em muitos pontos a administração do Ex-Imperador, a sua elevação ao Throno foi mui provavelmente o meio de preservar o Brasil de uma anarchia ainda mais fatal do que a que tem assolado as outr’ora colônias hespanholas. Qualquer tentativa prematura para um governo democratico teria sido seguida de uma guerra sanguinolenta e

<sup>188</sup> Idem, p. 260.

<sup>189</sup> ABREU E LIMA, J. I. *Compendio da Historia do Brazil*. Rio de Janeiro: Eduardo e Henrique Laemmert, 1843b, p. 226.

duradora, na qual a parte ínfima da população haveria pegado em armas, e a desordem e a destruição teriam assolado a mais bella porção da America Meridional. Ainda mesmo conseguindo-se a expulsão dos Portuguezes, a ignorancia do povo e as commoções políticas teriam sido mais fataes do que a guerra estrangeira. O regimen a que o povo estava acostumado era o monarchico, e esse foi o instrumento mais proprio para introduzir a civilização que faltava, e para se adoptarem os aperfeiçoamentos sociais, que formam uma parte inherente e essencial do systema representativo.<sup>190</sup>

Abreu e Lima não teve uma produção tão volumosa sobre a história do Brasil quanto a de Varnhagen. No entanto, produziu trabalhos que tiveram efeitos relevantes sobre pesquisadores e estudantes de meados do século XIX. Em diversos estudos, o pernambucano, ao declarar sua metodologia, afirmou ter compilado trabalhos anteriores, fato que o prejudicou quanto a uma produção mais original. De alguma maneira, embora não seja pelo lugar que ocupa entre os autores renomados da historiografia nacional, pode ser comparado com Bartolomé Mitre, que abusava da compilação de documentos em suas obras. Sílvio Romero, como diversos outros autores, reconhece a importância do pernambucano. Contudo, considera-o um historiador que participou de temas pioneiros, mas de um nível menor em comparação com seus pares brasileiros da época.

No Chile, Bello foi uma referência no campo da educação em geral e da metodologia historiográfica em particular. Já a produção literária sobre o passado não foi um dos ramos do conhecimento no qual Bello se dedicou a escrever e publicar, apesar de ter iniciado suas publicações com uma obra de história, *Resumen de la historia de Venezuela*, na revista *Calendario manual y guía universal de forasteros en Venezuela para el año de 1810*, considerada a primeira publicação na Capitania Geral da Venezuela. Seus trabalhos mais importantes para a historiografia apareceram no Chile, em forma de artigos e publicados nos já referidos artigos do *El Araucano*, em geral analisando trabalhos de outros autores, mais concentrados em questões de teoria e metodologia.

Em Londres, Bello foi um divulgador das questões políticas americanas, de sua literatura e sua história. Procurou difundir a cultura do Novo Mundo como também promover a pesquisa sobre o continente. No *El Araucano* de 17 de novembro de 1837, encontra-se a constatação da difusão da historiografia americana, como também uma ideia de defesa sobre as informações veiculadas na Europa, em um momento em que ainda não havia o reconhecimento pleno dos novos países americanos. Explicava-se Bello:

---

<sup>190</sup> Idem, pp. 263-264.

Consiguiente a nuestro propósito de dar lugar en este periódico a todo lo que se publica en los extranjeros sobre la historia, antigüedades y geografía de América, hemos insertado en los números anteriores dos extractos de un artículo de la Revista Extranjera de Londres, relativos al Perú y a Bolivia; y al hacerlo hemos descartado una porción no pequeña de vulgaridades, y otras no menor de exageradas declamaciones contra los nuevos estados americanos.<sup>191</sup>

No primeiro trabalho publicado por Bello, ainda em Caracas, já podemos ver a afeição característica da produção do início de século XIX desenvolvida na região, onde o amor à pátria se mistura aos eventos narrados. Além de exaltar a terra natal, Bello já demonstrava apego ao mundo acadêmico e já propunha uma reflexão mais sistematizada sobre a história da Capitania Geral da Venezuela. De acordo com a proposta explicitada em 1810:

Seguiráse a esto una ojeada histórica sobre el descubrimiento, conquista, población del país que forma hoy el departamento de Venezuela que comprenderá la fundación de sus principales ciudades: los lugares que ocupan y sus nombres primitivos; las varias naciones a quienes pertenecían; los principales Jefes o Caudillos que formaron los primeros Ayuntamientos, o Cuerpos Municipales que regentaron la autoridad civil; y todo cuanto tenga relación con los medios políticos que se han empleado para conservar, organizar, y poner en el estado de civilización y prosperidad en que se hallan las provincias que componen hoy la Capitanía General de Venezuela, concluyendo con la serie cronológica de sus Gobernadores, Capitanes Generales, principales Conquistadores y Pobladores.<sup>192</sup>

Na conhecida reflexão elaborada em 1848, Andrés Bello defendia um método baseado na pesquisa documental e rejeitava a proposta reflexiva filosófica de Lastarria e do professor de história do *Instituto Nacional* Jacinto Chacón Barry. No primeiro texto daquele ano, Bello apresentou uma série de historiadores europeus, Thierry, Sismondi, Barande, Victor Cousin, com passagens em que defendia uma historiografia baseada nos “*hechos*” e de “*color local*”. Bello não rejeitava totalmente o método da filosofia da história como forma de construção do passado, apesar de seus perigos dedutivos, pois, como aponta, compreende que esse tipo de filosofia permitia conceber um conhecimento universal.

Para Bello, no *El Araucano* de 28 de janeiro, “*La filosofía de la historia, la ciencia de la humanidad, es una misma en todas partes, en todos tiempos; los adelantamientos que hace en ella un pueblo aprovechan a todos los pueblos*”. Segue, mais à frente, explicando o motivo de sua posição contrária à aplicação do modelo filosófico naquele momento no Chile: “*La*

<sup>191</sup> BELLO, Andrés, “Sobre los nuevos estados hispanoamericanos”, in *Obras Completas de Andrés Bello*. Tomo XXIII [Historia y Geografía]. Caracas: La Casa de Bello, 1981, p. 113.

<sup>192</sup> BELLO, Andrés, “Resumen de Historia de Venezuela”, in idem, p. 5.

*filosofía de la historia de Europa será siempre para nosotros un modelo, una guía, un método; nos allana el camino; pero no nos dispensa de andarlo*”.<sup>193</sup> Bello acreditava que, naquele momento, o Chile deveria produzir uma historiografia própria, voltada para o particular, para o específico local: “*Esta filosofía debe estudiarlo todo; debe examinar el espíritu de un pueblo en su clima, en sus leyes, en su religión, en sus industria, en sus producciones artísticas, en sus guerras, en sus letras y ciencias.*”<sup>194</sup>

O incentivo à busca local não estava presente apenas nas questões historiográficas e filosóficas, mas igualmente nas de direitos, como vimos, e na vida de forma geral, pois aquelas deveriam fazer parte de um olhar e um modo de ser próprio. Em um de seus discursos, este menos conhecido e também para uma instituição educacional, o *Colegio Santo Tomas* em agosto de 1848, Bello demonstra sua opinião:

No deben serle extranjeras la Geografía, la Historia, la Literatura, la Filosofía y aquellas nociones de las ciencias exactas y naturales, que apenas ya permitido ignorar aun a las personas de una educación mediocre. Debe hablar el lenguaje de la gente educada, y revestir lo que diga y lo que escriba, de las formas urbanas, decorosas, que la sociedad exige. No digo yo que se preste en ellas a las exigencias frívolas de la moda.<sup>195</sup>

Os anos vividos na Inglaterra, e o estudo constante, permitiram a Bello acumular um conhecimento sólido sobre os métodos de trabalho dos historiadores. Na ocasião do discurso inaugural da Universidade do Chile, já encontramos as preocupações de Bello quanto às questões historiográficas:

Yo miro, señores, a Herder como uno de los escritores que han servido más útilmente a la humanidad: él ha dado toda su dignidad a la historia, desenvolviendo en ella dos designios de la Providencia y los destinos a que es llamada la especie humana sobre la tierra. Pero el mismo Herder no se propuso suplantar el conocimiento de los hechos, sino ilustrarlos, explicarlos; ni se puede apreciar su doctrina, sino por medio de previos estudios históricos. Sustituir un esqueleto en vez de un traslado vivo del hombre social; sería darle una colección de aforismos en vez de poner a su vista el panorama móvil, instructivo, pintoresco, de las instituciones, de las costumbres, de las revoluciones, de los grandes pueblos y de los grandes

<sup>193</sup> BELLO, Andrés, “Modo de escribir a la Historia”, in idem, pp. 237, 240.

<sup>194</sup> Idem, p. 238.

<sup>195</sup> Este discurso foi publicado em *La Revista Católica*, nº. 165, Santiago, 15 de setembro 1848. BELLO, Andrés, “Discursos pronunciados el 4 de agosto de 1848 en la apertura del Colegio de Santo Domingo en el Convento de Predicadores de esta Capital”, in *Obras Completas*, tomo XXI (Temas Educativos I), Caracas: Fundación Casa de Bello, 1982, p. 23.

hombres; sería quitar al moralista y al político las convicciones profundas, que sólo pueden nacer del conocimiento de los hechos<sup>196</sup>.

A compreensão da historiografia, própria de Bello, se referia à análise e à utilização do fato local, pois teórica e metodologicamente seguia apoiando-se em autores europeus, naquilo que Germán Colmenares chamaria de “convenções”. O posicionamento pelo apreço à documentação torna-se mais claro na sua segunda publicação sobre o assunto, que começaria a ser discutido em 1844. Podemos observar mais nitidamente sua percepção da necessidade de utilizar um método mais científico, como também a vontade de propiciar uma leitura sobre o estado da historiografia chilena no final da década de 1840. Para o venezuelano:

No se trata de pues de saber si El *método ad probandum*, como lo llama el señor Chacón, es bueno o malo en sí mismo; ni sobre si el *método ad narrandum*, absolutamente hablando, es preferible al foro: se trata sólo de saber si el *método ad probandum*, o más claro, el método que investiga el íntimo espíritu de los hechos de un pueblo, la idea que expresan, el porvenir a que caminan, es oportuno relativamente al estado actual de la historia de Chile independiente, que está por escribir, porque de ella no han salido a luz todavía más que unos pocos ensayos, que distan mucho de formar un todo completo; y ni aun agotan los objetos parciales a que se contraen. ¿Por cuál de los dos métodos deberá principiarse para escribir nuestra historia? ¿Por el que suministra los antecedentes o por el que deduce las consecuencias? ¿Por el que aclara los hechos, o por el que los comenta y resume? La comisión ha creído que por el primero. ¿Ha tenido o no fundamento para pensar así? ¿Esta y no otra es la cuestión que ha debido fijarse.

Cada uno de los dos métodos tiene su lugar; cada uno es bueno a su tiempo; y también hay tiempos en que, según el juicio o talento del escritor, puede emplearse el uno o el otro. La cuestión es puramente de orden, de conveniencia relativa.<sup>197</sup>

Bello era um conhecedor dos métodos e possuía um conhecimento relevante sobre história, pois ao longo tempo vinha se dedicando a estudar o assunto, que aparece de maneira transversal em seus estudos. Em mais de uma vez, afirmou publicamente a importância da história e o seu papel na avaliação do passado das novas nações que surgiam. Com a legitimidade que possuía, pelo seu saber, como pela universidade, marcou os trabalhos de história que surgiram no Chile a partir da década de 1840. Porém, sua produção historiográfica não passou de ensaios e artigos raros. Bello, entre as histórias e as normas legais e linguísticas, decidiu pela produção sobre estas últimas.

<sup>196</sup> BELLO, Andrés, “Discurso pronunciado en la instalación de la Universidad de Chile, el 17 de septiembre de 1843”, in *idem*, p. 19.

<sup>197</sup> BELLO, Andrés, “Modo de Estudiar la Historia”, in *Obras Completas de Andrés Bello*. Tomo XXIII [Historia y Geografía]. Caracas: La Casa de Bello, 1981, pp. 245-246.

\*\*\*

Nossos três interlocutores nos ofereceram diversas informações sobre a nação, suas opiniões sobre o passado, sobre o presente, como também suas aspirações para um futuro da América ibérica como um todo. Escreveram pensando no momento da produção, respondendo às questões que os levavam a refletir sobre as novas entidades políticas, visando à elaboração de um corpus intelectual nacional. A consciência sobre o momento foi um traço nas obras estudadas. Comparativamente, podemos compreender espaços mais amplos, regionais, de circulação de discursos, à medida que as especificidades nos levaram a buscar a compreensão das escolhas em cada momento analisado. O sentimento nacional foi uma constante em suas obras, mesmo não havendo delimitações mais apuradas sobre o que era esse nacional. A nação se fazia enquanto o nacionalismo tomava formas nacionais, delimitadas por um conjunto de aparelhos de Estado e de iniciativas individuais.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

As representações de nação encontradas na América ibérica são heterogêneas, numerosas e modificam-se no tempo. Tais representações precisam lançar mão de imagens, e podem ou não remeter-se a um determinado espaço que, por sua vez, aparece ora reduzido ao contorno elementar de um mapa, ora carregado com o sentimentalismo de uma paisagem proposta. Essas ideias mostram-se atomizadas quando são observadas a partir dos muitos intelectuais produtores das nacionalidades ibero-americanas; porém, constituem-se em longas e entrelaçadas redes de sentidos. Ditas redes foram marcadas por mudanças decisivas no final do século XVIII e início do século XIX, passando por transformações contundentes nas primeiras décadas dos anos oitocentos, transpassando das questões das independências à formação de novos Estados. Neste processo, tornaram-se as letras, veiculadas em periódicos e livros, como também em instituições de ensino e de cultura, preciosas fontes para abordar a compreensão da modernidade elaborada naquele tempo.

Esses grupos de pensadores eram proporcionalmente reduzidos quando comparados com a população presente nos extensos territórios reivindicados por diferentes projetos nacionais, em sua grande maioria analfabeta e alheia à vida política, por esta última estar centralizada nas mãos das elites. Eram grupos formados quase em sua totalidade por homens, brancos, e uma parcela minoritária mestiça, e que tinham acesso às limitadas instituições de ensino. Por via de regra, a participação das mulheres nos centros educacionais e na produção letrada, bastante reduzida, modificou-se somente a partir da segunda década do século XX.<sup>1</sup> Apesar do número restrito de indivíduos, o material textual produzido nessa fase inicial da produção intelectual nacional ibero-americana — considerando livros, periódicos, discursos, cartas — é volumoso e uma rica fonte para acessar ao pensamento daquela época.

Temos aí um relevante nicho de pesquisa, com os diversos volumes que integram as obras de Andrés Bello, Diego Barros Arana, Bartolomé Mitre, Francisco Adolfo de Varnhagen, Visconde de Cairu ou José Manuel Restrepo, a título de ilustração. O conjunto de ideias desses homens usufrui de um amplo espaço na memória e na produção literária de seus respectivos países; porém, há outros tantos pensadores menos visíveis, secundários ou

---

<sup>1</sup> ALTAMIRANO, Carlos (Dir.). *Historia de los intelectuales en América Latina. La ciudad letrada, de la conquista al modernismo*. Buenos Aires: Katz Editores, 2008, p.15. PRADO, Maria Ligia Coelho, “A Participação das Mulheres nas Lutas pela Independência Política da América Latina”, in *América Latina no Século XIX: Tramas, Telas e Textos*. São Paulo, Editora Universidade de São Paulo, 2004, pp. 29-52.



terciários, como o próprio Abreu e Lima, que apresentam considerável produção intelectual, por vezes pouco estudada.

Diante desse imenso universo de possibilidades, restringimos nosso olhar e nos decidimos pela escolha apresentada neste trabalho, com foco nas representações de nação produzidas por Juan Bautista Alberdi, José Inácio de Abreu e Lima e Andrés Bello, levando em conta o envolvimento dos três autores na produção de uma incipiente historiografia nacional que se esboçava e passava a se desenvolver no momento. Caso considerássemos a totalidade da produção conhecida de cada intelectual, nossas fontes seriam demasiado extensas para um estudo desta natureza. Assim, analisamos textos que foram produzidos e circularam entre 1830 e 1860, embora seu impacto não se restringisse a esta última data, já que, em sua maior parte, foram reeditados por décadas seguintes, chegando até as edições recentes. Entretanto, com o passar do tempo, tais escritos migraram de contemporâneos textos políticos, jornalísticos, históricos ou literários, à condição de documentos históricos.

Pudemos constatar, durante o estudo das publicações de Alberdi, Bello e Abreu e Lima, como no início do século XIX a nação era um tema central e que se desenvolvia em conjunto com a criação de novos Estados na América. Em trabalhos de diferente natureza, as referências à nação ou a elementos que a constituíam estavam presentes, e o faziam com fins pragmáticos. A consciência nacional e o fazer consciente pela edificação do nacional eram o objetivo mais amplo que impulsionava tais produções. Fins políticos, pedagógicos, culturais estavam na origem dos textos, dedicados a governantes, ao público leitor (bastante reduzido), ao Estado, à pátria, como também à nação; transformando conceitos (pátria e nação), então distintos na época, em sinônimos e vinculando-os ao Estado.

Os documentos que abordamos, principalmente os da década de 1830, representam o período inicial de um processo de construção visando estabelecer uma perspectiva nacional sobre os Estados que emergiam nos atuais territórios da Argentina, Brasil e Chile. A flexibilidade e as modificações do vocabulário político que gira em torno das ideias de nação e dos elementos que concebemos estar relacionados a ela — povo, literatura, forma de governo, história — indicam a indefinição dos traços que preencheriam as novas identidades que se estabeleciam à época. Nas obras que selecionamos, procuramos identificar diversas ideias, fragmentos, relações variadas formadas por alinhamentos ideológicos, confrontos de projetos, conscientes e inconscientes, que a partir de uma extensa e dinâmica rede cultural iam construindo tendências mais amplas, que se firmaram por sua força ou que foram derrotadas, temporária ou definitivamente.

Com o objetivo de encontrar questões relacionadas com a historiografia, verificamos que um período bastante embrionário da disciplina estava em vigor na década de 1830 nos três países, passando nos anos seguintes a se constituir com contornos mais nítidos, a partir de obras destinadas a estabelecer linhagens intelectuais e com autores representativos do momento. Por volta de 1830, devido à indefinição de um fazer historiográfico na América ibérica, escritos referentes ao ato de se narrar e se pensar o passado estão em muitos casos entrelaçados com outros relacionados, hoje, à literatura e a outras disciplinas ou ciências. É marcante o quanto certas obras de Alberdi, por exemplo, como o *Fragmento preliminar como Bases y puntos*, estão em consonância com abordagens mais sociológicas, utilizando inclusive a expressão “ciências sociais”. Em seus escritos, deparamo-nos com um Alberdi que analisa costumes e discute questões referentes a aspectos sociais, defendendo hábitos como causa da salvação/perdição da futura República Argentina.

São complexas, de fato, as discussões sobre as origens, preocupação conhecida no campo da historiografia, fortalecendo elementos canônicos e silenciando excluídos. Ao prescindir de textos não tão definidos dentro do cânone, deixam-se de fora do campo historiográfico produções que podem oferecer pistas importantes sobre a constituição desse campo do saber moderno. Encontramos à época publicações em que se discutia o passado, assim como também como se deveria narrá-lo. Trata-se de artigos, livros e discursos pronunciados que influenciaram diretamente a formação do que seria posteriormente o campo da historiografia. Em tempos de disputas de projetos políticos para um país, saber sobre o passado era um requisito na construção de futuro, mesmo que esse passado fosse rejeitado ou reapropriado.

Em relação ao exercício da historiografia e ao reconhecimento do trio como historiadores, encontram-se posicionamentos distintos em e sobre nossos autores, tanto no relativo à produção que eles empreenderam no passado, como às leituras dadas acerca deles no presente. É inquestionável que os três produziram obras sobre o passado e refletiram, embora com intensidades distintas, sobre a escrita da história. Abreu e Lima — apesar de ter sido secundarizado no cânone do fazer historiográfico brasileiro — foi, dentre eles, o que mais se vinculou à produção no campo da história. De fato, a área constitui uma de suas grandes preocupações intelectuais. Bello, ainda havendo elaborado poucos estudos sobre o passado, foi considerado o grande organizador e impulsionador do mecenato estatal no Chile. Seu reconhecimento no campo historiográfico deverá sobretudo desse papel, conjuntamente ao contributo proveniente de suas breves, porém influentes reflexões sobre o método

histórico. Já Alberdi foi um dos pioneiros argentinos na produção de visões do passado, mais relacionadas ao processo de independência e aos grandes homens da história local. No entanto, com a força do *Fragmento preliminar*, de *Bases y puntos*, como também de obras posteriores, seu nome ficou associado de forma predominante ao campo jurídico, mesmo seus textos se apresentando como carregados de interpretações e relatos do passado.

Encontramos a concepção de história “mestra da vida” em Alberdi, Abreu e Lima e Bello. A escrita histórica, do ponto de vista que a concebem, era uma ciência que contribuía para a formação moral do povo de uma nação, bastante em voga naqueles tempos. Em Bello e em Abreu e Lima na década de 1840, encontra-se uma concepção de historiografia mais apurada aos estudos metódicos que se desenvolveriam na América ibérica, com mais vigor, na segunda metade do século XIX. Em ambos notamos o apreço à documentação e à consulta de fontes. Na primeira versão do *Compendio da Historia do Brazil*, um grande número de notas remete à documentação e às fontes, assim como houve pelo autor a preocupação em consultar e formar arquivos ainda quando residia na América hispânica na década de 1820, como se pode observar no *Resumen histórico de la última dictadura del Libertador Simón Bolívar*. Alberdi, neste aspecto, se diferenciava dos outros dois pensadores, pois estava mais próximo a uma história filosófica, interpretativa e menos documental. Aproximava-se e participava do coro adepto à concepção historiográfica defendida pelo chileno José Victorino Lastarria, a que Bello tanto se contrapôs sobre o tema na década de 1840 pelo periódico estatal *El Araucano*.

O encontro entre os novos Estados que se constituíam e as novas ideias de nação que de conformavam na década de 1830, as quais vamos chamar de nacionalismos modernos, fez que se fortalecessem mutuamente, uma vez que o Estado passou a usar as identidades para se legitimar e, concomitantemente, dar apoio, incentivo e promoção às ideias do nacional. As universidades e o *IHGB* representam bem este papel ao produzir concepções para os países que buscavam um caminho para sua efetivação. A nação é o combustível e o Estado, o veículo, ambos formantes do Estado nacional. Os novos países foram constituídos dentro de conjunturas políticas e culturais atreladas a propostas que os definissem, com base em um passado e em uma tradição “inventada”, “mitológica”, porém não totalmente inexistente. As décadas de 1830, 1840 e 1850 demonstram-se períodos onde as ideias de nação resultavam essenciais, mas ainda em estágio embrionário de formação quanto às características segundo as quais cada Estado-nação iria conformar-se até o fim do século XIX. O processo de construção dos Estados nacionais na América ibérica foi gradual. Considerando seu início na primeira metade oitocentista, nas primeiras produções da década de 1830 desponta a crença

na necessidade de se construir uma identidade para a nação. Entretanto, ela viria a existir como uma realidade consolidada apenas na segunda metade do século XIX. As elites buscavam traços e significados de um passado e de um momento de constituição, de um povo, de uma produção intelectual própria que ainda estava por conformar-se a partir de elementos mais concretos.

A nacionalidade foi proposta e também difundida por ideias produzidas por membros pertencentes às elites americanas, alimentados pelos movimentos cívicos e sua linguagem específica, ligados às questões colocadas pela Revolução Francesa, posteriormente agregando ao ambiente intelectual e político o repertório romântico proveniente da Europa. Estas décadas de transição, por vezes marcadas em suas concepções e dinâmicas, são caracterizadas por um leque eclético de possibilidades e pela convivência de ideias. Conforme foi dito, nas primeiras décadas oitocentistas o número de letrados participantes nesses grupos de pensadores da nação era bastante reduzido. O impulso inicial na modernização e ampliação do sistema educacional, como forma de constituir as comunidades imaginadas, resultou tímido, elitista e de avanço gradual. Na segunda metade daquele século, passou-se a uma ampliação ainda reduzida, porém já em busca de atingir, ao menos quanto às primeiras letras, as massas urbanas dos países estudados, fato que se tornou uma realidade antes na Argentina e no Chile do que no Brasil.

A nação proposta pelos três autores aqui estudados estava fixada no Estado e envolvida com as ideias que a vinculavam com o progresso em direção à civilização, espelhada na Europa e nos Estados Unidos. Politicamente ligavam a nação ao contrato social, no seio do povo, ou entre povos — como Alberdi, que considerou por vezes as províncias como sujeitos políticos, ou mesmo a vontade dos imigrantes estrangeiros em confirmar esse contrato, porém sem excluir a ligação à terra por meio do nascimento. A própria nação é representada como desejo e realização do povo. Sua legitimidade estava, portanto, estabelecida sobre a representação do pacto coletivo entre os integrantes de certo espaço territorial e um soberano, constituindo um espaço de exercício da soberania, ocupando um território e convertendo-se, também, em sujeito político internacional. Os referenciais utilizados por esses autores estavam mais vinculados aos avanços e conceitos cívicos, atrelados ao reconhecimento do cidadão, do povo e do Pacto Social, do que aos elementos identitários trazidos pela onda romântica que caracterizou as décadas finais da primeira metade do século XIX. Apesar do interesse pelo romantismo, a linguagem ainda recaía em boa parte sobre o discurso cívico, tornando-se as novas ideias um referencial a se construir.

Percebemos, embora com menor frequência em Bello, como na discussão sobre a nação, e também sobre a identidade nacional, aquilo que consideravam como argentino, o brasileiro, o chileno, ou qualquer outro “nacional” era a base da conformação da nação. A máxima recorrente de Massimo d’Azeglio (1792-1866) pronunciada em 1861 — “Fizemos a Itália; agora precisamos fazer os italianos”<sup>2</sup> — pode servir para retratar as concepções dos personagens que analisamos, embora sejam encontradas com maior força em Alberdi, seguido de Abreu e Lima, e mais rarefeitas em Bello, o eterno desterrado.

Os sentimentos de pertencimento e de identidades — ligados às comunidades, às regiões, ou mesmo a uma ideia de América, do ser americano — vão transformando-se nas primeiras décadas do século XIX com novos delimitadores das ideias de ligação e de ser, de identidade. Os primeiros impactos advindos do romantismo e suas ideias na década de 1830 trazem novos elementos para se pensar a nação e o Estado. No entanto, o que temos nesse momento são argumentos cívicos em maior frequência do que as questões identitárias que viriam a se estabelecer como identidades nacionais. Embora o ambiente esteja carregado de novidades e questões românticas, como indicam diversos especialistas, os instrumentos acionados eram outros, mesmo considerando as características de nossos intelectuais, possuidores de certa vanguarda relativa ao conhecimento e produção sobre o tema. Sem excluir necessariamente os outros, por vezes englobando-os, a nação relacionada ao Estado passou então a ocupar um locus central de representação, incentivadora e produtora das características nacionais, incentivando a atribuição à nação de contornos e preenchendo-os com representações de um povo, território, leis, costumes, passado, literatura, símbolos que a justificassem.

Apesar de os discursos apontarem para a importância das “cores locais”, os autores valorizavam os elementos eleitos a partir de uma leitura eurocêntrica. Na Argentina e no Chile, os indígenas eram excluídos da nação, sendo a continuidade da conquista e a aculturação dos povos indígenas, traços negativos da nação compreendida por Alberdi e Bello. Na concepção desses autores, assim como a da maior parte de seus pares, esse elemento era responsável por parte do atraso e da inferioridade das nações que se constituíam. No entanto, a concepção anterior esteve mais presente no tucumano, para o qual o povoamento do “desierto” se tornou uma proposta que iria caracterizar a própria nação e que serviria de base para todo um projeto nacional — levado a cabo como proposta constitucional. Alberdi negava espaço físico, cultural e político aos povos indígenas, excluindo-os, na medida

---

<sup>2</sup> HOBBSAWM, Eric. *A era do capital, 1848-1875*. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1996.

do possível, de seu projeto nacional. Bello também reconheceu o direito de o Estado chileno ocupar terras que julgava não utilizadas pelos mapuches, outra maneira de levar a civilização à barbárie. Os povos indígenas, para Bello, eram um incômodo e um entrave à construção de um Chile moderno. No Brasil, os povos indígenas tampouco circularam como valores positivos nas ideias de Abreu e Lima, que os reconhecia também como selvagens e bárbaros, mesmo sendo pouco mencionados nos textos discutidos. De modo mais positivo, seguindo as ideias de Humboldt, o pernambucano escreveu sobre as civilizações pré-colombianas do México e do Peru, reconhecendo a eles um passado grandioso.

Nas leituras de nação de nossos personagens, a composição étnica da população tinha relevância, pois os costumes eram a base do que se necessitava para erigir uma nação civilizada e moderna. Apontou-se constantemente a moral dos povos como fonte sobre a qual se constituem as instituições. Os costumes europeus, sobretudo do norte, e dos Estados Unidos eram louvados em contraste com a realidade que se encontrava na América ibérica, de indígenas, negros, *gauchos* e mestiços. Trata-se de uma leitura espelhada na população europeia e na norte-americana, vistas como homogêneas em contraste com a heterogeneidade da América ibérica — no Brasil com o foco nos negros e em seus descendentes, e na Argentina e no Chile, sendo a questão indígena o motivo do fracasso civilizacional. O mestiço, relacionado à diversidade de matrizes étnicas, era enxergado como um problema comum.

A nação, para o pernambucano Abreu e Lima, era encontrada também na população, como em Alberdi. Em ambos, a população era essencial para se construir uma nação. Em nome dos bons costumes, os três autores produziram ideias que fortaleciam as diferenças sociais nos três países. Alberdi foi quem formulou uma visão mais negativa no tocante aos povos indígenas e aos mestiços, sobretudo em *Bases y puntos*, obra onde consta a famosa frase “governar é povoar”. Sua opção por imigrantes europeus, brancos, e de preferência protestantes da Inglaterra, era a base para a constituição da nova nação moderna “argentina” e unificada. A admiração pelos Estados Unidos pode ser verificada na influência exposta no texto de Alberdi que foi base da Constituição de 1853. Buscava nestes povos o avanço do capitalismo no continente, desejando, com o recurso a trabalhadores mais especializados, fomentar o desenvolvimento social e econômico de esse segmento da população do país. Também como seus colegas, sobretudo Abreu e Lima, procurava, com imigrantes europeus, empreender o processo de embranquecimento das populações daquelas nações. Em Abreu e Lima, o apreço pelo desenvolvimento dos Estados Unidos, com a ideia de uma população

homogênea, ocupou um espaço importante em seu *Bosquejo histórico*, em que se apresentava para o Brasil a população heterogênea e hierarquizada, em conflito, como um dos mais graves males nacionais. Bello considerava igualmente esse país o espelho de um desenvolvimento, assim como a Europa.

Encontramos em Alberdi e Bello a ideia da concessão de facilidades para os estrangeiros se incorporarem à nação e expandirem seus hábitos no seio da população. No entanto, não defendiam uma legislação que permitisse o exercício completo da cidadania, como visto no capítulo anterior, especialmente no caso do primeiro bastante limitada a segmentos sociais diversos da população. Com tantas restrições ao cidadão pleno – sexo, etnia, renda, nacionalidade, religião –, acabou excluída do corpo político da nação uma parte considerável dos habitantes dos novos países, propondo ainda delimitar a participação política dos imigrantes.

Bello também empreendeu uma defesa dos indígenas, referida ao passado, criticando a conquista, a *mita* e a *encomienda*. Porém, aceitava a legitimidade da invasão das áreas mapuches para o avanço do Estado chileno. Reconhecia os povos indígenas como nações, mas não lhes atribuía uma equidade frente os *criollos*, da mesma maneira que o tucumano e o brasileiro. Abreu e Lima, timidamente, criticou a colonização no tocante ao indígena, e com um pouco mais de dedicação o sistema escravista. Entretanto, não concebia a possibilidade de se abolir a escravidão de imediato, por acreditar que o ato levaria o império a uma crise econômica e social, ou bem por encontrar sua aceitação entre os costumes brasileiros como um fato arraigado nas práticas sociais do país. Suas críticas à escravidão enfatizam a divisão social produzida por ela como um dos problemas na hora de constituir um país civilizado.

Apesar da admiração pela América anglo-saxã, a rejeição à reprodução do modelo dos Estados Unidos foi encontrada nos três autores, por mais que esse fosse por eles apontados como exemplo do caminho a ser seguido. Esta crença derivava-se não da desconfiança àquela organização, mas por não reconhecer um aspecto histórico e social nos países ibero-americanos favorável às liberdades democráticas e às competições econômicas. Isso decorria do fato de entenderem que as características da população na Argentina, no Brasil e no Chile tornavam inviável a mera reprodução daquele modelo na América ibérica, com formações étnicas e culturais tão distintas. A ideia de etapas do desenvolvimento é observada com mais clareza em Alberdi e Abreu e Lima, do que em Bello. No tucumano, a inviabilidade residia nos costumes, ibéricos, *criollos*, mais atrasados, com indígenas e mestiços próximos à barbárie. Em Abreu e Lima, a impossibilidade de fundar um país como os que desejavam

constituir recaía sobre a existência de uma população heterogênea, com sua maioria negra, indígena ou mestiça, mal formada culturalmente, “degenerada” e em permanentes conflitos sociais decorrentes da escravidão africana e no racismo penetrado na cultura brasileira. Em Bello, os costumes também resultavam fundamentais para a edificação de uma nação republicana, inserida dentro da política e economia ocidentais. A sua análise do sucesso do Estado chileno insistia na ideia de uma *virtud*, traço essencial de civilização e condição imprescindível para a viabilidade do pacto social. Esse estado cultural ou essa renovação dos costumes na América só poderiam ser alcançados por meio da educação, que não deveria, no entanto, ser ofertada em todos os níveis aos diversos atores sociais que compunham a nação.

Nesse sentido, visando à nacionalização pelas letras, o projeto de Bello previu uma educação mais inclusiva do que a de Alberdi, uma vez que propunha um sistema educacional ampliado para a formação de cidadania. Os três mostraram-se preocupados com o tema da educação, embora Bello e Abreu e Lima estivessem mais envolvidos com a questão na prática, ao terem trabalhado como professores, como escritores de manuais e pensadores sobre o sistema educacional. Abreu e Lima ocupou-se da educação ainda quando estava servindo no Rio de Janeiro e concluía seus estudos na Academia Militar, momento em que foi enviado a Angola para ensinar aos militares naquela colônia portuguesa. Em Angostura, ofereceu seus serviços a Bolívar procurando instruir os militares em táticas de guerra, ciências matemáticas, geografia e história. Alberdi, como “estudante desaplicado”, mais interessado na música e nos salões, permaneceu mais distante do mundo do ensino, tornando-se conhecido como advogado. Em matéria de educação, foi Bello indubitavelmente e reconhecidamente um elemento central para o desenvolvimento do sistema educacional chileno, assim como Sarmiento o seria na Argentina. Desde os tempos de preceptor de Bolívar, Bello não deixou de se envolver com o campo da educação.

Os três consideraram básicas as primeiras letras, porém o fariam de maneira distinta. Bello propunha uma formação mais humanística e moral, visando à pátria, desde o início do processo de aprendizagem. Alberdi mudaria sua postura, mais aberta às massas no escrito de 1837, para aquela apresentada em 1852, quando recusou e viu pouca utilidade em ensinar a população a ler e escrever, adotando uma posição mais conservadora e excludente. Defendeu uma educação mais técnica, como propusera Napoleão, voltada ao mundo do trabalho para atender as necessidades imediatas da Confederação Argentina, que aumentava aos poucos sua participação econômica no sistema comercial transatlântico. Abreu e Lima considerou a escolarização como uma forma de levar a civilização ao país, acreditando que os



investimentos do governo deveriam recair primeiro sobre as massas e as escolas normais, estas últimas também defendidas por Bello.

Abreu e Lima, que discorreu menos sobre a organização educacional, rejeitava no ensino superior um bacharelismo pouco eficaz para a construção da nação, tão criticado no Brasil, buscando dar ênfase a um sistema mais tecnicista de ensino. Quanto à necessidade de uma formação mais utilitarista, ligada aos avanços da tecnologia e do capitalismo, o brasileiro converge com a leitura de Alberdi de 1852, que também rejeitava a ideia de mais advogados formados. A formação pragmática, voltada aos avanços que o Estado requeria, era defendida amplamente por Alberdi em *Bases y puntos*. Bello, como vimos, concebeu uma formação mais humanística também para o ensino superior, procurando adaptar a formação moral com a formação técnica que o Chile buscava no final da primeira metade do século XIX. Tal visão está relacionada à sua concepção moralizante da educação, da qual o sistema republicano necessitava para não cair no caos da guerra civil, devido ao caráter pouco civilizado da população chilena.

Abreu e Lima está entre Bello e Alberdi no tocante à própria formação intelectual; obteve uma formação entre a clássica de Bello e a moderna de Alberdi, com a qual se parece mais. O *Seminário de Olinda* e a *Academia militar do Rio de Janeiro* permitiram que ele tivesse acesso a novas ideias até 1817, ano que se dirigiu a servir o exército na África como professor. Só um de nossos três personagens, e não por acaso, não cursou estudos universitários: o brasileiro, talvez em decorrência da ausência da instituição no país. Assim como Bello, Abreu e Lima esteve em constante estudo e renovando-se junto às novas produções que chegavam da Europa e América, próximo à produção sobre a historiografia produzida no Brasil por meados do século. Alberdi foi dentre os três o que possuiu uma formação mais moderna, tanto pelo conteúdo quanto pela forma e pelas instituições a que teve acesso, como foi o caso do *Colegio de Ciencias Morales* e da *Universidad de Buenos Aires*, passando pelas universidades de Córdoba, do Uruguai e do Chile. Em relação ao romantismo, Esteban Echeverría se encarregaria de apresentá-lo às novas leituras, compartilhando a novidade com que tomara contato na Europa. É verdade que na década de 1830 Abreu e Lima e Bello, que voltava da Europa, já estavam a par do movimento, participando das discussões que envolviam temas sobre o romantismo e as identidades locais.

No tocante a suas opções políticas, observamos no trio o alinhamento a uma política mais centralizadora no que se refere ao modelo de governo. Alberdi apresentava a maior proximidade com o governo republicano, mas não se mostrou totalmente contrário ao sistema

monárquico; porém, preferia a república federativa para a região do Prata. Podemos reconhecer em sua obra, desde quando era um jovem estudante de Direito, o deslocamento para concepções mais conservadoras expostas em 1852, ao reconhecer o centralismo e autoritarismo de Rosas como necessário à manutenção de uma unidade das províncias. Para diversos de seus biógrafos, Alberdi foi considerado um promotor da conciliação das diferenças entre as províncias platinas. No Chile, assim como Bello, Sarmiento ou Vicente Fidel López, Alberdi alinhou-se aos governos centralistas e autoritários das décadas de 1840 e 1850. De fato, Alberdi, apesar de rejeitar cargos públicos, manteve desde Tucumán relações próximas aos *caudillos*, seja Heredia ou Urquiza, ou sua crença inicial no papel de Rosas na promoção da democracia na Confederação Argentina. Abreu e Lima apresentou um caminho que solicita um entendimento mais complexo de suas afiliações políticas e relativas ao sistema de governo. Inicialmente se alinhara à Revolução de 1817 em Pernambuco; lutou depois nas independências hispano-americanas; defendeu aquela república e atuou no projeto de Bolívar para a manutenção da Grã Colômbia, que, contudo, se fragmentaria em diversos Estados em 1831. De volta ao Brasil, em nome da manutenção da unidade territorial e receoso da instalação de guerras civis, alinhou-se com os caramurus, valorizou o governo monárquico de Pedro I e posteriormente apoiou seu herdeiro, Pedro II, divulgando suas opções tanto na imprensa como no IHGB. Em Pernambuco, apesar de alguma resistência em aderir ao conflito, envolveu-se na republicana e autonomista Revolução Praieira de 1848, redigindo, após a morte de seu irmão Luís Roma, o mais importante veículo de comunicação dos rebeldes: o *Diário Novo*. Desde esta época, já estava envolvido com as ideias socialistas, redatando o *Socialismo* (1855) e promovendo tais teorias juntamente com outros nomes como Antonio Pedro de Figueiredo. Vemos nele um trânsito entre momentos mais conservadores, mais liberais ou de um romantismo social, e também períodos mais centralistas e mais autonomistas, porém sempre fiel à unidade. Embora tivesse feito parte da Praieira e de outros levantes menores, continuou sendo um defensor da unidade política e territorial, sob o sistema da monarquia, a qual considerava o único sistema em que a população brasileira estava capacitada para participar sem cair no caos das guerras civis.

Bello, como já escreveram alguns de seus biógrafos, era um pensador da ordem. Dos três, foi o que apresentou uma trajetória mais homogênea politicamente, apesar de transitar da defesa da integridade do império espanhol para a aceitação dos Estados independentes, e da monarquia à república. Participou da Junta Patriótica em Caracas e foi encaminhado a Londres para o reconhecimento da emancipação política pela Europa. Inicialmente, e por mais

tempo do que seus companheiros, esteve ao lado dos direitos de Fernando VII e da monarquia espanhola. Bello não se mostrou um entusiasta das ideias mais revolucionárias que poderiam trazer desordens, como aquelas com as quais conviveu, mesmo à distância, durante os anos das guerras de independência e, posteriormente, civil. No Chile, defendeu a consolidação e o respeito aos direitos políticos, atuando como zeloso funcionário estatal.

Bello participou do movimento de emancipação ao fazer parte das discussões da Junta em Caracas; porém, sua principal frente de combate foi em Londres, passando a ocupar-se da construção nacional do Chile a partir da década de 1830. Abreu e Lima, apesar de iniciar seu envolvimento nos acontecimentos ocorridos em 1817 na província de Pernambuco, logo resultou preso e teve que exilar-se em solo hispano-americano. Foi nessa região que se integrou no processo de emancipação do continente, distante dos eventos que levariam à independência da América portuguesa. De volta à pátria em 1831, participou dos esforços em prol de uma produção intelectual nacional. Foi militar na Grã Colômbia, mas, apesar de luzir o título de general no império, atuou especialmente como jornalista e intelectual.

Alberdi contribuiu à construção, em menor escala, do Uruguai e do Chile; porém, seu maior esforço incidiu sobre a formação das representações relativas à nação argentina. No tocante à atuação de cada um deles, vemos algumas diferenças. Alberdi, ao contrário de Abreu e Lima e Bello, não participou dos eventos de emancipação do início do século, uma vez que nasceu em 1810. Militarmente, o único que participou dos conflitos foi Abreu e Lima; os outros dois, quando envolvidos nos conflitos, estiveram encarregados de oferecer apoio administrativo, como foi o caso da representação de Bello em Londres ou o secretariado de Alberdi, exercido junto aos intentos liderados pelo general Lavalle para derrubar Rosas na década de 1840.

Ao trabalhar com as três nações e os personagens escolhidos, foi possível verificar comparativamente construções e caminhos com aproximações e distanciamentos, permitindo uma avaliação balizada em outros dois referenciais. De acordo com esta ideia, foi notada uma proximidade do Chile com o Brasil, considerando que estes passaram por um processo de centralização política anterior ao da Argentina. Seus territórios permaneceram intactos e apontaram para uma expansão mais tímida no Brasil que no país às margens do Pacífico. Certa ideia de continuidade e de um forte sistema político, com poderes concentrados em boa

parte no imperador ou no presidente, permitiu uma construção anterior do Estado nacional nestes dois países.<sup>3</sup>

Deparamo-nos também com uma análise mais aproximada das ideias de Bello e de Abreu e Lima. A formação e as vivências, em parte devido à idade apesar da contemporaneidade, entre o brasileiro e o caraquenho apresentam pontos em comum quanto à defesa de ideias e atuações políticas que se estendem das independências à atuação na formação e desenvolvimento dos Estados nacionais em estudo. Contudo, Alberdi e Bello estejam mais de acordo quanto ao exercício intelectual e o distanciamento dos conflitos bélicos, destoando assim deles dois o general Abreu e Lima.

O espaço político e intelectual ocupado por cada um dos personagens pesquisados foi distinto em vida e posteriormente também. A produção de Bello enveredou por um labor em prol dos Estados latino-americanos, embora estivesse ligado com mais intensidade à Venezuela e ao Chile. Abreu e Lima participou da história da Venezuela, da Colômbia e do Brasil, com Pernambuco dando especial atenção à memória desse personagem. Alberdi fez parte, sobretudo, da constituição identitária da Argentina, do Chile e com menor densidade do Uruguai. A presença e o papel desses intelectuais na vida da nação não são imutáveis e os olhares que lhes são lançados trazem questões que se constituem a partir das indagações do presente. Funcionam com picos de interesse: para uns, uma chance de inserção ou de sobrevivência na memória e na vida intelectual de um ou mais países; para outros, momentos de fixação nas novas gerações e de afirmação da hegemonia de determinados pensadores, obras, questões, instituições, ficções, nas constituições identitárias nacionais.

A abordagem comparativa dos personagens trabalhados, além de possibilitar o acesso à vida e aos pensamentos de maneira individual, permitiu que colocássemos em confronto ideias que estavam sendo escritas em uma mesma época, norteadas por macro-ideias paradigmáticas, iluministas, modernas, liberais, românticas, porém colocadas à prova no momento de sua confrontação com a realidade social de cada país. O reconhecimento de questões presentes no pensamento destes intelectuais foi realizado, mesmo com o limite da análise de fragmentos de ações e ideias de personagens tão complexos. Podemos ver como os três autores construía a representação de uma nação nova discutindo os problemas políticos e sociais com um projeto de aplicação, em geral, imediato, já apresentando as perspectivas que esperavam atingir, acerca das quais variam entre olhares pessimistas e esperanças

---

<sup>3</sup> A proximidade destes dois países e as possíveis facilidades analíticas referentes ao período, em contraposição com a maior distância do processo de formação nacional argentino, foi apontada inicialmente pelo professor Francisco Doratioto.

supervalorizadas. No entanto, para chegar a essa comparação foi preciso conhecer um quadro referencial sobre o “estado intelectual” das nações estudadas, com vistas a entender a modernização via leituras, produções e instituições de ensino onde nossos personagens se formaram e cooperaram para a produção de conhecimentos. Da mesma maneira o fizemos em nossos fragmentos biográficos, no capítulo III, pela delimitação de itinerários formativos, afiliações políticas, conflitos coletivos e pessoais, procurando encontrar e compreender quais as ideias de nação formuladas por cada um deles e quais os projetos a que aderiram na Argentina, no Brasil e no Chile, respectivamente. Entretanto, o que mais objetivávamos era conhecer as representações de nação de modo comparativo, com o fim de visualizar a questão no interior de um nível regional de circulação de ideias e de opções individuais, a nosso ver representantes de um olhar coletivo mais amplo do que um recorte puramente nacional. Ao cotejarmos os textos desses autores, acessamos possibilidades de estabelecer semelhanças e distinções em seus discursos pela abordagem relacional dos projetos em questão.

É necessário considerar que a época e as obras contituíntes do recorte metodológico adotado neste estudo incidem na leitura que empreendemos sobre tais personagens. Os textos diversos, produzidos em momentos específicos e com demandas distintas, podem reforçar determinados aspectos, visando a responder a alguma demanda específica ou do momento. Estas expressões intelectuais nos oferecem elementos para a compreensão das ideias, constituições complexas e em mutação no tempo, comumente encontradas em diversos personagens históricos. Há *Alberdis*, *Bellos* e *Abreus e Limas* em episódios que apresentaram demandas diferentes ou em autores cujo pensamento não refletia ao posicionamento erguido no passado.

Os personagens estudados publicaram um número de obras bem maior do que aquelas com que trabalhamos, geradas em períodos distintos e com motivações diversas, relacionadas muitas vezes com questões pontuais a que necessitavam dar respostas precisas. Verificamos ainda, nos estudo das três décadas de nosso recorte (1830-1860), modificações e até ideias que se mostraram contraditórias, fato que deixa transparecer a complexidade que estudos das ideias envolvem. O próprio espaço de tempo que esses personagens vivenciaram, uma época de intensa transição, se considerarmos o período de vida abarcado de Bello até Alberdi, constitui um espaço que se estende do início da década de 1780 a meados de 1880. Nesses pouco mais de cem anos, o mundo ocidental e a América modificaram-se contundentemente, deixando o Antigo Regime para entrar e se desenvolver conforme os postulados do mundo

moderno e dos novos Estados nacionais, que se fixariam como realidades a partir de 1860 e se firmariam após a década de 1880.

Ao final, analisamos neste trabalho fragmentos discursivos e biográficos, deixando explícito que ainda há um amplo território intelectual a ser explorado. A quantidade de obras e de autores ibero-americanos é grande, e também a de abordagens possíveis. Poderíamos, por exemplo, seguir o percurso traçado em outras obras, como os periódicos, ou efetuar outro recorte temporal, ocupando-nos de escritos posteriores a 1860, onde as três nações passaram a se definir com mais concretude no que se refere aos atuais contornos e identidades. Ao longo da história, o tratamento dado aos autores, como também às instituições, foi e é distinto. As leituras continuam se renovando na medida em que novos pesquisadores retornam às fontes e perguntas distintas são formuladas.

Considerando apenas os três intelectuais analisados neste estudo, podemos afirmar, como muitos americanistas, que ainda há muito a se fazer no campo do pensamento latino-americano. Trabalhos como este — com foco em diversos países, intelectuais e escritos — indicam como a laboriosa tarefa de visitar o passado colocando perspectivas em interseção pode trazer leituras que contribuem aos estudos do pensamento latino-americano, intencionando assentar mais uma linha na longa história da nossa América.

Em concreto, concebemos nossa proposta como um ganho a abordagem inédita desses três autores conjuntamente, colocando-os à luz de uma análise comparada de ideias de nação. Entretanto, ganhamos sobretudo na compreensão de Abreu e Lima, ao trazê-lo a um contexto inexplorado e cotejá-lo com intelectuais de tamanha envergadura como Alberdi e Bello. Transitamos da imagem mais constante elaborada sobre Abreu e Lima — a de militar fiel a Bolívar — para trazê-lo como um homem de letras ao lado de importantes intelectuais americanos. O general escritor, um dos primeiros historiadores a contribuir à reflexão da historiografia do Estado nacional brasileiro, volta assim ao meio intelectual da América hispânica, como também aproxima o Brasil de seus vizinhos, há muito tempo distanciados, senão pelo espaço, pelas ideologias constituídas, que ora aproxima, ora afasta tais realidades.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

### Fontes

ABREU E LIMA, J. I. *Bosquejo histórico, político e literário do Brasil*. Cidade de Nitheroy: Tipografia de Rego e Comp., 1835.

\_\_\_\_\_ *Compendio da Historia do Brazil, desde o seu descobrimento até o magestoso acto da coroação e sagração no Sr. D. Pedro II*. 2 vols. Rio de Janeiro: Eduardo & Henrique Laemmert, 1843a.

\_\_\_\_\_ *Compendio da Historia do Brazil, desde o seu descobrimento até o magestoso acto da coroação e sagração no Sr. D. Pedro II*. 1 vol. Rio de Janeiro: Eduardo & Henrique Laemmert, 1843b.

\_\_\_\_\_ *Resposta do General J. I. de Abreu e Lima ao Cônego Januário da Cunha Barbosa ou Analyse do primeiro juízo de Francisco Adolpho Varnhagen acerca do Compendio da Historia do Brazil*. Recife, Pernambuco: Typographia de M. F. de Faria, 1844.

\_\_\_\_\_ *Sinopse ou deducção chronologica dos factos mais notáveis da história do Brasil*. Pernambuco: na Typ. M. F. de Faria, 1845.

\_\_\_\_\_ *História Universal*. Rio de Janeiro: Laemmert, 1846.

\_\_\_\_\_ *A Cartilha do Povo*. Pernambuco, na Typ. da Viúva Roma & Filhos. 1849.

\_\_\_\_\_ *O Socialismo*. Recife: Typographia Universal, 1855.

\_\_\_\_\_ “Trabalho do Exmo. Sr. General José Ignacio de Abreu e Lima”, in BANDEIRA, Antonio Herculano de Souza. *Reforma Eleitoral. Eleição Direta*. Recife: Typographia Universal, 1862.

\_\_\_\_\_ *As Bíblias falsificadas ou duas respostas ao Sr. Cônego Joaquim Pinto de Campos*. Recife, typ. Commercial, 1867.

\_\_\_\_\_ *O Deus dos judeos e o Deus dos christãos*. Pernambuco, na Typ. Commercial, 1867.

\_\_\_\_\_ “Apontamentos sobre a Ilha de Fernando de Noronha”, in *Revista do Instituto Archeológico Geográfico Pernambucano*, nº 38, [1857] 1890.

\_\_\_\_\_ *Resumen Histórico de la última dictadura del libertador Simon Bolívar. Comprobada con documentos*. Rio de Janeiro: Editora “O Norte”, 1922.

ALBERDI, Juan. B. *Obras Completas*. Buenos Aires: La tribuna Nacional, 1886-1887.

\_\_\_\_\_ *Escritos póstumos de Juan Bautista Alberdi*. Buenos Aires: Impr. Europea/ Impr. A. Monkes / Impr. J. B. Alberdi, 1895-1901.

\_\_\_\_\_ *Obras selectas*. Buenos Aires: La Facultad, 1920.

\_\_\_\_\_ *Palabras de un ausente y otros escritos íntimos*. Prólogo de Carlos Páez de la Torre. Buenos Aires: Emecé, 2010.

BELLO, Andrés. *Principios de derecho de gentes*. Madrid: Imprenta de Fuentenebro. Librería de la viuda de Calleja e hijos, 1844.

\_\_\_\_\_ *Opúsculos literarios i críticos, publicados en diversos periódicos desde el año de 1834 hasta 1849*. Santiago: Imprenta chilena, Calle de Valdivia, 1850. Disponível em: <[http://books.google.es/books?id=\\_3USQWfJP4EC&printsec=frontcover&hl=es&source=gb\\_s\\_ge\\_summary\\_r&cad=0#v=onepage&q&f=false](http://books.google.es/books?id=_3USQWfJP4EC&printsec=frontcover&hl=es&source=gb_s_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false)> (acessado em 09/03/2013).

\_\_\_\_\_ *Obras completas*. Caracas: Fundación La Casa de Bello, 1981-1984 (26 volumes).

BELLO, Andrés; CALDERA, Rafael (org.). *Biblioteca Americana o Miscelánea de Literatura, Artes y Ciencias*. Caracas: Edición de la Presidencia de la República, 1972.

BLUTEAU, Raphael. *Vocabulario portuguez & latino: aulico, anatomico, architectonico*. Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1728. Disponível em: <<http://www.brasiliana.usp.br/pt-br/dicionario/1/na%C3%A7%C3%A3o>> (acessado em 30/09/2012).

ECHEVERRÍA, Esteban, “Los Consuelos”, in *Obras Completas de D. Esteban Echeverría*. Tomo III, Buenos Aires: Imprenta y librería de Mayo, 1871.

\_\_\_\_\_ “Dogma Socialista”, in *Obras Completas de D. Esteban Echeverría*. Tomo 4, Buenos Aires: Imprenta y Librería de Mayo, 1873.

LASTARRIA, José Victorino. *Investigaciones sobre la influencia social de la conquista i del sistema colonial de los españoles en Chile*. Santiago: Imprenta del siglo, 1844.

MARTIUS, Karl Von, “Como se Deve Escrever a História do Brasil”, in *RIHGB* vol. VI, 1845.

MORAIS, Antônio Silva. *Diccionario da lingua portugueza - recompilado dos vocabularios impressos ate agora, e nesta segunda edição novamente emendado e muito acrescentado, por Antonio de Moraes Silva*. Tomo 2. Lisboa: Oficinal de Simão Thaddeo Ferreira, 1789. Disponível em: <<http://www.brasiliana.usp.br/pt-br/dicionario/edicao/2>> (acessado em 30/09/2012).

\_\_\_\_\_ *Diccionario da lingua portugueza recopilado dos vocabularios impressos até agora, e nesta segunda edição novamente emendado, e muito acrescentado, por Antonio de Moraes Silva*. Lisboa: Typographia Lacerdina, 1813.

MORENO, Gerardo Rivas (editor). *Correo del Orinoco*. Bogotá: Edição Fac-símile, 1998.



PINTO, Luiz Maria da Silva. *Diccionario da lingua Brasileira*. Ouro Preto: na Typographia de Silva, 1832. Disponível em: <<http://www.brasiliana.usp.br/bbd/handle/1918/02254100#page/1/mode/1up>> (acessado em 30/09/2012).

REAL ACADEMIA ESPAÑOLA. *Diccionario de lengua castellana, en que se explica el verdadero sentido de las voces, los proverbios o refranes, y otras cosas convenientes al uso de la lengua*. Tomo IV. Madri: Imprenta de la Real Academia Española, 1734.

\_\_\_\_\_ *Diccionario de la lengua castellana compuesto por la Real Academia Española, reducido para un tomo para su más fácil uso*. Madrid: viuda de Joaquín Ibarra, 1791.

\_\_\_\_\_ *Diccionario de la lengua castellana por la Real Academia Española*. Madri: Imprenta Real, 1832.

\_\_\_\_\_ *Diccionario de la lengua castellana por la Real Academia Española*. Madri: Imprenta Nacional, 1852.

\_\_\_\_\_ *Diccionario de la lengua castellana por la Real Academia Española*. Madri: Imprenta de Don Manuel Rivadeneyra, 1869.

\_\_\_\_\_ *Diccionario de la lengua española*. Madri: Calpe, 1925.

VARNHAGEN, Adolpho, “Primeiro Juízo submetido ao Instituto Histórico e Geographico Brasileiro pelo seu sócio Francisco Adolpho de Varnhagen, acerca do Compendio da Historia do Brasil pelo Sr. José Ignácio de Abreu e Lima”, in *RIHGB*, tomo VI, 1843.

## Referências

ABRAMSON, Pierre-Luc. *Las utopías sociales en América Latina en el siglo XIX*. México: Fondo de Cultura Económica, 1999.

AGUIRRE ROJAS, Carlos. Antonio. *Uma história dos Annales (1921 – 2001)*. Maringá: Eduem, 2004.

ALDUNATE, Arturo Fontaine, “Andrés Bello, Formador de opinión pública”, in *Estudios Públicos*, nº. 8, 1982.

ALTAMIRANO, Carlos (Dir.). *Historia de los intelectuales en América Latina. I. La ciudad letrada, de la conquista al modernismo*. Buenos Aires: Katz Editores, 2008.

ÁLVAREZ ARREGUI, Federico, “El debate del Nuevo Mundo”, in: PIZARRO, Ana (org.). *América Latina: palavra, literatura e cultura. vol. 2, Emancipação do Discurso*. São Paulo: Memorial; Campinas: Unicamp, 1994.

ALVES, Gilberto Luiz. *O Pensamento Burguês no Seminário de Olinda: 1800-1836*. Campo Grande: Editora UFMS, 2001.

AMUNÁTEGUI, Miguel Luis. *Vida de don Andrés Bello*. Santiago de Chile: Impreso por Pedro G. Ramirez, 1882.

ANDERSON, Benedict. *Comunidades Imaginadas*. São Paulo: Cia da Letra, 2008.

ANNINO, Antonio, “Las ocultas paradojas del V Centenario”, in PLASENCIA DE LA PARRA, Enrique (org.). *La invención del Quinto Centenario*. México: INAH, 1996.

APONTE, Isaías García. *Andrés Bello. Contribución al estudio de la historia de las ideas en América*. Panamá: Universidad de Panamá, 1964.

ARDAO, Arturo. *América Latina y la latinidad*. México: Universidad Nacional Autónoma de México, 1993.

ARNOUX, Elvira Navaja de. *Los discursos sobre la nación y el lenguaje en la formación del estado (Chile, 1842 – 1862). Estudio glotopolítico*. Buenos Aires: Santiago Arcos editor, 2008.

\_\_\_\_\_ “Discurso pedagógico y discurso político en la construcción del objeto Nación Chilena. *El Manual de Historia de Chile* de Vicente Fidel López, 1845”, in *Cuadernos Recienvenido*. São Paulo: Universidade de São Paulo, nº. 25, 2010. Disponível em: <<http://dml.fflch.usp.br/sites/dml.fflch.usp.br/files/00%20Recienvenido%2022.pdf>> (acessado em 27/12/2012).

AZPÚRUA, Ramón. *Biografía de hombres notables de Hispano América*. Caracas, 1877.

BALÁN, Jorge, “Una cuestión regional en la Argentina: burguesías provinciales y el mercado nacional en el desarrollo agroexportador”, in *Desarrollo Económico* 69, 1978.

\_\_\_\_\_ “Urbanización regional y producción agraria en Argentina: Un análisis comparativo”, in *Estudios del CEDES*, vol. 2 nº. 2, 1979.

BARBOSA, Januário da Cunha, “Discurso”, in *Revista do Instituto Historico e Geographico do Brazil*. Tomo I, 3ª Ed., Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, [1839] 1908.

BARMAN, Roderick J. *Brazil: The Forging of a Nation, 1798-1852*. Stanford University Press, 1988.

BARROS, José D'Assunção, "História Comparada - da contribuição de Marc Bloch à constituição de um moderno campo disciplinar", in *História Social* (Revista da Unicamp), vol.13, 2007.

BASILE, Marcelo, “O laboratório da nação: a era regencial (1831-1848)”, in GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo. *O Brasil Imperial. Vol. 2: 1831-1870*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

BEIRED, José Luís Bendicho, “Tocqueville, Sarmiento e Alberdi: três visões sobre a democracia nas Américas”, *História*, São Paulo, vol. 22, nº. 2, 2003. Disponível em [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-90742003000200004&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-90742003000200004&lng=pt&nrm=iso) (acessado em 07/01/2013).

\_\_\_\_\_. *Sob o signo da nova ordem*. São Paulo: Edições Loyola, 1999.

BENTO, Cláudio Moreira, “Abreu e Lima, o brasileiro que foi general de Simon Bolívar – Traços de seu perfil militar”, in *Revista a Defesa Nacional*, nº. 725, mai/jun 1986.

BETHELL, Leslie; CARVALHO, José Murilo de. “O Brasil da Independência a meados do século XIX”, in BETHELL, Leslie (org). *História da América Latina: Da independência a 1870*. Volume III, São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 2001.

BITTENCOURT, Feijó. *Os Fundadores*. Rio de Janeiro: Instituto Histórico, Imprensa Nacional, 1938.

BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. *Diccionario Bibliographico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 4º Vol., [1895] 1970.

BLOCH, Marc, “Pour une histoire comparée des sociétés européennes”, in *Mélanges historiques*, vol. 1, Paris: S.E.V.P.E.N., 1963.

BOAS, Franz. *Antropologia Cultural*. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

BOCAZ, Luís. *Andrés Bello, una biografía cultural*. Santafé de Bogotá: Convenio Andrés Bello, 2000.

BOHOSLAVSKY, Ernesto; ORELLANA, Milton Godoy, “Ideas para la historiografía de la política y el Estado en Argentina y Chile, 1840-1930”, in *Polis* [On-line], 19 / 2008, Disponível em: <<http://polis.revues.org/3827>; DOI: 10.4000/polis.3827> (acessado em 02/12/2012).

BONAUDO, Marta; REGUERA, Andrea; ZEBERIO, Blanca (Coords.). *Las Escalas de la Historia comparada. T. I. Dinámicas sociales, poderes políticos y sistemas jurídicos*. Buenos Aires: Miño y Dávila Editora, 2008.

BONFIM, Manuel. *O Brasil na América. Caracterização da Formação Brasileira*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997.

BOSI, Alfredo, “Cultura”, in CARVALHO, José Murilo de (coord.). *A construção nacional 1830-1889*. Volume 2. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.

BOTELHO, Tarsício Rodrigues, “População e espaço nacional no Brasil do século XIX”, in *Cadernos de história*, Belo Horizonte: Editora PUC-Minas, vol. 7, nº. 8, 2005.

BOURDIEU, Pierre. *Coisas ditas*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1990.

BRUIT, Héctor, “A invenção da América Latina”, in ANPHLAC. *Anais Eletrônicos do V Encontro da ANPHLAC*. Belo Horizonte, 2000. Disponível em: [http://anphlac.org/upload/anais/encontro5/hector\\_bruit.pdf](http://anphlac.org/upload/anais/encontro5/hector_bruit.pdf) (acessado em 04/12/2012).

BRUNI, Sérgio. *O mui desassossegado Senhor General: a vida de José Inácio de Abreu e Lima*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

BUARQUE DE HOLANDA, Sérgio. *História geral da civilização brasileira. O Brasil monárquico*. Tomo II, 2º volume, 4ª edição. Rio de Janeiro – São Paulo: Difel, 1978.

\_\_\_\_\_. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

\_\_\_\_\_. *Visão do Paraíso. Os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

BUCHBINDER, Pablo. *Historia de las universidades argentinas*. Buenos Aires: Sudamérica, 2010.

BURKE, Peter. *A escola dos Annales (1929 – 1989): a Revolução francesa da historiografia*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997.

\_\_\_\_\_. *História e teoria social*. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

BUSHNELL, David, "A Independência da América do Sul Espanhola", in BETHELL, Leslie (org). *História da América Latina. Da Independência a 1870*. Volume III, São Paulo: Universidade de São Paulo, 2001.

BUSTAMANTE, Regina; THEML, Neyde, “História Comparada: olhares plurais”, in *Revista de História Comparada*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, vol. 1, nº. 1, jun/2007. Disponível em: <[http://www.hcomparada.ifcs.ufrrj.br/revistahc/artigos/volume001\\_Num001\\_artigo003.pdf](http://www.hcomparada.ifcs.ufrrj.br/revistahc/artigos/volume001_Num001_artigo003.pdf)> (acessado em 10/08/2010).

CACURI, Vicente P. *Alberdi*. Buenos Aires, 1910.

CALDERA, Rafael. *Andrés Bello*. Caracas: Editorial Dimensiones, [1935] 1981.

CAPELATO, Maria Helena. *Multidões em cena: propaganda política no varguismo e no peronismo*. Campinas: Papyrus, 1998.

CARBONARI, Rosa María, “De como explicar la región sin perderse en el intento. Repasando y repensando la Historia Regional”. *História UNISINOS*, vol. 13, nº 1, jan-abr. 2009. Disponível em: [http://www.unisinos.br/publicacoes\\_cientificas/images/stories/Publicacoes/historiav13n1/19a34\\_art02\\_carbonari.pdf](http://www.unisinos.br/publicacoes_cientificas/images/stories/Publicacoes/historiav13n1/19a34_art02_carbonari.pdf) . Acessado em 30/11/2012 (acessado em 03/09/2012).

CARDOSO, C. F. S. & PÉREZ BRINGNOLI, H. *Os métodos da História; uma introdução aos problemas, métodos e técnicas da história demográfica, econômica e social*. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

CARMONA, Carmen Balart; SIEWIERSKI, Henryk (orgs.). *Heranças e desafios na América Latina: Brasil-Chile*. Brasília: Universidade de Brasília, Oficina Editorial do Instituto de Letras: Plano Editora, 2003.

CARVALHO, Gilberto Vilar de. *A liderança do clero nas revoluções republicanas (1817-1824)*. Petrópolis: Vozes, 1979.

CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro de sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

\_\_\_\_\_ (coord.). *A construção nacional 1830-1889*. Volume 2. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.

CASTRO, Celso (org.). *Evolucionismo Cultural – textos de Morgan, Tylor e Frazer*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.

CAVIERE FIGUEROA, Eduardo; ALJOVÍN DE LOSADA, Cristóbal (eds.). *Chile-Perú. Perú-Chile. 1820-1920. Desarrollos políticos, económicos y culturales*. Valparaíso: Ediciones Universidad Católica de Valparaíso, 2005.

CERUTTI, Mario, "Contribuciones recientes y relevancia de la investigación regional sobre la segunda parte del siglo XIX en México", in *Boletín Americanista*, nº. 37, 1985.

\_\_\_\_\_ "El gran norte oriental y la formación del mercado nacional en México a finales del siglo XIX", in *Revista de Historia*, nº. 4, 1987.

CHACON, Vamireh. *História das Idéias Socialistas no Brasil*. Rio de Janeiro, 1965.

\_\_\_\_\_ *Abreu e Lima: general de Bolívar*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

\_\_\_\_\_ *Da Confederação do Equador à Grã-Colômbia (1796 – 1830): escritos políticos e manifestos de Mundrucu*. Brasília: Senado Federal, 1983.

CHAKRABARTY, Dipesh. *Provincializing Europe. Postcolonial thought and historical difference*. Princeton: Princeton University Press, 2000.

CHAMBERLAIN, Robert, "Simpson's The Encomienda in New Spain and Recent Encomienda Studies". *HAHR*, XXXIV, may, 1954.

CHAMI, Pablo A. *Nación, identidad e independencia en Mitre, Levene y Chiaramonte*. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2008.

CHARTIER, Roger, "Uma crise da História? A História entre narração e conhecimento", in PESAVENTO, Sandra J. *História e História Cultural*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

\_\_\_\_\_ *A História Cultural: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

CHIARAMONTE, José Carlos. *Nación y Estado en Iberoamérica*. Buenos Aires: Editorial sudamericana, 2004.

CICERÓN, Marco Tulio. *Filípicas*. Barcelona, Planeta, 1994, pp. 158-159. Disponível em: <http://historiantigua.cl/wp-content/uploads/2011/07/Cicero-Marco-Tulio-Filipicas-bilingue.pdf> (acessado em 08/03/2013).

CID, Gabriel; DUJISIN, Isabel Torres, “Conceptualizar la identidad: *patria y nación* en el vocabulario chileno del siglo XIX”, pp. 23-51, in CID, Gabriel; FRANCISCO, Alejandro San (edit.). *Nación y Nacionalismo en Chile: Siglo XIX*. Vol. 1, Santiago: Centro de Estudios Bicentenario, 2009.

COLLIER, Simon, “O Chile da Independência à Guerra do Pacífico”, in BETHELL, Leslie (org). *História da América Latina: Da independência a 1870*. Volume III, São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 2001.

COLLIER, Simon; SASTER, Willian F. *Historia de Chile, 1808 – 1994*. Cambridge University Press, 1998.

COLMENARES, Germán. *Las convenciones contra la cultura: ensayos sobre la historiografía latinoamericana del siglo XIX*. Medellín: La Carreta Editores, 2008.

CÓRDOBA, Alberto. *Los escritos de Alberdi ¿fueron publicados con oposición a sus últimos deseos?* Buenos Aires: Teoría, 1966.

COUTINHO, Afrânio, “Os problemas da nacionalidade e originalidade da Literatura Brasileira”, in *Revista Iberoamericana* vol. XXXIV, nº. 65, janeiro-abril 1968.

COUYOUMDIAN, Ricardo. *Chile. Crisis imperial e independencia*. Tomo I, Madri: Fundación MAPFRE, 2011.

CUARÓN, Beatriz Garza, “Identidade, lengua y literatura, 1820-1870”, in VÁZQUEZ, Josefina Z. (coord.). *Historia general de América Latina. La construcción de las naciones latinoamericanas, 1820-1870*. Tomo VI, Espanha: Editorial Trotta, 2003.

CURIONI, Rosana T.; ALVARENGA, Bazilio de; ROSSINI, Elton F., “A Constituição Imperial de 1824: Uma breve análise dos aspectos sociais, políticos, econômicos jurídicos”, in *Araucaria. Revista Iberoamericana de Filosofía, Política y Humanidades*, ano 13, nº. 26. Segundo semestre de 2011. Disponível em: <[http://institucional.us.es/araucaria/nro26/monogr26\\_3.pdf](http://institucional.us.es/araucaria/nro26/monogr26_3.pdf)> (acessado em 20/0/2013).

DEVOTO, Fernando J., “A história e as ciências sociais na profissionalização da historiografia argentina”. *Tempo Social*, São Paulo, vol. 21, nº. 2, 2009. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-20702009000200006> (acessado em 05/11/2011).

DI MEGLIO, Gabriel, “Patria”, in GOLDMAN, Noemí (coord.). *Lenguaje y Revolución: conceptos políticos clave en el Río de la Plata, 1780-1850*. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2008.

DIEHL, Astor Antônio. *A cultura historiográfica brasileira: do IHGB aos anos 1930*. Passo Fundo: Ediupf, 1998.

\_\_\_\_\_ *Cultura historiográfica: memória, identidade e representação*. São Paulo: Edusc, 2002.

DURKHEIM, Émile. *As regras do Método sociológico*. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

ELIAS, Norbert. *O Processo Civilizador*. Vol. 2, Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

ENRIQUEZ, Lucrecia, “Da monarquia à república: o Chile na América (primeira metade do século XIX)”, in PAMPLONA, Marcos; STUVEN, Ana Maria (orgs). *Estado e nação no Brasil e no Chile ao longo do século XIX*. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

EJANIAN, Alejandro C., “Crítica y poder en los orígenes de la historiografía argentina”, in CANCINO TRANCOSO, Hugo & SIERRA, Carmen de. *Ideas, cultura e historia en la creación intelectual latinoamericana, siglos XIX y XX*. Quito. Abya-Ayala, 1998. Disponível em:

<<http://repository.unm.edu/bitstream/handle/1928/11759/Ideas%20cultura%20e%20historia%20en%20la%20creaci%C3%B3n.pdf?sequence=1>> (acessado em 05/09/2011).

EYZAGUIRRE, Jaime. *Historia de las instituciones políticas y sociales en Chile*. Santiago de Chile: Universitaria, [1967] 2011.

EZCURRA, Mara Polgovsky, “La historia intelectual latinoamericana en la era del ‘giro lingüístico’”, in *Nuevo Mundo, Mundos Nuevos*. Disponível em: <<http://nuevomundo.revues.org/60207>> (acessado em 02/11/2012).

FALCON, Francisco, “História e poder”, in: CARDOSO, Ciro Flamarion, & VAINFAS, Ronaldo. *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

FAUSTO, Bóris; DEVOTO, Fernando. *Brasil e Argentina. Um ensaio de história comparada (1852 – 2002)*. São Paulo: Editora 34, 2004.

FAVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. *Universidade do Brasil: das origens à construção*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2010.

FERNANDEZ, Sandra, “El revés de la trama. Contexto y problemas en torno a la historia regional y local”, in BANDIERI, Susana, BLANCO, Graciela y BLANCO Mónica (Coord). *Las Escalas de la Historia Comparada. Tomo 2: Empresas y empresarios. La cuestión regional*. Buenos Aires: Miño y Dávila, 2008.

FILHO, Andrade Lima & PEREIRA, Nilo. *O Bispo e o General*. Recife: Editora Universitária, 1975.

FRAPICCINI, Alina Marcela Marta, “Revista Desarrollo Económico: Economía, Sociedad e Historia, tres ejes para tres décadas de historiografía argentina”, in ALMEIDA, Jaime de. *Caminhos da História da América no Brasil. Tendências e contornos de um campo historiográfico*. Brasília: ANPHLAC, 1998.

FRENCH, John; MORNER, Magnus; VIÑUELA, Julia Fawaz de, “Comparative Approaches to Latin American History”, in *Latin American Research Review*, vol. 17, nº. 2, 1982.

FREYRE, Gilberto. *Um engenheiro francês no Brasil*. 2ª ed., Rio de Janeiro, 1960.

GANDÍA, Enrique de. *Historia política de Argentina: Época de Rosas. Primera Parte*. Buenos Aires: Claridad, 1994.

GASPARELLO, Arlete Medeiros, “Historiografia didática e pesquisa no ensino de História”, in *X Encontro Regional de História – ANPUH. História e Biografias*. Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2002. Disponível em: [http://www.rj.anpuh.org/conteudo/view?ID\\_CONTEUDO=312](http://www.rj.anpuh.org/conteudo/view?ID_CONTEUDO=312) (acessado em 10/11/2012).

GAZMURI, Cristián R. *La historiografía chilena (1842-1970)*. Tomo I. Santiago de Chile: Centro de investigaciones Diego Barros Arana, 2006.

\_\_\_\_\_ “Influencias sobre la historiografía chilena: 1842-1970”, in MUSSY, Luís G. de (Editor). *Balance historiográfico chileno. El orden del discurso y el giro crítico actual*. Santiago: Ediciones Universidad Finis Terrae, 2007.

GEERTZ, Clifford. *O saber local. Ensaio de antropologia interpretativa*. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

\_\_\_\_\_ *Negara: o estado teatro no século XIX*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1991.

GELLNER, Ernest. *Nations and Nationalism*. Nova York: Cornell University Press, 1983.

GERBI, Antonello. *O Novo Mundo. História de uma polêmica (1750-1900)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

GOLDMAN, Noemí (coord.). *Nueva Historia argentina. Revolución, República, Confederación (1806-1852)*. Tomo III, Buenos Aires: Editora Sudamericana, 1998.

\_\_\_\_\_ *Lenguaje y Revolución: conceptos políticos clave en el Río de la Plata, 1780-1850*. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2008.

GONGORA, Mario. *Ensayo histórico sobre la noción de Estado en Chile en los siglos XIX y XX*. Santiago: Editora Universitária, 13ª edição, 2003.

\_\_\_\_\_ *Ensayo histórico sobre la noción de Estado en Chile en los siglos XIX y XX*. Santiago de Chile: Editorial Universitaria, [1986] 2010.

GRAHAM, Richard, “Construindo uma nação no Brasil do século XIX: visões novas e antigas sobre classe, cultura e Estado”, in *Revista Diálogos*, v. 1, nº 5, 2001. Disponível em: [http://www.dhi.uem.br/publicacoesdhi/dialogos/volume01/vol5\\_mesa1.html#\\_ednref38](http://www.dhi.uem.br/publicacoesdhi/dialogos/volume01/vol5_mesa1.html#_ednref38) (acessado em 22/01/2013).

GREGOLIN, Maria do Rosário; BARONAS, Roberto (orgs.). *Análise do Discurso: as materialidades do sentido*. São Carlos, SP: Claraluz, 2001.

GREW, Raymond, “The case for comparing histories”, in *The American Historical Review*. vol. 85, nº. 4, 1980.

GRUZINSKI, Serge, “Les mondes mêlés de la Monarchie catholique et autres ‘connected histories’”, in *Annales HSS*, nº. 1, janvier-février 2001.



GUERRA, François-Xavier. *Modernidad e independencias. Ensayos sobre las revoluciones hispánicas*. Madri: Editorial Mapfre, 1992. Disponível em: <<http://rodrigomorenog.files.wordpress.com/2012/01/guerra-modernidad-e-independencias-1992.pdf>> (acessado em 1/03/2013).

\_\_\_\_\_. *Modernidad e independencias. Ensayos sobre las revoluciones hispánicas*. México: Fondo de Cultura Económica, Editorial Mapfre, 1993.

GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal, “Debaixo da Imediata proteção de Sua Majestade: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889)”, in *RIHGB*, Rio de Janeiro, 156 (388): jul.set, 1995.

GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal; PRADO, Maria Emília (orgs.). *O liberalismo no Brasil Imperial: origens, conceitos e práticas*. Rio de Janeiro: Revan, UERJ, 2001.

GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado, “Nação e Civilização nos Trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional”, in *Estudos Históricos 1. Caminhos da Historiografia*. Rio de Janeiro: Vértice, 1988.

HALPERÍN DONGHI, Tulio. *Proyecto y construcción de una Nación: 1846-1880*. Buenos Aires: Emecé Editores, 2007.

\_\_\_\_\_. “A economia e a sociedade na América espanhola do pós-independência”, in BETHELL, Leslie (org). *História da América Latina: Da independência a 1870*. Volume III, São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 2001.

HARTOG, François. *Os antigos, o passado e o presente*. GUIMARÃES, José Otávio (org.). Brasília: Universidade de Brasília, 2003.

HAUPT, H. G., “O lento surgimento de uma História Comparada”, in BOURTIER, J; JULIA, D. (orgs.), *Passados recompostos; campos e canteiros da História*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/ Editora FGV, 1998.

HEINZ, Flávio (org.). *Experiências nacionais, temas transversais: subsídios para uma história comparada da América Latina*. São Leopoldo: Oikos, 2009.

HERODOTO. *História*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1988.

HINTZE, Otto, “The Formation of States and Constitutional Development”, in GILBER, Felix (ed.), *The Historical Essays of Otto Hintze*. New York: Oxford University Press Huntington, 1984.

HOBSBAWN, Eric J. *The Age of Revolution 1789-1848*. Nova Iorque: Vintage Books, 1996.

\_\_\_\_\_. *Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

\_\_\_\_\_. *A era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

\_\_\_\_\_ *A era do capital, 1848-1875*. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1996.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *História geral da civilização brasileira. O Brasil monárquico*. Tomo II, 2º volume, 1978.

HUNT, Lynn. *A Nova História Cultural*. São Paulo, Martins Fontes, 1992.

IGLÉSIAS, Francisco. *Os historiadores do Brasil: capítulos de historiografia brasileira*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Belo Horizonte: UFMG, IPEA, 2000.

JAKSIC, Iván A. *Andrés Bello: La pasión por el orden*. Santiago de Chile: Universitaria, 2010.

JENKINS, Keith. *A História repensada*. São Paulo: Contexto, 2005.

JOCELYN-HOLT LETELIER, Alfredo. *La independencia de Chile. Tradición, modernización y mito*. Madri: Editorial MAPFRE, 1992.

KARNAL, Leandro. *História na sala de aula: conceitos, práticas e propostas*. São Paulo: Contexto, 2003.

KNIGHT, Alan, “Pueblo, política y nación, siglos XIX y XX”, in URÁN, Víctor Manuel Uribe; MESA, Luís Javier Ortiz (orgs). *Naciones, gentes y territorios. Ensayos de historia e historiografía comparada de América Latina y el Caribe*. Medellín: Editorial Universidad de Antioquia. Universidad Nacional de Colombia, 2000.

KÖNIG, Hans-Joachim, “Nacionalismo: un problema específico de la investigación histórica de procesos de desarrollo”, in URÁN, Víctor Manuel Uribe y MESA, Luís Javier Ortiz (orgs). *Naciones, gentes y territorios. Ensayos de historia e historiografía comparada de América Latina y el Caribe*. Medellín: Editorial Universidad de Antioquia; Universidad Nacional de Colombia, 2000.

KOSELLECK, Reinhart. *Future Past. On the semantics of historical time*. Cambridge: Cambridge University Press, 1985.

KREBS, Ricardo, “Orígenes de la conciencia nacional chilena”, in GABRIEL, Cid; SAN FRANCISCO, Alejandro. *Nación y Nacionalismo en Chile. Siglo XIX*. Vol. 2, Santiago: Ediciones Centro de Estudios Bicentenario, 2009.

LAMPÉRIE, Annick, “Partidos políticos e nação na América hispânica: uma história ou uma historiografia comum?”, in CARVALHO, José M. de; NEVES, Lúcia Maria B. P. de (orgs). *Repensando o Brasil do Oitocentos: cidadania, política e liberdade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

LEITE, George de Cerqueira (org.). *Região e nação na América Latina*. Brasília: Editora Universidade de Brasília; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2000.

LISBOA, Karen Macknow, “Olhares estrangeiros sobre o Brasil do século XIX”, in MOTA, C. Guilherme. (org). *A viagem incompleta: a experiência brasileira (1500-2000)*. São Paulo: Senac, 2000.

LOIS, Élida, “Autobiografía y autoficción en la escritura del último Alberdi”, in *Aletria: Revista de estudos de Literatura. Imagens do escritor*. Vol. 20, nº. 2, maio-agosto, 2010. Disponível em:

<[http://www.letras.ufmg.br/poslit/08\\_publicacoes\\_pgs/Aletria%2020/n%202/01-Elida%20Lois.pdf](http://www.letras.ufmg.br/poslit/08_publicacoes_pgs/Aletria%2020/n%202/01-Elida%20Lois.pdf)> (acessado em 13/08/2012).

LYNCH, John, “As Repúblicas do Prata da Independência à Guerra do Paraguai”, in BETHELL, Leslie (org). *História da América Latina: Da independência a 1870*. Volume III, São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 2001.

\_\_\_\_\_. *Las Revoluciones Hispanoamericanas, 1808-1826*. Barcelona: Editorial Ariel, 1989.

MCGEE, Sandra. *Las derechas: The Extreme Right in Argentina, Brazil and Chile, 1890-1939*. Stanford; Stanford University Press, 1999.

MADERO, Roberto. *La historiografía entre la república y la nación: el caso de Vicente Fidel López*. Buenos Aires: Catálogos, 2005.

MAGNOLI, Demétrio. *O corpo da pátria: imaginação geográfica e política externa no Brasil (1808-1912)*. São Paulo: Moderna, 1997.

MAIER, Charles S., “La historia comparada”, in *Studia Historica – Historia Contemporánea*, vol. 10-11, 1992-93.

MALERBA, Jurandir. *A história na América Latina. Ensaio de crítica historiográfica*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

MARIÁTEGUI, José Carlos. *Siete Ensayos de interpretación de la realidad*. Venezuela: Biblioteca Ayacucho, 2007.

MARTINEZ, Manuel Ortuño, “Hispanoamericanos em Londres a comienzos Del siglo XIX”, in *Espacio, Tiempo Y Forma*, Serie V, Historia Contemporánea, 1999. Disponível em: <<http://e-spacio.uned.es/fez/eserv.php?pid=bibliuned:ETFSerie5-89422461-1D7E-AA9B-4F8D-5F44A5ABCDD0&dsID=Documento.pdf>> (acessado em 08/01/2013).

MARTINS, Maria C. Bohm, “A história regional e a historiografia Argentina: entrevista com Susana Bandieri”, in *Historia Unisinos*, 12(1), Janeiro/Abril, 2009.

MARTINS, Wilson. *História da Inteligência Brasileira*. São Paulo, 3ª ed., vol. II, 2001.

MARTINS, Antônio Carlos Pereira, “Ensino superior no Brasil: da descoberta aos dias atuais”, São Paulo: *Acta Cir. Bras.*, vol. 17, supl. 3, 2002.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich; SCORON, Pedro (org.). *Contribuição para uma História da América Latina*. São Paulo: Edições Populares, 1982.

MARX, Karl. *O 18 Brumário e Cartas a Kugelmann*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

\_\_\_\_\_ *Simón Bolívar por Karl Marx*. Tradutora Vera Ribeiro. São Paulo: Martins, 2008.

MAURO, Frédéric, “México y Brasil: dos economías coloniales comparadas”, in *História Mexicana*, X, n.º. 40, 1954.

MAYER, Jorge. *Alberdi y su tiempo*. Buenos Aires: Abeledo-Perrot, 1973.

MENDES, José Sacchetta Ramos, “Lei e etnicidade no Brasil: entre a lusofobia e o favorecimento jurídico dos portugueses”, in *Cienc. Cult.*, São Paulo, vol. 61, n.º. 2, 2009. Disponível em: [O texto está aqui: <http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0009-67252009000200022>](http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252009000200022) (acessado em 20/03/2013).

MENDIBLE ZURITA, Alejandro, “El brasileño Abreu E Lima: su vigencia como General de Bolívar”, *TF*, Caracas, vol. 24, n.º. 94, abr. 2006. Disponível em: [http://www2.scielo.org.ve/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0798-29682006000200007&lng=es&nrm=iso](http://www2.scielo.org.ve/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0798-29682006000200007&lng=es&nrm=iso) (acessado em 11/03/2013).

MONTENEGRO, J. Arturo, “Carta Importante”, in *Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano*, n.º. 48-50, janeiro, Recife, 1896.

MOREL, Marcos, “Restaurar, Fracionar e Regenerar a nação: o Partido Caramuru nos anos 30”, in JANCSÓ, István (org.). *Brasil: Formação do Estado e da Nação*. São Paulo: Hucitec; Ed. Unijuí; Fapesp, 2003.

MORSE, Richard M. *O espelho de Próspero: culturas e idéias nas Américas*. São Paulo: companhia das Letras, 1988.

MOSCOVICI, Serge. *Representações Sociais: Investigações em Psicologia Social*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

MOTA, Carlos Guilherme. *Viagem incompleta. A experiência brasileira (1500 – 2000)*. São Paulo: SENAC, 2000.

\_\_\_\_\_ *A ideia de revolução no Brasil e outras ideias*. São Paulo: Globo, 2008.

MUSSY, Luís G. de (Editor). *Balance historiográfico chileno. El orden del discurso y el giro crítico actual*. Santiago: Ediciones Universidad Finis Terrae, 2007.

MYERS, Jorge, “A revolução de independência no Rio da Prata e as origens da nacionalidade argentina (1806-1825)”, in MADER, Maria Elisa; PAMPLONA, Marco A. (orgs), *Revoluções de independência e nacionalismos nas Américas: Região do Prata e Chile*. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

*Nictheroy: Revista Brasiliense. Ciências, Letras e Artes*. Tomo I, n.º 1, Paris: Dauvin ET Fontaine, Libraires, 1836.

NÚÑEZ, Francisco, “El concepto de Vecino/Ciudadano en Perú”, *Araucaria. Revista Iberoamericana de Filosofía, Política y Humanidades*. Ano 9, n.º. 17, 1º semestre, 2007.

Disponível em: <[http://institucional.us.es/araucaria/nro17/monogr17\\_11.htm](http://institucional.us.es/araucaria/nro17/monogr17_11.htm)> (acessado em 05/03/2013).

OCAMPO LONDOÑO, Alfonso, “Andrés Bello, educador”, *Thesaurus*, Tomo XXXVII. N.º. 2, maio-agosto, 1982.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. *As formas do silêncio. No movimento dos sentidos*. 5ª ed., Campinas: Ed. da UNICAMP, 2002.

\_\_\_\_\_. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. Campinas, SP: Pontes, 2003.

OVIEDO, José Miguel. *Historia de la literatura hispanoamericana. 2 Del Romanticismo al Modernismo*. Madri: Alianza Editorial, 2007.

OZLAK, Oscar. *La formación del Estado argentino*. Buenos Aires: Emecé, 2009.

PAGLIAI, Lucila (org.), “Escribir la pasión desde el intelecto”, in ALBERDI, Juan. B. *La gran polémica nacional. Juan Bautista Alberdi y Domingo F. Sarmiento*. Buenos Aires: Leviatán, 2005.

PALLARES-BURKE, Maria Lúcia Garcia. *As muitas faces da história. Nove entrevistas*. São Paulo: UNESP, 2000.

PAMPLONA, Marco Antonio; DOYLE, Don H. (Orgs). *Nacionalismo no Novo Mundo*. Rio de Janeiro: Record, 2008.

\_\_\_\_\_; STUVEN, Ana Maria (Orgs.). *Estado y Nación en Chile y Brasil en siglo XIX*. Santiago: Ediciones Universidad Católica de Chile, 2010.

\_\_\_\_\_. *Estado e Nação no Brasil e no Chile ao Longo do século XIX*. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

PAREDES, Daniel Alfredo. *Juan Bautista Alberdi y la Unidad Nacional: a 200 años de su nacimiento 1810- 2010*. Buenos Aires: Dirección General Patrimonio e Instituto Histórico, 2010.

PELLIZA, Mariano. A. *Alberdi, su vida y sus escritos*. Buenos Aires: Imprenta y Librería de Mayo, 1874.

PERAZZI, Pablo, “Ciencia, cultura y nación: la recepción del darwinismo en la Argentina decimonónica”. *Nuevo Mundo Mundos Nuevos*. Disponível em: <<http://nuevomundo.revues.org/61993>> (acessado em 02/12/2012).

PEREIRA DA COSTA, F. A. *Dicionário biográfico de Pernambucanos célebres*. [Fac-símile da edição de 1882] Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1981.

PHELAN, L. John, “El origen de la Idea de Latinoamérica”, in ZEA, Leopoldo (comp.) *Ideas en torno de Latinoameirca*. México: Universidad Nacional Autónoma de México, 1986.

PIERENKEMPER, Toni. *La industrialización en el siglo XIX. Revoluciones a debate*. Madrid: Siglo XXI de España Editores, 2001.

PIGNA, Felipe (coord.). ALBERDI, Juan, Bautista / *Cartas Quillotanas*. SARMIENTO, Domingo Faustino / *Las ciento y unas*. Buenos Aires: Emecé, 2011.

PIMENTA, João Paulo Garrido Pimenta, “Portugueses, americanos, brasileiros: identidades políticas na crise do Antigo Regime luso-americano”, in *Almanack brasiliense*, São Paulo, nº. 03, maio 2006. Disponível em: <[http://www.almanack.usp.br/neste\\_numero/n01/index.asp?tipo=artigos&edicao=3&conteudo=126](http://www.almanack.usp.br/neste_numero/n01/index.asp?tipo=artigos&edicao=3&conteudo=126)> (acessado em 20/08/2006).

\_\_\_\_\_. “História dos conceitos e história comparada: elementos para um debate”, in *Almanack brasiliense*. São Paulo, nº. 07, maio 2008. <[http://www.revistasusp.sibi.usp.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1808-81392008000100003&lng=pt&nrm=iso](http://www.revistasusp.sibi.usp.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-81392008000100003&lng=pt&nrm=iso)> (acessado em 21/11/2011).

PINTO, Estevão. *O general Abreu e Lima*. Recife, 1949.

PINTO, Simone Rodrigues, “O pensamento social e político Latino-Americano: etapas de seu desenvolvimento”, in *Sociedade e Estado*. Brasília, v. 27, nº. 2, 2012. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-69922012000200007&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922012000200007&lng=en&nrm=iso)>. (acessado em 03/12/2012).

PRADO, Maria Ligia Coelho. *América Latina no Século XIX: Tramas, Telas e Textos*. São Paulo, Editora Universidade de São Paulo, 2004.

\_\_\_\_\_. “Repensando a história comparada da América Latina”, in *Revista de História*, nº. 153, 2º, 2005.

PUIGGRÓS, Adriana, “Andrés Bello, o humanista latino-americano”, in STRECK, Danilo R. (org.). *Fontes da pedagogia latino-americana: uma antologia*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.

PURDY, Sean, “A História Comparada e o desafio da transnacionalidade”, in *Revista de História Comparada*. Rio de Janeiro: Programa de Pós-graduação em História Comparada/UFRJ, ano 6, vol. 6, nº. 1. 2012.

QUESADA, María Sáenz. *La Argentina. Historia del país y de su gente*. Tomo I Buenos Aires: Delbosillo, 2006.

QUIJADA, Monica, “Sobre el origen y difusión del nombre ‘América Latina’ (o una variación heterodoxa en torno al tema de la construcción social de la verdad)”, in *Revista de Indias*, vol. LVIII, nº. 214, 1998. Disponível em: <[http://digital.csic.es/bitstream/10261/9354/1/Monica\\_Quijada\\_Sobre\\_el\\_nombre\\_America\\_Latina1998%5B1%5D.pdf](http://digital.csic.es/bitstream/10261/9354/1/Monica_Quijada_Sobre_el_nombre_America_Latina1998%5B1%5D.pdf)> (acessado em 27/12/2012).

QUINTAS, Amaro. *O sentido social da Revolução Praieira*. Recife: Massangana, 1982.

QUIRÓS, Pilar González Bernardo de. *Civilidad y política en los orígenes de la Nación Argentina: las sociabilidades en Buenos Aires, 1829-1862*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económico, 2008.

RAJAGOPALAN, Knavillil, “A construção de identidades e a política de representação”, in FERREIRA, L & ORRICO, E, G, D. (orgs.). *Linguagem, Identidade e Memória Social – novas articulações, novas fronteiras*. Rio de Janeiro: DP & A, 2002.

RAMOS, José (org.), “Andrés Bello: anotaciones para una poética del paraíso perdido”, in BELLO, Andrés. *Antología Esencial*. Caracas: Biblioteca Ayacucho, 2011.

RENAN, Ernest, “O que é uma nação?”, tradução e introdução de Renato Mello, in *Caligrama*. Belo Horizonte, n.º. 4, dez., 1999. Disponível em: <<http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&source=web&cd=5&ved=0CFAQFjAE&url=http%3A%2F%2Fwww.periodicos.letras.ufmg.br%2Findex.php%2Fcaligrama%2Farticle%2Fdownload%2F381%2F334&ei=vFsxUYPxL4ie8gT8xYGQDO&usg=AFQjCNHFTgdkd2SAeuT-I9E14qsB-sDM8A&bvm=bv.43148975,d.eWU>> (acessado em 01/03/2013).

\_\_\_\_\_. “Que é uma nação?”, tradução e introdução de Angela Alonso e Samuel Titan Jr., in *Plural*. Sociologia, São Paul: Universidade de São Paulo, n.º. 4, 1º semestre, 1997, pp. 154-175. Disponível em: <[http://www.fflch.usp.br/ds/plural/edicoes/04/traducao\\_1\\_Plural\\_4.pdf](http://www.fflch.usp.br/ds/plural/edicoes/04/traducao_1_Plural_4.pdf)> (acessado em 01/03/2013).

RICOEUR, Paul. *Rumo a uma hermenêutica histórica em tempo e narrativa*. São Paulo: Papirus, 1997.

RICUPERO, Bernardo. *O romantismo e a idéia de nação no Brasil (1830 – 1870)*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

RIVAS, Ricardo Alberto, “Abreu e Lima, Páez y la élite argentina”, in *Cuadernos CIHS*, ano 3 n.º. 4, *Universidad Nacional de La Plata*, 1998. Disponível em: <[http://www.memoria.fahce.unlp.edu.ar/art\\_revistas/pr.2714/pr.2714.pdf](http://www.memoria.fahce.unlp.edu.ar/art_revistas/pr.2714/pr.2714.pdf)> (acessado em 12/04/2011).

RODRIGUES, José Honório. *Teoria da História do Brasil – Introdução Metodologia*. 1969.

RODRIGUEZ, Jorge Pinto, “El orden, el progreso y los mapuches. Algunos dilemas del Estado”, in GABRIEL, Cid; SAN FRANCISCO, Alejandro. *Nación y Nacionalismo en Chile. Siglo XIX*. Vol. 2, Santiago: Ediciones Centro de Estudios Bicentenario, 2009.

ROMERO, José Luis. *Breve Historia de la Argentina*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2011.

\_\_\_\_\_. *Las ideas políticas en Argentina*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, [1956] 2010.

ROMERO, Sílvio. *Compêndio de história da literatura brasileira*. Rio de Janeiro: Imago Ed. 2001.

- \_\_\_\_\_. *História da Literatura Brasileira*, 5ª Ed., 5 vols., Rio de Janeiro, 1954.
- \_\_\_\_\_. *História da Literatura brasileira*. 5º volume, Rio de Janeiro: J. Olympio; Brasília, 1980.
- \_\_\_\_\_. *História da literatura brasileira*. Rio de Janeiro, vol. 24-A da coleção Documentos Brasileiros da livr. José Olympio Editora, tomo II e V, 7ª edição, 1980.
- RÜSEN, Jörn. *Reconstrução do passado*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2007.
- SAID, Edward W. *Orientalism*. New York: Pantheon, 1978.
- \_\_\_\_\_. *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- SALAZAR, Gabriel, “Historiografía chilena siglo XXI: transformación, responsabilidad, proyección”, in MUSSY, Luís G. de (Editor). *Balance historiográfico chileno. El orden del discurso y el giro crítico actual*. Santiago: Ediciones Universidad Finis Terrae, 2007.
- SANTOS, Afonso Carlos Marques dos, “Nação e história: Jules Michelet e o paradigma nacional na historiografia do século XIX”, in *Revista de história*. São Paulo, nº. 144, jul. 2001. Disponível em: <[http://www.revistasusp.sibi.usp.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0034-83092001000100005&lng=pt&nrm=iso](http://www.revistasusp.sibi.usp.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-83092001000100005&lng=pt&nrm=iso)>. (acessado em 09/11/2012).
- SANTOS, Eduardo; WEINBERG, Gregório (orgs). *Andrés Bello*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2010.
- SANTOS, Luís Cláudio V. *O Brasil entre a América e a Europa: o Império e o interamericanismo (do Congresso do Panamá à Conferência de Washington)*. São Paulo: Editora UNESP, 2004.
- SARMIENTO, Domingo, F. *Recuerdos de Provincia*. Caracas: Biblioteca Ayacucho, [1850] 1997.
- SAVIANI, Demerval. *História das ideias pedagógicas no Brasil*. Campinas: Autores Associados, 2011.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870 a 1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- SCHWARTZ, Stuart B., “‘Gente da terra brasileira da nasção’. Pensado o Brasil: a construção de um povo”, in MOTA, C. Guilherme. (org). *A viagem incompleta: a experiência brasileira (1500-2000)*. São Paulo: Senac, 2000.
- SEBASTIÁN, Javier Fernández (Director). *Diccionario político y social del mundo iberoamericano. La era de las revoluciones, 1750-1850, [Iberconceptos-I]*. Madrid: Fundación Carolina, 2009. Disponível em: <<http://www.iberconceptos.net/wp-content/uploads/2012/10/DPSMI-I-bloque-NACION.pdf>> (acessado em 20/02/2013).



SEGATO, Rita. L. *La Nación y sus otros: raza, etnicidad y diversidad religiosa en tiempos de políticas de la identidad*. Buenos Aires: Prometeo Livros, 2007.

SHUMWAY, Nicolas. *A Invenção da Argentina: História de uma ideia*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Brasília: Editora UnB, 2008.

SKIDMORE, Thomas, “Vargas e Perón: as dimensões econômicas do populismo no Brasil e na Argentina”, in *O Brasil visto de fora*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

\_\_\_\_\_ *Uma história do Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

SKINNER, Quentin, “Meaning and Understanding in the History of Ideas”, in *History and Theory* n°. 1, 1969.

SKOCPOL, Theda; SOMERS, Margaret, “The Uses of Comparative History in Macrosocial Inquiry”, in *Comparative Studies in Society and History*, vol. 22, n°. 2, 1980.

SOBRINHO, Barbosa Lima, “Prefácio”, in ABREU E LIMA, J. I. *O Socialismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Literatura Brasileira*. 3ª ed., Rio de Janeiro: José Olympio, 1960.

\_\_\_\_\_ *História da Imprensa no Brasil*. 4 ed. Rio de Janeiro, Mauad, 1999.

SOLBERG, Carl. *Immigration and Nationalism. Argentina and Chile, 1890-1914*. Austin: University of Texas Press, 1970.

\_\_\_\_\_ *The Prairies and the Pampas: Agrarian Policy in Canada and Argentina*. Stanford: Stanford University Press, 1987.

SOUTO, Nora; WASSERMAN, Fabio, “Nación”, in GOLDMAN, Noemí (coord.). *Lenguaje y Revolución: conceptos políticos clave en el Río de la Plata, 1780-1850*. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2008.

SOUZA, Otávio Tarquínio de. *Evaristo da Veiga*. Companhia Editora Nacional, Brasileira, vol. 157, 1939.

STEIN, Stanley J., “Historiografía Latinoamericana: balance y perspectivas”, in *Historia Mexicana*, vol. 14, n°. 1 (Jul.-Sep.), 1964.

STURLA, Flavio A., “Alberdi en Chile. Un intelectual en busca de una espada”, in *Citerea. Perspectivas históricas y filosóficas*, primavera de 2006. Disponível em: <<http://www.citerea.com.ar/Historia/Alberdi.pdf>> (acessado em 20/03/2013).

STUVEN, Ana Maria, “La generación de 1842 y la conciencia nacional chilena”, in *Revista de Ciencia Política*, Vol. IX, n°. 1, 1987.

SUBRAHMANYAM, Sanjay, “Connected histories: notes towards a reconfiguration of early modern Eurasia”, in LIEBERMAN, Victor (Ed.). *Beyond Binary Histories. Reimagining Eurasia to c. 1830*. Ann Arbor: The University of Michigan Press, 1999.

TARAZONA, Liliana Obregón, “Construyendo la región americana: Andrés Bello y el derecho internacional”, in *Revista de Derecho Público*, nº. 24, marzo de 2010. Disponível em: <[http://derechopublico.uniandes.edu.co/index.php?option=com\\_revista&view=inicio&idr=0&lang=es](http://derechopublico.uniandes.edu.co/index.php?option=com_revista&view=inicio&idr=0&lang=es)> (acessado em 19/12/ 2012).

TAVARES, Francisco Muniz. *História da revolução de Pernambuco em 1817*. Recife: Imprensa Industrial, [1840] 1917.

TERÁN, Oscar. *Historia de las ideas en la Argentina. Diez lecciones iniciales, 1810-1980*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2010.

\_\_\_\_\_. *Juan Bautista Alberdi. Política y sociedad en Argentina*. Venezuela: Fundación Biblioteca Ayacucho, 2005.

TERNAVASIO, Marcela, “Las reformas rivadavianas en Buenos Aires y el Congreso General”, in GOLDMAN, Noemí (coord.) *Nueva Historia argentina. Revolución, República, Confederación (1806-1852)* Tomo III. Buenos Aires: Editora Sudamericana, 1998.

TOCQUEVILLE, Alexis. *A democracia na América: leis e costumes de certas leis e certos costumes políticos que foram naturalmente sugeridos aos americanos por seu estado social democrático*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

TODOROV, Tzvetan. *A Conquista da América: a questão do outro*. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

ULLOA, Alejandro (Coord.). *Juan Bautista Alberdi: El pensador de la libertad*. Buenos Aires: Planeta, 2009.

URDANETA, Oscar S., “El Epistolario de Andrés Bello”, in *Obras Completas*. Tomo XXV [Epistolario – 1], Caracas: Fundación La Casa de Bello, 1984.

USLAR-PIETRI, Arturo, “Andrés Bello, El desterrado”, in ZEA, Leopoldo (comp.). *Ideas en torno de Latinoamérica*. Volume II, México: Universidad Nacional Autónoma de México, 1986.

VÁZQUEZ-RIAL, Horacio. *La formación del país de los argentinos*. Buenos Aires: Javier Vergara Editor, 1999.

VERDELHO, Telmo, “O dicionário de Morais Silva e o início da lexicografia moderna”, in *História da língua e história da gramática – acta do encontro*. Braga, Universidade do Minho / ILCH, 2003. Disponível em: <[http://clp.dlc.ua.pt/Publicacoes/Dicionario\\_Morais\\_Silva.pdf](http://clp.dlc.ua.pt/Publicacoes/Dicionario_Morais_Silva.pdf)> (acessado em 30/09/2012).

VESURI, Hebe, “La ciencia en América Latina, 1820-1870”, in VÁZQUEZ, Josefina Z. (coord.). *Historia general de América Latina. La construcción de las naciones latinoamericanas, 1820-1870*. Tomo VI, Espanha: Editorial Trotta, 2003.

VILLEGAS, Abelardo, “De la Ilustración al Romanticismo en Latinoamérica”, in VÁZQUEZ, Josefina Z. (coord.). *Historia general de América Latina. La construcción de las naciones latinoamericanas, 1820-1870*. Tomo VI, Espanha: Editorial Trotta, 2003.

WEBER, Max. *Metodologia das ciências sociais*. São Paulo: Cortez; Campinas: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1992.

WEFFORT, Francisco, “Origens do sindicalismo populista no Brasil: a conjuntura do pós-guerra”, in *Estudos Cebrap*, nº. 4, 1973.

WEHLING, Arno. *Estado, História, Memória: Varnhagen e a construção da identidade nacional*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

WEINBERG, Félix. *El Salón Literario de 1837*. Buenos Aires: Librería Achete, [1958] 1977.

WEINBERG, Gregório, “Modelos educacionais no desenvolvimento histórico da América Latina”, in RAMA, German, et al. *Desenvolvimento e Educação na América Latina*. São Paulo: Cortez Editora, 1983.

\_\_\_\_\_ “Educación y Sociedad”, in VÁZQUEZ, Josefina Z. (coord.). *Historia general de América Latina. La construcción de las naciones latinoamericanas, 1820-1870*. Tomo VI, Espanha: Editorial Trotta, 2003.

WERNET, Augustin. *O período Regencial (1831-1840)*. São Paulo: História Popular, 1997.

ZAVALA, Silvio. *Las conquistas de Canarias y América*. Las Palmas: Cabildo Insular de Gran Canaria, 1990.

ZUBIRÍA, Ramón, “Presencia y vigencia de don Andrés Bello”, in *Thesaurus*. Tomo XXXVII nº. 1 (Janeiro-abril), 1982.

### **Dissertações/Teses**

ANDRADE, Fernanda C. *A medida da liberdade: a imprensa da corte no período regencial (1831 -1833)*. Rio de Janeiro. PUC-RIO, Departamento de História, 2006. Orientada por Ilmar Rohloff de Mattos.

MATTOS, Selma Rinaldi de. *Para formar os brasileiros: o compêndio da história do Brasil de Abreu e Lima e a expansão para dentro do Império do Brasil*. São Paulo. Universidade de São Paulo. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas. Tese de doutorado, 2007. Orientada por Maria Ligia Coelho Prado.

MOREIRA, Aluizio Franco. *As políticas e outras idéias de dois “Quarante-huitards” pernambucanos (Abreu e Lima e Antônio Pedro Figueiredo)*. Recife: Universidade Federal de Pernambuco. Departamento de História. Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Dissertação de Mestrado, 1986. Orientador por Prof. Dr. Antonio Paulo de Moraes Rezende.

MOURA, Luís Cláudio. *Abreu e Lima: um elo entre o Brasil e a América Andina*. Departamento de História. Instituto de Ciências Humanas. Universidade de Brasília. Brasília. Monografia de Curso de Graduação, 2003. Orientada por Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Geralda Dias Aparecida.

\_\_\_\_\_ *Abreu e Lima: uma leitura sobre o Brasil*. Brasília: Universidade de Brasília, Departamento de História, Dissertação de Mestrado, 2006. Orientada por Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Geralda Dias Aparecida.

PAIM, Leandro Burgallo. *A nação como possibilidade: imprensa e manuais didáticos na difusão da identidade nacional no Brasil oitocentista*. Universidade de São Paulo, Departamento de História, dissertação de mestrado, 2009. Orientada por Miriam Dolhnikoff.